CLÁUDIO VICENTINO ▪ GIANPAOLO DORIGO

HISTÓRIA

GERAL E DO BRASIL

VOLUME 3

ENSINO MÉDIO

HISTÓRIA

editora scipione

MANUAL DO PROFESSOR

HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL — VOLUME 3

MANUAL DO PROFESSOR

CLÁUDIO VICENTINO

Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo ¶ Professor de História em cursos pré-vestibulares e de Ensino Médio ¶ Autor de obras didáticas e paradidáticas para Ensino Fundamental e Médio

GIANPAOLO DORIGO

Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo ¶ Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ¶ Professor de História em cursos pré-vestibulares e de Ensino Médio ¶ Autor de obras didáticas

ENSINO MÉDIO
HISTÓRIA

2ª edição
São Paulo, 2013

Diretoria editorial e de conteúdo: Angélica Pizzutto Pozzani
Gerência de produção editorial: Hélia de Jesus Gonsaga
Editoria de Ciências Humanas e suas Tecnologias:
Heloisa Pimentel e Deborah D'Almeida Leanza
Editora: Vanessa Gregorut;
Mirna Acras Abed M. Imperatore e Priscila Manfrinati (estags.)
Supervisão de arte e produção: Sérgio Yutaka
Editora de arte: Yong Lee Kim
Diagramadores: Walmir Santos e Claudemir Camargo
Supervisão de criação: Didier Moraes
Design gráfico: A+ Comunicação (miolo e capa)
Revisão: Rosângela Muricy (coord.),
Ana Paula Chabaribery Malfa, Vanessa de Paula Santos e
Gabriela Macedo de Andrade (estag.)
Supervisão de iconografia: Sílvio Kligin
Pesquisadores iconográficos: Josiane Camacho Laurentino
Cartografia: Allmaps, Juliana Medeiros de Albuquerque e
Márcio Santos de Souza
Tratamento de imagem: Cesar Wolf e Fernanda Crevin
Foto de capa: Paulo Fridman/Pulsar Imagens
Ilustrações: Cassiano Röda
Infográfico Trincheiras da morte (p. 42-43). *Aventuras na História*.
São Paulo: Abril, ed. 10, jun. 2004, p. 6-7.

Versão digital

Diretoria de tecnologia de educação: Ana Teresa Ralston
Gerência de desenvolvimento digital: Mário Matsukura
Gerência de inovação: Guilherme Molina
Coordenadores de tecnologia de educação: Daniella Barreto e
Luiz Fernando Caprioli Pedroso
Editores de tecnologia de educação: Cristiane Buranello e Juliano Reginato
Editora de conteúdo digital: Vanessa Gregorut
Editores assistentes de tecnologia de educação: Aline Oliveira Bagdanavicius,
Drielly Galvão Sales da Silva, José Victor de Abreu e
Michelle Yara Urcci Gonçalves
Assistentes de produção de tecnologia de educação: Alexandre Marques,
Gabriel Kujawski Japiassu, João Daniel Martins Bueno, Paula Pelisson Petri,
Rodrigo Ferreira Silva e Saulo André Moura Ladeira
Desenvolvimento dos objetos digitais: Agência GR8, Atômica Studio,
Cricket Design, Daccord e Mídias Educativas
Desenvolvimento do livro digital: Digital Pages

Direitos desta edição cedidos à Editora Scipione S.A.

Av. Otaviano Alves de Lima, 4400
6º andar e andar intermediário ala B
Freguesia do Ó – CEP 02909-900 – São Paulo – SP
Tel.: 4003-3061
www.scipione.com.br/atendimento@scipione.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vicentino, Cláudio
História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino,
Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.

Obra em 3 v.

1. História (Ensino médio) I. Dorigo, Gianpaolo.
II. Título.

13-02602 CDD-907

Índice para catálogo sistemático:
1. História : Ensino médio 907

2013
ISBN 978 85262 9122 5 (AL)
ISBN 978 85262 9123 2 (PR)
Código da obra CL 712757

Uma publicação Abril EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Caros alunos

Queremos que vocês saibam que nós, os autores deste livro, temos as mãos "sujas de giz", ou seja, somos professores. Isso significa que a presente obra é fruto não apenas de estudos teóricos, mas, sobretudo, de nossa experiência em sala de aula. Nosso principal objetivo foi produzir um livro para alunos e professores do Ensino Médio que apontasse os diversos caminhos do saber histórico.

Ao redigir a obra, nossa primeira preocupação como professores, sem dúvida, foi oferecer a vocês uma ferramenta poderosa para a compreensão da realidade à sua volta. O mundo nos fala o tempo todo, e a História é um instrumento importante para conhecer os múltiplos significados desse dizer. Afinal, cada indivíduo, incluindo vocês, possui condições de vida mais impregnadas pelo passado do que imagina.

Chamamos a atenção também para o fato de que o discurso histórico não é "fechado", ou seja, não enuncia verdades prontas e acabadas. A ideia de "conhecer o passado como ele realmente foi" simplesmente não é praticável. Assim, pretendemos que vocês comecem a entender como o conhecimento histórico é construído e qual o seu significado, observando as perguntas feitas pelos historiadores e os problemas ou limitações encontrados pelos especialistas. Partindo da constatação de que o discurso histórico é uma construção, queremos que vocês reflitam sobre a impossibilidade de um conhecimento neutro. O que sabemos sobre o passado, querendo ou não, reflete os valores dos historiadores de determinado tempo, projeta seus interesses e suas crenças.

Pensando em auxiliar os alunos do Ensino Médio que pretendem prosseguir seus estudos, oferecemos recursos para desenvolver as competências e habilidades avaliadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como conteúdos que fazem parte da programação dos grandes vestibulares.

Finalmente, acreditamos que um moderno curso de História envolve uma conexão permanente com outras áreas do conhecimento e com experiências cotidianas – ao contrário do conhecimento estanque, que se torna vazio, sem significado, e, por isso mesmo, desinteressante. Assim, nas próximas páginas vocês vão deparar com textos e atividades vinculadas à literatura, à arte, à política, à economia, etc.

O livro que vocês têm em mãos agora é uma obra viva, está aberta ao debate e exige o engajamento de todos – professores, alunos e autores. Bom estudo!

Os autores

SUMÁRIO

UNIDADE 1

PARA ENTENDER NOSSO TEMPO: O SÉCULO XX 10

Sonia Parma/Coleção da Pinacoteca Municipal, São Paulo, SP.

Photographe Amateur/adoc-photos/Album/Latinstock

Ria Nowosti/Album/akg-images/Latinstock

Reprodução/Salão Ministerial do Museu da República, Palácio do Catete, Rio de Janeiro, RJ.

Galeria Bilderwelt/Hulton Archive/Getty Images

Erich Lessing/Latinstock/Fundação Maeght, Saint-Paul de Vence, França.

Surpresa, emoção e inquietação no país

FINAL DRAMÁTICO DA CRISE POLÍTICA

EXTRA FOLHA DE S.PAULO EXTRA

JANIO RENUNCIOU

Arquivo do jornal *Folha de S.Paulo*/Folhapress

Reprodução/Coleção particular

Getty Images/<www.gettyimages.com>

Marcos de Paula/Agência Estado

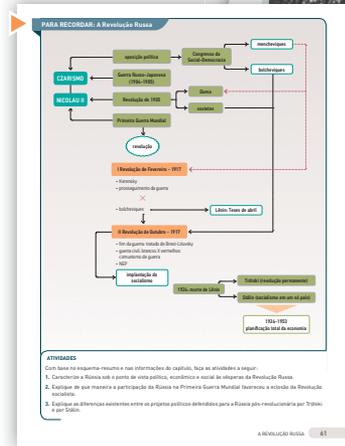
Gerard Fouet/Agência France-Presse/Getty Images

CONHEÇA SEU LIVRO

▸ **Leia** sumários e resumos, que são importantes auxiliares para perceber como o texto está organizado e quais são as relações entre suas partes. Procure o objetivo da unidade e a relevância do tema na seção *Discutindo a História*. Examine o *Sumário* e o *Esquema-resumo* (seção *Para recordar*) **antes** de começar o estudo da unidade para ter uma ideia geral do assunto. Após a leitura, retome o *Esquema-resumo* e realize a atividade sugerida.

UNIDADE 1

Para entender nosso tempo: o século XX

CAPÍTULO 1 O Brasil, uma república (1889-1914)
CAPÍTULO 2 Um mundo em guerra (1914-1918)
CAPÍTULO 3 A Revolução Russa
CAPÍTULO 4 Uma jovem República Velha (1914-1930)
CAPÍTULO 5 A crise de 1929 e o nazifascismo
CAPÍTULO 6 Vargas de 1930 a 1945
CAPÍTULO 7 A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

▸ **Procure** pistas sobre a organização do texto e o tratamento do assunto. Observar o que se destaca na página também é importante para perceber a estrutura geral do capítulo ou da unidade: títulos e subtítulos em letras coloridas, grandes ou pequenas são pistas sobre o que é considerado importante. Uma diferença de tamanho indica relação: o item menor está ligado ao item maior — ou está incluído nele ou é um exemplo dele.

▸ **Pergunte!** Inicie a leitura com alguma questão em mente, algo que você queira saber e que acha que o texto responderá. Olhe as imagens e mapas, pois eles podem despertar sua curiosidade e sugerir perguntas. Pense no que já sabe sobre o assunto e no que mais gostaria de conhecer. Caso nenhuma pergunta lhe venha à cabeça, comece a ler refletindo sobre aquelas propostas na seção *Para pensar historicamente*. Logo você estará formulando as próprias questões, que lhe servirão de guia na sua leitura.

As imagens, mapas, esquemas e boxes ilustram aspectos importantes ou complementam informações. Por isso, também podem dar boas pistas sobre a organização do todo e a importância das informações.

PROPAGANDA FASCISTA

CAPÍTULO 5

A crise de 1929 e o nazifascismo

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Economia e política

▸ **Aprenda** a conviver com o desconhecido. Não deixe que o vocabulário atrapalhe sua leitura. Ao encontrar uma palavra cujo significado você ignora, continue lendo, porque se ela for fundamental ao entendimento do texto provavelmente será definida ou estará no glossário. Por exemplo, você está lendo sobre a crise do feudalismo, e encontra a palavra "cruzadista": "[...] *movimento cruzadista, que contou com a participação de inúmeros cavaleiros de quase toda a Europa*."
Se você já tiver examinado a organização do capítulo, terá visto que há uma seção com o subtítulo **O movimento cruzadista**. Assim, continue lendo e encontrará a explicação de "cruzada", que o ajudará a entender a palavra "cruzadista":

As cruzadas foram expedições principalmente militares, organizadas pela Igreja, com o objetivo de reconquistar a região da Palestina...

O DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

▸ **Relacione** o que você lê ao que você já sabe, ao que está aprendendo em outras disciplinas, à sua experiência cotidiana. Para isso, dê especial atenção aos boxes sinalizados com o ícone interdisciplinar.

Eles permitem que você utilize o livro como fonte preciosa de documentos e informações que podem ser usados para refletir sobre o mundo que você conhece e sobre o conteúdo de outras disciplinas. Como seria a vida do físico Newton, cujas leis você está estudando em Física? Sem os conhecimentos que possuímos hoje em Biologia, seria possível deter epidemias como a da peste negra?

AS LUTAS SOCIAIS

A revolta popular de 1904

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de imagem

2 Análise de documento e reflexão

▸ **Preste atenção** aos textos da seção *Exercícios de História*, escritos por historiadores, jornalistas, cronistas, romancistas, filósofos e pessoas comuns, que escreveram cartas, registraram listas de compras, só que há séculos, razão pela qual seus textos adquirem valor histórico e são considerados documentos. Por isso, é importante começar a leitura buscando quem é o autor, quem está escrevendo. Isso ajudará a determinar de quando é o texto, se apresenta fatos ou opiniões, se apresenta situações imaginárias.

Este ícone indica Objetos Educacionais Digitais relacionados aos conteúdos do livro.

UNIDADE 1

Bettman/Corbis/Latinstock

▲ Soldados canadenses em trincheira durante a Primeira Guerra Mundial.
No detalhe, *Roda de bicicleta*, obra de Marcel Duchamp, de 1913.

Juca Martins/Pulsar Imagens

Para entender nosso tempo: o século XX

Discutindo a História

Reprodução/Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.

▲ Detalhe da capa da revista quinzenal *A Cigarra*, publicada em São Paulo, em julho de 1925.

SÉCULO XX – A HISTÓRIA SE ACELERA?

Você notará que esta unidade e a próxima são as mais longas desta coleção, embora, em termos cronológicos, o período tratado seja um dos menores. A que se deve isso? Em primeiro lugar, ao fato de os conteúdos abordados serem especialmente significativos para a explicação do mundo em que vivemos atualmente. Em segundo lugar, porque a "história se acelera", ou seja, os eventos que modificam as situações sucedem-se mais rapidamente. Isso pode ser explicado por uma série de fatores:

- **boa parte do mundo urbanizou-se rapidamente no século XX:** assim, aumentaram as aglomerações populacionais, que têm um ritmo de vida (em termos de produção econômica, divulgação de informações, acesso à educação, comunicações e transportes, etc.) distinto do antigo mundo majoritariamente rural, em que o tempo histórico estava mais próximo dos ciclos do Sol, da Lua, das estações do ano – enfim, do tempo da natureza;
- **a população mundial cresceu de forma avassaladora:** no século XX, viveram mais pessoas que em qualquer outra época da humanidade, e o planeta terminou o século com mais de 6 bilhões de habitantes; existindo mais pessoas, obviamente "acontecem" mais fatos significativos, e sempre há mais gente interessada e capacitada a registrá-los, narrá-los e comentá-los;
- **o número de historiadores (profissionais ou não) e as fontes à disposição também aumentaram:** a informática, com o avanço das ciências que auxiliam o resgate de informações sobre o passado e com a multiplicação de acervos documentais, também ampliou as fontes de trabalho dos historiadores;
- **os interesses de pesquisa mudaram:** aceitam-se hoje novos temas, novos objetos e novas abordagens para tentar explicar, comparar, compreender modos de vida, crenças, soluções econômicas de diferentes sociedades – e de parcelas específicas da sociedade, como as mulheres, os operários, os migrantes, etc. – em tempo e locais diferentes.

Massao Goto Filho/Agência Estado

▲ Imagem do passaporte de um casal de imigrantes que desembarcou no Porto de Santos, em 1908.

Alex Silva/Agência Estado

◄ Nesta imagem, de 1938, um registro das obras realizadas no trilho do bonde que levava ao bairro da Pompeia, em São Paulo.

O SOCIALISMO E AS GUERRAS

Em termos de tempo histórico, o século XX é balizado por dois eventos de significado fundamental para se entender as relações político-ideológicas, sociais e econômicas entre os povos: o início da **Primeira Guerra Mundial** e a **queda da União Soviética** e do socialismo no Leste europeu.

A partir de 1945, o mundo esteve dividido, predominantemente, em blocos de países sob influência dos Estados Unidos e da União Soviética, que entraram em confronto sempre de forma indireta (apoiando seus respectivos aliados em conflitos locais) e mantiveram o mundo sob a tensão de uma guerra nuclear iminente. Foi a Guerra Fria – cujo fim, em 1989, iniciou uma nova ordem internacional.

Todos esses eventos geraram uma grande quantidade de fatos a serem narrados e analisados. A **seleção**, a **escolha** do que se vai ou não estudar e considerar importante, e de como se vai abordar, tornou-se uma questão mais complexa.

Multiplicaram-se também os focos com base nos quais essa seleção é feita e, assim, ficou mais fácil conhecer outros lados da história que é contada. Passou a haver o enfoque das nações socialistas e o das classes dominantes dos chamados países capitalistas ocidentais.

Fazer prevalecer dentro de uma sociedade determinada versão de algum evento da história é fundamental para dar suporte a políticas particulares, já que elas se sustentam na opinião pública – situação incomum dentro das estruturas de poder vigentes até o século XIX, quando só uma minoria participava das definições das políticas das sociedades e de seus Estados nacionais.

Em vista disso, é fundamental que sejamos hábeis em compreender a história e saibamos nos posicionar criticamente diante das versões disseminadas todos os dias pelos mais variados meios de comunicação (imprensa escrita, televisiva e informatizada, livros, etc.).

A queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, que também se deu graças à mobilização popular, é um marco divisor entre o período da Guerra Fria e o da nova ordem internacional. Na foto, populares tentam destruir o muro.

Robert Wallis/SIPA/Corbis/Latinstock

HISTÓRIA EM MÚLTIPLOS FOCOS

O surgimento de um espaço para a visão dos vencidos é uma mudança historiográfica que não pode ser atribuída a um único autor ou tendência nem a um momento exato. Mas a Segunda Guerra Mundial contribuiu para essa perspectiva dos fatos.

As descolonizações no século XX na África e na Ásia também colaboraram para mudar a forma de escrever e explicar a história: os povos que conseguem se constituir como nações soberanas têm a necessidade de recuperar sua visão da dominação para dar um sentido ao processo de libertação e de construção nacional.

No Brasil, especificamente, vários grupos tidos como oprimidos passaram a buscar, escrever e valorizar suas histórias: os negros nas sociedades (aberta ou veladamente) racistas, as mulheres nas sociedades patriarcais e machistas, os trabalhadores, as minorias étnicas, os homens e as mulheres com diferentes opções sexuais, etc.

Desse modo, várias transformações na maneira de compreender a história como ciência, dentro e fora do Brasil, exigiram que ela fosse construída e ensinada de novas formas. Em termos políticos, a emergência das reivindicações dos operários, trabalhadores rurais, negros e mulheres – entre outros **sujeitos históricos** – propiciou novos focos para a história, seu registro, sua escrita.

Há outros, ainda, que afirmam que a história finalmente encontrou uma multiplicidade de eixos ou focos. Mas a síntese é que a história universal, única, homogênea, que traz apenas uma teoria da história, da sociedade e do homem, está em crise irreversível. Nas palavras do historiador francês contemporâneo Marc Ferro:

> O espelho quebrou. A história universal morreu, está morta por ter sido a miragem da Europa, que a dimensionou na medida de sua própria mudança. Os outros povos dela só participavam, a título de passageiros, quando a Europa andou por eles; no Egito, por exemplo: antes de nascer, depois sob Roma, no tempo da Cruzada ou de Bonaparte, de Mehmet-Ali ou de Nasser. Verdade para o Egito, verdade também para a Índia, a Armênia e que sei eu: a história deles só era História quando se cruzava com a nossa.[1]

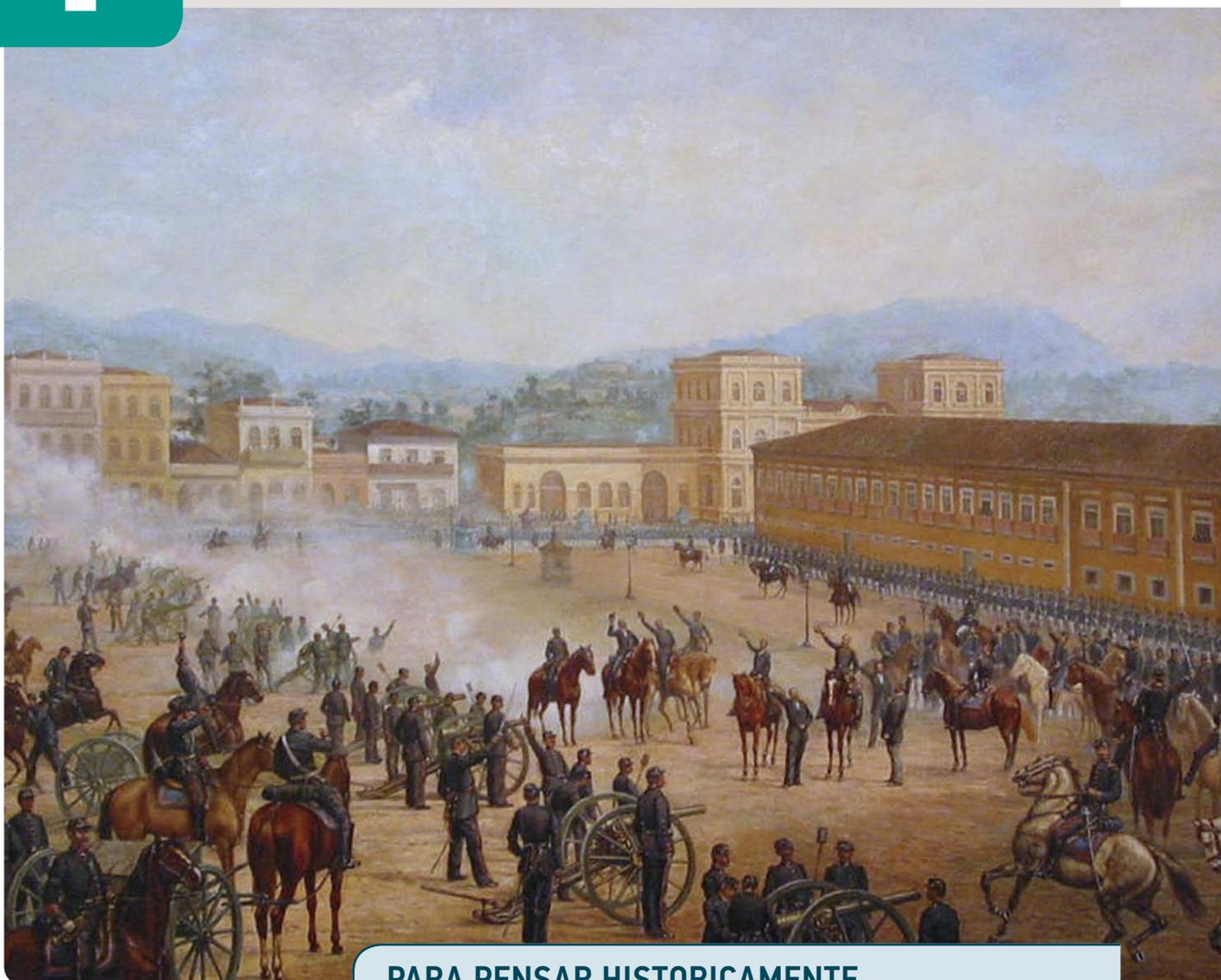
Manifestantes saem às ruas para exigir eleições diretas após vinte anos de ditadura militar no Brasil. Comício realizado em São Paulo, em abril de 1984.

Alfredo Rizzutti/Agência Estado

[1] FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983. p. 290.

CAPÍTULO 1

O Brasil, uma república (1889-1914)

Sonia Parma/Coleção da Pinacoteca Municipal, São Paulo

▲ *Proclamação da República*, tela de 1893 pintada por Benedito Calixto.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

O nascimento da república e a inclusão social

A proclamação da república no Brasil, em 1889, gerou expectativas em torno da criação de um novo pacto social, no qual fossem incluídos grupos até então marginalizados politicamente.

No entanto, desde o início da república ficou claro que tentativas de alteração da ordem ou expressões de desagrado seriam reprimidas.

Enquanto estuda este capítulo, você poderá refletir sobre o que os movimentos populares reivindicavam e o que significava para eles, naquele momento, a *inclusão social*. Por fim, compare: essa inclusão é a mesma que os grupos populares procuram atualmente?

DIFERENTES PROJETOS REPUBLICANOS

A proclamação da república em 1889 e a libertação dos escravos um ano antes representaram o surgimento de uma alternativa histórica excepcional para o Brasil: a possibilidade de criar um regime baseado na soberania popular, no exercício pleno da cidadania, que chegaria aos setores da população marginalizados na sociedade ou simplesmente excluídos do jogo político até então.

Na prática, a proclamação da república foi, em grande parte, resultado da aliança dos cafeicultores paulistas com o exército contra o inimigo comum – o império –, embora as duas forças tivessem projetos políticos republicanos distintos.

Nos primeiros dias após o 15 de novembro, porém, houve consenso de que os militares deveriam exercer o poder político durante o delicado período de gestação e instalação das instituições republicanas.

A república recém-nascida era frágil, e temia-se um contragolpe monárquico. Portanto, parecia conveniente um governo forte, sob controle militar, para proteger o regime em seus primeiros anos.

Esse período inicial da história republicana do Brasil – 1889-1894 – ficou conhecido como República da Espada, por ser comandado pelos governos militares dos marechais **Deodoro da Fonseca** (1889-1891) e **Floriano Peixoto** (1891-1894).

Vencida a primeira etapa de instauração do regime republicano, o consenso entre cafeicultores e militares sobre a permanência do exército no poder rompeu-se, pois o grupo paulista não estava disposto a aceitar por muito tempo a hegemonia política militar.

Nesse contexto, é possível identificar três projetos de república para o Brasil de 1889: um liberal, um jacobino e um positivista.

- Projeto **republicano liberal**: defendido principalmente pelos cafeicultores paulistas, pregava a descentralização política e, consequentemente, a autonomia dos estados (como em breve seriam chamadas as províncias) e a formação de uma república federativa.

Inspirado pelo sistema norte-americano, enfatizava a necessidade de uma administração cujas funções fossem: garantir as liberdades individuais (direitos de locomoção, de propriedade, de livre expressão), um sistema de livre competição econômica, a separação dos três poderes (sendo o Legislativo bicameral, isto é, dividido em câmaras alta – Senado – e baixa – Câmara dos Deputados), a instauração de eleições e a separação entre Igreja e Estado.

- Projeto **republicano jacobino**: defendido por setores da população urbana, que incluíam baixa classe média (pequenos comerciantes, funcionários) e setores intelectualizados (jornalistas e profissionais liberais, como médicos, advogados e professores).

Tomando como inspiração a Primeira República Francesa (1792-1794), de Danton e Robespierre, defendia a liberdade pública (e não apenas privada) de reunião e discussão. Reivindicava que o destino do país fosse decidido coletivamente e sustentava que a participação popular na administração pública era uma necessidade, requisito de um regime baseado na liberdade e na vontade geral. Ao mesmo tempo, o grupo era bastante sensível a medidas que tivessem algum alcance social.

- Projeto **republicano positivista**: baseado nas ideias do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), esse projeto tinha ampla aceitação no exército. Visava à promoção do progresso, sempre com um espírito ordeiro, não revolucionário, e forte atuação do Estado.

Reprodução/*Revista Illustrada*, 21 jun. 1890.

▲ Alegoria republicana publicada em junho de 1890: a república francesa abraça a república brasileira. Observe a diferença de postura entre a figura que representa o Brasil (mulher mais baixa) e a que representa a França (mais alta).

Segundo os positivistas, cabia ao Estado, por meio da administração científica e racional de seus líderes, zelar pela ordem, proteger os cidadãos e garantir seus direitos. O estabelecimento desses direitos não deveria advir da livre manifestação dos indivíduos; caberia ao Estado promover o progresso. A ideia de um governo forte, centralizado, uma verdadeira "ditadura republicana", portanto, sustentava o ideário positivista.

Uma das características principais do novo regime foi a exclusão do povo mais pobre. Isso já começara pela Proclamação da República. Como relatou o jornalista republicano Aristides Lobo na época: "o povo assistiu bestializado" aos eventos da proclamação.

O GOVERNO PROVISÓRIO DE DEODORO DA FONSECA (1889-1891)

O governo provisório da recém-instalada república tinha por objetivo resolver os primeiros e mais urgentes problemas criados pela proclamação e dirigir o país até que pelo menos fosse redigida uma nova Constituição. O próprio apoio dos cafeicultores devia-se a esse caráter provisório, já que o marechal Deodoro da Fonseca, presidente que assumira o poder, desde o início havia se cercado de oficiais positivistas, como **Benjamin Constant**, nomeado ministro da Guerra.

Alguns problemas iniciais que afetaram o novo regime foram a falta de apoio da marinha, ainda fortemente monarquista, e o excessivo autoritarismo de Deodoro. Por sua experiência no exército, que incluía a Guerra do Paraguai, e afeito à disciplina rígida, estava acostumado a dar ordens e a ser obedecido. Esbarrava, assim, em vários interesses civis, dificultando articulações políticas e inviabilizando consensos com os cafeicultores.

Reprodução/Arquivo Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ.

▲ Benjamin Constant, propagandista da República, foi mais um homem de letras do que um soldado. Professor da Escola Militar, dedicava-se a divulgar os ideais positivistas fundados na trilogia "amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim", mais tarde fixados por ele na bandeira brasileira sob o lema "ordem e progresso". Foto de Juan Gutierrez, século XIX.

Mesmo assim, cumprindo a função provisória, o governo Deodoro da Fonseca implantou as primeiras e mais urgentes medidas, destacando-se: extinção das instituições imperiais; convocação de eleições para a Assembleia Constituinte; banimento da família imperial; separação entre Igreja e Estado; a "grande naturalização", projeto que oferecia a cidadania brasileira a todos os estrangeiros então residentes no Brasil.

Outra importante medida do período foi a nomeação do intelectual baiano **Rui Barbosa** (1849-1923) para o Ministério da Fazenda. Apesar de ser considerado um livre-pensador, Rui Barbosa defendia algumas ideias simpáticas ao exército, em geral, e aos positivistas, em particular. Sua atuação marcou o primeiro momento em que o governo brasileiro esboçou uma política industrialista.

Os dois maiores obstáculos ao desenvolvimento industrial eram a falta de recursos e a grande demanda por moeda, associados à expansão do trabalho assalariado após a libertação dos escravos e à entrada maciça de imigrantes no país. Rui Barbosa determinou a emissão de papel-moeda, concedendo a alguns bancos privados esse direito, e criou leis para facilitar o estabelecimento de sociedades anônimas. Criou ainda um novo regime de taxas alfandegárias para encarecer os produtos estrangeiros e favorecer o surgimento de indústrias no Brasil.

O resultado da emissão de grandes somas de papel-moeda sem lastro foi um violento processo inflacionário conhecido como Crise do Encilhamento, também caracterizado por uma febre especulativa, falência de indústrias recém-surgidas e desemprego.

sociedade anônima: empresa em que o capital não pertence a um proprietário específico; ele é dividido em cotas (ações), cada uma delas representando uma fração do capital. As ações são negociadas na bolsa de valores; as pessoas que compram essas ações são proprietárias de uma parte da empresa.

lastro: garantia para o valor do dinheiro emitido pelo governo. Antigamente, todo dinheiro emitido deveria ter seu valor correspondente em ouro ou bens depositado nos cofres do governo.

Tentando manter-se no poder, Deodoro da Fonseca e o grupo positivista retardaram ao máximo a instalação de uma Assembleia Constituinte. As eleições só foram convocadas em junho de 1890, após intensas pressões do grupo paulista, e os deputados constituintes eleitos foram empossados em novembro de 1890. Após três meses de debates sobre um projeto já preparado pelo grupo de Rui Barbosa, promulgou-se a nova Constituição.

As principais características da Constituição de 1891 foram as seguintes:

- O Brasil passava a ser uma **república federativa**, com um governo central e 20 estados membros que desfrutavam de grande autonomia, inclusive jurídica, administrativa e fiscal.
- Procedia-se à **divisão dos três poderes**, independentes entre si, com Legislativo bicameral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

- Estabelecia-se o voto universal masculino, não secreto, que excluía do processo eleitoral mulheres, analfabetos, mendigos, menores de 21 anos, padres e soldados.

Em suma, apesar de ampliar o acesso à chefia do Executivo, antes restrito a membros da família real, e de mudar o critério de seleção de eleitores, o sistema político continuava tão excludente quanto era sob o regime imperial. Sobre isso escreveu o historiador José Murilo de Carvalho:

> Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar a sua preservação. No império como na república, foram excluídos os pobres (seja pelo censo, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial.
>
> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 44-45.

praça de pré: militar abaixo da patente de oficial.

Na Constituição de 1891, ficava determinado também que o próximo presidente da República após a promulgação da Constituição, excepcionalmente, seria eleito pela Assembleia Constituinte. Em março de 1891, Deodoro da Fonseca passou a ser o primeiro presidente constitucional da República brasileira.

O TERMO "ENCILHAMENTO"

Denominava-se assim o local cheio de barracas, no Derby ou no Jocquey Club, onde se amontoavam, ao redor dos jóqueis encilhando cavalos, os grupos de jogadores, apostadores e demais viciados em corridas de cavalos, que se misturavam aos curiosos em geral. Ali, na beira da raia, um pouco antes da largada do páreo, se imiscuíam para palpitarem sobre as corridas e discutirem sobre as qualidades dos potros e éguas. O clima de confusão, de desordem, de febril jogatina que ali reinava fez com que, por injusta mas correta comparação, assim fosse denominada a instável e claudicante política econômica da nascente república brasileira.

SCHILLING, Voltaire. *Encilhamento: a nuvem de papel*. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2002/08/28/001.htm>. Acesso em: 8 jan. 2013.

Reprodução/Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo, SP.

▲ Encilhamento: a especulação afetou os poderosos; as falências e a inflação atingiram a todos. A charge de 1890, de Angelo Agostini, reforça a crítica ao programa monetário brasileiro, empreendido por Rui Barbosa.

A "REPÚBLICA DA ESPADA"

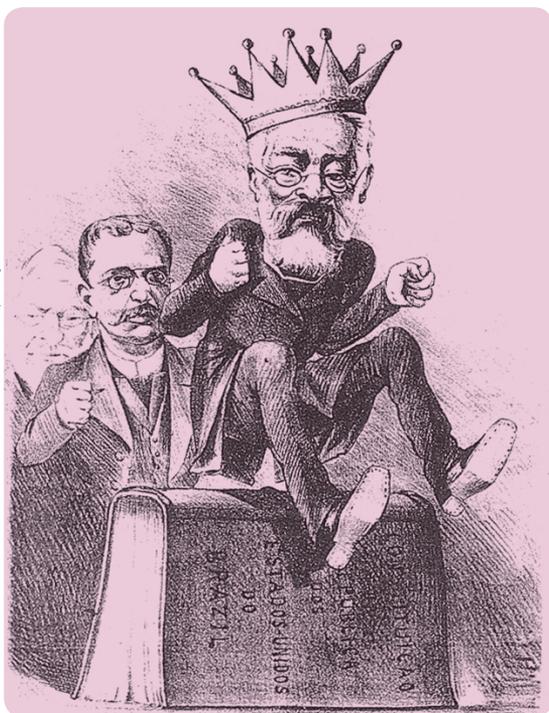
O marechal Deodoro da Fonseca venceu a eleição com uma reduzida vantagem sobre Prudente de Morais (129 votos contra 97); o candidato a vice da oposição, Floriano Peixoto, teve uma votação superior à do próprio candidato a presidente. Foram escolhidos presidente e vice de chapas diferentes, conforme as normas de então.

A vitória do marechal Deodoro deveu-se à pressão dos militares sobre os cafeicultores e as oligarquias agrárias em geral. Para as elites civis, porém, que criticavam os efeitos desastrosos da política econômica do governo e acreditavam que era tempo de os militares voltarem aos quartéis, o governo provisório já havia cumprido sua missão de garantir a nova Constituição e dar os primeiros passos para a consolidação republicana.

Apesar de suas tendências autoritárias, Deodoro da Fonseca agora deveria submeter sua vontade à de um Congresso em grande parte controlado por cafeicultores. Os choques entre o presidente e o Congresso se tornaram frequentes, acrescentando à crise econômica a primeira grande crise política republicana.

Uma das medidas que geraram descontentamento tanto entre os oficiais positivistas quanto entre os cafeicultores paulistas foi a nomeação de uma grande figura da monarquia para o Ministério da Fazenda (o barão de Lucena). A reação do presidente foi a decretação do estado de sítio em novembro de 1891, com o fechamento do Congresso e a prisão de vários políticos da oposição, caracterizando um golpe de Estado. Alguns dos principais opositores, porém, tiveram uma atitude inesperada: tendo escapado à prisão, articularam o enfrentamento ao golpe. O movimento espalhou-se pelo país e até dentro do exército, sob a liderança de Floriano Peixoto. Na Estrada de Ferro Central do Brasil, iniciou-se uma greve dos trabalhadores contrários ao golpe.

estado de sítio: suspensão, por um período determinado, de direitos garantidos pela Constituição, como o direito de ir e vir e a liberdade de imprensa. É uma medida de exceção, que visa ampliar as possibilidades de ação do Estado para restabelecer a ordem constitucional em situações de anormalidade.

Reprodução/*Revista Illustrada*, ano 16, n. 619, abr. 1891.

▲ A charge de 1891 de Angelo Agostini mostra o barão de Lucena, de origem monárquica, sentado na Constituição da república.

No dia seguinte, a insatisfação da marinha veio à tona, quando o almirante **Custódio de Melo** mandou apontar os canhões dos navios atracados na baía de Guanabara para a cidade, ameaçando bombardeá-la e exigindo a renúncia do presidente. Deodoro da Fonseca cedeu às pressões e em seu lugar assumiu o vice-presidente Floriano Peixoto.

Bastante hábil, diferentemente de seu antecessor, Floriano Peixoto conseguiu articular em torno de si o apoio dos republicanos radicais (a ponto de "florianismo" poder ser considerado sinônimo de "jacobinismo") e dos positivistas. Embora também autoritário, procurou seguir a Constituição e conseguiu agradar a diferentes grupos políticos. Sua política econômica voltou-se tanto para as pretensões sociais e populares do republicanismo radical quanto para as ambições modernizadoras dos positivistas.

Reprodução/*Revista Illustrada*, ano 17, n. 640, mar. 1892.

▲ Floriano Peixoto (1839-1895), chamado pela imprensa de Esfinge, visto aqui como guardião dos interesses públicos. No Egito antigo, a figura da esfinge era utilizada para guardar as pirâmides, e representava ao mesmo tempo poder e mistério (charge de 1892).

O apoio dos cafeicultores, porta-vozes de um projeto republicano liberal, foi outra grande conquista de seu governo. Intimidados com as medidas de força de seu antecessor, tidas como ameaçadoras à ordem republicana, acercaram-se de Floriano.

No início, sua ascensão ao poder foi vista como uma volta à normalidade, uma vez que o Congresso foi reinstaurado e o presidente suspendeu o estado de sítio. Os governadores que apoiaram o golpe de Deodoro da Fonseca foram substituídos por partidários de Floriano Peixoto – medida autoritária bem recebida, pois representava a defesa da república.

Nos primeiros dias de seu governo, Floriano Peixoto baixou uma série de medidas que beneficiaram a população mais pobre da capital federal, como a construção de casas populares, o que o tornou uma figura querida nesses setores da sociedade do Rio de Janeiro, embora no restante do Brasil ele permanecesse pouco conhecido. Essas ações tiveram um papel importante para a sustentação do seu governo.

A concessão de benefícios instituída por Floriano Peixoto caracterizou o **paternalismo**, uma relação política na qual se oferecem vantagens, como se fossem um "presente", sem, no entanto, permitir maior participação política. Nascia, então, uma prática política muito comum na história do Brasil republicano: o paternalismo combinado à sujeição agradecida, um estilo governamental que seria muito aprimorado posteriormente, esvaziando qualquer ação política de maior envergadura e duração daqueles que poderiam pôr em xeque a ordem dos poderes estabelecidos.

Na verdade, o espírito de lealdade política ligada às compensações tinha suas origens na relação entre rei e súditos da época colonial, evoluindo para a dominação oligárquica, as trocas de favores entre poderosos e as relações conservadoras entre o poder e o povo. Paralelamente, Floriano Peixoto estimulava a indústria, com linhas de crédito abertas pelo Banco do Brasil.

Revoltas e oposição

Apesar de Floriano Peixoto contar com o apoio do Congresso Nacional e de parte da sociedade brasileira, logo começou a enfrentar oposições. Pouco depois de ter assumido a presidência, um grupo de militares contestou a legitimidade de seu governo. Isso porque Deodoro renunciou antes de dois anos no poder, e, nesse caso, a Constituição previa nova eleição, e não a posse do vice visando completar o mandato.

Reprodução/*Revista Illustrada*, maio 1892.

▲ Após o Manifesto dos Treze Generais, Floriano reagiu com demissões e muitas promoções (charge de maio de 1892).

Em abril de 1892, treze generais do exército redigiram um manifesto pedindo o afastamento do presidente e a realização de eleições. A reação de Floriano foi pronta e dura, e os oficiais envolvidos foram afastados e presos, com base no Código Militar, acusados de insubordinação.

Nos estados, enquanto isso, as disputas políticas entre grupos locais desestabilizavam o governo. No Rio Grande do Sul, a disputa envolvia o governo estadual, liderado por Júlio de Castilhos, da base de sustentação do presidente Floriano Peixoto, e positivista – pois nesse estado foi mais comum o positivismo entre os civis. A Castilhos e sua agremiação, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR), opunha-se Silveira Martins, líder do Partido Federalista, contrário à excessiva centralização política vigente no estado. Em fevereiro de 1893, os federalistas se levantaram contra os republicanos, e Floriano Peixoto assumiu a defesa do governador rio-grandense. Logo o conflito local transformou-se em conflito nacional, já que os opositores de Floriano acabaram apoiando o movimento federalista.

Tendo de um lado federalistas e de outro republicanos, a **Revolução Federalista**, como se tornou conhecida, ganhou nova dimensão e se expandiu para outros estados do Sul, em decorrência da eclosão de outra revolta, a **Revolta da Armada**.

MARAGATOS X PICA-PAUS

Muitos acabaram emigrando para o Uruguai e Argentina, para daí invadirem o Rio Grande do Sul em levas sucessivas. A primeira invasão ocorreu em fevereiro de 1893, quando os revoltosos tentaram tomar a cidade de Bagé. Iniciava-se, então, uma das mais violentas revoluções da história brasileira: a Revolução Federalista, apelidada de "Revolução da Degola", devido ao grande número de pessoas degoladas, por ambas as partes.

Os federalistas receberam de seus inimigos o apelido de "maragatos". A origem do termo é controvertida. Porém, ao que tudo indica, a palavra originou-se no Uruguai, de onde partiu Gumercindo Saraiva, chefiando um grupo de uruguaios conhecidos por "maragatos", por serem descendentes de espanhóis vindos da região de *La Maragatería*. Os castilhistas passaram a usar o termo de forma pejorativa, identificando os federalistas como "invasores estrangeiros e mercenários".

Aos castilhistas atribuiu-se o apelido de "pica-paus", pois usavam roupas azuis e quepe vermelho.

O símbolo dos "maragatos" era um lenço vermelho, enquanto o dos "pica-paus", um lenço branco.

MOCELLIN, Renato. *Federalista*: a revolução da degola. São Paulo: Ed. do Brasil, 1989. p. 17.

A nova Revolta da Armada eclodiu no Rio de Janeiro em setembro de 1893, desencadeada por uma situação política peculiar. A marinha – abrigando tendências monarquistas em seu corpo de oficiais – contava ainda com o republicanismo de alguns oficiais que apoiavam as pretensões políticas do almirante Custódio de Melo, que desde 1891 ambicionava a presidência.

Juan Gutierrez/Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

▲ Soldados do 4º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional, em 1894, durante a Revolta da Armada.

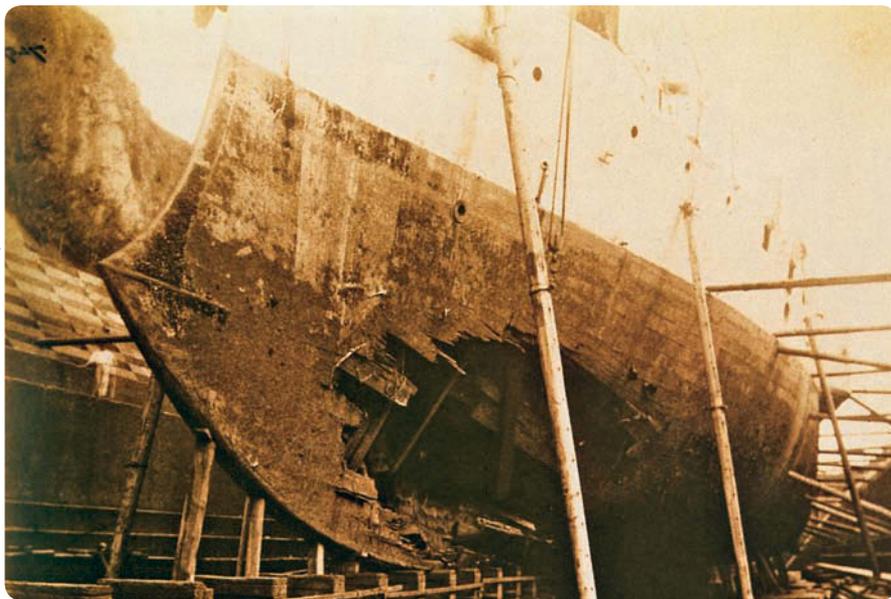
Repetindo o episódio da Revolta de 1891, os oficiais da marinha dirigiram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro, exigindo a renúncia de Floriano Peixoto, que, ao contrário do que fizera Deodoro, resistiu. Entre setembro de 1893 e março de 1894, a capital foi constantemente bombardeada pelos canhões dos poderosos navios da marinha, enquanto o exército e as fortalezas em terra respondiam ao ataque. Em meio à destruição provocada pelo fogo cruzado, a população fugia para o interior, enquanto alguns batalhões de voluntários protegiam as praias para evitar o desembarque dos rebeldes.

Em novembro de 1893, as tropas federalistas gaúchas avançaram sobre Santa Catarina, encontrando-se em Desterro (capital do estado) com destacamentos navais revoltosos. A Revolução Federalista unia-se à Revolta da Armada e, em janeiro do ano seguinte, os rebeldes já chegavam ao Paraná, tomando a capital, Curitiba.

Os revoltosos, porém, foram vencidos pelas tropas florianistas no Paraná. A chegada de reforços paulistas possibilitou o início da contra ofensiva, que expulsou os rebeldes federalistas para o sul, sendo reconquistada a cidade de Desterro, daí em diante chamada de Florianópolis.

No Rio de Janeiro, os navios de guerra recém-adquiridos por Floriano Peixoto derrotaram os últimos navios ainda sublevados, levando à rendição dos rebeldes da marinha no início de 1894. Fracassavam as revoltas, e Floriano iria governar até o último dia de seu mandato.

Marc Ferrez/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

◄ O couraçado *Aquidaban*, em foto de 1894, em reparos após combate com tropas legalistas, durante a Revolta da Armada em 1893. Observe o rombo no casco provocado por explosão de torpedo.

legalista: defensor do governo legalmente constituído.

Equilíbrio político delicado

Com a proximidade da sucessão presidencial, os paulistas, cujos principais líderes estiveram ao lado do presidente, escolheram o republicano histórico Prudente de Morais como candidato para a primeira eleição presidencial direta. Seu vice era baiano (Manuel Vitorino) e intimamente ligado ao grupo florianista. Realizadas as eleições e contados os votos, os cafeicultores paulistas assumiram o controle do primeiro governo civil da república.

A Constituição, redigida de acordo com o projeto liberal dos paulistas, estava consolidada, e o regime, fortalecido, enquanto pouco a pouco perdiam força o republicanismo radical (ou jacobino e florianista) e o positivismo republicano. O colapso desses dois projetos esteve ligado à falta de uma base social significativa para viabilizá-los.

Assim, a vitória coube ao projeto de **República liberal** dos cafeicultores paulistas, mas essa república seria bem pouco democrática, se comparada com o modelo norte-americano. Aqui, a exclusão política e a fraude, não raro contando com o apoio da autoridade constituída, seriam a norma.

No caso do Brasil de 1890, tratava-se basicamente de manter a injustiça social e os privilégios de poucos. A própria ideia de um sistema que garantisse a livre competição entre os indivíduos soava, no mínimo, esdrúxula, num país marcado por desigualdades sociais tão drásticas. A lei pressupunha uma sociedade que na realidade não existia. O principal instrumento para o exercício da cidadania, o voto, era acessível a poucos.

Apenas aparentemente liberal, o novo período republicano, inaugurado pela eleição de Prudente de Morais, esteve longe de ser pacífico. As camadas economicamente inferiores desconfiaram da república, mantendo quase sempre uma atitude de indiferença, ou então apoiaram o regime na medida em que conseguiam extrair dele umas poucas vantagens imediatas; ou, ainda, reagiram violentamente, quando nem mesmo suas mínimas necessidades estavam sendo satisfeitas pelo regime.

Reprodução/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

A charge *15 de novembro*, de K. Lixto (publicada como capa da revista *Fon-Fon*! em 13 de novembro de 1909), pode ser interpretada como um balanço negativo do cenário republicano. À esquerda, a figura de uma senhora representando a monarquia; à direita, a república na figura de uma jovem senhora em trajes elegantes.

TRANSIÇÃO PARA O PODER CIVIL

O caráter transitório da administração de Prudente de Morais (1894 -1898) deve-se à presença ainda significativa de políticos florianistas próximos ao poder e à possibilidade bastante real de um retorno dos militares ao governo. A Revolução Federalista ainda estava em andamento na ocasião da posse do novo presidente, acrescentando razoável dose de intranquilidade ao período.

A principal obra de Prudente de Morais deveria ser, portanto, fazer o país retornar à normalidade dentro do projeto político liberal da oligarquia cafeeira. Entre suas primeiras realizações, esteve o fim da Revolução Federalista, em agosto de 1895. A habilidade política de Prudente, anistiando os principais líderes rebeldes, foi importante para o encerramento relativamente pacífico das hostilidades.

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado/AE.

Prudente de Morais em foto de 1894, ano de sua eleição para a presidência da República.

O conflito de Canudos

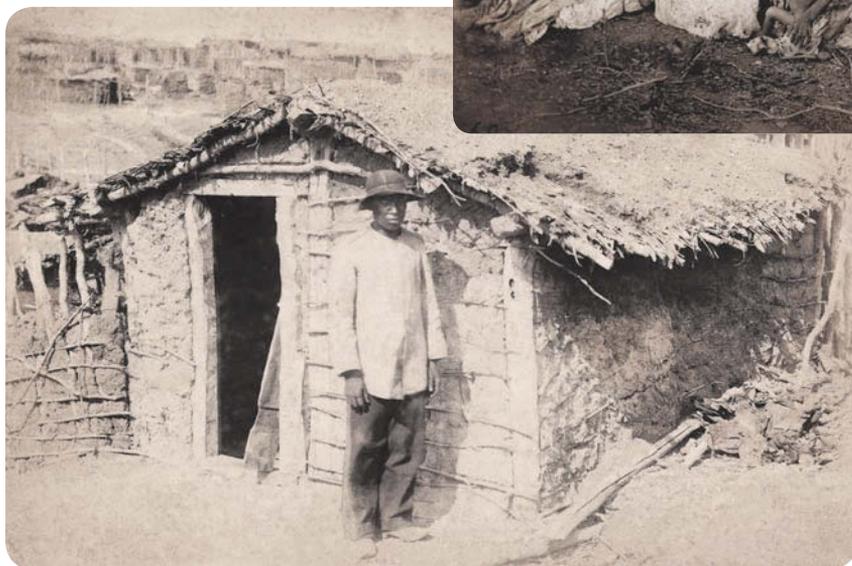
Durante o governo de Prudente de Morais, aconteceu a revolta que seria denominada **Guerra de Canudos** (1896-1897), um grande conflito que envolveu a população sertaneja do Nordeste, destacadamente da Bahia. Suas principais causas estão ligadas à injusta situação fundiária do país e ao total abandono em que se encontravam as populações mais humildes.

A uma estrutura agrária marcada pela concentração de terras nas mãos de poucos e pelo predomínio do latifúndio improdutivo em vastas áreas somava-se o total descaso das elites e do governo com as carências da população sertaneja. A tensão social explodia com frequência, quase sempre em momentos de seca prolongada, como nas duas últimas décadas do século XIX.

Durante as secas prolongadas, a população perdia suas fontes de sustento e muitas pessoas procuravam sobreviver migrando para outra região. Aumentava o banditismo social, sob a forma de cangaço – assaltos e invasões de fazendas e povoados por grupos armados. Também se disseminava nessas épocas o misticismo religioso: uma vez condenados à miséria material, os sertanejos passavam a buscar apoio no imaginário espiritual, levando uma vida de devoção religiosa e exaltação mística. O misticismo religioso quase sempre se desenvolvia em torno de um líder messiânico, ou seja, um líder carismático, cujo discurso era capaz de mobilizar as populações com promessas como a salvação eterna em troca das misérias terrenas.

Antônio Maciel, o **Antônio Conselheiro**, foi um desses líderes. Percorria o interior do Nordeste a pé, fazendo seus discursos e profecias, dando conselhos, proclamando a fé no Reino de Deus. Além das pregações, prestava alguma assistência à população mais pobre, erguendo ou reformando igrejas e construindo cemitérios. Entre seus fiéis havia um número expressivo de cangaceiros.

Em 1893, Conselheiro e seus seguidores estabeleceram-se na antiga fazenda de Canudos, nas margens do rio Vaza-Barris. Fundaram a aldeia de Belo Monte, que logo começou a atrair grande quantidade de sertanejos, por representar uma alternativa para o tradicional regime de exploração a que estavam submetidos havia séculos. Essa comunidade livre era vista como uma ameaça pelos poderosos, e não demorou para que o governo do estado da Bahia resolvesse acabar com o "mau exemplo" de Conselheiro e sua comunidade mística.

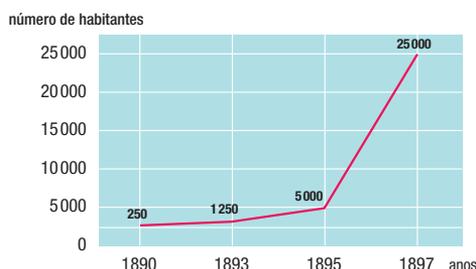
Fotos: Flávio de Barros/Álbum Canônico Virtual de Canudos/Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, RJ.

▲ Imagens do arraial de Canudos (1897): ao lado, um casebre típico do povoado; acima, quatrocentos jagunços feitos prisioneiros.

Além disso, Conselheiro criticava o governo republicano e em sua comunidade circulavam versos que faziam referências elogiosas a um passado monárquico glorioso, onde havia reis que protegiam o povo. Esses versos foram recolhidos por Euclides da Cunha e diziam respeito ao rei português dom Sebastião, falecido em luta no norte da África no século XVI. Dessa forma, a população de Canudos retomava as antigas lendas de origem portuguesa do sebastianismo, que previam a volta (mística) do rei D. Sebastião, inaugurando uma era de prosperidade. Esse material foi usado como argumento para acusar Antônio Conselheiro e seu grupo de monarquistas, o que ajudava os inimigos a mobilizar a república contra Canudos.

Em novembro de 1896, uma expedição de aproximadamente 100 homens do exército enviada para destruir a comunidade foi massacrada pelos moradores de Canudos. O governo da Bahia e depois o governo federal enviaram outras expedições, também sem sucesso.

A segunda expedição do exército (janeiro de 1897), com mais de 500 soldados, munida de metralhadoras e canhões, sob o comando do major Febrônio de Brito, fracassou a caminho de Belo Monte. Sob o comando do coronel Moreira César, veterano vencedor da Revolução Federalista, a expedição seguinte (março de 1897), composta de mais de 1 300 homens trazidos do Sul do país, fracassou diante da resistência dos conselheiristas.

Alguns meses depois, em junho de 1897, chegou a quarta expedição, que contava com cerca de 15 mil soldados trazidos de todas as partes do país e que montou um cerco a Canudos. Os combates prosseguiram durante os meses seguintes, sem que se chegasse a um termo. Mais tarde, partiu do Rio de Janeiro o próprio ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt, com mais alguns milhares de reforços.

Submetido a intenso bombardeio pelas peças de artilharia do exército e absolutamente carente de suprimentos, Canudos parecia estar com o destino selado. No entanto, a população da comunidade continuava a crescer, aproximando-se dos 30 mil habitantes. Chegava gente de todo o Nordeste, fazendo o possível para romper o cerco das tropas do governo, preferindo a morte, ao lado de Conselheiro, à miséria. Em 5 de outubro de 1897, Canudos foi finalmente derrotado, e os últimos defensores foram mortos pelas tropas.

ATAÍDE, Yara D. Bandeira de. As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro. *Revista USP*, n. 20, 1993-94. p. 97.

Reprodução/Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE.

Observe nos gráficos o rápido crescimento da população de Canudos e sua composição, o que dá margem a uma analogia com os quilombos. Antônio Conselheiro (à direita, em gravura anônima do século XIX) era visto por uns como uma ameaça à república e, por outros, como redentor do povo sertanejo.

A sucessão de Prudente de Morais

Vítima de um atentado realizado pelo soldado Marcelino Bispo durante a cerimônia de recepção das tropas vitoriosas que retornavam de Canudos em 5 de novembro de 1897, Prudente de Morais declarou estado de sítio. Desconfiando de uma conspiração florianista, embora nada de concreto tivesse sido provado, realizou violenta perseguição policial aos inimigos do regime. Foi nesse momento que as oligarquias conseguiram garantir a concretização de seu projeto hegemônico, na medida em que o florianismo começava a se esfacelar como alternativa política.

A posse do presidente seguinte, Campos Sales, paulista e cafeicultor, iniciou um poderoso domínio oligárquico na política brasileira.

O APOGEU DA ORDEM OLIGÁRQUICA (1898-1914)

Desde o final do período colonial, o domínio oligárquico vinha se estruturando no exercício do poder por intermédio de uma parte da elite agrária brasileira, embora muitas vezes de forma indireta, como durante a monarquia. Nessa época, a centralização política e a decorrente dependência de uma burocracia imperial impediam que os latifundiários exercessem um domínio pleno sobre os mecanismos políticos. Embora a vasta burocracia imperial fosse recrutada em meio às elites, elas muitas vezes eram tradicionais e não tão poderosas do ponto de vista econômico, como a elite nordestina, agarrando-se a seus cargos como forma de evitar um enfraquecimento ainda maior.

A situação tornou-se incontrolável a partir da expansão da lavoura do café, a nova riqueza econômica do país, rumo ao Oeste Paulista, e da consequente formação de uma nova aristocracia cafeeira, menos dependente da escravidão, que começou a questionar os antigos mecanismos políticos imperiais. Daí o advento da república.

Os governos do período foram: Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914).

A partir de Campos Sales, as oligarquias exerceram o poder de forma direta, principalmente por meio de seu setor mais avançado – o dos fazendeiros de café. Porém, foi justamente nesse período que começou a crise do café, com a queda brutal e constante dos preços do produto no mercado mundial.

Não deixa de ser curioso que, justamente no momento em que a oligarquia cafeeira assumiu plenamente o controle político do país, suas bases econômicas estivessem sendo corroídas. Boa parte da história econômica do período pode ser resumida na ação do Estado em financiar o sucesso da cafeicultura ou, em outros termos, transferir recursos do país para os cafeicultores.

Augusto Malta/Arquivo da editora

▲ As elites do Rio de Janeiro tinham na avenida Central (atual avenida Rio Branco), esquina com a rua do Ouvidor, o eixo de sua vida social e cultural na capital do Brasil (foto de 1906).

Economia: o combate à crise do café

A queda nos preços do café no mercado internacional abalou a economia do país, uma vez que por volta de 1900 o produto correspondia a mais de 56% do valor das exportações brasileiras.

Um dos efeitos da crise era a impossibilidade de pagar a dívida externa que vinha crescendo desde a independência. Ao mesmo tempo, a excessiva emissão de moeda nos primeiros anos da república, agravada pelos *deficit* crônicos na receita governamental, acabavam por produzir inflação. Campos Sales enfrentou o problema com novos empréstimos para pagar os juros da dívida, em troca de um acordo com os credores para sanear a economia brasileira. A garantia do empréstimo era a receita pública futura das taxas de alfândega, da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro. Essa política ficou conhecida como *funding loan*.

O *funding loan* representou uma *moratória*, ou seja, em troca de uma suspensão temporária no pagamento da dívida externa, concordava-se com seu aumento e a ampliação dos prazos para pagá-la. Nos primeiros anos após a assinatura do acordo, o país viveu um período de relativa tranquilidade econômica. Entretanto, as causas da crise se mantiveram e logo o problema voltou à tona, obrigando a um novo acordo com os banqueiros no mandato de Hermes da Fonseca.

Para o saneamento financeiro, Campos Sales contou com a atuação do ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, encarregado do combate à inflação. Uma das medidas tomadas foi a redução de gastos do governo, paralisando quase totalmente as obras públicas e aumentando os impostos, com novas taxas, especialmente sobre os produtos de consumo.

Com o equilíbrio orçamentário, o governo pôde reduzir drasticamente a emissão de papel-moeda, obtendo algum resultado na queda da inflação, mas seus desdobramentos sobre a economia nacional colocaram dúvidas sobre o sucesso do plano.

A diminuição, em volume, do meio circulante levou à recessão, com uma queda acentuada da atividade econômica em todo o país. A elevação indiscriminada dos impostos acabou por atingir todas as categorias sociais, principalmente os setores mais humildes, que não tinham como se defender e, além disso, enfrentavam desemprego cada vez maior por causa da recessão.

A valorização cambial da moeda – o mil-réis –, por sua vez, acabou barateando os produtos importados, em sua maioria industrializados, o que dificultou a sobrevivência da frágil indústria nacional.

Para combater a desvalorização do café originada pelo excesso de produção mundial, na qual o Brasil ocupava o primeiro lugar, os cafeicultores reuniram-se em 1906 na cidade de Taubaté. Combinou-se um plano de intervenção governamental na cafeicultura, com o objetivo de promover a elevação dos preços do produto e, assim, assegurar os lucros dos produtores. O acordo ficou conhecido como **Convênio de Taubaté**.

meio circulante: soma de todo o dinheiro que está em circulação no país, inclusive nos bancos.

recessão: diminuição generalizada da atividade econômica.

valorização cambial: trata-se da valorização da moeda nacional diante de moedas estrangeiras.

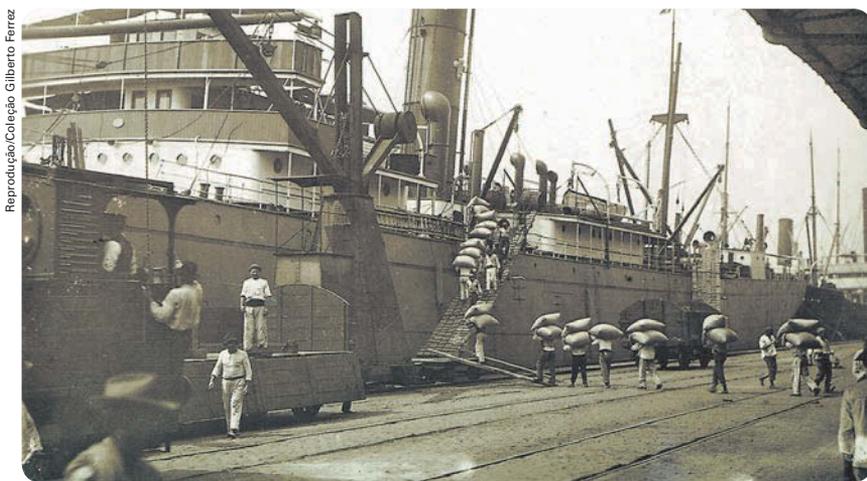
Os governadores dos três principais estados produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) concordaram em comprar toda a produção cafeeira e criar *estoques reguladores*. Os produtores não perderiam seus lucros, pois o café seria vendido de qualquer maneira, e o preço internacional seria mantido, pois o governo só venderia o produto dos estoques reguladores no mercado internacional conforme surgisse a demanda. Isso porque, havendo uma superoferta internacional do produto, seu preço tenderia a cair.

Guilherme Gaensly/Arquivo Nosso Século

A política de valorização do café deu novo impulso à cafeicultura, ainda que com prejuízos para o resto da economia do país. Foto do início do século XX, de Guilherme Gaensly, que retrata imigrantes colhendo café numa fazenda em Araraquara, São Paulo.

A oligarquia cafeeira havia encontrado um meio de evitar, ainda que temporariamente e por meios artificiais, a decadência econômica.

A princípio o café se valorizou. A economia do país, no entanto, foi prejudicada. O café era comprado dos fazendeiros por um elevado preço fixo, e isso só foi possível graças a um volumoso empréstimo externo feito pelos governos estaduais, envolvendo bancos ingleses e também norte-americanos, que iniciavam suas operações no Brasil. Além disso, se a demanda internacional não fosse suficiente, os estoques teriam de ser destruídos, transferindo os prejuízos para o governo e socializando as perdas para toda a população.

Outro problema é que o Brasil não era o único país produtor de café. A própria elevação dos preços no mercado internacional acabou por estimular a produção de café em outros países, aumentando a concorrência e levando o plano ao naufrágio. A política de valorização do café adotada pelos três principais estados produtores chegou a ser proposta ao governo federal, mas foi repudiada em 1906 pelo então presidente Rodrigues Alves, que alegou a necessidade de conter gastos e deter a inflação, herança das políticas de Campos Sales e seu ministro Joaquim Murtinho.

Reprodução/Coleção Gilberto Ferrez

Vista de embarque de café no porto de Santos, em sacas de 60 kg. Com a valorização do produto no governo Afonso Pena, o café recebeu o título de "ouro negro" das exportações e do poderio da elite nacional. Foto de 1895, de Marc Ferrez.

No entanto, o novo presidente – Afonso Pena, empossado no mesmo ano – promoveu a adoção da política de valorização do café pelo governo federal. O mesmo fizeram seus sucessores, pelo menos até Artur Bernardes (1922-1926), quando o estado de São Paulo passou a bancar sozinho a política de valorização.

A borracha: alternativa ao café?

O desenvolvimento da indústria em diversos países era intenso no início do século XX, podendo-se falar de uma segunda Revolução Industrial, que já vinha ocorrendo desde meados do século anterior. Novos setores industriais emergiram e outros se aprimoraram tecnologicamente, acarretando novas demandas de matéria-prima.

Tradicionalmente integrado à economia capitalista como área dependente e produtora de matérias-primas, o Brasil passou a suprir parte das novas necessidades da indústria. Uma delas foi a **borracha**, produto fundamental para a próspera indústria de pneumáticos e de automóveis.

A borracha, contudo, jamais ocupou o lugar do café na economia brasileira. Caracterizou-se como um *surto* econômico, que teve seu início, apogeu e decadência em aproximadamente 50 anos. Mesmo assim, a economia da borracha acabou provocando um problema entre o Brasil e a Bolívia em 1903, quando trabalhadores brasileiros ocuparam o Acre, território até então boliviano.

Fernando Bueno/Pulsar Imagens

▲ Palacete Bolonha, em Belém, concluído em 1915. Inspirado no estilo neogótico europeu, em plena Amazônia. Foto de 2010.

Depois de contendas com o exército daquele país, brasileiros e bolivianos assinaram um acordo, o Tratado de Petrópolis, segundo o qual o Brasil anexaria o Acre e, em troca, pagaria uma pesada indenização de 2 milhões de libras esterlinas para a Bolívia.

A EXTRAÇÃO DA BORRACHA

A borracha é extraída da seringueira – *Hevea brasiliensis* –, vegetal nativo das florestas tropicais da América, sendo a bacia do Amazonas a maior reserva natural da espécie. Já em 1887, a exportação da borracha atingiu 17 mil toneladas, e a partir de então o crescimento da exportação do produto foi bastante acelerado. O preço alcançou seu ápice em 1910, quando a borracha foi responsável por 40% do valor das exportações brasileiras, aproximando-se do percentual ocupado pelo café.

Os trabalhadores responsáveis pela extração – nascidos na região ou migrantes nordestinos fugindo da seca – habitavam cabanas miseráveis nas margens dos rios e percorriam a cada dia vários quilômetros a pé em plena mata, para extrair a seiva utilizada na produção da borracha. Completamente isolados, esses trabalhadores sobreviviam no limite da subsistência. Vendiam a borracha extraída para os seringalistas, proprietários de vastas áreas de floresta. Estes, sim, prosperavam, vendendo grandes lotes de borracha para o exterior.

QUESTÃO INTERDISCIPLINAR

- A borracha natural é obtida a partir da coagulação do látex. Pesquise:
  a) Como se dá o processo de coagulação do látex?
  b) Quais são as propriedades físicas na borracha?
  c) Quais são as possíveis aplicações da borracha natural?
  d) Que relação existe entre o crescimento da exportação da borracha brasileira e as transformações econômicas que se operavam na Europa no século XIX?

AS LUTAS SOCIAIS

A revolta popular de 1904

Entre 1902 e 1906, a capital da república, Rio de Janeiro, foi reconstruída, principalmente a região central. De velha cidade colonial, com ruas estreitas, atravancadas e insalubres, passou a moderna capital, nitidamente inspirada em Paris e em seus planos de urbanização, realizados pelo arquiteto Haussmann no século anterior.

Com edifícios construídos no melhor estilo eclético europeu, então na moda, suas belíssimas e rebuscadas fachadas contribuíam para o projeto de fazer do Rio de Janeiro uma moderna Paris tropical à beira-mar.

No entanto, vastos contingentes de populares foram sumariamente expulsos de suas habitações para dar passagem ao "progresso". Derrubaram-se os cortiços, ergueram-se belos edifícios, construindo-se um cenário para as elites e, simultaneamente, excluindo o povo, principal vítima das medidas de combate à inflação iniciadas por Joaquim Murtinho anos antes, mas ainda em vigor. Por tudo isso, a tensão social no Rio de Janeiro era explosiva.

Nesse tenso ambiente foi iniciado o saneamento da cidade, planejado e executado pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz. Era necessário combater a peste bubônica, a malária e a varíola, males endêmicos que afligiam os habitantes da cidade e faziam a má fama da capital brasileira no exterior.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Charge de 1905, extraída da revista *O Malho*, alusiva à campanha da vacinação obrigatória. Enquanto Oswaldo Cruz é enforcado, os ratos andam soltos.

QUESTÕES INTERDISCIPLINARES

1. Pesquise os meios de transmissão da peste bubônica, da malária e da varíola, e procure avaliar que intervenções urbanas seriam necessárias para controlar essas doenças.
2. Muitos dos habitantes do Rio de Janeiro temiam a vacinação contra a varíola, acreditando que ela poderia matá-los. Pesquise sobre a forma como as vacinas agem no organismo humano e procure encontrar uma explicação para o temor da população carioca.
3. Hoje, muitas cidades brasileiras ainda sofrem com doenças endêmicas, como dengue, malária e esquistossomose. Sua cidade é afetada por alguma doença? Em sua opinião, que medidas poderiam ser tomadas pelos governantes para controlá-la?

Acervo Iconographia/Reminiscências

A avenida Central, marco da nova Rio de Janeiro que se modernizava, apesar do aumento da exclusão social. Observe as ricas fachadas se abrindo para a larga avenida, repleta de transeuntes, num dia de Carnaval, em 1907.

Assim, em outubro de 1904 aprovou-se uma lei que instituía a vacinação obrigatória contra a varíola, estopim para uma revolta popular, comumente chamada de **Revolta da Vacina**. Não convencida quanto aos efeitos da vacina; com uma moral resistente à exposição de partes do corpo a agentes sanitários do governo (por exemplo, os ombros das senhoras); insuflada pelos últimos remanescentes de uma oposição jacobino-positivista, mas, principalmente, humilhada por um poder público autoritário e violento, a população do Rio de Janeiro revoltou-se.

As ruas e avenidas elegantes foram tomadas de assalto. Barricadas foram erguidas e, durante uma semana, a capital da república foi palco de violentos combates, até que as forças da polícia e do exército conseguiram reprimir os rebeldes.

Revolta da Chibata (1910) e do Contestado (1914)

Nos modernos couraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, recém-comprados da Inglaterra e considerados durante algum tempo os mais poderosos do mundo, a situação era bastante tensa em novembro de 1910. Ali sobrevivia um velho regimento disciplinar que, entre outros exageros, previa castigos corporais violentos para os marinheiros, com utilização da chibata até para infrações leves. Os maus-tratos aos marujos por parte dos oficiais, as más condições de alojamento e a má alimentação serviram de estopim para a revolta.

couraçado: tipo de navio de guerra caracterizado por grandes canhões e protegido por couraça de aço. Era um dos principais símbolos do poder militar e prestígio de um país, em uma época marcada por acelerada corrida naval.

Sob o comando de **João Cândido**, marujo negro e analfabeto, sublevaram-se os marinheiros dos dois grandes navios, ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro com os potentes canhões. Enviaram uma mensagem ao recém-empossado presidente da República, Hermes da Fonseca (1910-1914), reivindicando o fim dos castigos com chibata na marinha – razão pela qual a rebelião se tornou conhecida como **Revolta da Chibata**.

Diante do poder de fogo dos rebeldes, o governo aceitou negociar, determinando, a princípio, a entrega dos navios em troca do perdão aos líderes do movimento e da promessa de discutir a abolição dos castigos.

Poucos dias depois, os fuzileiros navais, baseados na ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, estimulados pela aparente vitória de seus colegas marinheiros, revoltaram-se em defesa de propostas semelhantes às dos marujos. Sem contar com o poder de fogo intimidador dos marinheiros, os fuzileiros não conseguiram sequer estabelecer negociações com o governo, que reprimiu violentamente o movimento.

Em meio à repressão aos fuzileiros, o governo decretou estado de sítio e mandou aprisionar os principais líderes da revolta, desrespeitando a anistia concedida anteriormente. Dos 600 prisioneiros, poucos sobreviveram aos maus-tratos na prisão ou aos trabalhos forçados na Amazônia, castigos que caracterizaram um ato de arbitrariedade poucas vezes igualado na história da república.

Desfecho igualmente sangrento teve a **Revolta do Contestado**, com um número de vítimas ainda maior.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ A Revolta da Chibata foi uma das rebeliões sociais do início do século no Brasil. João Cândido é o marinheiro assinalado. Foto de 1910.

Suas origens remontam ao isolamento e abandono em que vivia a população de uma vasta área situada entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, num território "contestado" pelos dois governos estaduais.

Enquanto esteve abandonado, o território não recebeu nenhuma atenção oficial, atraindo grupos marginalizados de origens diversas. Lá se desenvolveram comunidades místicas em torno de **líderes messiânicos**, sendo o principal deles o "monge" **José Maria**, supostamente irmão de outro líder messiânico da região no final do século XIX, **João Maria**.

Ao criar uma alternativa ao poder político dos "coronéis" e com a disposição até de enfrentá-los, o movimento do Contestado representava, do ponto de vista das elites, um perigo a ser eliminado, o que aconteceu quando, no final de 1913, começaram a ser enviadas tropas para exterminar as comunidades populares da região, com o massacre de seus habitantes.

Os movimentos operários

O crescimento das cidades e o avanço da industrialização tiveram como consequência o desenvolvimento de uma classe operária numerosa, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. O exemplo de São Paulo é expressivo: em 1872, o estado tinha pouco mais de 800 mil habitantes; e a capital, 23 mil habitantes; em 1900, no estado havia aproximadamente 2 milhões e 200 mil, e na capital, 580 mil habitantes. O número de indústrias quintuplicou de 1889 a 1907 e quase quintuplicou novamente até 1920, chegando a 13 mil[2].

[2] MOREIRA, Sílvia. *São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9.

Descontente com seus salários e com a situação econômica do país, associada a constantes elevações do custo de vida, o proletariado urbano se organizou em associações e sindicatos, com o objetivo de ajudar-se mutuamente e lutar por melhores condições de vida e trabalho. A influência dos anarquistas, principalmente de origem italiana e espanhola, e depois dos comunistas, dava uma base ideológica aos movimentos operários, estimulando greves e outras atividades organizativas e reivindicatórias.

O crescimento da indústria na república foi acompanhado de crescente movimentação operária. O Estado, que como vimos estava mais diretamente a serviço das classes dominantes, considerava essa movimentação de trabalhadores como crime, e a reprimia violentamente.

Da mesma forma que a capoeira era proibida pelo Código Penal de 1890, por ameaçar a ordem constituída, as Leis Adolfo Gordo previam a expulsão do país para estrangeiros considerados indesejáveis para a "manutenção da ordem". A cada movimento grevista, diversos imigrantes eram expulsos do Brasil. A polícia invadia domicílios, espancava e deportava líderes operários e fechava associações de trabalhadores. Segundo Washington Luís, quando ainda era presidente do estado de São Paulo, a questão social era um caso de polícia.

Reprodução/Museu Nacional de Belas Artes - Iphan/MinC, Rio de Janeiro, RJ.

▲ *A Redenção de Cã*, de Modesto Brocos, de 1895, tem sido interpretada como uma representação da ideologia do branqueamento da população brasileira: a matriarca negra em posição de agradecimento ou prece religiosa diante de seu neto, fruto da união entre sua filha mestiça e um homem branco. O título dado à pintura, fundamental para essa interpretação, retoma uma visão bíblica sobre o filho de Noé, Cã, do qual teriam surgido os descendentes negros.

Mesmo assim, os trabalhadores conquistaram diversas vitórias, tanto em termos salariais e de condições de trabalho quanto em termos de legislação trabalhista: nesse período foram aprovadas algumas leis em defesa dos trabalhadores nos estados e no âmbito federal.

Marginalização e lutas dos negros

Divididos quanto à política, monarquistas e republicanos concordavam em pelo menos um aspecto: a população negra era uma ameaça ao seu poder. Por esse motivo, entre outros, é que se incentivou a imigração de europeus. O discurso, ainda no império, era de "falta de braços", mas após a Abolição foram comuns o desemprego e a marginalização dos ex-escravos.

Na Primeira República consolidou-se a marginalização dos negros, que o sociólogo Florestan Fernandes traduziu como "o negro no mundo dos brancos". Apesar da igualdade formal entre brancos e negros, para conseguir ascensão social e melhores espaços no mercado de trabalho e no Estado o negro era forçado a assimilar um padrão de comportamento imposto pelo branco, distanciando-se de suas origens étnicas e culturais. A partir de então, passava a ser relativamente aceito, e sua negritude era relevada pelas elites.

A continuidade do racismo, que teve apoio até de teorias científicas da época, como o darwinismo social, foi um fator decisivo para a exclusão dos afrodescendentes, que tiveram de lutar contra muitas adversidades para conquistar seu espaço na sociedade. Pode-se dizer que essa luta ainda está por se concluir na sociedade brasileira.

"O NEGRO NO MUNDO DOS BRANCOS"

A Abolição não afetou, apenas, a situação do escravo. Ela também afetou a situação do "homem livre de cor". Na verdade, a Abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. Saído do regime servil sem condições para se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial e à modernização, o "homem de cor" viu-se duplamente espoliado. Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu repentinamente em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social. Só com o tempo é que iria aparelhar-se para isso mas de modo tão imperfeito que ainda hoje se sente impotente para disputar "o trabalho livre na Pátria livre".

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1971. p. 47.

MECANISMOS POLÍTICOS DO PODER OLIGÁRQUICO

O poder político no âmbito federal era exercido pelo presidente da República. Com o objetivo de controlar a presidência e, assim, defender seus interesses privados, as oligarquias paulista e mineira, respectivamente representantes do PRP (Partido Republicano Paulista) e do PRM (Partido Republicano Mineiro), formalizaram uma aliança que previa a alternância de políticos dos dois estados no cargo máximo do Executivo. O acordo resultou de longas articulações políticas.

Os três primeiros presidentes civis – Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves – eram paulistas. O primeiro mineiro a ocupar a presidência, a partir de 1906, foi Afonso Pena. A aliança entre esses dois estados deve-se ao fato de que, juntos, detinham o poder econômico – proveniente do café (São Paulo era o principal produtor do país) – e o poder político, isto é, votos, pois Minas Gerais (grande produtor de leite) era na época o estado com maior número de eleitores. Nascia assim a **política do café com leite**.

Os interesses comuns dos partidos mineiro e paulista garantiam sucessões presidenciais isentas de traumas ou modificações substanciais na condução do Estado brasileiro. No entanto, o controle político exercido por paulistas e mineiros só seria incontestável se houvesse o apoio dos demais estados da federação. Afinal, o presidente da República, em última análise, deveria seguir as leis que emanavam do poder Legislativo.

O primeiro presidente a necessitar do apoio dos estados – isto é, das bancadas estaduais no Legislativo – para colocar em prática sua política foi Campos Sales (1898-1902). Aliás, ele foi o idealizador do mecanismo de articulação do poder central com as oligarquias estaduais: a **política dos governadores**.

Também chamada por seu criador de "política dos estados", consistia basicamente num acordo entre o chefe do Executivo federal e os governadores estaduais: em troca da autonomia dos estados, os governadores elegeriam uma bancada de deputados e senadores que apoiaria o presidente da República.

Todos os meios eram válidos para eleger deputados e senadores "fiéis", inclusive a fraude eleitoral. Por sua vez, o presidente não faria intervenções nos estados, viabilizando a manutenção de certos grupos oligárquicos locais no poder, muitas vezes representados por famílias. Esses grupos utilizavam a fraude em benefício do presidente da República e também em benefício próprio.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ Com a política do café com leite, paulistas e mineiros aliavam-se para controlar a presidência da República. Charge de Raul. *Revista da Semana*, 3 mar. 1917.

Todo o sistema político da República Velha – como foi chamado, pejorativamente, mais tarde o primeiro período da história republicana do país – fundava-se na fraude, pois o voto não era secreto, o que permitia sua manipulação. A prática da fraude eleitoral e da manipulação de votos ficava geralmente a cargo dos "coronéis", que exerciam uma forma de **clientelismo**, estabelecendo o controle sobre a população mais pobre, que vivia sob sua influência. Os coronéis tomavam setores da população sob sua proteção, já que o Estado não se comprometia com suas necessidades básicas e, em troca, exigiam sua subserviência.

Esse poder era exercido, por exemplo, nas eleições, quando cada "coronel" controlava seu "curral" eleitoral (isto é, a massa de eleitores sob sua influência), de acordo com os interesses do momento. Esse voto dirigido ficou conhecido como **voto de cabresto**.

De posse de um grande número de votos, o "coronel" negociava com o governador de seu estado, isto é, oferecia esses votos em troca de benefícios. Dessa forma, o voto fraudado pelos "coronéis" saía dos municípios, elegia governadores de um grupo oligárquico estadual e chegava até a presidência da República, sendo canalizado para o candidato paulista ou mineiro.

Apesar de todo esse sistema de poder, frequentemente ocorriam conflitos. Nas eleições presidenciais de 1910, por exemplo, paulistas e mineiros se desentenderam e o eleito foi o marechal Hermes da Fonseca – que disputou a eleição com Rui Barbosa, cuja campanha baseava-se no argumento de que o poder deveria ficar com os civis (Campanha Civilista).

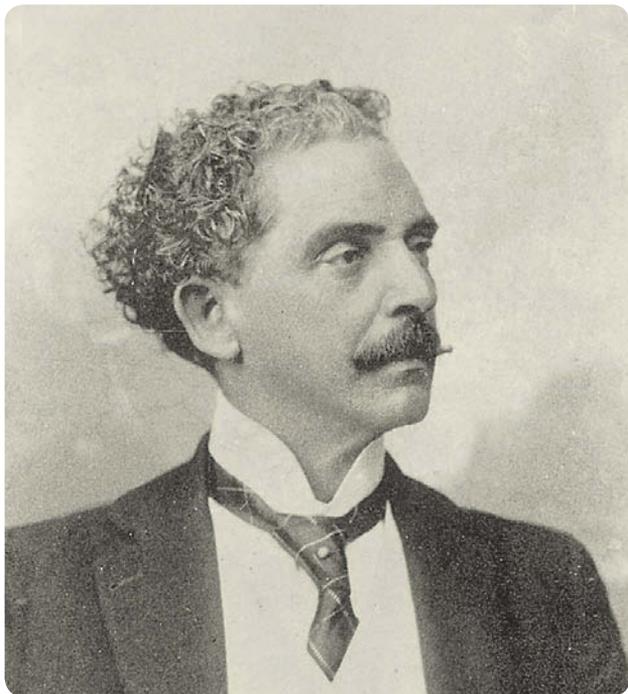
Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ Os poderosos "coronéis" exerciam o controle das populações rurais. Foto de 1920.

Reprodução/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

O voto de cabresto retratado pelo traço do chargista Alfredo Storni. *Revista Careta*, Rio de Janeiro, 1927. ▶

Diferentemente de seus predecessores militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que eram voltados para a modernização do país, Hermes da Fonseca governou de forma conservadora do ponto de vista econômico, permanecendo atrelado aos planos de valorização do café. Na área política, porém, realizou uma sistemática intervenção nos estados, promovendo a substituição de grupos oligárquicos por outros. Esse processo costuma ser denominado **Política das Salvações**.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ O senador Pinheiro Machado exercia grande influência sobre o governo federal, graças à verdadeira "máquina" por ele montada no Congresso. Foto de 1910.

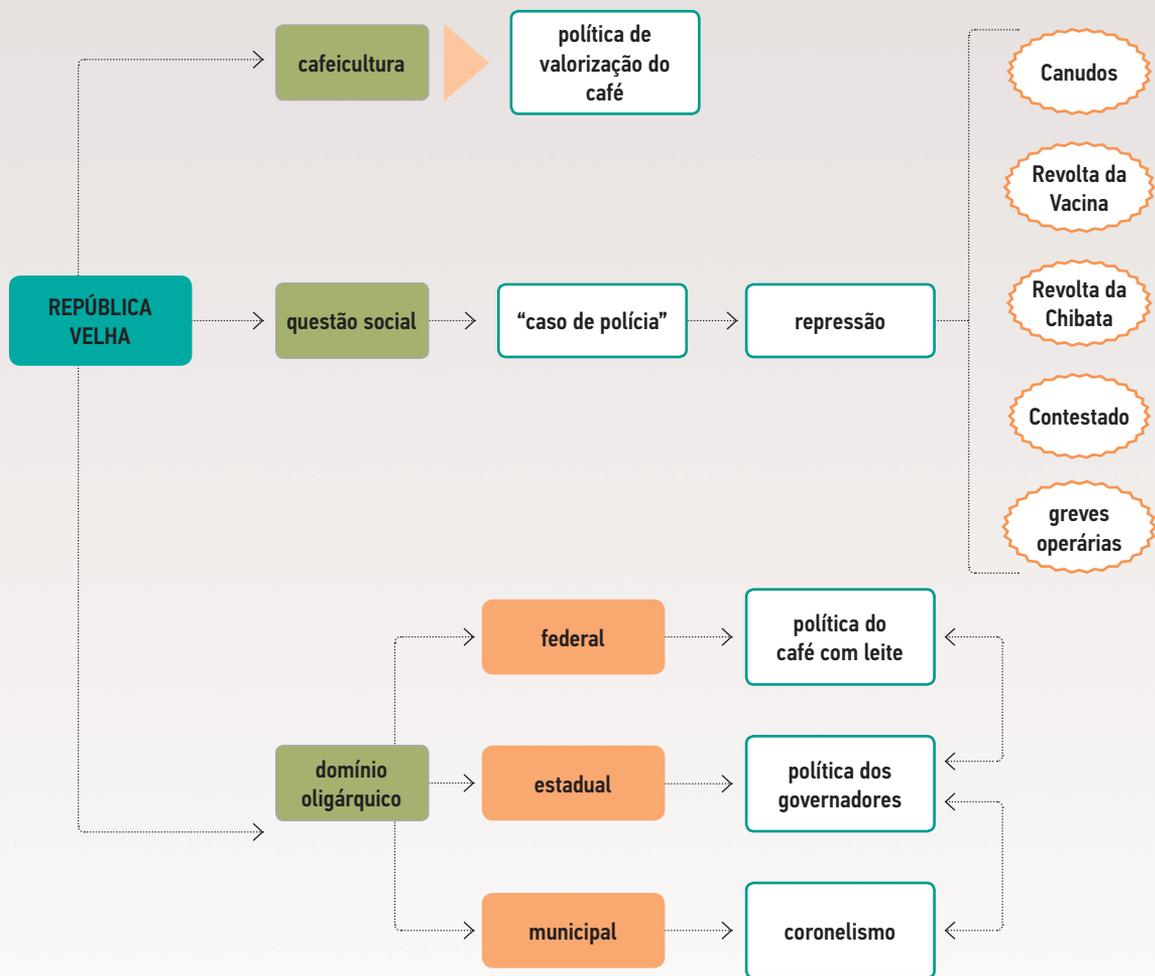
A substituição de grupos oligárquicos liga-se à própria forma como se deu a ascensão de Hermes da Fonseca, numa eleição disputada. Assim, se a oligarquia do estado da Bahia apoiou Rui Barbosa, por que mantê-la no poder? O mesmo se aplicava ao senador gaúcho Pinheiro Machado, que representava um estado de grande importância econômica e peso eleitoral na federação. Apesar de não ocupar nenhum cargo decisivo, Pinheiro Machado conseguiu criar um bloco parlamentar, o bloco "pinheirista", formalizado em seguida com o nome de PRC (Partido Republicano Conservador), reunindo a bancada dos pequenos estados. Sua ascensão acabou se tornando intolerável por criar uma alternativa ao monopólio político exercido por São Paulo e Minas Gerais. Nesse quadro, a "salvação" consistiria em promover intervenções nos estados pinheiristas, substituindo uma oligarquia fiel ao senador gaúcho por um grupo mais ligado ao presidente da República.

As "salvações" foram realizadas com sucesso nos estados da Bahia, de Pernambuco e de Alagoas, fracassando na Paraíba, no Piauí e no Rio Grande do Sul. No Ceará, o coronel do exército Franco Rabelo candidatou-se ao cargo de governador em 1912, com o apoio da oposição estadual. Durante a campanha, o governador Nogueira Acioli, pinheirista, representando a situação, desencadeou violenta perseguição aos seus adversários, chegando a utilizar forças policiais do estado e agindo com extrema violência. Pressionado, acabou renunciando, abrindo caminho para a vitória de Rabelo.

Logo em seguida, porém, o deputado Floro Bartolomeu iniciou a reação, revoltando-se contra o novo

governador. Era a **Revolução Cearense de 1914**. A cidade de Juazeiro foi tomada e os revoltosos, das mais diversas origens, abençoados pelo **padre Cícero Romão Batista**, rumaram em direção à capital do estado, onde derrubaram o governador e promoveram o retorno de Nogueira Acioli, ou seja, de um político ligado a Pinheiro Machado.

O episódio demonstra que os mecanismos político-oligárquicos, apesar de adequados à finalidade para que foram criados, estavam longe da perfeição. O imobilismo gerado pela política dos governadores, por meio da qual o mesmo grupo oligárquico permaneceria indefinidamente no poder, gerava forte insatisfação em outros grupos oligárquicos dos estados. O próprio monopólio político de São Paulo e Minas Gerais descontentava outros estados, notadamente o Rio Grande do Sul.

Além disso, as revoltas sociais ocorridas nos primeiros anos da república deixaram claro que a marginalização social e política continuou inalterada no país. Qualquer proposta de realização da cidadania republicana permaneceu como mera promessa.

ATIVIDADES

Com base no esquema-resumo e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir:

1. Analise a forma como o governo brasileiro lidava com os problemas sociais no período conhecido como República Velha.
2. Explique a relação existente entre as práticas coronelistas e a política dos governadores.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de charge

A charge abaixo foi criada pelo desenhista J. Carlos (1884-1950) na época em que a vacinação obrigatória contra a varíola e as medidas de saneamento básico de Oswaldo Cruz eram implementadas no Rio de Janeiro. Observe-a atentamente e leia a legenda que a acompanha. Em seguida, faça as atividades propostas.

Acervo Iconographia/Reminiscências

"O Senhor nada tem a fazer em casa dos Senhores Deputados... Só pode atacar as casas dos particulares, e não os poupe; é carregar pra frente no povo miúdo."

a) A pessoa mais alta representada na charge é uma caricatura do médico sanitarista Oswaldo Cruz. Que características dele foram ressaltadas pelo desenhista?

b) Apesar de o rosto da segunda pessoa representada estar omitido, sua postura corporal sugere algumas de suas características. Em sua opinião, que características são essas?

c) Analise a charge considerando:
- o contexto histórico em que foi produzida,
- as características das personagens representadas e
- a legenda que a acompanha.

2 Leitura, comparação e interpretação de documentos

Leia os textos a seguir. Eles foram escritos por diferentes autores, mas todos são referentes ao arraial de Canudos, fundado pelo beato Antônio Conselheiro no final do século XIX.

Texto 1

Palavras do Barão de Geremoabo, latifundiário baiano:

O trabalho estava desorganizado porque a maioria das famílias estava sempre pronta para seguir o Conselheiro, muitos pequenos proprietários também vendiam seus bens e partiam para Canudos.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. As origens do povo do Bom Jesus do Conselheiro. *Revista da USP*. São Paulo, n. 20, 1993-94. p. 89.

Texto 2

Versos recolhidos em Canudos, por Euclides da Cunha:

Garantidos pela lei
Aqueles malvados estão
Nós temos as leis de Deus
Eles têm a lei do Cão!
Bem desgraçados são eles
Pra fazerem a eleição
Abatendo a lei de Deus
Implantando a lei do Cão!
Casamento vão fazendo
Para o povo iludir
Vão casar o povo todo
No casamento civil!

D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civil
E fazendo o casamento!
O Anticristo nasceu
Para o Brasil governar
Mas aí está o Conselheiro
Para dele nos livrar!
Visita vem nos fazer
Nosso rei D. Sebastião
Coitado daquele pobre
Que viver na lei do Cão!

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. p.139.

Texto 3

Relatório do Tenente Pires Vieira, comandante da 1ª Expedição contra Canudos:

Combate de Uauá – Logo que chegamos ao arraial, no dia dezenove, mandei estabelecer o serviço de segurança, postando guardas avançadas nas quatro estradas que ali conduzem em distância conveniente, a fim de evitar qualquer surpresa; nomeei o pessoal de ronda, e conservei toda a força no acantonamento. [...]

Às cinco horas da manhã do dia vinte e um, fomos surpreendidos por um tiroteio partido da guarda avançada, colocada na estrada que vai ter a Canudos. Esta guarda, tendo sido atacada por uma multidão enorme de bandidos fanáticos, resistiu-lhes denodamente, fazendo fogo em retirada. Por essa ocasião o soldado da segunda companhia Theotonio Pereira Bacellar, que por se achar muito estropiado não pôde acompanhar a guarda, foi degolado por um bandido. Imediatamente, dispus a força para a defensiva, fazendo colocar em distância conveniente do acantonamento uma linha de atiradores, que causou logo enormes claros nas fileiras dos bandidos. Estes, não obstante, avançaram sempre, fazendo fogo, aos gritos de viva o nosso Bom Jesus! Viva o nosso Conselheiro! Viva a monarquia! etc. etc. etc., chegando até alguns a tentarem cortar a facão os nossos soldados. Um deles trazia alçada uma grande cruz de madeira, e muitos outros traziam imagens de santos em vultos. Avançaram e brigaram com incrível ferocidade, servindo-se de apitos para execução de seus movimentos e manobras. Pelo grande número que apresentaram foram por algumas praças calculados em três mil! Há, porém, nisso exagero, proveniente de erro de apreciação; seriam uns quinhentos, mais ou menos, os que nos atacara [sic], divididos em vários grupos, que procuravam envolver a nossa força e apoderar-se do arraial, o que não conseguiram devido às enérgicas providências que tomei, eficazmente auxiliado pelos oficiais e a disciplina das praças [...].

Disponível em: <www.umbuzada.com/canudos.php>. Acesso em: 21 jan. 2013.

a) Identifique o autor de cada um dos documentos. A que estrato da sociedade cada um deles está associado?

b) No primeiro documento, que preocupação é manifestada em relação ao arraial?

c) De acordo com o segundo documento, como os habitantes encaravam a instauração da República no Brasil?

d) Como são descritos os habitantes de Canudos no terceiro documento?

e) Reflita sobre suas respostas dadas às questões anteriores. Com base nelas, analise os motivos que levaram as autoridades republicanas a organizar um feroz combate ao arraial de Canudos.

CAPÍTULO 2

Um mundo em guerra (1914-1918)

Photographe Amateur/adoc-photos/Album/Latinstock

▲ Soldados caminham em campo devastado na Bélgica. Foto de agosto de 1917.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Um século inaugurado pela guerra

Outra marca do século XX são as chamadas guerras mundiais. Neste capítulo, você estudará a Primeira Guerra Mundial, que ficou conhecida como a Grande Guerra até 1939, quando outra guerra de proporções ainda maiores fez com que as pessoas começassem a chamá-la de Primeira Guerra Mundial. Para muitos historiadores, ela representou a inauguração efetiva do século XX.

Cerca de 9 milhões de pessoas perderam as suas vidas. O luto, a fome, os ferimentos e as doenças foram outras desgraças que acompanharam os sobreviventes. A consequência populacional dessas mortes acompanhou a Europa por várias décadas. Diante desse quadro, ficam as perguntas:

- O conflito entre as nações que se enfrentaram referia-se a interesses das suas populações nacionais ou de apenas alguns de seus grupos sociais e políticos?
- As riquezas vindas do domínio colonial eram concentradas na mão de poucos. Os ônus do conflito armado que se originou pelas disputas coloniais foi pago apenas pelos seus beneficiados, ou foi "socializado" para toda a população?

A POLÍTICA DE ALIANÇAS

No final do século XIX, o mundo se sujeitava à supremacia econômica de algumas potências capitalistas europeias, sobretudo a Inglaterra. Surgiam, entretanto, indícios do deslocamento desse centro dinâmico, pois alemães e norte-americanos sobrepunham-se aos ingleses na produção de ferro e aço, matérias-primas fundamentais para o desenvolvimento industrial do período.

Nos Estados Unidos, as indústrias química, elétrica e automobilística se desenvolviam consideravelmente e, na Alemanha, a indústria bélica prosperava com o programa naval de 1900, que visava conquistar um tardio império colonial, o que despertava e acirrava a rivalidade britânica. Além disso, as ambições coloniais alemãs no norte da África se chocavam com os interesses franceses, como ficou evidente na disputa dos dois países pelo controle do Marrocos, na chamada Questão Marroquina de 1904. Esse é o contexto da charge inglesa do *Kaiser* (imperador) Guilherme II na banheira, reproduzida nesta página: ela tem um tom de ironia, por enfocar um nobre em uma atividade cotidiana, mas também de crítica, ao indicar que o *Kaiser* entende a Europa como um objeto de seu uso pessoal.

Autoria desconhecida/Arquivo da editora

▲ A charge inglesa de 1914 mostra o *Kaiser* Guilherme II estendendo a mão sobre a saboneteira em forma de Europa. A frase diz: "Ele não será feliz enquanto não a possuir".

A Inglaterra, por meio de suas casas bancárias, era responsável por mais da metade do total de capitais investidos em várias partes do mundo e constituía o maior império colonial e uma das maiores potências militares do início do século XX. Apesar disso, cada vez mais, sua hegemonia, a chamada *Pax Britannica*, era ameaçada por outros países imperialistas que exigiam a redivisão colonial, sobretudo na África e na Ásia.

A esses elementos desafiadores da paz mundial vieram se somar as reivindicações das minorias nacionais europeias, que exigiam direito de autogoverno, baseando-se nos ideais de unificação italianos e alemães e intensificando o militarismo europeu. Poloneses, irlandeses, finlandeses e, principalmente, os povos do Império Austro-Húngaro (húngaros e grupos eslavos, como os sérvios, os croatas e os eslovenos) lutavam por suas independências, envolvendo as grandes potências e ativando suas rivalidades.

Caricatura anônima/Arquivo da editora

▲ Charge de 1904 sobre a Entente Cordiale, com o feliz casal: o marinheiro e a graciosa Marianne, representando, respectivamente, a potência marítima inglesa e a França.

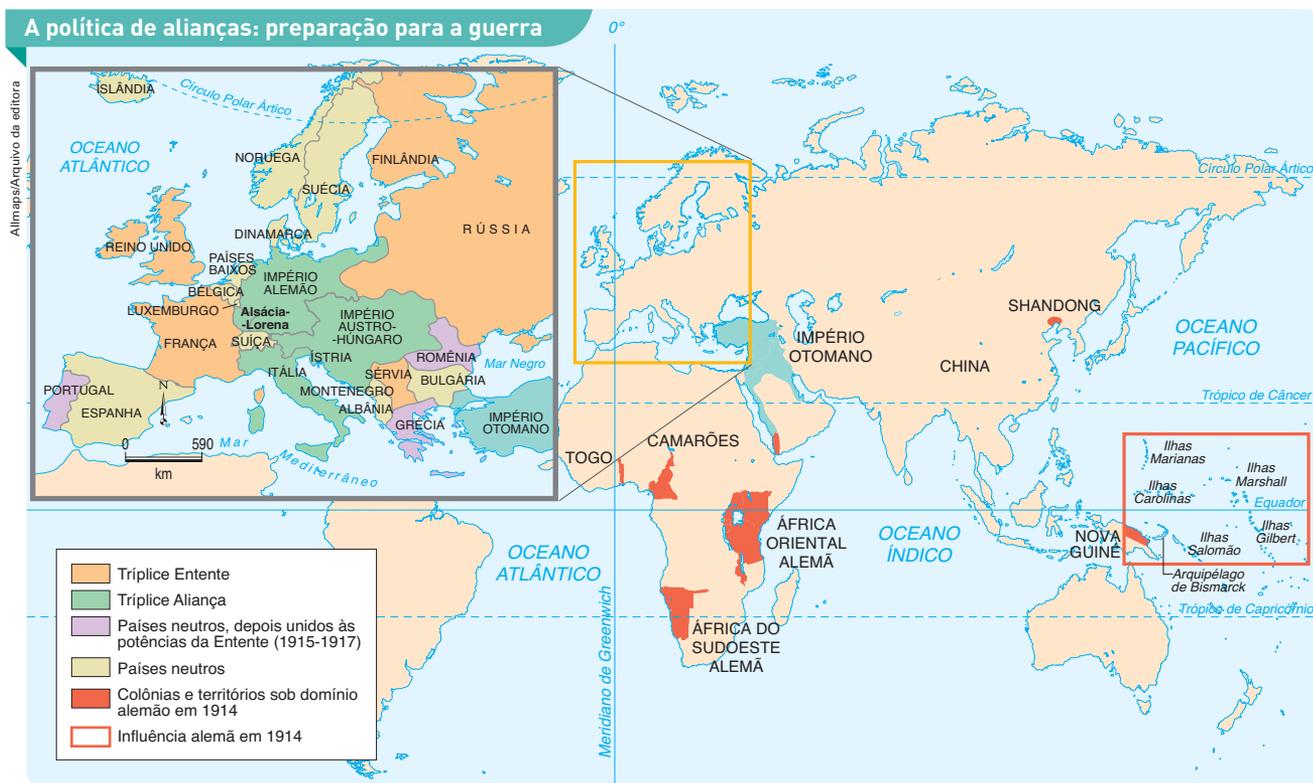
Como vimos, a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana acarretou a perda da região da Alsácia-Lorena para a Alemanha, o que despertou um forte espírito nacionalista, de revanche, entre os franceses, abrindo a possibilidade de uma nova guerra europeia. A Alemanha, desde sua unificação, fundamentou a política externa no isolamento da França, criando um sistema internacional de alianças político-militares que cerceassem o revanchismo francês.

Em 1873, o chanceler alemão Otto von **Bismarck** instaurou a **Liga dos Três Imperadores**, da qual faziam parte a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia. Entretanto, as divergências entre a Rússia e a Áustria com relação à região dos **Bálcãs**, originadas do apoio russo às minorias eslavas da região, que almejavam a independência, acabaram com essa aliança em 1878. Em 1882, o *Reich* (império) alemão firmou a **Tríplice Aliança**, unindo-se ao Império Austro-Húngaro e à Itália. Somente na última década do século XIX a França começou a sair de seu isolamento internacional, conseguindo estabelecer um pacto militar com a Rússia em 1894.

A Inglaterra se aproximou da França, formando com ela o bloco denominado **Entente Cordiale**, em 1904, que fundia os interesses comuns dos dois países no plano internacional.

A partir de então, as antigas hostilidades franco-inglesas foram esquecidas para que os dois países enfrentassem um inimigo comum: o sucesso econômico da Alemanha, sua expansão colonial e seu exaltado nacionalismo.

A adesão da Rússia à Entente Cordiale originou a **Tríplice Entente**. Assim, passavam a existir na Europa dois grandes blocos antagônicos: a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente, que fomentaram a tensão que levou os países europeus aos preparativos armamentistas. Essa situação está representada no mapa abaixo.

O posicionamento da Itália diante desses dois blocos era dúbio, pois, embora fizesse parte da Tríplice Aliança, cultivava sérios conflitos com o Império Austro-Húngaro. Por causa da disputa pelas regiões irredentas – Trentino, parte sul do Tirol e da Ístria –, chegou a assinar acordos secretos de não agressão com a Rússia e com a França, países da Tríplice Entente.

Adaptado de: CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia XX secolo*. Bolonha: Zanichelli, 1999. p. 1.169. vol. 3.

▲ A expansão colonial alemã colocou em xeque os domínios herdados no século XIX – daí as crescentes tensões entre as potências que rivalizaram na Primeira Guerra Mundial.

A QUESTÃO BALCÂNICA

A disputa pelos Bálcãs – região entre os mares Negro e Adriático – iniciou-se no final do século XIX, com o desmembramento do Império Turco-Otomano, que se encontrava em rápida desagregação após mais de quatro séculos de existência (lembre-se da tomada de Constantinopla em 1453). A intervenção imperialista internacional na região, polarizada pela Tríplice Entente e pela Tríplice Aliança, e as lutas nacionalistas dos diversos povos que faziam parte do império originaram agudas crises locais e internacionais. Veja no mapa a seguir alguns dos povos que compunham o mosaico étnico dos Bálcãs.

Pretendendo dominar a região do mar Negro ao mar Egeu, passando pelos Bálcãs, a Rússia defendia o **pan-eslavismo** e a independência das minorias nacionais. Sua intenção era unificar os povos eslavos balcânicos, libertando-os do enfraquecido Império Turco e garantindo sua influência e supremacia sobre as novas nações.

Adaptado de: PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S.Paulo, 1995. p. 210.

Os povos eslavos pertencem originariamente ao grupo indo-europeu: russos, ucranianos, sérvios, croatas, eslovenos, tchecos, eslovacos, morávios e polacos, entre outros. A fixação de vários grupos eslavos e de outros povos na região balcânica, favorecendo a diversidade de nacionalidades e de lutas autonomistas, ajudou a transformá-la num eixo de atuações de vizinhos e no estopim da Primeira Guerra Mundial.

Le Petit Journal. 18 out. 1908/Biblioteca Nacional, Paris

Os imperadores da Áustria-Hungria e da Rússia partilham os Bálcãs, enquanto o sultão turco (Abdul Hamid II), à direita, assiste impotente e furioso ao desmembramento do Império Otomano. Charge publicada no *Le Petit Journal* em 1908.

Os russos, entretanto, encontraram resistência do Império Austro-Húngaro e da Alemanha, que projetava construir a **estrada de ferro Berlim-Bagdá**, para ter acesso às áreas petrolíferas do Golfo Pérsico. Cruzando os Bálcãs e seguindo em direção ao sul, pelo estreito de Bósforo, a ferrovia atravessaria territórios pertencentes ao Império Turco.

O ideal de unificação eslava, encabeçado pela Sérvia e que resultaria na **Grande Sérvia**, tornou-se mais distante quando as regiões da Bósnia e da Herzegovina foram tomadas ao domínio turco e anexadas à Áustria-Hungria, em 1908. Desse modo, para conquistar a unidade, os sérvios tinham agora de lutar contra os impérios Turco e Austro-Húngaro. Nos anos seguintes, essa situação provocou agitações nacionalistas na região, promovidas pela Sérvia com respaldo russo.

Org. pelo autor.

Mapas: Allmaps/Arquivo da editora

A ferrovia Berlim-Bagdá reforçava as rivalidades entre as potências na região balcânica.

A morte do herdeiro do Império Austro-Húngaro

Reunidos, a partir de 1912, em uma coligação de países balcânicos contra o arruinado Império Turco, os países da região acabaram se desentendendo quanto à definição de fronteiras. Em 1913, a Bulgária, apoiada pela Áustria-Hungria, atacou a Sérvia, mas foi derrotada pela coligação desta com Montenegro, Romênia e Grécia.

Ao mesmo tempo, os povos eslavos da Bósnia e da Herzegovina, submetidos ao domínio austro-húngaro, aproveitavam-se da situação e rebelavam-se, buscando a independência, com respaldo da Sérvia.

Pretendendo acalmar os ânimos na região, em 1914 o herdeiro do trono austro-húngaro, **arquiduque Francisco Ferdinando**, viajou a Sarajevo, capital da Bósnia, com o objetivo de acompanhar manobras militares e, ao mesmo tempo, afirmar a força da monarquia austro-húngara. Em 28 de junho de 1914, entretanto, Francisco Ferdinando foi assassinado por terroristas bósnios, num atentado planejado pela organização secreta sérvia Mão Negra (também denominada "União ou Morte"), contrária ao domínio austríaco. Em represália, o governo austríaco deu um ultimato à Sérvia, com uma série de exigências que feriam a autonomia do país. Os sérvios não aceitaram as exigências, o que frustrou as possibilidades de uma solução pacífica para o impasse criado com o assassinato.

Em 1º de agosto de 1914, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia. Imediatamente, a Rússia posicionou-se a favor da Sérvia e, a partir de então, o sistema de alianças foi ativado, resultando na entrada da Alemanha, França e Inglaterra no conflito, que se generalizou.

Exatamente um mês depois, os grandes exércitos marchavam para a guerra.

Time Life Pictures/Getty Images

O arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa Sophie em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, momentos antes de serem assassinados.

O DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO

A Grande Guerra ou Primeira Guerra Mundial foi assim chamada por envolver todas as grandes potências do mundo ocidental da época. No esforço de guerra, cada Estado assumiu o controle da economia e todos os cidadãos foram recrutados para participar tanto do exército quanto da produção industrial, principalmente de armamentos. Os tanques de guerra, os encouraçados, os submarinos, os obuses de grosso calibre e a aviação, entre outras inovações tecnológicas da época, constituíram artefatos bélicos de um poder de destruição até então inimaginável.

De forma sintética, pode-se dizer que o conflito teve duas fases: em 1914, houve a **guerra de movimento** e, de 1915 em diante, a **guerra de posição ou de trincheiras**. A primeira fase estava relacionada ao **Plano Schlieffen**, estratégia ofensiva alemã elaborada ainda em 1905, sob os efeitos do clima de revanchismo francês que preponderava em sua política externa. Esse plano previa a mobilização de boa parte do exército alemão para invadir o território francês, pela Bélgica e pela Alsácia-Lorena, e render Paris ao final de seis semanas. Alcançado tal intento, os alemães julgavam que estariam livres para enfrentar os russos, direcionando suas tropas para o ataque e a invasão daquele país.

Para atacar a França, os alemães invadiram a Bélgica, violando a neutralidade desse país. Esse foi o pretexto para a Inglaterra declarar guerra à Alemanha. Mesmo assim, a marcha dos exércitos alemães

em direção a Paris surpreendeu as tropas francesas. Do lado leste, uma ofensiva russa inesperada, ainda em 1914, obrigou as forças alemãs a se dividirem, deslocando tropas para a região da Prússia Oriental. A França, beneficiando-se do apoio inglês, conteve o fulminante ataque alemão na **Batalha do Marne**, em setembro do mesmo ano. Com o fracasso da guerra de movimento, teve início a guerra de posição ou de trincheiras, que, devido às condições dos combatentes, originou a usual denominação de "guerra de sangue e barro" para o período. Outras potências entraram no conflito, posicionando-se ao lado da **Tríplice Entente** (França, Inglaterra e Rússia): Japão (1914), Itália (1915), Romênia (1916) e Grécia (1917). Ao lado das chamadas **potências centrais** (Alemanha e Áustria-Hungria) colocaram-se o Império Turco Otomano (1914) e a Bulgária (1915). Veja o mapa abaixo.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Apesar da proibição do uso de armas químicas, estabelecida pela Convenção Internacional de Haia, assinada em 1899, alta quantidade de gases letais e inabilitadores foi utilizada nessa guerra. Na foto, soldados e cães alemães com máscaras antigases. Data incerta, entre 1916 e 1918.

Cenário da Primeira Guerra Mundial

Allmaps/Arquivo da editora

Estados Unidos 3800000 116000
JAPÃO 800000 2000
IMPÉRIO BRITÂNICO 9500000 1000000
PORTUGAL 100000 7222
FRANÇA 8200000 1500000
BÉLGICA 380000 41000
ALEMANHA 13250000 1950000
ÁUSTRIA-HUNGRIA 9000000 1050000
IMPÉRIO RUSSO 13000000 1700000
ITÁLIA 5600000 533000
ROMÊNIA 1000000 158000
SÉRVIA 1000000 322000
MONTENEGRO 50000 3000
BULGÁRIA 950000 49000
GRÉCIA 200000 5000
IMPÉRIO OTOMANO 2850000 325000

NORUEGA, SUÉCIA, FINLÂNDIA, DINAMARCA, PAÍSES BAIXOS, LUX., SUÍÇA, ESPANHA, ALBÂNIA
OCEANO ATLÂNTICO, Mar do Norte, Mar Báltico, Mar Mediterrâneo, Mar Negro
Londres, Paris, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Sarajevo, Constantinopla, Moscou
15° L, 45° N
0 215 430 km

Fase inicial / Fase final: INGLATERRA, PAÍSES BAIXOS, BÉLGICA, ALEMANHA, LUXEMBURGO, FRANÇA, Calais, Dunquerque, Bolonha, Lille, Arras, Aquisgrana, Sedan, Treviri, Compiègne, Reims, Verdun, Paris, Nancy, Lorena, Alsácia

Fronteiras anteriores à guerra
Linha do *front* (11 de novembro de 1918)
Ofensivas das Potências Centrais
Ofensivas dos Aliados

Potências Centrais
Potências da Entente (Aliados)
Países neutros
Países que se uniram depois às Potências Centrais
Países que se uniram depois às Potências da Entente
Linha de trincheiras em novembro de 1914
Contingente das Forças Armadas
Até 650000 | Até 1300000 | Mais de 1300000
Número estimado de mortos (1914 a 1918)

Adaptado de: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S.Paulo, 1995. p. 248-249.

A Primeira Guerra Mundial começou com uma grande ofensiva das tropas alemãs e desembocou nas trincheiras, com poucos avanços ou recuos.

Trincheiras da morte

Valas se estendiam por 600 quilômetros

Retrato mais marcante da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as linhas de trincheiras surgiram em setembro de 1914, quando os alemães, que haviam invadido a França, foram barrados perto de Paris. Decididos a não retroceder nenhum palmo de território conquistado, eles iniciaram a construção das valas ao longo de toda a frente de combate. Vendo os alemães fortificarem-se, os aliados também cavaram seus próprios abrigos. Em poucos meses, as linhas de trincheiras estenderam-se da Suíça até o litoral norte da França, por mais de 600 quilômetros. Foi então que começou um longo e angustiante impasse. Os dois lados tentavam quebrar a guarda do oponente com ataques e contra-ataques em massa. Ficavam separados por uma faixa de lama de menos de 300 metros, a "terra de ninguém". Durante os anos da guerra, viver nas trincheiras tornou-se uma mistura de miséria, coragem e horror.

LABIRINTO

As trincheiras tinham 2,30 m de profundidade por 2 m de largura. Eram revestidas por sacos de areia para amortecer balas e estilhaços. Se o inimigo tomasse a primeira linha, os defensores recuavam para outras, cujo traçado complexo aparentava um verdadeiro labirinto.

ARAME FARPADO

Para retardar os ataques, uma rede de arame farpado, com até 30 m de largura, era instalada à frente das trincheiras. Enquanto os soldados lutavam para cruzar o emaranhado de fios, eram vítimas fáceis de atiradores inimigos.

ATAQUE FULMINANTE
Os primeiros ataques, chamados de "fogo de barragem", consistiam em enormes descargas de artilharia de grosso calibre, algumas com quase 2 milhões de projéteis em poucos dias. O resultado era sempre desolador: o solo atingido tornava-se uma mistura de terra revolvida, cadáveres e lama.
600 TIROS
Durante a Primeira Guerra, a metralhadora foi usada em larga escala, mudando drasticamente a forma de lutar. Disparando até 600 tiros por minuto, vitimava batalhões inteiros até que todos se dessem conta de como elas eram letais.
CERCADOS PELA MORTE
Além dos gritos e gemidos dos feridos, os soldados também não dormiam, sob o risco de serem atacados pelos ratos.
TOCAIA
Munidos de fuzis com miras telescópicas, os atiradores, chamados de elite (em inglês, *snipers*), ficavam horas de tocaia, à espera de algum soldado incauto que colocasse a cabeça para fora da trincheira inimiga. Quase sempre, a vítima era abatida com apenas um tiro.
ARMAS QUÍMICAS
Os exércitos utilizaram mais de 100 mil toneladas de gás durante a guerra. Essa arma foi responsável por 90 mil soldados mortos e cerca de 1,2 milhão de enfermos. Alguns soldados preferiam saltar para fora e ser fuzilados a enfrentar a nuvem de gás mostarda acumulada nos buracos.
PLANTAÇÕES DE BOMBAS
As tropas cavavam longos túneis em direção às trincheiras adversárias. Uma vez embaixo do inimigo, forravam o túnel com explosivos, matando milhares de adversários de uma vez e abrindo caminho para um ataque.
sala de rádio

Enquanto na frente ocidental a guerra entrava na fase das trincheiras, na frente oriental ocorria uma sequência de vitórias alemãs, como na Batalha de Tannenberg, na qual 100 mil russos foram aprisionados. Em 1916, em Verdun, frustrou-se nova ofensiva alemã contra a França, mantendo-se em geral as posições já existentes. O ano de 1917, ao contrário, foi marcado por acontecimentos decisivos para a guerra.

As contínuas derrotas russas aceleraram a queda da autocracia czarista, culminando nas revoluções de 1917, que resultaram na implantação do regime socialista. Com a ascensão do novo governo, concluiu-se um acordo de paz em separado, o **Tratado de Brest-Litovski**, de 1918, oficializando a saída dos russos da guerra.

Também em 1917, a derrota italiana na **Batalha de Caporetto** possibilitou às potências centrais voltarem-se para a frente ocidental franco-inglesa, e a Alemanha intensificou o bloqueio marítimo à Inglaterra, objetivando deter seus movimentos e o abastecimento da ilha da Grã-Bretanha.

Sentindo-se ameaçados pela agressividade marítima alemã, os Estados Unidos, que até então se mantinham neutros, embora fornecessem alimentos e armas aos países da Entente, usaram como pretexto o afundamento do transatlântico *Lusitânia* (que resultou na morte de dezenas de passageiros norte-americanos) para declarar guerra contra as potências centrais. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1917, com seu imenso potencial industrial e humano, reforçou o bloco liderado pela Inglaterra e pela França, que passou a obter sucessivas vitórias perante os alemães a partir do final de 1918.

A derrota das potências centrais diante da superioridade econômico-militar dos aliados, como eram denominados os integrantes da Entente, acarretou a renúncia do *Kaiser* alemão, em novembro de 1918, e a assinatura do armistício. O cessar-fogo foi conseguido por meio de um plano de paz formulado pelo presidente norte-americano **Woodrow Wilson** (os chamados **14 Pontos de Wilson**), que pregava "uma paz sem vencedores".

The Bridgeman Art Library/Keystone/Museu Imperial da Guerra, Londres, Inglaterra.

▲ Cartaz inglês de 1915 em que Lord Kitchener (ministro da Guerra e popular herói das lutas coloniais que antecederam a Primeira Guerra Mundial) solicita alistamento voluntário no exército. Essa imagem mais tarde inspirou o cartaz estadunidense que você observa abaixo.

akg-images/Ipress

▲ Cartaz alemão de propaganda, divulgando campanha de arrecadação de fundos para o financiamento do esforço de guerra alemão.

Swim Ink2, LLC/Corbis/Latinstock

▲ Cartaz americano de 1917 em que o Tio Sam, símbolo do estado norte-americano, convoca voluntários para a guerra.

akg-images/Ipress

▲ Cartaz italiano de 1917 convocando todos para o cumprimento do dever, incluindo a participação nas campanhas para "empréstimos" (financiamento) de guerra.

DEPOIMENTOS DE QUEM LUTOU NA GUERRA

O equilíbrio das forças em conflito a partir de 1915 fez com que a guerra se configurasse como uma guerra de trincheiras, visando manter posição e desenvolver combates para tomar território ao outro exército. A guerra de trincheiras foi extremamente cruel, e chegou-se ao uso de armas químicas – os gases venenosos – para tentar contornar os impasses.

"Ainda estou atolado nessa trincheira. [...] Não me lavei, nem mesmo cheguei a tirar a roupa, e a média de sono, a cada 24 horas, tem sido de duas horas e meia." (Capitão E. G. Venning, França)

"Em geral, para dormirmos aquecidos, deitávamos uns junto aos outros, dividindo cobertores – cada homem levava dois. O frio, no entanto, se mostrou preferível à lama (formada com o degelo) [...] Pelo menos, podíamos nos mover." (Sargento E. W. Wilson, Rio Somme)

"O campo de batalha é terrível. Há um cheiro azedo, pesado e penetrante de cadáveres. Homens que foram mortos no último outubro estão meio afundados no pântano e nos campos de nabos em crescimento. [...] Um pequeno veio de água corre através da trincheira, e todo mundo usa a água para beber e se lavar; é a única água disponível. Ninguém se importa com o inglês pálido que apodrece alguns passos adiante." (Rudolf Binding, que serviu numa das divisões da Jungdeutschland)

"Na verdade, gentileza e compaixão com os feridos foram talvez as únicas coisas decentes que vi na guerra. Não é raro ver um soldado inglês e outro alemão lado a lado, num mesmo buraco, cuidando um do outro, fumando calmamente". (Tenente Arthur C. Young, França, 16 de setembro de 1916).

Documentos compilados por Marques; Berutti; Faria. *História contemporânea através de textos*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-120.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Soldados búlgaros comem em trincheira. Foto de 1915, aproximadamente.

QUESTÃO INTERDISCIPLINAR

- A coleta de depoimentos sobre o passado recente é um método importante para os pesquisadores que trabalham com História Oral. Por meio dela, é possível registrar a maneira como determinados grupos sociais excluídos da história oficial, como operários e índios, vivenciaram determinadas experiências e que visão construíram delas. No entanto, é sempre preciso ter em mente que as lembranças que os indivíduos guardam do passado dependem da forma como estas foram processadas pela memória e que elas refletem a visão de mundo característica do grupo social ao qual esses indivíduos pertencem.

  Tendo isso em mente, releia os depoimentos acima e responda:

  a) Todos os depoimentos acima foram colhidos na mesma época? Justifique sua resposta.

  b) Os depoimentos acima têm alguma coisa em comum? Explique.

  c) Todos os depoentes citados são do sexo masculino. Como as mulheres vivenciaram a Primeira Guerra? Faça uma pesquisa sobre as condições de vida enfrentadas pelas mulheres nesse período.

  d) Que associação podemos fazer entre memória e identidade?

As características da guerra

Para a época em que ocorreu, a Grande Guerra teve uma duração incomum. No final do século XIX, as guerras entre países costumavam ser mais rápidas; as mais demoradas eram conflitos coloniais, ocorridos longe da Europa. No início, todos os contendores esperavam uma guerra de movimento (em que tropas se deslocam e conquistam outro território), rápida, mas nenhuma potência conseguiu vantagem suficiente para sobrepor-se a outra e vencer o conflito. Por isso, ele derivou para uma guerra de posição (em que o objetivo é não perder terreno e, aos poucos, ir conquistando território do inimigo), o que tornou as trincheiras a marca registrada da Primeira Guerra Mundial.

Além disso, o equilíbrio de forças levou os oponentes a tentar convencer os países neutros a se engajar em um lado ou em outro. Para isso, foram feitas promessas de territórios e benefícios que não puderam ser cumpridas ao final da guerra, provocando novos descontentamentos.

Em termos de extensão do conflito, a amplitude também foi uma marca importante do confronto, resultado do sistema de "paz armada", que juntava o armamentismo com alianças que iam se estendendo pelos continentes com base em interesses comuns entre países. Pela primeira vez, todos os grandes países da Europa entram em guerra ao mesmo tempo.

A África foi envolvida no conflito na medida em que a maior parte do seu território, naquele momento, era de colônias europeias. Na Ásia, o governo japonês viu mais vantagens em participar do conflito do que se manter neutro, e declarou guerra à Alemanha interessada nas bases alemãs na China. Os chineses, por sua vez, entraram na guerra, pelo menos nominalmente, para não se inferiorizarem diante do Japão. O Oriente Médio foi arrastado para a guerra junto com a Áustria e a Alemanha.

Em termos de intensidade, a Primeira Guerra Mundial pode ser vista como a primeira experiência de "guerra total", ou seja, que exige que todos os habitantes de um país e todas as suas forças se voltem para sustentar as tropas com recursos materiais e humanos. Isso se deveu ao impasse criado pela guerra de posições. O Estado passou a dirigir toda a economia para o esforço nacional de vencer os inimigos, e por isso uma das estratégias da guerra foi a de atingir a economia e a produção dos outros. A guerra também avançou para o setor psicológico: esse era o objetivo de bombardear a população civil nas cidades distantes dos *fronts*, ou seja, abater o moral dos adversários. Essa prática seria tristemente comum nas guerras do século XX.

Os tratados de paz: sementes para a guerra

Com o fim das operações militares, os vitoriosos reuniram-se em 1919 no Palácio de Versalhes, nos arredores de Paris, para as decisões do pós-guerra. O encontro foi dirigido pelo presidente norte-americano Wilson e os chanceleres Lloyd George, da Inglaterra, e Georges Clemenceau, da França.

O plano proposto pelo presidente norte-americano foi inviabilizado por diversos acordos paralelos e, principalmente, por pressão da França e da Inglaterra. As conversações resultaram no **Tratado de Versalhes**, que considerou a Alemanha culpada pela guerra e criou uma série de determinações que visavam a enfraquecê-la e desmilitarizá-la.

Por esse tratado, estabelecia-se a devolução da Alsácia-Lorena à França e o acesso da Polônia ao mar por uma faixa de terra dentro da Alemanha que desembocava no porto livre de Dantzig – seria o chamado "corredor polonês". A Alemanha perdia todas as suas colônias ultramarinas e parte de seu território europeu para os franceses, ingleses e seus aliados. Perdia também a artilharia e a aviação; passava a ter um exército limitado a 100 mil homens e ficava proibida de construir navios de guerra. Era ainda obrigada a indenizar as potências aliadas pelos danos causados, num total aproximado de 30 bilhões de dólares, valor que foi sendo renegociado na década de 1920 até ser extinto em 1932.

Lt. M. S. Lentz/Corbis/Latinstock

Uma grande multidão estava presente no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, França, durante a assinatura do tratado de paz, em 28 de junho de 1919.

O Tratado de Versalhes também oficializou a criação da **Liga das Nações**, que funcionaria como um fórum internacional no interesse da paz mundial. Essa pretensão, porém, não se concretizou, pois a liga não contou no início com a participação da Alemanha e da Rússia nem do próprio país que a idealizara e que se transformara na maior potência mundial: os Estados Unidos. Por discordar de muitas das decisões de Versalhes, os norte-americanos preferiram assinar com a Alemanha um acordo de paz em separado.

No mesmo ano de 1919, o Império Austro-Húngaro foi desmembrado pelo Tratado de Saint Germain. A Áustria perdeu a saída para o mar e foi obrigada a reconhecer a independência da Polônia, da Tchecoslováquia e da Hungria e a criação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (que, em 1929, adotaria o nome de Iugoslávia), perdendo, assim, a maior parte de seu território.

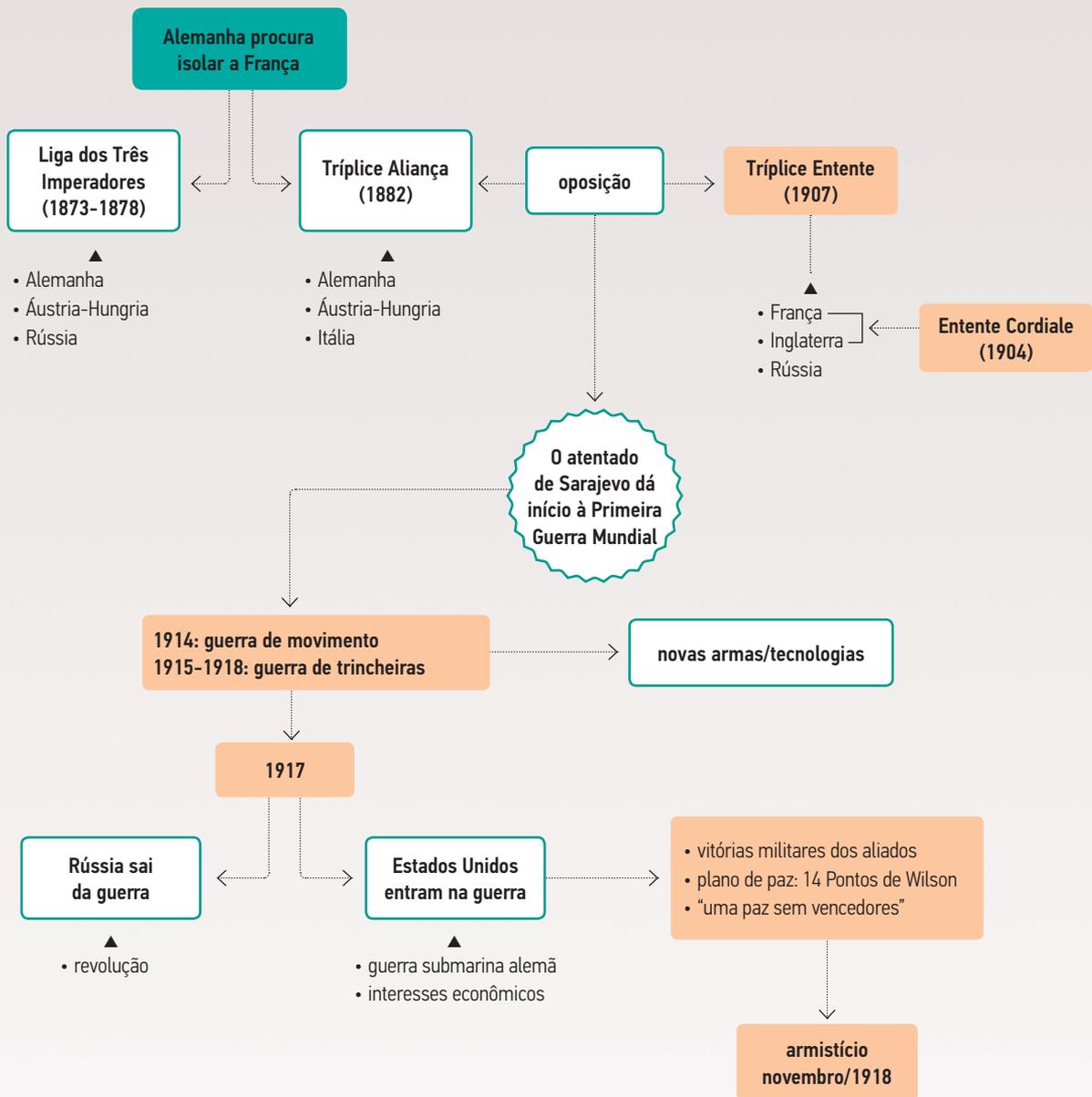
Desse modo, o conjunto de tratados assinados entre 1919 e 1921 selou a desintegração territorial dos impérios Austro-Húngaro, Turco Otomano (Tratado de Sèvres, depois reformado pelo Tratado de Lausanne) e Alemão. Ao mesmo tempo, determinou o início do processo de consolidação da independência de novos Estados, cuja soberania foi ratificada pelas populações envolvidas por meio de plebiscito. Tais países, quase todos situados na Península Balcânica e constituídos de etnias eslavas, passaram a integrar as novas áreas para a atuação dos interesses capitalistas das potências vencedoras (veja mapa a seguir). Com a Hungria foi assinado o Tratado de Trianon e com a Bulgária, o Tratado de Neuilly.

Reprodução/Coleção particular

▲ Caricatura de E. Schilling, de 1919, que mostra como as determinações de Versalhes representaram um fardo pesado para o povo alemão.

Somado ao fato de que essas mesmas potências conseguiram, ao final das discussões diplomáticas ocorridas no período, manter praticamente intactas suas possessões na África e na Ásia, verificou-se, na década de 1920, o fortalecimento da supremacia econômica e financeira dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França. Vinte anos mais tarde, essa supremacia seria contestada pelo espírito revanchista alemão que não havia morrido em Versalhes nem nos acordos posteriores.

Grandes impérios autoritários foram destruídos: o Império Otomano, o domínio monárquico dos Habsburgos, que comandava boa parte da Europa Central, a Alemanha monárquica dos *Kaisers* e a Rússia dos *czares*. A origem desses regimes dinásticos era muito anterior à Revolução Francesa, e seu desaparecimento levou junto seus vestígios do Antigo Regime.

PARA RECORDAR: O sistema de alianças (1873-1918)

ATIVIDADES

Com base no esquema-resumo e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir:

1. Explique os interesses em jogo que levaram à formação do sistema de alianças na Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

2. Explique as diferenças entre a fase da guerra de movimento e a fase da guerra de trincheiras que marcaram o desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial.

3. Identifique no esquema-resumo e anote em seu caderno os dois fatos determinantes para uma mudança de rumo da guerra e a vitória da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura de documento

O texto abaixo foi escrito pelo artista Filippo Marinetti e publicado no jornal italiano *Le Figaro*, em fevereiro de 1909. Trata-se do *Manifesto Futurista*, que propunha uma nova concepção estética, afinada com os novos tempos da era industrial. Leia-o com atenção e responda em seu caderno às questões propostas.

1. *Nós queremos cantar o amor ao perigo, o hábito da energia e da temeridade.*
2. *A coragem, a audácia, a rebelião serão elementos essenciais de nossa poesia.*
3. *A literatura exaltou até hoje a imobilidade pensativa, o êxtase, o sono. Nós queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo de corrida, o salto mortal, o bofetão e o soco.*
4. *Nós afirmamos que a magnificência do mundo se enriqueceu de uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida com o seu cofre enfeitado com tubos grossos, semelhantes a serpentes de hálito explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais bonito que a Vitória de Samotrácia.*
5. *Nós queremos glorificar o homem que segura o volante, cuja haste ideal atravessa a Terra, lançada também numa corrida sobre o circuito da sua órbita.*
6. *É preciso que o poeta prodigalize com ardor, esforço e liberdade, para aumentar o entusiástico fervor dos elementos primordiais.*
7. *Não há mais beleza, a não ser na luta. Nenhuma obra que não tenha um carácter agressivo pode ser uma obra-prima. A poesia deve ser concebida como um violento assalto contra as forças desconhecidas, para obrigá-las a prostrar-se diante do homem.*
8. *Nós estamos no promontório extremo dos séculos!... Por que haveríamos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Já estamos vivendo no absoluto, pois já criamos a eterna velocidade onipotente.*
9. *Queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo –, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas ideias pelas quais se morre e o desprezo pela mulher.*
10. *Queremos destruir os museus, as bibliotecas, as academias de toda a natureza, e combater o moralismo, o feminismo e toda a vileza oportunista e utilitária.*
11. *Cantaremos as grandes multidões agitadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela sublevação; cantaremos as marés multicores e polifônicas das revoluções nas capitais modernas; cantaremos o vibrante fervor noturno dos arsenais e dos estaleiros incendiados por violentas lutas elétricas; as estações esganadas, devoradoras de serpentes que fumam; as fábricas penduradas nas nuvens pelos fios contorcidos de suas fumaças; as pontes, semelhantes a ginastas gigantes que cavalgam os rios, faiscantes ao sol com um luzir de facas; os piróscafos aventurosos que farejam o horizonte, as locomotivas de largo peito, que pateiam sobre os trilhos, como enormes cavalos de aço enleados de carros; e o voo rasante dos aviões, cuja hélice freme ao vento, como uma bandeira, e parece aplaudir como uma multidão entusiasta.*

Manifesto Futurista. Disponível em: <http://memoriavirtual.net/2005/02/da-vinci/futurismo-manifesto-futurista>. Acesso em: 24 jan. 2013.

Album/akg-images/Latinstock/Museu de Arte Contemporânea, Roma, Itália.

▲ *A carga dos lanceiros*, de Umberto Boccioni, de 1915. Boccioni foi um dos autores e principais teóricos do Manifesto Futurista de Pintura.

a) Que relação o *Manifesto Futurista* estabelece entre a arte e a tecnologia?

b) O que Marinetti propõe no lugar da arte marcada pela "imobilidade pensativa, o êxtase, o sono"?

c) Em sua opinião, a concepção estética futurista pode ser vista como um reflexo do contexto político europeu do início do século XX? Justifique.

2 Leitura e reflexão

Leia a carta de um oficial inglês, publicada no jornal *The Times* de 1º de janeiro de 1915, no período de conflito conhecido como guerra de trincheiras, contando o Natal de seus soldados. Com base nela, responda às questões propostas a seguir:

> *Foi só um estranho Natal! Tudo calmo, a não ser uns tiros de emboscada do lado direito, mas nada no fronte. Nas trincheiras, aconteceram as cenas mais extraordinárias. Em frente à nossa barricada, nossos homens saíram e se misturaram com os alemães, conversando, trocando cigarros etc. Alguns dos nossos foram mesmo até as trincheiras inimigas e lá ficaram algum tempo, entretidos! Começaram a cantar, cada lado uma canção, até que todos terminaram com o* "God Save the King" *("Deus Salve o Rei"), que os saxões cantaram com bastante sentimento. Um dos meus homens recebeu uma garrafa de vinho e o regimento chegou a jogar uma partida de futebol com os saxões, que saíram vitoriosos por 3 a 2!*
>
> Carta de um oficial, citada no *The Times*, Londres, 1º jan. 1915. In: *História do século XX. Jornal do século*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 491.

a) De acordo com o texto, qual foi o clima que se estabeleceu entre os combatentes alemães e ingleses no Natal de 1914?

b) O clima descrito pelo autor é coerente com o contexto político europeu de 1914? Justifique.

c) Que reflexão a leitura do depoimento propõe sobre as divergências que opunham a Alemanha e a Inglaterra?

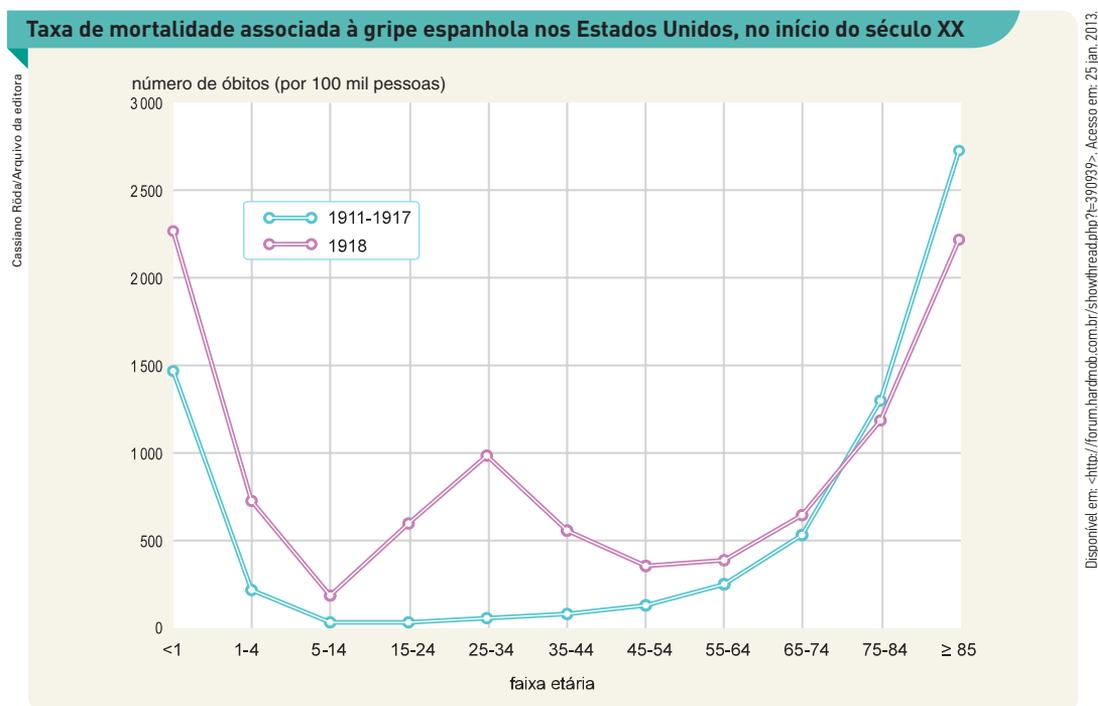
d) Retome o "Para pensar historicamente" e, com base no depoimento acima, registre sua opinião sobre as questões propostas naquela seção.

3 Leitura de gráficos e levantamento de hipóteses

Em 2009, grande parte do planeta alarmou-se com uma provável pandemia de gripe causada pelo vírus H1N1. Nos momentos de pico da doença, muitos se lembraram da gripe espanhola que, em 1918, fez milhões de vítimas no mundo. Na ocasião, o mundo vivia o fim da Primeira Guerra Mundial. Observando o gráfico abaixo, podemos pensar nos efeitos da gripe espanhola no início do século XX.

Taxa de mortalidade associada à gripe espanhola nos Estados Unidos, no início do século XX

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Disponível em: <http://forum.hardmob.com.br/showthread.php?t=390939>. Acesso em: 25 jan. 2013.

a) O gráfico acima diz respeito aos casos de gripe espanhola observados em que país do mundo?

b) Em relação à mortalidade dos casos de gripe espanhola, o que mudou no período entre 1911-1917 e 1918?

c) Considerando os dados do gráfico, pode-se dizer que a pandemia de gripe espanhola afetou os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial? Explique.

d) Em sua opinião, que efeitos a pandemia de gripe espanhola pode ter causado sobre a economia dos países afetados pela doença? Justifique sua hipótese.

e) Em sua opinião, é possível fazer alguma associação entre a guerra e a ocorrência da pandemia de gripe espanhola?

Foto da página 41/Bettmann/Corbis/Latinstock

CAPÍTULO 3

A Revolução Russa

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Populares de Petrogrado, adeptos da revolução, em foto de 1918.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Reflexões sobre as experiências históricas

Na Revolução Russa, líderes do proletariado comandaram o processo revolucionário, forçando uma ruptura social e política inédita cujos desdobramentos se refletiram internacionalmente por todo o século XX.

Entretanto, como você estudará mais adiante, após os acontecimentos de 1917 o movimento revolucionário não manteve coerência em relação aos desafios postos pela sociedade soviética e pela comunidade internacional.

Qual seria, então, o caráter do sistema soviético? Foi uma tentativa malsucedida de criar uma sociedade sem classes? Teria sido uma forma de resistir ao imperialismo capitalista, mas por meio de um novo tipo de imperialismo?

A resposta a essas questões depende do critério que usamos, ou seja, se avaliamos uma experiência histórica pelo que seus sujeitos dizem dela, ou pelos resultados que efetivamente produziu. Ao estudar este capítulo, reflita sobre as várias análises possíveis da Revolução Russa e de outros processos históricos.

A CORROSÃO DO CZARISMO RUSSO

As contradições vividas pela Rússia no início do século XX – muitas delas decorrentes dos valores impostos pelo Antigo Regime – chocavam-se com o mundo capitalista emergente. Os grandes proprietários de terras, o clero e os oficiais do exército, no alto da pirâmide social, configuravam uma sociedade baseada na posse de terras e de títulos honoríficos. Mantendo uma estrutura que carregava muitos aspectos do mundo feudal, a sociedade russa não mostrava o dinamismo de outras sociedades capitalistas.

Os nobres proprietários possuíam a maior parte das terras férteis e exploravam o trabalho dos camponeses, que viviam em situação próxima da servidão.

Album/akg-images/Latinstock

▲ Trabalhadores agrícolas russos, em foto de 1917.

The Bridgeman Art Library/Keystone/Coleção particular

▲ A repressão contribuía para a manutenção do czarismo – especialmente com a atuação da Okrana (polícia política), que intimidava as manifestações populares, perseguindo implacavelmente ou eliminando os opositores. Acima, uma ilustração publicada em 1904 no jornal francês *Le Petit*, representando a repressão a uma manifestação popular em São Petersburgo.

Desde o final do século XIX, diversos imperadores vinham adotando tímidas políticas modernizadoras. Entre elas estavam a abolição da servidão e o encorajamento de investimentos estrangeiros para impulsionar a industrialização russa. Ao mesmo tempo, a modernização industrial aumentava o contraste entre a estrutura oligárquica que sustentava o czar e as cidades modernizadas. Anarquistas e marxistas russos difundiam suas ideias entre as populações urbanas e rurais, e grandes greves operárias marcaram a Rússia do começo do século XX. Além deles, outros sujeitos sociais se opunham à estrutura autoritária do czarismo e todos concorreram para a Revolução de 1917.

Os monarcas da **dinastia Romanov**, no poder desde 1613, governavam de forma autoritária. O czar se confundia com o Estado e agia politicamente sustentado na grandeza imperial e voltado para a ampliação de seu poder como déspota. Essa postura, naturalmente, não satisfazia as aspirações burguesas de industrialização e modernização.

Corbis/Latinstock/Museu Hermitage, São Petersburgo, Rússia.

▲ Nicolau II em retrato de 1913.

A corrosão do czarismo, devido a seu caráter despótico, em contraste com os regimes constitucionais de muitas nações europeias, também se revelava no plano internacional, no jogo de forças com outras potências por domínios imperialistas, fragilizando seu poderio e debilitando o regime. O fracasso do czar Nicolau II na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), ao disputar a Coreia e a Manchúria, acabou por incentivar as forças de oposição a intensificar o desagravo ao despotismo dos Romanov.

A primeira evidência de impasse político se deu em 22 de janeiro de 1905, quando uma manifestação popular em frente ao palácio de inverno dos monarcas, em São Petersburgo, foi reprimida violentamente. Os manifestantes, pacíficos e desarmados, queriam uma entrevista com o czar para lhe pedir a convocação de uma Assembleia Constituinte e implantação de melhores condições de trabalho e regras trabalhistas.

São Petersburgo foi mais tarde chamada de Petrogrado, depois, de Leningrado e, atualmente, São Petersburgo, seu nome de origem.

Ria Nowosti/Album/akg-images/Latinstock

Na foto, forças militares reprimem a população em frente ao palácio de inverno dos monarcas russos, em São Petersburgo, no dia 22 de janeiro de 1905. Com o Domingo Sangrento, como este dia ficou conhecido, instalou-se o descrédito e a revolta da nação russa com o Estado czarista.

Apesar de não desrespeitarem a autoridade do czar, para quem chegaram a cantar o hino da fidelidade ao governo, *Deus salve o czar*, os manifestantes acabaram sendo dizimados às centenas, por tropas de soldados e da polícia. O episódio ficou conhecido como **Domingo Sangrento**.

Depois disso, uma onda de protestos e intranquilidade espalhou-se pelo Império Russo, resultando em uma greve geral e em levantes militares, como o do **encouraçado** *Potemkin*, da esquadra do mar Negro. Essa situação obrigou o czar a assinar o Tratado de Portsmouth, em 5 de setembro de 1905, pondo fim ao conflito com o Japão. O país foi obrigado a entregar ao vencedor a parte setentrional da ilha de Sacalina e a península de Liaotung e a reconhecer os direitos exclusivos dos japoneses sobre a Coreia.

Diante das crescentes manifestações, no mês seguinte o czar lançou o **Manifesto de Outubro**, prometendo a instauração de uma monarquia constitucional e parlamentar. As agitações populares, tanto de trabalhadores da indústria como de camponeses, estimularam a formação dos **sovietes** – conselhos de trabalhadores – em várias regiões da Rússia, o que ativou a participação popular.

O ENCOURAÇADO *POTEMKIN*

O episódio envolvendo esse navio ocorreu na cidade de Odessa. Sobre ele, o cineasta russo Serguei Eisenstein realizou em 1925 o filme *O encouraçado Potemkin*, para relembrar os vinte anos da revolta de 1905 – ocasião em que marinheiros de um navio do *czar* rebelaram-se contra a tirania de seus comandantes e assumiram o controle da embarcação. A população de Odessa apoiou a revolta, mas as forças repressoras do regime czarista esmagaram o movimento com violência desmedida.

Album/akg-images/Latinstock

O encouraçado *Potemkin* foi construído em 1898 e serviu à marinha russa até 1918. Na foto, marinheiros amotinados a bordo do navio, em 1905. Esta foi mais uma demonstração popular do descontentamento com o governo czarista.

Em 1906, Nicolau II cumpriu a promessa de instaurar uma Duma (parlamento), a fim de redigir uma nova Constituição para o país. Controlada por deputados predominantemente originários das elites nacionais, a Duma, no entanto, acabou ficando submetida à autoridade do czar, que aumentou seus próprios poderes por meio de decretos. As críticas dos parlamentares levaram-no, no ano seguinte, a dissolver a Duma.

O movimento de abertura do regime czarista mostrava-se oscilante, pendular. Em 1911 a reação absolutista se impôs novamente. A monarquia autocrática czarista convivia com a Constituição, com a Duma e com os sovietes – todos, agora, sem poderes efetivos.

Mapa do Império Russo até o início do século XX. Veja as áreas perdidas com o Tratado de Portsmouth.

Entre os opositores do czarismo, destacaram-se várias agremiações político-ideológicas, como os *narodnikis* (populistas), os anarquistas (partidários das ideias de **Bakunin**) e principalmente os social-democratas (defensores dos princípios marxistas).

Os social-democratas dividiram-se, a partir de 1903, em duas facções. Os **mencheviques** (do russo *menshe* = "menos", indicando sua presença minoritária no Congresso da Social-Democracia dos Trabalhadores Russos) caracterizavam-se como marxistas ortodoxos e pregavam o desenvolvimento e o amadurecimento do capitalismo para só então almejar o socialismo. Eram liderados por Gheorghi Plekhanov e Iulii Martov.

A outra facção dos social-democratas russos era a dos **bolcheviques** (do russo *bolshe* = "mais", indicando o caráter de maioria no mesmo congresso), que defendiam a revolução socialista, a instalação da ditadura do proletariado, com a aliança de operários e camponeses, e tinham como líder **Vladimir Ilitch Lênin**.

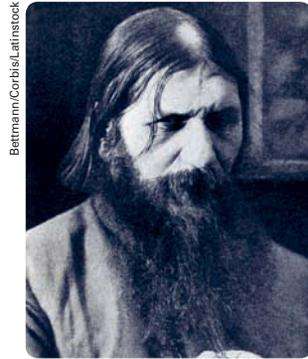
A progressiva divisão dos social-democratas levou-os à separação definitiva em 1914. Apesar disso, tanto bolcheviques como mencheviques continuavam a catalisar o crescente e generalizado descontentamento da população russa em relação ao czarismo.

A foto de maio de 1906 mostra o czar Nicolau II abrindo os trabalhos da Duma no Palácio de Inverno de São Petersburgo.

O COLAPSO DO CZARISMO

Membro da Tríplice Entente, juntamente com a Inglaterra e a França, a Rússia lutou contra a Alemanha e a Áustria-Hungria durante a Primeira Guerra Mundial, visando a conquistas territoriais. A guerra, porém, agravou as contradições sociais e políticas internas.

As sucessivas derrotas da Rússia diante do poderio militar alemão, pelas quais o czar foi responsabilizado, foram acompanhadas de deserções em massa de soldados da frente de batalha, favorecendo a organização das oposições que se preparavam para a insurreição.

No final de 1916, após a conquista de boa parte de seu território pelos alemães, a Rússia estava militarmente aniquilada e economicamente desorganizada. Sua população convivia com o desabastecimento e a escassez de gêneros básicos. Em fevereiro de 1917, os trabalhadores fizeram várias greves e manifestações, apoiadas por motins de soldados e marinheiros, o que acabou por gerar a deposição de Nicolau II.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Grigorij Efimovitch Novych, mais conhecido por Rasputin (1871-1916), teve grande influência sobre a corte de Nicolau II, especialmente sobre a czarina. Era considerado um homem santo por ter sido capaz de curar o filho do czar, o príncipe herdeiro, afetado por hemofilia. Rasputin angariou grande poder, nomeando ou destituindo ministros e altos funcionários do Estado. Atraiu crescente rivalidade e morreu assassinado em 30 de dezembro de 1916. O caso Rasputin contribuiu bastante para a desmoralização do Estado czarista de Nicolau II.

A REVOLUÇÃO MENCHEVIQUE

Em março de 1917, foi instalada a República da Duma, sob a chefia de um nobre politicamente moderado, o príncipe Lvov, sobre o qual pesava a influência de **Alexandre Kerensky**, líder menchevique. Kerensky era membro do Soviete de Petrogrado, outro centro de poder criado logo após a queda do czar, composto de operários, marinheiros e soldados.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Kerensky, no carro e de uniforme militar, inspeciona tropas no *front* de 1917.

ÀS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO

O clima de radicalização ao qual chegou a Rússia às vésperas da revolução é relatado pelo jornalista norte-americano John Reed, que mais tarde participaria do governo bolchevique:

Nós, americanos, custávamos a crer que a luta de classes fosse capaz de gerar ódios tão intensos. Vi oficiais da frente norte que preferiam abertamente uma catástrofe militar a qualquer entendimento com os comitês de soldados. O secretário da seção dos cadetes de Petrogrado garantiu-me que o descalabro econômico geral era parte de um plano organizado para desmoralizar a revolução aos olhos das massas. Um diplomata aliado, cujo nome prometi não revelar, confirmou o que me dissera o oficial. Soube ainda que muitas minas de carvão perto de Khárkov tinham sido incendiadas e inundadas por seus próprios donos, e que muitos engenheiros de fábricas têxteis, antes de abandoná-las em poder dos operários, destruíram suas máquinas. Empregados ferroviários haviam sido igualmente surpreendidos por trabalhadores quando inutilizavam suas locomotivas.

Grande parte da burguesia preferia os alemães à revolução. Nesse número, contava-se o próprio Governo Provisório, que não escondia mais seu ponto de vista.

REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984. p. 32.

QUESTÕES INTERDISCIPLINARES

1. O texto de John Reed é um exemplo de jornalismo literário. Pesquise as principais características desse gênero textual.
2. Com base em sua pesquisa e na leitura do texto acima, você diria que o relato feito por John Reed sobre a Revolução de Outubro foi imparcial? Justifique.
3. As características do jornalismo literário prejudicam o uso desse tipo de texto como fonte documental para o estudo da História? Justifique.

Kerensky só assumiu efetivamente o poder da Duma em julho de 1917, com a renúncia de Lvov. Comprometido com a ideia de desenvolver o capitalismo russo para depois lutar pelo socialismo, conforme pregavam os mencheviques, ele manteve a Rússia na Primeira Guerra Mundial, atendendo aos compromissos e ligações com a burguesia que o apoiava. Essa situação não era apoiada pelos bolcheviques, que defendiam que a revolução proletária estava prestes a ocorrer, o que levaria à paz no plano internacional e às mudanças almejadas no plano interno.

Museu Central da Revolução/akg-images/IPress

Cartaz russo de 1920, alusivo à vitoriosa união de operários e camponeses, tanto na revolução quanto na guerra civil que se seguiu.

Liderados por Vladimir Lênin e Leon Trótski, os bolcheviques ganharam popularidade com as **Teses de abril**. Sintetizadas na plataforma de “Paz, terra e pão”, propunham a saída da Rússia do conflito, a divisão das grandes propriedades entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno. Sob o lema “Todo poder aos sovietes”, Trótski recrutou uma milícia revolucionária em Petrogrado, a **Guarda Vermelha**, entre trabalhadores bolcheviques dos sovietes.

A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE

Em 7 de novembro (ou 25 de outubro, no calendário juliano, até então em vigor na Rússia), os bolcheviques tomaram de assalto os departamentos públicos e o Palácio de Inverno, em Petrogrado. Destituíram o governo republicano menchevique e em seu lugar criaram o Conselho de Comissários do Povo.

Assim, deram início ao novo governo russo, com a publicação do primeiro documento oficial da revolução, “Apelo aos trabalhadores, soldados e camponeses”, redigido por Lênin e que transferia todo o poder para os sovietes. No comando do conselho estavam Vladimir Lênin, como presidente, Leon Trótski, como encarregado dos negócios estrangeiros, e Josef Stálin, chefiando os negócios internos.

O governo de Vladimir Lênin (1917-1924)

De início, o novo governo nacionalizou as indústrias e os bancos estrangeiros, redistribuiu as terras no campo e firmou um armistício com a Alemanha, em Brest-Litovski. Para sair do conflito, a Rússia teve de abrir mão de alguns territórios (Estônia, Letônia, Lituânia, Finlândia, Ucrânia e Polônia).

As mudanças nas estruturas tradicionais de poder, entretanto, ativaram a oposição dos mencheviques e czaristas (que passaram a ser chamados de **russos brancos**). Com o apoio das potências aliadas, que receavam a propagação da revolução de caráter popular pelo mundo, as duas facções mergulharam o país numa sangrenta guerra civil, que só terminou em 1921, com a vitória dos bolcheviques (denominados **russos vermelhos**, por serem oriundos da Guarda Vermelha, que havia sido fundada por Trótski).

Underwood & Underwood/Corbis/Latinstock

As sucessivas derrotas russas na Primeira Guerra Mundial aceleraram a decomposição do Estado liberal menchevique. Na foto de 1925, Trótski discursa para tropas do Exército Vermelho.

Buyenlarge/Time Life Pictures/Getty Images

▲ Derrotando os brancos com a cunha vermelha. Propaganda gráfica revolucionária, 1920.

Durante a guerra civil, o governo de Lênin adotou como política econômica o **comunismo de guerra**, caracterizado pela centralização da produção e pela eliminação da economia de mercado, típica do capitalismo. Seu objetivo era conseguir recursos para enfrentar o cerco internacional e a guerra contra os russos brancos e seus aliados europeus. As requisições forçadas, com o confisco pelo Estado da produção agrícola, fizeram desaparecer os procedimentos de compra e venda de produtos, tornando desnecessário até o uso de moeda.

Em 1921, apesar da vitória bolchevique sobre os russos brancos e aliados, surgiram sérias crises de abastecimento, além de revoltas camponesas provocadas pelo confisco da produção agrícola.

A fim de evitar o colapso total da economia após a guerra civil, Lênin instituiu a **Nova Política Econômica** (NEP), um planejamento estatal sobre a economia que combinava princípios socialistas com elementos capitalistas. A NEP estimulava a pequena manufatura privada, o pequeno comércio e a venda livre de produtos pelos camponeses nos mercados. Pretendia, dessa forma, motivar a produção e garantir o abastecimento.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Vladimir Ilitch Lênin comandou a Revolução Bolchevique e foi o primeiro presidente da Rússia socialista. Justificava os ingredientes capitalistas da NEP com a frase "dar um passo atrás para dar dois passos à frente". Foto de data desconhecida.

Lênin justificava a inserção de componentes capitalistas na economia russa sob a alegação de que eram necessários para fortalecê-la e, desse modo, possibilitar a implantação do regime socialista. A NEP, que durou até 1928, levou à recuperação parcial da economia soviética e à reativação de setores fundamentais, fazendo crescer a produção industrial e agrícola e o comércio.

Em contraste com a relativa liberalização econômica, consolidou-se o centralismo governamental sob a supremacia do Partido Comunista Russo, nome dado pelos bolcheviques, a partir de 1918, ao único partido permitido no país. Nesse mesmo ano foi elaborada uma Constituição que criava a República Soviética Socialista Russa e, em 1923, outra, que instituía a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, mais conhecida por União Soviética. Esse foi o resultado de um acordo de união das diferentes regiões do antigo Império Russo, convertidas em repúblicas federativas e socialistas. Com a mudança do nome, o ex-partido bolchevique transformou-se, em 1925, no Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Com a morte de Lênin, em 1924, o poder soviético foi disputado por Leon Trótski, chefe do exército, e Josef Stálin, secretário-geral do Partido Comunista. Trótski defendia a revolução permanente, que pretendia difundir o socialismo pelo mundo. Stálin pregava a consolidação interna da revolução, a estruturação de um Estado revolucionário forte e a implantação do socialismo num só país, para então tentar expandir a revolução para a Europa. Stálin saiu vitorioso e, nos anos seguintes, marginalizou Trótski e seus seguidores até eliminá-los.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1923.

O GOVERNO DE JOSEF STÁLIN (1924-1953)

A partir de 1928, a economia soviética, sob o comando de Stálin, viveu a socialização total, com a abolição da NEP e a instauração dos **planos quinquenais**, que objetivavam modernizar e industrializar a União Soviética. O primeiro deles (1928-1933) estava voltado para o aumento da produção de maneira global, com o estímulo à industrialização, sobretudo na área da indústria pesada (siderurgia, maquinaria, etc.).

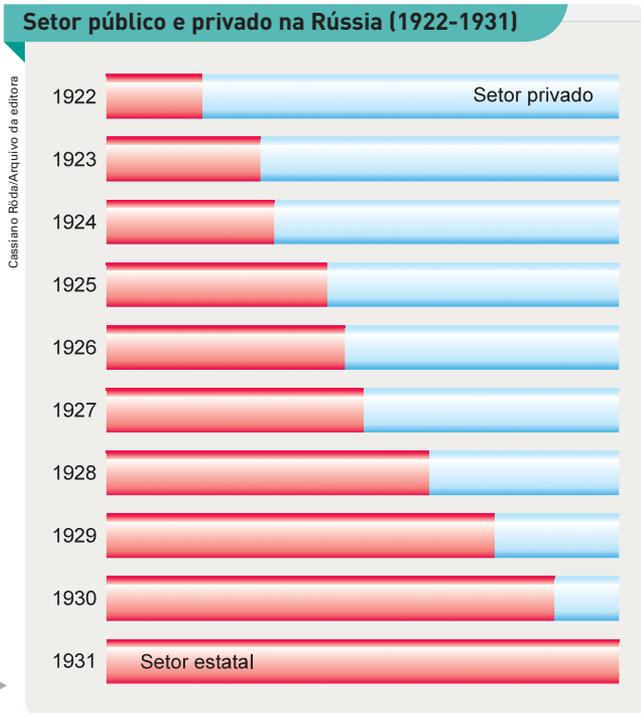
No meio rural foi feita a coletivização agrícola, com duas formas de estabelecimento rural: os *sovkhozes* (fazendas estatais) e os *kolkhozes* (cooperativas).

Ao ser implantado o segundo plano quinquenal, na década de 1930, já se notavam os efeitos positivos do primeiro plano: a indústria de base crescera aproximadamente sete vezes em relação a 1928, e a indústria de bens de consumo, quatro vezes.

O terceiro plano quinquenal, iniciado em 1938, visava desenvolver a indústria especializada, especialmente a química, mas não pôde ser colocado em prática devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial.

No plano político, Stálin consolidou seu poder assumindo integralmente o controle do Partido Comunista, transformado no poder máximo que supervisionava todos os sovietes.

Subordinada ao partido estava a polícia política revolucionária, organização chamada inicialmente de Cheka e, depois, em 1922, transformada em GPU, a Administração Política do Estado, sob a chefia de Stálin.

De 1922 a 1931 prevaleceu o encolhimento do setor privado em relação ao estatal.

Centralizando todo o poder do Estado soviético, Stálin livrou-se da oposição de Trótski, exilando-o em 1929. Mais tarde, principalmente entre 1936 e 1938, reafirmou sua autoridade ao afastar todos os potenciais opositores, recorrendo para isso a julgamentos, condenações, expulsões do partido e punições – processos que ficaram conhecidos como *expurgos de Moscou*. Sem alarde ou protestos, que eram abafados pelo medo, muitos líderes políticos e cidadãos comuns foram aprisionados, executados ou mandados para prisões em regiões remotas, como a Sibéria.

Mesmo fora da União Soviética, Trótski continuou a fazer oposição ao governo stalinista, criticando os processos de Moscou e a farsa das retratações de acusados, até ser assassinado por um agente da polícia política soviética no México, em 1940.

No plano externo, 65 partidos comunistas internacionais, representando mais de 3 milhões de comunistas do mundo todo, apoiaram abertamente a política stalinista no congresso da Internacional Comunista (*Komintern*), ocorrido em 1935, em Moscou. Um ano antes, a União Soviética já participava da Liga das Nações, como prova de reconhecimento diplomático por parte de vários países capitalistas outrora aliados do exército russo branco.

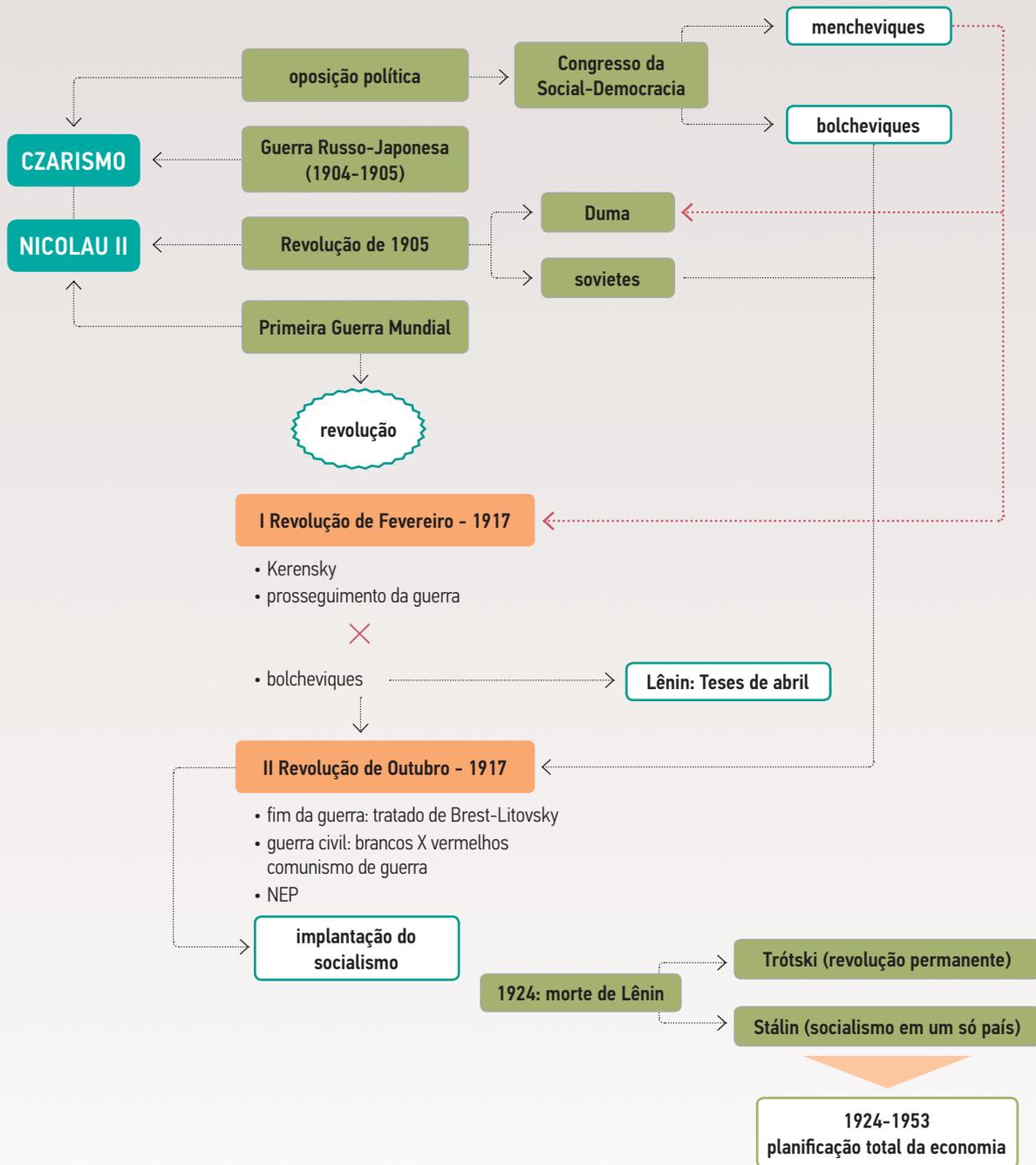
Na década de 1930, a consolidação do governo fascista de Benito Mussolini, na Itália, e a ascensão do governo nazista de Adolf Hitler, na Alemanha, provocariam uma alteração substancial na política mundial, envolvendo a União Soviética nos conflitos do período. O pacto anti-*Komintern*, assinado entre o Japão, a Itália e a Alemanha, em 1936, tornava-se um desafio não só à existência de um país sob o regime comunista, mas também ao movimento operário internacional.

Reprodução/Coleção particular, Londres, Inglaterra.

Manifesto propagandístico de Stálin destacando a construção de usina siderúrgica em Moscou, em 1930.

Reprodução/Museu Lênin, Moscou, Rússia.

Todos os membros dessa reunião do IX Congresso do PCUS de 1920 assinalados na testa foram vítimas dos expurgos de Stálin.

PARA RECORDAR: A Revolução Russa

ATIVIDADES

Com base no esquema-resumo e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir:

1. Caracterize a Rússia sob o ponto de vista político, econômico e social às vésperas da Revolução Russa.

2. Explique de que maneira a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial favoreceu a eclosão da Revolução socialista.

3. Explique as diferenças existentes entre os projetos políticos defendidos para a Rússia pós-revolucionária por Trótski e por Stálin.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura de documento

O texto abaixo é um discurso proferido por Lênin, líder da revolução bolchevique, em Petrogrado, no dia 15 de abril de 1917, logo depois de seu exílio na Suíça. Leia-o atentamente e, em seguida, responda às questões:

> *Caros camaradas, soldados, marinheiros e trabalhadores! Estou feliz em poder saudar em suas pessoas a vitoriosa revolução russa e saudá-los como a vanguarda da revolução proletária internacional.*
>
> *A guerra pirata do imperialismo é o início da guerra civil por toda a Europa... Não está longe a hora em que os povos irão virar as suas armas contra seus exploradores capitalistas... Esta é a aurora da revolução socialista.*
>
> *A Alemanha ferve...*
>
> *A qualquer dia, agora, toda a Europa capitalista irá tombar. A Revolução Russa, por vocês realizada, preparou o caminho e deu início a uma nova época. Longa vida à revolução proletária internacional.*
>
> *Não sei ainda se vocês estão de acordo com o Governo Provisório. Mas sei muito bem que, enquanto eles ficam fazendo doces discursos e fazendo tantas promessas, eles estão é a enganar vocês e a todo o povo da Rússia. O povo precisa de paz. O povo precisa de pão e de terra. E eles dão a vocês guerra, fome e nada de comida, e a terra continua com os seus donos. Marinheiros, camaradas, vocês têm de lutar pela revolução, lutar até o fim.*
>
> Apud FIGUEIREDO, Carlos. *Cem discursos históricos*. Belo Horizonte: Leitura, 2002. p. 310-311.

a) A quem Lênin se dirige em seu discurso?

b) O que estava acontecendo na Europa e, em particular, na Rússia, quando Lênin proferiu esse discurso? Em seu caderno, transcreva os trechos do discurso que fazem referência a esses acontecimentos.

c) Qual era a projeção de Lênin para o processo revolucionário na ocasião em que proferiu o discurso?

d) Que estratégia Lênin empregou em seu discurso para conquistar a simpatia da população? Explique.

2 Leitura e análise de cartazes

Examine as imagens abaixo, feitas pelo artista e escritor Vladmir Mayakóvsky em 1917. Preste atenção às personagens representadas, à maneira como estão caracterizadas, aos elementos do cenário e às diferenças existentes entre o primeiro e o segundo quadro. Em seguida, responda às questões:

Reprodução/Coleção particular

Reprodução/Coleção particular

▲ As legendas dizem: "Eis quem os soldados defendiam antes!" e "Eis quem os soldados defendem agora!". Nas bandeiras da figura, lê-se: "Terra e Liberdade", "República Democrática" e "Livre".

a) Descreva as personagens representadas no primeiro quadro e identifique-as.

b) Observe o cenário do primeiro quadro e explique a associação feita entre ele e as personagens da figura.

c) Descreva as personagens representadas no segundo quadro e identifique-as.

d) Leia, na legenda das imagens, a tradução das frases escritas nas bandeiras e responda: que relação pode-se estabelecer entre essas frases e a mudança nas personagens representadas?

e) Pesquise a biografia de Mayakóvski, dando atenção ao seu envolvimento com os acontecimentos políticos que marcaram a Rússia depois da revolução bolchevique. Considerando as experiências do escritor nos últimos anos de sua vida, como você imagina que ele teria representado esse período da história russa? Em seu caderno, desenhe um terceiro quadro para a imagem reproduzida no livro, seguindo o mesmo modelo dos outros dois.

3 Leitura e análise de tabela

A tabela abaixo oferece dados acerca da produção e do consumo de cereais na Rússia, entre os anos de 1922 e 1928. Observe-a:

PRODUTO E CONSUMO TEÓRICO DE CEREAIS (1922-1928)					
ANO DA COLHEITA	SUPERFÍCIE SEMEADA (MILHÕES DE HECTARES)	PRODUÇÃO TOTAL (MILHÕES DE TONELADAS)	PRODUTIVIDADE (QUINTAIS POR HECTARE)	POPULAÇÃO (MILHÕES DE HABITANTES)	CONSUMO POR HABITANTE
1922	66,2	56,3	8,55	132	4,6
1923	78,6	57,4	7,3	135,5	4,25
1924	82,9	51,4	6,2	139	3,69
1925	87,3	74,7	8,6	143	5,22
1926	93,7	78,3	8,4	147	5,32
1927	94,7	72,8	7,6	149	4,88
1928	92,2	73,3	7,9	150,5	4,87

Apud BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX (1900-1945)*: o fim do mundo europeu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. v. 1. p. 230.

a) Com base no que você estudou no capítulo, responda: o que estava acontecendo na Rússia no período considerado na tabela?

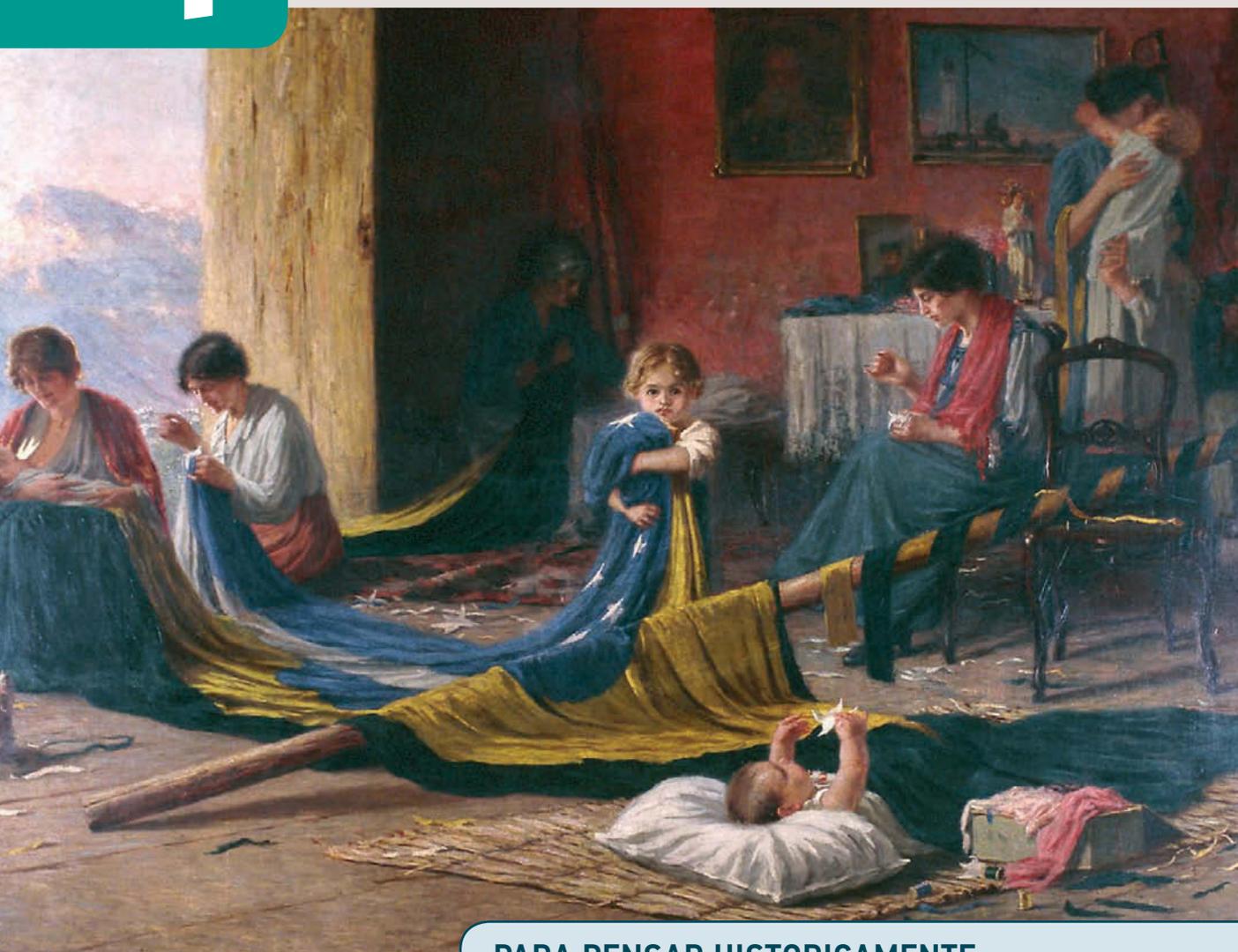
b) Em que ano a população russa enfrentou maiores privações? Explique esse resultado utilizando os dados da tabela.

c) Considerando os dados da tabela, a política econômica do governo revolucionário foi capaz de corrigir os problemas da economia russa? Explique.

Reprodução/Coleção particular

Detalhe de imagem da p. 62

CAPÍTULO 4

Uma jovem República Velha (1914-1930)

Reprodução/Salão Ministerial do Museu da República, Palácio do Catete, Rio de Janeiro, RJ.

▲ Quadro *A Pátria*, de Pedro Bruno, de 1919.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Rompimento e permanência

A expressão "República Velha" não é neutra – ela reflete a posição daqueles que ajudaram a derrubar o sistema político republicano que vigorou de 1889 a 1930. Trata-se, então, de um termo usado no debate entre os personagens de um momento histórico específico.

Quais eram os sujeitos envolvidos nos debates e nas lutas pelo poder político no período que foi chamado de República Velha? Eles representavam toda a sociedade, ou apenas setores dela? Será que o grupo que chegou ao poder depois da "República Velha" representava efetivamente uma novidade?

CRISE POLÍTICA

A proclamação da República envolveu grandes expectativas para o país. Imaginava-se que boa parte de seus males estava ligada à forma de governo monárquica, e que a república, regime de iguais regidos por uma mesma lei, seria moderna e menos propensa a vícios. Em pouco tempo essas expectativas foram frustradas. “Essa não é a república dos meus sonhos”, teria dito Martinho Prado da Silva Jr., um dos fundadores do regime, já em 1891. Quando seu grupo chegou ao poder, substituindo os governos militares, outros sujeitos passaram a projetar ideias diferentes para o regime. Como a república também não satisfazia seus sonhos, começaram a agir para produzir novas mudanças.

O sistema político da República Velha – de acesso restrito sempre às mesmas famílias ou grupos oligárquicos – acabou por gerar insatisfações. Certos setores estavam irremediavelmente condenados à oposição, fossem grupos ou famílias secundários dentro dos estados, fossem oligarquias de outros estados que não Minas Gerais ou São Paulo no âmbito federal. Como não havia uma verdadeira alternância de poder, o descontentamento desses grupos conduziu ao rompimento do pacto político, originando as **oligarquias dissidentes**.

Diante do imobilismo do sistema, as dissidências oligárquicas tornavam-se cada vez mais frequentes e demonstravam a corrosão interna de todo o sistema. Enquanto aqueles que detinham o monopólio do poder político no país aproveitavam para obter vantagens econômicas excepcionais – por exemplo, a política de valorização do café –, outros grupos oligárquicos disputavam o poder visando garantir seus privilégios particulares, sem, no entanto, conseguir. Os choques, portanto, eram quase inevitáveis.

Além da corrosão interna do sistema, as oligarquias ainda enfrentavam problemas externos que contribuíram para enfraquecê-las ainda mais. O Brasil passava por transformações econômicas que provocavam o surgimento de novas classes sociais ou, pelo menos, o fortalecimento de grupos recentemente formados. Os novos grupos sociais, essencialmente urbanos, logo demonstraram sua força, com reivindicações próprias e atuação política independente, quase sempre contrária às oligarquias.

Finalmente, o exército, calado desde o episódio de Canudos, voltou a manifestar-se politicamente por meio de seus jovens líderes, embora defendesse ideias não necessariamente novas. Dessa forma, o período que se iniciou em 1914 foi bastante agitado, com o enfraquecimento da ordem oligárquica e sua posterior queda em 1930.

Os presidentes do período foram: **Venceslau Brás** (1914-1918), **Delfim Moreira** (1918-1919), **Epitácio Pessoa** (1919-1922), **Artur Bernardes** (1922--1926) e **Washington Luís** (1926-1930).

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Ao longo do período denominado República Velha (1889-1930), o Brasil passou por mudanças sociais e econômicas cujos efeitos, apesar de importantes, só se fariam sentir a longo prazo. É o caso, por exemplo, da expansão demográfica, bastante acelerada no país e intensificada no período graças à imigração europeia.

Devido à entrada de imigrantes e sua concentração no Sul e Sudeste do Brasil, essas regiões tiveram um crescimento populacional mais acelerado que as demais. Uma porcentagem significativa da população, sobretudo dessas regiões, habitava cidades cada vez maiores. A **urbanização** refletia maior diversificação da economia, bem como o desenvolvimento de uma infraestrutura ligada aos transportes (basicamente ferrovias), comércio, bancos e meios de comunicação (telégrafo, jornal e rádio).

Reprodução/Coleção particular

▲ Rua movimentada em Belém do Pará: comércio dinâmico e equipamento urbano moderno (fiação elétrica, transporte coletivo sobre trilhos). Postal do início do século XX.

No entanto, a transformação mais significativa verificada no período foi o **desenvolvimento das indústrias**, principalmente no estado de São Paulo, inegavelmente vinculado às condições criadas pela cafeicultura, bem como à decorrente concentração da produção no estado.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em julho de 1914, deu grande impulso ao desenvolvimento industrial brasileiro.

Com a guerra, a atividade industrial europeia concentrou-se na produção bélica, reduzindo a oferta de itens exportáveis. Em consequência, o Brasil passou gradualmente a importar menos produtos industrializados, o que estimulou a produção nacional. Além disso, a desvalorização cambial da moeda brasileira, ao encarecer as importações, contribuiu para diminuir a concorrência estrangeira. O Brasil passou a produzir basicamente bens de consumo não duráveis, como têxteis e alimentos processados industrialmente.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Operárias em uma fábrica têxtil em Campinas, São Paulo, na década de 1920. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) estimulou a indústria no Brasil.

Nesse contexto, grupos sociais urbanos (burguesia industrial, operariado, clawsse média) se desenvolveram e passaram a ter uma importância inédita no país, convertendo-se em grupos de pressão política com atuação crescente.

NOVOS SUJEITOS NA CENA HISTÓRICA

A expansão da indústria brasileira nas primeiras décadas do século XX deveu-se em grande parte ao capital proveniente da cafeicultura, aplicado na produção de artigos manufaturados. Isso mostrava que os donos das fábricas frequentemente também eram os proprietários dos cafezais. Devido à situação política vigente, os interesses da lavoura sempre eram colocados em primeiro plano. Além dos **cafeicultores**, eventualmente **comerciantes** voltaram-se para a atividade industrial, muitos dos quais eram imigrantes enriquecidos. Esses dois grupos tiveram grande importância na formação da burguesia industrial nacional.

As possíveis divergências entre essa nascente burguesia e a política econômica adotada pelo governo oligárquico, voltada exclusivamente para a lavoura, eram aplacadas pela vinculação do grupo industrial ao capital cafeeiro. No entanto, por mais tímida que fosse a burguesia industrial na defesa de seus interesses, sua simples existência representava uma alternativa política ao monopólio do poder exercido pelas oligarquias. Caso o regime oligárquico entrasse em colapso, a burguesia poderia muito bem se colocar à frente de um novo regime.

Reprodução/Arquivo da editora

O embrião da burguesia industrial brasileira no início do século tinha interesses frequentemente similares aos das oligarquias. Na foto, a família do coronel João Luiz Paixão Cortez, fazendeiro e proprietário de frigorífico no Rio Grande do Sul, em 1916.

O operariado, por sua vez, como já foi afirmado, submetido à intensa exploração, típica do industrialismo nascente, teve suas origens ligadas à imigração. Em seu trabalho, a norma era ter longas jornadas e péssimas condições de trabalho para homens, mulheres e crianças, bem como salários aviltantes. Sindicatos e outras associações organizavam movimentos, como greves, e iam aos poucos se firmando, nos frequentes confrontos com a repressão dos patrões.

Nesse meio, florescia também uma rica **imprensa operária**, com periódicos publicados até mesmo em língua estrangeira (por exemplo, italiano), não apenas porta-vozes das opiniões dos trabalhadores, mas também divulgadores de sua ideologia. Em um primeiro momento, as ideias mais disseminadas no meio operário foram as do anarquismo, trazido para o país pelos imigrantes italianos e espanhóis.

anarquismo: corrente ideológica surgida no século XIX que pregava a supressão de toda e qualquer forma de governo, defendendo a liberdade geral.

Reprodução/Jornal A Plebe

A greve de 1917 iniciou-se em São Paulo, com trabalhadores da indústria têxtil reivindicando melhores salários. Três meses depois, o movimento atingia Santos, Rio de Janeiro, Curitiba e diversas cidades do interior paulista, totalizando mais de 70 mil trabalhadores parados, de diversas categorias. Na foto, comício na Praça da Sé, em São Paulo, durante a mobilização.

UMA EXPERIÊNCIA NO BRÁS

Nasci no Brás, rua Carlos Garcia, 26, no dia 30 de novembro de 1906. Meus pais vieram da Itália: meu pai era toscano e minha mãe era vêneta [...].

Comecei a trabalhar com nove anos numa oficina de gravura que ainda existe: Masucci, Petracco e Nicoli [...] Nessa fábrica foi a minha infância, mocidade e boa parte da velhice. Saí de lá com 55 anos de trabalho, aposentado. Quando entrei, ganhava quinhentos réis por dia, quinze mil-réis por mês; trabalhava das sete da manhã até as cinco horas. Quinhentos réis por dia já dava para comprar leite e pão [...].

toscano: proveniente da região da Toscana, no norte da Itália (cidade de Florença e vizinhanças).

vêneto: proveniente da região do Veneto, também no norte da Itália (cidade de Veneza e vizinhanças).

A oficina tinha seções com muito barulho, mau cheiro de ácido. Noutra oficina se fazia a fundição de placas de bronze, cada seção era separada. A nossa era um pouco mais sossegada quanto ao barulho, mas tinha o mau odor de ácido que prejudicava. Chegamos a trabalhar até de máscaras nesse tempo [...]. Uma vez, uma bombona de ácido nítrico explodiu quando era transportada. Felizmente não atingiu os operários que estavam perto, na vista. Atingiu nas mãos, na roupa e não foi um acidente muito grave. Tiveram a felicidade de não acertar os olhos, se fosse nos olhos cegava, o ácido nítrico é um ácido perigoso.

Reprodução/Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo

O bairro do Brás, visto pelo Palácio das Indústrias. Foto de 1910.

Cecherinni era o nome de um operário que foi laminar uma peça de ouro e ficou inválido. Ele era dourador. Ficou doente e meio louco, mas continuou trabalhando nos banhos de ouro. Naquele tempo não tinha indenização, ele continuou fazendo o que podia [...].

Sonho às vezes que estou trabalhando na oficina porque fiquei 44 anos nessa oficina, sempre, desde menino, na infância, na mocidade e numa parte da velhice. Essa oficina não me sai do pensamento.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade:* lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 124, 133 e 153.

QUESTÃO INTERDISCIPLINAR

- O operário que teve suas memórias registradas no texto acima afirma que o ácido nítrico é muito perigoso. Pesquise sobre o ácido nítrico para saber:
  - **a)** Quais efeitos malignos ele pode trazer para a saúde humana.
  - **b)** Em que atividade ele é utilizado.
  - **c)** Que cuidados são recomendados para quem lida com esse produto atualmente em seu trabalho.

A ideologia anarquista, por um lado, estimulava a organização e a resistência dos trabalhadores. Esteve por trás, por exemplo, da grande **greve geral de 1917**, reprimida violentamente pelas autoridades policiais. Por outro lado, no entanto, ao pregar a destruição do Estado e rejeitar a organização em um partido destinado a assumir o poder, falhava em oferecer uma proposta viável de alternativa política para o país. De qualquer forma, o operariado, embora crescente, era ainda muito frágil e tinha dificuldades para viabilizar um projeto próprio de governo.

O impacto da Revolução Russa de 1917 e o surgimento de algumas grandes unidades industriais no Brasil, agrupando centenas de trabalhadores na mesma fábrica, influenciaram a fundação e a expansão do **Partido Comunista do Brasil** (PCB), em 1922. Sua atividade sindical desenvolveu-se a partir de 1925, apesar de o partido ter permanecido ilegal entre 1922 e 1927. No entanto, mesmo nesse período, o partido chegou a ter uma representação política, por meio do **Bloco Operário e Camponês**, que não apenas elegeu alguns representantes para funções legislativas, como também chegou a apresentar candidato para as eleições presidenciais de 1930, o operário marmorista Minervino de Oliveira.

MULHERES ANARQUISTAS EM SÃO PAULO

A condição de opressão da mulher em geral foi tema da imprensa anarquista por jornalistas, escritoras e educadoras que se destacaram pela atuação em defesa da causa feminina. No início do século XX, Ernestina Lesina, anarquista, dedicada à defesa das mulheres operárias, foi uma das fundadoras do jornal operário *Anima Vita* em São Paulo. Considerada uma brilhante oradora junto aos trabalhadores, defendeu a emancipação das mulheres e da classe operária. Participou da formação da Associação de Costureiras de Sacos, em 1906, lutando pela redução da jornada de trabalho e pela organização sindical. Este fato de as mulheres trabalhadoras terem tido um papel decisivo nas greves de 1901 a 1917, denunciando os maus tratos e exploração das costureiras e têxteis, foi digno de registro. Outra mulher de destaque na luta dos trabalhadores foi Maria Lopes; operária paulista, juntamente com outras anarquistas, como Teresa Carini e Teresa Fabri, assinaram, em 1906, um Manifesto às Trabalhadoras de São Paulo, publicado no jornal anarquista *A Terra Livre*, incentivando as costureiras a denunciarem as condições degradantes de vida, as longas jornadas de trabalho e os baixos salários[1].

MINARDI, Inês M. *Trajetória de luta*: mulheres imigrantes italianas anarquistas. Disponível em: < www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Ines%20M.%20Minardi.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

A classe média

Grupo basicamente urbano, a classe média tendia a se opor ao regime oligárquico. Além de sofrer as consequências da inflação provocada pelas sucessivas valorizações do café, tinha pouca participação política, em razão da fraude eleitoral que se tornara comum no período e do voto rural – parcela decisiva do eleitorado ainda em 1930, conservadora e moralista. A classe média defendia o voto secreto e repudiava o poder dos coronéis.

Em princípio, compartilhava com a burguesia os mesmos valores (intelectuais e sociais), mas tinha dificuldade em expressar-se politicamente por meio de um partido político e evitava manifestações mais radicais, como greves. Na verdade, tanto quanto a elite, temia as massas.

A insatisfação da classe média com o regime transferia-se para o exército, que tinha muitos oficiais oriundos desse setor da sociedade. Na década de 1920, surgiu um movimento em meio à jovem oficialidade do exército, o **tenentismo**, que rapidamente atraiu a simpatia de setores sociais urbanos.

O TENENTISMO

Embora muitas vezes originada no seio da classe média, a insatisfação tenentista não deve ser caracterizada como forma de representação e defesa dos seus interesses. Muitas das características e propostas tenentistas iam muito além das pretensões das camadas médias (por exemplo, a ideia de centralização política ou o elitismo do movimento, que o levava a distanciar-se de setores não militares).

As origens do movimento tenentista ligam-se às mudanças ocorridas no interior do próprio exército: a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada em 1904 e, em 1911, criou-se a Escola Militar do Realengo, ambas no Rio de Janeiro. A primeira destacara-se, desde o final do império, por formar oficiais dotados de sólida base positivista, preocupados com questões nacionais, e não apenas militares. Já o ensino no

1 MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder*. São Paulo, Edusp, 2003.

Realengo tinha outro caráter, eminentemente técnico. A própria eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 e as transformações técnicas daí decorrentes (por exemplo, novas armas, como tanques, gás venenoso e aviões) impunham maior profissionalização às novas gerações de oficiais formados a partir do final da década de 1910.

O abandono em que o governo oligárquico deixara o exército e as restrições políticas, e não necessariamente profissionais, impostas à ascensão na carreira militar geravam preocupação e descontentamento entre os tenentes. Esse baixo oficialato rejeitava os oficiais da velha-guarda, isto é, as altas cúpulas militares ligadas ao governo.

Os tenentes propunham um processo revolucionário para livrar as forças armadas de influências tão nefastas, embora pouco discutissem a respeito do que fazer após a revolução. Não tinham um projeto consistente para o Brasil, mas propunham a moralização do país, pelo voto secreto e maior centralização política, eliminando o poder das oligarquias e dos "coronéis". Defendiam ainda o ensino obrigatório.

Na verdade, não rejeitavam o sistema republicano (e muito menos o capitalismo), mas apenas seus dirigentes. Para eles, colocando-se o homem certo no lugar certo e realizando umas poucas reformas, os problemas do Brasil estariam solucionados. O "homem certo" deveria ser procurado entre os tenentes, o que demonstrava não só o caráter romântico, mas principalmente o **elitismo** do movimento.

Reprodução/Museu da Polícia Militar de São Paulo, São Paulo, SP.

▲ Tropa brasileira reunida em 1912: cavalos, espadas, quepes de tecido. Na Primeira Guerra Mundial seriam utilizados tanques, metralhadoras e capacetes de aço.

As revoltas tenentistas representaram o principal elemento de ameaça ao regime oligárquico a partir da década de 1920.

E CRESCEM OS CONFRONTOS...

Em 1918 faleceu o recém-reeleito Rodrigues Alves e assumiu provisoriamente o vice-presidente Delfim Moreira. Nas novas eleições que se seguiram não houve consenso entre as oligarquias paulista e mineira, e o nome apoiado foi o do paraibano Epitácio Pessoa. Para as eleições de 1922, São Paulo e Minas Gerais lançaram a candidatura de Artur Bernardes. Os estados do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, que ocupavam papel secundário na vida política nacional nesse período, resolveram desafiar as oligarquias dominantes, no movimento chamado **Reação Republicana**, e lançaram como candidato o político fluminense Nilo Peçanha. O surgimento de uma dissidência oligárquica fez das eleições de 1922 uma disputa verdadeira, caso raro na República Velha.

Nilo Peçanha e a Reação Republicana passaram a pregar a moralização política – o que, embora representasse uma flagrante contradição com as origens oligárquicas do movimento, sensibilizou parte do crescente eleitorado urbano. Muitos órgãos de imprensa também se envolveram apoiando um dos lados.

Observe que as oligarquias que formavam a Reação Republicana tradicionalmente beneficiavam-se das práticas políticas "de curral" em seus estados. Assim, sua pregação pela moralização da política era quase sempre uma estratégia eleitoral para atrair votos dos setores urbanos. Cabe questionar se uma eventual vitória do movimento resultaria de fato em uma ruptura com as práticas políticas predominantes até então.

Nas eleições de março de 1922 – fraudulentas, como era comum –, Artur Bernardes foi vitorioso. Em meio ao descontentamento no meio militar, a posse do novo presidente foi marcada para novembro daquele ano. Reagindo à vitória de Bernardes e tentando impedir sua posse, em 5 de julho de 1922 sublevou-se um grupo de oficiais do exército no Forte de Copacabana, na capital da República, Rio de Janeiro.

A **Revolta do Forte de Copacabana**, como acabou sendo chamada, foi a primeira grande rebelião tenentista e, mesmo fracassada, teve grande importância, pois tornou público o movimento. Alguns de seus líderes foram consagrados como heróis.

A Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, foi a primeira das rebeliões tenentistas a abalar o domínio oligárquico. Na foto, marcha dos tenentes na avenida à beira-mar no Rio de Janeiro. Ao centro, um civil que se juntou à marcha. Foto de julho de 1922.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Em 1923, explodiu a **Revolução Gaúcha**. O estopim foi a eleição – pela quinta vez consecutiva – do velho político "pica-pau" (pertencente ao Partido Republicano Rio-Grandense) **Borges de Medeiros** para o governo do estado. Seus rivais, os "maragatos" liderados por **Assis Brasil**, levantaram-se contra a reeleição, contando com o apoio do presidente da República.

A solução para o conflito só surgiu após meses de intensos combates, quando os dois lados firmaram o Pacto de Pedras Altas, estabelecendo que, concluído o mandato de Borges de Medeiros, ficavam proibidas as reeleições para governador no estado. Abria-se, assim, espaço para uma nova geração de políticos gaúchos, entre os quais logo se destacariam Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor e Getúlio Vargas.

No governo de Artur Bernardes, o desgaste do regime oligárquico se intensificou, com pressões – sobretudo rebeliões tenentistas – e a própria crise interna, que multiplicou as dissidências oligárquicas nos níveis federal e estadual.

Em 1924, mais precisamente em julho, iniciou-se a segunda grande revolta tenentista, a **Revolução Paulista de 1924**. Mais uma vez, o movimento deveria ter tido um caráter nacional, mas permaneceu limitado a poucos focos, notadamente na cidade de São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Amazonas.

Em São Paulo, unidades do exército, com o apoio de elementos da poderosa Força Pública do estado, sublevaram-se, tomando pontos estratégicos da cidade. No comando do movimento estava o general **Isidoro Dias Lopes**, auxiliado por Miguel Costa. Os rebelados atacaram o palácio dos Campos Elísios, sede do governo estadual. Após intensos combates, o governador Carlos de Campos fugiu.

O movimento rejeitava a participação popular. À população pedia-se apoio, compreensão e, principalmente, passividade. Além disso, a preocupação maior estava em garantir os interesses das elites, tudo se fazendo para "restabelecer a vida normal", e não necessariamente criar algo novo.

A reação do governo federal foi violenta: a cidade de São Paulo foi cercada e iniciou-se um pesado bombardeio, que acabou por atingir os bairros mais pobres da cidade, como o Brás, bairro operário. Pressionados pelo poder de fogo governamental e tratados com desconfiança cada vez maior pelo operariado – que eles marginalizavam, mas que pagava a revolução com a própria vida –, os rebeldes decidiram abandonar a cidade. Em 27 de julho, furou-se o bloqueio do exército e os revoltosos se deslocaram rumo ao oeste, em direção ao norte do Paraná, fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Reprodução/Arquivo do Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, SP.

▲ Tropas aliadas do governo federal entrando em São Paulo para combater os oficiais revoltosos. Foto de 1924.

Reprodução/Coleção particular

▲ A Revolução Paulista de 1924 teve como centro a cidade de São Paulo. A foto, do mesmo ano, mostra as barricadas nas ruas.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o tenente **Luís Carlos Prestes**, com o apoio do também tenente João Alberto, reuniu algumas unidades militares do interior do estado e organizou uma coluna armada que se dirigiu para o norte a fim de encontrar os paulistas. Em abril de 1925, rebeldes tenentistas paulistas e gaúchos encontraram-se próximo a Foz do Iguaçu, sempre fustigados por forças governamentais.

Seguindo uma sugestão de Prestes, os revolucionários se dividiram em dois grupos: enquanto um deles, liderado pelo general Isidoro, buscou refúgio político na Argentina e no Paraguai, outro continuou a luta, sob o comando de Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. Originou-se, assim, a **Coluna Prestes**, que, após um desvio pelo território paraguaio, retornou ao Brasil pelo Mato Grosso e iniciou sua marcha pelo interior. Durante quase dois anos, isto é, até fevereiro de 1927, a coluna percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros, passando por 11 estados, e sempre evitando o confronto direto com as tropas governamentais, geralmente em maior número.

A coluna fez nascer um mito em torno do nome de Luís Carlos Prestes. O “Cavaleiro da Esperança”, como passou a ser chamado, tornou-se um herói nacional, pelo menos para os grupos contrários à ordem oligárquica, notadamente setores médios urbanos. Seu grande feito foi manter a coluna ativa, invencível e capaz de sobreviver às privações de uma campanha desgastante. No início de 1927, liderados por Prestes, os últimos sobreviventes do movimento, menos da metade dos 1 500 originais, buscaram refúgio na Bolívia.

Leia a seguir um texto da historiadora Anita Leocádia Prestes, filha de Prestes e Olga Benário, em que ela avalia que os participantes tenentistas deixaram pouca informação sobre a Coluna. Isso se deve, segundo ela, à opção política dos líderes tenentistas após 1930, que seria bem diferente do caminho do “Cavaleiro da Esperança”.

OS TENENTISTAS E A COLUNA DEPOIS DE 1930

Parece evidente [...] que houve o propósito deliberado de relegar a Coluna e seus feitos ao esquecimento e, ao mesmo tempo, permitir que seu conteúdo real acabasse esvaziado, deturpado e manipulado pelos donos do poder ao longo dos anos que se seguiram à vitória da Revolução de 30.

A ruptura de Luís Carlos Prestes com os “tenentes” em 1930 e sua adesão aos ideais comunistas podem explicar muita coisa. A partir daquele momento, quase todos os seus antigos companheiros – que estavam comprometidos, em maior ou menor grau, com Getúlio Vargas – viraram-lhe as costas, tendo-se integrado no movimento de 1930 e, posteriormente, servindo ao poder estabelecido com a derrocada da República Velha.

PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopeia brasileira*: a Coluna Prestes. São Paulo: Moderna, 1995, p. 6.

Artur Bernardes reagiu às atribulações por que passou seu governo com medidas autoritárias, como a decretação quase constante de estado de sítio, restrições à liberdade de imprensa e a reforma constitucional de 1926, fortalecendo o poder do presidente, sem, contudo, alterar as práticas políticas oligárquicas. Seu governo refletiu a crise do regime.

O percurso da Coluna Prestes

OCEANO ATLÂNTICO
Equador
BOLÍVIA
Santa Cruz de la Sierra
PARAGUAI
Rio de Janeiro
São Paulo
Trópico de Capricórnio
ARGENTINA
Alegrete
URUGUAI
Coluna Prestes (rota de ida)
Coluna Prestes (rota de volta)
Coluna Paulista
0 640 1280 km
55° O

Allmaps/Arquivo da editora

Adaptado de: CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas história do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 47.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ No mapa acima, o percurso da Coluna Prestes ao longo de quase dois anos. Na foto ao lado, de 1927, membros da coluna já no exílio, tendo ao centro Luís Carlos Prestes. ▶

A Semana de Arte Moderna

No mês de fevereiro de 1922, o imponente Teatro Municipal de São Paulo foi palco da Semana de Arte Moderna. Sob vaias e assobios, um grupo de jovens artistas e intelectuais divulgou suas novas ideias: tratava-se da introdução do **modernismo** no Brasil.

O movimento modernista tinha duas vertentes. Uma delas, destruidora, com o objetivo de romper as amarras formais que impediam a livre manifestação cultural, criticava a submissão às correntes culturais europeias e às desgastadas fórmulas artísticas então em moda, como a poesia parnasiana.

A outra vertente, criadora, estava voltada para a investigação e a criação de novas formas de expressão, debatendo-se entre o **futurismo** – com sua exaltação da técnica, do movimento, da velocidade e da experimentação, até mesmo linguística – e o **primitivismo**, a busca de uma expressão cultural mais "pura", não tão afetada pela civilização e, por isso mesmo, aceita como mais autêntica. Essa busca passava por investigações sobre o inconsciente, aproximando a tendência do **surrealismo**.

Os principais nomes do nascente modernismo brasileiro foram Menotti del Picchia, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo, na literatura; Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Emiliano Di Cavalcanti, na pintura; Guiomar Novais e Heitor Villa-Lobos, na música; e Victor Brecheret, na escultura.

CONTEÚDO DIGITAL

Reprodução/Museu do Teatro Municipal de São Paulo, São Paulo, SP.

▲ Grupo de modernistas em São Paulo. Na foto, de 1922, destacam-se (da esquerda para a direita) Patrícia Galvão (a Pagu, 1ª), Anita Malfatti (2ª), Tarsila do Amaral (3ª) e Oswald de Andrade (no centro, ao fundo).

Entretanto, esse movimento cultural nascia sob a luz de uma contradição: ao mesmo tempo que queria romper com os modelos estéticos importados da Europa, o Brasil dava seus primeiros passos modernistas justamente de acordo com os padrões ditados pelas vanguardas modernistas europeias, como o futurismo e o surrealismo. Essa contradição acabou originando o principal projeto estético do modernismo brasileiro nos anos 1920: o **movimento antropofágico**. Iniciado com a publicação do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade (1924), o movimento aceitava a cultura estrangeira (europeia), desde que fosse "devorada" e "digerida" internamente, isto é, reelaborada, a ponto de poder transformar-se em produto nacional autêntico.

O modernismo deu origem a outro ramo radicalmente nacionalista: o **verde-amarelismo**, que tendia francamente para a direita xenófoba e tinha como um dos principais expoentes o futuro líder integralista Plínio Salgado.

integralismo: movimento político de inspiração fascista, atuante no Brasil durante a década de 1930. Ver capítulo 6.

Reprodução/Museu de Arte Latino-Americano de Buenos Aires, Argentina/Cedida por Tarsila Educação/<www.tarsiladoamaral.com.br>

◄ Quadro *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, pintado em 1928. No tupi-guarani, *aba* e *poru* significam 'o homem que come'. A composição teria inspirado Oswald de Andrade a escrever o *Manifesto Antropofágico*, publicado no mesmo ano.

A REVOLUÇÃO DE 1930

O governo de Washington Luís (1926-1930)

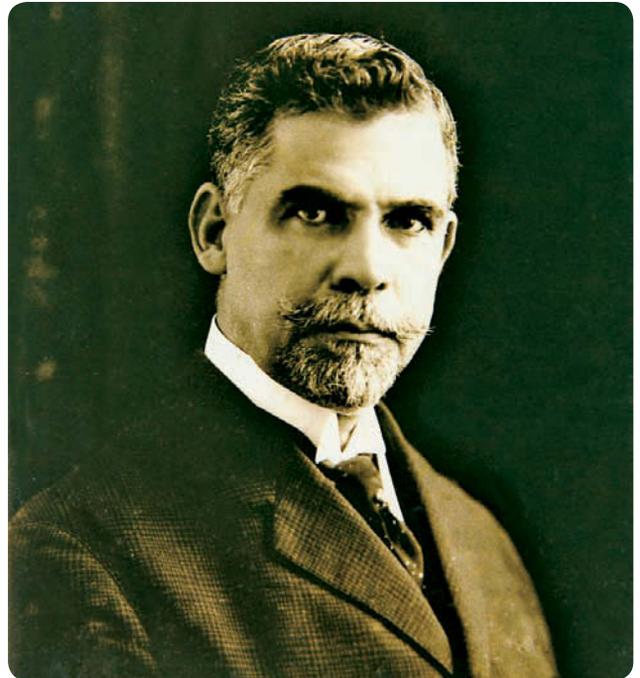
O sucessor de Artur Bernardes na presidência da República foi Washington Luís, carioca de nascimento, mas com toda a carreira política feita em São Paulo. Era considerado "moderno", e sua passagem pelo governo da capital paulista e do estado de São Paulo foi marcada pelo envolvimento em processos de racionalização administrativa e gerenciamento técnico-científico, dando impulso à historiografia, museologia, ciências sociais, estatísticas e censos, além de diversas manifestações esportivas e culturais.

Como prefeito, havia colocado o Teatro Municipal à disposição para a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922. Representava as oligarquias, mas não tinha dificuldade em dialogar com a população em geral, por mais unilateral que fosse o diálogo.

Decretou o fim do estado de sítio, mantido quase ininterruptamente durante o mandato de Artur Bernardes, o fechamento de prisões destinadas a presos políticos e o restabelecimento da liberdade de imprensa. Não concedeu, no entanto, anistia política e, por meio da **Lei Celerada**, acabou com a recém-instaurada liberdade de imprensa (1927). Sob o pretexto de combater o comunismo, a lei chegava a prever pena de prisão para os responsáveis por "delitos ideológicos".

Washington Luís lançou um plano nacional de construção de estradas de rodagem: "Governar é abrir estradas" era seu lema. Contudo, seu principal projeto de governo envolvia uma reforma monetária e financeira: tratava-se da tentativa de montar um enorme depósito em ouro que pudesse servir como lastro para a moeda brasileira, fortalecendo-a perante as moedas estrangeiras.

O Brasil, nesse momento, sofria os efeitos da quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929), que você estudará no próximo capítulo. A economia mundial sofreu um forte abalo, dando início à **Grande Depressão** e à ruína da economia norte-americana. A produção industrial dos Estados Unidos caiu drasticamente e o desemprego se expandiu. Para o Brasil, uma das consequências mais graves foi a queda dos preços do café no mercado internacional.

Os cafeicultores, como de hábito, procuraram salvação no governo federal, mas Washington Luís negou qualquer auxílio, argumentando que a queda nos preços do café seria compensada pelo aumento no volume das exportações – o que não aconteceu.

Reprodução/Museu Republicano Convenção de Itu, Itu, SP.

▲ Washington Luís (1869-1957), último presidente da República Velha, foi derrubado pela Revolução de Outubro de 1930.

A atitude do presidente gerou grande insatisfação entre os cafeicultores paulistas, sua principal base de sustentação. Não se pode dizer que os cafeicultores tenham passado, a partir de então, a fazer oposição ao governo; no entanto, sua disposição em defendê-lo diminuiu, e muito, principalmente no caso de golpe ou revolução eventuais.

As eleições de 1930

Para concorrer às eleições presidenciais de 1930, Washington Luís indicou outro candidato paulista, **Júlio Prestes**, contrariando os princípios da política do café com leite e desgostando profundamente a oligarquia mineira, que via no governador do estado, Antônio Carlos, o candidato natural à sucessão presidencial. Caminhava-se para mais um rompimento, e as eleições de março daquele ano foram realmente disputadas.

Os mineiros formaram a **Aliança Liberal**, uma frente de oposição à candidatura oficial de Júlio Prestes. De início, ofereceram a vaga de candidato a presidente aos gaúchos, que prontamente aceitaram, lançando o nome do governador de seu estado, Getúlio Vargas. Em seguida, ofereceram a candidatura à

vice-presidência a um estado menor, a Paraíba, sendo indicado o governador João Pessoa. Naturalmente, por mais que fraudassem, os três estados não teriam como competir com os demais estados da república. Assim, a Aliança Liberal tentou atrair os votos dos descontentes com o regime oligárquico que, a essa altura, não eram poucos.

As propostas da Aliança Liberal conseguiram angariar o apoio do eleitorado urbano: setores da burguesia, proletariado e camadas médias. Os tenentes, frustrados em suas tentativas de derrubar o regime pela força, viram no apoio à Aliança uma alternativa política para a ascensão ao poder.

Finalmente, o Partido Democrático (PD) apoiou a Aliança. Formado em São Paulo, em 1926, defendia um programa liberal, de âmbito nacional, reformista, incluindo em suas propostas o voto secreto.

Em torno de Getúlio Vargas, em oposição à oligarquia dominante, agrupavam-se setores sociais díspares, quando não francamente antagônicos. Os próprios tenentes, supostamente contrários ao regime oligárquico, estavam agora aliados a outros grupos oligárquicos.

Reprodução/Fundação Getúlio Vargas/CPDOC

▲ Propaganda do Partido Democrático: a maltratada república finalmente rompe as algemas e tira sua máscara. Era a defesa do voto secreto.

O desfecho revolucionário

Para obter o apoio dos tenentes, fortalecendo a luta contra o regime oligárquico, era fundamental para a Aliança Liberal que Luís Carlos Prestes, o principal líder tenentista, assumisse uma posição clara de apoio à candidatura de Getúlio Vargas.

Com alguns sobreviventes da coluna que levou seu nome, Prestes permaneceu na Bolívia por um ano. No início de 1928, mudou-se para a Argentina, onde entrou em contato com outros líderes tenentistas exilados. Porém, antes de deixar a Bolívia, recebera a visita de **Astrojildo Pereira**, dirigente do PCB, que tentou sensibilizá-lo com as propostas de seu partido. Embora não tivesse mostrado interesse por essas propostas, Prestes iniciou a partir daí sua lenta guinada para a esquerda. Depois de algum tempo, o antigo líder tenentista acabou aderindo às ideias comunistas.

Durante o prolongado exílio, o contato com líderes comunistas argentinos e uruguaios facilitou sua aproximação com esses ideais políticos. Procurado pela Aliança Liberal, Prestes repudiou a candidatura Vargas e, em seguida, divulgou um manifesto (maio de 1930). Nele constavam: rejeição ao programa da Aliança Liberal e condenação dos dois grupos que disputavam as eleições; denúncia da submissão do país aos interesses do imperialismo inglês e norte-americano, então em luta pelo domínio da América Latina; proposta de revolução "agrária e anti-imperialista" a ser realizada pela massa dos trabalhadores; reforma agrária; nacionalização de empresas estrangeiras; anulação da dívida externa; e estabelecimento de um governo popular e democrático.

Com o manifesto, Prestes rompia com os principais líderes tenentistas, notadamente Juarez Távora, que lhe respondeu violentamente às propostas. Por outro lado, ao incorporar ideias marxistas, Prestes ofereceu ao tenentismo a possibilidade de ganhar, ao mesmo tempo, legitimação teórica e base social, características que o movimento jamais teve.

As eleições ocorreram em 1º de março e resultaram em vitória do candidato da situação, Júlio Prestes. A princípio, os velhos líderes oligárquicos da Aliança Liberal (Borges de Medeiros, Antônio Carlos, Artur Bernardes, João Pessoa) aceitaram o resultado. Buscando a própria sobrevivência política, reconheceram a vitória do candidato da situação e procuraram compor-se com o novo presidente.

Entretanto, a geração mais jovem da Aliança, formada por líderes gaúchos e mineiros como Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco e Francisco Cam-

pos, não aceitou os resultados e começou a falar em revolução. Os próprios tenentes retomaram o apelo às armas, apesar da ausência de Prestes, que na época divulgava seu manifesto. Finalmente, esperava-se o apoio dos setores sociais urbanos a um eventual movimento armado.

Em 26 de julho de 1930, ainda antes da posse do candidato eleito, João Pessoa foi assassinado. O crime deveu-se a disputas locais paraibanas; no entanto, causou verdadeira comoção popular no país e serviu de estopim para o movimento revolucionário.

Em meio à agitação popular, a frase do político mineiro Antônio Carlos pode caracterizar a Revolução de 1930 que se iniciava: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Diante da inevitabilidade da revolução, as elites assumiram a liderança, para que ela não escapasse a seu controle. Rearticulava-se, então, a Aliança Liberal, com a velha-guarda e a ala jovem das oligarquias dissidentes, mais os tenentes.

Os combates tiveram início simultaneamente em Minas e no Rio Grande do Sul. Em 3 de outubro, Juarez Távora rebelou-se no Nordeste, tendo a Paraíba como foco de irradiação. A maior parte da força revolucionária, sob comando do então coronel **Góis Monteiro**, concentrava-se no sul do país, onde os contingentes do exército eram mais fortes.

De lá marcharam para o Rio de Janeiro, passando por São Paulo, onde esperavam os combates decisivos. No entanto, a motivação paulista, como você já estudou, era bem pequena: pegar em armas para salvar os últimos dias do governo Washington Luís parecia um esforço demasiado para os cafeicultores paulistas, bastante abalados pela continuidade da crise econômica.

Por fim, em 24 de outubro, o alto comando das forças armadas no Rio de Janeiro deu o golpe de misericórdia no governo: os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, mais o almirante Isaías Noronha, lideraram o movimento que depôs Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. A revolução havia triunfado. Mais alguns dias e Getúlio Vargas chegaria ao Rio de Janeiro, onde seria empossado presidente provisório da República.

Para a historiografia tradicional, a chegada de Vargas ao poder costuma ser descrita como uma revolução. Todavia, existe uma visão mais recente que considera que o movimento de 1930 teria sido uma reação, ou seja, uma rearticulação de forças no sentido de barrar forças sociais que se organizavam e ganhavam impulso. Seja como for, a "revolução" não chegou a representar um rompimento decisivo na história do país, uma vez que a permanência de pessoas e grupos ligados ao velho esquema oligárquico era marcante. A própria ascensão de Vargas demonstrava essa característica. No entanto, apesar desse perfil, ela significou uma mudança na base social brasileira.

Até então, desde a independência, os sucessivos governos brasileiros representavam os interesses de uma única categoria socioeconômica, fosse a aristocracia rural escravocrata do império, fosse a oligarquia cafeeira dos primeiros anos da república. Agora, o novo governo representava vários grupos distintos, como as oligarquias dissidentes, os setores urbanos e os tenentistas, aparentemente vitoriosos dentro das forças armadas. Assim, uma das principais funções, se não a principal, de Getúlio Vargas seria manter a aliança que havia tornado possível o advento de seu governo.

Reprodução/Revista da Semana

▲ Em foto de 1930, o comando revolucionário em um trem, a caminho de São Paulo: Miguel Costa, Góis Monteiro e Getúlio Vargas.

PARA RECORDAR: O declínio da República Velha: a Revolução de 1930

Washington Luís → rompe a política do café com leite → nomeando o candidato paulista → Júlio Prestes

rompe a política do café com leite ··· oposição de Minas Gerais → Aliança Liberal → Getúlio Vargas

São Paulo + estados (política dos governadores) ◀ apoio Júlio Prestes ✕ Getúlio Vargas

Getúlio Vargas apoio ▶ oligarquias dissidentes (MG, RS, PB) ··· "Façamos a revolução antes que o povo a faça." → Revolução de 1930

Getúlio Vargas → projeto:
- moralização política
- anistia

apoio ▶ setores urbanos
apoio ▶ tenentes

setores urbanos / tenentes → Não aceitam o resultado das eleições.

Júlio Prestes → vitória nas eleições ··· assassinato de João Pessoa → Não aceitam o resultado das eleições.

ATIVIDADES

Com base no esquema-resumo e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir.

1. Relacione o desenvolvimento urbano e industrial brasileiro ocorrido no início do século XX ao surgimento dos movimentos tenentista e operário nessa mesma época.

2. Explique a ruptura ocorrida no seio das elites paulista e mineira e a formação da Aliança Liberal.

3. Explique a seguinte afirmação, atribuída ao mineiro Antônio Carlos: "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Comparação e análise de documentos

Leia os dois próximos textos, que correspondem a diferentes projetos escritos no mesmo ano (1930). Depois, faça uma comparação entre esses dois textos, conforme o roteiro a seguir.

Manifesto de maio, 1930, por Luís Carlos Prestes

Somos governados por uma minoria que, proprietária das terras e das fazendas e dos latifúndios e senhores dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levantamento consciente das massas das nossas populações dos sertões e de nossas cidades.

Contra as duas vigas mestras que sustentam os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos os nossos golpes – a grande propriedade territorial e o imperialismo norte-americano. Essas as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos.

O governo dos coronéis, chefes políticos, donos da terra, só pode ser o que aí temos: opressão política e exploração impositiva.

Citado em FAORO, Raimundo. *Os donos do poder.* 11. ed. São Paulo: Globo, 1995. p. 680.

Declaração de Juarez Távora, maio, 1930

Discordo do último manifesto revolucionário do General Luís Carlos Prestes. Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerme do proletariado [...]. *A revolução possível no Brasil terá* [...] *de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui* [...] *deverá haver, assim, lugar em suas fileiras* [...] *para o burguês e para o proletário. Mas não creio que lá cheguemos adotando o exotismo dos conselhos de operários, marinheiros e soldados, que nos aconselha o general Luís Carlos Prestes* [...]. *Creio sim no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes, erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos* [...], *seguindo a diretriz já apontada por Alberto Torres* [...] *ou por um caminho paralelo, que busque as novas tendências e necessidades* [...] *do nosso meio.*

Citado em *Nosso século.* São Paulo: Abril, 1985. p. 36, v. 5.

a) Quem são os autores dos textos e quais as ideias principais de cada um?

b) Qual a relação de cada um dos textos com o que ocorria no mundo naquele momento e qual os precedentes revolucionários internacionais?

c) Explique o significado de cada texto em termos de projetos diferentes para o Brasil de 1930: quais aspectos dos diferentes projetos significariam um rompimento com a velha ordem e quais significariam uma permanência da velha ordem?

2 Leitura e análise de tabela

Observe com atenção a tabela abaixo.

CUSTO DE VIDA E ÍNDICES DE SALÁRIOS (1914-1921)					
ANO	CUSTO DE VIDA	SALÁRIOS	ANO	CUSTO DE VIDA	SALÁRIOS
1914	100	100	1918	144	117
1915	108	100	1919	148	123
1916	116	101	1920	163	146
1917	128	107	1921	167	158

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 147. Tomo III, v. 2.

a) O que a tabela mostra?

b) Com os dados da tabela, monte um gráfico mostrando a evolução dos salários e do custo de vida no período entre 1914 e 1921. Use cores diferentes para identificar a evolução dos salários e do custo de vida.

c) De acordo com os dados da tabela e com o gráfico que você construiu, que conclusões se podem tirar sobre a condição de vida dos trabalhadores brasileiros durante a República Velha?

d) Que efeito sobre o cenário político brasileiro a situação mostrada na tabela pode ter causado?

e) De acordo com a tabela, em que anos os trabalhadores tiveram reajustes maiores? Que acontecimentos podem explicar os aumentos nessa época?

3 Pesquisa e análise de documento

O fragmento abaixo é parte da conferência intitulada "Arte moderna", proferida pelo escritor Menotti Del Picchia na abertura da Semana de Arte Moderna, em 15 de fevereiro de 1922.

Pela estrada de rodagem da via-láctea, os automóveis dos planetas correm vertiginosamente. Vela o Cordeiro do Zodíaco, perseguido pela Ursa Maior, toda dentada de astros. As estrelas tocam o jazz-band *de luz, ritmando a dança harmônica das esferas. O céu parece um imenso cartaz elétrico, que Deus arrumou no alto, para fazer o eterno reclamo da sua onipotência e da sua glória.*

Este é o estilo que de nós esperam os passadistas, para enforcar-nos, um a um, nos finos baraços dos assobios das suas vaias. Para eles nós somos um bando de bolchevistas das estéticas, correndo a 80 H.P. rumo da paranoia. Somos o escândalo com duas pernas. O cabotinismo organizado em escola. Julgam-nos uns cangaceiros da prosa, do verso, da escultura, da pintura, da coreografia, da música, amotinados na jagunçada dos Canudos literários da Pauliceia desvairada...

[...]

Aos nossos olhos riscados pela velocidade dos bondes elétricos e dos aviões, choca a visão das múmias eternizadas pela arte dos embalsamadores. Cultivar o helenismo como força dinâmica de uma poética do século é colocar o corpo seco, enrolado em vendas, de um Ramsés ou de Amnésis, a governar uma república democrática, onde há fraudes eleitorais e greves anarquistas.

[...]

Não! Paremos diante da tragédia hodierna, a cidade tentacular radica seus gânglios numa área territorial que abriga 600 000 almas. Há na sua angústia e na sua luta odisseias mais formidáveis que as que cantou o aedo cego: a do operário reivindicando seus direitos, a do burguês defendendo sua arca; a dos funcionários deslizando nos trilhos dos regulamentos; a do industrial combatendo o combate da concorrência; a do aristocrata exibindo o seu fausto; a do político assegurando a sua escalada; a da mulher quebrando as algemas da sua escravidão secular nos guníceos (sic) eventrados pelas ideias libertárias post-bellum*... Tudo isso – e o automóvel, os fios elétricos, as isomas, os aeroplanos, a arte – tudo isso forma os nossos elementos da estética moderna, fragmento de pedra em que construiremos, dia a dia, a Babel do nosso Sonho, no nosso desespero de exilados de um céu que fulge lá em cima, para o qual galgamos na ânsia devoradora de tocar com as mãos as estrelas!*

Disponível em: <http://literalmeida.blogspot.com/2008/01/conferencia-de-menotti-durante-semana-de.html>. Acesso em: 20 jan. 2013.

a) Compare o texto que você acabou de ler com o trecho do *Manifesto Futurista* reproduzido no capítulo 2 (página 49) e responda: que semelhanças e diferenças há entre eles?

b) Como o texto de Menotti Del Picchia traduz as transformações sociais e econômicas que vinham ocorrendo no Brasil no início do século XX?

c) A que segmento da sociedade brasileira o texto acima pode ser associado? Justifique sua resposta.

Reprodução/Museu do Teatro Municipal de São Paulo, São Paulo, SP.

CAPÍTULO 5

A crise de 1929 e o nazifascismo

Hulton Archive/Getty Images

▲ Vista da *Times Square* em Nova York, repleta de automóveis, bondes e pedestres. Foto de 1927.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Economia e política

Desde a Baixa Idade Média, com o desenvolvimento comercial, as Bolsas de Valores ganharam vida negociando mercadorias e capitais. Nelas, os investidores perseguem lucratividades comprando e vendendo papéis (ações), que representam frações do capital de empresas.

Nas Bolsas, a aplicação de capitais e a especulação – venda ou compra rápida com o objetivo de lucro elevado na oscilação dos preços – firmam vínculos profundos com variações de preços, crescimento econômico e crises por todo o mundo.

O sistema capitalista convive com crises cíclicas desde o século XIX e, em 2008, o mundo assistiu ao início de mais uma crise financeira com consequências globais, a pior desde a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Com as crises, a atuação do Estado ganha força. Um dos principais debates do século XX ocorreu em torno do papel do Estado na economia: ele deve intervir ou não? Qual é a relação entre crises econômicas e o crescimento das propostas autoritárias?

Na contemporaneidade, fascismo e nazismo são dois termos muito utilizados para fazer referência a situações nas quais vemos a presença da violência, do autoritarismo ou da discriminação. Ao final deste capítulo, você deverá saber o que foram o fascismo e o nazismo, situando-os no tempo e elencando as principais características das doutrinas que fundaram esses movimentos.

A CRISE DA BOLSA DE NOVA YORK E A GRANDE DEPRESSÃO

Terminada a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos transformaram-se no dínamo do capitalismo mundial: de maior devedor (3 bilhões de dólares), o país passou à invejável posição de maior credor mundial (11 bilhões de dólares). Mais que isso: os Estados Unidos, que em 1918 já eram responsáveis por mais de um terço da produção industrial mundial, em 1929 passaram para mais de 42%. Além disso, permaneceram atraindo população: somente entre 1900 e 1910, entraram nos Estados Unidos perto de 9 milhões de imigrantes europeus. A prosperidade econômica, entretanto, tinha contradições que se tornavam cada vez maiores, levando a uma profunda crise, que se expandiu para o resto do mundo.

▲ A economia estadunidense transformou-se na mais dinâmica e poderosa do mundo após a Primeira Guerra Mundial. Na foto, de 1927, um modelo da Ford saindo da linha de montagem em fábrica de Dearborn, em Michigan (Estados Unidos).

Terminado o mandato do democrata Woodrow Wilson (1912-1920), todos os presidentes norte-americanos seguintes, até 1932, foram do Partido Republicano, fiéis defensores do **liberalismo econômico** e da Doutrina Monroe – "A América para os americanos". Assim, voltados para seus interesses no continente, os Estados Unidos abdicaram de um engajamento total nos assuntos internacionais. Não ratificaram o Tratado de Versalhes e decidiram não participar da Liga das Nações, deixando aos europeus a tarefa de solucionar os conflitos ocorridos na Europa.

A ausência dos Estados Unidos, que gozavam de enorme prestígio econômico e político, na Liga das Nações foi uma das razões de sua falência. Criada como fórum para a paz internacional, acabou fragilizada e sem poder para resolver os seguidos impasses europeus do pós-Grande Guerra, especialmente diante da edificação dos Estados totalitários nazifascistas e expansionistas.

Fotos: Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Em 1919, foi aprovada uma emenda à Constituição norte-americana – o *Volstead Act* ou "Lei Seca" –, proibindo a produção e a venda de bebidas alcoólicas. Nessa época de *boom* econômico e de gângsteres, destacou-se Al Capone (foto acima, de 1929), líder da maior organização criminosa de Chicago e o grande responsável pela venda clandestina de bebidas. A Lei Seca, no entanto, foi sendo desmoralizada, especialmente depois de ter sido encontrada uma destilaria de uísque na fazenda do senador Morris Sheppard, justamente o autor dessa lei. Em 1933, a lei foi revogada pelo presidente Franklin Roosevelt.

Defensores de políticas isolacionistas, os Estados Unidos baixaram diversas leis restritivas à migração a partir de 1921, reduzindo drasticamente a entrada de estrangeiros no país.

Comprometidos com o ideário liberal, os presidentes republicanos dos Estados Unidos, entre 1920 e 1932, pouco fizeram para resolver as crescentes contradições do desenvolvimento econômico. Eram partidários de que as dificuldades que surgiam na economia seriam resolvidas pelo próprio mercado, que tinha uma tendência intrínseca à racionalidade e à superação dos problemas econômicos, não cabendo ao Estado interferir na ordem econômica.

O desenvolvimento econômico não foi acompanhado por um aumento na massa de salários, de renda dos trabalhadores. Essa estabilidade salarial, incompatível com o crescimento da produtividade, acentuou a desigualdade na distribuição da renda – apenas uma elite correspondente a 5% da população detinha um terço da renda do país – e impossibilitava o aumento do consumo. A dificuldade para expandir o consumo interno, enquanto a produção do país aumentava, resultou numa grande estocagem de mercadorias.

Bettmann/Corbis/Latinstock

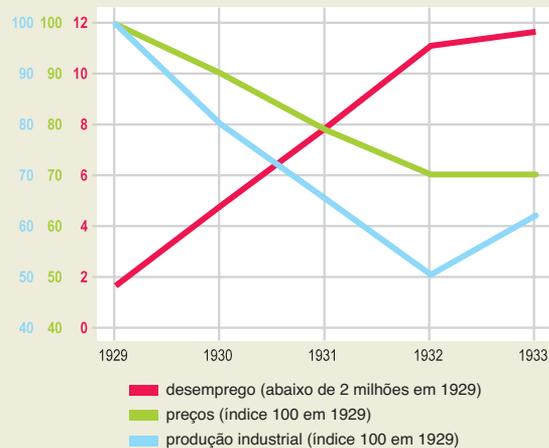
▲ Na onda isolacionista, de xenofobia e perseguição a ativistas trabalhistas e a políticos, autoridades norte-americanas prenderam, em 1921, Nicola Sacco (à direita da foto) e Bartolomeo Vanzetti (à esquerda), dois imigrantes anarquistas italianos. Ambos foram injustamente acusados de roubo e assassinato, sendo pouco depois condenados à morte pela Corte Suprema de Massachusetts. Acabaram executados em 1927, apesar de várias manifestações populares nacionais e internacionais em favor dos condenados. Cinco décadas depois, Sacco e Vanzetti foram reconhecidos como inocentes e perdoados postumamente.

A intensa atividade econômica nos Estados Unidos também impulsionou, especialmente a partir de 1928, a especulação financeira por meio da compra e venda de ações de grandes empresas na Bolsa de Valores de Nova York, situada no centro da cidade, em *Wall Street*. Em meados de 1929, o valor das ações quadruplicou, e cada vez mais investidores foram atraídos pela possibilidade de enriquecer facilmente.

O aumento do número de investidores e do volume de investimentos, contudo, tinha um limite físico. O mercado interno limitado e o externo arrasado pela Primeira Guerra Mundial, com os países europeus procurando recuperar sua produtividade, completavam o quadro econômico. A superprodução sem escoamento, gerando uma estocagem cada vez maior devido ao subconsumo, levou a especulação financeira ao limite. Ou seja, o valor das ações estava muito acima de seu valor real, baseado apenas na confiança de que esses papéis continuariam valorizados e não em lucros das vendas da produção. O presidente Herbert Hoover, entretanto, mantinha sua posição liberal, recusando-se a uma intervenção estatal para estancar ou reverter a situação.

A explosão da crise e o *New Deal*

A crise explodiu em 24 de outubro, a chamada Quinta-Feira Negra, quando muitas pessoas tentaram vender suas ações e não encontraram compradores, o que provocou uma redução drástica dos preços. Os investidores, atemorizados, tentavam livrar-se dos papéis, originando uma avalanche de ofertas de ações, que derrubou ainda mais velozmente os preços, arruinando a todos.

Do dia para a noite, prósperos empresários passaram a ser donos de papéis sem nenhum valor – e mais de uma dezena deles cometeu suicídio. A desordem econômica atingiu profundamente toda a sociedade estadunidense: 85 mil empresas faliram, 4 mil bancos fecharam e as demissões de trabalhadores alcançaram um total aproximado de 12 milhões. Observe os gráficos a seguir. Foi um período de pobreza e fome.

Gráficos: Cassiano Röda/Arquivo da editora

Índices da crise

Adaptado de: CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia 3*. Bolonha: Zanichelli, 1999. p. 1.374.

Evolução da Bolsa de Nova York

Adaptado de: CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia 3*. Bolonha: Zanichelli, 1999. p. 1.374.

A crise de 1929 abalou todo o mundo, com exceção da União Soviética, fechada em si mesma e orientada segundo os planos quinquenais, sob o governo de Josef Stálin. A difusão da crise contou com dois elementos básicos: a redução das importações norte-americanas, afetando duramente os países que dependiam de seu mercado (o café brasileiro é um exemplo), e o repatriamento de capitais estadunidenses investidos em outros países.

Fotos: Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Distrito financeiro de Nova York, onde se situa a Bolsa de Valores, durante a agitada Quinta-Feira Negra. Outubro de 1929.

Por causa da crise econômica, os republicanos foram derrotados nas eleições nacionais pelo Partido Democrata, em 1932. Franklin Delano Roosevelt foi então eleito presidente dos Estados Unidos, e uma de suas primeiras providências foi limitar o liberalismo econômico, intervindo na economia por meio do ***New Deal***, plano elaborado por um grupo de renomados economistas que se baseava nas teorias do economista inglês John Maynard Keynes (1884-1946).

Com o *New Deal*, o liberalismo de Adam Smith cedeu lugar ao *keynesianismo*, que defendia a intervenção do Estado para controlar o desenvolvimento da economia, de modo que combatesse crises e garantisse emprego e direitos sociais. Roosevelt determinou grandes emissões monetárias, inflacionando deliberadamente o sistema financeiro; fez investimentos estatais de monta, como hidrelétricas; estimulou uma política de empregos, entre outras medidas, o que ativou o consumo e possibilitou a progressiva recuperação da economia. Dez anos depois, os Estados Unidos se aproximaram do patamar econômico em que se encontravam antes da crise de 1929.

Reprodução/Coleção particular

▲ A charge de 1938 mostra o presidente Roosevelt no centro de uma brincadeira de roda com crianças que representam algumas das medidas do *New Deal*. Em português, seriam: Administração de Obras em Progresso, Administração de Obras Públicas e Lei de Ajuste Agrícola.

A política keynesiana da busca do pleno emprego para estimular as economias em recessão, adotada primeiramente nos Estados Unidos e depois em diversos outros países industriais, foi seguida pela instalação de modernos sistemas previdenciários, como a Lei de Seguridade dos Estados Unidos, aprovada em 1935. Serviu também de base para as políticas de bem-estar social desenvolvidas pelos países capitalistas, o chamado *Welfare State*, expressão que entrou em uso a partir dos anos 1940.

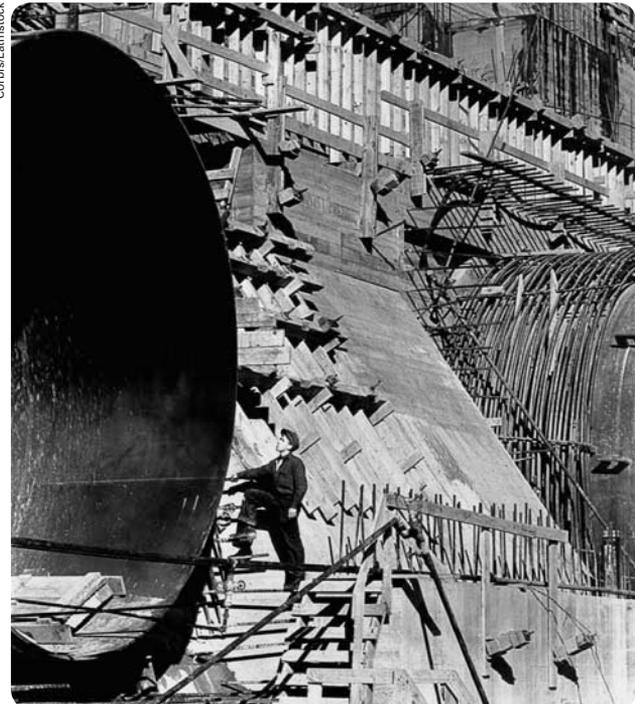
A política keynesiana teve predomínio internacional até o final dos anos 1970, quando voltou a ganhar prestígio a liberdade de mercado, defendida por teóricos como Friedrich von Hayek, autor de *Caminho da miséria* (1944), e por membros da escola monetarista de Chicago, como Milton Friedman e Robert Lucas. A partir de 2008, em virtude da crise econômica internacional iniciada naquele ano e originada em parte das políticas neoliberais de não controle da economia pelo Estado, reacendeu-se o debate entre defensores do neoliberalismo e do keynesianismo. Os Estados, ao contrário do que ocorrera nos meses seguintes à crise de 1929, intervieram pesadamente na economia para tentar diminuir os efeitos dessa crise.

The New York Times.

ROOSEVELT WINNER IN LANDSLIDE! DEMOCRATS CONTROL WET CONGRESS; LEHMAN GOVERNOR, O'BRIEN MAYOR

Reprodução/Archive Photos

Corbis/Latinstock

No alto, à direita, manchete de jornal destacando a vitória de Franklin Roosevelt (1932), que assumiu o governo no ápice da crise e restaurou a economia estadunidense com a política do *New Deal*. Ao lado, em foto de 1935-1940, a construção da hidrelétrica do Vale do Tennessee.

O IDEÁRIO NAZIFASCISTA

O nazifascismo caracterizou-se por ser um movimento essencialmente nacionalista, antidemocrático, antioperário, antiliberal e antissocialista, que se estruturou na Europa entre o final da Primeira e o início da Segunda Guerra Mundial. Sua expansão teve como contexto a situação de crise e miséria nos países europeus, ligadas à crise de 1929 e aos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

Na Alemanha, foi representado por **Adolf Hitler**, cujo livro *Mein Kampf* (*Minha luta*) serviu como base teórica do governo nazista. O outro polo importante do movimento ocorreu na Itália e foi liderado por **Benito Mussolini**, que ocupou o governo em 1922. Em outros países, formas peculiares de totalitarismo também foram adotadas, como o **franquismo** na Espanha e o **salazarismo** em Portugal.

Esses novos governos representaram uma reação nacionalista às frustrações resultantes da Primeira Guerra Mundial e um modo de fortalecer o Estado, além de atender às aspirações de estabilidade diante das ameaças revolucionárias de esquerda e especialmente diante da implantação do socialismo na União Soviética.

A doutrina nazifascista caracterizava-se basicamente pelos seguintes pontos:

- **totalitarismo**, em que o Partido Fascista ou Nazista confundia-se com o Estado, formando a síntese das aspirações nacionais;
- **nacionalismo**, propondo a subordinação do indivíduo aos interesses da nação;
- **idealismo**, acreditando no poder transformador das ideias e convicções;
- **romantismo**, que negava a razão como solucionadora dos problemas nacionais, defendendo, ao contrário, que somente a fé, o autossacrifício, o heroísmo e a força seriam capazes de superar as dificuldades;
- **autoritarismo**, segundo o qual a autoridade do líder – o *Duce* (na Itália) ou o *Führer* (na Alemanha) – era indiscutível;
- **militarismo**, que possibilitaria a salvação nacional por meio da luta e da guerra;
- **anticomunismo**.

No caso alemão, havia ainda o **antissemitismo**, isto é, a perseguição racista aos judeus, justificada pela afirmação de que, na Primeira Guerra Mundial, os alemães haviam sido traídos pelos judeus marxistas, o que teria provocado a sua derrota. Além disso, segundo o nazismo, os judeus, vistos como antinacionais e sem pátria, ameaçavam a formação da grande raça ariana alemã. Assim, a ideia fundamental do nazismo era expressa na frase: *Ein Volk, ein Reich, ein Führer* ("Um povo, um império, um líder").

Bettmann/Corbis/Latinstock

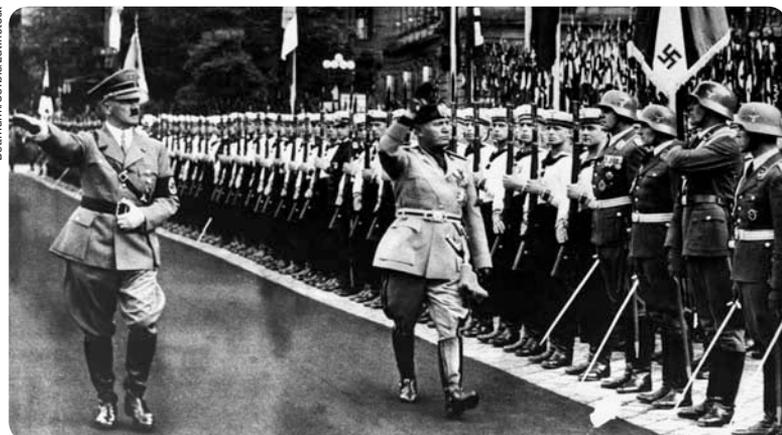
▲ O símbolo do fascismo era constituído de um feixe de varas, simbolizando a unidade do povo, servindo de cabo para um machado, representando a autoridade do Estado. O mesmo símbolo era usado pelas magistraturas de maior autoridade no Império Romano.

No caso do regime totalitário italiano, baseado no **corporativismo**, o povo, produtor de riquezas, organizava-se em corporações sindicais que governavam o país por meio do Partido Fascista, representado pelo próprio Estado. Ao contrário da visão marxista, negava-se a oposição entre classes na estrutura social, e o Estado corporativo deveria buscar a harmonização dos interesses conflitantes do capital e do trabalho dentro dos quadros das corporações.

Hitler e Mussolini contaram com o capital financeiro e o apoio da alta burguesia na edificação do Estado totalitário, representada, no caso nazista, pelo magnata Krupp e, no caso da Itália, pela Confederação Geral da Indústria, pela Associação dos Bancos e pela Confederação da Agricultura.

O fascismo italiano

Na Primeira Guerra Mundial, a Itália sofrera com enormes perdas financeiras e humanas e não tivera quase nenhum ganho territorial. Esse panorama de caos econômico – causado pela inflação, pelo alto índice de desemprego e pela paralisação de diversos setores produtivos – levou a uma agitação política revolucionária das esquerdas, sucedendo-se greves e invasões de fábricas e terras.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Underwood & Underwood/Corbis/Latinstock

▲ A foto no alto mostra os dois ditadores na ocasião da visita de Mussolini à Alemanha, em 1937. Acima, cena do filme *O grande ditador* (1940), com Charlie Chaplin representando Hitler e Jack Oakie, Mussolini.

O governo parlamentar, composto pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular, não chegava a um acordo quanto às grandes questões políticas, gerando impasses e impopularidade. Diante desse quadro de instabilidade, as elites passaram a apoiar a atuação das *squadre d'azione* (expressão italiana que significa "comandos de ação"), milícias armadas formadas pelos **camisas-negras**, membros do Partido Fascista italiano criado por Mussolini em 1919. Dois anos depois, os fascistas elegeram o maior número de representantes no Parlamento.

Apoiado na crise parlamentar e na ideia da "mediocridade democrática", Mussolini organizou o assalto ao poder. Em 1922, 50 mil "camisas-negras", vindos de todas as regiões da Itália, dirigiram-se para a capital exigindo o poder – foi a chamada **Marcha sobre Roma**. O rei Vítor Emanuel III cedeu à pressão, e o líder fascista passou a organizar o gabinete governamental, no cargo de primeiro-ministro.

Em 1924, por meio de eleições fraudulentas, os fascistas ganharam maioria parlamentar. A oposição, liderada pelo deputado socialista Giacomo Matteotti, denunciou as irregularidades eleitorais, mas foi calada pela repressão generalizada, que culminou no rapto e assassinato do deputado.

No ano seguinte às eleições, Mussolini tornou-se *Duce* (o condutor supremo da Itália), com o respaldo da Confederação Geral da Indústria, da polícia política fascista (Ovra) e de tribunais especiais – instâncias jurídicas também de orientação fascista –, que julgavam e condenavam os dissidentes. Concretizou-se, assim, um Estado totalitário, em que eram eliminados os principais focos oposicionistas, ao mesmo tempo que se impunham leis de exceção, suprimia-se a imprensa oposicionista e era cassada a licença de todos os advogados antifascistas.

O TOTALITARISMO FASCISTA SEGUNDO MUSSOLINI

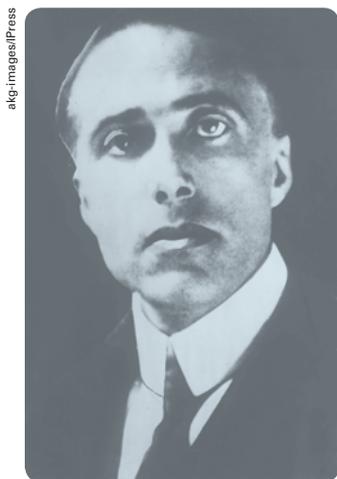
Anti-individualista, a concepção fascista é feita para o Estado: mas também é para o indivíduo, enquanto forma corpo com o Estado, consciência e vontade universal do Homem na sua existência histórica. Ela contraria o liberalismo clássico, nascido da necessidade de reagir contra o absolutismo, e que, desde aí, esgotou a sua função histórica, desde que o Estado se transformou e passou a possuir a mesma consciência e a mesma vontade que o povo. O liberalismo coloca o Estado a serviço do indivíduo. [...] Para o fascista, tudo está no Estado, nada de humano ou espiritual existe fora do Estado. Nesse sentido, o fascismo é totalitário, e o Estado fascista, síntese e unidade de todo o valor, interpreta, desenvolve e dá potência à vida integral de um povo.

MUSSOLINI, Benito. *A doutrina do fascismo*, 1930. In: VVAA, Temas de História 12. Porto: Porto Editora, s.d., p. 244.

Agência France-Presse/Getty Images

▲ Mussolini saúda a população presente em comício do Partido Fascista italiano, em novembro de 1922.

akg-images/IPress

Reprodução/Coleção particular

▲ A ilustração, publicada no jornal italiano *Tribuna Ilustrada*, em 1924, reproduz a cena do sequestro de Matteotti, cujo retrato pode ser visto ao lado, em foto de cerca de 1920.

Em 1929, Mussolini ganhou também o apoio do clero ao assinar o **Tratado de Latrão**, que solucionava a antiga Questão Romana. Indicando a conciliação entre Igreja e Estado, o papa Pio XI reconhecia o Estado italiano, e Mussolini, a soberania do Vaticano. O catolicismo passou a ser a religião oficial da Itália.

Questão Romana: conflito entre a Igreja Católica e o Estado italiano. Surgiu com a conquista de Roma na unificação italiana, em 1871. O papa Pio IX não reconheceu a perda dos territórios e considerou-se "prisioneiro" no Vaticano.

Reprodução/Coleção particular, Itália

▲ Carteirinha de integrante dos grupos fascistas, os denominados *Fasci Italiani di Combattimento*, de 1921.

Após garantir para si plenos poderes e cercar-se das elites dominantes, Mussolini buscou o desenvolvimento econômico do país. Centrado numa imensa propaganda de massa e na proibição de greves, seu governo apresentou sucessos na agricultura e na indústria até que a depressão mundial de 1929 mergulhou o país em uma crise.

Para superá-la, Mussolini intensificou a produção de armamentos e as conquistas territoriais, retomando a ideia de restaurar o Império Romano. Voltando-se para a África, invadiu a Abissínia (atual Etiópia) e, em seguida, uniu-se à Alemanha e ao Japão em diversas agressões internacionais.

PROPAGANDA FASCISTA

Exemplos da influência da propaganda fascista na imprensa. "Duce! Duce! Duce!" (1) era o brado de aclamação a Mussolini, conforme a ilustração da capa de uma revista da época. Página de um livro escolar italiano de 1931 (2), mostrando uma criança fazendo a saudação fascista. O texto diz: "Benito Mussolini ama muito as crianças. As crianças da Itália amam muito o Duce. Viva o Duce!". Capa de livro (3) italiano de 1932, cujo título é *O grupo Líder Balilla*. Balilla era uma organização fascista de crianças entre 8 e 14 anos.

(2)

BENITO MUSSOLINI
ama molto i bambini.
I bimbi d'Italia amano
molto il Duce.

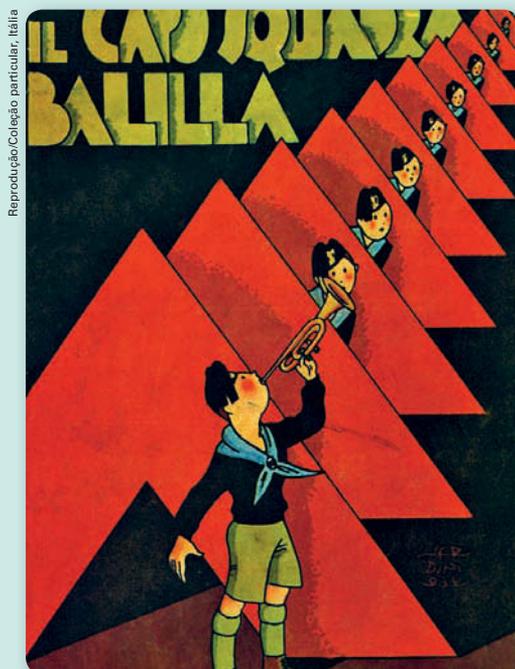
VIVA IL DUCE!

Reprodução/Coleção particular, Itália

(3)

Reprodução/Coleção particular, Itália

(1)

Reprodução/Coleção particular, Itália

O nazismo alemão

Similarmente ao fascismo italiano, o nazismo alemão emergiu da desastrosa derrota na Primeira Guerra Mundial e da humilhação sofrida pelas condições impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. Com o final da guerra, o regime monárquico dos *Kaiser* alemães foi substituído pela **República de Weimar** (1918-1933), que herdou uma grave crise socioeconômica.

A República, cujo nome advinha da cidade onde fora aprovada a nova Constituição, foi governada por uma coalizão formada por socialistas, católicos e social-democratas. Regido por uma Carta progressista, esse governo desde seu começo teve de enfrentar sérias dificuldades políticas e uma crescente onda de insatisfação social provocada pela gravíssima crise econômica que abateu a Alemanha no pós-guerra.

Em 1923, os governantes da República de Weimar decidiram cancelar os pagamentos impostos pelo Tratado de Versalhes. Em represália, os franceses invadiram o Vale do Ruhr, importante região mineradora e siderúrgica da Alemanha. Apoiados pelo presidente socialista Friedrich Ebert, os mineradores e operários dessa região entraram em greve, negando-se a trabalhar para os franceses. Para sustentar a greve, o Parlamento autorizou a emissão de papel-moeda. O resultado foi uma espiral inflacionária, que chegou a atingir o índice de 32 400% ao mês.

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Austrian Archives/Corbis/Latinstock

Após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, a situação econômica e social da Alemanha se agrava, aumentando o número de desempregados e os índices de inflação. Na foto, de 1931, unidade móvel do exército atende aos pobres fornecendo refeição gratuitamente nas proximidades de Berlim.

Em 1919, em Munique, um pequeno grupo de nacionalistas, entre os quais estava Adolf Hitler, fundou um partido totalitário, nos moldes do fascismo italiano, que adotou, logo depois, o nome de **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães** (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei* – NSDAP), popularmente chamado de **nazi**. Com forte apelo ao sentimento nacional diante das dificuldades do pós-guerra e contrários aos socialistas-comunistas (*Sozialisten*), apelidados de **sozi**, que seguiam o exemplo revolucionário russo de 1917, o novo Partido Nacional-Socialista ganhou cada vez mais adeptos. Para intimidar os opositores, principalmente judeus, comunistas e socialistas, os nazistas atuavam com uma polícia paramilitar denominada **Seções de Assalto (SA) – os camisas-pardas**.

Diante do agravamento da situação socioeconômica e da ineficiência do governo republicano, Hitler e seus seguidores tentaram assumir o poder, em novembro de 1923. Numa cervejaria de Munique, proclamaram o fim da República. Embora tivessem sido todos presos, ganharam ampla publicidade em todo o país. O *Putsch* ("golpe", em alemão) de Munique, como ficou conhecido, pareceu, por seu malogro total, o fim do nascente Partido Nazista. Foi, no entanto, apenas um recuo momentâneo na escalada nazista, que contaria mais tarde com circunstâncias propícias a seu reerguimento definitivo.

Na prisão, Hitler escreveu *Mein Kampf*, obra em que desenvolveu os fundamentos do nazismo:

- a ideia pseudocientífica da existência da **raça ariana** – que seria descendente de um grupo indo-europeu mais puro;
- o **nacionalismo** exacerbado;
- o **totalitarismo**;
- o **anticomunismo**;
- o domínio de territórios indispensáveis ao desenvolvimento alemão, inclusive com a conquista da Europa Oriental – o princípio do **espaço vital**.

As ideias nazistas não tiveram presença expressiva até que a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, no fim de 1929, veio abalar a economia mundial, especialmente a da Alemanha. Em 1932, muitos dos 6 milhões de desempregados alemães engrossavam as fileiras do Partido Nacional-Socialista, ao lado de ex-soldados, jovens estudantes e agricultores, descontentes com a fragilidade política e econômica do governo democrático de Weimar. Outros, porém, alinhavam-se aos grupos políticos de esquerda, especialmente aos comunistas, o que amedrontou a elite e a classe média alemã, que viram na proposta nazista a salvação nacional.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

▲ Em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado chanceler da Alemanha. Na foto, Hitler cumprimenta o presidente Paul Von Hindenburg após a nomeação.

As tropas das SA passaram a agir livremente, e a popularidade nazista se impôs. Em 1932, nas eleições para o Parlamento, os nazistas conquistaram 230 cadeiras (em 1930, eram aproximadamente 30) e, em 1933, com a crise do sistema parlamentarista, o presidente Hindenburg ofereceu a Hitler a chancelaria – o comando do Estado. Elevado ao poder, o líder nazista visou inicialmente eliminar a forte oposição, especialmente a dos políticos de esquerda. Para tanto, usou diversos meios, inclusive a organização de uma farsa: provocou um incêndio que destruiu o prédio do Parlamento em Berlim, o *Reichstag*, e acusou os comunistas de terem um golpe em andamento, o que lhe permitiu a instalação de uma ditadura totalitária. Os deputados e líderes das esquerdas foram presos e levados para **campos de concentração** – áreas de confinamento cercadas e vigiadas, onde muitos opositores foram exterminados, bem como milhões de judeus e prisioneiros de guerra, no genocídio que se tornou conhecido como **holocausto**.

Hulton Archive/Getty Images

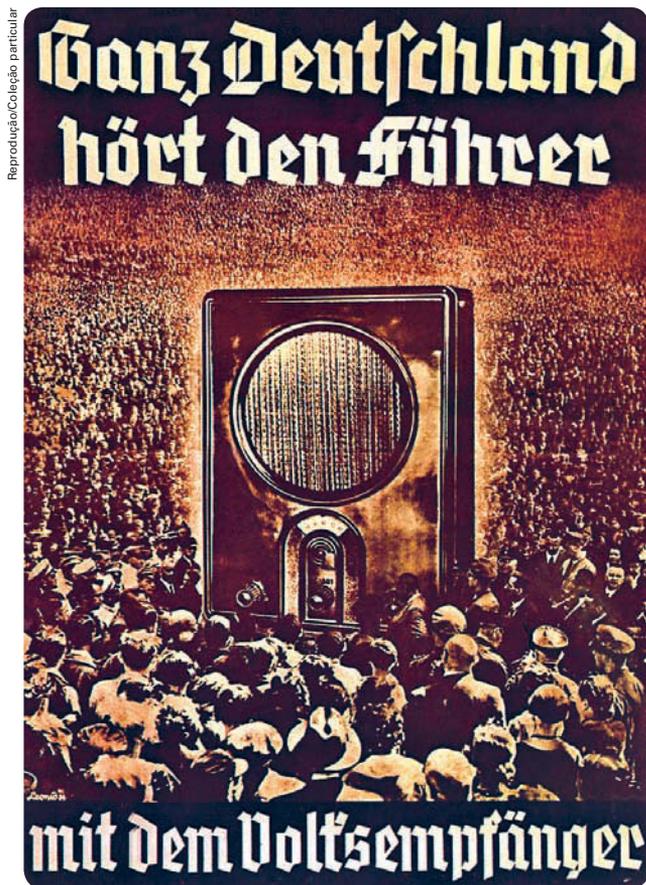
▲ Adolf Hitler atravessa a multidão de trabalhadores de uma fábrica alemã. Foto de novembro de 1933.

Para sustentar o poder hitlerista, foram criadas a **Gestapo** – polícia secreta do Estado – e as **Seções de Segurança** (SS), polícia política do partido, bem treinada, disciplinada e fiel ao *Führer*.

Hitler eliminou os partidos, os jornais de oposição e os sindicatos e suspendeu o direito de greve. Depurou o próprio nazismo, eliminando vários líderes das SA que divergiam de sua autoridade absoluta. Na chamada Noite dos Longos Punhais (junho de 1934), cerca de 70 líderes e 5 mil outros nazistas foram mortos por soldados do exército, pelas SS e pela Gestapo.

Um pouco antes, em 21 de março de 1933, Adolf Hitler proclamou a criação do Terceiro Reich (em alemão, "império"), sucessor do Sacro Império Romano-Germânico (962-1806) e do Império dos *Kaiser* Hohenzollern (1871-1919). Com a morte do presidente Hindenburg, em agosto de 1934, Hitler acumulou essa função e a de chanceler, adotando oficialmente o título de *Führer*.

Joseph Goebbels coordenou a propaganda nazista, ganhando o apoio de quase toda a nação aos grandiosos planos do *Führer*. A campanha racista criava um bode expiatório e aproximava a população alemã dos nazistas ao propor a purificação racial por meio do extermínio dos judeus. Para cumprir seu plano de genocídio denominado "solução final", os campos de concentração foram multiplicados e milhões de judeus, assassinados. Toda a sociedade foi envolvida no programa nazista do Terceiro Reich: das crianças aos adultos; nas escolas e instituições, todos eram induzidos a filiar-se à Juventude Hitlerista ou ao Partido Nazista.

Reprodução/Coleção particular

▲ Propaganda de 1935: "Toda a Alemanha escuta o *Führer* com o rádio popular".

A nazificação alemã completou-se com o armamentismo e o total militarismo, que reativaram o desenvolvimento econômico baseado na indústria bélica. A militarização da Alemanha visava à expansão territorial e à conquista do "espaço vital", o que viria a constituir o estopim de um novo conflito europeu.

A POPULAÇÃO ALEMÃ TINHA CONHECIMENTO DO EXTERMÍNIO DOS JUDEUS NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO?

Assim, tanto na Alemanha quanto nos países invadidos sabia-se que os judeus eram enviados em vagões ferroviários para algum lugar. Mas sabiam para onde e para o quê? É verdade que não houve ordem explícita de Hitler ou de Goebbels para o extermínio – argumento muito utilizado pelos "revisionistas". Mas não foi preciso. O nazismo tomou uma infinidade de medidas que, isoladas e justapostas, permitiu que os alemães ignorassem, ou desejassem ignorar, o que estava acontecendo, diz Ferro[1]. A compartimentação das atividades que envolviam o extermínio, desde o ponto de partida ao de chegada, assegurava que um profissional não soubesse a exata função do outro. Mas como os ferroviários poderiam desconhecer o destino dos passageiros amontoados nos vagões, os trabalhadores químicos não perceber para que fabricavam o gás *cyklon*, os juristas, os funcionários, os policiais, entre tantas outras categorias, ignorar a finalidade de suas funções? Sabemos que o nazismo tornou as câmaras de gás um segredo de Estado, mas a estratégia não impediu que milhares de pessoas conhecessem, ou ao menos suspeitassem, de sua existência. Se o número dos "executores diretos" do extermínio é calculado entre 300 000 e 400 000 pessoas, os "indiretos", sem dúvida, são multiplicados em muitas vezes. Portanto, pelo menos na Alemanha, é difícil garantir que "poucos sabiam".

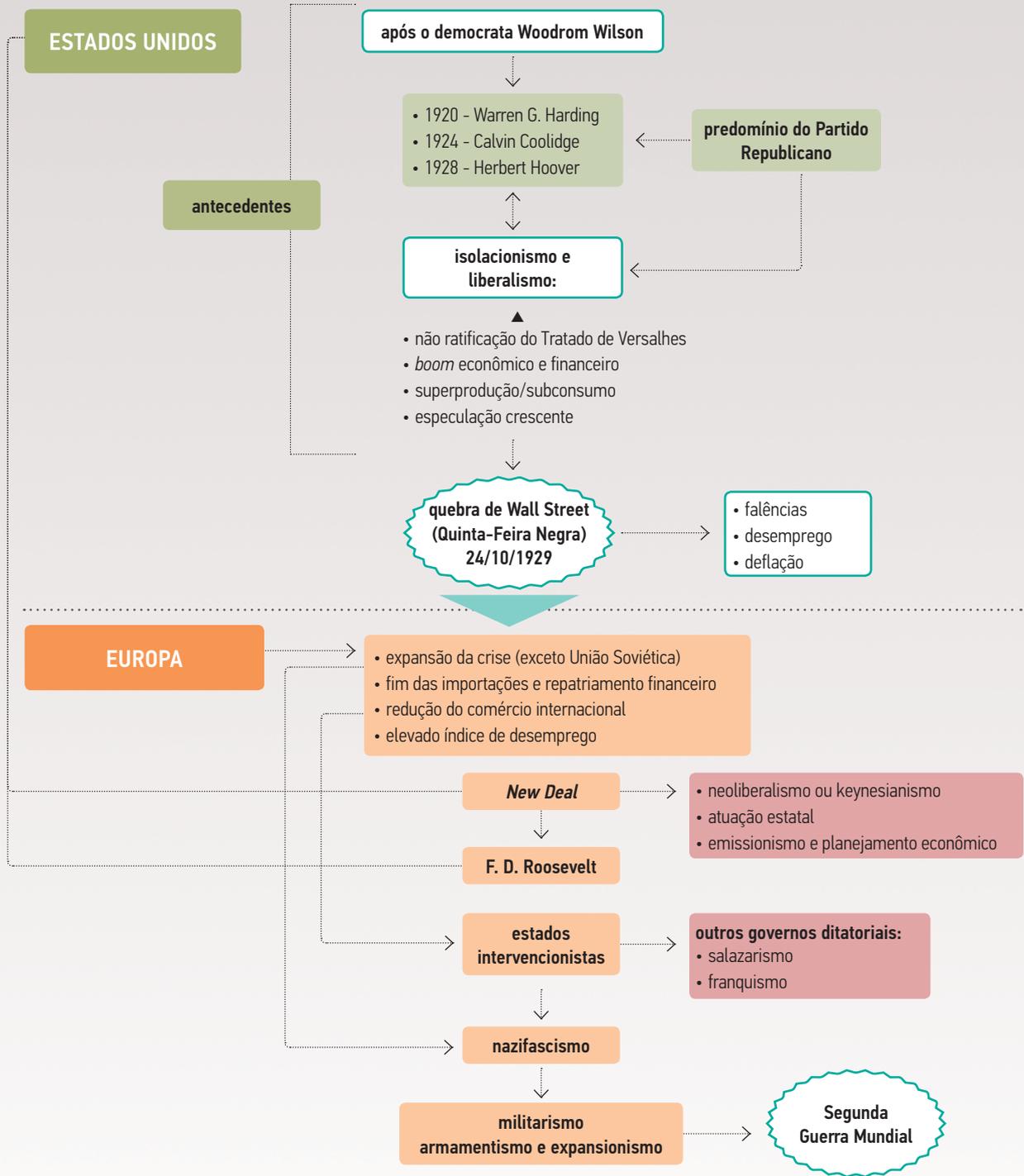
FERREIRA, Jorge. Problematizando a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/resenhas/res1-2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

cyklon ou zyklon: produto à base de ácido cianídrico, cloro e nitrogênio usado inicialmente como pesticida e depois como o gás que provocou as mortes nos campos de concentração alemães, na Segunda Guerra.

Galeria Bilderwelt/Hulton Archive/Getty Images

▲ Húngaros de ascendência judaica chegam em Auschwitz-Birkenau, um complexo de campos de concentração e de extermínio localizado na Polônia. Repare na estrela de Davi, identificação obrigatória que cada pessoa judia deveria portar. Foto de 1944.

[1] FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Mauro Lando e Isa Mara Lando. São Paulo, Ática, 1995.

PARA RECORDAR: A crise liberal do período entreguerras

ATIVIDADES

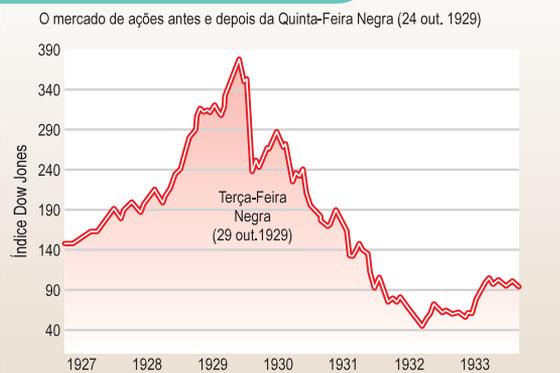
Com base no esquema-resumo e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir:

1. Explique as causas da crise financeira de 1929.

2. Escreva um texto coeso e coerente, no qual apareçam os seguintes termos:
nacionalismo – nazifascismo – militarismo

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de gráficos

Observe com atenção os dois gráficos abaixo e, em seguida, responda às questões.

Disponível em: <http://resistir.info/crise/imagens/stock_market_crash.jpg>. Acesso em: 20 jan. 2013.

Disponível em: <www.econmicro.com/images/urdep.png>. Acesso em: 20 jan. 2013.

Gráficos: Cassiano Röda/Arquivo da editora

a) O que cada um dos gráficos mostra?

b) Que relação há entre a quebra da Bolsa de Valores e a taxa de desemprego nos Estados Unidos? Justifique sua resposta com dados dos gráficos e com base em seus conhecimentos de História.

c) Estabeleça uma relação entre as transformações observadas no segundo gráfico e a política econômica adotada por Franklin Roosevelt.

2 Leitura e análise de cartaz de propaganda

Observe com atenção a imagem ao lado e faça as atividades propostas a seguir.

a) Pesquise em livros ou na internet sobre o cenário político alemão na ocasião das eleições parlamentares de 1932.

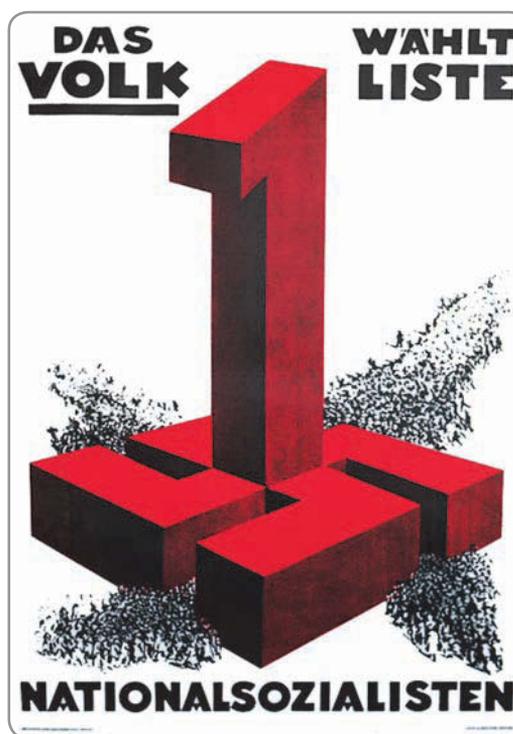
b) Com base no que você estudou neste capítulo, responda: quais foram os elementos mais marcantes da ideologia nazista?

c) Identifique os elementos presentes no cartaz reproduzido ao lado.

d) Descreva cada um desses elementos, comentando sobre a maneira como foram representados e projetados no cartaz, ou seja: qual a sua cor, qual o seu tamanho, qual a sua localização, etc.

e) Com base em seus conhecimentos sobre a época e a ideologia nazista, que significados podem ser atribuídos a esse cartaz? Avalie o que os elementos gráficos que o compõem (tamanho, volume e cor) valorizam.

Reprodução/Coleção particular

Reprodução de um cartaz utilizado na campanha eleitoral para o Parlamento da Alemanha, em 1932. O texto, em alemão, diz: *O povo vota para a Lista 1: Nacional-socialistas.*

3 Leitura e análise de artigo de jornal

Leia o artigo abaixo, de autoria de João Pereira Coutinho. Depois, responda às questões propostas.

A unanimidade é burra

SEMPRE tive horror a multidões. Não falo de multidões anônimas em cidades anônimas. Dessas gosto. De me perder nelas e com elas. Falo das outras: multidões politicamente organizadas, que suspendem o raciocínio para seguirem um líder e uma causa. Nelson Rodrigues dizia, com simplicidade avassaladora, que toda unanimidade é burra. Confirmo.

A culpa é minha. A culpa é do meio onde cresci. O meu pai era um liberal clássico. Liberal, não: libertário. Se a liberdade é o valor supremo da existência humana, qualquer limitação à liberdade seria objetivamente um dano. Drogas, prostituição, eutanásia o Estado que se afastasse. Só quando existe invasão da liberdade alheia deve o poder político intervir. Caso contrário, o indivíduo é soberano.

Não para a minha mãe, que sempre gostou de se apresentar, e de se olhar, como uma humanista de esquerda. Uma sociedade civilizada é uma sociedade capaz de cuidar dos mais pobres. O que implica a existência de um Estado sólido e generoso, capaz de distribuir a renda e garantir serviços básicos de decência.

E eu? Eu cresci entre os dois, escutando ambos e discordando de ambos. Sim, a liberdade é um dos valores fundamentais. Não é o valor fundamental, perante o qual todos os outros se vergam. Valores como a igualdade, a justiça ou a segurança podem ter prioridade, e muitas vezes têm, para garantir a sobrevivência de uma comunidade política.

O mesmo para a senhora minha mãe: uma sociedade deve cuidar dos mais fracos; mas não deve permitir que o poder político cresça de forma intolerável e potencialmente perigosa. O poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente. Lord Acton "dixit".

Foi assim que me tornei um conservador pluralista e cético, avesso aos extremos e aos extremistas. E assim continuo: olho em volta e constato, sem surpresa, que os meus amigos se espalham generosamente pela esquerda e pela direita. Discordo muito deles. Mas, por causa deles, dou por mim a discordar várias vezes de mim próprio. Eles não existem para confirmar as minhas certezas. Eles existem para as testar. Malditos sejam. Abençoados sejam.

Agradeço-lhes publicamente. E agradeço também à revista Spectator*, que publicou artigo do cientista político Cass Sunstein que só reforça a minha gratidão. Sunstein publicou livro recente, intitulado* Going to extremes: how like minds unite and divide *("Ir aos extremos: como mentes semelhantes unem e dividem"). A tese é luminosa: pessoas que pertencem a grupos que pensam uniformemente da mesma forma tendem a radicalizar as suas posições.*

Existem testes empíricos citados por Sunstein: na França, um grupo de cidadãos franceses foi dividido em grupos menores para trocarem opiniões sobre o presidente francês e o papel dos Estados Unidos no mundo. Ponto de partida: todos os cidadãos, antes da experiência, tinham visão simpática do presidente e visão negativa dos Estados Unidos. Ponto de chegada: depois da experiência, os que gostavam do presidente francês passaram a gostar ainda mais. Os que não gostavam dos Estados Unidos passaram a gostar ainda menos.

O segredo, conta Sunstein, está na própria dinâmica da troca de informação: quando os outros reforçam as nossas verdades, eles não se limitam a justificar epistemologicamente o que pensamos. Eles conferem uma sensação de maior segurança ao que pensamos, radicalizando as nossas atitudes. E basta que exista entre o grupo uma autoridade incontestada e incontestável para que o pensamento uniforme se transforme em ação uniforme. É a receita para o desastre.

A história do extremismo, para Sunstein, é também a história de como certos grupos foram se afastando progressivamente do pluralismo real das sociedades humanas. O Tratado de Versalhes, a falência de Weimar ou a Grande Depressão podem explicar Hitler e a ascensão do partido nazista. Não explicam tudo: é preciso entender os nazistas como um grupo homogêneo, impermeável à crítica externa. Uma realidade fechada onde os diferentes membros se reforçam mutuamente numa espécie de endogamia intelectual e ideológica. Nós, os puros, contra os inimigos impuros: eis a mentalidade típica do extremista. De ontem e de hoje.

Não se iludam. Um esquerdista faz sempre falta numa reunião de reacionários. Um direitista faz sempre falta numa passeata de Porto Alegre. Porque as sociedades livres, no essencial, não se distinguem dos casamentos felizes. E não há casamento que resista quando trocamos vozes distintas por monólogos entediantes.

COUTINHO, João Pereira. A unanimidade é burra. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 jul. 2009. Caderno Ilustrada.

a) Por que João Pereira Coutinho, o autor do artigo que você acabou de ler, concorda com a opinião do dramaturgo e escritor Nelson Rodrigues de que a "unanimidade é burra"?

b) O artigo de João Pereira Coutinho permite uma associação entre a difusão da ideologia nacionalista e o crescimento do nazismo na Alemanha? Justifique sua resposta.

c) Em sua opinião, que contribuição o texto proporciona para a reflexão acerca da ascensão dos regimes totalitários na Europa às vésperas da Segunda Guerra Mundial?

d) Reúnam-se em grupo e elaborem um texto argumentativo sobre a seguinte questão: hoje, a sociedade valoriza e estimula as diferenças ou incentiva os indivíduos a buscar a uniformidade e a isolar aqueles que são diferentes?

CAPÍTULO

6 Vargas de 1930 a 1945

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ Getúlio Vargas, chefe do movimento que depôs o presidente Washington Luís, é recepcionado no Palácio do Catete, em 31 de outubro de 1930.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

A construção de um mito

Getúlio Vargas é uma figura polêmica, fundamental para entendermos o século XX no Brasil. Isso não se deve apenas a suas realizações políticas, mas principalmente ao processo de construção pública de sua pessoa como um líder paternalista, pacificador das relações sociais, "Pai dos Pobres" e defensor intransigente dos interesses nacionais.

Alguns dos personagens da história brasileira foram consagrados ao longo dos anos. No entanto, hoje sabemos que a história é construída por homens e mulheres de diferentes condições sociais. Podemos afirmar que a figura de Getúlio Vargas é um mito de nossa história. O que configura um mito? Como, por que e para que ele é criado? Neste capítulo você vai obter alguns elementos para pensar a respeito dessas questões.

O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

A Revolução de 1930, vitoriosa, foi responsável por algumas mudanças, ainda que limitadas sobretudo ao campo político. Como você estudou, o governo que se seguiu à revolução, encabeçado por Getúlio Vargas, surgiu de um movimento que aglutinou diversas forças sociais (oligarquias dissidentes, classes médias, setores da burguesia urbana) e instituições (notadamente o exército), que reivindicavam participação política em um cenário até então dominado quase exclusivamente pela oligarquia cafeeira.

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

▲ População comemora a vitória da Revolução de 1930, em São Paulo. No novo governo, esse mesmo povo teria bem pouca participação.

Embora os grupos oligárquicos (inclusive os aparentemente derrotados cafeicultores) ainda tivessem um papel decisivo a representar no novo governo, não iriam mais exercer o poder de forma hegemônica. Nesse período, o Estado oligárquico brasileiro vivia uma crise. As disputas pelo exercício do poder abriam espaço para a intermediação política, o que favoreceu o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas: bastante habilidoso, soube transformar-se no árbitro das forças em disputa, ou, ainda, no único indivíduo capaz de manter coesa a aliança que havia se formado em 1930. Não evitou, entretanto, descartar este ou aquele grupo político quando as circunstâncias exigiam.

A composição do novo governo já refletia a necessidade de satisfazer às diversas forças políticas: gaúchos e mineiros dominavam os ministérios. Políticos do Partido Democrático (oposição em São Paulo) e da oligarquia paraibana também ocuparam cargos no governo recém-instaurado.

A força do governo, entretanto, estava nas lideranças tenentistas que Getúlio tentou manter a seu lado a qualquer custo. Nomeou tenentistas para o cargo de **interventores**, isto é, substitutos temporários dos governadores estaduais.

A limitação ideológica do tenentismo, que combatia a república oligárquica em nome de umas poucas reformas e sem se filiar a nenhuma linha política ou partidária, levaria o movimento ao colapso. Como alternativa de sobrevivência, os tenentistas tiveram como opção abraçar um programa mais amplo, como Prestes já havia feito ao se converter ao comunismo.

Outros tenentes, por sua vez, simpatizaram com o fascismo, então em ascensão em vários países. Formaram as **Legiões Revolucionárias**, procurando atrair também os operários e os desempregados, cada vez mais numerosos, já que os efeitos da crise de 1929 se aprofundavam. Essa ala direita do tenentismo organizou-se por meio do chamado Clube 3 de Outubro.

A divisão dos tenentes entre as tendências de esquerda e direita e o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas levaram ao esvaziamento do tenentismo. Mais tarde, pouco restaria aos integrantes do movimento além de submeter-se ao presidente e incorporar-se à estrutura burocrática do novo Estado getulista, em gestação no início da década de 1930.

No momento da construção do governo revolucionário e durante seus primeiros anos no poder, o presidente fez apelos às classes trabalhadoras urbanas, acenando-lhes com a possibilidade de criar leis favoráveis a elas e oferecendo-lhes outros benefícios.

Outra medida adotada para consolidar o novo governo foi atrair as antigas forças agroexportadoras paulistas, deixando claro que pouco poderia ser feito sem os cafeicultores, que ainda formavam o grupo econômico mais poderoso do país.

A defesa do setor cafeeiro e o estímulo à indústria

Com o objetivo de apoiar os cafeicultores, Vargas lançou-se em defesa da cafeicultura, fortemente abalada pela Grande Depressão, crise mundial iniciada em 1929. Para isso, buscou reeditar a velha política de valorização do café, agora sob rígido controle do governo central. Por meio do **Conselho Nacional do Café** (CNC), promoveu a compra e a estocagem do produto.

Como já foi visto, essa prática estava desgastada, pois a produção mundial de café aumentava, e com ela a concorrência. Consequentemente, a política de valorização do produto, apesar de aumentar ligeiramente os preços durante certo tempo, acabou por levar à formação de estoques imensos, para os quais não havia compradores externos. A partir de julho de 1931, o governo decidiu queimar os estoques de café.

Essa política beneficiou a economia a curto prazo. O comprometimento do governo com a manutenção da demanda do produto ajudou a manter em funcionamento o restante da economia brasileira. A atividade cafeeira sustentou as atividades comercial e bancária, as ferrovias e até a pequena indústria nacional, uma vez que todos esses setores, de algum modo, dependiam dos recursos gerados pela cafeicultura. As marcas da crise de 1929 tinham deixado no setor cafeeiro e industrial um desemprego de cerca de 2 milhões de trabalhadores e uma redução de salários em 20%.

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

▲ O café usado como combustível de locomotivas. Com a compra dos estoques de café não vendidos, o governo preservava a atividade econômica do Brasil. Foto de 1931.

Ao mesmo tempo, as importações caíram, uma vez que grande parte do café não era exportado, mas vendido ao governo. Dessa forma, reduzia-se a entrada de moeda estrangeira no país (moeda que deveria ser usada para pagar a conta das importações). Levando-se em consideração que a maior parte das importações era de produtos industrializados, surgiu a oportunidade de que essa produção passasse a ser realizada dentro do Brasil.

Entre 1933 e 1939, a indústria brasileira teve um crescimento expressivo, principalmente nos setores menos sofisticados: a indústria leve, baseada na produção de têxteis e processamento de alimentos, que requeriam investimentos menores e contavam com a utilização da capacidade ociosa. Desde o final do século anterior, construía-se no país a base de uma indústria leve que operava com capacidade ociosa desde pelo menos o final da Primeira Guerra Mundial. Foi justamente o emprego desse potencial não utilizado que fez a produção industrial brasileira dar um salto durante os anos 1930.

Os anos 1930 inauguraram o modelo de **industrialização por substituição de importações**. Apesar do predomínio da indústria leve, novos setores logo se desenvolveram, com a participação decisiva do Estado.

A Revolução Constitucionalista de 1932

Ao proteger a cafeicultura, o governo varguista procurou garantir o apoio dos fazendeiros paulistas, ao mesmo tempo que estimulava o processo de industrialização. No entanto, a defesa do setor cafeeiro implicava alguns riscos políticos para o presidente: uma vez fortalecida, a oligarquia cafeeira paulista poderia tentar retomar o poder perdido em 1930.

Vargas desagradou as elites paulistas ao nomear João Alberto, um interventor pernambucano e tenentista. Mesmo depois de nomear o interventor Pedro de Toledo, civil e paulista, a tensão continuava. Eternizando a situação do governo provisório, Vargas dava a entender que não se esforçaria por devolver ao país a normalidade constitucional.

Com um papel secundário no governo provisório, o Partido Democrático rompeu com Vargas. Juntamente com o Partido Republicano Paulista, que recompunha suas forças, formou a **Frente Única Paulista** e exigiu, além da nomeação de um interventor civil e paulista para o estado, a imediata reconstitucionalização do país.

As promessas de Vargas referentes à redemocratização e convocação de uma Assembleia Constituinte eram vagas e pouco consideradas. A Frente Única aproveitou-se da situação e passou a exigir a elaboração de uma nova Constituição, atraindo o apoio popular. Embora parecesse modernizador e liberalizante ao propor a redemocratização, o movimento revolucionário de 1932, que se iniciava, era também reacionário, uma vez que a oligarquia cafeeira, que o liderava, pretendia retornar ao poder.

Em maio de 1932, após conflitos de rua que terminaram com a morte de estudantes paulistas, organizou-se um movimento que pregava a luta armada. Surgiu um grupo de enfrentamento denominado MMDC, iniciais dos nomes das vítimas – Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Em 9 de julho de 1932, os líderes paulistas romperam com o governo Vargas: tinha início a revolução.

Iniciou-se a organização de um exército constitucionalista, com o alistamento voluntário de dezenas de milhares de jovens, principalmente da classe média. A mobilização foi grande no estado de São Paulo, mas sem adesão significativa dos operários.

Avelino Ginjo/Museu da Imagem e do Som, São Paulo, SP

▲ Passeata no centro da cidade de São Paulo durante a Revolução Constitucionalista, em 1932.

A fragilidade do exército constitucionalista, porém, logo se fez sentir, com carências de todo gênero. A indústria de São Paulo tentou suprir o movimento com armas e munições, já que a marinha, fiel a Vargas, havia bloqueado os portos paulistas, impossibilitando as importações.

Após três meses de combates às vezes intensos, com um saldo de 600 a 900 mortos, as tropas leais ao governo federal acabaram forçando os paulistas à rendição.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA ALÉM DOS MEMORIALISTAS

Foram produzidas inúmeras publicações sobre a Revolução Constitucionalista; muitas a apresentam numa versão épica, como exemplo de heroísmo. Leia as observações do historiador Marcelo Santos de Abreu, analisando o assunto.

É certo que a Revolução Constitucionalista não foi um movimento da "plutocracia" apenas, ou da "oligarquia", mas esteve muito longe da unanimidade que atravessava "todas as classes sociais" pretendida por seus memorialistas. Da mesma forma, [...] a "união sagrada dos paulistas" não era apenas a unidade em torno de um "ideal", mas uma coalizão das facções da classe dominante ou das facções da elite política tão débil quanto aquela que levara Getúlio Vargas ao poder em 1930. De fato, a história representada no memorialismo aproxima-se do mito uma vez que insistia em ressaltar a coesão social resultante de uma crise. Esta análise preliminar do memorialismo revolucionário e da historiografia crítica torna evidente que a produção da história em qualquer registro é análoga à dinâmica da memória social, feita de lembrança e esquecimento. E que a preocupação de narrar, mobilizando os recursos da memória para configurar um testemunho ou da razão para elaborar uma interpretação crítica dos acontecimentos socialmente relevantes, é feita de menção e silêncio.

ABREU, Marcelo Santos de. *A Revolução Constitucionalista de 1932*: memorialismo, historiografia, produção do silêncio. Disponível em: <http://revistadiscenteppghis.files.wordpress.com/2009/05/marcelo-abreu-a-revolucao-constitucionalista-de-1932_-memorialismo-historiografia-producao-do-silencio.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2013.

A Constituição de 1934

Encerrado o movimento de 1932, a repressão do governo varguista aos líderes paulistas surpreendeu por sua relativa brandura. Limitou-se a algumas prisões, deportações e cassação de mandatos (em julho de 1934 seria aprovada uma anistia geral). Na verdade, Vargas buscava uma composição com os paulistas derrotados, pois era impossível ignorar a elite paulista, e esta, por sua vez, aceitou a busca de entendimento.

Percebendo a força do apelo constitucionalista, Getúlio decidiu acelerar o processo de redemocratização. Instituiu, em 1932, um **Código Eleitoral**, que introduzia o voto secreto, o voto feminino e a justiça eleitoral, além dos deputados classistas, isto é, eleitos pelos sindicatos. Nessas condições, foram realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte em maio de 1933, aprovando-se uma nova Constituição em julho do ano seguinte.

O VOTO FEMININO NO BRASIL

Assim, em 1932, foi promulgado o novo Código Eleitoral (Decreto nº 21.076, de 24.2.1932), de cuja comissão de redação Bertha Lutz havia participado. Estava assegurada a cidadania política às mulheres brasileiras, embora sem a exigência da obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto.

Essa legislação permitiu que fosse eleita a primeira parlamentar de nossa história. Assim, no dia 13 de março de 1934, uma voz feminina se fez ouvir, pela primeira vez, no plenário do Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados e dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Tratava-se de Carlota Pereira de Queirós, uma médica paulista e primeira deputada federal do Brasil, eleita pelo voto popular: "Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas [...]".

CÂMARA dos Deputados. Mulher e cidadania: 80 anos do voto feminino. Disponível em: <www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/museu/exposicoes-2012/mulher-e-cidadania-80-anos-do-voto-feminino>. Acesso em: 2 fev. 2013.

Em sua essência, a nova Constituição pouco divergia da anterior, de 1891. As novidades incluíam: o **Código Eleitoral**, que, criado para a eleição dos membros da Assembleia Constituinte, acabou sendo incorporado à nova Carta, inclusive com as provisões referentes à **representação classista**, cuja bancada agora faria parte do Congresso; criação do **Tribunal do Trabalho e legislação trabalhista**, incluindo o direito à liberdade de organização sindical; possibilidade de nacionalização de empresas estrangeiras e do estabelecimento do monopólio estatal sobre determinadas indústrias; disposições transitórias determinando que o próximo presidente da República seria eleito pelo voto indireto da Assembleia Constituinte.

No dia seguinte à promulgação da nova Carta, Getúlio Vargas foi eleito presidente constitucional do Brasil. Iniciava-se a segunda etapa de seu governo.

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

Sessão da Assembleia Constituinte de 1934. À esquerda, de chapéu, Carlota Pereira de Queirós, primeira deputada brasileira. A Constituição de 1934 – de curta duração – trouxe inovações, como a representação classista.

O GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937)

A radicalização ideológica

Eleito indiretamente pelo Congresso para um mandato de quatro anos, sem direito a reeleição, Getúlio Vargas demonstrava, no início de seu governo constitucional, a intenção de fazer o país voltar à normalidade. Entretanto, apesar da entrada em vigor da Constituição e de uma clara definição dos limites do poder Executivo, continuava a aproveitar-se da crise de hegemonia existente no país, ou seja, da incapacidade de um único grupo controlar o poder.

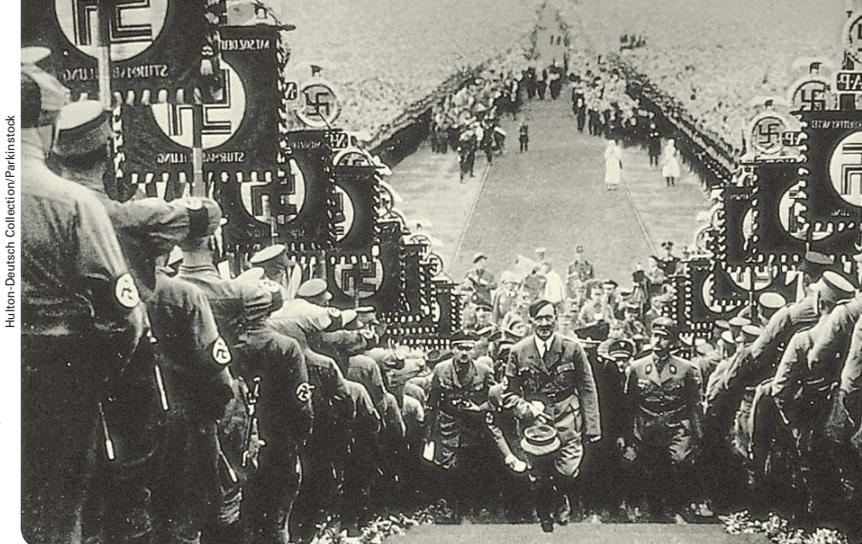
A radicalização foi uma particularidade do novo período, inédita num país no qual os interesses econômicos e particulares sempre se sobrepuseram às ideias, mas se caracterizava como um fenômeno mundial, no contexto da crise de 1929 e da posterior Grande Depressão, quando as propostas socialistas pareceram bastante tentadoras. O exemplo soviético, então imune à crise, mostrava-se como alternativa para alguns.

Aliás, mesmo nos países capitalistas mais avançados, a solução para a crise passava por uma intervenção cada vez maior do Estado na economia, como no *New Deal* do presidente norte-americano Franklin Roosevelt.

As propostas fascistas, por sua vez, defendiam uma ampliação da atuação do Estado não apenas na área econômica, mas também no conjunto da sociedade, por meio de violentas ditaduras políticas.

Assim, o fascismo, de Benito Mussolini, na Itália, e o nazismo, de Adolf Hitler, na Alemanha, pareciam surgir como um “terceiro caminho” entre socialismo e capitalismo.

Hulton-Deutsch Collection/Parkinstock

Na década de 1930, como vimos, o nazismo e o fascismo expandiam-se pelo mundo, notadamente na Europa. No centro da foto de 1934, o líder nazista alemão Adolf Hitler.

Integralistas e aliancistas

A **Ação Integralista Brasileira** deu início ao movimento de inspiração fascista no Brasil, em 1932. Seus membros repudiavam a democracia liberal, defendendo em seu lugar um governo autoritário, chefiado por um líder “inspirado” que pudesse levar o país ao progresso. Rejeitavam também o comunismo, em razão da crença fascista na desigualdade entre os homens.

O integralismo nutria forte apelo nacionalista, tendo o intelectual **Plínio Salgado**, seu principal líder, participado da Semana de 22 e da criação do “verde-amarelismo”, movimento cultural de cunho nacionalista. Tal nacionalismo tendia para a xenofobia, quando não para o racismo assumido. A sociedade deveria ser organizada hierarquicamente, segundo princípios militares, e sustentada na total disciplina de cada um de seus membros.

Em 1933, o movimento tornou-se público, com a realização de uma grande passeata em São Paulo, expandindo-se depois por todo o Brasil, principalmente pelo Centro-Sul, região mais urbanizada e de forte presença imigrante europeia, sobretudo italiana e alemã.

Reprodução/Arquivo Público do Estado, Rio de Janeiro, RJ.

▲ Cartazes de propaganda integralista de 1935 e 1937 (da esquerda para a direita), na qual a exaltação nacionalista aparece junto ao símbolo do movimento, o sigma (letra grega que corresponde ao “s” do nosso alfabeto).

A rejeição ao fascismo, as desconfianças em relação ao futuro da democracia liberal brasileira sob Vargas e a intensa mobilização popular, característica do Brasil da década de 1930, levaram à criação de um movimento político de formas radicalmente opostas ao integralismo. Tratava-se da **Aliança Nacional Libertadora** (ANL), uma frente ampla de oposição ao fascismo e ao autoritarismo.

Da ANL participavam indivíduos de todas as categorias sociais e convicções políticas e filosóficas, tendo os comunistas à frente. Criada em março de 1935, contava com um número crescente de adeptos por todo o país.

As propostas da ANL não se resumiam às do Partido Comunista, o que mostra o caráter de frente ampla do movimento. Seu programa baseava-se em: suspensão do pagamento da dívida externa e seu cancelamento unilateral; nacionalização das empresas estrangeiras; defesa das liberdades individuais; combate ao fascismo, com a criação de um governo popular; reforma agrária, com a garantia da manutenção da pequena e média propriedades.

Os aliancistas convocavam os líderes tenentistas para uma nova revolução. Luís Carlos Prestes lançou seu primeiro manifesto público em apoio à ANL, no qual afirmava que Vargas estava mancomunado com os integralistas e pedia a adesão das Forças Armadas à Aliança. Defendia a realização da reforma agrária e finalizava com um apelo à “luta pela libertação nacional”, ou seja, a revolução imediata.

O movimento sempre foi ativo dentro das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, os comícios da Aliança atraíam multidões, o que dava a seus líderes a certeza da aceitação de suas propostas. No PCB (inicialmente

Partido Comunista do Brasil, mais tarde Partido Comunista Brasileiro), cuja importância dentro da ANL era decisiva, amadurecia a ideia de revolução, um movimento que pudesse sair dos quartéis e ganhar as ruas.

É nesse sentido que se deve entender o manifesto de Prestes e a ideia de que os soldados não iriam seguir o movimento operário, mas exatamente o contrário: a revolução nasceria nos quartéis e o povo iria acompanhá-la.

Usando como pretexto o apelo revolucionário contido no manifesto de Prestes e a palavra de ordem "Todo poder à ANL!", Vargas decretou a ilegalidade do movimento. Agora clandestina, a Aliança passou a ser totalmente controlada pelo PCB. Além disso, o decreto de Vargas estimulou a preparação da revolução, que foi considerada a única alternativa para o movimento. De Moscou, o Komintern, órgão criado para coordenar e patrocinar movimentos revolucionários socialistas e anticoloniais no mundo inteiro, apoiava a revolução, inclusive com o envio de dinheiro e agentes.

Em novembro de 1935, eclodiu a revolução, planejada para ser iniciada dentro dos quartéis. A falta de coordenação entre os diversos núcleos comunistas fez com que começasse em dias diferentes em Natal e Recife e no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, o golpe fracassou, enquanto no Rio Grande do Norte durou quatro dias, com a instalação de um governo revolucionário. Após intensos combates, os rebeldes acabaram se rendendo. Fracassava, assim, a chamada **Intentona Comunista**, nome pejorativo dado pelos vencedores, que significa "projeto insensato" ou "projeto louco".

Em todo o episódio, a tão esperada adesão popular não aconteceu, limitando-se a algumas iniciativas isoladas. Na verdade, o movimento foi o pretexto para que o governo desencadeasse violenta repressão a todos os participantes e simpatizantes do comunismo.

Foi aprovada pelo Congresso a decretação do estado de sítio, seguido do estado de guerra, válido em todo o território nacional até 1937. Foram criados nesse período o Tribunal de Segurança Nacional, responsável pelo severo julgamento do que fosse considerado crime contra a segurança e as instituições, e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.

O Legislativo perdeu autonomia e as forças policiais ganharam poder. Fortalecia-se o poder do presidente, anulando, na prática, a democracia liberal e o regime constitucional.

estado de guerra: situação que prolonga a vigência do estado de sítio, aumentando seu alcance e possibilitando o início de mobilização militar visando operações de guerra.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Reprodução/Jornal *A Manhã*

CARLOS PRESTES
A FRENTE DA INSURREIÇÃO ARMADA NO RIO!

A MANHÃ — 2ª EDIÇÃO

SOB O SEU COMMANDO LEVANTOU-SE, ESTA MADRUGADA, A GUARNIÇAO DESTA CAPITAL

O MOVIMENTO ESTENDE-SE A TODO O TERRITORIO DO PAIZ

Em S. Paulo, o commando das forças revolucionarias foi assumido pelo general Miguel Costa

O AVISO DE PRESTES aos seus companheiros

▲ Tropas governamentais no combate à Intentona Comunista e a manchete do jornal *A Manhã* do dia 27 de novembro de 1935.

O golpe do Estado Novo

A Constituição de 1934, apesar de desrespeitada com as medidas adotadas (elas, por exemplo, estabeleceram o estado de guerra sem que houvesse guerra formal declarada nem um exército inimigo a ser enfrentado), ainda previa a realização de eleições para a sucessão presidencial em 1937. Assim, mesmo sob o clima repressivo, teve início a disputa eleitoral, com o surgimento de duas candidaturas: a do paulista **Armando de Salles Oliveira** e a do paraibano **José Américo de Almeida**.

O LEVANTE POTIGUAR

Natal amanheceu tranquila naquele sábado, 23 de novembro de 1935. A capital do Rio Grande do Norte tinha, então, uma população de 40 mil habitantes. Na cidade pouco industrializada, o movimento portuário era intenso. Navios seguiam para a Europa carregando sal e algodão – os principais produtos da economia potiguar.

A calmaria daquele dia começou a ser perturbada com a chegada de uma carta do chefe da Região Militar para o comandante do 21º Batalhão de Caçadores (BC). Nela, o general Manuel Rabello autorizava a dispensa de praças suspeitos de participação em assaltos a bondes.

A notícia da expulsão de quase 30 soldados causou silenciosa revolta no quartel. À tarde, militares do 21º BC reuniram-se com dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) estadual para examinar a situação. Às 19h30, no mesmo quartel, o cabo Giocondo Alves Dias, o sargento Quintino Clementino de Barros e o soldado Raimundo Francisco de Lima, muito bem armados, renderam o oficial de dia: "O senhor está preso, em nome de Luís Carlos Prestes".

Dominado, o quartel foi aberto para os civis que apoiavam o movimento. [...] No dia seguinte, domingo, Natal já estava integralmente sob controle dos insurretos. [...]

A conquista do interior do estado passou para a ordem do dia, com a formação de três colunas de combatentes. Segundo Homero Costa, em seu livro *A insurreição comunista de 1935*, a primeira deveria seguir em direção a Mossoró; a segunda, até a divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba; e a última, para a cidade de Goianinha.

Os revolucionários ocuparam 17 dos 41 municípios potiguares e, quando possível, entregaram o poder a personalidades locais ligadas à Aliança Nacional Libertadora (ANL). [...]

Em julho de 1935, Prestes lançou um manifesto que terminava assim: "Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo poder à ANL!".

Acervo Iconographia/Reminiscências

Fachada do Quartel da Polícia Militar de Natal após o bombardeio ocorrido entre os dias 23 e 24 de novembro de 1935.

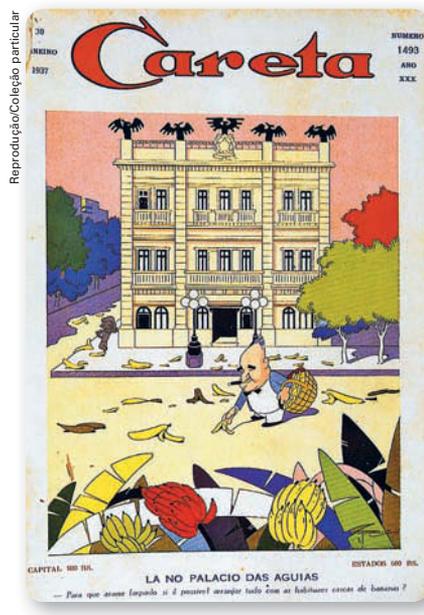
O plano insurrecional contava com o apoio da Internacional Comunista (IC), que enviou alguns de seus assessores – Olga Benário entre eles – para o Brasil. A ação começaria com levantes militares a serem acompanhados pela mobilização de trabalhadores em greves em todo o território nacional.

Em princípio, no dia 23 de novembro, o PCB de Natal procurou convencer os militares subalternos do 21º BC a não se rebelar. Argumentou que ainda não era o momento. Ante a inevitabilidade do levante, os comunistas dele participaram e se tornaram os seus dirigentes. No dia 24, militares sublevaram-se em Recife, sendo vencidos um dia depois.

Pegos de surpresa pelo levante na capital do Rio Grande do Norte, a direção nacional do partido e os agentes da IC decidiram colocar em marcha movimentos no Distrito Federal e em alguns estados. Só conseguiram levar o plano adiante no Rio de Janeiro, sendo vencidos no fim da manhã do dia 27. [...]

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. Levante Potiguar. In: *História Viva*. Ano VI, n. 62. p. 68, 70 e 71. s/d.

O primeiro, cuja candidatura fora lançada por setores originários do velho Partido Democrático, representava uma oposição liberal ao centralismo varguista. O segundo parecia ser o candidato oficial do governo à sucessão. Um terceiro candidato foi **Plínio Salgado**, da Ação Integralista, que era fortemente rejeitado pelo eleitorado.

Embora parecesse colaborar com a campanha presidencial, Vargas não descartava a possibilidade de manter-se no poder, contando com o apoio de certos setores da sociedade, para os quais interessava mais a estabilidade que a normalidade constitucional. Às pretensões continuístas de Vargas somaram-se os interesses do exército.

Nacionalista, anticomunista e, obviamente, preocupada com questões relativas à segurança nacional, a alta cúpula militar foi lentamente sendo atraída por uma solução autoritária para a crise política brasileira. A ideia de uma ditadura sustentada na atuação e influência do exército poderia garantir a manutenção de políticas firmes de combate às esquerdas.

Reprodução/Coleção particular

Charge de J. Carlos alusiva ao processo sucessório de 1937. Getúlio Vargas espalha cascas de banana diante do Palácio do Catete (também chamado Palácio das Águias), sede da presidência da República.

Além disso, um governo forte poderia implantar no país a indústria pesada que, na visão dos militares, era preponderante para garantir a segurança do país, ainda mais numa época de acentuada tensão internacional, como a que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Supondo o desinteresse do capital estrangeiro em estabelecer esse tipo de indústria (pois este, de fato, jamais havia sido aplicado consistentemente nesse setor no Brasil), era necessário utilizar capital nacional, que, por ser escasso, só seria mobilizado por meio da atuação do Estado. Nascia, assim, um modelo de desenvolvimento industrial estatizante e ligado às Forças Armadas.

indústria pesada: tipo de indústria que inclui setores como mecânica pesada, siderurgia e química, entre outros.

Em setembro de 1937, o governo divulgou a existência de um falso plano comunista para assumir o poder no Brasil, o **Plano Cohen**, que, na verdade, fora redigido por um oficial integralista do exército. O plano serviu de pretexto para o golpe: em 10 de novembro, Vargas ordenou o fechamento do Congresso, a extinção dos partidos políticos e a suspensão da campanha presidencial e da Constituição. Estava instalada a ditadura do **Estado Novo**.

O ESTADO NOVO (1937-1945)

A Constituição de 1934 foi substituída por uma nova, que pretendia dar uma aparência de legalidade ao novo governo. Redigida às pressas pelo jurista Francisco Campos, ministro da Justiça de Vargas, foi parcialmente inspirada nas Constituições fascistas da Itália e da Polônia – daí seu apelido de **Polaca** (palavra depreciativa, utilizada na época para vulgarmente designar prostitutas).

Eram características da Constituição de 1937: centralização política, com o fortalecimento do poder do presidente; extinção do Legislativo, cujas funções passariam a ser exercidas pelo Executivo; subordinação do poder Judiciário ao Executivo; indicação dos governadores (interventores) dos estados pelo presidente; legislação trabalhista.

O Estado Novo, contudo, não deve ser considerado um regime fascista, pois lhe faltava um partido político do qual Vargas fizesse parte. Além disso, a ditadura varguista, por mais violenta que tenha sido, não se assemelhou aos excessos totalitários do fascismo europeu na composição do aparelho repressivo governamental.

Reprodução/Coleção particular

▲ Pelo golpe do Estado Novo, Vargas implantou uma ditadura sem disfarces. Na charge, de J. Carlos, ele golpeia violentamente a estrutura política do país.

Finalmente, faltava ao Estado Novo uma forte característica da ideologia fascista europeia: a legitimação do Estado por meio de certa visão de história (como, no caso da Alemanha nazista, a ideia do Terceiro Reich, o terceiro império alemão, que foi planejado para durar mil anos e ver a redenção da raça ariana), como você já estudou.

Chama a atenção a relativa tranquilidade com que a população recebeu o golpe: a oposição foi mínima, senão inexistente. Isso se deveu em parte ao apelo anticomunista, fomentado durante anos pela propaganda oficial.

Ao mesmo tempo, os principais líderes políticos do país, aqueles que eventualmente poderiam fazer uma oposição de cunho liberal a Vargas, viam-se comprometidos com o novo regime: em 1937, os interventores nomeados nos estados eram quase todos governadores, e agora iriam se eternizar no poder, pelo menos enquanto durasse a ditadura. Pode-se falar até mesmo em uma nova "política dos governadores", com compromissos pessoais entre os líderes estaduais e o governo federal.

Quanto ao crescente operariado urbano, a oposição foi pequena: privado de seus principais líderes de esquerda desde 1935, pouco lhe restava senão aceitar passivamente o novo regime. Todavia, por trás dessa aparente passividade há de se reconhecer que, a partir da década de 1930, a crescente massa de trabalhadores urbanos já havia se convertido em ator central da política brasileira, pois passou a ser impensável a instauração de um poder político sem levar em consideração suas demandas. De acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes, se os trabalhadores passaram a aceitar Vargas é porque tinham a consciência dos ganhos provenientes dessa aceitação. Por trás

desse jogo está a própria constituição do operariado e sua identificação como grupo social específico: no Estado Novo, consolidou-se entre os trabalhadores a ideia de que "ser operário" é motivo de orgulho, independentemente da atuação do governante.

Curiosamente, a mais séria tentativa de derrubar o Estado Novo partiu de um grupo simpatizante de medidas autoritárias e fascistas: os integralistas, que haviam aplaudido o golpe de 1937 – afinal, feito em nome do combate ao comunismo. O próprio Vargas foi bastante tolerante, permitindo a sobrevivência do grupo, ao contrário de outras agremiações políticas; no entanto, não havia ligações com os **camisas verdes** do movimento integralista. Mantidos à margem do governo, em 1938 tentaram, sem sucesso, assaltar o Palácio Guanabara e derrubar Vargas, no movimento que se tornou conhecido como **Intentona Integralista**. Porém, mal organizados, fracassaram. Seguiram-se o exílio de Plínio Salgado e o desaparecimento do movimento integralista.

VARGAS E OS TRABALHADORES

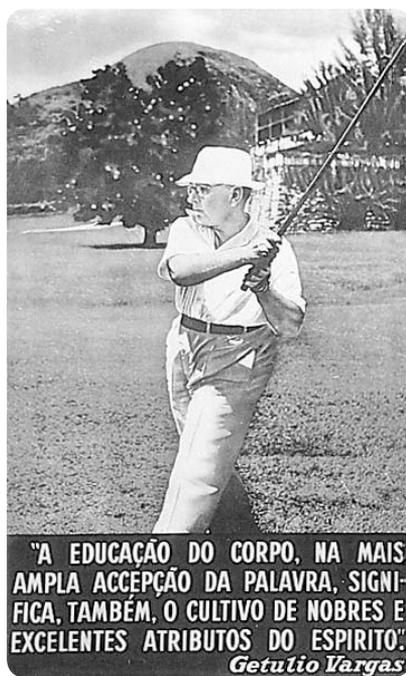
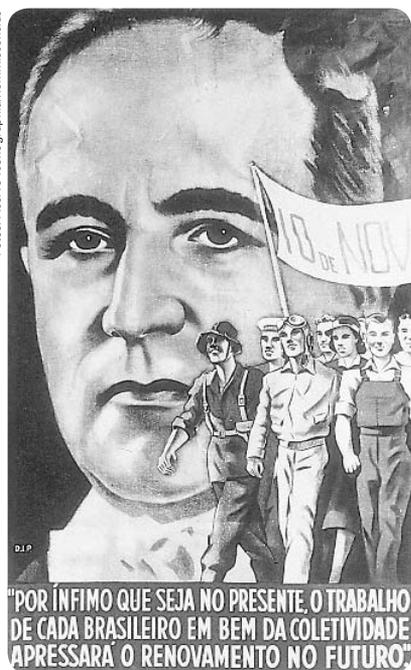
No pós-30 havia um processo de controle dos trabalhadores, sem dúvida, mas havia também um processo de negociação, que eu queria ressaltar. Entrevistei para a minha tese o Seu Hílcar Leite, um gráfico comunista e depois trotskista, que me disse: "Eu ia para a porta da fábrica falar mal do Getúlio e quase apanhava. Os trabalhadores adoravam o Getúlio!". Ora, dizer que se vivia um processo de manipulação dos trabalhadores, que eram todos enganados durante tanto tempo, era algo insatisfatório para mim. Essas pessoas seriam completamente desprovidas de discernimento? Ou, afinal, tinham uma lógica em seu comportamento político que deveríamos encontrar e respeitar? Os trabalhadores, quando "gostam" de Vargas, entendem que há ganhos nessa negociação, e vão explorar essa possibilidade.

trotskista: corrente de esquerda formada pelos seguidores das ideias de Leon Trotsky (1879-1940), que criticava o modelo soviético stalinista.

GOMES, Angela de Castro. Liberdade não é de graça. Entrevista à *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 1º mar. 2007. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=492&pagina=3>. Acesso em: 2 fev. 2013.

O fortalecimento do poder do Estado

Para consolidar a ditadura varguista, foi criado o **Departamento de Imprensa e Propaganda** (DIP), responsável por enaltecer os atos do governo, procurando sempre exaltar a figura do presidente e, de alguma maneira, aproximá-lo das camadas populares. O DIP tentava, assim, controlar os meios de comunicação de massa, além de realizar violenta censura e promover eventos culturais que valorizassem a figura de Vargas, identificando-o como legítimo representante dos interesses nacionais.

Fotos: Acervo Iconographia/Reminiscências

Cartazes do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de 1944, poderosa arma nas mãos de Vargas.

Paralelamente, o poder policial se fortaleceu, principalmente a Polícia Especial, cujo chefe, **Filinto Müller**, era conhecido por sua truculência. A violência da polícia já havia se manifestado na ocasião da repressão à Intentona Comunista de 1935. Prestes havia sido preso naquele ano e iria amargar dez anos de prisão, em regime solitário. Menos sorte tiveram seus companheiros, que foram torturados.

O caso de **Olga Benário**, mulher de Prestes, judia alemã de nascimento e agente soviética no Brasil, presa com o marido, provocou comoção quando ela foi deportada, grávida, para a Alemanha nazista, onde ficou confinada em um campo de concentração. Poucos anos depois da prisão, foi assassinada na câmara de gás do campo de Ravensbrück.

O principal meio de fortalecimento do poder do Estado, no entanto, foi a aproximação de Getúlio Vargas dos trabalhadores urbanos, configurando uma prática apelidada de **populismo**. Esses trabalhadores, oriundos do processo de êxodo rural a partir da década de 1930, diferenciavam-se muito dos primeiros operários do início do século, em grande parte imigrantes politizados. A aproximação entre Vargas e trabalhadores não era uma simples manifestação de cima para baixo, mas também das atuações e exigências da classe trabalhadora.

Leia no boxe ao lado uma reflexão do historiador Jorge Ferreira sobre o termo populismo.

POPULISMO: CONCEITO OU INSULTO?

Há um grupo de historiadores convencidos de que populismo é realmente mais um insulto que um conceito teórico. É como chamar alguém de fascista, que não significa que se esteja acusando, estritamente, de seguidor do regime fascista. Tudo não passa de um termo usado para desqualificar o oponente. Populismo vem servindo para definir coisas muito diferentes. Cabe tanto um Getúlio Vargas quanto um Adhemar de Barros, Jânio, Jango, JK, trabalhistas, até Fernando Collor de Mello. Não existe um conceito teórico que junte coisas tão distintas assim. Populista é sempre o adversário.

[Populismo] Foi uma construção dos liberais derrotados e, depois, das esquerdas revolucionárias. Para os liberais, eles só poderiam ter perdido porque alguém se deixou ludibriar. Para as esquerdas, que queriam primazia nos movimentos populares, os populistas eram todos os demais, inclusive outros ramos marxistas. Além da direita e da esquerda, juntaram-se nessa poderosa aliança a universidade, tentando dar uma consistência teórica à definição, e a imprensa, difundindo e popularizando a caracterização. O princípio, totalmente improvável, é da existência de uma multidão de tolos, um bando de idiotas, a seguir um líder malicioso e poderosíssimo. Um sujeito capaz de enganar milhões e milhões de pessoas durante décadas. É uma afirmação da mesma família daquela outra: O povo brasileiro não sabe votar. As multidões apoiaram Vargas e outros governos ditos populistas por entender que ganhavam com isso, melhoravam de vida. Preferiam esse projeto ao outro, batido nas urnas. O conceito de populismo não é uma coisa que sempre existiu, um dado como o sol e a chuva. É uma invenção humana, com história.

FERREIRA, Jorge. Revista *Época*. Globo, 22 set. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI31162-15228,00-JORGE+FERREIRA+TODOS+POPULISTAS.html>. Acesso em: 2 fev. 2013.

Acervo Iconographia/Reminiscências

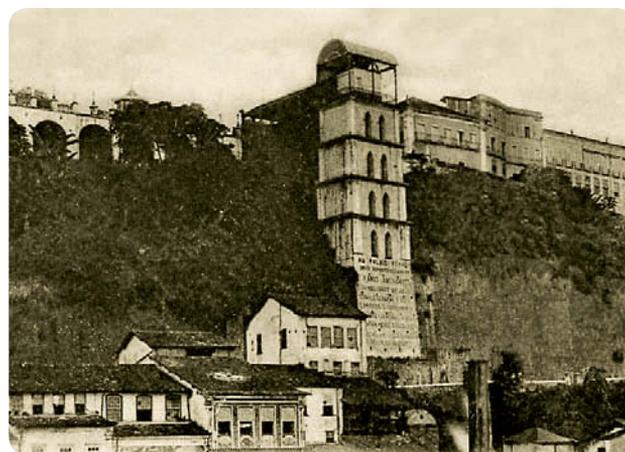
Manifestação trabalhista favorável a Getúlio Vargas, em foto de 1941. O presidente não só contava com seu poder pessoal de atração, como também tinha uma imagem pública solidamente construída pelo DIP.

Por um lado, a satisfação das reivindicações populares por meio de uma legislação trabalhista cada vez mais ampla aproximava o presidente das camadas populares; por outro, porém, acabava por desmobilizar essa parcela da sociedade. Aliás, foi Vargas quem ajudou a dificultar a mobilização espontânea dos trabalhadores com sua política sindical, que atrelava fortemente os sindicatos ao Estado, sendo os líderes sindicais meros funcionários estatais, e as sedes dos sindicatos, locais de exercício da propaganda oficial do governo.

Tradicionalmente, no dia 1º de maio Getúlio fazia um discurso anunciando uma nova concessão popular e exaltando os trabalhadores, que passaram a considerá-lo o "pai" de todos os brasileiros. Assim, foram introduzidos no Brasil o **salário mínimo**, a semana de trabalho de 44 horas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a carteira profissional, as férias remuneradas e outros benefícios aos trabalhadores.

Nesse contexto, temos condições de começar a entender o surgimento do "mito" Getúlio Vargas. Se por um lado havia cada vez mais apoio sincero à figura do líder, por outro, a maior parte da forma desse apoio era moldada por meio de iniciativas oficiais, nas quais se destacava a atuação dos técnicos do DIP. Por "forma" entende-se o tipo de manifestação de apoio, o vocabulário utilizado para se referir ao presidente e assim por diante. Mesmo assim, vale observar que o mito Vargas "não foi criado simplesmente pela propaganda. Ele expressou um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, alterou a vida dos trabalhadores."[1]

Guilherme Gaensly/Coleção particular

▲ Viaduto do Chá, em foto de 1902.

Albert Aust/Coleção particular

▲ Elevador Lacerda, em foto de 1898.

Reginaldo Manente/AE

▲ Viaduto do Chá, em foto de 1964.

Edson Grandisoli/Pulsar Imagens

▲ Elevador Lacerda, em foto de 2012.

Construções que foram totalmente reformadas na década de 1930, valorizando os espaços urbanos que passaram a ser palco das transformações sociais e econômicas desde então: em São Paulo, o Viaduto do Chá, na região central da cidade, foi inaugurado em 1892 e ampliado em 1938, quando ganhou um estilo *art déco*, através de novas linhas arquitetônicas visíveis na foto de 1964. O mesmo traçado ainda é percebido na estrutura atual do Elevador Lacerda, localizado na cidade de Salvador (observe a foto de 2012). Inaugurado em 1873, o elevador recebeu o novo visual na ampliação e reforma ocorrida em 1930. O Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, também é desse período marcado por modernizações.

[1] FERREIRA, Jorge. Revista *Época*. Globo, 22 set. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI31162-15228,00-JORGE+FERREIRA+TODOS+POPULISTAS.html>. Acesso em: 2 fev. 2013.

A intervenção do Estado na economia

A centralização do poder no Estado Novo criou condições para que se iniciasse o trabalho de coordenação e planejamento econômico, com ênfase no prosseguimento da industrialização por substituição de importações.

Uma planificação total da economia nos moldes soviéticos estava fora de cogitação, uma vez que o princípio da propriedade privada jamais fora questionado pelo regime. As empresas estatais, que logo seriam fundadas, passaram a representar um complemento ao setor privado. Desse modo, acompanhando uma tendência mundial, tanto no mundo capitalista quanto na União Soviética, o governo recusava o *laissez-faire* liberal e passava a realizar ações para dirigir o desenvolvimento da economia.

A atuação do Estado era executada por meio dos diversos órgãos criados tanto para auxiliar setores específicos quanto para coordenar o conjunto da economia e estabelecer diretrizes de política econômica. Esses órgãos promoviam a expansão de setores tradicionais e fomentavam novas atividades, viabilizando, por exemplo, a instalação de empresas estatais.

A indústria pesada, concentrada nas empresas estatais, parecia estar além da capacidade do empresariado nacional por demandar grandes investimentos e só proporcionar retorno a longo prazo. As maiores estatais se dedicavam aos setores de: **siderurgia** (Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, 1940); **mineração** (Companhia Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, 1942); **mecânica pesada** (Fábrica Nacional de Motores, no Rio de Janeiro, 1943); **química** (Fábrica Nacional de Álcalis, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, 1943); e **hidreletricidade** (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, 1945).

A Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, trouxe alguns efeitos favoráveis, como o aumento do preço dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. Ao mesmo tempo, porém, as dificuldades de importação de máquinas, equipamentos e até de matérias-primas acabaram levando a uma pequena desaceleração da produção industrial. Apesar disso, no período do Estado Novo o processo industrial consolidou-se no país.

Em síntese, a industrialização brasileira se deu em meio a um regime autoritário, o que nos permite caracterizar a Era Vargas como um período de modernização conservadora.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ Durante a Era Vargas, a intervenção do Estado na economia foi fundamental para promover e coordenar o crescimento econômico. Acima, Vargas em cerimônia patrocinada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1941.

A crise do Estado Novo e a redemocratização

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados criou uma situação insólita: combatia-se a ditadura fascista na Europa, enquanto no Brasil se mantinha um regime ditatorial, embora desgastado, inspirado nesse mesmo fascismo.

Em 1943, circulou clandestinamente o **Manifesto dos Mineiros**, documento redigido por intelectuais que pedia o fim da ditadura e a redemocratização do país, apelos repetidos no Primeiro Congresso Nacional de Escritores, em janeiro de 1945. Ambas as declarações foram censuradas pelo DIP, até que, em fevereiro, o jornal *Folha Carioca* publicou uma entrevista com o todo-poderoso general Góis Monteiro, que defendia a realização de eleições.

A entrevista surpreendeu o país, sobretudo por não ter sido censurada pelo DIP. Vargas começava a dar sinais de abrandamento da ditadura: em 28 de fevereiro, decretou uma emenda constitucional regulamentando a criação de partidos políticos e marcando eleições gerais para o final de 1945.

Na verdade, Getúlio percebeu que a redemocratização era inevitável, e o iminente final da guerra, com o retorno dos "pracinhas" da FEB, só iria acelerar o processo. Muitos acreditavam que essa volta facilitaria um golpe para depor o presidente: após derrotar a ditadura na Europa, a FEB completaria seu trabalho fazendo o mesmo no Brasil.

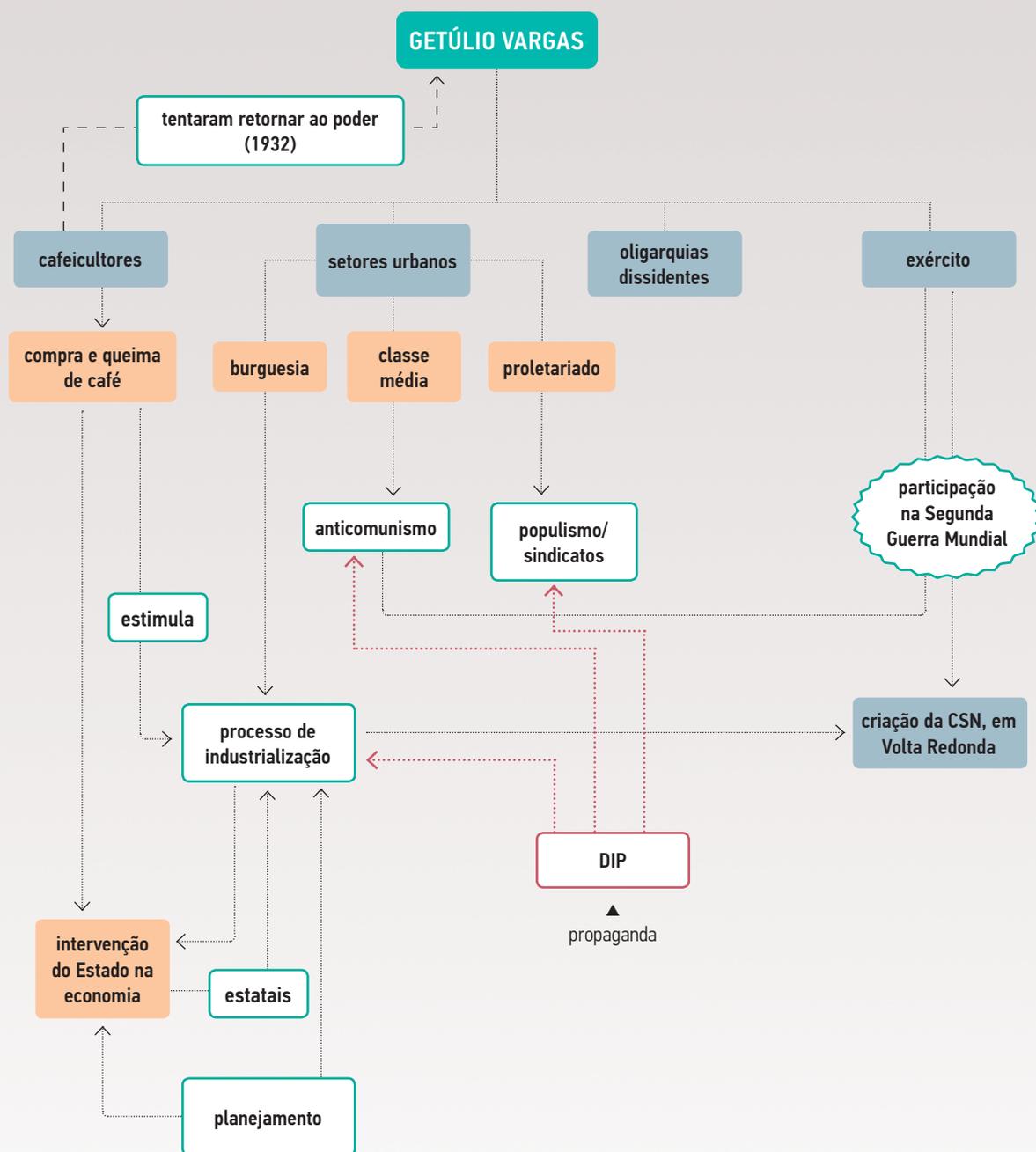
Vargas antecipou-se, desencadeando ele mesmo o processo de redemocratização. Suas pretensões continuístas eram evidentes: ao democratizar o Brasil, ele surgiria como grande defensor do sistema democrático, apresentando como referência sua luta contra os regimes ditatoriais na Europa. O prazo até as eleições era curto, impossibilitando que uma eventual oposição se organizasse seriamente ou que representasse um obstáculo a seus objetivos de voltar ao poder. O presidente iniciou a organização de dois partidos políticos para o apoiarem: o **Partido Trabalhista Brasileiro** (PTB), criado dos sindicatos controlados por Vargas, e o **Partido Social Democrata** (PSD), formado com o apoio dos interventores nos estados e da burocracia estatal favorecida ao longo do Estado Novo.

Enquanto isso, a oposição recém-nascida organizava a **União Democrática Nacional** (UDN), de cunho liberal. Ao mesmo tempo, voltava à legalidade o **Partido Comunista Brasileiro** (PCB), reforçado com a libertação de Luís Carlos Prestes. Enquanto redemocratizavam o Brasil, os aliados do presidente cuidavam também de organizar o **movimento queremista**, em cujos comícios repetia-se o lema "Queremos Getúlio!", provando seu interesse no continuísmo. A adesão ao queremismo foi bastante grande, envolvendo até mesmo o Partido Comunista, que ainda contava com muitos simpatizantes.

Apesar da violência com que a ditadura tratou o partido e seus membros desde 1935, foi surpreendente o apoio de Prestes e do PCB a Vargas. Na verdade, o partido seguia orientações de Moscou: a União Soviética ainda estava ao lado das democracias liberais capitalistas na luta contra o fascismo e, portanto, recomendava aos partidos comunistas do mundo inteiro que apoiassem os líderes comprometidos com o combate ao fascismo, como era o caso de Getúlio. Este, por sua vez, interessava-se por qualquer tipo de apoio a seu continuísmo.

Temendo uma guinada à esquerda por parte do presidente, o exército, em outubro de 1945, por intermédio de seus comandantes Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, acabou por desencadear um golpe, derrubando-o e garantindo a realização de eleições sem sua participação. Encerrava-se o Estado Novo.

Reprodução/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

▲ Em 1930, Vargas foi derrotado nas eleições; em 1945, foi afastado do poder por um golpe. Nos dois casos, ele acabaria retornando.

ATIVIDADES

Com base no esquema-resumo e nas informações do capítulo, faça as atividades a seguir:

1. Analise a relação mantida entre Getúlio Vargas e os diversos grupos de pressão existentes no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

2. Explique o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda no Estado Novo.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de fonte historiográfica

O texto abaixo discute a apropriação que diferentes correntes políticas fizeram da imagem de Carlos Prestes nas décadas de 1920 e 1930. Leia-o atentamente e faça as atividades propostas a seguir.

[...] *Como o pai, Prestes seguiria a carreira militar. Nos anos 1920, aproximou-se da juventude rebelde do Exército que viria a originar o tenentismo, movimento político-militar que se desenvolveu entre 1920-1935.*

Em outubro de 1924, já como capitão, levou o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, a aderir ao levante iniciado meses antes em São Paulo. Impossibilitados de manter domínio sobre a capital do estado, os revolucionários paulistas recuaram rumo ao interior, até o oeste do Paraná. Ali se encontraram com Prestes e sua tropa, decidindo que o combate contra as forças legalistas iria continuar. [...] *A imprensa batizou o pequeno exército rebelde de Coluna Prestes* [...] *exaltando a figura do jovem capitão, atribuindo-lhe a alcunha que o acompanhará por décadas: "Cavaleiro da Esperança".*

Prestes se recusou a participar da Revolução de 1930 [...]. *No mesmo ano divulgou manifesto declarando sua adesão ao marxismo, e em 1931 seguiu para a União Soviética, no intuito de conhecer a "pátria do socialismo".* [...]

A adesão de Prestes significou grande trunfo para o até então pouco expressivo Partido Comunista Brasileiro. O "Cavaleiro da Esperança" levou consigo seu prestígio pessoal e o PCB soube explorar a imagem popular do líder. Durante décadas ele foi homenageado e cultuado, num trabalho cuidadoso do que foi chamado de culto à personalidade.

Ao apropriar-se do mito do "Cavaleiro da Esperança", a intenção do Partido Comunista era conquistar o imaginário popular, que tradicionalmente associava o herói salvador à figura do paladino que, montado em seu corcel, combatia o mal e defendia as causas justas. [...]

A militância anticomunista também acreditava na eficácia política do mito de Prestes, tanto que tratou de combatê-lo. Para ela, Prestes encarnava a imagem da traição, da covardia e da subserviência a ordens estrangeiras. Não era o Cavaleiro da Esperança, e sim o "Cavaleiro da Desesperança" – mero traidor vendido ao "ouro de Moscou". [...]

A chamada Intentona Comunista, levante organizado por Prestes e sufocado pelo governo Vargas, que perseguiu e prendeu vários de seus participantes, inclusive ele, foi o marco inicial do processo de transformação nas representações do personagem, que passaria de herói a bandido no discurso da grande mídia. Os argumentos antiprestistas se reproduziram ao longo do tempo, na mesma medida em que o líder permanecia como uma referência central para a esquerda brasileira.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *O cavaleiro e o mito. Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 16, jan. 2007. p. 77-78.

a) Qual foi a intenção dos comunistas ao exaltarem a imagem de Luís Carlos Prestes?

b) As ações e os posicionamentos de Prestes foram interpretados da mesma forma por comunistas e anticomunistas? Explique.

c) Faça uma pesquisa em jornais, revistas ou na internet sobre a opinião expressa na mídia acerca de algum político de grande expressão. Pode ser um presidente, um governador, um líder sindical, etc. A seguir, compare a imagem desse político no passado e no presente, respondendo as seguintes questões:

- A imagem dessa pessoa passou por alguma mudança?
- Qual?
- Que explicação pode ser atribuída a essa mudança, caso ela tenha ocorrido?

2 Leitura de texto e redação

Leia atentamente o texto a seguir.

> *Foi em meio à ideologia que mobilizava multidões que surgiu o Estado Novo no Brasil (1937-1945). Estado Novo foi também o nome que receberam outras ditaduras na mesma época: a de Franco, na Espanha, e a de Salazar, em Portugal, por exemplo. O "novo" aqui representava o ideal político de encontrar uma "via" que se afastasse tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo, duas doutrinas políticas que, desde meados do século XIX e mais intensamente a partir da revolução soviética, competiam entre si no sentido de oferecer uma alternativa política e econômica para o mundo.*
>
> D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 8.

- Apropriando-se de considerações do texto acima e mobilizando seus conhecimentos sobre o assunto, escreva uma dissertação explicando por que o Estado fundado por Vargas com o golpe de 1937 era chamado de "novo". Lembre-se de que, numa dissertação, você deve expor com propriedade o tema em questão. Para isso, você deverá desenvolver o assunto, mobilizando argumentos que convençam o leitor sobre a posição que você sustenta. Por isso, as ideias devem estar bem embasadas e expostas numa sequência lógica, de maneira coerente.

3 Leitura e análise de literatura de cordel

Como explicado no quadro *Para pensar historicamente*, Vargas é um mito construído ao longo de seu governo. Esse texto, extraído de um cordel, se refere às condições em que ocorreu sua morte – suicídio – em 1954. O cordel nasceu na região Nordeste do Brasil, no século XIX, e só mais tarde se espalhou para outras regiões do país. Feitos na forma de folhetos e produzidos com papel barato, os cordéis eram vendidos nas feiras e adquiridos pela população não só como um meio de diversão, mas também como veículo de informação. As capas dos cordéis eram ilustradas com belas xilogravuras feitas pelos próprios cordelistas e os exemplares eram expostos pendurados em cordões esticados em lugares públicos – daí o nome desse gênero literário. Leia atentamente e depois responda as questões.

> *Jesus Cristo, pelo povo*
> *Padeceu morte e paixão.*
> *Getúlio foi outro Cristo,*
> *Varou o seu coração*
> *Com uma bala sublime*
> *Para salvar a nação!*
>
> *Morreu, mas ressuscitou*
> *E subiu ao céu com glória,*
> *Assim há de ser Getúlio,*
> *Que vai ficar na memória,*
> *Viver eternamente*
> *Alumbrando a nossa História.*
>
> REVISTA *Nossa História*. São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 10, ago. 2004. p. 17.

Sérgio Pedreira/Folhapress

▲ Exemplares de literatura de cordel vendidos no Mercado Modelo em Salvador, Bahia, 2011.

a) Em geral, os versos dos cordéis são escritos em sextilhas. Quantas sextilhas você reconhece no cordel acima?

b) Que palavras rimam em cada sextilha?

c) Qual é a função do uso da métrica e da rima nos cordéis?

d) Conforme o texto, qual seria a semelhança entre Getúlio Vargas e Jesus?

e) O que essa analogia revela sobre a ideia que o autor do texto tem de Getúlio Vargas?

f) Você concorda com o autor do texto sobre essa ideia em relação a Getúlio? Justifique sua resposta com base em seus conhecimentos sobre o governo de Getúlio Vargas.

g) Em sua opinião, a memória de Getúlio Vargas ainda influencia o cenário político brasileiro? Escreva um texto argumentativo, apresentando dados concretos que justifiquem sua resposta.

CAPÍTULO 7

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Archive Holdings Inc./The Image Bank/Getty Images

▲ Navio bélico da frota norte-americana é atingido pelo bombardeio japonês, durante o ataque à base naval de Pearl Harbor, localizada no Oceano Pacífico, em dezembro de 1941. O ataque estimulou os Estados Unidos a se engajar com tropas na Segunda Guerra Mundial, ao lado da França e da Inglaterra.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Justificando a guerra

É comum, durante as guerras, que cada um dos lados em confronto tente "demonizar" o inimigo, buscando convencer sua população de que a guerra é legítima. Dessa forma, o conflito aparece como a luta do bem contra o mal, da civilização contra a barbárie, e assim por diante. Tal discurso costuma encobrir os interesses reais – quase sempre econômicos e políticos – por trás da guerra.

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito no qual o alcance das atrocidades cometidas por um dos lados (especialmente pela Alemanha nazista) foi tão extenso, que provocou quase um consenso de que essa guerra seria uma guerra "justa". Como exemplo dessas atrocidades encontra-se o massacre sistemático e organizado de minorias (judeus, ciganos, homossexuais) em campos de extermínio especialmente construídos para tal finalidade, que alcançou a cifra de milhões de vítimas e chocou o mundo.

É interessante pensar até que ponto o bloco vencedor da guerra também não cometeu atrocidades. Tal constatação não serve para minimizar os crimes feitos pelo regime nazista e muito menos para tentar estabelecer uma "contabilidade" macabra, baseada em quem teria matado mais ou menos. Porém, é importante pensar que a guerra quase sempre resulta em atrocidades, e a eventual "justiça" de uma guerra não pode servir para encobri-las.

A GUERRA REAPARECE NO HORIZONTE

Os conflitos originados do Tratado de Versalhes (1919) exacerbaram-se com os efeitos da grande crise de 1929. A reação às condições de paz acabaram por disseminar um forte sentimento nacionalista, culminando no totalitarismo nazifascista. Além disso, a **política de apaziguamento**, adotada por alguns líderes políticos do período entreguerras e que se caracterizou por concessões para evitar um confronto, não foi suficiente para garantir a paz internacional.

A **Liga das Nações**, na prática, revelou-se um órgão internacional frágil, sem reconhecimento e peso, com pouca força para mediar e resolver os novos conflitos. Assim, as pequenas nações – lesadas em seus direitos territoriais e políticos – ficavam à mercê dos Estados mais fortes.

Na Ásia, a Manchúria (China) foi invadida pelo Japão (1931), que avançou em sua expansão pela Ásia e ilhas do Pacífico; na África, a Abissínia (Etiópia) foi tomada pela Itália (1935). Na Europa, a Alemanha reincorporou o Sarre (1935) e ocupou militarmente a Renânia (1936), zonas da fronteira francesa, desmilitarizadas pelo Tratado de Versalhes. Para evitar confrontos, muitas nações europeias assistiam resignadamente a todas essas ações de força. A cada nova agressão expansionista dos Estados totalitários, confirmava-se a falência da Liga das Nações e da paz internacional administrada por ela.

A **Guerra Civil Espanhola** (1936-1939), em que morreram mais de 1 milhão de pessoas, deu o poder ao general golpista Francisco Franco, pôs fim à República Socialista Espanhola e permitiu a Adolf Hitler e Benito Mussolini testarem os novos armamentos produzidos pela indústria bélica de seus países, consolidando a aliança chamada **Eixo Berlim-Roma**.

Reprodução/Museu de Arte Moderna de Nova York, EUA.

"Ajude a Espanha", manifesto do pintor surrealista espanhol Joan Miró (1893-1983) aos franceses, em 1937. Pedia apoio à resistência antifranquista e combate às tropas golpistas de Franco apoiadas pelo Eixo Alemanha-Itália.

A expansão japonesa na Ásia levou o Japão a entrar em conflito com a União Soviética e com outros países imperialistas ocidentais. Em seguida, o país se uniria aos alemães e italianos, formando com eles o **Eixo Roma-Berlim-Tóquio**. Os três países assinaram o **pacto anti-*Komintern***, para combater o comunismo internacional, e encontravam na passividade geral o ânimo para novas investidas territoriais.

A primeira manifestação significativa da expansão nazista, chamada de *Anschluss*, aconteceu na Áustria, país anexado ao Terceiro *Reich*, em 1938. A meta seguinte era a região dos **Sudetos** (área fronteiriça da República Tcheca com a Alemanha e a Áustria), sob o pretexto de que a região contava com uma população predominantemente alemã.

Responsáveis pela criação da Tchecoslováquia, autoridades da Inglaterra e da França, aliadas na Primeira Guerra Mundial, reuniram-se com Hitler e Mussolini (Acordo de Munique) e, alegando evitar uma confrontação geral, decidiram pela entrega dos Sudetos aos nazistas, o que ampliou o território alemão em direção ao leste. Em troca, o governo alemão comprometia-se a não realizar nenhuma nova expansão sem a aquiescência franco-britânica, confirmando a política de apaziguamento do período.

Underwood & Underwood/Corbis/Latinstock

Na foto de 30 de setembro de 1938, o primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain mostra aos jornalistas o documento obtido em Munique em que Hitler se comprometia com a paz em troca das concessões obtidas sobre a Tchecoslováquia. Visivelmente satisfeito, o primeiro-ministro afirmou: "Creio que representa a paz para a nossa geração". Chamberlain morreu em novembro de 1940, pouco mais de um ano após o início da Segunda Guerra Mundial.

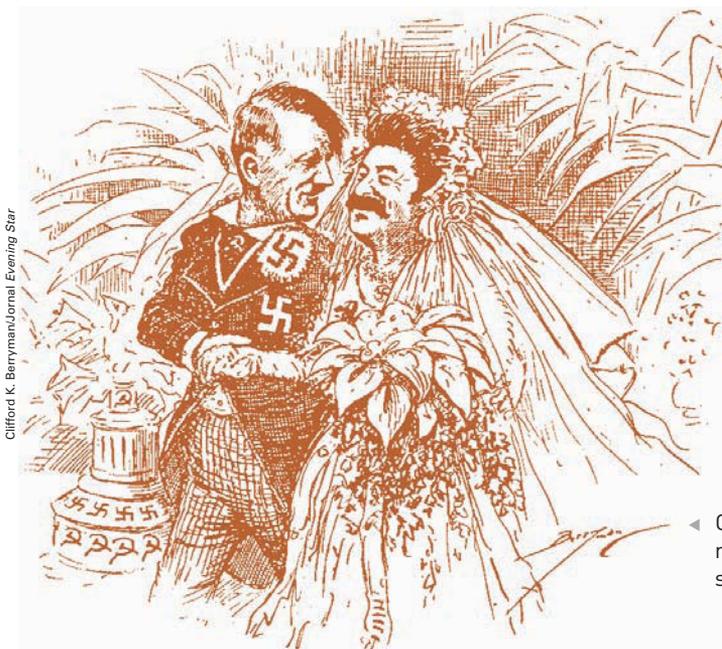
Bettmann/Corbis/Latinstock

Uma mulher de Edger (Tchecoslováquia) faz a saudação nazista em prantos diante da invasão das tropas alemãs. Foto de 1938.

Apesar disso, os governos inglês e francês resolveram dar apoio e garantias à Polônia contra possíveis agressões estrangeiras, sobretudo vindas da Alemanha, que há muito cobiçava conquistar o "corredor polonês", a faixa de terra que lhe havia sido tirada pelo Tratado de Versalhes, que incluía o porto de Dantzig (em polonês, *Gdansk*), área que dava à Polônia saída para o mar. No mapa abaixo, estão destacadas várias das anexações dos nazistas.

Allmaps/Arquivo da editora

Adaptado de: ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 265.

O mapa exibe os movimentos da política de agressão hitlerista sobre os países vizinhos da Alemanha a partir da segunda metade da década de 1930.

Por seu lado, Hitler assinou com Stálin, em 1939, o **Pacto Germano-Soviético** de não agressão e neutralidade por dez anos, relegando a segundo plano diferenças ideológicas, políticas e sociais entre o nazismo e o socialismo soviético. Ao garantir a neutralidade soviética na possibilidade de um conflito internacional, o pacto representou o lance final nazista em sua agressiva política expansionista.

Clifford K. Berryman/Jornal *Evening Star*

Charge feita em 1939, por Clifford K. Berryman, retratando o pacto germano-soviético como o casamento de Hitler e Stálin.

O DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Hitler e comitiva em Paris, dias após a ocupação nazista da capital francesa. Foto de julho de 1940.

Em 1º de setembro de 1939, Hitler invadiu a Polônia. Os governos da Inglaterra e da França, de acordo com os compromissos públicos assumidos, reagiram, dando início à Segunda Guerra Mundial. Em poucos dias, as tropas polonesas foram destruídas e o país ocupado. Conforme havia sido combinado no Pacto Germano-Soviético, a Alemanha aceitou a ocupação soviética de territórios poloneses à leste. Mais tarde, em 1940, o governo soviético ordenou a execução de milhares de prisioneiros de guerra poloneses, em um episódio conhecido como o **massacre de Katyn**, uma das grandes atrocidades cometidas durante a guerra.

Em abril de 1940 as tropas alemãs prosseguiram com a *Blitzkrieg* ("guerra-relâmpago"), que consistia em emprego maciço de veículos blindados (as divisões *Panzer*) e aviação (*Luftwaffe*) visando vitórias rápidas. O avanço militar nazista foi fulminante: a Dinamarca, a Noruega, os Países Baixos e a Bélgica foram ocupados, e as tropas francesas, inglesas e belgas, empurradas até a cidade portuária francesa de Dunquerque, sendo obrigadas a retirar-se do continente.

A capital francesa foi ocupada pelos nazistas em junho de 1940. Seguiu-se a rendição da França, com a ocupação militar do país pelos alemães e o estabelecimento de um regime "fantoche" no sul do país, na cidade de **Vichy**. Chefiava o regime pró-alemão de Vichy o marechal Pétain, herói da Primeira Guerra Mundial.

A Inglaterra enfrentava os violentos ataques da aviação alemã, a *Luftwaffe*, que travava um verdadeiro duelo aéreo contra a *Royal Air Force* (RAF). No norte da África, os ingleses rebatiam os ataques da Itália, que tentava tomar-lhes o controle do Canal de Suez, a fim de romper as ligações com suas colônias. Italianos e alemães atacaram também a Grécia e a Iugoslávia e passaram a controlar toda a região balcânica.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

▲ Propaganda inglesa de 1940 para arrecadar fundos para a guerra, em que se lê: "Cada centavo é um prego no caixão de Hitler. Compre certificados de poupança nacional".

Com o objetivo de conseguir minérios, cereais e petróleo, fundamentais para seus planos bélicos, Hitler desrespeitou o pacto de não agressão e ordenou a invasão da União Soviética (Operação Barbarossa), em junho de 1941. Depois de um ataque-surpresa, utilizando as técnicas da *Blitzkrieg*, os alemães obtiveram rápidas vitórias nas primeiras batalhas travadas em território soviético.

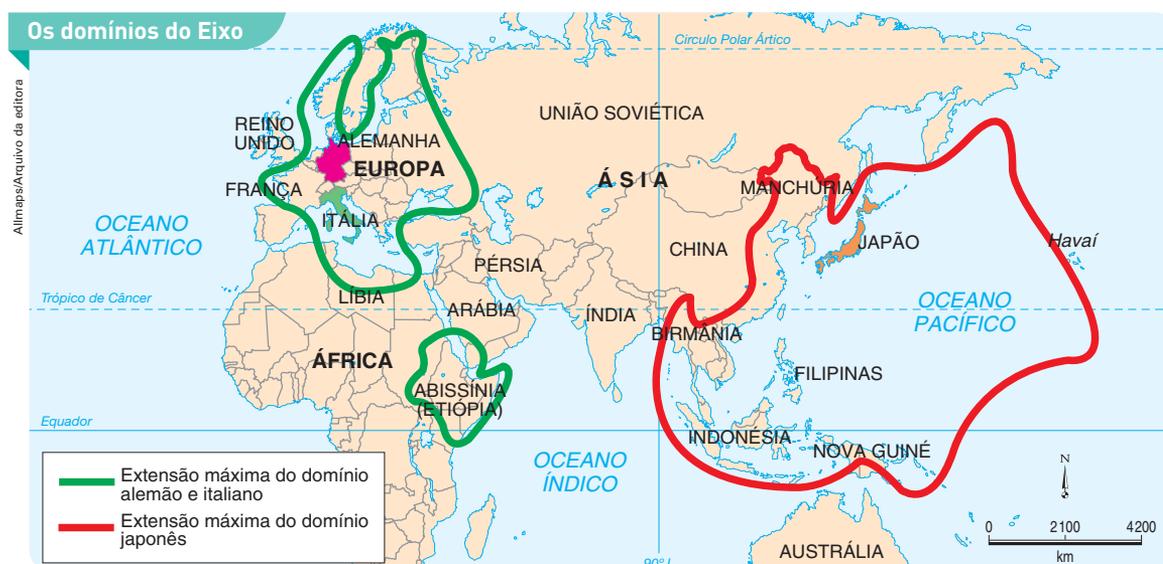
Os generais nazistas contavam com uma rápida e decisiva vitória sobre os soviéticos, pois nas fronteiras russas havia 3 milhões de soldados alemães preparados para a conquista. De fato, inicialmente o exército soviético pouco pôde fazer para deter o avanço dos invasores, mas o grande número de soldados russos, o vasto território e a resistência das tropas e da população reverteram esse cenário. O sucesso dos primeiros meses havia levado os nazistas até os subúrbios de Moscou, a capital soviética, mas, no final de 1941 e principalmente em 1942, os alemães passaram a experimentar duras e decisivas derrotas.

Contrários ao Eixo, os Estados Unidos vinham ajudando materialmente a Inglaterra. No Pacífico, desde a invasão da Manchúria, na China, a tensão entre os

Estados Unidos e o Japão crescia, especialmente após o ataque japonês à Indochina. Em dezembro de 1941, os japoneses, ambicionando a plena hegemonia no Leste Asiático e dando prosseguimento a sua política expansionista, atacaram **Pearl Harbor**, a maior base naval norte-americana no Pacífico Sul. No dia seguinte, o Congresso dos Estados Unidos declarou guerra ao Japão, oficializando o confronto no Pacífico.

Um dos aspectos mais controvertidos da participação dos Estados Unidos na guerra foi o tratamento dado à população norte-americana de origem japonesa. Desconfiando de sua lealdade, o governo norte-americano promoveu a detenção de milhares de pessoas em campos de internamento durante a guerra. Vale notar que o mesmo tipo de tratamento não foi dispensado à população norte-americana de origem alemã ou italiana, sugerindo que a detenção de nipo-americanos teve fundamento racista.

Reprodução/Coleção particular

Cartaz com a ilustração de um samurai, guerreiro japonês, destruindo navios aliados.

As potências do Eixo chegaram a dominar grandes extensões territoriais na Europa, na Ásia e na África.

Até o início de 1942, a Alemanha, a Itália e o Japão dominaram a guerra, conquistando gigantescas e estratégicas regiões da Europa, África e Ásia. A partir de então, iniciou-se a derrocada do Eixo Roma-Berlim-Tóquio, pondo fim à avassaladora expansão totalitária.

A luta nazista contra os soviéticos na **Batalha de Stalingrado**, ao fim de alguns meses, levou ao aniquilamento da ofensiva alemã e à inversão da situação da guerra, que passou a ser de progressivo avanço soviético contra a Alemanha. Formava-se a **primeira frente** de luta dos aliados, que marcharia pouco a pouco em direção a Berlim.

A primeira grande derrota da marinha japonesa aconteceu na **Batalha de Midway**, em maio de 1942. Enquanto isso, os Estados Unidos restabeleciam seu equilíbrio bélico e assumiam a ofensiva.

Os aliados iniciaram o avanço no norte da África e, em 1943, um exército anglo-americano derrotou as tropas do Eixo na **Batalha de El Alamein**, no Egito. Essa vitória deu aos aliados o controle do Mediterrâneo e possibilitou o desembarque na Itália, abrindo uma **segunda frente** de avanço sobre a Alemanha. Em setembro de 1943, depois de o rei italiano demitir o primeiro-ministro Mussolini, a Itália se rendeu e, no mês seguinte, declarou guerra à Alemanha.

RESISTÊNCIA E COLABORACIONISMO

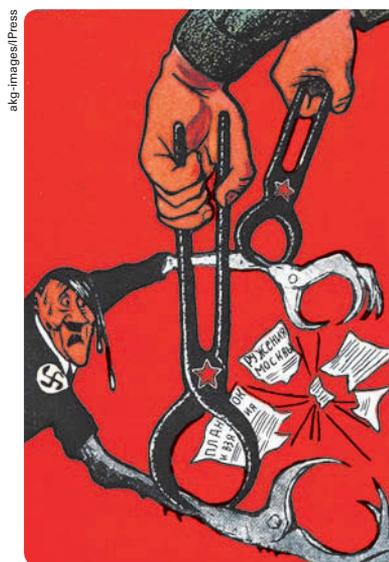
A complexidade das situações não permite modelos teóricos abstratos, destituídos de historicidade. Houve casos, como o da Polônia, em que a resistência ocorreu logo após a ocupação alemã. Para os poloneses, uma antiga tradição acostumou-os a rechaçarem qualquer invasão estrangeira. Na França, as experiências foram bastante diversas. A derrota foi tão humilhante que qualquer reação parecia ridícula. Pétain e De Gaulle, por exemplo, desaconselhavam enfrentamentos. Somente em 1942, quando a ocupação criou o Serviço de Trabalho Obrigatório, recrutando jovens para trabalhar nas indústrias bélicas na Alemanha, é que a resistência francesa adquiriu um caráter ofensivo e de massa. Resistência armada, muitas vezes heroica, como a iugoslava e a do norte da Itália, mas também velada, manifestada em recusas coletivas e desobediência civil. Na Holanda, os médicos, em repúdio à fascistização de seu sindicato, fundaram um outro, clandestino; na Noruega, os professores, os juízes da Suprema Corte e, mais tarde, a hierarquia superior da Igreja se demitiram quando Quisling, líder político que aderiu ao nazismo, subiu ao poder. Na Dinamarca, os trabalhadores largavam os copos de chope e abandonavam os bares assim que um oficial nazista chegava; ainda nesse país ocorreu a transferência de 7.000 judeus de Copenhague para a Suécia durante uma só noite, com a ajuda e a cumplicidade da população. Na própria Alemanha ocorreram resistências. Mulheres alemãs protestaram quando viram seus maridos judeus presos. As igrejas protestante e católica forçaram Hitler a suspender o extermínio dos deficientes físicos e, embora não demonstrassem a mesma determinação em relação aos judeus, batizaram grande número deles na tentativa de salvá-los. Os vários atentados militares para assassinar Hitler demonstram que seu poder não foi “total”.

FERREIRA, Jorge. Problematizando a Segunda Guerra Mundial. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.1, 1996, p. 189-194. Resenha do livro *A Segunda Guerra Mundial*, de Marc Ferro. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/resenhas/res1-2.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2013.

A **terceira frente** aliada foi criada a partir do desembarque na Normandia, norte da França, em 6 de junho de 1944 – o **Dia D**. A chamada Operação *Overlord* anulou as forças alemãs estacionadas no norte da Europa, avançando pelo continente. Pouco depois, Paris era libertada, enquanto as três frentes convergiam sobre a Alemanha, o centro do Eixo.

A frente do leste, composta pelo Exército Vermelho soviético, foi a primeira a chegar a Berlim, dando o golpe final sobre o Terceiro *Reich*. Em 1º de maio de 1945, a bandeira vermelha foi hasteada no alto do *Reichstag*, o antigo Parlamento alemão.

Poucos dias antes da rendição final (8 de maio), Mussolini e Hitler morreram em circunstâncias dramáticas. O *Duce*, assassinado por populares em Milão; e o *Führer*, por suicídio.

akg-images/IPress

Cartaz de propaganda soviética de 1941: alicates simbolizando o Exército Vermelho dominam Hitler.

Bettmann/Corbis/Latinstock

O Dia D: as forças aliadas desembarcaram na Normandia, costa noroeste francesa, abrindo uma terceira frente de avanço contra a Alemanha. Na foto, desembarque de soldados norte-americanos na praia de Omaha, em junho de 1944.

Yevgeny Khaldei/Corbis/Latinstock

Soldado soviético coloca a bandeira de seu país em edifício de Berlim, em maio de 1945.

No Oriente, a luta ainda continuou por mais dois meses. Os Estados Unidos avançaram progressivamente, cercando o Japão. Em 6 de agosto de 1945, embora já dominassem o conflito no Pacífico, os norte-americanos lançaram uma bomba atômica, seu mais novo e poderoso recurso bélico, sobre a cidade de **Hiroxima** e, três dias depois, outra sobre **Nagasáqui**. A rendição incondicional do Japão foi obtida a 19 de agosto, oficializando o final da guerra. Leia no boxe ao lado sobre uma experiência com a bomba, idealizada pelo físico Oppenheimer, como parte do projeto *Manhattan*.

A CRIAÇÃO DA BOMBA ATÔMICA

No final da guerra, o projeto Manhattan era maior do que toda a indústria automobilística dos Estados Unidos. Mas esse foi apenas o trabalho de preparação – o suprimento do material necessário [...]. Surgiam problemas científicos em escala jamais encontrada antes. Para essa tarefa, seria necessário reunir as maiores inteligências científicas do país. [...]

A escuridão da última hora da noite foi subitamente interrompida por um clarão intenso e ofuscante, seguido de uma estranha e silenciosa rajada de calor. Formou-se uma imensa nuvem em formato de cogumelo, subindo gradualmente 12 km em direção à atmosfera. A aterrorizada face esquelética de Oppenheimer estava consciente das palavras do Bhagavad-Gita que lhe vinham à mente:

Transformei-me na Morte,
A destruidora de mundos.

STRATHERN, P. *Oppenheimer e a bomba atômica*.
Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 44 e 70.

Corbis/Latinstock

▲ O bombardeiro Enola Gay lançou a bomba às 8 horas e 16 minutos da manhã do dia 6 de agosto de 1945, em Hiroxima, dando início à ameaça atômica sobre a humanidade. Três dias depois, foi a vez de Nagasáqui (foto de agosto de 1945).

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Centenas de milhares de pessoas foram friamente exterminadas em poucos instantes. Na foto, mãe e filho vítimas da radiação de Hiroxima, em foto de 1945.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, envolveu combates em todos os continentes e mares do planeta. Daí a importância estratégica do Brasil, com seu vasto litoral atlântico e com o litoral nordeste projetando-se em direção à África.

A posição do governo de Getúlio Vargas perante a guerra foi de indefinição, ora pendendo para os aliados, ora para o Eixo, acompanhando as tendências de seus auxiliares mais próximos no início da guerra. Filinto Müller, chefe de polícia, Lourival Fontes, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Francisco Campos, ministro da Justiça, e o general Eurico Gaspar Dutra, chefe do Estado-Maior do Exército, inclinavam-se para o Eixo. Do outro lado, Osvaldo Aranha, ministro do Exterior e ex-embaixador em Washington, defendia o alinhamento com os Estados Unidos e os aliados.

Em 11 de junho de 1940, em meio às vitórias da Alemanha na Europa, que incluíram a ocupação e rendição da França, o presidente brasileiro Getúlio Vargas pronunciou um discurso saudando o sucesso nazista. Temerosos, os Estados Unidos intensificaram as tentativas de aproximação cada vez maior com o Brasil. Já em setembro, o governo norte-americano autorizou um empréstimo de 20 milhões de dólares com o objetivo de iniciar a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. A decisão forçou uma definição do governo brasileiro em relação à guerra, que agora foi favorável aos aliados.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ Propaganda de 1944. O nome do cigarro faz alusão à aliança da época da guerra: o navio é norte-americano e o café é brasileiro. O trabalho é dos negros.

Na verdade, os Estados Unidos só entrariam na guerra em dezembro de 1941, mas sua participação era considerada inevitável. Portanto, um dos objetivos da diplomacia norte-americana, nos anos que precederam a entrada oficial do país na guerra, foi garantir o apoio de todo o bloco americano aos aliados. No caso do Brasil, esse apoio foi conseguido também com o empréstimo para a siderúrgica.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, e em agosto declarou guerra, após o afundamento de diversos de seus navios por submarinos alemães. Imediatamente após a declaração de guerra, iniciou-se a preparação de um contingente militar para ser enviado à frente de batalha na Europa. Foi organizada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), formada por uma divisão de infantaria reforçada, com aproximadamente 25 mil homens, e colocada à disposição do Alto Comando Aliado, com membros da Força Aérea Brasileira (FAB). Entre julho de 1944 e o final da guerra, a FEB e a FAB participaram da campanha da Itália, integrando o Quinto Exército norte-americano.

Apesar de as lutas dos brasileiros serem travadas contra tropas alemãs de segunda linha, mal equipadas e desabastecidas, tratava-se da primeira vez que uma tropa latino-americana combatia num conflito tão intenso, em território europeu. Seu desempenho nessas condições foi bastante satisfatório.

Reprodução/Coleção particular

▲ Soldado brasileiro da FEB confraterniza com crianças italianas. A menina tem uma bandeira dos Estados Unidos nas mãos; o menino imita os adultos. Foto de 1944.

BALANÇO DA GUERRA

A Segunda Guerra Mundial deixou um saldo devastador: um custo material superior a 1 bilhão e 300 milhões de dólares (em dólares de 1945, mais valorizados que os de hoje), mais de 30 milhões de feridos, mais de 50 milhões de mortos e outras perdas incalculáveis. A União Soviética perdeu mais de 20 milhões de habitantes; a Polônia, 6 milhões; a Alemanha, 5 milhões e meio; o Japão, 1 milhão e meio. Morreram ainda cerca de 5 milhões de judeus, grande parte nos campos de extermínio mantidos pelo regime nazista. Nomes como Auschwitz, Treblinka e Sobibor, entre outros, celebrizaram-se como campos de trabalho forçado e extermínio, onde se praticava o assassinato em larga escala, incluindo o uso de câmaras de gás e fornos crematórios.

O grau de destruição material da guerra foi inédito. As grandes cidades da Alemanha e Japão foram simplesmente devastadas por ataques aéreos arrasadores, que chegavam a incluir milhares de aviões. Tais ataques fizeram com que a população civil fosse

pela primeira vez colocada em larga escala na linha de frente da guerra, com centenas de milhares perecendo diante de ataques aéreos que não poupavam áreas residenciais. O ponto culminante de tais práticas foi o ataque nuclear ao Japão.

O mundo que surgiu com o final da guerra estava arrasado e dividido entre capitalistas e socialistas, liderados respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Mergulhado em novos conflitos, que prenunciavam um futuro incerto e a perspectiva de um confronto nuclear, o planeta seria marcado por um período de insegurança, a **Guerra Fria**, a grande herança deixada à humanidade pela Segunda Guerra Mundial.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

▲ Civis alemães entre os escombros da Segunda Guerra Mundial. Foto de março de 1945.

Antes mesmo de findar a guerra, as grandes potências firmaram acordos sobre seu encerramento, além de definir partilhas que desenhavam novos confrontos, agora com o potencial de desencadear um massacre nuclear. O primeiro dos acordos foi a **Conferência de Teerã**, no Irã, em novembro de 1943, que reuniu pela primeira vez os três grandes estadistas ocidentais da época: Josef Stálin, da União Soviética, Winston Churchill, da Inglaterra, e Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos.

Decidiu-se que as forças anglo-americanas interviriam na França, completando o cerco de pressão à Alemanha, juntamente com as forças orientais russas, o que se concretizou no desembarque dos aliados na Normandia. Deliberou-se também sobre a divisão da Alemanha e sobre as fronteiras da Polônia, além de se formularem propostas de paz com a colaboração de todas as nações. Os Estados Unidos e a Inglaterra reconheceram ainda a fronteira soviética no Ocidente, com a anexação da Estônia, da Letônia, da Lituânia e do leste da Polônia.

Em fevereiro de 1945, deu-se a **Conferência de Yalta**, às margens do Mar Negro, na Crimeia (União Soviética). Novamente reunidos, Roosevelt, Churchill e Stálin discutiram a criação da **Organização das Nações Unidas** (ONU), em bases diferentes das da Liga das Nações. Definiram também a partilha mundial, deixando o predomínio sobre a Europa Oriental para a União Soviética, que incorporou os territórios alemães a leste. Estabeleceu-se a participação da União Soviética na rendição do Japão, com a divisão da Coreia em áreas de influência soviética e norte-americana. Separava-se o mundo capitalista do socialista.

Meses depois, em agosto, realizou-se nos subúrbios de Berlim a **conferência de Potsdam**. Com a rendição alemã, Stálin, **Harry Truman**, sucessor de Roosevelt, e **Clement Attllee**, sucessor de Churchill, decidiram pela desnazificação da Alemanha, com a criação do Tribunal de Nuremberg para julgar os criminosos de guerra, a desmilitarização do país e a abolição dos trustes e cartéis que subsidiaram o nazismo e a cessão de Dantzig à Polônia.

A principal medida, no entanto, foi a divisão da Alemanha em quatro **zonas de ocupação**: inglesa, francesa, norte-americana – conjunto que mais tarde deu origem à Alemanha Ocidental (República Federal da Alemanha) – e soviética – posteriormente originando a Alemanha Oriental (República Democrática Alemã). A cidade de Berlim, situada na zona soviética, também foi dividida em quatro zonas.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

▲ Da esquerda para a direita, sentados, Churchill, Roosevelt e Stálin reunidos em Yalta, em 1945.

A FUNDAÇÃO DA ONU

A Carta das Nações Unidas – uma espécie de Constituição da entidade – foi redigida pelos representantes de 50 países, reunidos em São Francisco, nos Estados Unidos, entre 25 de abril e 26 de junho de 1945. A Organização das Nações Unidas (ONU) passou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, com o objetivo principal de manter a paz e a segurança internacionais e de promover a cooperação entre os povos na busca de soluções para os problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários, fomentando o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

A ONU é constituída de diversos órgãos, entre os quais se destacam: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, Secretariado, Conselho Econômico e Social e Corte Internacional de Justiça. Eles trabalham separadamente, mas com ampla intercomunicação, coordenando as atividades da organização.

Embora fundamentada na igualdade soberana de todos os seus membros, a forma como a ONU foi estruturada impôs a supremacia das grandes potências. O **Conselho de Segurança**, seu organismo mais importante, tem cinco membros permanentes, com direito de veto – Estados Unidos, Rússia (antes de 1991, era a União Soviética), Reino Unido, França e China (inicialmente a China nacionalista, Formosa, e, a partir de 1971, a China continental, comunista) –, e dez membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos.

A **Assembleia Geral** é composta de todos os países-membros (mais de 180, atualmente) e sua função é discutir os assuntos relacionados com a paz, a segurança, o bem-estar e a justiça no mundo. Não pode tomar decisões, tendo apenas função consultiva e propondo "voto de recomendação". Há ainda o **Secretariado**, dirigido pelo secretário-geral (escolhido pelo Conselho de Segurança e votado pela Assembleia Geral), que tem por função administrar a organização.

A ONU tem também um **Conselho Econômico e Social**, ao qual estão ligados a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial de Comércio (OMC), antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), entre outros. Finalmente, há a Corte Internacional de Justiça, o principal órgão jurídico da ONU, com sede em Haia, na Holanda.

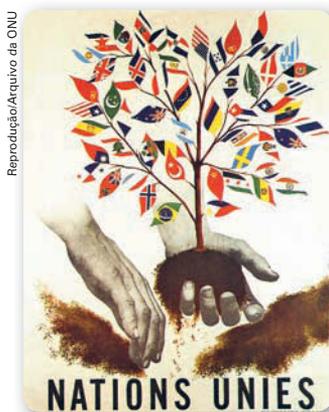
Timothy A. Clary/Agência France-Presse

O atual secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, discursa na Assembleia Geral da entidade, localizada em Nova York, em 2012.

Destinada a substituir a fraca e ineficiente Liga das Nações, a ONU obteve relativo sucesso, especialmente na área de justiça, embora não tenha conseguido solucionar satisfatoriamente os grandes conflitos internacionais nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. O direito de veto das grandes potências limitou seu caráter, retirando-lhe a credibilidade que deveria ter como organização efetivamente representante de todos os países do mundo.

Na segunda metade do século XX, devido ao crescimento econômico do Japão e da Alemanha, em meio ao colapso da antiga União Soviética, bem como à ascensão de países em desenvolvimento, teve início uma ampla discussão sobre a reformulação do Conselho de Segurança, com a possível inclusão de novos membros.

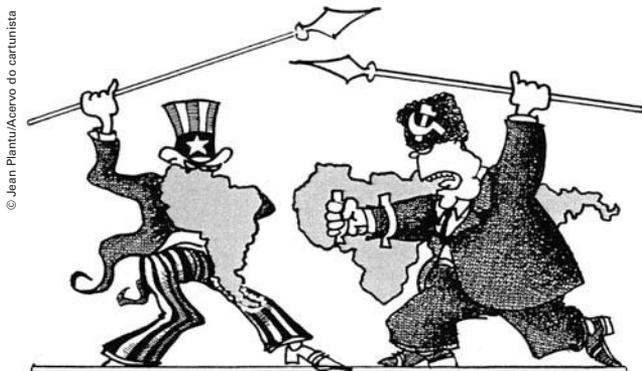
Numa análise abrangente, pode-se afirmar que a ONU teve um papel significativo na solução de alguns conflitos, na redução de tensões e, especialmente, nas missões de paz em vários confrontos ao redor do mundo. A atuação dos chamados "capacetes azuis" (soldados das tropas multinacionais da ONU) e das agências especializadas tem contribuído para poupar milhões de vidas. O Unicef, por exemplo, tem auxiliado milhões de crianças, além de manter mobilizada a consciência internacional para com a grande parte pobre do mundo.

Reprodução/Arquivo da ONU

Cartaz sobre a ONU (1947).

A EUROPA NOS PRIMEIROS ANOS DO PÓS-GUERRA

Depois de 1945, ao contrário do que aconteceu com o fim da Primeira Guerra Mundial, as grandes potências não só conservaram seus exércitos, mas desenvolveram ainda mais a indústria bélica. Dessa vez, o mundo se organizava sobre novas bases, destituindo a Europa da posição de eixo do poder mundial e firmando Washington e Moscou como novos centros, o que reativou o confronto entre capitalismo e socialismo.

Os países tendiam a alinhar-se a um ou outro polo de poder, consolidando a bipolarização do mundo, marcada pela tensão internacional e alimentada pelo conflito ideológico e político entre os Estados Unidos e a União Soviética.

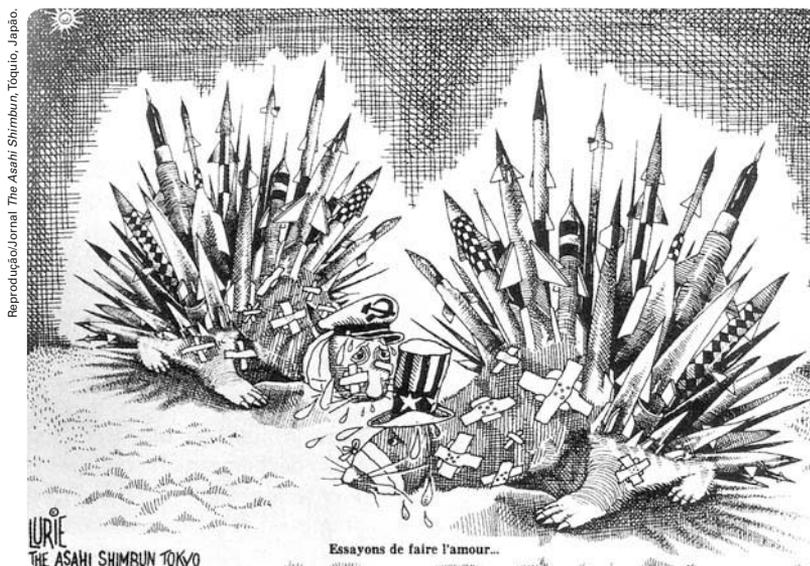
© Jean Plantu/Acervo do cartunista

▲ O enfrentamento Leste-Oeste, numa charge de Jean Plantu.

Os Estados Unidos despontaram como um Estado superior a qualquer outro em recursos materiais, financeiros e tecnológicos, como a nação detentora da bomba atômica e do domínio nuclear, com a vantagem de não ter sofrido a devastação e a exaustão da guerra em seu território. Para a União Soviética, era vital igualar-se belicamente aos norte-americanos, a fim de que o socialismo pudesse sobreviver.

Assim, embora tivesse saído da guerra com um saldo catastrófico, a União Soviética dirigida por Stálin tinha como metas prioritárias a reconstrução nacional e a corrida nuclear. Em 1949, alcançava parte de seus objetivos ao dominar a tecnologia bélica nuclear. A partir daí, a conjuntura internacional reconhecia como potências os países que tinham o domínio bélico atômico. Vinte anos depois do final da Segunda Guerra Mundial, 25 nações já estavam nessa condição.

A Europa aderiu à nova situação de bipolarização mundial. Os países da Europa Ocidental (como Inglaterra, França e Itália) acabaram por se alinhar com os Estados Unidos e, em meio à crescente prosperidade das duas décadas posteriores à guerra, promoveram grandes avanços sociais, ao mesmo tempo incorporando projetos social-democratas reformistas e, assim, desmobilizando partidos comunistas e grupos radicais revolucionários.

Já nos países da Europa Oriental, consolidou-se um bloco soviético, com a instalação e fortalecimento de regimes comunistas muitas vezes sujeitos à interferência direta do governo soviético. O caso iugoslavo foi singular, uma vez que a hegemonia soviética foi contestada. Foi o primeiro país a optar por um regime democrático popular (comunista), que esteve sob o comando de **Josip Broz Tito**, líder guerrilheiro da resistência à ocupação alemã. Tendo vencido as tropas de ocupação nazista, sem ajuda do exército soviético, pretendia formar uma Federação dos Bálcãs, composta de Albânia, Bulgária, Grécia, Hungria, Iugoslávia e Romênia, com Estados livres e unidos buscando o desenvolvimento regional autônomo. Stálin opôs-se ao movimento e, em 1948, o *Kremlin* – sede do governo soviético – condenou publicamente o regime de Tito, rompendo definitivamente com a Iugoslávia em 1950. A partir de então, a Iugoslávia assumiu uma posição neutra no conflito Leste-Oeste, aproximando-se dos países não alinhados do Terceiro Mundo.

Reprodução/Jornal *The Asahi Shimbun*, Tóquio, Japão.

▲ Charge de Lurie representando a corrida bélica entre as duas potências hegemônicas do período da Guerra Fria.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Marechal Tito discursa para a população da cidade de Skopje, na então Iugoslávia, atual Macedônia, em outubro de 1953.

Governante de origem croata, Tito estabeleceu o centralismo estatal sob o controle de um partido único e conseguiu harmonizar a convivência das diversas etnias do país, estabelecendo, mais tarde, em 1970, a presidência rotativa entre as seis repúblicas iugoslavas: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia. Com sua morte, em 1980, emergiram várias manifestações de descontentamento, que se ampliaram com as transformações que ocorriam no Leste Europeu, na crise do "socialismo real". No início da década de 1990, os desentendimentos entre os grupos étnicos acentuaram-se e desembocaram em sangrenta guerra civil, opondo as repúblicas antes formadoras da Iugoslávia.

Como você viu, após a Conferência de Potsdam, que definiu as zonas de ocupação das quatro potências na Alemanha, formaram-se duas áreas de influência. A parte da Alemanha que ficou sob o controle soviético foi transformada em democracia popular – República Democrática Alemã; a parte que estava sob tutela capitalista formou a República Federal da Alemanha. A Alemanha capitalista recebeu forte ajuda econômica dos Estados Unidos, o que foi decisivo para o ressurgimento de uma Alemanha potente.

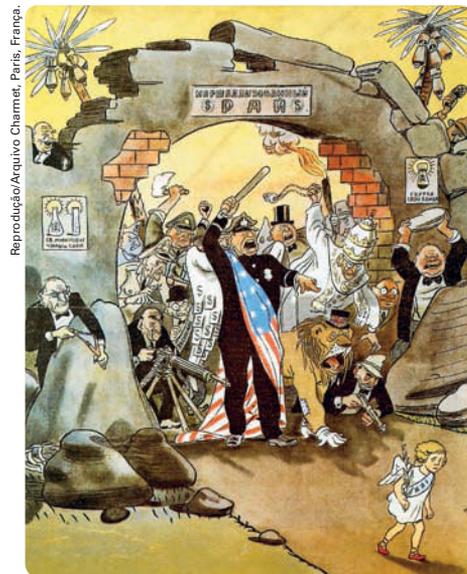
socialismo real: refere-se aos países comandados pelos partidos comunistas no pós-guerra.

A recuperação alemã contou com o **Plano Marshall**, plano econômico-social anunciado em 5 de junho de 1947 pelo secretário de Estado norte-americano George Marshall, cujo objetivo era recuperar a devastada Europa Ocidental com maciços investimentos.

A União Soviética, por sua vez, dominava sete países do Leste: Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria e Albânia (até 1961), o que significava um território de quase 1 milhão de quilômetros quadrados e aproximadamente 70 milhões de pessoas.

No **Extremo Oriente**, o Japão, derrotado na guerra, teve elevados prejuízos materiais e humanos, e ainda sofreu a ocupação norte-americana (1945-1952). Os *zaibatsu* – fortes grupos econômicos – foram dissolvidos, e com eles a grande propriedade e as indústrias bélicas, como parte do plano de desmilitarização. Além disso, em 1947 foi imposta ao Japão uma Constituição parlamentar que limitava os poderes do imperador Hiroíto.

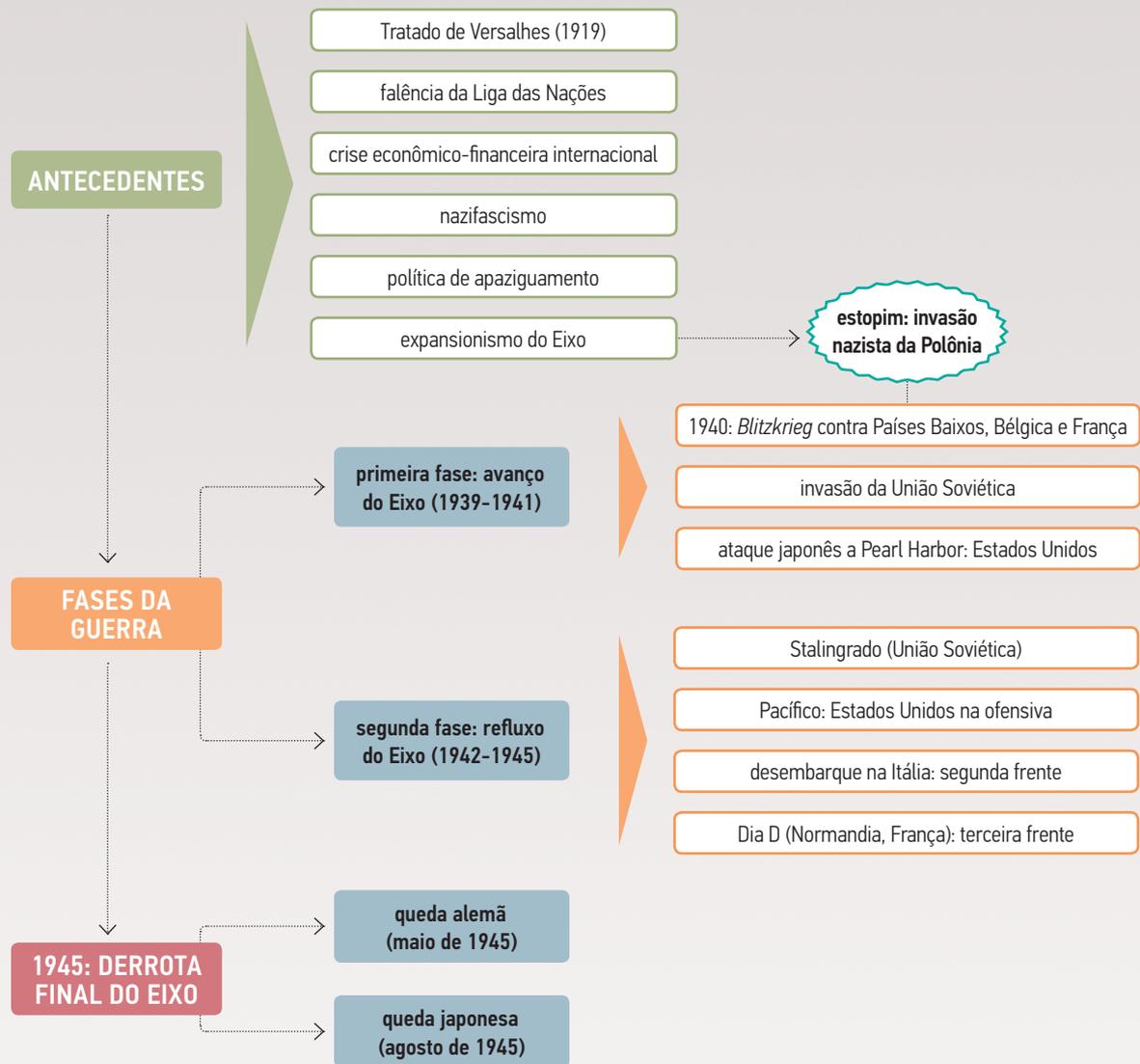
Por causa do avanço socialista que ocorreu no Extremo Oriente a partir da década de 1950, a política de ocupação do Japão foi alterada, visando à reabilitação do país, que passou a aliado dos Estados Unidos, especialmente diante da Revolução Chinesa (1949) e da Guerra da Coreia (1950-1953). Seu desenvolvimento econômico quase ininterrupto – entre 1955 e 1956, o índice de produção industrial dobrou em relação à situação anterior à guerra – consolidou a economia japonesa como uma das mais fortes do mundo capitalista no final do século XX.

A reconstrução do pós-guerra e a adesão à ordem bipolar nas relações internacionais, portanto, firmaram as estruturas da Guerra Fria, quadro que predominaria até o final da década de 1980.

Reprodução/Arquivo Charmet, Paris, França.

▲ Caricatura soviética de 1950 sobre o Plano Marshall, representando a entrada das potências capitalistas na Europa.

QUESTÃO INTERDISCIPLINAR

- Depois de observar com cuidado a charge acima e lembrando que ela foi feita por um soviético, procure explicar qual foi o recurso gráfico usado pelo desenhista para apresentar ao observador o capitalismo como um sistema opressivo e destrutivo.

PARA RECORDAR: A Segunda Guerra Mundial

ATIVIDADES

1. Com base no esquema-resumo e nas informações deste capítulo, escreva em seu caderno três fatores que contribuíram para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

2. No início da década de 1930, a Alemanha, sob a liderança de Hitler, passou a desrespeitar sistematicamente as determinações do Tratado de Versalhes, firmado ao final da Primeira Guerra Mundial.

a) Qual foi a reação das potências europeias vencedoras da Primeira Guerra diante dessa situação?

b) Explique os motivos que levaram essas potências a reagirem dessa forma na ocasião.

3. A Segunda Guerra Mundial envolveu dois blocos antagônicos: o Eixo e os Aliados.

a) Quais foram os principais países que compuseram cada um desses blocos?

b) Os governos dos países ocidentais que compunham o Eixo defendiam a mesma ideologia política do que os governos dos países que compunham o bloco dos Aliados? Explique.

c) Que fato determinou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra, em 1941?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura e análise de documento

O texto abaixo pertence ao escritor e jornalista americano John Gunther, que foi correspondente na Europa em plena Segunda Guerra Mundial. No livro *Por dentro da Europa*, de 1940, John Gunther traça um perfil da personalidade de Adolf Hitler.

Adolf Hitler, irracional, contraditório, complexo, é uma personalidade imprevisível; nisso estão seu poder, sua ameaça. Para milhões de alemães honestos ele é sublime, uma figura de adoração; enche-os de amor, medo e êxtase nacionalista. Para muitos outros alemães, é esquálido e ridículo – um charlatão, um histérico de sorte e um demagogo mentiroso. Quais os motivos desse paradoxo? Quais as fontes de seu prodigioso poder?

Esse homem pançudo, de bigodinho à Charlie Chaplin, dado à insônia e emocionalismo, chefe do Partido Nazista, comandante em chefe do Exército e da Marinha alemães, líder da nação alemã, criador, presidente e chanceler do Terceiro Reich, nasceu na Áustria em 1889. Não é alemão nato. Esse é um ponto muito importante a inflamar seu nacionalismo inicial. Ele criou o implacável patriotismo do fronteiriço, do exilado. Só um austríaco poderia levar tão a sério o germanismo.

A história pessoal de Hitler inclui muitos episódios extraordinários e bizarros. Antes de discutirmos seu nascimento e infância, de esboçarmos sua carreira, talvez seja bom apresentar um amplo quadro detalhado desse personagem e sua rotina, atitudes, hábitos diários, suas características e limitações individuais.

Sua imaginação é inteiramente política. Vi os primeiros quadros dele, os que apresentou à Academia de Arte de Viena quando rapaz. São prosaicos, absolutamente desprovidos de ritmo, cor, sentimento ou fantasia espiritual. São desenhos de arquiteto: desenho penoso e preciso; nada mais. [...]

Seus estudos foram muito breves, e nenhum esforço de generosidade faria alguém chamá-lo de gênio. Não chega nem perto da cultura e peso intelectual, digamos, de Mussolini. Quase não lê nada. O Tratado de Versalhes, provavelmente, foi a mais concreta influência individual em sua vida; mas é duvidoso que o tenha lido todo. Não gosta de intelectuais. Jamais esteve fora da Alemanha (excetuando-se suas experiências de guerra em Flandres e duas visitas a Mussolini), e não fala nenhum idioma estrangeiro, a não ser algumas palavras em francês.

[...] *Hitler acha difícil tomar decisões rápidas: essa capacidade deriva de harmonia interior, que ele não tem. Não é um "homem forte, silencioso".*

[...] *É extremamente emocional. Raramente responde a perguntas. Fala com a gente como se estivesse num comício, e nada detém o jorro de palavras.*

[...]

Por algum tempo se disse que seu melhor traço era a lealdade. Ele jamais, dizia a piada, abriria mão de três coisas: dos judeus, dos amigos e da Áustria. Ninguém faria essa piada hoje, agora que o capitão Roehm está morto. [...]

Um após outro, foi eliminando os que o ajudaram em sua carreira: Drexler, Feder, Gregor Strasser. [...]

Como a de todos os fanáticos, sua capacidade de acreditar nas próprias invenções, de iludir-se, é enorme. Assim, é inteiramente "sincero" – acredita mesmo – quando, numa entrevista ao Daily Mail, *diz que a revolução nazista custou apenas 26 vidas. Crê absolutamente no que diz – no momento.*

Mas suas mentiras têm sido notórias. Heiden conta algumas das mais recônditas inverdades, e outras são conhecidas de todo estudioso. Ele prometeu às autoridades da Baviera não fazer um putch; *e prontamente fez um. Prometeu tolerar um governo Papen; depois combateu-o. Prometeu não mudar a composição do seu primeiro gabinete; depois mudou-a. Prometeu matar-se se o golpe de Munique falhasse; falhou, e ele continua vivo.*

GUNTHER, John. Um retrato de Hitler. In: LEWIS, Jon E. (Ed.). *O grande livro do jornalismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 151-154.

a) Explique o contexto político da guerra na época em que foi escrito o texto da página anterior.
b) Qual é a imagem que a descrição do jornalista constrói do líder nazista?
c) A descrição feita por John Gunther transmite alguma intencionalidade? Explique.
d) Em sua opinião, a personalidade de personagens históricos permite explicar os fatos históricos? Justifique.

2 Leitura e análise de fonte historiográfica

No final da Segunda Guerra, os países aliados promoveram um intenso bombardeio aéreo às cidades alemãs, matando centenas de milhares de civis. A ação dos Aliados é, ainda hoje, motivo de controvérsias, como mostram os trechos abaixo. O primeiro é de autoria de Jörg Friedrich, historiador alemão que estudou minuciosamente os ataques às cidades da Alemanha. O segundo foi escrito por Robin Neillards, historiador britânico especialista em Segunda Guerra. Leia-os com atenção.

Texto 1

Cerca de meio milhão de civis alemães foram mortos durante a Segunda Guerra. A maioria deles, entre setembro de 1944 e março de 1945, em ataques táticos (que têm como objetivo real atingir as tropas e os equipamentos militares) e estratégicos (que podem focar em alvos puramente civis para, com isso, baixar a moral do inimigo e minar sua vontade de resistir).

Para os alemães, porém, era impossível saber se enfrentavam um bombardeio tático ou estratégico. Na prática, ambos eram realizados da mesma forma: por meio de ataques aéreos que, inicialmente, despejavam explosivos de alta potência e, em seguida, bombas incendiárias. [...]

O objetivo dos bombardeios nunca era destruir alvos individuais, mas criar o máximo possível de zonas devastadas no centro da cidade-alvo. [...]

Não cabe aos historiadores fazer julgamentos. Os britânicos que defenderam os bombardeios utilizando a necessidade militar como legitimação fazem um julgamento que contradiz, diretamente, os veredictos do Tribunal de Nuremberg. Os generais nazistas usaram a "necessidade militar" como justificativa para seus atos, mas a corte decidiu que isso não era desculpa. As salvas de metralhadoras alemãs contra civis judeus, poloneses ou russos eram um crime de guerra porque os civis não são um alvo militar. As mortes de civis causadas pelo bombardeio aéreo são diferentes porque a munição que os matou viajava na vertical, e não na horizontal?

A supressão da Alemanha nazista e, consequentemente, dos horrores do Terceiro Reich, deve muito mais às campanhas em terra do que às cidades bombardeadas. O que o ataque aéreo fez foi suprimir a proteção aos civis, um princípio que data de séculos. Não podemos encará-lo como uma simples estratégia bélica [...].

FRIEDRICH, Jörg. *Revista BBC História*. São Paulo: Tríade, ano 1, ed. 1. p. 97.

Texto 2

A ofensiva aérea aliada não pode ser considerada um crime, mas um ato de guerra legítimo num conflito deflagrado pela Alemanha. A morte de civis era inevitável – e obviamente lamentável – mas não criminosa. Qualquer alegação em contrário é uma tentativa de minimizar a culpa alemã e de introduzir a noção de equivalência. [...] *O bombardeio aéreo e Auschwitz não são a mesma coisa.*

Em 1934, a Alemanha retirou-se da Conferência de Desarmamento de Genebra, após negar o apoio à proposta britânica de banir o bombardeio aéreo. Hitler acreditava que na guerra vindoura [...] *a destruição atingiria somente outras nações, enquanto o solo germânico permaneceria intacto. A escalada que levou ao bombardeio de cidades inclui a destruição de Guernica por aviões alemães, em 1936, e o bombardeio alemão de Varsóvia e Roterdã, em 1939 e 1940.* [...] *Os alemães acreditavam que poderiam bombardear cidades europeias, matando milhares de civis, sem retribuição?*

[...]

A criminalidade também requer a intenção. A ofensiva aérea nunca teve civis como alvos; o objetivo era atingir a moral nazista, por meio da destruição de casas e fábricas. A moral do inimigo é, sem dúvida, um alvo legítimo e a maioria dos mortos era de operários de guerra. Por que é legítimo matar alguém usando uma arma e é um crime matar quem fabrica essas armas?

Por fim, não se deve esquecer que se tratava de uma guerra. Em 1939, a Alemanha deu início a uma guerra racista e genocida para escravizar a Europa e eliminar quem os nazistas julgavam indesejáveis. O sofrimento do povo alemão é de responsabilidade do regime por ele apoiado, não dos que lutaram para dar cabo a essa tirania. [...]

NEILLARDS, Robin. *Revista BBC História*. São Paulo: Tríade, ano 1, ed. 1. p. 97.

- Sob a orientação do professor e tendo como base as ideias defendidas nos dois textos, organizem-se em dois grandes grupos para refletir e debater sobre a seguinte questão: No contexto da Segunda Guerra, os bombardeios aéreos às cidades alemãs eram justificáveis?

3 Observação de imagem e reflexão

Observe a foto abaixo, que mostra a cidade japonesa de Hiroxima após um bombardeio, em 1945.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Cenário de destruição em Hiroxima, no Japão. Foto de 8 de setembro de 1945.

a) Que tipo de bomba causou tamanha destruição na cidade de Hiroxima?

b) Que país foi responsável por esse bombardeio?

c) O que o país agressor pretendia com esse bombardeio?

d) Em livros, revistas e *sites* da internet, pesquise mais informações sobre o episódio retratado nas imagens. Informe-se sobre as características da arma usada, as justificativas oferecidas para seu uso e seus efeitos sobre cidades, pessoas e meio ambiente a curto, médio e longo prazo. Registre as informações em seu caderno.

e) Em sua opinião, o uso de armas como a lançada sobre o Japão em 1945 era justificável? Explique.

f) Apesar de toda a destruição causada pelo bombardeio em Hiroxima e Nagasáqui, o episódio é pouco lembrado por reportagens, filmes e romances que têm a Segunda Guerra Mundial como tema. Discuta com seus colegas a possível razão desse silêncio.

Questões & testes

CAPÍTULO 1

Enemo

1. *A figura do coronel era muito comum durante os anos iniciais da República, principalmente nas regiões do interior do Brasil. Normalmente, tratava-se de grandes fazendeiros que utilizavam seu poder para formar uma rede de clientes políticos e garantir resultados de eleições. Era usado o voto de cabresto, por meio do qual o coronel obrigava os eleitores de seu "curral eleitoral" a votarem nos candidatos apoiados por ele. Como o voto era aberto, os eleitores eram pressionados e fiscalizados por capangas, para que votassem de acordo com os interesses do coronel. Mas recorria-se também a outras estratégias, como compra de votos, eleitores-fantasma, troca de favores, fraudes na apuração dos escrutínios e violência.*

Disponível em: <www.historiadobrasil.net/republica>. Acesso em: 12 dez. 2012. (adaptado).

Com relação ao processo democrático do período registrado no texto, é possível afirmar que:

a) o coronel se servia de todo tipo de recursos para atingir seus objetivos políticos.

b) o eleitor não podia eleger o presidente da República.

c) o coronel aprimorou o processo democrático ao instituir o voto secreto.

d) o eleitor era soberano em sua relação com o coronel.

e) os coronéis tinham influência maior nos centros urbanos.

Vestibulares

2. (Vunesp-SP) *Nunca se viu uma campanha como esta, em que ambas as partes sustentaram ferozmente as suas aspirações opostas. Vencidos os inimigos, vós lhes ordenáveis que levantassem um viva à República e eles o levantavam à Monarquia e, ato contínuo, atiravam-se às fogueiras que incendiavam a cidade, convencidos de que tinham cumprido o seu dever de fiéis defensores da Monarquia.*

(Gazeta de Notícias, 28.10.1897; apud JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Sociedade e política na Primeira República*.)

O texto é parte da ordem do dia, 06.10.1897, do general Artur Oscar e trata dos momentos finais de Canudos. Para o militar, o principal motivo da luta dos canudenses era a

a) restauração monárquica, embora hoje saibamos que a rejeição à República era apenas uma das razões da rebeldia.

b) valorização dos senhores rurais, ligados ao monarca, cujo poder era ameaçado pelo crescimento e enriquecimento das cidades.

c) restauração monárquica, que, hoje sabemos, era de fato a única razão da longa resistência dos sertanejos.

d) valorização do meio rural, embora hoje saibamos que Antônio Conselheiro não apoiava os incêndios provocados por monarquistas nas cidades republicanas.

e) restauração monárquica, o que fez com que a luta de Antônio Conselheiro recebesse amplo apoio dos monarquistas do sul do Brasil.

CAPÍTULO 2

Vestibulares

3. (UEM-PR) Sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), some a(s) alternativa(s) correta(s).

(01) Chama-se Paz Armada às décadas anteriores ao conflito, no qual as grandes potências europeias se lançaram numa política armamentista, alimentada pela rivalidade na corrida imperialista.

(02) Derrotada na guerra, a Alemanha se submeteu às condições do Tratado de Versalhes, sendo obrigada a pagar pesadas indenizações aos países vencedores.

(04) O nacionalismo e a exaltação patriótica do projeto da Grande Sérvia, do revanchismo francês, do pangermanismo alemão e do pan-eslavismo russo alimentaram um "barril de pólvora" que estourou em 1914.

(08) No confronto iniciado em 1914, entre os dois blocos europeus, a Itália, rompendo seu acordo na Tríplice Entente, manteve-se inicialmente neutra, vindo, após, a combater ao lado da Tríplice Aliança.

(16) Para a Tríplice Entente, a entrada dos Estados Unidos da América na guerra, em 1917, compensou a saída da Rússia, imersa em uma revolução socialista.

4. (Fuvest-SP) *Este livro não pretende ser um libelo nem uma confissão, e menos ainda uma aventura, pois a morte não é uma aventura para aqueles que se deparam face a face com ela. Apenas procura mostrar o que foi uma geração de homens que, mesmo tendo escapado às granadas, foram destruídos pela guerra.*

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. São Paulo: Abril, 1974 [1929], p.9.

Publicado originalmente em 1929, logo transformado em *best seller* mundial, o livro de Remarque é, em boa parte, autobiográfico, já que seu autor foi combatente do exército alemão na Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918. Discuta a ideia transmitida por "uma geração de homens que, mesmo tendo escapado às granadas, foram destruídos pela guerra", considerando:

a) As formas tradicionais de realização de guerras internacionais, vigentes até 1914 e, a partir daí, modificadas.

b) A relação da guerra com a economia mundial, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

5. (EEM-SP) O tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, conforme a opinião de muitos historiadores, contribuiu para criar uma situação propícia à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Justifique essa afirmativa.

CAPÍTULO 3

Vestibulares

6. (Vunesp-SP) *Os operários das fábricas e das usinas, assim como as tropas rebeldes, devem escolher sem demora seus representantes ao governo revolucionário provisório, que deve ser constituído sob a guarda do povo revolucionário amotinado e do exército.*

(Manifesto de 27 de fevereiro de 1917, In: FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*.)

O manifesto, lançado em meio às tensões de 1917 na Rússia, revela a posição dos:

a) czaristas, que buscavam organizar a luta pela retomada do poder.

b) bolcheviques, que chamavam os operários a se mobilizarem nos sovietes.

c) social-democratas, que pretendiam controlar o governo provisório.

d) mencheviques, que defendiam o caráter democrático do novo governo.

e) militares, que tentavam controlar a revolta popular.

7. (Unicamp-SP) *Existem épocas em que os acontecimentos concentrados num curto período de tempo são imediatamente vistos como históricos. A Revolução Francesa e 1917 foram ocasiões desse tipo, e também 1989. Aqueles que acreditavam que a Revolução Russa havia sido a porta para o futuro da história mundial estavam errados. E quando sua hora chegou, todos se deram conta disso. Nem mesmo os mais frios ideólogos da guerra fria esperavam a desintegração quase sem resistência verificada em 1989.*

(Adaptado de HOBSBAWM, Eric. "1989 – O que sobrou para os vitoriosos". *Folha de S.Paulo*, 12/11/1990, p. A-2.)

a) No contexto entre as duas guerras mundiais, quais seriam as razões para a Revolução Russa ter simbolizado uma porta para o futuro?

b) Identifique dois fatores que levaram à derrocada dos regimes socialistas da Europa após 1989.

CAPÍTULO 4

Enem

8. *É difícil encontrar um texto sobre a Proclamação da República no Brasil que não cite a afirmação de Aristides Lobo, no* Diário Popular de São Paulo, *de que "o povo assistiu àquilo bestializado". Essa versão foi relida pelos enaltecedores da Revolução de 1930, que não descuidaram da forma republicana, mas realçaram a exclusão social, o militarismo e o estrangeirismo da fórmula implantada em 1889. Isto porque o Brasil brasileiro teria nascido em 1930.*

MELLO, M. T. C. *A república consentida*: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: FGV, 2007 (adaptado).

O texto defende que a consolidação de uma determinada memória sobre a Proclamação da República no Brasil teve, na Revolução de 1930, um de seus momentos mais importantes. Os defensores da Revolução de 1930 procuraram construir uma visão negativa para os eventos de 1889, porque esta era uma maneira de

a) valorizar as propostas políticas democráticas e liberais vitoriosas.

b) resgatar simbolicamente as figuras políticas ligadas à Monarquia.

c) criticar a política educacional adotada durante a República Velha.

d) legitimar a ordem política inaugurada com a chegada desse grupo ao poder.

e) destacar a ampla participação popular obtida no processo da Proclamação.

Vestibulares

9. (UFV-MG) A década de 1920 foi um período de crise da "República do café com leite", uma vez que as transformações ocorridas nos anos anteriores contribuíram para a melhor organização dos grupos sociais existentes e o surgimento de outros. Alguns desses grupos se voltaram contra a política tradicional, baseada no poder das oligarquias, no autoritarismo e nas fraudes eleitorais, manifestando seu descontentamento através de movimentos civis e militares.

Sobre a década de 1920 no Brasil é correto afirmar que houve:

a) Um levante conhecido como Intentona Comunista, logo após a fundação do Partido Comunista do Brasil, que congregou um grande número de operários e intelectuais.

b) A Revolta da Vacina, em que o Rio de Janeiro transformou-se num campo de batalha, com a formação de barricadas e violentos choques entre populares e as tropas do governo.

c) Duas das mais importantes revoltas do movimento denominado tenentista, que queria moralizar a vida política, pôr fim à corrupção eleitoral e promover reformas sociais.

d) Duas greves gerais nos principais centros urbanos do país, sob a liderança de industriais e comerciantes insatisfeitos com a política governamental de valorização dos produtos agrícolas.

e) O movimento modernista, durante a realização da Semana de Arte Moderna, evento ocorrido em São Paulo em 1922, cujo manifesto defendeu o fim do voto de cabresto e da política dos governadores.

CAPÍTULO 5

Enem

10. *A crise de 1929 e dos anos subsequentes teve sua origem no grande aumento da produção industrial e agrícola, nos EUA, ocorrido durante a 1ª Guerra Mundial, quando o mercado consumidor, principalmente o externo, conheceu ampliação significativa. O rápido crescimento da produção e das empresas valorizou as ações e estimulou a especulação, responsável pela "pequena crise" de 1920-21. Em outubro de 1929, a venda cresceu nas Bolsas de Valores, criando uma tendência de baixa no preço das ações, o que fez com que muitos investidores ou especuladores vendessem seus papéis. De 24 a 29 de outubro, a Bolsa de Nova York teve um prejuízo de US$ 40 bilhões. A redução da receita tributária que atingiu o Estado fez com que os empréstimos ao exterior fossem suspensos e as dívidas, cobradas; e que se criassem também altas tarifas sobre produtos importados, tornando a crise internacional.*

RECCO, C. *História*: a crise de 29 e a depressão do capitalismo. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u11504.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2012; com adaptações.

Os fatos apresentados permitem inferir que

a) as despesas e prejuízos decorrentes da 1ª Guerra Mundial levaram à crise de 1929, devido à falta de capital para investimentos.

b) o significativo incremento da produção industrial e agrícola norte-americana durante a 1ª Guerra Mundial consistiu num dos fatores originários da crise de 1929.

c) a queda dos índices nas Bolsas de Valores pode ser apontada como causa do aumento dos preços de ações nos EUA em outubro de 1929.

d) a crise de 1929 eclodiu nos EUA a partir da interrupção de empréstimos ao exterior e da criação de altas tarifas sobre produtos de origem importada.

e) a crise de 1929 gerou uma ampliação do mercado consumidor externo e, consequentemente, um crescimento industrial e agrícola nos EUA.

Vestibulares

11. (UPE) O totalitarismo foi um fenômeno político da Europa do pós-Primeira Guerra, que acentuou as tensões políticas de então, contribuindo para a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Na Europa Ocidental, países como a Alemanha, a Itália e a Espanha, assistiram a governos baseados em preceitos totalitários. Sobre essa realidade, é correto afirmar que

a) a ascensão política de Hitler na Alemanha não contou com o apoio de manifestações populares nem com a receptividade de suas propostas políticas em eleições.

b) na Itália, Mussolini só conseguiu chegar ao controle do Estado com o apoio do partido nazista alemão.

c) o caráter antissemita do totalitarismo de direita só se manifestou de forma acentuada na Itália fascista.

d) o apoio da Alemanha nazista foi de suma importância para a vitória das forças de direita na Guerra Civil Espanhola e para a subida de Franco ao poder.

e) apesar de compactuar com posturas políticas da Alemanha hitlerista, a Itália permaneceu neutra durante toda a Segunda Guerra Mundial.

12. (UFPB) Os anos 30 e 40 do século passado constituíram uma conjuntura de grandes modificações na política e na economia do mundo. Sobre as transformações desse período, identifique com V a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e com F a(s) falsa(s):

( ) A quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, decretou a falência do postulado liberal. Com isso, surgem as ideias e os defensores da maior participação do Estado na economia.

( ) A Europa e o mundo, com a crise das democracias liberais, testemunharam o surgimento do nazismo. A concepção política nazista, desenvolvida na Alemanha, era baseada em um Estado interventor, forte e centralizado.

( ) O crescimento do nazismo, com seu ideário preconceituoso e bélico, chamou a atenção de todo o mundo. A apreensão do seu significado contribuiu para a formação de um bloco opositor, liderado pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética.

( ) Portugal e Espanha, nesse período, experimentavam grande desenvolvimento econômico e social. Por isso, seus governantes não se deixaram influenciar pelo ideário autoritário e lutaram, desde o início dos anos de 1930, contra o nazifascismo.

( ) A União Soviética, assim como a Alemanha, estava em franca decadência econômica no final da década de 1930. Devido a essa situação, tanto Hitler como Stalin evitaram qualquer conversação, pois esta representaria uma aliança entre fracos.

A sequência correta é:

a) FVFVF
b) VFVFV
c) FFFVV
d) FVVFV
e) VVVFF

CAPÍTULO 6

Enem

13. A definição de eleitor foi tema de artigos nas Constituições brasileiras de 1891 e de 1934. Diz a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, por sua vez, estabelece que:

Art. 180. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Ao se comparar os dois artigos, no que diz respeito ao gênero dos eleitores, depreende-se que

a) a Constituição de 1934 avançou ao reduzir a idade mínima para votar.

b) a Constituição de 1891, ao se referir a cidadãos, referia-se também às mulheres.

c) os textos de ambas as Cartas permitiam que qualquer cidadão fosse eleitor.

d) o texto da carta de 1891 já permitia o voto feminino.

e) a Constituição de 1891 considerava eleitores apenas os indivíduos do sexo masculino.

Vestibulares

14. (UFPI) Os acontecimentos históricos ocorrem, sempre, em conexão com outros acontecimentos, de modo que, quando falamos de uma época estamos nos referindo a um ambiente dentro do qual se expressam e limitam as ações dos sujeitos. Pode-se dar o seguinte exemplo para essa afirmação: em 1932, sob a liderança do literato Plínio Salgado, foi organizado, no Brasil, um movimento político cuja inspiração vinha da Europa, sendo profundamente influenciado por um movimento político europeu em ascensão na época, o qual apresentava como uma de suas metas prioritárias combater um outro movimento político em expansão na Europa. Os três movimentos referidos são, respectivamente:

a) O integralismo, o fascismo, o nazismo.

b) O liberalismo, o socialismo, o comunismo.

c) O integralismo, o nazifascismo, o comunismo.

d) O expansionismo, o nacionalismo, o anarquismo.

e) O anarquismo, o comunismo, o integralismo.

CAPÍTULO 7

Enem

15. O objetivo de tomar Paris marchando em direção ao oeste era, para Hitler, uma forma de consolidar sua liderança no continente. Com esse intuito, entre abril e junho de 1940, ele invadiu a Dinamarca, a Noruega, a Bélgica e a Holanda. As tropas francesas se posicionaram na Linha Maginot, uma linha de defesa com trincheiras, na tentativa de conter a invasão alemã. Para a Alemanha, o resultado dessa invasão foi

a) a ocupação de todo o território francês, usando-o como base para a conquista da Suíça e da Espanha durante a segunda fase da guerra.

b) a tomada do território francês, que foi então usado como base para a ocupação nazista da África do Norte, durante a guerra de trincheiras.

c) a posse de apenas parte do território, devido à resistência armada do exército francês na Linha Maginot.

d) a vitória parcial, já que, após o avanço inicial, teve de recuar, devido à resistência dos blindados do general De Gaulle, em 1940.

e) a vitória militar, com ocupação de parte da França, enquanto outra parte ficou sob controle do governo colaboracionista francês.

Vestibulares

16. (UFPA) Em relação ao quadro apresentado pelo mundo após terminar a Segunda Guerra Mundial, é possível assegurar-se de que:

a) a reorganização imediata da França e a sua participação ativa na política do pós-guerra já indicavam a efetiva liderança que os franceses exerceriam na Europa dos anos de 1950.

b) isolada em relação à política mundial, a União Soviética, sob o governo de Stálin, tratou de consolidar as posições conseguidas durante o conflito, organizando, para tanto, as chamadas Repúblicas Soviéticas.

c) abalados pelo esforço econômico desprendido durante o conflito, os Estados Unidos viram a sua hegemonia econômica, no Oriente e na América Latina, serem partilhadas entre Inglaterra e França.

d) a situação da Alemanha e o papel que ocuparia no processo da reorganização da política mundial representaram dois dos mais delicados fatores a pesar na nova balança das relações internacionais.

e) objetivando assegurar a sua hegemonia econômica e política sobre a Europa, os Estados Unidos proclamaram que a navegação pelo Atlântico Norte ficaria permanentemente sob a fiscalização e o controle norte-americano.

17. (Vunesp-SP) Observe a figura.

Carol Strickland. Arte comentada, 1999.

Pablo Picasso, *Guernica*, 1937.

A Europa já não é a liberdade e a paz, mas a violência e a guerra. Durante a ocupação alemã de Paris, a alguns críticos alemães que virão lhe falar de Guernica, *Picasso responderá com amargura: Não fui eu que a fiz, fizeram-na vocês.*

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*, 1992.

O comentário de Pablo Picasso, em relação à sua obra *Guernica*, refere-se

a) à separação entre manifestações artísticas e realidade histórica.

b) ao bombardeio alemão da cidade basca em apoio ao general Franco.

c) aos massacres cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

d) à denúncia da anexação do território espanhol pelas tropas nazistas.

e) à aliança dos nazistas com os comunistas no início da Segunda Guerra Mundial.

18. (Ufscar-SP) As duas Grandes Guerras do século passado afetaram significativamente nosso país, mas o Brasil de 1939 a 1945 era bem diferente do Brasil de 1914 a 1918. Levando em conta esses aspectos, indique a situação e o posicionamento do nosso país na

a) Primeira Guerra Mundial.

b) Segunda Guerra Mundial.

UNIDADE 2

▲ Ato realizado em setembro de 1992, no vale do Anhangabaú, em São Paulo, pelo *impeachment* do presidente Collor. No detalhe, um homem observa parte do Muro de Berlim exposta na praça Potsdamer, em Berlim. Foto de 2004.

Daniel Karmann/dpa/Corbis/Latinstock

Do pós-guerra ao século XXI

Discutindo a História

A CRISE DO EUROCENTRISMO

“Civilizadores” e “bárbaros”: o declínio da Europa como centro do mundo

Erich Lessing/Latinstock/Fundação Maeght, Saint-Paul de Vence, França.

▲ *Homem caminhando*, escultura de bronze de Alberto Giacometti, de 1961.

Do século XV até o XIX, a violência dos colonialistas e imperialistas europeus contra os habitantes da África, Ásia e América era justificada de variadas formas, especialmente como uma tarefa civilizadora a ser cumprida pelos povos “mais desenvolvidos”.

A conquista do México, no século XVI, é um caso exemplar. Os astecas foram dizimados em nome da fé cristã. Os conquistadores espanhóis consideravam seu dever acabar com uma sociedade que fazia sacrifícios humanos e cultuava diversos deuses. A escravidão negra na América e na África era afirmada como legítima, pois permitia que os nativos africanos conhecessem o cristianismo, fossem batizados e trabalhassem de modo considerado “civilizado” pelos europeus da época.

Pretendia-se com isso ensinar aos povos dessas regiões que eles deveriam seguir o exemplo superior e “civilizado” dos europeus, imitando seus modelos de moral, política, religião, economia.

No século XX, essa falácia começou a ser desmontada principalmente durante as guerras mundiais, iniciadas por conflitos europeus que se espalharam por todo o mundo. Eram os povos “civilizados”, os europeus, que empreendiam matanças em escala nunca antes vista, incluindo população civil, com o uso de armas químicas e outras tecnologias dedicadas ao extermínio, que produziram milhões de mortes. Entre os próprios europeus, nas camadas mais cultas, a ideia de sua superioridade entrou em crise.

Album/akg-images/Latinstock

▲ Na foto, de 1896, a outra face da “civilidade” europeia levada à Africa: aprisionamento de membros da tribo Herero, da etnia banto, pelas tropas do governo colonial alemão, na região da atual Namíbia. Para os colonizadores, a população local era indispensável para a exploração econômica, baseada na pecuária e na extração de minérios nas terras pilhadas dos nativos.

Reforçando o contexto das matanças do período, os Estados Unidos jogaram bombas atômicas sobre a população civil japonesa (1945), destruindo duas cidades e produzindo um sofrimento que, mesmo após o fim da guerra, se manteve por várias décadas, em virtude da radiação atômica e das doenças e deformações que ela causou nos sobreviventes e em seus descendentes. Se já não se acreditava muito que as nações

ocidentais eram "civilizadas" e tinham lições de uma vida melhor a dar ao mundo, os novos fatos contribuíram para desgastar essa imagem, sem, no entanto, eliminá-la completamente. Isso porque uma ideia apregoada por vários séculos e presente, direta e indiretamente, na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo não se desfaz facilmente. Na segunda metade do século XX, a Europa, arrasada pela guerra, deixou de ser o centro político e econômico do mundo, dividiu-se e tornou-se zona de influência dos Estados Unidos e da União Soviética.

Além dessa bipolaridade, ganhou força o movimento pela emancipação política e econômica de um "terceiro mundo", composto de países que pretendiam não se alinhar às ideias hegemônicas estabelecidas com a Guerra Fria. Dominados pela miséria social, por dívidas financeiras e por vários outros impasses, os países recém-libertos politicamente do domínio imperialista e localizados predominantemente abaixo da Linha do Equador lançaram novas questões e desafios para a história ao manter viva a luta pela própria soberania.

Relativismo cultural

Uma das marcas da crise do eurocentrismo foi a difusão da ideia de relativismo cultural. Essa ideia começou a ser construída pelo antropólogo alemão Franz Boas e por seus seguidores nas primeiras décadas do século XX, e consiste na afirmação de que é impossível medir o valor de uma ou de várias culturas usando os valores de uma delas para avaliar as demais. Em outras palavras, uma crença ou atividade humana deve ser interpretada nos termos de sua própria cultura. Por isso, para Boas, a civilização, por exemplo, não é um valor absoluto, mas relativo, e os valores de uma civilização são verdadeiros apenas se avaliados pelos seus próprios termos.

Esse conceito foi utilizado pela primeira vez em 1948, quando se empreendiam esforços para construir uma entidade internacional que integrasse legitimamente todas as nações e promovesse o diálogo, de modo que novas guerras fossem evitadas: a Organização das Nações Unidas (ONU). Para isso, não poderia haver hierarquizações formais entre elas. A ideia de relatividade cultural foi importante também para a criação da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em novembro de 1945.

Album/akg-images/Latinstock

▲ Vítimas da bomba lançada sobre Hiroxima, onde, estima-se, foram mortas mais de 100 mil pessoas. Foto de agosto de 1945.

A sociedade de consumo e a indiferença ambiental

Moacyr Lopes Junior/Folhapress

▲ Motivados pela publicidade que colabora para o consumo exagerado, as liquidações tornam-se oportunidades para lojistas venderem produtos que logo sairão de moda. Os consumidores, por sua vez, são seduzidos pelos preços e, muitas vezes, compram aquilo de que não necessitam. Na foto, consumidora carrega produtos adquiridos em liquidação de um magazine, em São Paulo. Foto de 2011.

Após a Segunda Guerra Mundial, as grandes corporações e os governos dos países centrais, sobretudo os Estados Unidos, estudavam formas de impulsionar a economia. A ambientalista Annie Leonard comenta:

> O analista de vendas Victor Lebow articulou uma solução que se tornaria norma para o sistema todo. Ele disse: "Nossa enorme economia produtiva exige que façamos do consumo nosso modo de vida, que transformemos a compra e o uso de bens em rituais, que busquemos nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego, no consumo. Precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas, substituídas e descartadas em um ritmo cada vez mais acelerado". O conselheiro econômico do presidente Eisenhower afirmou: "A finalidade principal da economia americana é produzir mais bens de consumo". Mais bens de consumo? Não é providenciar cuidados médicos, educação ou transportes seguros, sustentabilidade ou justiça? Bens de consumo?
>
> Traduzido de *Story of stuff: referenced and annotated script*. Disponível em: <http://dev.storyofstuff.org/wp-content/uploads/2011/10/annie_leonard_footnoted_script.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2013.[1]

A organização da extração de matérias-primas, industrialização e distribuição passaram progressivamente a se articular à lógica do consumo exacerbado e do descarte rápido do que havia sido comprado. A cultura de massas acabou se encarregando da parte ideológica dessa tarefa, ou seja, de criar modas e tirá-las de cena, tornando obsoletos os objetos comprados para acompanhá-la.

Pode-se dizer que o Brasil impulsionou efetivamente sua entrada nessa situação na década de 1970, com o chamado Milagre Econômico do governo militar. Entretanto, a brutal desigualdade de renda mantinha o esquema da sociedade de consumo restrito às classes média e alta, percentualmente pequenas no total da população. Devido ao crescimento populacional e, mais recentemente, à redução das desigualdades, a parcela de brasileiros envolvidos no consumismo se amplia cada vez mais.

Com o incremento da globalização, o que passou a acontecer é que, de certa forma, toda a economia do mundo ficou dependente do nível de consumo norte-americano, o que nos leva a uma insustentabilidade ambiental.

O grande dilema do discurso ecológico hoje é sua contradição com a economia. A redução do consumo, possivelmente a única saída para a sustentabilidade do mundo, esbarra nos fatores econômicos e culturais originados em mais de 50 anos de consumismo. Os países em desenvolvimento também querem aproveitar as benesses consumistas das sociedades centrais, e todos esses interesses chocam-se com objetivos ambientais, como a diminuição do uso de combustíveis fósseis, a redução das emissões de CO_2 e a preservação de recursos naturais nos continentes e nos oceanos.

[1] Nesse *site* também é possível baixar gratuitamente o vídeo *A história das coisas*. Ele está em inglês, mas existem versões legendadas ou dubladas em português em *sites* de compartilhamento de vídeos pela internet.

Novos sujeitos na política: mulheres, negros, terceiro-mundistas...

O debate político e os projetos nacionais e internacionais tendiam a ser ou pretendiam ser válidos para toda uma sociedade ou conjunto de sociedades. Entretanto, principalmente nos anos 1960, os projetos coletivos pareciam não mais resolver questões "pontuais", cuja solução era sempre adiada para o futuro, para a realização do projeto geral, como o comunismo ou a sociedade perfeitamente liberal.

O inconformismo expresso nos diversos movimentos sociais, protestos e mobilizações por todo o mundo durante os anos 1960, muitas vezes chamados de Anos Rebeldes, impulsionou o ativismo pelos direitos de negros, mulheres, homossexuais, estudantes, minorias étnicas e outros grupos sociais. A mobilização contra a guerra e a opressão, no campo capitalista e socialista, alcançou também os comportamentos e valores morais, com críticas ao poder autoritário dos pais sobre os jovens, à desigualdade de direitos entre homens e mulheres e aos valores machistas.

Nesse caldo dos Anos Rebeldes, também ganharam espaço as lutas de autoafirmação dos países do chamado Terceiro Mundo (ou seja, o mundo que não era nem o capitalista desenvolvido nem o socialista), questionando profundamente suas sociedades.

Nessa época, as perspectivas de história das mulheres, história dos vencidos, enfim, a história vista de baixo, como ficou conhecida, ganharam força na historiografia. Retomou-se a pesquisa histórica em seus temas, procurando-se enxergar esses personagens que haviam passado despercebidos.

Michael Ochs Archives/Getty Images

▲ *(Make) love not war*, slogan-símbolo das mobilizações antiguerra de norte-americanos na década de 1960. Foto de 1967.

A história imediata

Durante muito tempo, os historiadores acreditavam que, para escrever a história de determinado tema, era necessário estar distante dele no tempo. Com os personagens e acontecimentos não mais existindo e com o historiador isento de qualquer tipo de paixão ou interesse, seria possível escrever uma história neutra e imparcial. O debate historiográfico foi mostrando que a pretendida isenção do historiador em relação a seu objeto de estudo não era totalmente possível. Mais que isso, as conclusões dos historiadores passaram a não ser mais entendidas como um discurso que transmitisse uma verdade indiscutível.

Nas últimas décadas, a ciência histórica tem considerado a possibilidade de tornar o tempo presente, os acontecimentos e seus desdobramentos mais imediatos como objeto de análise e interpretação. Por meio dessa concepção, tem se desenvolvido a corrente denominada **história do tempo presente** ou **história imediata**, tomando como base não somente os acontecimentos contemporâneos e sua relação com o passado, mas também aqueles que estão sendo vivenciados e influenciam as condições de existência da humanidade simultaneamente aos estudos feitos pelo historiador.

CAPÍTULO 8

O período liberal democrático (1945-1964)

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

▲ Um marco do desenvolvimento brasileiro no século XX: a extração do primeiro barril de petróleo em solo brasileiro, pela Petrobras, ocorrido na Bahia, em 1955.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Uma experiência de democracia

No Brasil da década de 1950, decolam as políticas voltadas para o desenvolvimento, num quadro político marcado ainda pelo apelo carismático de Getúlio Vargas, pelo avanço nas conquistas dos trabalhadores e pelo controle dos sindicatos pelo Estado.

Na atuação dos líderes políticos, entretanto, cada vez mais a doação de objetos e favores para indivíduos ou grupos restritos vai sendo substituída por promessas de realizações concretas que atingem grandes contingentes populacionais.

No "país do futuro", o grande governante passa a ser o realizador, não importando o custo das obras.

Como você estudará no capítulo, nesse período os brasileiros tiveram sua primeira grande experiência de vida democrática.

NOVOS ARES NA POLÍTICA

Após a deposição de Getúlio Vargas, as eleições de 1945 marcaram o fim do Estado Novo e possibilitaram a escolha de um novo presidente e deputados constituintes.

Os candidatos à presidência foram o general **Eurico Gaspar Dutra**, pela coligação PSD-PTB (Partido Social Democrata-Partido Trabalhista Brasileiro), o brigadeiro **Eduardo Gomes**, pela UDN (União Democrática Nacional), e **Yedo Fiúza**, pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Era praticamente impossível a vitória de outro candidato que não Dutra, amparado pelos poderosos partidos vinculados ao ex-presidente Vargas. Dutra era militar, ligado ao Estado Novo, e ministro da Guerra desde 1936. Em sua campanha, apoiada pelo presidente deposto, pregou a conciliação nacional num momento de transição e foi eleito com 55% dos votos.

Surpreendentes, porém, foram os mais de 500 mil votos dados aos comunistas, tornando possível a eleição de uma bancada de 15 membros na Assembleia Constituinte, incluindo um senador, Luís Carlos Prestes.

Em 1946, foi promulgada a nova Constituição brasileira, a quinta na história do país. No conjunto, era a mais democrática até então, estabelecendo o voto secreto e universal, além da existência de três poderes, com a devida importância destinada ao Legislativo. A Carta, porém, tinha algumas limitações. Negava o direito de voto aos analfabetos, restringindo-se, portanto, a cidadania; limitava o direito de greve, e a própria organização sindical ainda mantinha resquícios do corporativismo do Estado Novo.

Dificultava também a realização da reforma agrária, ao prever pesadas indenizações prévias em dinheiro aos proprietários no caso de desapropriação. De qualquer maneira, e apesar de algumas restrições, restabelecia-se o voto livre no Brasil, e o país passava a ser uma república liberal.

O período democrático que se iniciava foi marcado, no âmbito internacional, pela Guerra Fria, com disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética por áreas de influência e, portanto, pela hegemonia no mundo.

Apesar de apoiado por Vargas, Dutra não seguiu a cartilha do Estado Novo. No que se refere à economia, por exemplo, foi avesso à intervenção estatal, caracterizando-se por um estrito **liberalismo**, isto é, pelo princípio da não intervenção do Estado na economia, com a abertura do país às importações. Com apoio no Congresso, teve um mandado relativamente tranquilo.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ O general Dutra (em primeiro plano, terceiro a partir da esquerda, com binóculo), acompanhando as operações em visita à FEB na Itália. Foto de 1944.

A Segunda Guerra Mundial havia gerado uma redução das importações brasileiras, mas, com o fim da guerra e a desmobilização militar, a indústria, principalmente a norte-americana, voltava a produzir bens de consumo em larga escala e procurava mercado para esses produtos. O Brasil passaria a receber um grande volume de importações dos Estados Unidos.

O resultado dessa política logo se fez sentir nas reservas nacionais em moeda estrangeira, acumuladas durante os anos da guerra. Grande parte delas foi usada para financiar importações de produtos supérfluos ou de mercadorias que já eram produzidas no Brasil, o que provocou uma desaceleração no crescimento da indústria nacional. A própria dívida externa, que havia tido significativa redução durante a guerra, voltou a aumentar.

A partir de 1947, o governo adotou um tímido intervencionismo, sob a forma do plano Salte, que previa investimentos estatais em saúde, alimentação, transporte e energia (daí a sigla). Apesar dos resultados modestos nessas quatro áreas, o controle do câmbio e a regulamentação das importações (dificultando a entrada de bens de consumo não duráveis e patrocinando a compra das máquinas e equipamentos

controle do câmbio: trata-se do controle, pelo governo, do valor da moeda nacional em relação às moedas estrangeiras.

fundamentais para a indústria de bens de capital) estimularam a economia brasileira, que apresentou mais uma vez crescimento acelerado. O café passou por súbita valorização no mercado internacional em 1949, e já no ano seguinte o Brasil registrou um saldo favorável na balança comercial da ordem de 100 milhões de dólares, o primeiro saldo positivo desde 1947.

Reprodução/Arquivo da editora

Publicado na *Revista Doméstica*, dez. 1949 (RJ)

Publicado em *O Cruzeiro*, 31 jul. 1946

Publicado em *O Cruzeiro*, 3 maio 1947

▲ Durante o governo de Dutra, o Brasil foi invadido por uma variedade de produtos de consumo não duráveis (especialmente têxteis e alimentícios), importados dos Estados Unidos. Acima, anúncios de época de alguns desses produtos.

Numa análise geral, pode-se afirmar que, apesar de a economia brasileira ter crescido em média 6% ao ano no governo Dutra, o desperdício das reservas cambiais e a expansão da dívida externa não nos permitem considerá-lo um sucesso econômico.

reservas cambiais: quantidade de moeda estrangeira guardada dentro do país.

No plano da política interna, prevaleceu o **conservadorismo**. A força demonstrada pelo Partido Comunista nas eleições de 1945 assustava as elites, e Dutra, que as representava, logo reagiu. Em maio de 1947, o registro do PCB foi cassado, e o partido mais uma vez retornou à ilegalidade, sob o pretexto de não ser brasileiro, mas representante da União Soviética. No mesmo dia da decretação da ilegalidade, Dutra interveio nos sindicatos influenciados pelo PCB. Até o fim de seu mandato, chegou a interferir em cerca de 200 deles.

Como resultado de quinze anos de ditadura, com Getúlio Vargas combatendo novas lideranças e investindo na propaganda de si mesmo, não existiam grandes figuras nacionais para disputar a presidência, tanto em 1945 quanto em 1950. Assim, o PSD, seguindo orientação do presidente Dutra, lançou a candidatura do mineiro **Cristiano Machado**, quase um desconhecido fora de seu estado. A UDN, sem muitas opções, resolveu insistir com **Eduardo Gomes**.

Enquanto isso, **Getúlio Vargas** planejava seu retorno. Eleito senador em 1945, poucas vezes foi ao Congresso, preferindo permanecer em seu retiro em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde recebia políticos de todo o país e fazia suas articulações. Logo que anunciou sua candidatura à presidência da República pelo PTB, começou a receber manifestações de simpatia e apoio.

Habilidosamente, procurou fortalecer sua candidatura aproximando-se de setores do PSD e oferecendo cargos em seu futuro governo a alguns líderes do partido. A estratégia era clara: por meio do PTB, Vargas falava à população urbana e pretendia obter seus votos; e, por meio dos "caciques" do PSD, mobilizava a forte máquina desse partido nas áreas rurais ou menos urbanizadas. Fez alianças com políticos de expressão regional, como o paulista **Ademar de Barros**, do PSP (Partido Social Progressista). O acordo foi selado e Vargas partiu para as eleições sustentado por um forte esquema político. Obtendo a vitória com 48% dos votos, deixou longe Eduardo Gomes, com 29% dos votos, e Cristiano Machado, com 21%.

Acervo Última Hora/Folhapress

▲ Paternalista, autoritário e bem-humorado, Ademar de Barros foi um líder político para o qual seus seguidores cunharam o famoso *slogan* "rouba, mas faz". Foto de 1947.

LIBERALISMO — NACIONALISMO: PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO

A questão que se colocava após o governo Dutra era qual a melhor forma de alcançar o desenvolvimento econômico nacional, aparente e irremediavelmente ligado à industrialização. Dois projetos se opunham, no início dos anos 1950: o liberalismo e o nacionalismo.

Segundo o **projeto liberal**, países como o Brasil tinham um desenvolvimento industrial recente, por isso contavam com reservas de capital escassas. Não teriam condições de promover o desenvolvimento por conta própria, sendo necessário recorrer ao **capital internacional**. Como este estava disponível em grande volume, isso garantiria um desenvolvimento acelerado.

A penetração do capital estrangeiro seria feita por empréstimos ou aplicação direta de empresas multinacionais, com a correspondente transferência de tecnologia.

Já a remessa de lucros para o exterior era tida como vantajosa, uma vez que serviria para atrair cada vez mais investimentos (portanto, mais riqueza e empregos) para um país tão "lucrativo" como o Brasil. Quanto à política interna, o liberalismo defendia a ideia de que o governo deveria buscar a estabilidade econômica, restringindo a emissão de moeda para controlar a atividade econômica e a inflação.

O **projeto nacionalista**, ao contrário, rejeitava a abertura da economia ao capital estrangeiro por considerá-lo sujeito a limitações. Jamais um país do centro da economia mundial capitalista aceitaria transferir recursos para um país periférico, como o Brasil, a ponto de transformá-lo em um concorrente. Além disso, o endividamento externo era desaconselhável, e acreditar que as multinacionais transfeririam tecnologia de ponta para o país seria ingenuidade.

A alternativa defendida pelos nacionalistas era recorrer ao capital nacional para promover o desenvolvimento econômico autônomo do país. Uma vez que esse capital realmente não existia em grande volume nas mãos da iniciativa privada (que tinha pouco interesse em investimentos sem retorno imediato em lucros), abria-se espaço para a atuação do Estado. A estrutura governamental tinha condições de mobilizá-lo, garantindo a independência econômica do país e a possibilidade de adotar medidas de caráter social.

A situação internacional, com o acirramento da Guerra Fria, intensificou o debate, uma vez que assumir uma postura nacionalista podia ser considerada adesão ao estatismo comunista. Em contrapartida, os nacionalistas chamavam os liberais de "entreguistas". Embora pudesse de fato haver "entreguistas" e comunistas respectivamente entre liberais e nacionalistas (e a posição do PCB, ainda que na ilegalidade, era favorável ao nacionalismo), tais expressões eram usadas como acusações, nem sempre com fundamento.

O PTB fez sua opção pelo nacionalismo, mesmo porque suas propostas se aproximavam de Vargas e de sua própria prática de governo entre 1930 e 1945.

A UDN optou pelo liberalismo, embora, em termos eleitorais, o partido não tivesse grande força nacional – seu eleitorado restringia-se quase sempre a setores médios urbanos, com apoio da elite, inclusive agrária. No PSD, o maior de todos os partidos, a indefinição era a norma: seus líderes estavam dispostos a aceitar qualquer proposta, desde que os levasse ao poder e lá os mantivesse. No entanto, por terem uma liderança proveniente da elite socioeconômica do país, com líderes políticos que controlavam os derradeiros "currais" eleitorais, evitavam qualquer radicalização do projeto nacionalista, principalmente no tocante às preocupações sociais.

No exército, um grupo de oficiais ligados à **Escola Superior de Guerra (ESG),** criada em 1949, rejeitava o nacionalismo. De acordo com esse grupo, liderado pelo então major Golbery do Couto e Silva, em um mundo marcado pela bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética, não existiam mais fronteiras nacionais, mas sim "ideológicas". O Brasil deveria assumir seu papel no bloco ocidental-capitalista e, com ele, aceitar as decorrências econômicas desse alinhamento.

Ao mesmo tempo, o nacionalismo econômico era visto por alguns oficiais como uma necessidade, e essa postura tinha longa tradição nas Forças Armadas, desde o velho florianismo, passando pelos tenentistas das décadas de 1920 e 1930. As Forças Armadas, portanto, aparentemente estavam divididas. Entretanto, em nome da unidade da instituição, o corpo de oficiais estava quase sempre disposto a seguir a orientação dos comandantes, desprezando convicções pessoais.

O SEGUNDO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1951-1954)

Embora comprometido com o nacionalismo, Vargas foi forçado, em vista dos compromissos de campanha assumidos com o PSD, a manter muitos membros desse partido no poder, o que provocou certo descontrole dos atos do governo. A tentativa do presidente de ampliar sua base de sustentação, agradando a todos, transparece em sua mensagem ao Congresso em 1951, quando afirmou que iria "facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez que não ferissem os interesses políticos fundamentais do nosso país". Ao mesmo tempo, falava às camadas populares em tons nacionalistas.

Levando adiante o projeto nacionalista, Vargas criou em 1953, após intensa campanha de mobilização de setores da população e da imprensa, a **Petrobras**, empresa estatal que passaria a ter o monopólio da prospecção e refino de petróleo no Brasil. Com os mesmos objetivos, planejava a criação da **Eletrobrás** para geração e distribuição de energia elétrica.

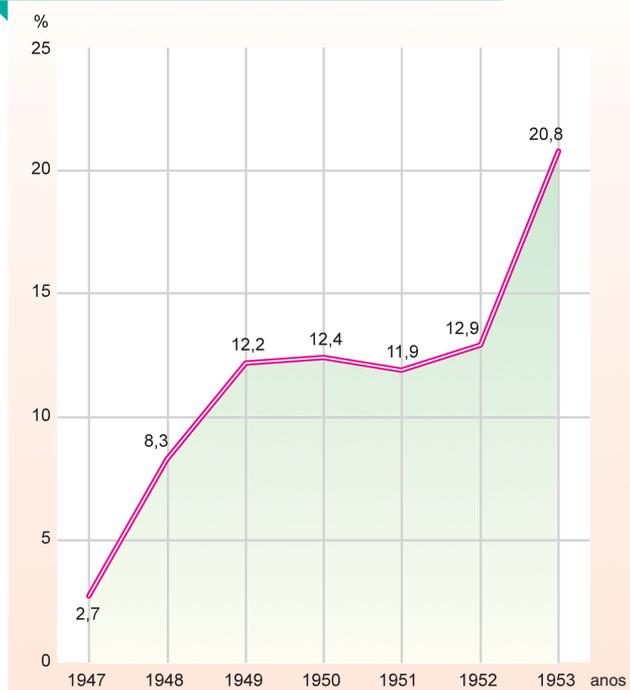
Visando ampliar seu apoio popular, Getúlio nomeou ministro do Trabalho, em junho de 1953, o jovem petebista gaúcho **João "Jango" Goulart**. No mesmo ano, uma onda de greves alarmava as forças conservadoras e, quando o ministro passou a defender a proposta de Getúlio Vargas de reajustar o salário mínimo em 100%, para repor as perdas perante a crescente inflação (veja o gráfico a seguir), os militares lançaram o Manifesto dos Coronéis, exigindo sua demissão.

O presidente cedeu, mas não conseguiu acalmar a oposição, que na época tinha como centro a UDN e como líder **Carlos Lacerda**. Culto e irônico, além de brilhante orador, Lacerda, por meio de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, fazia críticas contra o presidente e denunciava a "esquerdização" do Brasil e a corrupção no Executivo.

No dia 5 de agosto de 1954, Lacerda foi ferido em um atentado no qual morreu seu guarda-costas, Rubens Florentino Vaz, major da Força Aérea. As investigações que se seguiram levaram a **Gregório Fortunato**, chefe da guarda pessoal de Getúlio e mandante do crime. O envolvimento de Fortunato incriminava o presidente, por muitos considerado o verdadeiro mentor do atentado.

As oposições se articularam, principalmente dentro das Forças Armadas, exigindo sua renúncia. Pressionado, vendo desaparecer todo o apoio político de que dispunha e na iminência de um golpe, Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração nas primeiras horas da manhã de 24 de agosto de 1954.

Seu ato provocou violenta comoção popular, principalmente quando foi divulgada sua carta-testamento, encontrada ao lado do corpo. Respondendo a anos de práticas populares, a população, que parecia ser a única força a ainda apoiar Vargas, saiu às ruas e rapidamente passou da incredulidade à revolta. Durante todo o dia 24, tudo aquilo que lembrava oposição a Vargas foi atacado, desde sedes de jornais até o próprio prédio do Ministério da Aeronáutica no Rio de Janeiro.

A intensa reação popular impediu que forças conservadoras assumissem o poder, abortando qualquer golpe em preparação. O vice-presidente **Café Filho** assumiu a presidência.

▲ As taxas de inflação entre 1947 e 1953 eram elevadas, com tendência para maiores altas.

QUESTÃO INTERDISCIPLINAR

1. Para o trabalhador, que consequências a alta da inflação traz?

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Leitura em duplas

Leia individualmente o texto abaixo, que reproduz trechos da carta-testamento de Getúlio Vargas. Depois, em duplas, releiam o texto para responder às questões.

Trechos da carta-testamento de Getúlio Vargas, agosto de 1954

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo condenaram-me novamente e se desencadeiam sobre mim.

Reprodução/Agência Jornal do Brasil

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização de nossas riquezas através da Petrobras; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente [...].

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco [...].

Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Citado em DEL PRIORE, Mary et al. *Documentos de história do Brasil*: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997. p. 98-99.

a) Que interesses Getúlio Vargas afirma defender ao cometer o suicídio? Justifique sua resposta com passagens do texto.

b) Relendo o texto didático do capítulo, a quem Getúlio Vargas se refere no trecho: "Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente"?

O GOVERNO DE CAFÉ FILHO (1954-1955)

O breve governo de Café Filho foi marcado por uma retomada dos princípios econômicos que haviam sido parcialmente abandonados por Vargas.

No entanto, o grande assunto do governo de Café Filho foi a sucessão presidencial, realizada sob o impacto da morte de Vargas. O primeiro a lançar sua candidatura oficialmente foi **Juscelino Kubitschek**, governador de Minas Gerais e representante de uma nova geração de políticos, ainda que criado dentro da máquina partidária do PSD de Minas.

O PTB tinha como candidato natural **João Goulart**, que enfrentava violenta oposição de setores mais conservadores, como as Forças Armadas. Assim, o partido procurou estabelecer uma aliança com uma força de "centro", e Juscelino parecia um aliado natural, mesmo porque, do ponto de vista do PSD, Jango oferecia a possibilidade de atrair votos do eleitorado urbano. Os dois partidos formaram uma aliança aparentemente imbatível, com Juscelino candidato a presidente e Jango a vice.

Arquivo Nacional/Agência Nacional

▲ Juscelino (à esquerda) no dia da posse, acompanhado de Nereu Ramos e do vice-presidente João Goulart (à direita).

A UDN lançou como candidato mais uma vez um militar vinculado às velhas lutas tenentistas, **Juarez Távora**, agora general e ligado à Escola Superior de Guerra. Um quarto candidato foi o paulista **Ademar de Barros**, que ambicionava a presidência desde o acordo firmado com Vargas em 1950.

A campanha foi polarizada por Juscelino e Juarez. O primeiro insistia em um discurso desenvolvimentista, afirmando que deveriam ser utilizados todos os recursos, tanto públicos quanto privados, para promover a rápida industrialização do país. Seu oponente fazia um apelo à moralização do regime, tendo como grande propagandista Carlos Lacerda, que não poupava críticas a Juscelino, chamando-o de "articulador da canalhice nacional".

Os udenistas, com Lacerda à frente, percebiam a inevitabilidade de uma vitória de Juscelino-Jango, e muitos pensavam em golpe. Tendo perdido a oportunidade de assumir o poder depois do suicídio de Vargas, apelavam agora para as Forças Armadas, a fim de evitar a posse de Juscelino, candidato de uma chapa aparentemente muito à esquerda.

O resultado das eleições de 1955 indicou a vitória de Juscelino com 36% dos votos, apenas uma pequena vantagem sobre os surpreendentes 30% de Juarez e 26% de Ademar. Curiosamente, João Goulart conseguiu obter maior votação que Juscelino, uma vez que os votos para presidente e vice eram separados: cerca de 3,5 milhões de eleitores de um contra 3 milhões de outro.

Lacerda, apelidado de "o corvo" por seus detratores, não aceitou o resultado das eleições e propôs abertamente um golpe militar para que o país não fosse entregue a "comunistas" e "corruptos". Seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, publicou um documento falso, a **Carta Brandi**, na tentativa de provar o envolvimento de Jango com a importação ilegal de armas para equipar milícias operárias, aumentando assim a tensão política no país. Diante da iminência de um golpe para impedir a posse de Juscelino, o general **Henrique Teixeira Lott**, ministro da Guerra e, portanto, comandante do exército, acabou se antecipando aos golpistas. Com a autoridade de ministro que ainda lhe restava, ordenou ele mesmo um golpe para o dia seguinte. Tratava-se de um contragolpe preventivo, um golpe para evitar o golpe.

Com as tropas nas ruas, o ministro assumiu o poder, entregando a presidência da República ao presidente do Senado, Nereu Ramos, que governou por quase três meses até a posse de Juscelino e Jango, em 31 de janeiro de 1956.

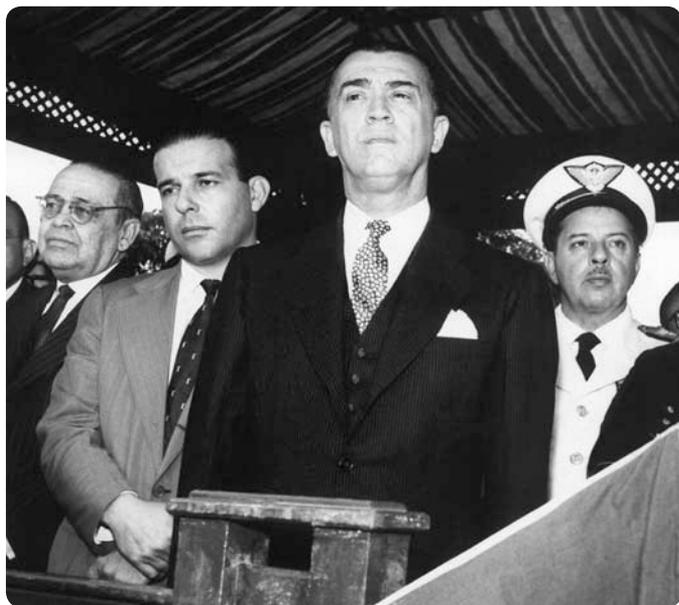
O DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

Comparado a outras épocas, o governo de Juscelino pode ser lembrado como um período que aliou tranquilidade política a prosperidade econômica. Escolhido em eleições relativamente limpas, assumiu o mandato no dia previsto e cumpriu-o até o fim, passando o cargo ao sucessor eleito, de acordo com as mesmas regras.

Quanto ao crescimento econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu em média 7% ao ano, enquanto a renda *per capita* aumentou num ritmo quatro vezes maior que no restante da América Latina. Tal situação reflete as prioridades daquele governo no desenvolvimento econômico-industrial do país.

Produto Interno Bruto (PIB): soma de toda riqueza (bens e serviços) produzidos no país em um determinado período.

renda *per capita*: divisão do valor do PIB pela população. Em linhas gerais, serve para medir o grau de desenvolvimento de um país ou região, embora oculte informações sobre distribuição de renda.

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

▲ Juscelino Kubitschek, já como presidente da República, em cerimônia no Distrito Federal. Ao seu lado esquerdo, o vice, João Goulart. Foto de dezembro de 1956.

Do ponto de vista político, a aliança PSD-PTB garantia uma base de apoio no Legislativo. No que se refere às Forças Armadas, nenhuma oposição era prevista, uma vez que Juscelino nomeou para ministro da Guerra o prestigiado e legalista general Lott. Habilmente, Juscelino deixou a UDN isolada na oposição.

O "nacionalismo" de Juscelino era limitado por sua associação com o capital internacional. Ao prometer rentabilidade aos que se dispusessem a cooperar com seu projeto econômico, JK fez um apelo explícito ao capital estrangeiro, que, de fato, começou a ingressar no país num ritmo jamais visto.

A indústria desenvolveu-se bastante e novos produtos começaram a ser fabricados no Brasil. Nos anos 1930, havia se desenvolvido a indústria leve, de **bens de consumo não duráveis** (têxteis, alimentos), quase sempre em mãos privadas, e, nos anos 1940, a indústria pesada, de **base** (aço, mecânica), em mãos do governo. Durante a presidência de Juscelino, nasceu e se fortaleceu a indústria de **bens de consumo duráveis** (automóveis, eletrodomésticos), geralmente controlada por empresas multinacionais.

Assim, o modelo de industrialização por substituição de importações, implantado primeiramente na República Velha, durante a Primeira Guerra Mundial, se consolidava. Por volta de 1960, os principais produtos importados pelo Brasil (petróleo e trigo) não eram itens industrializados.

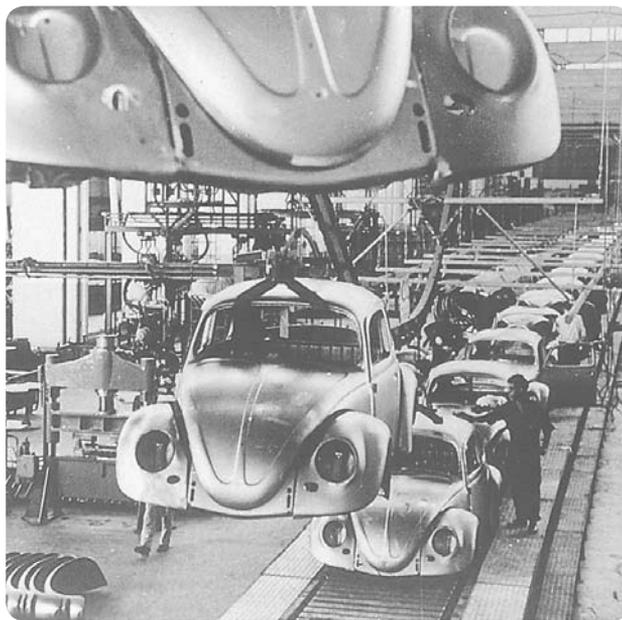
A coordenação global da política econômica do governo era feita com base no **Plano de Metas**, que definia os principais objetivos a serem atingidos, agrupados em cinco setores: **energia**, **transporte** – que receberam perto de 70% da dotação orçamentária original do plano –, **indústria**, **educação** e **alimentação**. Nas duas últimas áreas, as metas não foram alcançadas, o que passou despercebido diante da exaltação do sucesso das demais.

Isso mostra a concentração do plano no estabelecimento de metas puramente físicas, visíveis, que tinham grande efeito propagandístico, praticamente ignorando questões sociais, monetárias, fiscais e ligadas às relações econômicas internacionais. A construção de Brasília, embora não estivesse incluída no plano, ilustra essa prática.

A dívida externa brasileira cresceu enormemente nos anos JK. O problema estava no fato de as exportações não haverem crescido na mesma proporção do endividamento, com os preços do café, ainda a principal fonte de divisas na época, registrando queda no final da década de 1950. Para administrar esse problema, Juscelino realizava novos empréstimos no exterior. Mas, no fim do seu governo, esse capital começava a escassear, ou pelo menos não existia no volume necessário.

Em 1960, realizaram-se eleições para a sucessão presidencial. Os partidos PSD e PTB repetiram a aliança vitoriosa de 1955. O **general Lott** foi o candidato, tendo como vice, mais uma vez, João Goulart.

O PSP (Partido Social Progressista) relançou a candidatura de **Ademar de Barros**, que, novamente, seria figurante no cenário eleitoral, embora sua penetração em meio ao importante eleitorado paulista fosse significativa. A UDN, por sua vez, apoiou o então governador de São Paulo, **Jânio Quadros**, político independente, com vínculos partidários inconstantes.

Jânio Quadros venceu as eleições com 48% dos votos, representando quase 6 milhões de eleitores, ou seja, a maior votação absoluta que um político havia conseguido no Brasil até então. Lott obteve 32% dos votos, e Ademar, os esperados 20%. Jango conseguiu mais votos para vice-presidente que qualquer outro candidato. No início de 1961, Jânio Quadros foi o primeiro presidente da República a ser empossado em Brasília, a nova capital do país.

Arquivo Nacional/Jornal *Correio da Manhã*

▲ Linha de produção de automóveis em São Paulo na década de 1960. O modelo econômico criado por Juscelino Kubitschek privilegiava a atuação de empresas multinacionais.

O GOVERNO DE JÂNIO QUADROS (1961)

Jânio Quadros foi um político de carreira meteórica. Elegeu-se vereador na cidade de São Paulo em 1947, deputado estadual em 1950, prefeito em 1953, governador do estado, derrotando o poderoso Ademar de Barros, em 1954, e deputado federal em 1958. Sem jamais se comprometer com nenhum partido e poucas vezes cumprindo um mandato até o final, despontava em 1960 como um candidato imbatível à presidência da República, e sua vitória não causou surpresa.

Jânio soube trabalhar sua imagem como nenhum outro político da época: apresentava-se como um homem simples, de classe média, disposto a enfrentar os poderosos na luta pela moralização governamental. Assumiu a imagem do "intérprete da vontade do povo", de "um governo que representa a nação", guiado pelos "superiores interesses da comunidade", conforme propagandeava em seus discursos.

Adotava como símbolo uma vassoura, com a qual supostamente varreria a corrupção da cidade, mais tarde do estado e finalmente do país. Suas aparições públicas eram cuidadosamente preparadas para que todos pudessem ver de perto seus hábitos simples. Procurando parecer um homem do povo, alimentava-se de sanduíches de mortadela e usava ternos sempre amassados e mal talhados, com os ombros cobertos de caspa.

Acervo Última Hora/Folhapress

▲ Jânio Quadros (de óculos, à direita) é recebido pela população ao desembarcar em Santos. Foto de 1959.

Quanto a sua posição política, não era nacionalista nem liberal, tampouco fiel a esta ou aquela agremiação política, o que tornava impossível uma definição ideológica. Em 1960, Jânio não "era" da UDN, apenas "estava" no partido. Sua proposta de moralização e combate à corrupção era vaga, sem detalhamento de como seria realizada. Seus discursos caracterizavam-se pela correção e formalidade.

Professor de Língua Portuguesa antes de ingressar na política, caprichava no vocabulário, nem sempre sendo compreendido pelas audiências. Seu gesticular espalhafatoso, olhar vidrado e curiosa pronúncia encantavam as plateias e mascaravam sua total inconsistência. Ignorando essa particularidade, concentrou todo seu esforço no sentido de aperfeiçoar a imagem; foi um político da era da televisão.

A formação de seu governo logo decepcionou os eleitores, com a nomeação de um ministério composto de figuras inexpressivas. Em seguida, passou a concentrar-se em assuntos menores, como proibição de brigas de galo, uso de lança-perfume ou utilização de biquínis nas praias. Tratava-se de encobrir sua falta de projeto, ou a incapacidade de criá-lo, com medidas altamente polêmicas, sem importância real para o país.

Enquanto isso, a situação econômica do Brasil se complicava, com a dívida externa começando a escapar do controle, a inflação subindo e a economia não mais crescendo no ritmo acelerado da época de Juscelino.

O presidente, então, colocou em prática uma política de combate à inflação que gerou recessão e, obviamente, descontentamento generalizado. Ao mesmo tempo, promoveu um corte nos gastos do governo, retirando os subsídios à importação de trigo e petróleo, o que gerou imediatamente um aumento no preço do pão e dos combustíveis. Tais medidas fizeram diminuir a sua popularidade.

De sucesso, apenas renegociou a dívida externa, sob as "bênçãos" do FMI. No entanto, todas as medidas econômicas foram tomadas pensando-se em resolver problemas imediatos, sem nenhum planejamento a longo prazo, contrastando fortemente com a política governamental de seu antecessor.

Jânio rompeu com a UDN poucos meses após assumir, e seu relacionamento com o Legislativo passou a depender de longas negociações, às quais o presidente não estava acostumado e pelas quais não se interessava. Seu estilo era autoritário e se exprimia por meio de "bilhetinhos", ordens explícitas e manuscritas transmitidas aos ministros e a outros membros do Executivo, quase sempre desconsiderando o Congresso e evitando qualquer tipo de negociação.

Com as dificuldades na sua política interna, Jânio procurou desviar a atenção para a política externa, tentando se aproximar dos grupos nacionalistas ou de esquerda ao fugir do alinhamento automático aos Estados Unidos ou à União Soviética.

Iniciou conversações para restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética, enviou o vice-presidente João Goulart em missão oficial à China comunista e condenou a agressiva política norte-americana em relação a Cuba de Fidel Castro. Chegou até a convidar o líder revolucionário de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, para uma visita ao Brasil. Guevara foi recebido com honras de chefe de Estado e condecorado com a ordem do Cruzeiro do Sul, a mais importante medalha nacional, para profunda insatisfação dos anticomunistas e das Forças Armadas.

Reprodução/Arquivo da editora

▲ A "política externa independente" de Jânio Quadros: aproximação (superficial) com o bloco socialista. Na foto, Jânio recebe o ministro de Cuba e ex-guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara, em Brasília, em 1961.

Em 25 de agosto de 1961, Jânio subitamente renunciou. Sem mais explicações e surpreendendo o país, o presidente enviou uma carta de renúncia ao Congresso, falando de "forças terríveis" que se levantavam contra ele, sem esclarecer quais seriam essas forças. Logo em seguida, partiu para o exterior.

Especula-se que Jânio tenha tentado um golpe. Recebendo críticas de todos os lados e sofrendo oposição cerrada no Congresso, sem nenhum apoio, o presidente pode ter suposto que o Legislativo e, principalmente, as Forças Armadas jamais aceitariam a posse do vice, João Goulart, sempre associado aos setores de esquerda. Talvez imaginasse que os 6 milhões de eleitores se mobilizassem por sua permanência e, assim, nos braços do povo, com apoio das Forças Armadas e do Legislativo, retornaria ao poder, fortalecido. De qualquer maneira, o suposto golpe não funcionou: o Congresso aceitou passivamente o pedido de renúncia.

O GOVERNO DE JOÃO GOULART (1961-1964)

Como era de esperar nas circunstâncias, as Forças Armadas vetaram a posse de João Goulart. Os ministros militares diziam que a volta de Jango (em missão oficial à China) e sua posse na presidência seriam altamente inconvenientes por motivos de "segurança nacional".

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

▲ O impedimento da posse de João Goulart como presidente constitucional, em 1961, representou um golpe. Na foto, Jango em Montevidéu, última escala antes da volta ao Brasil.

Os ministros militares solicitaram então ao Congresso que aprovasse a manutenção do presidente interino **Ranieri Mazzilli** no cargo, até que se realizassem novas eleições presidenciais. O Congresso rejeitou o pedido, desencadeando assim uma grave crise política.

Em 30 de agosto, os ministros militares lançaram um manifesto à nação, no qual insistiam na "inconveniência" da posse de Jango, tido como agitador e comprometido com interesses comunistas. As Forças Armadas, entretanto, estavam divididas. Muitos oficiais defendiam o respeito à legalidade e, portanto, a posse de Jango. Entre esses, destacava-se, mais uma vez, o general Lott, que logo tornou pública sua posição.

A situação complicou-se com a tomada de posição do general Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, no Rio Grande do Sul, tradicionalmente a mais bem armada das quatro subdivisões do exército brasileiro. O governador do Rio Grande do Sul, **Leonel Brizola**, do PTB, cunhado de Goulart e seu provável herdeiro político, passou a defender radicalmente a posse, ameaçando até mesmo com resistência armada para fazer valer o respeito à Constituição. Do sul, Brizola organizou a **Voz da Legalidade**, uma rede de rádio criada para conseguir apoio a Jango em todo o Brasil.

O Congresso decidiu pela implantação do parlamentarismo, instituído no Brasil por uma emenda constitucional, em 2 de setembro de 1961. Jango poderia assumir a presidência, embora o governo de fato fosse para as mãos de um primeiro-ministro.

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, portanto, o Brasil viveu sob um frágil regime parlamentar, com a rápida sucessão de três primeiros-ministros, entre eles Tancredo Neves. Nesses termos, tornando-se impossível qualquer tipo de continuidade administrativa, os problemas econômicos se aprofundavam.

A emenda constitucional que havia introduzido o parlamentarismo afirmava que o sistema seria posto em prática em caráter experimental, devendo ser realizado um **plebiscito** em 1965, convenientemente no final do mandato de Jango como presidente, para confirmar ou não sua adoção. No entanto, o fracasso do sistema era visível, e o plebiscito acabou sendo antecipado em dois anos. Após intensa campanha, os eleitores se manifestaram favoráveis ao retorno do presidencialismo, com mais de 9 milhões de votos contra os 2 milhões de favoráveis à manutenção do regime parlamentar.

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

▲ Contagem dos votos no plebiscito de 1963.

Jango lançou em 1963, dentro de um regime presidencialista restabelecido, o **Plano Trienal**, uma tentativa de, ao mesmo tempo, combater a inflação e lançar as bases para a retomada do crescimento econômico em níveis semelhantes àqueles obtidos na época de Juscelino.

O plano deveria ser acompanhado de reformas estruturais mais profundas, chamadas por Jango de **reformas de base**, que incluíam quatro categorias: agrária, tributária, financeira e administrativa.

Se adotadas, as reformas de base representariam a mais séria tentativa de promover a distribuição de renda já feita no país. Goulart enfatizava a primeira categoria, dando a seu governo uma conotação aparentemente revolucionária.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Manifestação popular em apoio a João Goulart, em março de 1964. Enquanto a polícia do Exército protegia os manifestantes, a Banda dos Fuzileiros animava o evento.

No entanto, o plano envolvia certos obstáculos insuperáveis. O apoio estrangeiro (entenda-se norte-americano), fundamental para a renegociação da dívida externa, e o ingresso de capitais que financiassem o desenvolvimento eram improváveis. O caráter esquerdizante do novo governo era evidente no tom nacionalista que o presidente imprimia a seus discursos, muitas vezes violentamente antinorte-americanos.

Quanto ao combate à inflação, dependia de medidas francamente impopulares, que o presidente não parecia muito disposto a aplicar. Por volta de junho de 1963, o plano já havia fracassado, e o governo, perdido o controle da economia.

Paralelamente, a situação política se agravava, com os partidos se dividindo em facções e contrafacções. O PTB, apesar de seu crescimento excepcional nos últimos anos, não conseguia controlar sozinho o Congresso. Lá, as forças que apoiavam Jango agruparam-se na **Frente Parlamentar Nacionalista**, enquanto seus opositores reuniam-se na **Ação Democrática Parlamentar**. Fora do Legislativo, a mobilização política era bastante grande. A **União Nacional dos Estudantes** (UNE) mobilizava as universidades em torno de propostas de transformação social, assim como setores da Igreja católica.

No Nordeste, o advogado e político pernambucano Francisco Julião liderava as **Ligas Camponesas**, organizando os trabalhadores rurais em torno de propostas da reforma agrária, tão defendida pelo presidente Goulart. Ao mesmo tempo, os sindicatos fortaleciam-se não apenas em defesa das reformas de base, mas também para organizar greves em protesto pelo aumento do custo de vida e por reivindicações salariais. Sua organização nacional era o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em poucos momentos na história do Brasil viu-se uma mobilização política tão intensa. O programa das reformas de base era discutido nas ruas, nas escolas, nas fábricas, no campo.

Em 13 de março de 1964, num comício realizado próximo à estação ferroviária **Central do Brasil**, no Rio de Janeiro, Jango falou para aproximadamente 150 mil pessoas, radicalizando sua promessa de reforma agrária. Antecipou também a futura "reforma urbana" (que assustou os proprietários de imóveis residenciais nas cidades), além de prometer mudar os impostos, taxando os mais ricos.

Jango atemorizou a tal ponto a classe média, as elites e as Forças Armadas que acabou acelerando a conspiração que pretendia derrubá-lo. O golpe se articulava com base na ESG e tinha como líder o chefe do Estado-Maior do Exército, general **Castelo Branco**. Contava também com o apoio tácito do governo norte-americano, representado pelo coronel Vernon Walters, antigo oficial de ligação da FEB na Itália, responsável pelos contatos com os golpistas nas Forças Armadas.

No mesmo mês, quase 500 mil pessoas desfilaram, em São Paulo, na **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, espécie de resposta conservadora ao comício da Central do Brasil, mostrando aos golpistas que existia uma base social de apoio ao movimento. Em seguida, iniciou-se uma revolta dos marinheiros

no Rio de Janeiro, que acabou servindo como pretexto do golpe: a disciplina nas Forças Armadas estava em jogo, pois alguns marinheiros não obedeciam mais a seus comandantes.

Na noite de 31 de março, em meio a muitas incertezas no corpo de oficiais, o general **Olympio de Mourão Filho** (o mesmo que, em 1937, criara o Plano Cohen) sublevou a guarnição de Juiz de Fora, em Minas Gerais, e iniciou a marcha para o Rio de Janeiro, onde se encontrava o presidente. Ali, entregaria a Jango um manifesto exigindo sua renúncia. Praticamente todas as unidades militares apoiaram o golpe, e em 48 horas todo o Brasil submetera-se ao movimento. Os governadores dos principais estados deram seu apoio: Ademar de Barros, em São Paulo; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro; e Magalhães Pinto, em Minas Gerais.

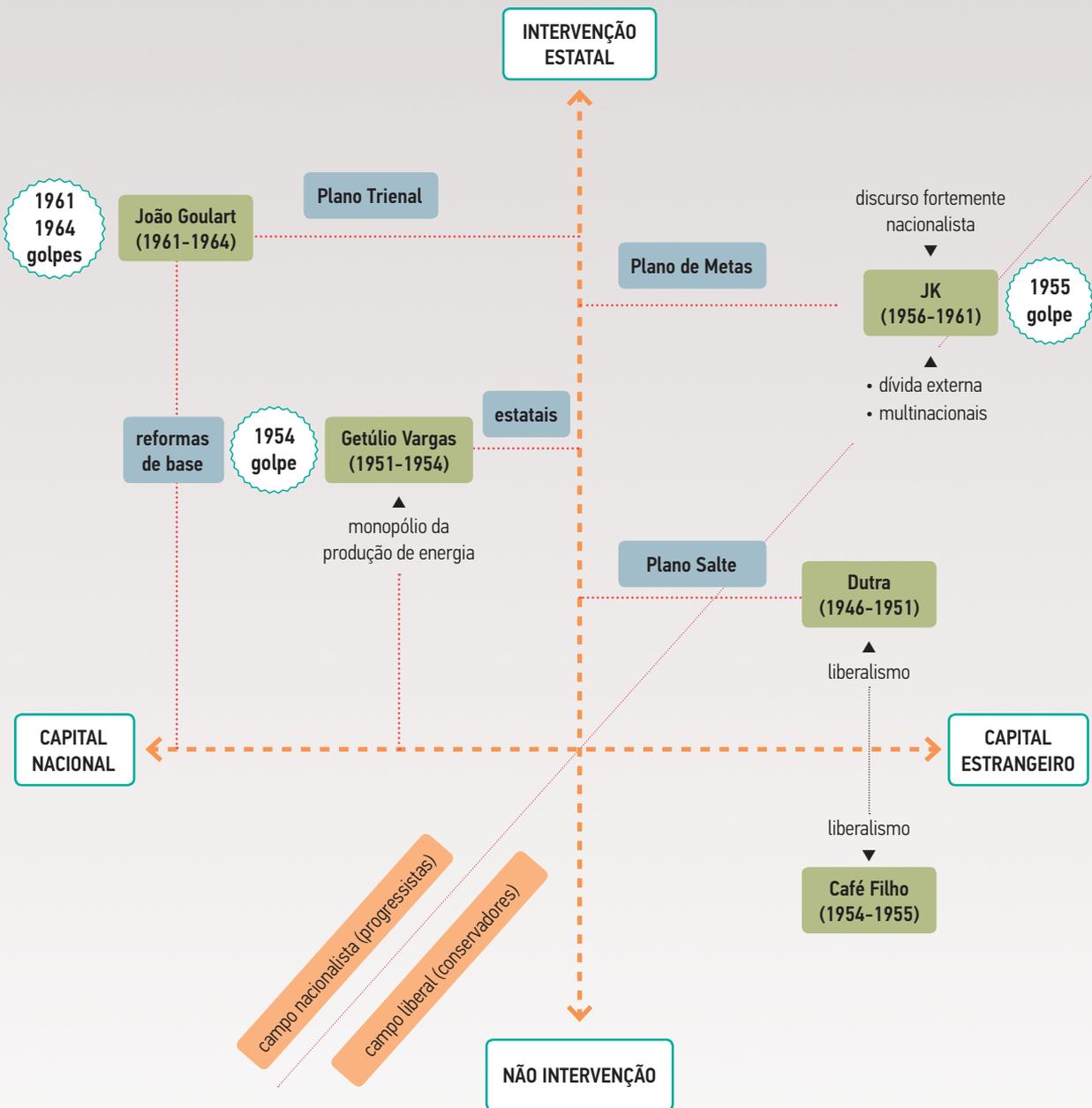
O presidente, ao receber o manifesto do general Mourão Filho, partiu para Brasília, numa tentativa de controlar a situação. Na capital percebeu, contudo, que não contava com nenhum apoio militar. Deixou a capital e rumou para o Rio Grande do Sul, onde Brizola tentava organizar a resistência. Jango, entretanto, renunciou a qualquer tentativa de resistir. O CGT havia marcado uma greve geral para o dia 30, que, no entanto, fracassara. No dia do golpe, os principais líderes sindicais haviam sido detidos, dificultando qualquer mobilização mais ampla.

O episódio todo demonstra o colapso do modelo varguista de política, bem como seus limites. Esse modelo consistia em uma política na qual o Estado, utilizando a figura de um líder carismático, agia como intermediário entre a burguesia e o proletariado urbano, "forçando" essa mesma burguesia a realizar concessões (por meio de uma política trabalhista), enquanto mantinha o proletariado sob seu controle, evitando o crescimento de propostas mais radicais de transformação da sociedade em favor dos trabalhadores.

No entanto, o prosseguimento do processo de industrialização levou à expansão cada vez maior do proletariado urbano e ao surgimento de novas reivindicações, como uma distribuição de renda global. Os trabalhadores acabaram se voltando para o Estado, ao qual estavam atrelados, e de lá veio o projeto de distribuição de renda: as reformas de base. Nesse momento, aquele modelo de Estado não mais atendia aos interesses das elites, que promoveriam sua desmontagem e a criação de um novo modelo, autoritário e centralista, imunizado contra a sublevação dos movimentos sociais, com margem de manobra para dar continuidade ao processo de modernização conservadora da economia sem ter que se preocupar com reivindicações populares. Esse é o caráter do novo regime que surgiu em abril de 1964.

Reprodução/Agência Jornal do Brasil

▲ Tropas nas ruas do Rio de Janeiro em 1º de abril de 1964: o golpe triunfou.

PARA RECORDAR: Quadro ideológico dos governos da República liberal populista (1946-1964)

ATIVIDADE

Com base no esquema-resumo e no que você estudou ao longo do capítulo, responda à questão:

- Uma das grandes tensões presentes nos governos liberais-democráticos entre 1945 e 1964 se deu entre os nacionalistas e os liberais (ou seja, aqueles que pretendiam abrir o mercado e a indústria nacional aos países estrangeiros). Identifique, em cada um dos governos citados nesse período, de que maneira esse conflito se deu.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto e reflexão

Leia o texto abaixo do historiador brasileiro Paulo Vizentini e responda às questões:

Três meses após a derrubada de Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra tomava posse como presidente eleito. O condestável do Estado Novo e simpatizante do Eixo era agora um fiel aliado de Washington. Essa seria a marca de seu governo. Uma mudança dessa magnitude resultava tanto de uma nova relação de forças internas como, sobretudo, externas. Prenunciavam-se os anos da Guerra Fria e uma nova ordem mundial, o que alterava profundamente as possibilidades de inserção internacional do Brasil. [...]

A diplomacia brasileira não apenas alinhava-se automaticamente com as posições americanas nas organizações internacionais, como às vezes chegava a exceder-se em seu apoio. Em outubro de 1947 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética a partir de um incidente sem maior importância. Na verdade, essa ruptura fazia parte de uma política mais ampla, e fora longamente preparada pelo governo.

VIZENTINI, Paulo. Do nacional-desenvolvimentismo à PEI. In: FERREIRA, J. et al. (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 198-200.

a) De acordo com o texto, que mudanças o governo de Dutra impôs à política externa brasileira, quando comparado ao governo do Estado Novo?
b) Que fatores do cenário internacional, implementados após a Segunda Guerra, foram responsáveis por essa mudança? Explique.
c) Para o autor, que reais motivos levaram o Brasil a romper relações diplomáticas com a União Soviética em 1947?

2 Análise de texto e de imagem

Leia o texto abaixo da historiadora brasileira Maria Antonieta Leopoldi sobre o governo JK. Em seguida, observe atentamente a fotografia e responda às questões:

A expansão industrial nos anos JK foi acelerada, tal como pretendia o Plano de Metas. Entre 1949 e 1955 a indústria de transformação crescera a uma taxa média anual de 8,9%. Em 1958 essa taxa atingiu o seu ápice: 16,2%, desacelerando em 1959 e 1960 para 11,9 e 9,6% ao ano.

O principal instrumento de viabilização desse crescimento industrial foi o Plano de Metas. Ele continha uma estratégia de dinamização de novos setores da produção industrial – os bens intermediários e os bens de produção. Para isso o plano também buscava completar a infraestrutura energética e de transportes do país, prevendo insumos e benefícios cambiais para a instalação de um parque industrial mais avançado. [...]

Sem dúvida, o grande salto qualitativo da indústria brasileira no período JK se deveu ao sucesso das metas ligadas à indústria de base, em especial aos novos setores que surgiram a partir do Plano de Metas e da ação conjugada dos planejadores e empresários. A indústria automobilística, a construção naval e os setores de mecânica pesada e equipamentos elétricos são o símbolo dessa nova era industrial brasileira.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960). In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 127-128.

Acervo Iconographia/Reminiscências

O presidente Juscelino Kubitschek chegando a Brasília, em carreata, 1961. O automóvel e a nova capital federal foram dois símbolos muito associados à imagem de JK.

a) Qual foi a principal medida, segundo o texto, que justifica o alto crescimento econômico do governo JK? No que essa medida consistia?

b) Que setores da economia foram os mais privilegiados pelas medidas adotadas pelo governo JK, de acordo com o autor?

c) Observe atentamente a fotografia. Que elementos da imagem reforçam a tese defendida no texto de prosperidade econômica do governo JK? Cite pessoas, objetos, gestos e o contexto geral da foto para justificar sua resposta.

3 Pesquisa em *sites* e apresentação

Durante o governo de João Goulart, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), produziu peças de teatro, músicas, poemas, exposições de artes plásticas, entre outras manifestações culturais. O objetivo dos artistas e intelectuais que se reuniam em torno do CPC era popularizar a arte. A intenção principal era possibilitar que as diferentes manifestações artísticas pudessem ser conhecidas pelo povo em geral, e não apenas pelas elites.

Para saber mais sobre esse assunto, reúna-se em grupos de quatro ou cinco pessoas.

a) Inicialmente, façam uma pesquisa em *sites* para conhecer o trabalho desses jovens. Descubra informações como:

- Em que período o CPC funcionou?
- Quais eram seus objetivos e sua orientação política?
- De que maneira as iniciativas de seus membros estavam de acordo com as medidas adotadas pelo governo Jango? (releia o texto didático, se necessário)
- Cite alguns artistas e intelectuais que fizeram parte do CPC.
- Cite peças de teatro, livros, exposições, filmes e outras manifestações culturais produzidas pelo CPC.

b) Após essa pesquisa, cada grupo deve escolher uma produção realizada no contexto do Centro Popular de Cultura para apresentar para a classe. Escolham um poema, o trecho de uma peça, a reprodução de uma obra de arte ou uma música. Em seguida, pesquisem quem é o autor (ou autores) dessa manifestação artística.

c) Apresentem a produção escolhida aos colegas. Elaborem uma estratégia criativa de leitura, encenação, interpretação ou exposição da obra para a classe.

CAPÍTULO 9

O pós-guerra e a Guerra Fria

Cortesia de Everett Collection/Keystone

▲ Sessão do Conselho de Segurança da ONU, de 25 de outubro de 1962, durante a revelação feita pelos representantes diplomáticos dos Estados Unidos acerca dos locais onde estavam instalados os mísseis soviéticos em solo cubano. A tensão gerada pela descoberta dos artefatos bélicos desencadeou um dos momentos de maior tensão entre os governos soviético e norte-americano no pós-Segunda Guerra Mundial.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Centro e periferia

Alguns Estados tornaram-se centro do poder político, econômico e militar mundial do período pós-Segunda Guerra Mundial; em torno deles, outros países assumiram o papel de figurantes.

Um dos protagonistas foram os Estados Unidos. A União Soviética, a outra superpotência militar, assumiu a condição de contraponto, exercendo também um papel de centro aglutinador de aliados fora da esfera de influência norte-americana.

Ao estudar este capítulo, reflita sobre os motivos que teriam levado a esse mapa de distribuição de forças, com um cenário de centro e de periferia. Dentro dos países periféricos, quais grupos sociais mostravam apoio ou simpatia por este ou aquele bloco de poder e por que razões?

Uma última questão: os atuais eixos do desenvolvimento capitalista possuem ou não raízes no quadro erguido após a Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria?

A CONSOLIDAÇÃO DA GUERRA FRIA

Os Estados Unidos e a União Soviética terminaram a Segunda Guerra Mundial como aliados. Sua atuação conjunta contra o Eixo foi decisiva para livrar a Europa da presença nazista. Rapidamente, entretanto, as relações entre ambos se deterioraram de tal forma que, após 1947, os especialistas começam a falar em Guerra Fria, ou seja, um confronto indireto entre as superpotências.

O motivo mais claro do rompimento era ideológico. Capitalismo e socialismo, incompatíveis em sua forma de entender diversas esferas da vida humana, do papel do Estado aos direitos prioritários dos cidadãos, levaram ao desacordo entre os Estados Unidos e a União Soviética no que se refere às finalidades da ordem política e aos métodos de atuação dentro dela. Sem constituir um período homogêneo, em razão do agravamento das tensões seguido da distensão entre os polos rivais, a Guerra Fria durou quase meio século, até o esfacelamento da União Soviética, em 1991.

Em março de 1947, com o objetivo de combater o comunismo e a influência soviética, o presidente norte-americano **Harry Truman** proferiu um discurso no Congresso no qual afirmou que os Estados Unidos se posicionariam a favor das nações livres que desejassem resistir às tentativas de dominação. No mesmo ano, o secretário de Estado George Marshall lançou o Plano Marshall, programa de investimentos e de recuperação econômica para os países europeus em crise após a guerra. Esse oferecimento estendeu-se aos países do Leste Europeu, que haviam sido libertados do nazismo pelo Exército Vermelho. Em todos eles, as respectivas agremiações comunistas haviam tomado o poder.

Durante o governo de Truman, foi criada a *Central Intelligence Agency*, a CIA (1947), bastante atuante nos anos da Guerra Fria, combatendo o comunismo e o que considerava uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos, e atuando também fora das fronteiras estadunidenses.

Entendendo o Plano Marshall como uma tentativa de diminuir sua esfera de influência, a União Soviética criou o ***Kominform***, organismo encarregado de coordenar a ação dos partidos comunistas europeus. Era sua tarefa, também, afastar da supremacia norte-americana os países que estavam sob sua influência, gerando o bloco da "cortina de ferro" (expressão usada por Churchill). Complementando a reação soviética, em 1949 foi criado o **Comecon**, uma réplica do Plano Marshall para os países socialistas, voltado para sua integração econômico-financeira.

Diante do revigoramento da Alemanha Ocidental, graças aos investimentos do Plano Marshall e à unificação administrativa de seu território (antes dividido entre os aliados capitalistas), a União Soviética impôs, em 1948, um bloqueio terrestre à cidade de Berlim, situada na parte soviética. O Ocidente capitalista respondeu com o abastecimento à Berlim capitalista por via aérea, acirrando os ânimos e criando grande tensão internacional. No ano seguinte eram instituídas as duas Alemanhas, a Ocidental – República Federal da Alemanha – e a Oriental – República Democrática Alemã.

Reprodução/Arquivo da editora/*Oxygène*, 23 dez. 1949.

▲ As duas Alemanhas com Stálin e o Tio Sam, charge de 1949, representando a disputa da Alemanha entre as duas superpotências da época, os Estados Unidos e a União Soviética.

Popperfoto/Getty Images

◄ A Guerra Fria foi também um enfrentamento ideológico. Ao lado, aeronave dos Aliados leva suprimentos para a população de Berlim que estava sob bloqueio russo em julho de1948.

Em agosto de 1961, foi construído o **Muro de Berlim**, que separou concretamente os dois lados da cidade e se tornou símbolo da divisão alemã e da Guerra Fria. Sua derrubada, em 1989, em meio ao colapso do socialismo real, isto é, a ordem socialista que vigorava então no Leste Europeu concretamente, por sua vez, constituiria o marco do final desse período. Em seguida, se daria a reunificação da Alemanha.

A lógica bipolar seria a marca da Guerra Fria. Países (Alemanha, Coreia, Vietnã), sindicatos, agremiações, tratados internacionais, enfim, instituições em que houvesse uma disputa de poder relevante, dividiam-se em grupos antagônicos, um pró-americano, outro pró-soviético.

Outros fatos significativos somaram-se a essa crescente tensão internacional. Um deles foi a criação, em abril de 1949, da **Organização do Tratado do Atlântico Norte** (Otan), uma aliança político-militar dos países ocidentais, opondo toda a Europa Ocidental à União Soviética. O surgimento de uma comunidade de interesses econômicos integrados na Europa Ocidental cimentou a aliança capitalista com o bloco norte-americano na oposição aos soviéticos. Do lado soviético, configurando o alinhamento ao bloco comunista, foi criado em 1955 o **Pacto de Varsóvia**. A bipolarização mundial atingia sua plenitude.

Em meio a essa situação tensa, ocorreram, em 1949, a Revolução Chinesa e a explosão da primeira bomba atômica soviética. No ano seguinte, iniciou-se a Guerra da Coreia, um dos ápices da Guerra Fria e até então a mais séria ameaça à paz mundial depois da Segunda Guerra Mundial.

Associated Press/Glow Images

Patrick Piel/Gamma-Sigla

▲ O Muro de Berlim, construído em 1961, foi um dos principais símbolos da Guerra Fria. À esquerda, em foto de 1961, trecho do muro diante do Portão de Brandemburgo. Sua derrubada, em 1989 (à direita), serviu de marco final para a ordem bipolarizada que caracterizou as relações internacionais do período, confirmada em definitivo, em 1991, com o fim da URSS.

REVOLUÇÃO CHINESA

O século XX na China iniciou-se com a tentativa de derrubada de valores de dominação e exploração do povo chinês, submetido, desde o século XIX, a várias potências imperialistas, especialmente a partir da Guerra do Ópio (1841). Essa situação encontrou apoio nos mandarins, funcionários do Estado imperial, e nos senhores de terra. Baseando-se na filosofia de Confúcio, que pregava o respeito à autoridade e à hierarquia e o culto ao passado, os chineses mantinham as tradicionais estruturas de privilégios, o que favorecia a dominação.

Guerra do Ópio: conflito entre a China e a Inglaterra, ocorrido em 1841, quando os britânicos disseminaram entre os chineses o vício do ópio (um entorpecente) para se beneficiar com a exportação desse produto. A China foi derrotada no conflito e teve que abrir cinco de seus portos ao livre comércio e entregar a ilha de Hong Kong à Inglaterra.

Em 1911, em meio à ebulição sociopolítica, foi proclamada a **República** chinesa, que, entretanto, quase nada pôde fazer diante das potências imperialistas que ocupavam o país. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o domínio das potências imperialistas

na China era encabeçado pelo Japão, enquanto o governo republicano, liderado por **Sun Yat-sen**, do Partido Nacionalista (***Kuomintang***), sofria sucessivas pressões regionais pela autonomia, provocadas por chefes militares locais, além do contínuo domínio internacional.

Corbis/Latinstock

▲ No início do século XX, a milenar China continuou sofrendo a interferência das grandes potências capitalistas. Sun Yat-sen, fundador do *Kuomintang*, tentava, sem sucesso, a transformação da China. Retratado acima com comitiva e familiares, Sun Yat-sen (no centro) é considerado o "pai da China moderna" e defensor da doutrina dos "três princípios do povo": nacionalismo, democracia e reformismo social.

Em 1919, 3 mil estudantes universitários marcharam pelas ruas de Pequim, protestando contra a aceitação, por parte do governo, das humilhantes exigências feitas pelo Japão sobre a China e referendadas pelo Tratado de Versalhes. Os estudantes foram logo apoiados por outros setores, que promoveram greves e manifestações em todo o país. Uma delas ocorreu em 1920, em Xangai, influenciada pela revolução socialista russa, enquanto era fundado o **Partido Comunista Chinês** (PCC), que contava com a participação de Mao Tse-tung.

No início da década de 1920, o governo do *Kuomintang* conviveu com o Partido Comunista Chinês, que crescia vertiginosamente, e, também, sem grandes atritos, com a União Soviética. O objetivo imediato do governo era a unificação nacional, a luta contra a autonomia dos senhores locais e a dominação das potências imperialistas. Para isso, contava com o apoio dos comunistas.

Em 1925, porém, **Chiang Kai-shek** assumiu o comando das tropas do *Kuomintang* e iniciou uma política agressiva contra o Partido Comunista, rompendo a frente única. Após derrotas nas cidades de Xangai e Pequim, o Partido Comunista, sob a liderança de Mao Tse-tung e Chu Teh, retirou-se para o interior do país a fim de organizar suas bases de apoio. Em 1931, foi proclamada a República Soviética da China, em Kiangsi, no leste do país.

Aproveitando-se da fragilidade chinesa, o Japão invadiu a Manchúria, em 1931, e estabeleceu um Estado-satélite – o **Manchukuo** – no norte do país. O *Kuomintang* passou a sofrer dupla pressão: do imperialismo japonês e da ameaça comunista no interior do país.

Em 1934, os nacionalistas organizaram uma grande campanha militar para esmagar os comunistas. Fugindo das tropas do *Kuomintang*, os 100 mil homens do Exército Popular de Libertação, liderados por Mao, percorreram 10 mil quilômetros a pé – a **Longa Marcha** (1934-1935) –, restando ao fim de um ano apenas 9 mil homens. Transformado no líder dos comunistas, Mao Tse-tung foi escolhido para secretário-geral do PCC.

Diante do avanço japonês, Mao Tse-tung propôs a organização de uma nova frente única – *Kuomintang* e PCC –, o que levou a um acordo, concluído em 1937. Até o final da Segunda Guerra Mundial, essa frente única deu ao PCC o controle de parte do exército chinês, além de uma crescente popularidade ao denunciar a corrupção das tropas de Chiang Kai-shek.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Charge de 1931 sobre a postura da Liga das Nações (na figura, *League of Nations*) e dos Estados Unidos perante o conflito sino-japonês.

▲ O Japão, mesmo recriminado pela frágil Liga das Nações por sua agressão à China, continuou a ampliar suas conquistas militares e consolidar domínios, avançando da Manchúria para o sul do país. O governo imperial japonês chegou a declarar oficialmente seu interesse por todo o território chinês. O confronto entre os dois Estados (Japão e China) durou de 1931 até 1945, quando terminou a Segunda Guerra Mundial.

Após a capitulação do Japão na Segunda Guerra Mundial, Chiang Kai-shek decretou, em 1946, uma mobilização nacional, para eliminar definitivamente o "perigo vermelho". Contando com o apoio norte-americano, que lhe fornecia recursos militares e financeiros, Chiang Kai-shek passou a ser visto pelos chineses como um "cúmplice do estrangeiro".

Enquanto isso, a União Soviética, envolvida com seus próprios problemas de pós-guerra, adotava com a China uma política ambígua e hesitante, deixando sem apoio os guerrilheiros do Exército Popular de Libertação, que, mesmo assim, continuaram avançando e atacando o *Kuomintang*.

O exército do PCC foi ganhando terreno, até que, em janeiro de 1949, entrou vitorioso em Pequim. Em 10 de outubro, foi proclamada a **República Popular da China**. Chiang Kai-shek e seus seguidores refugiaram-se na Ilha de Formosa (Taiwan), onde instalaram o governo da **China Nacionalista**, que recebeu forte apoio norte-americano durante a Guerra da Coreia e durante toda a Guerra Fria. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos isolaram a China, negando-lhe reconhecimento diplomático e intercâmbio econômico (situação que se manteve até a década de 1970).

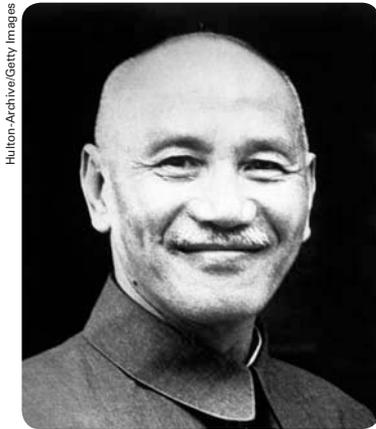
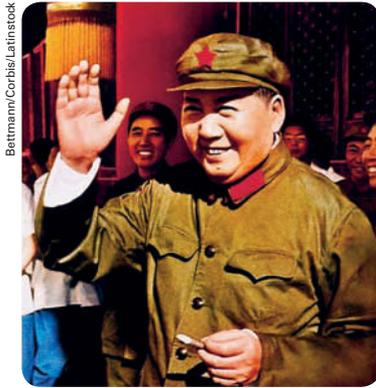
A GUERRA DA COREIA (1950-1953)

Após a derrota do Eixo, a Coreia, dominada pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial, foi dividida entre norte-americanos e soviéticos. Mas, antes do término do conflito, já se havia determinado o paralelo 38º Norte como limite geográfico para atuação militar de soviéticos e norte-americanos, com o objetivo de acelerar a rendição japonesa em duas frentes e desocupar o território coreano.

Terminada a guerra, no entanto, esse limite transformou-se em divisão real, surgindo dois Estados coreanos sob ocupação de cada uma das duas potências: a República da Coreia, ao sul, sob domínio norte-americano, e a República Popular Democrática da Coreia do Norte, sob ocupação soviética.

Com isso, a região tornou-se área de sucessivos conflitos armados, sobretudo pelas divergências político-ideológicas entre os dois Estados e a tensão gerada pela Guerra Fria. A vitória dos comunistas de Mao Tse-tung na China, no final de 1949, serviu de motivação aos coreanos do norte para invadir o sul, em 1950, e conseguir sua capitulação, visando à unificação territorial da Coreia.

Na ONU, os Estados Unidos e seus aliados consideraram a Coreia do Norte agressora e intervieram, sob o comando do general MacArthur, para conter seu avanço. Os governos da China e da União Soviética deram apoio aos norte-coreanos, deixando evidente a bipolarização na região. Diante do risco de uma guerra indesejada, as potências envolvidas forçaram iniciativas para obtenção de um acordo de paz.

A morte de Stálin, em março de 1953, abriu espaço para mudanças na política externa soviética.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Hulton-Archive/Getty Images

Adaptado de: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 259.

Após a vitória da Revolução Socialista chinesa, Mao Tse-tung (foto superior, de 1967) fundou a República Popular da China, enquanto seu rival, Chiang Kai-shek (foto inferior, da década de 1950), fundava a China Nacionalista, em Formosa.

A eleição do novo presidente norte-americano, o republicano Dwight Eisenhower, também ajudou a acelerar as negociações para um armistício. Finalmente, em 27 de julho de 1953, foi assinado um acordo de paz em **Pan Munjon**, restabelecendo as fronteiras sobre o paralelo 38º Norte e aproximando a União Soviética e os Estados Unidos. Encerrava-se a fase crítica.

Para a Coreia, entretanto, a manutenção da divisão em Norte e Sul preservou o clima de confrontação e atritos fronteiriços ao longo das décadas seguintes.

O regime adotado pela Coreia do Norte manteve-se sob o forte controle do Partido Comunista, o único autorizado a funcionar no país, tendo à frente **Kim Il-sung**. Este permaneceu no poder até a sua morte, em 1994, sendo substituído pelo filho **Kim Jong-il**, denominado, em 1998, “presidente eterno” do país.

Sua morte, em 2011, foi seguida da ascensão ao poder de seu filho, o jovem **Kim Jong-un**, dando ao governo do país um aspecto quase dinástico.

Após a guerra contra a Coreia do Sul, a Coreia do Norte contou com importante ajuda soviética e chinesa, mantendo-se ligada apenas aos países do bloco socialista. Entretanto, em virtude de sua discordância com o reformismo soviético empreendido pelo governo Gorbatchev (1985-1991), as ligações econômicas entre esses países foram enfraquecendo e diminuíram

Mapas: Allmaps/Arquivo da editora

Adaptado de: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 274.

ainda mais com o colapso do socialismo no Leste Europeu no final dos anos 1980 e início dos 1990.

Com o final da Guerra Fria, a Coreia do Norte passou a praticar uma política que oscilou entre aproximação com o mundo capitalista – incluindo os Estados Unidos e a Coreia do Sul – e distanciamento e

conflitos. Em 2006 o país realizou testes nucleares, com a explosão de uma bomba atômica subterrânea. Em seguida, perante as sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, retomou a busca de acordos de não agressão e de desarmamento, como contrapartida à liberação de depósitos bancários do país congelados nos Estados Unidos e obtenção de empréstimos e fornecimento de petróleo. Em 2007, chegou a firmar acordo no Grupo dos Seis (as duas Coreias, mais a China, Estados Unidos, Federação Russa e Japão), comprometendo-se a desativar todas as suas instalações nucleares. Em 2009, contudo, expulsou do país técnicos da AIEA (agência atômica da ONU) e abandonou o fórum de negociações do Grupo dos Seis, além de realizar testes de lançamento de mísseis de curto alcance e, em seguida, outra explosão atômica subterrânea, retomando seu programa nuclear. Com essa política, repetiu um terceiro teste nuclear em fevereiro de 2013, com uma explosão atômica ainda mais forte que as anteriores, recebendo imediata condenação internacional, seguida de mais sanções, especialmente norte-americanas e europeias, elevando ainda mais a tensão regional.

Reprodução/Arquivo da editora

Cartaz de propaganda comunista representando o líder Kim Il-sung.

A Coreia do Sul, por sua vez, recebeu investimentos e tecnologia estrangeira, ascendendo à posição de Tigre Asiático, embora, de início, fosse um país essencialmente agrário e não muito distante da situação econômica de seu parceiro do norte.

Tigres Asiáticos: denominação atribuída a um conjunto de países da Ásia que na década de 1980 apresentaram um desenvolvimento elevado e repentino, com uma economia voltada para a exportação. Fazem parte do grupo: Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan.

Em junho de 2000, o presidente sul-coreano Kim Dae-jung visitou Pyongyang, capital da Coreia do Norte, num inédito encontro de cúpula com o "grande líder" Kim Jong-il, para firmar promessas de ampliação do diálogo e de ajuda entre as duas Coreias. Novas investidas para uma maior aproximação com a Coreia do Norte continuaram a partir de então, inviabilizadas pela política nuclear e pela retórica agressiva do governo do Norte.

SeongJoon Cho/Bloomberg/Getty Images

Pool Photo/Getty Images

Depois de sua economia voltar a crescer no início do século XXI e do pagamento da dívida acumulada na crise dos anos 1990, a Coreia do Sul teve como grande ameaça a atuação bélica norte-coreana. A possibilidade de confrontação militar na região e de uso de armas nucleares mostrou-se como uma séria ameaça à paz mundial e ao contínuo desenvolvimento da economia sul-coreana. Mesmo assim, a Coreia do Sul chegou a ocupar a posição de segundo maior produtor de navios do mundo. À esquerda, foto de 2011, de estaleiro em Ulsan, cidade onde se concentra o principal parque industrial do país. À direita, foto de fevereiro de 2003, na qual podem ser vistos os chefes das delegações norte-coreana, Pak Chang-ryon, à direita, e sul-coreana, Yoon Jin-shik, à esquerda, chegando ao quarto encontro econômico entre as Coreias, no qual conversaram sobre abertura econômica e suspensão do programa nuclear, sem sucesso, já que o governo da Coreia do Norte optou por retomar os testes de mísseis e de explosões nucleares a partir de 2009.

ESTADOS UNIDOS E UNIÃO SOVIÉTICA DURANTE A GUERRA FRIA

O armamentismo e a tensão crescente entre os blocos capitalista e socialista, que caracterizavam a Guerra Fria, sofreram uma reversão parcial em 1953, com a morte do líder soviético, Josef Stálin, a política do presidente norte-americano Dwight Eisenhower e o acordo de paz de Pan Munjon, na Coreia. Instaurou-se então um período de aproximação entre a União Soviética e os Estados Unidos, conhecido como **Coexistência Pacífica**.

Esse período iniciou-se com uma série de reuniões de cúpula entre os dirigentes das duas superpotências para acordos sobre a limitação de armamentos. Até os anos 1960, procurou-se diminuir os atritos da Guerra Fria, o monolitismo dos blocos e o alinhamento férreo à União Soviética ou aos Estados Unidos, possibilitando uma multipolarização internacional.

Em protesto contra a condição de simples satélites dos Estados Unidos, países europeus como França e Inglaterra, recuperados economicamente, desenvolveram políticas regionais independentes.

Em 1955, a **Conferência de Bandung**, na Indonésia, reuniu 23 países asiáticos e seis africanos com o objetivo de criar o que seria um novo bloco político de âmbito global. Os países independentes, mas economicamente subdesenvolvidos, que foram chamados de **Terceiro Mundo**, posicionaram-se pelo não alinhamento automático a uma das duas superpotências. Como meta prioritária, assumiram o desenvolvimento econômico para superar dificuldades sem se envolver na bipolarização Estados Unidos-União Soviética.

Jerry Cooke/Corbis/Latinstock

▲ A “desestalinização” comandada por Nikita Kruschev (à direita, de paletó claro) reprovava o autoritarismo, a repressão e o culto à personalidade da era stalinista. Na foto, o dirigente soviético em visita a uma fazenda agropecuária em Iowa, nos Estados Unidos, em 1959.

No bloco socialista, o sucessor de Stálin, **Nikita Kruschev**, iniciou um processo de “desestalinização”, alterando profundamente a política interna e externa soviética. Além disso, a partir de 1959 o distanciamento entre a China e a União Soviética dividiu os partidos comunistas mundiais, originando divergências que ativaram a multipolarização e puseram fim à coesão soviética.

Embora servisse como canal de entendimento no mundo organizado em dois blocos, a Coexistência Pacífica não pôs fim aos conflitos entre capitalismo e socialismo, e a aproximação entre norte-americanos e soviéticos e até mesmo a paz mundial foram ameaçadas por novos focos de tensão: a Guerra do Vietnã, a descolonização africana, a Revolução Cubana, a invasão da Hungria pelos soviéticos e o rompimento entre a União Soviética e a China.

Os norte-americanos de 1945 a 1969

Com a morte de Franklin Delano Roosevelt, em 1945, o vice-presidente, **Harry Truman**, assumiu a presidência dos Estados Unidos. Seu governo caracterizou-se pelo início da Guerra Fria e suas mais intensas manifestações. Difundiu-se no país a ideia de que qualquer oposição ao governo era sinal de antiamericanismo ou comunismo, produto de sabotagem e traição nacional. À frente dessa histeria política, estava o senador **Joseph MacCarthy**.

Getty Images/<www.gettyimages.com>

▲ Joseph MacCarthy iniciou uma terrível “caça às bruxas”, forjando processos e delações e disseminando o pânico comunista pela sociedade norte-americana. Na foto de 1954, o senador MacCarthy localiza as “células comunistas” em todo os Estados Unidos.

O macarthismo atingiu seu auge com o “caso Rosenberg”, que consistiu na prisão e julgamento do casal judeu **Ethel** e **Julius Rosenberg**, acusado de passar segredos da bomba atômica aos soviéticos. Depois de um tumultuado processo, e apesar dos pedidos de clemência vindos de muitos países, foram ambos executados, em 1953. A febre macarthista atingiu todo o país, só refluindo no segundo mandato do presidente Eisenhower.

Reprodução/Coleção particular

▲ Kennedy em confronto com Kruschev. Caricatura de Levine, 1962.

Eleito em 1952 pelo Partido Republicano, **Dwight Eisenhower** foi reeleito em 1956, governando os Estados Unidos até 1960. Na política externa, oscilou entre o enfrentamento da Guerra Fria e a prática da coexistência pacífica. Comandou uma política agressiva contra os soviéticos, estabelecendo pactos militares com países alinhados contra o comunismo; ao mesmo tempo, favoreceu a retomada das relações com a União Soviética, originando os primeiros acordos do pós-guerra.

Eisenhower destinava imensas verbas para a construção de mísseis e exploração espacial, a fim de ultrapassar os soviéticos, que haviam lançado o primeiro satélite artificial do mundo, o **Sputnik**. Enquanto isso, recebia Kruschev em 1959, nos Estados Unidos, para conversações confidenciais e amigáveis.

Integrante do Partido Democrata, **John Fitzgerald Kennedy** venceu o republicano **Richard Nixon** nas eleições de 1960, governando até 1963, quando foi assassinado. Em pleno período da Guerra Fria, Kennedy também manteve com os soviéticos conversações e diversos confrontos, originando crises agudas, algumas de alarmante ameaça à paz mundial.

Ao assumir a presidência, Kennedy teve de enfrentar a questão da vitória de Fidel Castro em Cuba, em 1959. Hostil aos norte-americanos, a **Revolução Cubana** anulou a tradicional hegemonia norte-americana naquela ilha, grande produtora de açúcar e charutos e apreciado local turístico.

Em 1961, desejando reaver a supremacia perdida, o governo Kennedy colocou em prática um plano de invasão à ilha para derrubar o governo revolucionário cubano. O plano, a **invasão da Baía dos Porcos**, fora elaborado pela CIA (Agência Central de Inteligência, órgão do governo norte-americano dedicado a espionagem e ações clandestinas) durante a administração Eisenhower e terminou em fracasso. Kennedy teve de assumir pessoalmente a responsabilidade da ação, desgastando-se politicamente.

Bettmann/Corbis/Latinstock

akg-images/Ipress

▲ Embora Kennedy tenha se reunido com Kruschev em junho de 1961 (foto à esquerda), em Viena, mantendo o clima diplomático de coexistência internacional, em agosto do mesmo ano agravou-se a tensão, quando foi erguido o Muro de Berlim, dividindo a cidade ao meio e fechando um tradicional caminho de fuga dos alemães orientais para o Ocidente. Na capa da revista alemã de 23 de julho de 1961, a tensão já era sentida: “Com o chanceler [Adenauer] todos os alemães olham com preocupação para sua capital”.

Reuters/Latinstock

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Na foto à esquerda, o presidente John Kennedy, momentos antes de ser atingido por uma bala que o mataria, em Dallas (Texas), no dia 22 de novembro de 1963. Esse crime nunca chegou a ser totalmente esclarecido: conspiração ou ato isolado de um delinquente? Na foto à direita, o presumido assassino, Lee Oswald (cercado de policiais), que foi preso e, pouco depois, baleado e morto.

O presidente norte-americano temia novos episódios de rebeldia na América Latina, onde era latente o descontentamento sociopolítico causado pelo subdesenvolvimento e onde a população enfrentava graves dificuldades econômicas. Estabeleceu então um programa de ajuda econômica aos vizinhos do continente, a **Aliança para o Progresso**, intensificando empréstimos e investimentos, de modo a garantir a supremacia das ideias, valores e interesses de seu país no continente.

Em 1962, outro fato pôs em maior risco a aproximação Leste-Oeste e mesmo a paz mundial. O centro da crise era novamente Cuba, onde o governo de Fidel Castro, inicialmente independente, fizera a opção pelo socialismo, aliando-se à União Soviética. O governo soviético foi acusado de instalar na ilha mísseis apontados para os Estados Unidos, a apenas 300 km de distância. Ameaçando invadir Cuba, o governo norte-americano exigiu a retirada dos mísseis. Diante da gravidade do incidente e de suas possíveis consequências, Kruschev, que assumira compromissos de defesa dos cubanos, preferiu recuar, desmontando as rampas para lançamento de mísseis da ilha.

No âmbito interno, Kennedy adotou medidas voltadas para o bem-estar social nas áreas de educação e saúde e tornou ilegal a discriminação racial, ganhando de um lado imensa popularidade e de outro a forte oposição dos mais conservadores. Sua carreira foi encerrada em 22 de novembro de 1963, ao ser baleado durante uma visita à cidade de Dallas, no Texas.

O vice-presidente **Lyndon Johnson** assumiu o governo e foi reeleito para o período de 1964 a 1968. Manteve uma atitude ofensiva contra o comunismo, distanciando-se dos soviéticos, e envolveu completamente os Estados Unidos na Guerra do Vietnã, chegando a enviar mais de 500 mil soldados para a região.

Essa participação fez surgir as primeiras grandes manifestações de protesto da opinião pública contra a guerra e o intervencionismo norte-americano na região. Mesmo assim, a fim de preservar sua hegemonia no continente latino-americano, em constante ebulição sociopolítica, Johnson realizou também a intervenção militar na República Dominicana, evitando o surgimento de um novo Estado socialista na América.

Ainda em seu governo, ocorreram diversas manifestações estudantis e populares contra a Guerra do Vietnã, além de intensas manifestações do movimento negro contra o racismo, que ganharam intensidade sob a liderança do reverendo pacifista **Martin Luther King**. Desde o final da década de 1950, suas pregações aglutinaram milhares de simpatizantes e sobrepuseram-se a outras organizações radicais, como a dos muçulmanos negros de Malcom X e os *Black Panthers* ("panteras-negras").

CONTEÚDO DIGITAL

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

▲ Martin Luther King (1929-1968), líder do movimento contra a segregação racial e pela igualdade de direitos civis da população negra dos Estados Unidos, numa manifestação em Washington em 1963.

Luther King adotara a doutrina do indiano Mahatma Gandhi, que defendia a **desobediência civil** e a **não violência** como meios de obter conquistas sociais. Com o boicote aos meios de transporte exclusivos dos brancos, no sul do país, movimentos políticos de intelectuais e de sindicatos, atentados e marchas pelos direitos civis, pouco a pouco o movimento negro ganhou adesão da maioria branca, e algumas decisões favoráveis foram obtidas nos tribunais.

Martin Luther King, que chegou a receber o prêmio Nobel da Paz em 1964, foi assassinado em 1968. No mesmo ano, como reflexo de um agitado período sociopolítico, foi assassinado o senador Robert Kennedy, irmão do presidente John Kennedy. Ao condenar abertamente a Guerra do Vietnã, tornara-se o preferido na campanha presidencial em curso. Seu assassinato, cometido por um palestino, foi tido como um protesto contra a proteção dada pelos Estados Unidos ao Estado de Israel durante os conflitos árabe-israelenses no Oriente Médio.

OS SOVIÉTICOS ATÉ 1964

Após a Segunda Guerra Mundial, os grandes desafios enfrentados pela União Soviética foram sua própria reconstrução e a consolidação de sua liderança no bloco comunista, agora englobando os países do Leste Europeu, além de administrar os embates da Guerra Fria.

Com o quarto e o quinto planos quinquenais (1946-1950 e 1951-1955), a União Soviética recuperou o nível de produção anterior à guerra, dando ênfase para a área bélica, e consolidou sua posição de superpotência industrial e militar. Reforçou, assim, o desenvolvimento do setor de bens de produção, relegando a segundo plano a produção de bens de consumo.

Entretanto, depois dos sacrifícios de décadas de reconstrução, a sociedade soviética, cada vez mais concentrada em núcleos urbanos graças à industrialização, mobilizava-se para exigir melhorias no padrão de vida, mais bens de consumo e mais autonomia, o que contrastava com o centralismo stalinista.

O culto a Stálin, visto como o "grande líder" soviético, possibilitou a mobilização nacional no esforço de superação das dificuldades e de crescimento. Eliminando divergências e oposições, por meio de expurgos, prisões e outras formas de repressão, o governo stalinista procurou manter o monolitismo político-ideológico. Irradiando-se por todos os países aliados, tal prática levou à expulsão de mais de 1 milhão de pessoas dos partidos comunistas, muitas das quais foram mortas.

A morte de Stálin em março de 1953, em decorrência de um derrame cerebral, fez emergir disputas pelo poder na cúpula política soviética. De 1953 a 1955, Malenkov assumiu o governo soviético. De 1955 até 1964, assumiu Kruschev, cujo governo destacou-se sobretudo pelo início do processo de "desestalinização".

Reprodução/Museu Central Estatal da História Contemporânea da Rússia, Moscou, Rússia.

Stálin mobilizou todos os recursos da economia soviética, articulando a produção coletivizada rural e o desenvolvimento industrial. Foi esse impulso econômico que sustentou a posição de grande potência mundial da União Soviética nas duas primeiras décadas do período da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, ele desencadeou violenta perseguição política a seus inimigos e estimulou o culto à personalidade, exemplificado pelo cartaz ao lado (de 1933), que o mostra como condutor da União Soviética (à direita se lê no cartaz: "O capitão do país dos sovietes nos conduz de vitória em vitória").

Agência France-Presse/Getty Images

▲ No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956, em Moscou, Kruschev condenou o "culto à personalidade", a repressão política e o autoritarismo de Stálin, além de afirmar que "as prisões em massa faziam mal ao país e à causa do progresso socialista". Acima, foto de fevereiro de 1956, em que os dirigentes do Partido Comunista da União Soviética ouvem a fala de Kruschev.

Kruschev defendeu também que os diversos países poderiam chegar ao socialismo por caminhos diferentes do soviético, além de considerar ultrapassada a tese de Lênin sobre a inevitabilidade de uma guerra total entre socialismo e capitalismo. A "desestalinização" envolvia a descentralização administrativa e enfatizava a produção de bens de consumo, com o objetivo de dinamizar a economia socialista e elevar o padrão de vida da população.

O dirigente soviético acreditava na descentralização política, na liberalização cultural – até então freada pelo regime stalinista – e na elevação do bem-estar social como táticas para alcançar eficiência econômica e tecnológica. Essa política garantiu aos soviéticos o pioneirismo na corrida espacial ao lançarem, em 1957, o satélite artificial Sputnik e concretizarem o primeiro voo espacial tripulado, com o astronauta Iuri Gagárin, em 1961. Com esse feito, os soviéticos quebravam o mito ocidental de que somente os Estados Unidos produziam tecnologia sofisticada.

Kruschev lançou a distensão e a Coexistência Pacífica com os norte-americanos e imprimiu maior flexibilidade político-ideológica às relações com seus aliados do bloco comunista, como no reconhecimento de Josip Broz Tito (1955) da Iugoslávia, que divergira de Stálin, admitindo sua política como uma via diferente de desenvolvimento do socialismo.

Entretanto, o abalo ao centralismo monolítico do bloco comunista fez surgirem dissidências externas e pressões internas crescentes contra o reformismo de Kruschev. Em 1956, a agitação política no mundo socialista cresceu descontroladamente: na **Polônia**, o líder Wladislaw Gomulka, destituído do governo no período stalinista, foi reconduzido ao poder; na **Hungria**, do mesmo modo, Mátvás Rakósi foi substituído na direção do Partido Comunista por Imre Nagy, que, representando os anseios populares de dinamização e autonomia, tentou retirar o país do Pacto de Varsóvia.

Em resposta, os exércitos soviéticos entraram na Hungria, em novembro de 1956, ocuparam Budapeste (ver foto na página 164) e, com a morte de aproximadamente 200 húngaros, derrubaram Nagy, colocando János Kádár no cargo de primeiro-ministro. Nos discursos, entretanto, Kruschev mantinha a defesa da existência de diferentes vias para o socialismo, elogiando o não alinhamento e o neutralismo, e procurando, dessa forma, aproximar-se dos países do Terceiro Mundo.

A **China**, sob a liderança de Mao Tse-tung, firmou sua autonomia opondo-se à ideia de Coexistência Pacífica e acusando as reformas de Kruschev de traição aos princípios socialistas. As divergências sino-soviéticas cresceram, manifestando-se em conflitos de fronteira e em acusações mútuas. Culminaram em 1959, com o rompimento do acordo nuclear assinado pelos dois países.

Afastando-se cada vez mais da China, a União Soviética retirou-lhe a ajuda econômica e técnica em 1960.

Esse conflito rompia definitivamente o projeto de unidade socialista comandada pelos soviéticos, desgastando o poder governamental de Kruschev. Em 1961, também a Albânia rompia relações diplomáticas com a União Soviética, alinhando-se com a China.

Diante da rivalidade com os Estados Unidos, acrescida da chinesa, o governo de Kruschev passou a dar maior apoio aos norte-vietnamitas na Guerra do Vietnã. Outra medida polêmica de seu governo, que afetou ainda mais a imagem da União Soviética, foi a construção do Muro de Berlim, em 1961, com o objetivo de interromper o grande fluxo de refugiados da Alemanha Oriental para a Ocidental.

Como vimos antes, as relações capitalismo-socialismo sofreram novo abalo em 1962, com a **crise dos mísseis de Cuba**, que quase precipitou uma guerra total. Na tentativa de reverter a crescente tensão internacional, Kruschev e Kennedy assinaram em 1963 vários acordos, que incluíam a proibição de testes nucleares ("sob a água, na atmosfera e no espaço extraterrestre"). Mesmo assim, os reveses sucessivos da política de Kruschev minaram seu poder na União Soviética, precipitando sua queda.

Em 1964, ele foi destituído pelo Comitê Central do Partido Comunista, e o governo soviético ficou a cargo de **Leonid Brejnev**, primeiro-secretário do partido, **Alexey Kossiguin**, presidente do Conselho de Ministros, e **Nikolai Podgorny**, presidente do Soviete Supremo, formando uma *troika* (triunvirato) de governo. O poder retomava assim a linha centralista da era stalinista na União Soviética.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

▲ A intervenção militar soviética encerrou o curto período de liberalização socialista húngara, que ficou conhecido como "Primavera de Budapeste". Na foto de 1956, tanque soviético e populares numa rua de Budapeste.

O SOCIALISMO NA CHINA E EM CUBA

A revolução popular liderada por **Mao Tse-tung**, em 1949, sepultou a velha condição de "quintal do mundo" que caracterizara a China desde o século XIX. A força do sentimento nacional e a atuação do Partido Comunista Chinês criaram uma via socialista independente, que se desgarrou do bloco soviético e até rivalizou com ele.

Diferentemente do que indicavam os fundamentos da ideologia marxista, a Revolução Chinesa não se fez baseada no operariado urbano, mas a partir da atuação da população rural, camponesa, o que firmou sua singularidade política em plena Guerra Fria.

Em Cuba, o socialismo foi estabelecido em meio à derrubada de uma ditadura apoiada pelos Estados Unidos, originando um Estado que ativou diversas políticas alinhadas com os soviéticos e o Leste Europeu e que mergulhou em profundas dificuldades após o fim da Guerra Fria.

A República Popular da China

Após sua vitória, em 1949, o Partido Comunista Chinês aproximou-se da União Soviética, com a assinatura, no ano seguinte, do Tratado de Amizade, Aliança e Ajuda. O novo governo adotou medidas drásticas, como a nacionalização das indústrias e a reforma agrária, para enfrentar as dificuldades econômicas, que, no entanto, ressurgiram com a Guerra da Coreia, em 1950.

O primeiro plano quinquenal, anunciado em 1953 por Chou En-lai, propunha uma nova linha geral de transição para o socialismo, com prioridade para a indústria pesada. Em 1955, a coletivização da agricultura acelerou-se com a organização de 1 milhão de cooperativas. O aumento dos salários, contudo, não acompanhou o aumento da produtividade industrial.

Ao perceber que o desenvolvimento socialista estava aquém das exigências sociais e ameaçava o governo do Partido Comunista, Mao Tse-tung proclamou a liberalização política interna, tentando obter maior envolvimento popular. Essa iniciativa permitiu o aparecimento de críticas aos abusos dos funcionários do partido e a atuação de oposicionistas contrários ao centralismo planificado.

Associada ao lema "Que 100 flores desabrochem, que 100 escolas de pensamento rivalizem entre si" (1956), a abertura foi chamada de **Movimento das 100 Flores**. A iniciativa foi encerrada quando se transformou em ameaça ao governo e fugiu do controle do PCC. Seguiram-se diversas prisões e programas de "reeducação" de vários ativistas considerados direitistas. Mao justificou-se dizendo que o Movimento das 100 Flores tivera por objetivo "fazer as serpentes saírem de suas tocas".

Agência France-Presse/Getty Images

Na década de 1950, a China passava por intensas transformações econômicas e culturais. Na foto de outubro de 1955, parada comemorativa do Dia da Nação, em Pequim. Os integrantes carregam um retrato de Mao.

Novamente fortalecido, em agosto de 1957 o governo central decidiu-se pelo programa de reformas chamado **Grande Salto para a Frente**, que pretendia promover a industrialização do país de forma descentralizada, junto às comunas agrícolas, sem comprometer, portanto, o predomínio da base camponesa do socialismo chinês.

O CONFLITO SINO-SOVIÉTICO

O compromisso soviético de fornecer armas nucleares aos chineses, assumido em 1957, foi rompido em 1959 nos preparativos para um encontro de representantes soviéticos com o presidente norte-americano Dwight Eisenhower, dentro da política de Coexistência Pacífica. A atitude soviética recebeu severas críticas dos chineses, para os quais o imperialismo norte-americano continuava ameaçador. Como represália, em 1960 a União Soviética retirou seus conselheiros técnicos da China.

A política de priorização da produção de bens de consumo e de "desestalinização" adotada por Kruschev distanciava ainda mais o PCUS do PCC. Naquele momento, os chineses procuravam desenvolver a indústria de base, e Mao Tse-tung era venerado como o grande guia chinês, tornando-se alvo da crítica ao culto da personalidade feita pelo líder soviético.

Em 1962, o agravamento das relações sino-soviéticas chegou ao ponto de ruptura, quando o PCC acusou Kruschev e o PCUS de "revisionistas", ou seja, os soviéticos estariam modificando as teses marxistas originais, distanciando-se do socialismo puro.

Já nos anos 1970, enquanto o monolitismo socialista se desestruturava, o governo chinês tratava pouco a pouco de aproximar-se diplomaticamente dos Estados Unidos. Essa política possibilitou seu ingresso na ONU (1971) e a visita do presidente norte-americano, Richard Nixon (1972) à China. Com uma política autônoma, os chineses tornaram-se militarmente autossuficientes, adquirindo também poderio nuclear: explodiram sua primeira bomba atômica em 1964 e a de hidrogênio em 1967.

Em 1969, as relações entre a China e a União Soviética haviam se deteriorado de tal forma que entre os dois países socialistas existiam apenas algumas modestas transações econômicas e questões diplomáticas de rotina. Somente a partir de 1986 ocorreram progressos na reaproximação entre eles.

Reprodução/Coleção particular

Cartaz chinês de 1967 criticando a política de Kruschev. O conflito sino-soviético derivava de divergências ideológicas, mas afetava pontos políticos e econômicos entre os dois países.

Mesmo com a mobilização geral da população, inclusive de intelectuais e estudantes conclamados a trabalhar no campo, e com o crescimento da produção rural em 65%, as dificuldades continuaram obrigando a correções de rumo. Na verdade, o projeto Grande Salto teve resultados limitados, uma vez que, nesse mesmo período, as relações sino-soviéticas tornaram-se mais difíceis, intensificando as dissidências e a oposição interna ao Partido Comunista Chinês.

Com o objetivo de se fortalecer pessoalmente, Mao Tse-tung deu início, em meados da década de 1960, a um movimento de expurgos a opositores políticos dentro do governo – a **Revolução Cultural** –, que envolveu toda a população chinesa.

Hulton Archive/Getty Images

▲ O culto de Mao Tse-tung: o pequeno *Livro vermelho*. Na foto de 1968, crianças leem o livro em praça pública.

Esse movimento, que começou tentando integrar o trabalho manual ao intelectual, ativou o fervor revolucionário, a participação popular e a produtividade e atacou a burocratização partidária e governamental. Logo desdobrou-se em críticas ao PCC, aos opositores de Mao, apelidados de "pró-burguesia" e "kruschevistas", atraindo a participação de toda a sociedade contra o inimigo capitalista.

Os *dazibaos*, jornais murais públicos feitos por populares, espalharam-se pelo país, generalizando o movimento – que em pouco tempo se transformou numa luta pelo poder empreendida pelo grupo maoista.

Zhou Thong/Album/akg-images/Latinstock

▲ Manifestação da Guarda Vermelha na província de Ning Xian. Foto de data incerta, entre 1966 e 1968. A Guarda Vermelha era constituída basicamente de jovens, mobilizados para divulgar o pensamento de Mao Tse-tung e combater aquilo que se opunha à China idealizada pelo líder. Na foto, repare nos exemplares de *dazibaos* afixados nas paredes.

Sustentado pelo Exército Popular de Libertação, liderado por **Lin Piao**, o grupo maoista opunha-se ao grupo de **Liu Shaochi** e **Deng Xiaoping**, fortes adversários de Mao dentro do Partido Comunista Chinês, que acabaram sendo perseguidos e forçados a fazer autocrítica pública. Com isso, reforçava-se a campanha em favor da liderança de Mao.

Multiplicaram-se as organizações revolucionárias, inspiradas na obra *Pensamento de Mao Tse-tung*, que ficou conhecido como *Livro vermelho*. Nele, firmavam-se as ideias de reeducação socialista, de críticas ao burocratismo, de fidelidade a Mao e permanente alerta contra o inimigo.

Chiang Ching, esposa do líder chinês, comandava o Grupo Central da Revolução Cultural, que reprimiu não só os acusados de direitistas, como também os ultraesquerdistas, que pretendiam aprofundar ainda mais as críticas e o andamento da própria revolução.

No final de 1967 e início de 1968, consolidou-se a autoridade de Mao, que expurgou do partido seus opositores, entre os quais Deng Xiaoping. Mao sobrepôs-se até mesmo ao PCC, transformando-se no líder máximo nacional, a quem chamavam de "o grande timoneiro". A partir de 1970, entrou em choque com Lin Piao, seu sucessor nomeado e chefe do Exército Popular, organização mais forte que o próprio partido.

Derrubado do comando militar, Lin Piao morreu em 1971, segundo versão oficial, vítima de um acidente aéreo quando tentava fugir para a União Soviética.

Em janeiro de 1976, morreu o primeiro-ministro Chou En-lai, habilidoso diplomata e conciliador das várias tendências do PCC. Em setembro do mesmo ano, Mao Tse-tung morreu aos 83 anos de idade, abrindo um novo período de disputa pelo poder na China.

Mao deixou a seus sucessores uma China bastante diversa da que herdara no início da revolução de 1949: tanto a população, graças à redução da mortalidade infantil, quanto a expectativa de vida média haviam praticamente dobrado. Mesmo sem conseguir eliminar o analfabetismo, com mais de um quarto da população marginalizada da formação básica, a China de Mao havia multiplicado por seis as matrículas nas escolas primárias.

A China pós-Mao

Em fins de 1976, **Hua Kuofeng** assumiu o governo chinês, imprimindo uma linha política de centro. Em 1977 ocorreu a reabilitação de Deng Xiaoping e, à medida que se deu sua ascensão no PCC, o grupo de Chiang Ching foi marginalizado. Presa e julgada em 1981, Chiang Ching foi condenada como responsável pelos excessos da Revolução Cultural: perseguições, imposição de autocríticas sobre atuações e erros quanto a concepções socialistas e culto à personalidade.

Deng Xiaoping, agora líder do governo chinês, iniciava o período de "desmaoização" do país, afastando do governo os mais fiéis seguidores de Mao Tse-tung. No final dos anos 1980, a imagem de Mao perdera a força que possuíra durante mais de trinta anos.

Deng Xiaoping tinha como meta modernizar a agricultura, a indústria, a defesa e a ciência e tecnologia. Essas medidas atraíram para a China uma imensa onda de investimentos externos. O predomínio agrário da época de Mao se revertia, e na década de 1980 a população rural já era inferior a 80% da população total.

Após a morte de Deng Xiaoping, em fevereiro de 1997, e a liderança política seguinte, de **Jiang Zemin**, ficaram patentes duas incógnitas para a continuidade do desenvolvimento chinês. Em primeiro lugar, a questão da maior integração ao capitalismo globalizado e sua convivência com a burocracia herdada da ordem socialista, a corrupção e a ineficiência produtiva. Em segundo lugar, a falta de simetria entre a abertura econômica e liberdades políticas, além dos efeitos da ampliação das desigualdades sociais, resultante da adoção da economia de mercado.

Esse quadro estava evidente nas pressões pela liberalização política na China durante a década de 1980, atingindo seu ápice em abril de 1989, com a ocupação popular da **Praça da Paz Celestial**, no centro de Pequim. Como um novo "assalto ao céu" (busca do paraíso socialista), exigiu-se liberdade de manifestação e de imprensa, num movimento liderado por estudantes em defesa da democratização do país. Entretanto, o governo adotou uma linha repressiva, sufocando o movimento à força e recusando-se a ampliar as liberdades políticas nos anos seguintes.

Neste início do século XXI, sob o comando de **Jiang Zemin** e de **Hu Jintao** (nomeado em novembro de 2002 como sucessor de Zemin), a China continua aumentando a abertura ao sistema capitalista, combinando-a com a ordem comunista herdada da revolução de 1949. Assim, há certa liberdade econômica: os chineses podem ter seus próprios negócios, o país está aberto a investimentos estrangeiros, existem maiores vínculos com o circuito de negócios internacionais, admite-se o consumismo e a população tem liberdade para viajar ao exterior. Essa economia mais aberta, no entanto, contrapõe-se à manutenção de uma férrea estrutura política baseada no regime de partido único e ao controle estatal das comunicações, além da censura e repressão às manifestações contrárias ao partido.

CNN/Getty Images

▲ A violenta repressão à ocupação da Praça da Paz Celestial por estudantes, em 1989, valeu ao governo de Deng Xiaoping a condenação internacional. Acima, imagem de vídeo em que um estudante tenta barrar o avanço de tanques com seu próprio corpo, em protesto contra o autoritarismo governamental em Pequim.

Ringo Chiu/Zuma Press/Easypix Brasil

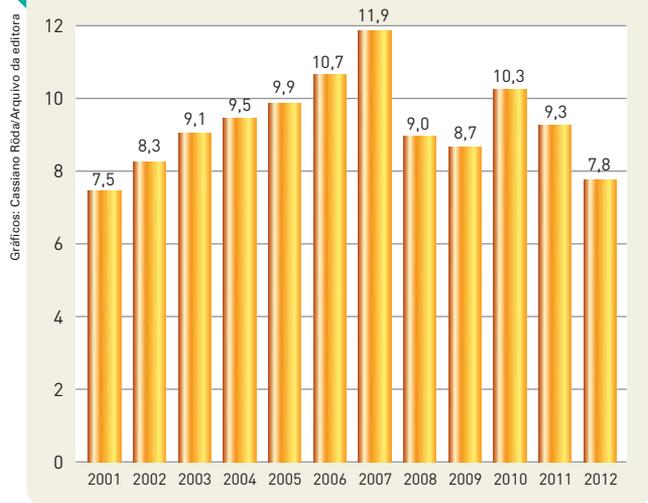
▲ Rua comercial de Pequim, China. Foto de abril de 2012.

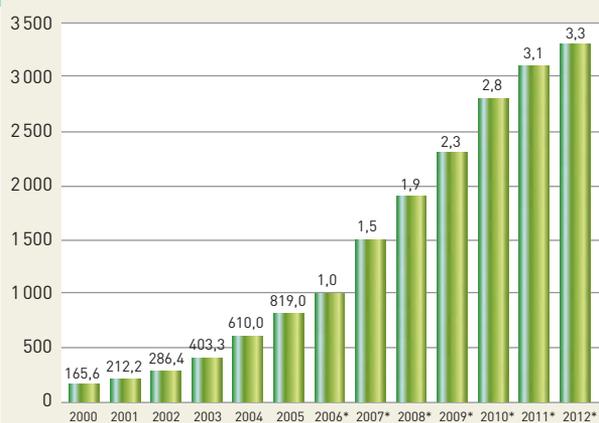
Em contrapartida, o sucesso econômico chinês evidenciou-se nos últimos anos com a admissão do país na Organização Mundial de Comércio (OMC) em novembro de 2001, a entrada de empresários no PCC e as seguidas taxas de crescimento econômico superiores a 7,5% até 2012.

Outro fator visível da pujança da economia chinesa eram suas reservas internacionais, que passaram de US$ 819 bilhões em 2005 para US$ 3,3 trilhões em 2012. O vertiginoso crescimento alçou o país de quarta maior economia do mundo (atrás dos Estados Unidos, Japão e Alemanha) à segunda posição em 2010, abaixo apenas dos Estados Unidos. Tal quadro deu respaldo à afirmação repetida por muitos analistas quanto a sua situação: país que experimenta "uma *perestroika* sem *glasnost*".

perestroika: expressão em russo para denominar reestruturação econômica ocorrida no governo de Gorbatchev.

glasnost: expressão em russo para denominar abertura política ocorrida no governo de Gorbatchev.

Variação anual do PIB chinês (em %)

Gráficos: Cassiano Röda/Arquivo da editora

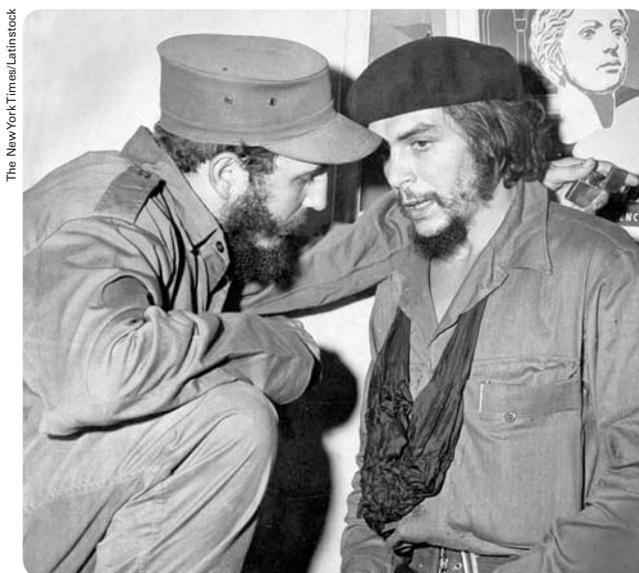
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
%	7,5	8,3	9,1	9,5	9,9	10,7	11,9	9,0	8,7	10,3	9,3	7,8

Org. pelo autor.

Org. pelo autor.

A Revolução Cubana (1959)

Liderada pelo poeta José Martí, a independência cubana, em 1898, logo esbarrou na política do *Big Stick* ("grande porrete") – que, como já vimos, era utilizada pelos Estados Unidos para justificar seu intervencionismo na América Latina e estava sintetizada nesta frase do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909): "Devemos falar macio, mas carregar um grande porrete". Seguindo essa política, os Estados Unidos fizeram incluir na Constituição cubana de 1901 a Emenda Platt, dando início à tutela político-econômica norte-americana sobre Cuba. Além de ceder aos Estados Unidos uma área de 117 quilômetros quadrados – a Baía de Guantánamo, ainda hoje uma base norte-americana em solo cubano –, Cuba ficou sob ameaça de uma invasão norte-americana e o jugo de governos locais ditatoriais, como o de Gerardo Machado, até 1933, e o de Fulgêncio Batista, de 1934 a 1958.

Na década de 1950, entretanto, a oposição à ditadura cresceu consideravelmente, com o surgimento de movimentos guerrilheiros sob a liderança de Fidel Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto "Che" Guevara, que a partir de 1956 obtiveram sucessivas vitórias e ocuparam várias cidades e povoados. Em 31 de dezembro de 1958, Fulgêncio Batista, derrotado, fugiu de Cuba para a vizinha República Dominicana.

The New York Times/Latinstock

▲ Fidel Castro, à esquerda, conversa com Che Guevara, em foto de 1959.

A política de mudanças adotada pelo governo revolucionário, a partir de 1959, chocava-se fortemente com os tradicionais interesses dos Estados Unidos no país. A realização de reforma agrária e a nacionalização das refinarias de açúcar, usinas e indústrias – a

maior parte pertencente a norte-americanos – levaram os Estados Unidos a suspender a importação do açúcar cubano. Sendo a venda do açúcar vital para a economia de Cuba, um novo mercado precisaria ser criado, e o país voltou-se para os soviéticos.

A ligação de Cuba ao bloco soviético serviu de justificativa para o governo de John Kennedy tomar medidas radicais. Em janeiro de 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba e, em abril, um grupo de soldados formado por exilados cubanos e mercenários norte-americanos desembarcou na Baía dos Porcos, recebendo apoio da força aérea, numa tentativa de derrubar Fidel Castro. O completo fracasso aumentou o prestígio do líder cubano.

Em seu primeiro discurso ao país após a vitória, Fidel anunciou formalmente ao mundo que Cuba passava a se considerar um país socialista. Ao entrar para esse bloco, Cuba se tornou um importante ponto estratégico para a União Soviética, que promoveu a tentativa de instalação de mísseis na ilha, originando a crise dos mísseis de 1962, como vimos anteriormente.

Em 1962, em plena atmosfera de Guerra Fria, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob a acusação de que disseminava a subversão pelo continente, embora contasse com aliados de peso na América, como o México. Simultaneamente, John Kennedy lançou para a América Latina a **Aliança para o Progresso**, programa de ajuda econômica que veiculava ideais norte-americanos, numa tentativa de combater as influências da Revolução Cubana sobre outras regiões do continente.

▲ Marcha de camponeses e pequenos agricultores do interior de Cuba para Havana, a fim de participarem das manifestações em apoio ao governo revolucionário. Foto de junho de 1959.

O isolamento forçado de Cuba serviu de motivo para o governo apoiar os movimentos guerrilheiros que ocorriam em diversos pontos do continente, tentando subverter os poderes estabelecidos, que eram aliados aos Estados Unidos. Na Bolívia, Colômbia e países centro-americanos, atuava pessoalmente o líder da Revolução Cubana, "Che" Guevara, que acabou morto em outubro de 1967 na Bolívia.

À atitude ofensiva cubana, os Estados Unidos responderam com uma política de apoio aos golpes militares do continente, implantando governos ditatoriais para afastar o perigo comunista ou atuando militarmente contra governos apoiados por Cuba, como o governo sandinista na Nicarágua.

Nos anos 1980, a América Central transformou-se numa região de guerra civil, de guerrilhas e crise, mas, no início da década seguinte, o apaziguamento internacional promovido pelo presidente norte-americano George Bush e pelo presidente soviético Mikhail Gorbatchev motivou, ainda que brandamente, uma reversão desse quadro.

A Revolução Cubana, no contexto da América Latina, foi uma forma diferenciada de enfrentar os problemas de miséria e ditadura produzidos pelo subdesenvolvimento, cujas soluções passavam pelo não alinhamento automático com os Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. Assim, após mais de 25 anos da revolução, o governo cubano, a despeito de várias dificuldades, pôde proclamar que conseguira o fim do desemprego e da miséria e que o analfabetismo fora erradicado do país.

1962: a crise dos mísseis

Adaptado de: HISTOIRE-GÉOGRAPHIE. Paris: Hatier, 1991. p. 115.

Porém, as mudanças no Leste Europeu e a derrocada da União Soviética, entre 1989 e 1991, que veremos a seguir, fortaleceram as pressões por reformas que eliminassem o monolitismo, obstáculo a uma abertura sintonizada com as transformações dos ex-socialistas e exigidas pelos países capitalistas. Ao mesmo tempo, o bloqueio econômico dos Estados Unidos implementado desde 1961 multiplicava as dificuldades da população cubana e do próprio regime socialista. Têm sido tão negativos os efeitos dessa política que muitas das conquistas sociais, econômicas e culturais obtidas até os anos 1980 foram anuladas ou estão sob ameaça.

A enorme retração econômica do Leste Europeu, provocada pelo esfacelamento da União Soviética, levou os dirigentes comunistas cubanos a tentar, em meados da década de 1990, um reformismo econômico e uma aproximação com a comunidade internacional discordante do bloqueio norte-americano. Após adotar por décadas o lema revolucionário castrista "socialismo ou morte", passavam, pragmaticamente, a dizer "queremos capital, e não capitalismo". Outro mecanismo adotado pelo governo cubano foi o incremento do turismo, atraindo divisas que ajudaram a enfrentar a asfixia econômica.

Muitas pressões da comunidade internacional têm sido feitas pelo fim do bloqueio norte-americano a Cuba, mas uma posição contrária é defendida pela comunidade cubana estabelecida na Flórida. Muitos desses cubanos que estão nos Estados Unidos tinham deixado Cuba por serem opositores à revolução liderada por Fidel Castro ou por serem contrários aos encaminhamentos empreendidos pelo governo cubano na pós-revolução. Desses, muitos deixaram Cuba em balsas improvisadas ou asilando-se em embaixadas de outros países, principalmente quando em viagens ao exterior. Ao apoiarem o isolamento internacional, esses cubanos da Flórida acreditavam que a pobreza dele decorrente acabaria por derrubar Fidel Castro. Estabelecidos em grande número nesse estado norte-americano, os cubanos exerciam, no final dos anos 1990, um enorme peso nas eleições locais e, com suas ramificações, influenciavam a política externa dos Estados Unidos.

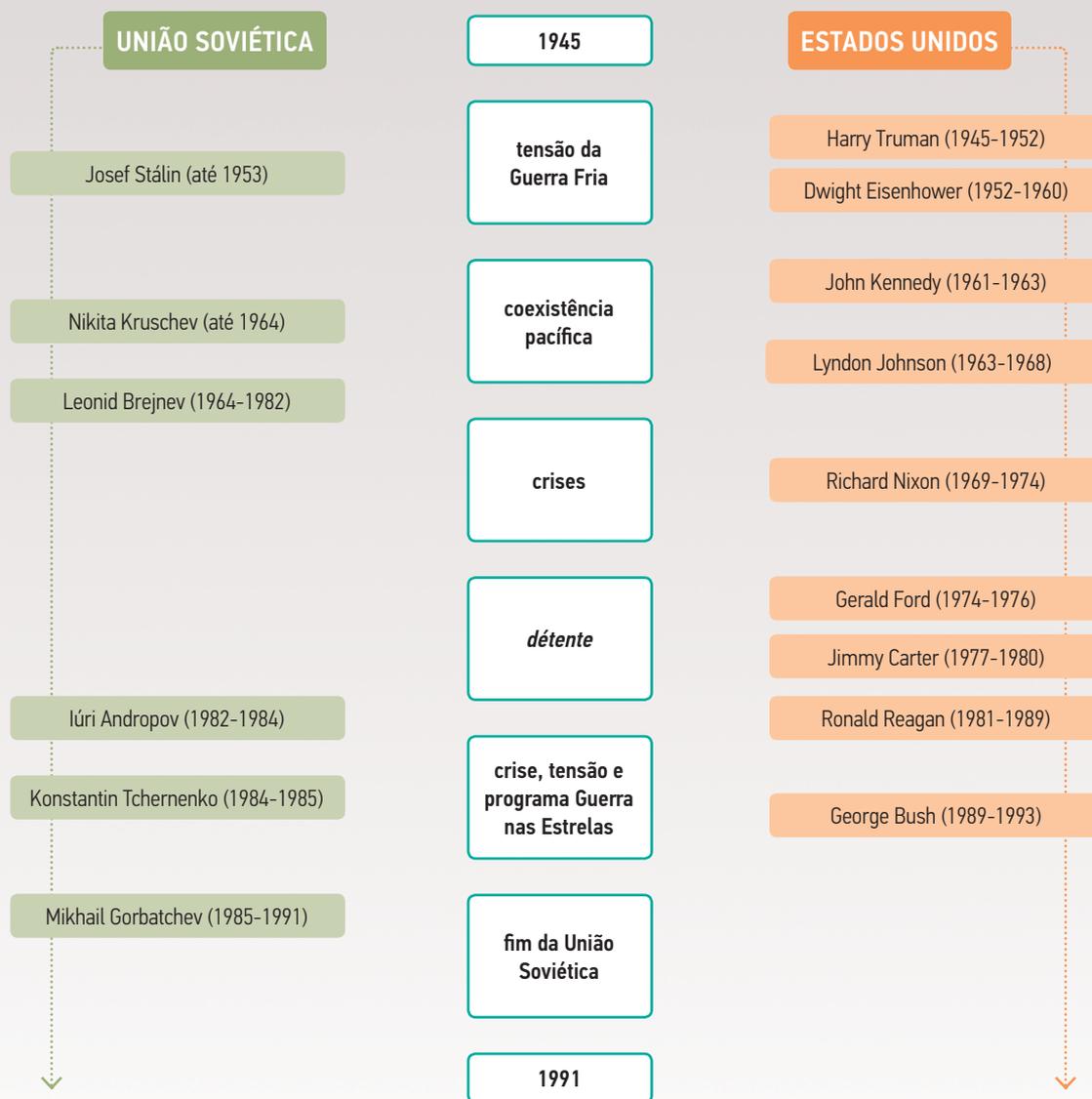
Nos últimos anos vigorou em Cuba uma política pendular de isolamento e reaproximação, de acusações e agravamento de tensões nas relações do governo com vários países, seguidas de abrandamento, especialmente com os Estados Unidos e países da União Europeia. Foi nesse quadro que se integrou a visita do papa João Paulo II à ilha, em 1998, bem como o crescente intercâmbio comercial e os financiamentos canadenses e europeus concedidos ao país. Mesmo assim, dissidências internas e oposição à ordem política, seguidas de repressão e prisões, têm sido destacadas como indicadoras de uma estrutura fechada e antidemocrática, motivo de críticas e de entrave à maior integração de Cuba no circuito dos negócios e da política internacional.

Importante aliado de Cuba, num crescente intercâmbio comercial, tem sido a Venezuela. Os acordos com o governo venezuelano de Hugo Chávez garantiram a Cuba o abastecimento de cerca de um terço do petróleo consumido na ilha a partir de 2004, em troca de medicamentos genéricos, assistência de equipes médicas e profissionais da educação e implantação de núcleos de produção de vacinas, além de colaboração na criação de centros de processamento de leite de soja, para atender às escolas da Venezuela. Outro importante parceiro comercial de Cuba nos últimos anos é a China, que junto com a Venezuela têm representado grande parte do comércio internacional do país.

Em 2006, Fidel afastou-se do comando político por problemas de saúde, passando o poder a seu irmão Raúl Castro. Nos últimos anos continuaram as dúvidas sobre o futuro da ilha quanto a mudanças políticas e maior integração à comunidade internacional, especialmente quanto à normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba, defendida pela maioria dos países do continente americano.

Marcelino Vazques/Agência France-Presse/Getty Images

▲ Fidel Castro e Hugo Chávez (foto de 2004, Havana) criaram a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas). Chávez foi eleito presidente da Venezuela pela primeira vez em 1998 e reeleito outras vezes. Após sofrer um golpe frustrado apoiado pelos Estados Unidos em 2002, ganhou popularidade e ampliou seus poderes governamentais. Contando com imensos recursos advindos da produção petrolífera, Chávez deu início ao que denominou "revolução socialista bolivariana", estatizando empresas e firmando alianças internacionais antinorte-americanas. Em 2012 obteve a aceitação da Venezuela como membro do Mercosul e, na reeleição de outubro, foi vitorioso para mais um mandato. Entretanto, Chávez não pôde realizar o juramento oficial de posse do novo mandato presidencial em janeiro de 2013 por problemas de saúde, passando mais de dois meses em Cuba para tratamento de um câncer na região pélvica, só retornando à Venezuela em fevereiro de 2013 e falecendo em março do mesmo ano.

PARA RECORDAR: Os comandos políticos na Guerra Fria

ATIVIDADES

Responda as questões propostas com base no esquema-resumo e no que você estudou ao longo do capítulo.

1. Faça uma lista dos conflitos relacionados à Guerra Fria citados no capítulo e no esquema-resumo. Em seguida, responda as questões em seu caderno:

a) É possível caracterizar a Guerra Fria como um conflito localizado e que envolveu apenas Estados Unidos e União Soviética? Justifique sua resposta com exemplos.

b) Retome as nações citadas ao longo do capítulo. Divida-as em duas listas: uma destacando os aliados dos Estados Unidos e outra elencando aliados da União Soviética.

2. A Guerra Fria, além de ter sido uma disputa pelo poder econômico e político entre duas nações, envolveu também um componente ideológico.

a) Identifique quais eram as ideologias apoiadas por Estados Unidos e URSS.

b) Em seguida, explique como essa disputa por projetos de sociedade esteve presente em pelo menos dois conflitos trabalhados no capítulo.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto historiográfico

Leia o texto abaixo de historiadores brasileiros sobre a Revolução Cubana e responda as questões propostas a seguir:

De fato, a Revolução Cubana marcou a história da América Latina. Ela passou a ser símbolo de liberdade que passava pela vitória frente aos Estados Unidos. O governo de Washington estava ciente do potencial revolucionário latino-americano e temeroso do exemplo cubano. Em março de 1961, Washington lançou a "Aliança para o Progresso", pacote pelo qual se pretendia acabar com as tentativas revolucionárias dos latino-americanos. Reconhecendo a situação de miséria do continente, o plano apontava a necessidade de mudanças no perfil social na América Latina, e mais do que generosidade, o plano revela a temeridade americana com relação a influência da Revolução Cubana na região. Prometia muitos benefícios e dinheiro em troca da ruptura com Havana.

GUERCIO, Maria Rita; CARVALHO, Dorisney de. Cuba e Estados Unidos: uma história de hostilidades. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 133.

a) De acordo com o texto, por que a Revolução Cubana foi um marco na História da América Latina? Justifique.

b) De que maneira o reconhecimento da miséria no continente latino-americano e a oferta de recursos poderiam, na visão dos Estados Unidos, evitar a propagação de revoluções? Elabore uma justificativa baseada no que você estudou neste capítulo sobre a Revolução Cubana.

c) No contexto da Guerra Fria, qual era a preocupação dos Estados Unidos diante de episódios como a declaração do caráter socialista da Revolução Cubana e o alinhamento de Cuba com a União Soviética, em 1961?

d) De que maneira esses episódios influenciaram ações como a "Aliança para o Progresso"?

2 Leitura de imagem

Observe o pôster ao lado, elaborado pelo artista gráfico polonês Roman Cieslewicz (1930-1996) em 1968. Em seguida, responda as questões propostas.

Reprodução/Coleção particular

Super-homem, 1968, de Roman Cieslewicz.

a) Quem os personagens retratados pelo artista representam? Se necessário, pesquise na internet o significado das siglas CCCP e USA, estampadas na roupa dos personagens.

b) De que forma o artista retrata essas duas nações? Justifique sua resposta descrevendo aspectos presentes no pôster.

c) Com base no contexto da Guerra Fria – que envolvia o mundo em 1968, ano em que o artista elaborou a imagem –, que relação Cieslewicz sugere entre essas duas nações? Justifique sua resposta com elementos da imagem.

d) De que maneira a localização das siglas CCCP e USA e a posição dos personagens fazem referência à ideologia de cada uma das nações representadas?

3 Análise de texto e reflexão

Leia o artigo abaixo sobre a economia chinesa atual. Em seguida, responda as questões.

Em breve, uma zona comercial comparável àquela criada pelo Mercosul ou à União Europeia será alavancada pela China. Neste ano [2010] o país vai ultrapassar o Japão e se tornar a segunda maior economia do mundo. E deverá ocupar o primeiro lugar até 2026, de acordo com uma estimativa do banco americano Goldman Sachs.

Sessenta anos depois, retomando uma declaração de Mao Tsé-tung feita em 1º de outubro de 1949, o seu sucessor (distante) Hu Jintao fez a seguinte avaliação: "Hoje a China se mantém de pé graças às realizações do socialismo". De fato, o reerguimento foi espetacular. Há muito tempo o país deixou de ser humilhado ou desmembrado pela Europa e pelo Japão. E, mais importante, uma parte de sua população tornou-se próspera.

Contudo, o socialismo é outra conversa... Tão estranha à realidade que se pode até mesmo afirmar que o crescimento chinês (de 9,6% em 2008, de 8,7% em 2009) auxiliou, em parte, a locomotiva estadunidense em pane. E contribuiu para a convalescência de um sistema capitalista que acabava de amargar sua principal derrocada desde 1929.

HALIMI, Serge. O "modelo" de Pequim. In: LE MONDE Diplomatique Brasil, 3 fev. 2010. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=626>. Acesso em: 16 fev. 2013.

a) Qual é o feito da economia chinesa destacado pelo texto?

b) É correto afirmar que o autor do texto concorda com a opinião de Hu Jintao de que os feitos da economia chinesa ocorreram "graças às realizações do socialismo"? Por quê?

c) De acordo com o autor do texto, o crescimento da economia chinesa ajudou até mesmo os Estados Unidos a superarem a crise econômica mundial de 2008. Compare essa situação com o conflito ideológico travado durante a Guerra Fria e responda: é correto afirmar que ele permanece? Argumente sua opinião.

4 Pesquisa em *sites*, jornais e revistas

Como vimos no capítulo, a Guerra Fria foi o confronto entre duas superpotências, Estados Unidos e URSS, que interferiu em outros conflitos locais. Um desses episódios que envolveu um embate entre socialismo e capitalismo foi a Guerra da Coreia (1950-1953), entre a República da Coreia, ao sul, sob domínio norte-americano, e a República Popular Democrática da Coreia do Norte, sob influência soviética. Apesar do fim da Guerra Fria, porém, ainda hoje esses países permanecem divididos e frequentemente ocorrem enfrentamentos entre eles.

Para saber mais sobre esse assunto, faça um levantamento em jornais, revistas e na internet de notícias sobre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Procure informações sobre a organização política atual desses países, os conflitos que aconteceram na região nas últimas duas décadas, o posicionamento desses países em relação à política externa estadunidense, além de outras informações que você considerar relevantes. Em seguida, compare as informações encontradas e elabore uma dissertação sobre os atuais conflitos ocorridos na região. Não se esqueça de indicar as fontes utilizadas na pesquisa.

CAPÍTULO 10

Descolonização e lutas sociais no "Terceiro Mundo"

RIA Nowosti/Album/akg-images/Latinstock

▲ Pela independência de Angola, crianças da província de Cabinda são treinadas a manusear rifles em acampamento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Foto de 1970. Em 1975, integrantes do movimento, de tendência marxista, ocuparam a capital Luanda, pondo fim ao domínio português.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Outros sujeitos na política mundial

Com o enfraquecimento europeu resultante da Segunda Guerra Mundial, as antigas metrópoles coloniais não conseguiram manter suas áreas de influência e colônias na África e na Ásia. Apesar da intervenção norte-americana em áreas-chave do mundo, para conter a influência da União Soviética, diversos países lutaram e obtiveram sua independência.

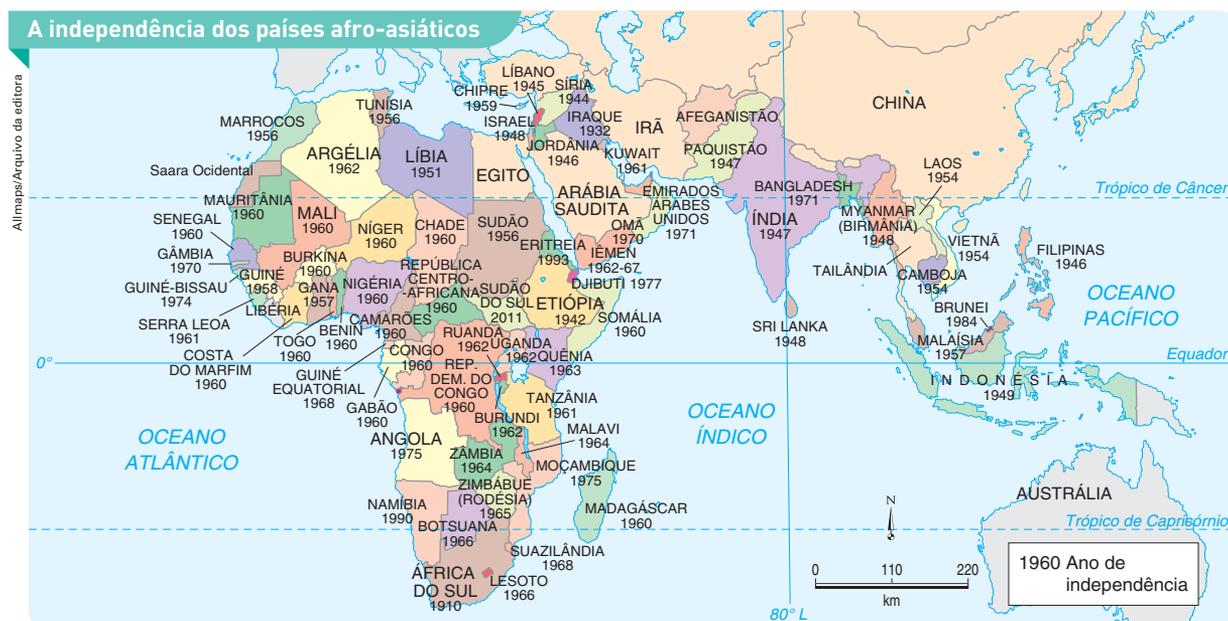
Qual é o papel atual dos países que eram conhecidos como "Terceiro Mundo" nas relações internacionais? Qual é o peso econômico desses países no mundo contemporâneo?

A DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA E ASIÁTICA

Se, por um lado, a Guerra Fria significou a inexistência de um conflito direto entre as superpotências, por outro a disputa entre elas por áreas de influência em todo o mundo deu-se de forma intensa. Foi esse o motivo que fez das ex-colônias africanas e asiáticas, transformadas em países independentes, um grande palco de guerras. Observe no mapa a seguir os países independentes na África e na Ásia.

Entre as décadas de 1950 e 1960, mais de 40 países africanos e asiáticos conseguiriam a independência, reflexo da decadência europeia, do apoio das Nações Unidas e dos interesses dos Estados Unidos e da União Soviética. Surgiam as nações do chamado Terceiro Mundo, capitalistas ou socialistas, embora todas com um passado colonial e tendo sido vítimas de exploração econômica externa. A esse grupo de nações pode-se acrescentar a América Latina.

Em 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, discutiu os problemas do Terceiro Mundo, reunindo 29 nações africanas e asiáticas. Foram declarados o apoio às lutas anticoloniais e o combate ao racismo. Procurou-se também uma posição alternativa à bipolarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética, o que ficou conhecido como **não alinhamento**.

Adaptado de: PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S.Paulo, 1995, p. 272-3.

▲ Submetidos por séculos à dominação colonial europeia, os continentes africano e asiático em poucos anos passaram a abrigar algumas dezenas de novas nações.

Ásia

No continente asiático, um dos processos de independência mais importantes que ocorreram foi o da **Índia**. O domínio britânico no século XIX ampliou os negócios com os indianos, seguido pela construção de ferrovias, sistemas administrativos e educacionais de estilo ocidental. A partir da abertura do Canal de Suez, em 1869, até o final dos anos 1920, o comércio exterior indiano cresceu sete vezes. Mesmo assim, diante do aumento populacional – entre 1881 e 1931 a população cresceu de 253 milhões para 352 milhões – e a sujeição aos britânicos, não houve uma alteração na situação geral de pobreza, alimentando a conscientização de uma identidade indiana, reforçada pelo racismo britânico. Esse processo esteve ligado à formação do Partido do Congresso (ou Congresso Nacional indiano) pelos hindus, em 1885, e à Liga Muçulmana, organizada pela população islâmica em 1906. Na década de 1920, **Mahatma Gandhi** ganhou destaque na luta contra os ingleses por meio de seu projeto de não violência e boicote aos produtos ingleses. No início da década seguinte, Gandhi criou o movimento de desobediência civil, cuja atuação resultou na sua prisão pelos ingleses, confirmando sua liderança e impulsionando o movimento de libertação.

Embora usassem de violência na repressão ao movimento nacionalista da Índia, os ingleses tentaram evitar um confronto aberto, isto é, uma guerra total. Depois de 1945, os britânicos não alimentavam esperanças realistas de preservar o legado imperial. Os recursos do país estavam extremamente escassos, e os

custos de manutenção, até mesmo no império índico, já não eram contrabalançados por vantagens econômicas e estratégicas: enquanto em 1913, as exportações destinadas ao subcontinente índico chegavam a quase um oitavo do total das exportações britânicas, depois da Segunda Guerra Mundial estas representavam apenas 8,3%, com tendência à queda. Em todo caso, era evidente que a pressão em prol da independência se tornara irresistível.[1] Em 1947, acabaram cedendo a independência à Índia, mantendo, na medida do possível, seus interesses econômicos.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Gandhi lutava pela independência da Índia seguindo o princípio da não violência. Na foto de 1947, Gandhi com suas netas em Nova Délhi.

As divisões internas no país, entre **hindus** e muçulmanos, levaram ao surgimento de duas nações, a União Indiana (Índia), governada pelo primeiro-ministro Nehru, e o Paquistão, muçulmano. Essa divisão gerou violenta migração de hindus e muçulmanos em direções opostas da fronteira e resultou em sérios conflitos. Em 1948, o próprio Gandhi foi assassinado.

Em toda a região, a independência política não eliminou a miséria, sendo a Índia, no final do século XX, uma das mais pobres nações do planeta. Entretanto, a busca pela afirmação nacional fez com que o país investisse em centros de excelência, como a pesquisa nuclear (a Índia possui armas nucleares desde 1974), tecnologia espacial e de informática. Mesmo assim, os conflitos étnicos e religiosos continuaram constantes no país, bem como a violência política.

Nos últimos anos a Índia, com uma população de cerca de 1,2 bilhão de habitantes, 37% dela vivendo em situação de pobreza absoluta, ganhou destaque com seu continuado crescimento econômico. Com tal quadro, o economista-chefe do banco de investimentos Goldman Sachs, Jim O'Neill, apontou o país, junto com as economias do Brasil, da Rússia e da China, como as mais promissoras de desenvolvimento econômico, criando o termo Bric (juntando as primeiras letras dos nomes desses países), uma denominação bastante usada recentemente na mídia sobre assuntos econômicos.

A Indochina, inicialmente colonizada pela França, foi ocupada pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial. A resistência popular armada à ocupação japonesa transformou-se em luta pela libertação nacional após o fim da guerra. **Ho Chi-minh**, líder nacionalista, fundou o ***Vietminh***, movimento pela libertação do Vietnã, que iniciou prolongada luta de guerrilhas contra a França. Em 1954, os franceses foram derrotados na **Batalha de Dien Bien-phu**, forçando a negociação de uma retirada francesa do país.

A Conferência de Genebra, logo após a derrota militar francesa, decidiu que o **Vietnã** ficaria dividido em duas partes até que se realizassem eleições livres: o Vietnã do Norte, comunista, liderado por Ho Chi-minh, e o Vietnã do Sul, capitalista, governado por Bao Dai.

Entretanto, organizou-se no sul um forte movimento popular (o *Vietcong*) pela unificação do país que logo iniciou violenta guerra de guerrilhas na região. Os Estados Unidos não permitiram a realização das eleições e, diante da crescente atuação dos guerrilheiros, passaram a apoiar o governo do Vietnã do Sul, promovendo a queda de Bao Dai e sua substituição por ditadores submissos a Washington, que abriram o país à intervenção militar norte-americana e, assim, deram início à **Guerra do Vietnã**.

Indochina: termo adotado pela França para referir-se a sua colônia do Sudeste Asiático, situada entre as culturas indiana e chinesa, que compreendia os atuais países do Vietnã, Laos e Camboja.

***Vietcong*:** (Viet Nam Cong sam) comunistas do Vietnã, expressão criada em 1960 no Vietnã do Sul.

A partir de 1965, o conflito se intensificou, com a intervenção maciça de tropas norte-americanas e o emprego de sofisticado armamento contra a guerrilha sul-vietnamita. Simultaneamente, ocorria o bombardeio em larga escala do Vietnã do Norte, acusado de apoiar a guerrilha do sul.

A impopularidade da guerra nos Estados Unidos e a dificuldade de obter uma vitória militar decisiva no campo de batalha acabaram resultando numa retirada gradual das tropas norte-americanas do país. Finalmente, em 1975, a cidade de Saigon foi tomada pela guerrilha, encerrando formalmente a guerra e unificando o país.

[1] JUDT, Tony. *Pós-Guerra:* uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 301.

Adaptado de: SCALZARETTO, R.; MAGNOLI, D. *Atlas:* geopolítica. São Paulo: Scipione, 1996. p. 32.

▲ Na foto de 1972, crianças vietnamitas fugindo de bombardeio de *napalm* (gasolina gelatinosa usada como bomba incendiária) da aviação norte-americana. Além do Vietnã, dividido e sob intervenção norte-americana e confrontação generalizada, também o Laos e o Camboja mergulharam na violência da guerra e das disputas da Guerra Fria. No Camboja, o governo do grupo guerrilheiro Khmer Vermelho radicalizou o extermínio de rivais e opositores, deixando, segundo dados oficiais, 2,8 milhões de mortos e centenas de milhares desaparecidos.

CONTEÚDO DIGITAL

No **Oriente Médio**, em 1947, ao final da Segunda Guerra Mundial, a ONU dividiu o território da **Palestina**, então sob administração inglesa, em duas áreas: uma judaica e outra palestina. Os dois povos reivindicavam o território, baseados em disputas milenares que remontavam aos tempos bíblicos. Submetendo os dois lados, a colonização inglesa atenuou os conflitos. Entretanto, em 1948, por determinação das Nações Unidas, os ingleses se retiraram da região.

No mesmo ano, foi criado o **Estado de Israel**. Os países árabes vizinhos (Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria) saíram em defesa dos palestinos, que se consideraram prejudicados pela partilha realizada pela ONU. Iniciou-se a **Primeira Guerra Árabe-Israelense** (1948-1949), que resultou na vitória de Israel, na ampliação do seu território e no desencadeamento de uma permanente tensão na região.

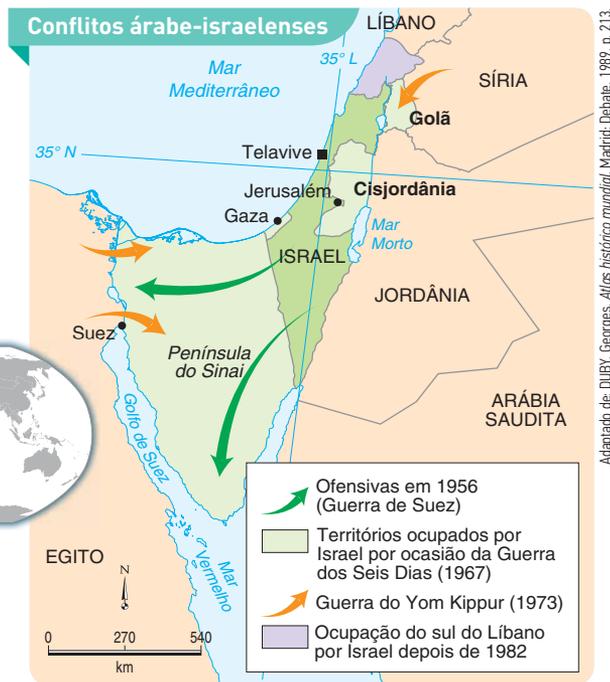
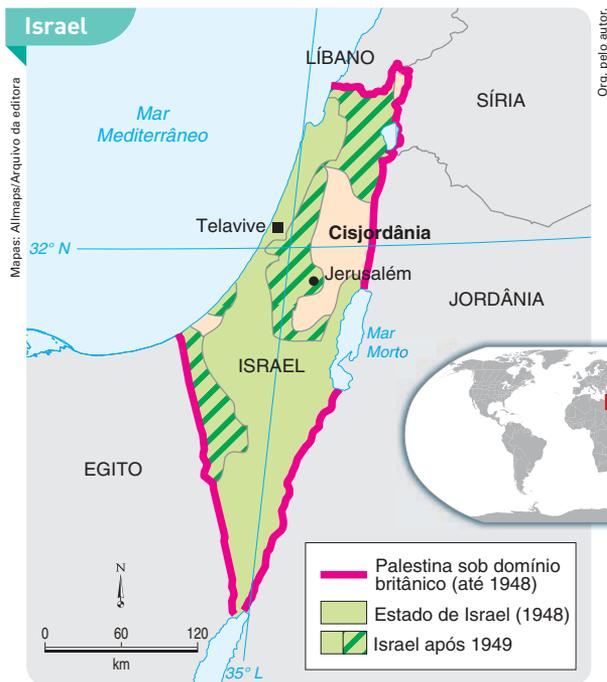
O conflito árabe-israelense passou para a órbita da Guerra Fria com o apoio dado pelos Estados Unidos a Israel, o que forçou os países árabes a uma aproximação com a União Soviética.

Em 1956, o Egito, governado por Gamal Abdel Nasser, decidiu pela nacionalização do Canal de Suez, meio de ligação vital entre o Mediterrâneo e o Índico-Pacífico. Essa iniciativa levou França e Inglaterra a uma intervenção armada no país, com o apoio de Israel, cujas tropas tomaram toda a Península do Sinai: foi a **Segunda Guerra Árabe-Israelense**. A intervenção da ONU e o desejo das superpotências de não generalizar a guerra na região levaram à restauração da situação anterior à guerra.

Em 1967, a tensão na região voltou a crescer. A **Organização para a Libertação da Palestina** (OLP) organizava guerrilhas, enquanto as tropas pacificadoras da ONU se retiravam da Península do Sinai, deixando frente a frente tropas israelenses e egípcias.

O bloqueio de portos israelenses pelo Egito acabou desencadeando a **Guerra dos Seis Dias** ou **Terceira Guerra Árabe-Israelense**. Em pouco tempo, tropas de Israel tomaram o Sinai, a Faixa de Gaza e as colinas de Golã, na fronteira com a Síria.

O prolongado domínio israelense sobre os territórios conquistados em 1967 gerou enorme insatisfação nos países árabes e a preparação de uma nova guerra, que explodiu em 1973: a **Guerra do *Yom Kippur*** (o "Dia do Perdão" judaico) ou **Quarta Guerra Árabe-Israelense**. A iniciativa árabe de reconquista de alguns territórios foi logo detida. Mais uma vez, as pressões das superpotências encerraram o conflito, com a manutenção de Israel nos territórios ocupados em 1967.

Em 1979, o egípcio Anuar Sadat e o israelense Menachem Begin assinaram os **acordos de *Camp David***, nos Estados Unidos, com a mediação do presidente norte-americano Jimmy Carter, encerrando as disputas entre Egito e Israel. A questão palestina, todavia, continuou existindo, com a OLP lutando pela criação de um Estado independente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Observe os mapas a seguir.

No mapa à esquerda, podem-se ver as etapas de formação do Estado de Israel e, no da direita, as sucessivas guerras árabe-israelenses e o difícil equilíbrio político da região.

Durante toda a década de 1980, continuaram os conflitos no Oriente Médio, incluindo a ocupação israelense do Líbano e as **intifadas** ("revolta das pedras") – conflitos de rua entre população palestina e tropas israelenses – em territórios palestinos ocupados por Israel.

Apenas na década de 1990, uma pretensa paz definitiva foi esboçada na região. Em 1993, **Yitzhak Rabin**, primeiro-ministro de Israel, e **Yasser Arafat**, líder histórico da OLP, assinaram um acordo segundo o qual a organização palestina reconhecia o Estado de Israel e renunciava à violência, enquanto Israel concedia autonomia aos palestinos (ainda que limitada) em certas áreas de Gaza e Cisjordânia. Mesmo assim, prevaleceram as dificuldades herdadas de décadas de confrontação, como o radicalismo político e religioso (fundamentalismo) tanto dos árabes como dos israelenses. Um duro golpe nesse processo de paz deu-se com o assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995, por um fanático israelense.

Ao longo da década de 1990, continuaram ocorrendo conflitos localizados entre palestinos e israelenses, ao mesmo tempo que se promoviam novos entendimentos e encontros de cúpula, especialmente em 1999 e 2000. Sob supervisão principalmente dos Estados Unidos, os dois lados discutiam os impasses da região, disputada em décadas de confrontos: assentamentos de judeus em territórios ocupados, retorno de refugiados palestinos que estavam nas áreas vizinhas, bem como o domínio da cidade de Jerusalém, dos recursos hídricos e das fronteiras. Sempre presente estava a questão da criação definitiva do Estado palestino e seu reconhecimento por parte de Israel.

Issam Rimawi/APA Images/Zuma Press/Easypix Brasil

Desde 2002, o governo israelense constrói, na divisa com a Cisjordânia, um muro de aproximadamente 350 quilômetros, para proteger o seu território e assentamentos israelenses de atentados terroristas. Porém, o muro vem sendo recriminado pela comunidade internacional, pois tem avançado sobre territórios palestinos e piorado as negociações de paz entre árabes e israelenses. Na foto de 2012, trecho nas cercanias de Ramallah, centro administrativo da Autoridade Nacional Palestina.

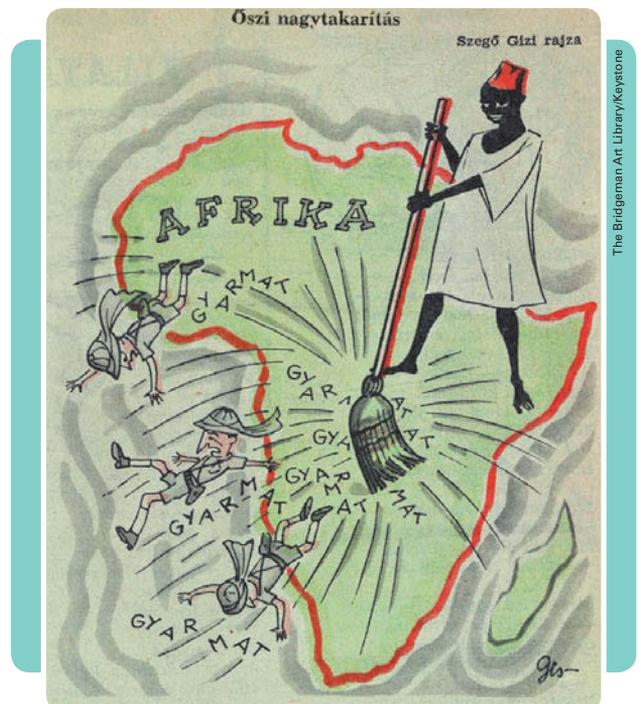
De 2002 a 2012, ganharam intensidade os conflitos violentos entre palestinos e israelenses, resultando em muitas mortes para os dois lados. Os palestinos, por meio de contínuos atentados suicidas e lançamento de mísseis, e Israel, respondendo com medidas militares, comprometiam o encaminhamento do processo de pacificação regional. Depois da morte de Yasser Arafat (dezembro de 2004), o novo líder palestino e presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) passou a ser o moderado Mahmoud Abbas, da facção Fatah, que retomou as negociações com o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon. Até 2012 foram feitos vários ensaios de entendimento, seguidos de violentas confrontações com inúmeras vítimas. Nesse ano, a Palestina foi reconhecida pela Assembleia Geral da ONU, como Estado observador das Nações Unidas, um passo importante frente o acesso às agências da ONU. Ao mesmo tempo, ganhavam impulso as manifestações internacionais em favor de negociações para se alcançar a paz na região.

Reprodução/Keystone

A Paz de Washington, assinada por Rabin e Arafat (foto ao lado), em 1993, não foi o estabelecimento de uma completa era de paz para a região. A linguagem das armas e da intimidação, com atentados palestinos e represálias do exército israelense, foi acompanhada por novos encontros de cúpula política, negociações e promessas de pacificação. Até o início de 2013, embora persistissem as manifestações em favor dos acordos diplomáticos entre os dois lados, os confrontos entre palestinos e israelenses continuavam a ocorrer.

África

A colônia francesa da **Argélia** só obteve sua independência após uma violenta guerra. Entre 1952 e 1956, ataques terroristas atingiram instalações francesas no país e, a partir de 1956, a Frente de Libertação Nacional argelina intensificou suas ações, motivada pela derrota francesa no Vietnã e pelo apoio da opinião pública internacional a sua causa.

Diante da indecisão do governo francês em manter o domínio sobre a região, o comandante militar francês em Argel, general Salan, por sua própria conta, estabeleceu um Comitê de Segurança Pública, destinado a garantir a Argélia francesa. Passou a pressionar militarmente o governo da França, enviando tropas de paraquedistas para a Córsega, a fim de preparar um eventual golpe em Paris. A iminente guerra civil levou ao poder, na França, o **general De Gaulle** (1958), líder da resistência francesa ao nazismo e bastante prestigiado nas Forças Armadas.

The Bridgeman Art Library/Keystone

Caricatura húngara de Szego, de 1960, sobre a descolonização africana.

De Gaulle afastou os militares golpistas e, depois de consultar a população argelina em plebiscito, iniciou negociações pela independência do país com a Frente Argelina. Em 1962, formava-se a República Democrática Argelina, sob a liderança de **Ahmed Ben-Bella**.

Central Press/Getty Images

▲ Populares comemorando a independência nas ruas de Argel.

Após a Conferência de Berlim, em 1885, o **Congo** passou a ser propriedade pessoal do rei belga, Leopoldo II, tornando-se em seguida colônia belga, que servia à pilhagem e exploração de diamantes, ouro, cobre e estanho pelas companhias metropolitanas e estrangeiras.

Violentas manifestações populares, em 1959, obrigaram a Bélgica a conceder a independência ao país. Em 1960 foi transformado em Estado livre do Congo, tendo como presidente **Joseph Kasavubu** e como primeiro-ministro **Patrice Lumumba**.

Logo após a independência do Congo, uma de suas províncias também se declarou independente: Katanga. O movimento de emancipação dessa província mineradora, promovido por soldados belgas e mercenários a serviço da companhia belga Union Minière, levou à guerra civil no Congo. Lumumba, que não conseguiu obter ajuda de tropas das Nações Unidas nem apoio da União Soviética para enfrentar os rebeldes, foi demitido por Kasavubu — aliado aos belgas e aos norte-americanos —, preso e assassinado por mercenários.

Lumumba transformou-se em símbolo da independência africana, num Congo dividido em várias facções rivais e marcado por lutas crescentes, só contidas com a intervenção da ONU e com a entrega do cargo de primeiro-ministro, em 1964, a **Moisés Tshombe**, o líder da independência de Katanga.

Em 1965, Tshombe foi derrubado por um golpe liderado por **Mobutu Joseph Désiré**, que implantou uma ditadura pessoal e permaneceu no poder até 1997, quando foi destituído, vindo a morrer no exílio logo em seguida. Nesse mesmo ano, o país, que mudara seu nome para República do Zaire em 1971, adotou a denominação República Democrática do Congo, permanecendo mergulhado em sucessivas crises, confrontos entre etnias rivais e facções políticas, com o agravamento de suas dificuldades socioeconômicas.

Um processo de independência diferente ocorreu nas **colônias ultramarinas portuguesas**. A ditadura portuguesa de António de Oliveira Salazar, iniciada na década de 1930, conservou Portugal durante quarenta anos distante dos avanços econômicos, políticos e sociais do período, retardando o processo de independência de suas colônias, desencadeado somente a partir de 1970.

O **Movimento Popular pela Libertação de Angola** (MPLA), fundado em 1956 por **Agostinho Neto**, iniciou o processo guerrilheiro contra o colonialismo salazarista, mas outras organizações de libertação também surgiram, como a **Frente Nacional de Libertação de Angola** (FNLA), dirigida por Holden Roberto, e a **União Nacional pela Independência Total de Angola** (Unita), chefiada por Jonas Savimbi.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Na foto, Patrice Lumumba, símbolo da luta pela libertação africana, pouco antes de ser assassinado, em 1961.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ Retrato de Agostinho Neto em 1976, quando visitou Moscou.

A **Revolução dos Cravos** (1974), que derrotou a ditadura fascista portuguesa, resultou no Acordo de Alvor, marcando a libertação angolana para 1975. Diante da ocupação do norte de Angola pela FNLA, apoiada pelo Zaire, e do sul pela Unita, com apoio da África do Sul e dos Estados Unidos, o MPLA ocupou a capital, Luanda, e proclamou a independência.

A luta contra as outras facções continuou, arrasando cada vez mais a economia nacional. A normalização do país começou com a distensão internacional do início dos anos 1990 e o final da Guerra Fria, fato que estimulou a decisão de promover eleições pluripartidárias em 1992. Porém, Jonas Savimbi (Unita) não reconheceu a vitória de José Eduardo dos Santos (MPLA), presidente desde 1979, e a guerra civil reiniciou.

Bettmann/Corbis/Latinstock

A Revolução dos Cravos derrubou a ditadura salazarista em abril de 1974, irradiando esperanças de liberdade para as colônias africanas. Na foto de 1974, militares em Lisboa usam cravos – símbolo de liberdade – em suas armas.

Em 1996, tentou-se uma composição de governo em Angola formada pelo MPLA e pela Unita, que logo resultou em novos confrontos armados. Em 2001 já se computavam aproximadamente 1 milhão de mortos, milhões de desabrigados e destruição generalizada. Os angolanos viviam sob ameaça constante, pois havia 12 milhões de minas terrestres espalhadas pelo país. Em fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi morto por soldados do exército angolano e, em abril, foi assinado um acordo de cessar-fogo na Assembleia Nacional, em Luanda.

O armistício, que prometia anistia e paz depois de 27 anos de guerra, foi apoiado pela nova liderança da Unita e pelo presidente José Eduardo dos Santos. Nos anos seguintes prevaleceu o empenho do governo na reconstrução nacional e a ativação dos negócios regionais, com a participação do país na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC – *Southern African Development Community*), que procura ampliar o livre-comércio e eliminar as barreiras tarifárias entre os países da região. Nas eleições de 2012, José Eduardo dos Santos (MPLA) foi reeleito à presidência do país.

MINAS TERRESTRES

A mina terrestre é um artefato enterrado sob o solo, que explode sob a passagem de veículos ou pessoas, dificultando assim o avanço de forças inimigas. A ONU calcula que 23 mil civis (entre os quais muitas crianças) tenham sido mutilados por pisar acidentalmente em minas terrestres instaladas no país durante a guerra civil. A ameaça persiste até os dias de hoje, não apenas em Angola, pois milhões de minas permanecem enterradas em diversas áreas de conflito no mundo, e nem sempre há registros de sua localização.

Shayne Robinson/Associated Press/Glow Images

Garota angolana, vítima de explosão de minas terrestres, aprecia cartaz de concurso de beleza destinada a jovens na mesma condição. O objetivo do concurso é colaborar para a elevação da autoestima das vítimas destes artefatos. Foto de 2008.

Em **Moçambique**, o processo de independência foi iniciado em 1962 pela **Frente de Libertação de Moçambique** (Frelimo), de inspiração socialista, liderada por **Eduardo Mondlane**. Quando Mondlane foi assassinado, em 1969, **Samora Machel** assumiu o comando do movimento. Com a revolução de 1974, Portugal acelerou as negociações pela libertação dessa colônia, reconhecendo sua independência em 1975, com Machel na presidência.

Governada por uma minoria branca e alinhada com o bloco norte-americano nos anos 1980, a África do Sul procurou desestabilizar o governo socialista de Machel por meio da **Resistência Nacional Moçambicana** (Renamo). Apesar da assinatura do Acordo de Nkomati, que estabeleceu a não agressão com a África do Sul, os confrontos foram constantes.

Foi somente na década de 1990, com a abertura do país, que se estabeleceram acordos entre o governo e os guerrilheiros para a pacificação moçambicana. Em 1994, foram realizadas eleições que deram vitória ao líder da Frelimo, sucessor de Machel, Joaquim Chissano. O novo presidente voltou-se para a reconstrução de Moçambique, arrasada por anos de luta, conseguindo um relativo êxito no controle da inflação e na aplicação de um programa de privatizações. Reeleito em 1999, ele deu ênfase às obras de infraestrutura (gasoduto, eletricidade etc.) e ao crescimento econômico, conseguindo a vitória de seu candidato à presidência da República nas eleições de 2004, Armando Guebuza. Nas eleições presidenciais e legislativas de 2009, Guebuza, candidato à reeleição, e os candidatos do seu partido, Frelimo, receberam mais de 75% dos votos.

Em **Guiné-Bissau** e **Cabo Verde**, a luta contra o colonialismo começou em 1961, sob a liderança de Amílcar Cabral, do **Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde** (PAIGC), assassinado em 1973. A independência da Guiné-Bissau foi então proclamada por Luís Cabral, embora só tenha sido oficializada em 1974, após a Revolução dos Cravos.

Em 1980, Cabo Verde separou-se da Guiné-Bissau, e, na década de 1990, os dois países abandonaram o regime marxista de um só partido e ampliaram as liberdades políticas e econômicas. O pluripartidarismo e as eleições não puseram fim às dificuldades sociais e econômicas, muito menos às rivalidades e confrontações nas décadas seguintes. Em Cabo Verde, a aridez do solo do arquipélago e outras dificuldades agrícolas têm provocado forte movimento de emigração. Na Guiné-Bissau prevaleceram vários motins, atuação guerrilheira e deposição de presidentes.

Em **Ruanda**, as marcas da turbulenta descolonização no continente africano, como o grave subdesenvolvimento e a instabilidade institucional, refletiram-se, nos anos 1990, em disputas pelo poder por parte de grupos étnicos hutus (90% da população) e tutsi. Superdimensionando heranças coloniais, os graves e sangrentos conflitos produziram milhões de mortos e refugiados.

Thomas Coex/Agência France-Presse/Getty Images

▲ Milhares de refugiados ruandeses aguardam ajuda da ONU, em Goma, na fronteira entre Zaire e Ruanda. Foto de 1996.

Na **África do Sul**, sob a liderança de **Nelson Mandela**, a luta contra o *apartheid* (segregação racial) foi vitoriosa depois de séculos de sujeição. Mandela tornou-se governante do país em 1994, e a África do Sul foi reconhecida como um exemplo das potencialidades africanas, apesar de fortes oposições e discordâncias quanto aos rumos do país.

Em 2002, foi constituída oficialmente a **União Africana** (**UA**), organização que substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA), em vigor desde 1963. Mostrando-se bastante ativa, já em 2003 e 2004, a UA procurou travar entendimentos pela superação de crises regionais e por maior integração entre seus membros. O objetivo da organização, inspirado no

HERANÇA COLONIALISTA

O historiador Josep Fontana, discutindo o trabalho de historiadores e tomando como tema "As Guerras da História", destaca que "as classes dominantes não temem a história – ao contrário, procuram produzir e difundir o tipo de história que lhes convém, ou seja, uma história que não se dedica à luta pela liberdade e pela justiça – mas em todo caso, temem os historiadores que não podem utilizar."[2]

Fontana também aponta que existem "guerras mais dramáticas por suas consequências. Em Ruanda foram os belgas, e em grande medida as ordens religiosas que controlavam o ensino, os que fabricaram o mito de uma história racista, construída sobre o modelo com que Gobineau interpretava a Idade Média europeia, onde os tútsi apareciam como os senhores feudais opressores e o hutus como o povo explorado por eles. Esta visão 'feudal' serviria de pretexto para a 'revolução social' dos hutus em 1959-1961 e para o genocídio dos tútsi nos anos noventa. A difícil restauração da convivência étnica não poderia fazer-se em Ruanda sem eliminar esta visão do passado, substituindo-a por outra mais objetiva".[3]

Joseph-Arthur, conde de Gobineau (1816-1882), autor de *Ensaio sobre a desigualdade da raça humana* (*Essai sur l'inégalité des races humaines*), de 1853-5, foi um precursor do racismo moderno. Defendia a superioridade dos brancos louros de descendência germânica (arianos) sobre outros brancos e demais grupos humanos. Teve grande influência no desenvolvimento de políticas racistas na Europa, especialmente adaptada aos interesses nazistas.

modelo da **União Europeia** (**UE**), é estabelecer um espaço único para seus quase 1 bilhão de habitantes, com um Parlamento continental, um tribunal pan-africano, um Banco Central e, mais adiante, uma única moeda. Os 53 países signatários da União Africana se comprometeram a "promover a democracia, a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento econômico e o combate à miséria", dando à organização poder para intervir em países em conflito e resolver mais eficazmente os problemas de desenvolvimento socioeconômico.

Criar uma África integrada e forte é um desafio imenso para o século XXI, pois se trata de um continente marcado por pobreza, guerras, rivalidades, disputas territoriais, instabilidade política e epidemias avassaladoras, segundo palavras do presidente sul-africano Thabo Mbeki, anfitrião da reunião que criou a União Africana, em Durban (África do Sul), em 2002. "Um passo de gigante. [...] Chegou a hora de a África tomar o lugar que lhe é devido nas questões mundiais", concluiu ele.

Duas décadas após o fim do *apartheid*, o presidente sucessor de Mbeki, Jacob Zuma, tinha pela frente um quadro de enorme desigualdade social: segundo o economista Sampie Terreblanche, formou-se "uma elite negra de cerca de 2 milhões de pessoas e uma classe média de 6 milhões de pessoas. O fosso entre esses 8 milhões de negros ricos e os 20 milhões a 25 milhões de pobres cresceu perigosamente"[4]. Somava-se ainda o desemprego que atingia, oficialmente, 25,5% dos trabalhadores em 2012.

Schalk Van Zuydam/Pool/Epa/Corbis/Latinstock

▲ Nelson Mandela, principal líder da luta contra o racismo na África do Sul, foi ganhador do prêmio Nobel da Paz, em 1993, com o presidente sul-africano na época, Frederik W. de Klerk. No ano seguinte, seria eleito o primeiro presidente negro do país que, ao encerrar seu mandato, em 1999, transferiria o poder democraticamente a seu sucessor Thabo Mbeki. Em 2004 Mbeki foi reeleito e sucedido em 2009 por Jacob Zuma. Na foto, Mandela na Cidade do Cabo, África do Sul, em 11 de fevereiro de 2010, por ocasião do aniversário de 20 anos de sua libertação após ter ficado preso por 27 anos sob o regime do *apartheid*.

2 FONTANA, Josep. *História dos homens*. Bauru: Edusc, 2004. p. 343.

3 Ibidem, p. 379.

4 CESSOU, Sabine. Impasse social na África do Sul. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Fevereiro 2013. p. 25.

A AMÉRICA LATINA E AS LUTAS SOCIAIS

Apesar de sua independência política, conquistada a partir do século XIX, os países da América Latina mantiveram laços de dependência econômica com as grandes potências capitalistas mundiais, inicialmente a Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos.

As forças tradicionais, defensoras do vínculo político-econômico com os grandes centros capitalistas, não poucas vezes têm se chocado com as forças reformistas e nacionalistas e também com as de extrema esquerda, num quadro de busca pela reformulação das estruturas vigentes. Por isso, ditaduras militares, governos pró-libertação, movimentos reformistas, revolucionários e guerrilheiros têm caracterizado o conturbado quadro político da América Latina desde o século XIX. O mapa a seguir sintetiza esse quadro – observe-o e volte a ele no decorrer de seu estudo deste capítulo.

Adaptado de: BAYLAC, M. H. *Historie terminale*. Paris: Larouse Bordas, 1998. p. 193.

México

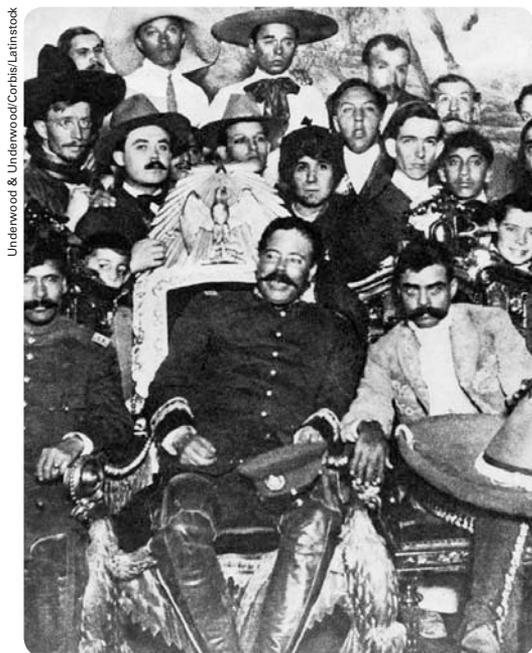
Após a proclamação de sua independência por Agustín Itúrbide, em 1821, o México passou a viver um período de instabilidade política sob a forma de ditaduras e de dependência econômica. As condições sociais se deterioraram com a perda de quase metade de seu território após a guerra travada contra os Estados Unidos, em 1848, e as intervenções estrangeiras sucessivas, como a dos franceses, entre 1861 e 1867, que tentaram instalar na região o governo Habsburgo de Maximiliano, um prolongamento do Segundo Império napoleônico na América.

Tais condições propiciaram a instalação da ditadura de Porfirio Díaz (1877-1880, 1884-1911), sob a qual se deu intensa concentração fundiária e entrada de elevadas somas de capital estrangeiro voltadas para a exploração e o controle dos recursos minerais e da produção de artigos de exportação. Dessa forma, para a população local, em sua grande maioria concentrada nas áreas rurais, aumentaram a miséria e a dependência em relação aos grandes senhores.

No início do século XX, esse quadro levou ao crescimento da insatisfação entre a população, o que provocou greves operárias nas cidades e revoltas na zona rural. Dessas lutas surgiram líderes populares, como **Emiliano Zapata** e **Pancho Villa**, que, comandando milhares de camponeses, mobilizaram-se reivindicando distribuição de terras por meio da reforma agrária, opondo-se aos latifundiários, aos quais se juntaram a Igreja e as elites constituídas. Ao mesmo tempo, parte da elite, sob o comando de Francisco Madero, insurgia-se contra a ditadura porfirista. Unindo as forças, os exércitos revolucionários depuseram Porfirio Díaz em maio de 1911.

As camadas populares permaneceram insatisfeitas com as tímidas medidas sociais tomadas por Madero, que foi assassinado em 1913. O general Victoriano Huerta reinstalou a ditadura, ligada aos interesses dos Estados Unidos.

Pancho Villa voltou a lutar contra as forças federais, enquanto Zapata liderava no sul a revolução camponesa pela reforma agrária. As pressões levaram Huerta a renunciar em 1914 em favor de um governo constitucional liderado por Venustiano Carranza (1914-1915).

Em 1917, foi promulgada a nova Constituição liberal do país e Carranza foi eleito presidente. Insatisfeitos com o não atendimento de suas reivindicações, especialmente a redivisão fundiária, os movimentos populares continuaram em luta. Entretanto, perderam força, especialmente com o assassinato de Zapata em 1919 e o afastamento de Villa em 1920, seguido de seu assassinato em 1923. Assim, o projeto liberal se institucionalizava.

Underwood & Underwood/Corbis/Latinstock

Agência France-Presse/Getty Images/Museu de Arte Moderna de Nova York, EUA.

▲ Na foto de 1915, os líderes populares Pancho Villa (no centro) e Emiliano Zapata (à direita) no palácio presidencial da Cidade do México. Na pintura de 1931, de Orozco, índios mexicanos seguindo Zapata.

Na década de 1930, a reforma agrária, motivo da revolução de 1910, ainda não havia sido realizada: mais de 80% das terras mexicanas estavam em mãos de pouco mais de 10 mil mexicanos. As manifestações nacionalistas e as reivindicações sociais encontraram no presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) um representante que expropriou terras e companhias estrangeiras, nacionalizou o petróleo e estimulou a formação de sindicatos camponeses e operários.

O partido do governo passou a chamar-se Partido da Revolução Mexicana, transformado em 1948 no **Partido Revolucionário Institucional** (PRI), que permaneceu hegemônico no poder, vencendo todas as eleições presidenciais, até ser derrotado em 2000.

Nas últimas décadas do século XX, entretanto, o latifúndio voltou a dominar a estrutura agrária do país e houve intensa subordinação aos capitais internacionais, levando a economia à beira do colapso. Diante da imensa dívida externa e do grave quadro inflacionário, em 1990 o presidente **Andres Salinas de Gortari** buscou acordos internacionais que atraíssem investimentos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos.

A íntima vinculação ao bloco econômico norte-americano, unindo-se à economia de dois dos gigantes do capitalismo, Estados Unidos e Canadá, possibilitou a integração ao **Nafta** (Acordo Norte-Americano de Livre-Comércio), oficializada em 1º de janeiro de 1994 e comemorada como uma passagem para o mundo desenvolvido.

Esse episódio, entretanto, foi ofuscado pelo levante do **Exército Zapatista de Libertação Nacional** (EZLN), que tomou várias cidades no estado de **Chiapas**, uma região empobrecida no sudeste do país.

Os zapatistas, como ficaram conhecidos, proclamavam a exigência de "pão, saúde, educação, autonomia e paz" para os camponeses da região. Liderados por um homem mascarado, autodenominado "subcomandante Marcos", sublevavam-se contra o governo e denunciavam o Nafta como pernicioso ao povo mexicano.

Os enfrentamentos e sucessivos acordos entre o governo de Andres Salinas e os camponeses revoltosos durante o ano de 1994 contaram, ainda, com a turbulência eleitoral durante a campanha à presidência. Foram assassinados dois membros do partido do governo (PRI), Luis Donaldo Colosio, candidato que estava à frente nas pesquisas eleitorais, e, logo em seguida, José Francisco Massieu, secretário do partido, ambos defensores de amplas reformas políticas no país.

Vidal Cavalcante/Agência Estado

▲ Os zapatistas inspiraram seu movimento em Emiliano Zapata e no processo de distribuição de terras que estava sob seu controle durante a Revolução Mexicana. O levante de 1994, além de derrotar o exército mexicano e tomar a capital do estado de Chiapas, San Cristóbal de las Casas, representou um sério revés à economia de mercado da integração neoliberal mexicana. Supõe-se que o porta-voz do movimento, autodenominado "subcomandante Marcos" (acima, com relógio), que mantém sua identidade em segredo, seja o professor de sociologia Rafael Sebastian Guillen. Foto de 1997.

A economia mexicana mergulhou na instabilidade em meio a acusações de envolvimento do governo nos assassinatos, especialmente o irmão do presidente, Raúl Salinas, e escândalos de corrupção. As eleições deram vitória ao novo candidato do PRI, Ernesto Zedillo, que assumiu o cargo em dezembro de 1994.

Nas eleições presidenciais de 2000, tiveram fim 71 anos seguidos de governo PRI, quando Vicente Fox venceu para a presidência pelo Partido de Ação Nacional (PAN). Nas eleições de 2006, Felipe Calderón, do mesmo partido, elegeu-se presidente com apoio de Fox, derrotando por pouca margem de votos Andrés Manuel López Obrador, do Partido da Revolução Democrática (PRD), num clima de acusações de fraudes e contestações. Depois de uma breve ausência, o PRI retornou ao poder presidencial com a vitória do seu candidato Peña Nieto, empossado em dezembro de 2012.

Chile

Em 1970, **Salvador Allende**, da Unidade Popular, composta por socialistas e comunistas, substituiu o governo de Eduardo Frei, do Partido Democrata Cristão, que se caracterizou por um reformismo limitado. Sua vitória foi o resultado de um longo período de lutas populares no Chile, de uma elaborada política de união das forças de esquerda e do debilitamento do grupo conservador chileno em decorrência da fraqueza do governo de Frei.

A vitória socialista desencadeou uma mobilização social, com invasão de terras e ocupação de fábricas, pressionando o governo a avançar além de seus propósitos originais. Em resposta, ocorreu a rearticulação das forças conservadoras, o que provocou sabotagens e instabilidade.

The Dmitri Baltermants Collection/Corbis/Latinstock

▲ Salvador Allende (ao centro), pouco antes de sua morte, no palácio presidencial de La Moneda atacado pelos golpistas. Segundo documentos do governo norte-americano, levados a público em 2004 (abaixo), as frases trocadas entre o presidente Nixon e seu secretário de Estado Henry Kissinger mostram interesses e envolvimento dos Estados Unidos em relação ao golpe de Estado de 1973, que custou a vida de milhares de chilenos e derrubou o presidente Allende.

"Kissinger: A coisa está se consolidando, e claro, os jornais... sangrando, porque um governo pró-comunista foi derrubado. No período de Eisenhower, seríamos heróis...

Nixon: Bem, nós não... como você sabe, nossas mãos não aparecem nesse caso.

Kissinger: Nós não fizemos. Quero dizer, nós os ajudamos... criamos as melhores condições possíveis."[5]

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, sob o governo de Richard Nixon, sentiram-se desafiados, uma vez que ocorreu a nacionalização de diversas empresas norte-americanas que atuavam no Chile, especialmente mineradoras. Os norte-americanos responderam custeando campanhas que desencadearam a desestabilização do governo de Allende, fortalecendo o desejo golpista da cúpula militar chilena.

[5] *Diário de Pernambuco*. 30 maio 2004. p. B16.

Em 11 de setembro de 1973, as forças armadas chilenas, sob o comando do general **Augusto Pinochet**, bombardearam a sede do governo, o palácio presidencial de *La Moneda*, em Santiago, numa ação que levou Allende a resistir até a morte.

Ao assumir o governo, Pinochet estabeleceu uma das ditaduras mais violentas da América Latina: mais de 60 mil pessoas morreram ou desapareceram no Chile nos anos 1970, e 200 mil abandonaram o país por motivos políticos. Na década de 1980, as pressões populares e internacionais sobre a ditadura chilena avolumaram-se e, em 1987 e 1988, diante da distensão nas relações internacionais e do esgotamento político interno, as pressões pela redemocratização tornaram-se irrefreáveis.

A partir dos anos 1990, buscou-se no Chile uma transição pacífica para a democracia por meio de eleições presidenciais. O vitorioso foi Patrício Aylwin Azocar, candidato pela frente oposicionista Acordo pela Democracia, denominada *Concertación*. Seu sucessor foi Eduardo Frei (1994), seguido, em 2000, pelo também governista Ricardo Lagos.

Pinochet, contudo, continuou na chefia do exército, deixando o cargo somente em 1998, quando assumiu uma cadeira de senador vitalício no Parlamento chileno. Segundo a Constituição em vigor, elaborada durante seu governo, todo presidente chileno que ficasse no poder por mais de seis anos teria o direito a uma vaga no Senado até o fim da vida, sem necessidade de disputar eleições.

Na economia, o país assumiu as receitas neoliberais desde a época da ditadura de Pinochet, crescendo num ritmo bastante rápido, e continuou na mesma situação com os governos que o sucederam. Os avanços econômicos e a estabilidade financeira fizeram do Chile um dos países considerados bem-sucedidos no processo de economia capitalista globalizada, típica dos anos 1990 em diante.

Paralelamente a esse sucesso, continuava pendente a responsabilização criminal pelas mortes, torturas e atos de repressão da época da ditadura militar, exigida por vários setores nacionais e organismos internacionais de direitos humanos. Em 1998, em visita à Inglaterra para tratamento médico, Pinochet foi preso em resposta à Justiça espanhola, que o julgava por torturas causadas a cidadãos espanhóis.

O caso arrastou-se durante 15 meses e somente no início de 2000 Pinochet retornou a seu país, sob forte ameaça de julgamento pelos crimes cometidos durante seu governo. Em julho de 2002, a Suprema Corte de Justiça chilena decidiu encerrar definitivamente o processo contra Augusto Pinochet (86 anos), considerando-o em estado de "demência". Dias depois, ele renunciou ao cargo de senador vitalício, abandonando a vida política. Em 2004 vieram a público as contas multimilionárias que o ex-ditador possuía em bancos estrangeiros, criadas com recursos obtidos de governos aliados a sua ditadura, como o norte-americano, e de outras transações financeiras ilegais. Pinochet morreu em 2006, no mesmo ano em que a *Concertación* elegeu o quarto presidente chileno, a socialista Michelle Bachelet. Em 2010, a *Concertación* não conseguiu vencer as eleições presidenciais, sucedendo Bachelet o opositor Sebastián Piñera.

A América Central

Após a independência do México (1821), que fazia parte do Vice-Reinado da Nova Espanha, a região recebeu o nome de Províncias Unidas da América Central. Em 1838, os interesses das elites locais associados aos dos Estados Unidos e da Inglaterra, países defensores do lema "dividir para reinar", propiciaram a formação de diversos Estados autônomos na região: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica, alinhados às tradicionais potências, especialmente os Estados Unidos.

Para manter seus benefícios na região, os norte-americanos fizeram diversas intervenções armadas, como no **Panamá**, em 1903, garantindo o controle da **Zona do Canal**, e outras que tinham o objetivo de sufocar os movimentos guerrilheiros locais, como o do líder camponês nicaraguense Augusto César Sandino, entre 1927 e 1934. Desprezando o princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos, defendido pela ONU (após 1945) e pela OEA, os Estados Unidos mantiveram a região sob seu controle por meios econômicos e diplomáticos.

Apesar disso, no final dos anos 1970 e principalmente nos anos 1980, os movimentos populares ganharam força na América Central, colocando em risco a tradicional supremacia norte-americana. O principal exemplo dessa nova conjuntura foi a **Revolução Sandinista**, de 1979, na **Nicarágua**, que derrubou a ditadura de Anastácio Somoza, aliado dos Estados Unidos.

A posição de força dos norte-americanos, entretanto, nunca foi abandonada e, apoiando ex-soldados somozistas (os chamados "contras"), provocaram a desorganização interna do país sob o governo sandinista.

Nas eleições de 1990, o líder sandinista Daniel Ortega foi derrotado por Violeta Chamorro, da **União Nacional Opositora** (UNO), partido pró-Estados Unidos. Durante seu governo, contudo, acabou por se aproximar dos sandinistas, apesar das pressões norte-americanas e de seu próprio partido.

Em 1993, a UNO rompeu com a presidente, seguindo-se um agravamento do quadro político e a radicalização das facções partidárias na Nicarágua. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), ainda não refeita da derrota de 1990, passou por várias dissidências, das quais a mais importante aconteceu em 1994, quando Ernesto Cardenal, ex-ministro da Cultura do governo sandinista, que foi suspenso de suas funções sacerdotais pelo Vaticano, abandonou o partido. Nas eleições de 1996, Daniel Ortega (FSLN) foi novamente derrotado no pleito presidencial, cabendo a vitória a Arnoldo Alemán, da coalizão conservadora Aliança Liberal (AL), que não realizou mudanças substanciais no país.

Reprodução/Memorial da América Latina, São Paulo, SP.

Apesar das derrotas eleitorais dos anos 1990, os sandinistas continuaram como importante força política na Nicarágua. Na foto, Daniel Ortega; atrás dele, cartaz representando Augusto César Sandino.

Rivalidades políticas e projetos de mudança continuaram presentes na Nicarágua. Em novembro de 2001, o ex-vice-presidente de Alemán, Enrique Bolaños Gayer, do Partido Liberal Constitucional (PLC), venceu as eleições presidenciais, derrotando outra vez o candidato sandinista Daniel Ortega. Em 2006 foi a vez da vitória sandinista de Daniel Ortega, assumindo a presidência em 2007, seguida da reeleição em 2011, e de um terceiro mandato presidencial em janeiro de 2012.

O **Panamá**, num amplo movimento nacional pela retomada do controle da Zona do Canal – que desde sua inauguração em 1914 era administrado pelos Estados Unidos –, conseguiu acordos com o governo de Jimmy Carter, pelos quais os norte-americanos se comprometeram a devolver o canal à soberania panamenha até o ano 2000. De outro lado, evidenciando sua frágil soberania, o país foi invadido em 1989 por forças norte-americanas que derrubaram o presidente Manuel Antonio Noriega, acusado de ligações com o tráfico internacional de drogas.

Noriega foi preso e levado aos Estados Unidos para julgamento. Em 1999 era eleita a primeira mulher para a presidência do país, Mireya Moscoso, que, em dezembro, recuperou a administração da Zona do Canal interoceânico, conforme estabelecido no acordo com o governo de Carter. Noriega cumpriu 21 anos de prisão nos Estados Unidos e França por narcotráfico e lavagem de dinheiro, sendo extraditado para o Panamá em dezembro de 2011, para cumprir pena por vários crimes, inclusive pelo desaparecimento de opositores durante seu governo (1983-1989).

Outra intervenção norte-americana ocorreu no **Haiti**, em 1994, dessa vez para reempossar o presidente Jean-Bertrand Aristide, um padre católico democraticamente eleito, mas deposto por uma junta militar. A operação garantiu que Aristide cumprisse seu mandato até ser sucedido, em 1996, na primeira transferência de governo por via eleitoral da história do Haiti, tendo por base o partido **Lavalas** (*lavalas* quer dizer "avalanche"). Em contraste com essa tendência democrática inédita, o país convivia com uma taxa de desemprego de quase 70%. O sucessor de Aristide foi seu mais próximo colaborador, René Préval, que, com as eleições de 2000, devolveu o cargo a Aristide. Contudo, o novo governo de Aristide não conseguiu reverter o quadro de dificuldades econômico-sociais nem a corrupção e a violência entre facções políticas. Em 2004, ano do bicentenário da independência dessa primeira república negra, Aristide foi deposto e o país mergulhou em confrontos armados, seguidos da intervenção de tropas norte-americanas e francesas, respaldadas pela ONU. Meses depois coube às tropas brasileiras a liderança das forças de paz da ONU – a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) –, da qual também participaram militares de outros países latino-americanos, como Argentina e Chile. No início de 2006 foram realizadas as eleições presidenciais, vencendo René Préval, enquanto continuavam presentes os efetivos militares da Minustah e a expectativa de um efetivo desenvolvimento dessa que é a nação mais pobre das Américas e de menor Índice de Desenvolvimento Humano do continente.

Índice de Desenvolvimento Humano: indicador usado pela ONU desde os anos 1990 para avaliar o desenvolvimento de uma população com base em dados como o poder de compra das pessoas, a expectativa de vida e a educação, analisados de modo comparativo entre as nações.

No início de 2010, um forte terremoto abalou o Haiti, provocando grande devastação e perda de vidas, dificultando ainda mais o processo de reconstrução do país.

Thony Belizaire/Agência France-Presse/Getty Images

O terremoto que atingiu o Haiti, em janeiro de 2010, causou a morte de mais de 200 mil pessoas e mais de 300 mil feridos, além de milhares de desabrigados. Na foto, de abril de 2010, cerimônia de hasteamento da bandeira deste país, diante do Palácio Presidencial, na capital Porto Príncipe, parcialmente destruído pelos tremores.

A América Latina: do século XX ao século XXI

O duradouro estado de guerra na América Central reforçou o contínuo processo de empobrecimento e miséria, bastante comum em toda a América Latina, ativando por décadas a ebulição político-ideológica e o permanente desejo de mudanças. No início do século XXI, estimava-se que 60% dos 34 milhões de habitantes da América Central viviam abaixo da linha de pobreza, representando, de certa forma, o limite extremo da crise político-econômica por que sempre passou o continente latino-americano.

Tomando toda a América Latina e o Caribe, as estimativas indicavam que o número de pobres para toda a região chegava a 221 milhões de pessoas, sendo que cerca de 97 milhões viviam em extremada pobreza.[6] Para o conjunto de seus países, a penúria da maioria da população, o desemprego, as taxas inflacionárias recordes dos anos 1980 e 1990, bem como o sucateamento do parque industrial (envelhecimento e não reposição de maquinário), exigiram políticas inovadoras, adotadas por partidos reformistas e de centro. Substituindo ditaduras – muitas vezes longas e violentas – e após um período de transição democrática, subiram ao poder presidentes eleitos diretamente em quase todos os países da região. Um sinal de reforço a essa mudança quanto à condenação de golpes de Estado e derrubada de governos evidenciou-se em 2009, em Honduras, quando o presidente Manuel Zelaya foi destituído e instalou-se um governo que acabou condenado pelos países americanos e pela OEA. Outro exemplo foi a destituição sumária pelo parlamento paraguaio do presidente do país Fernando Lugo, em 2012, substituído pelo vice-presidente Federico Franco, medida condenada pelos países vizinhos. Os presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai decidiram, então, suspender temporariamente o Paraguai do Mercosul (bloco econômico latino-americano formado inicialmente por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) como membro pleno até que "se verifique o pleno restabelecimento da ordem democrática", medida acordada no 40º Encontro de chefes de Estados reunidos em Mendonza, Argentina, no mesmo ano. Além da suspensão do Paraguai também decidiram incorporar a Venezuela ao Mercosul.

Desde a chegada desses governos eleitos latino-americanos, na onda política de normalização democrática, prevaleceram diversas propostas liberais reformistas dos partidos de centro e de direita, muitas com forte atuação social, desbancando antigas propostas das esquerdas revolucionárias radicais.

Na democratização e implementação de políticas reformistas e desenvolvimentistas na região, a Cepal apontava para o final de 2012 um total de 167 milhões de pessoas em situação de pobreza e de 66 milhões em extrema pobreza ou indigência para a América Latina e o Caribe, números bem abaixo daqueles do início do século XXI (veja dados acima).

Muitas vezes os novos governos empenharam-se no saneamento econômico interno e na abertura dos mercados nacionais ao capitalismo internacional,

[6] Dados da Cepal 2004. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloSocial/0/LCL2220PE/PSE2004_Cap1_Pobreza.pdf>. Acesso em: 20 fev.2013.

assim como na reformulação do papel do Estado na economia. Dessa forma, foram privatizadas as empresas do governo e diminuídos os gastos públicos, especialmente aqueles voltados para as políticas sociais, o que possibilitou um relativo sucesso econômico, porém quase sempre divorciado de uma política de bem-estar social. Outras vezes, sem abandonar grande parte dos vínculos com a ordem neoliberal do capitalismo internacional, enfatizaram mais as políticas sociais de geração de empregos e atendimentos às populações mais pobres, ao mesmo tempo que crescia a concentração de renda e o aumento do poder das megaempresas nacionais ou multinacionais.

A democratização, obtida em quase todo o continente e sempre em busca de consolidação, teve baixas momentâneas, como aconteceu no Peru, na última década do século XX (1992). Ali, o presidente Alberto Fujimori fechou o Congresso e tomou em suas mãos todos os poderes nacionais, ignorando a Constituição, anulando direitos e reelegendo-se sucessivamente por três vezes. Durante seu longo governo, o principal sucesso de Fujimori foi o de ter diminuído o poder de ação do grupo terrorista Sendero Luminoso, sem, contudo, ter reduzido os problemas sociais do país. O prolongamento de seu mandato e as medidas intransigentes por ele impostas à sociedade peruana não impediram que um escândalo de compra de parlamentares viesse a público.

Não tendo condições políticas nem militares para se manter no poder, Fujimori pediu asilo político ao Japão em novembro de 2000. Em agosto de 2001, o Congresso do Peru aprovou, por unanimidade, uma "acusação constitucional" contra o ex-presidente, por homicídio, corrupção e sequestros durante os anos de seu governo. A presidência do país passou ao candidato que perdera a eleição anterior, Alejandro Toledo. Sem conseguir controlar as dificuldades nacionais, Toledo teve de enfrentar novos escândalos políticos e rebeliões, enquanto o ex-presidente Fujimori continuava refugiado no Japão. Em outubro de 2005, Fujimori surpreendeu a todos, aparecendo na capital chilena, onde foi preso. Nas eleições de 2006, o vitorioso foi o ex-presidente Alan Garcia, que intensificou as gestões para a extradição do "El Chino", nome como é conhecido Alberto Fujimori no governo chileno. Fujimori foi transferido para o Peru em 2007 e condenado a mais de 25 anos de prisão em 2009. Nas eleições de 2011, venceu as eleições Ollanta Humala, derrotando Keiko Fujimori, filha do ex-presidenteAlberto Fujimori, que continuava preso.

A **Argentina** é outro exemplo latino-americano de instabilidade política, mudanças e crescentes dificuldades nas últimas décadas. Foi em meio a acirradas disputas políticas que chegou ao poder em 1943, Juan Domingo Perón que logo obteve apoio popular com suas reformas trabalhistas, bem como prestígio com a atuação de sua esposa, Evita Perón. Após a morte de Evita em 1952, as crescentes dificuldades econômicas e pressões políticas desembocaram num golpe que derrubou Perón em 1955, seguindo-se eleições, golpes de Estado e o retorno de Perón. Eleito presidente em 1973 acabou falecendo no ano seguinte, sendo sucedido por sua então esposa e vice-presidente Isabelita. Um novo golpe militar depôs Isabelita em 1976, iniciando uma violenta ditadura militar repressiva, marcada por sequestros de opositores, rapto de filhos de jovens ativistas políticos torturados e mortos. Estima-se em cerca de 30 mil o número de desaparecidos políticos.

Foi só com o fracasso na Guerra das Malvinas (1982), contra a Inglaterra, que detinha a posse desse território reivindicado pela Argentina no Atlântico Sul e chamada pelos ingleses de Falklands, que a ditadura militar ruiu, devolvendo o governo aos civis. A redemocratização do país foi realizada com a eleição de Raul Alfonsin, da UCR (União Cívica Radical) cujo governo não conseguiu conter a crescente crise financeira e inflacionária. Em 1989 foi eleito seu sucessor o peronista Carlos Menem, que com o ministro Domingos Cavallo, implementou um plano econômico

Keystone Pictures/Zuma Press/Keystone

▲ Na foto, Juan Domingo Perón ao lado de sua mulher, Evita, em Buenos Aires, em 1950.

emergencial em 1991. Foi estabelecida a paridade do peso com o dólar, atrelando a moeda nacional à moeda norte-americana, ao mesmo tempo que se adotou uma ampla política de privatização de empresas estatais, seguindo os fundamentos neoliberais em voga nos anos 1990. Foram privatizados, entre outros, o sistema energético e a empresa de petróleo, enquanto o desemprego atingia índices recordes de mais de 18%. A estabilização econômica, que derrubou índices inflacionários que chegavam a quase 5 000% em 1989, deu a Menem suficiente aceitação popular para ser reeleito à presidência da República em 1995. Contudo, as condições sociais foram se agravando nos primeiros anos de seu segundo mandato, gerando maior concentração de riquezas nas mãos de poucos e elevando as taxas de desemprego.

Nas eleições presidenciais de 1999, o candidato de oposição Fernando de la Rúa (União Civil Radical-UDR e Frente do País Solidário-Frepaso) venceu o candidato apoiado por Menem. Como novo presidente argentino, Fernando de la Rúa adotou várias medidas de austeridade, afetando ainda mais o emprego e ampliando as dificuldades sociais. Além disso, o governo de La Rúa ainda enfrentava a questão da moeda – mantê-la ou não atrelada ao dólar – e as dificuldades de dinamização do Mercosul. Nem mesmo a nomeação de Domingos Cavallo, ex-ministro de Menem, para a pasta da Economia conseguiu atrair a confiança internacional, estabilizar a economia e garantir a paridade dólar-peso.

Manifestações de protesto, saques e descontrole administrativo e financeiro aprofundaram a crise, levando La Rúa a abdicar da presidência em dezembro de 2001. Após sucessivas renúncias dos chefes de Estado indicados para ocupar o cargo, Eduardo Duhalde assumiu interinamente a presidência até as eleições de 2003. O novo governo argentino adotou algumas reformulações econômicas, como o fim do câmbio fixo, mas não obteve apoio significativo interno e muito menos das finanças internacionais. Da mesma forma, continuava incerta a estabilização financeira e, pior ainda, não se acreditava numa reversão, a curto ou médio prazo, dos graves problemas sociais: metade dos 37 milhões de argentinos estava vivendo na pobreza, e a taxa de desemprego do país chegou a 21,5% em julho de 2002.

Em 2003, Duhalde foi substituído por Nestor Kirchner, que procurou combater o caos financeiro e político, tendo alcançado relativo sucesso. Em 2006, por exemplo, a Argentina pagou integralmente sua dívida para com o FMI e obteve expressivas taxas de crescimento do PIB, acima de 8%. Já quanto ao Mercosul, o bloco continuou esbarrando em divergências nacionais.

Em 2007 a presidência passou a ser ocupada pela esposa de Nestor, Cristina Kirchner, iniciando um governo marcado por forte oposição e frequentes manifestações dos exportadores de bens agrícolas contra impostos e juros elevados. Mesmo assim, Cristina Kirchner foi reeleita, assumindo seu segundo mandato em 2011.

Merece destaque, em meio à turbulência política do país, o sucesso das "Mães e Avós da Praça de Maio", grupo de senhoras que permanentemente se manifestavam em frente ao Palácio governamental da Casa Rosada, na Praça de Maio, em Buenos Aires, exigindo saber o paradeiro de seus filhos e netos desaparecidos durante a ditadura militar (1976-1983), bem como exigindo a punição dos culpados pelos crimes cometidos. Em julho de 2012 foram condenadas várias autoridades argentinas a penas que variaram de 5 a 50 anos de prisão por atuações criminosas durante a ditadura militar. O grande destaque coube ao ex-presidente Jorge Rafael Videla, que recebeu a pena máxima de 50 anos de prisão. Segundo a justiça argentina, além dos crimes de tortura e assassinatos houve um plano sistemático de sequestro, ocultação, retenção e desaparecimento de crianças (bebês recém-nascidos) tiradas de suas mães sob a justificativa de combate à subversão na época da ditadura.

Daniel Garcia/Agência France-Presse

▲ As "Mães da Praça de Maio" em Buenos Aires, 2011.

O **narcotráfico** é outro fator preocupante no conjunto latino-americano nos anos 1990 e início do século XXI: um produto em expansão no continente e o segundo maior no comércio mundial, que movimenta várias centenas de bilhões de dólares por ano. Parte significativa dessa produção – estima-se que dois terços da produção mundial – é originária da **Colômbia**. Neste país, a riqueza gerada no tráfico de drogas tem financiado os constantes conflitos entre guerrilheiros e a milícia dos "paras" (grupos paramilitares de fazendeiros e militares), em enfrentamentos típicos da época da Guerra Fria.

No final dos anos 1990, depois de 36 anos de guerra civil e dezenas de milhares de mortos, o governo colombiano do presidente Andrés Pastrana (1998-2002) iniciou negociações com grupos guerrilheiros, especialmente as **Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia** (Farc), tentando pacificar o país. Sem avanços definitivos nos entendimentos e sob pressão dos Estados Unidos, o presidente Pastrana, em 2000, pôs em andamento o Plano Colômbia, um pacote de mais de 1,3 bilhão de dólares para um programa antidrogas no país.

De 2001 a 2006, com Pastrana e seu sucessor Álvaro Uribe, a nação continuou mergulhada na guerra civil de mais de quatro décadas, num impasse em que nem a guerrilha tinha condições de tomar o poder definitivamente, nem as forças governamentais tinham capacidade militar para, apesar da bilionária ajuda norte-americana, derrotá-la. As iniciativas pela pacificação, especialmente as de 2004 e 2005, com prisões e anistia àqueles que depunham as armas, não tiveram os efeitos esperados. Além disso, outro aspecto fundamental do **Plano Colômbia**, destacado por muitos críticos, era a novidade quanto à ingerência direta dos Estados Unidos na América do Sul, especialmente na área amazônica, podendo vir a ser um perigoso precedente para sua maior presença militar na região. Entre as bases que passaram a ter presença norte-americana na região, estão a de Malambo, Palanquero e Apiay, esta distante apenas 400 km da fronteira brasileira.

No combate aos guerrilheiros colombianos, o presidente Álvaro Uribe conseguiu a união do bloco conservador do país e reforçou a aliança com os Estados Unidos, o que provocou atritos com governos vizinhos de esquerda, como o de Hugo Chávez, da Venezuela, Rafael Correa, do Equador e Evo Morales, da Bolívia, entre outros. Quando deixou o governo, em 2010, sucedido por Juan Manuel dos Santos, o país de pouco menos de 50 milhões de habitantes, tinha cerca de 20 milhões de colombianos vivendo na pobreza e 7,7 milhões em estado de indigência, um quadro de grandes desigualdades, propício para as confrontações entre a ordem conservadora e as rebeliões guerrilheiras contestatórias.

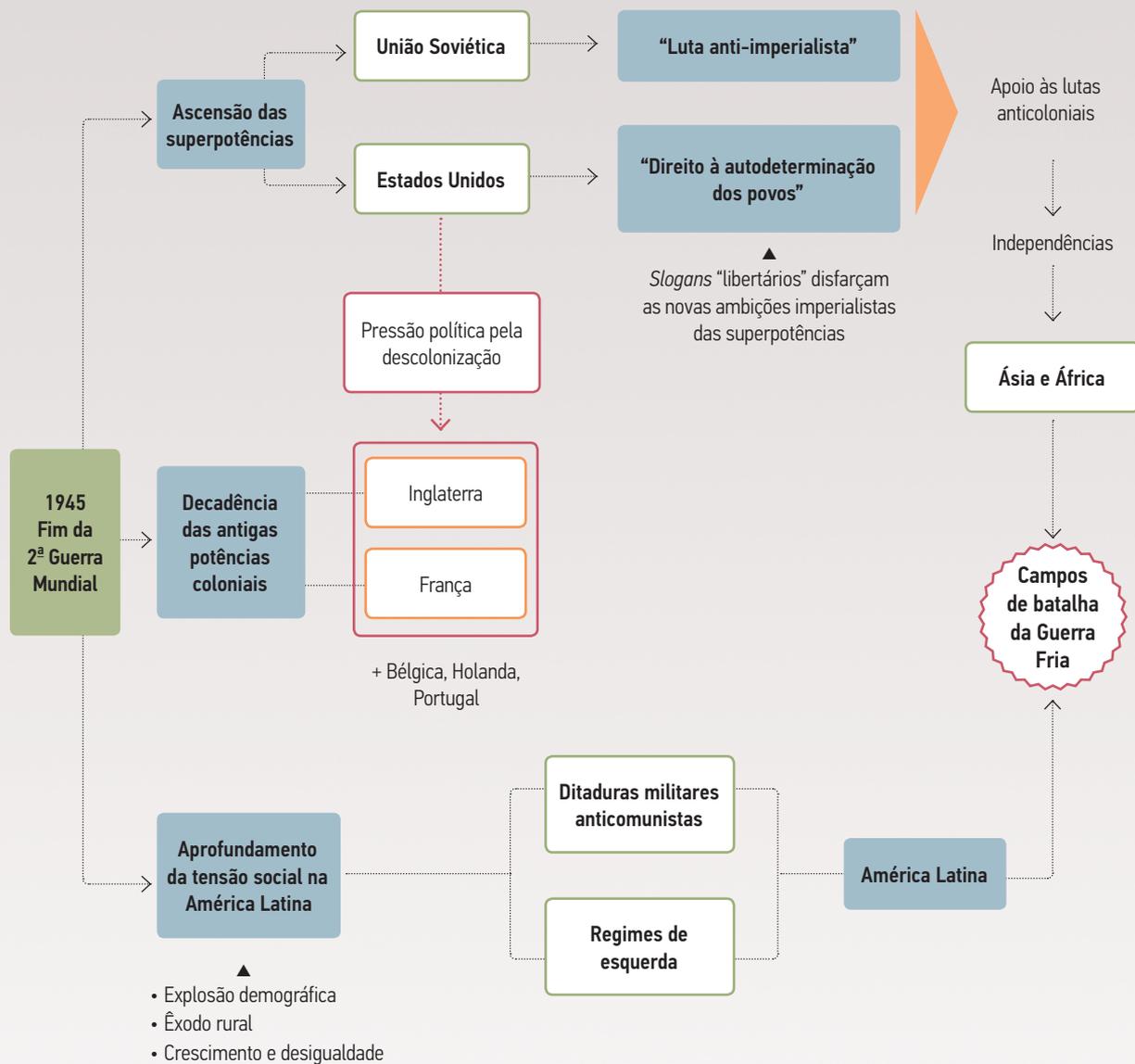
AS DUAS COLÔMBIAS

O país andino e amazônico carrega dura e emocionante história, no confronto secular entre os brancos, ricos e de alma europeia, e seu povo, quase todo mestiço, de face acobreada, seja pela origem amazônica ou pelas alturas frias da grande cordilheira. Até hoje, tantos séculos de história, não foi possível fundir em um só caráter as duas etnias principais, a dos autóctones e a de origem europeia. Elas, ao longo da formação do país, tornaram-se classes sociais. A maioria absoluta é constituída dos pobres mestiços. Os mestiços acompanham uma ou outra visão de mundo. As Farc, queiram ou não os políticos e intelectuais que têm dirigido o país, são a Colômbia predominantemente mestiça e pobre. A outra Colômbia é senhora das terras médias em que se produz o café — de excelente qualidade — e dos outros recursos nacionais. Grande parte dessa elite participa hoje da principal riqueza exportável da Colômbia, a das drogas. A maconha, que foi a primeira delas, tem hoje participação marginal no comércio ilegal. A cocaína continua sendo o principal produto, tendo superado, segundo as estimativas, a receita da venda ao exterior do café — mas a heroína, refinada do ópio extraído da papoula, começa a crescer em importância econômica.

SANTAYANA, Mauro. *Jornal do Brasil*, 04 set 2012. Disponível em: < www.jb.com.br/coisas-da-politica/noticias/2012/09/04/colombia-a-paz-dificil-e-quase-tardia>. Acesso em: 22 fev. 2013.

Luis Robayo/Agência France-Presse/Getty Images

Na primeira década do século XXI, as Farc ainda mantinham dezenas de reféns, para serem trocados por prisioneiros guerrilheiros em poder do Estado. Nos últimos anos, parte deles foi liberada sem a contrapartida do governo, graças à intermediação das autoridades do Brasil, Equador, Venezuela e Bolívia. Foi o caso de Ingrid Bittencourt, em 2008, e de Pablo Moncayo, em 2010 (na foto, Moncayo, de uniforme militar, ao ser libertado depois de 12 anos como refém).

PARA RECORDAR: Descolonização e lutas sociais no "Terceiro Mundo"

ATIVIDADES

Responda as questões propostas a seguir com base no esquema-resumo e no que você estudou ao longo do capítulo.

1. De que maneira a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética após o fim da Segunda Guerra Mundial colaborou com o processo de descolonização da África e da Ásia? Justifique.

2. É possível afirmar que a América Latina, durante a Guerra Fria, se transformou em um campo de batalha "ideológico"? Justifique com exemplos.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de texto e reflexão

Leia o texto abaixo, escrito pelo intelectual, crítico literário e ativista palestino Edward Said (1935-2003), e em seguida responda as questões propostas.

Numa visita a Beirute durante a terrível guerra civil de 1975-6, um jornalista francês escreveu com pesar sobre a área deserta no centro da cidade que "ela outrora parecia pertencer [...] *ao Oriente de Chateaubriand e Nerval". Ele tinha razão sobre o lugar, é claro, e especialmente no que dizia respeito a um europeu. O Oriente era praticamente uma invenção europeia e fora desde a Antiguidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias. Agora estava desaparecendo; num certo sentido, já desaparecera, seu tempo havia passado.* [...]

Os americanos não sentirão exatamente o mesmo sobre o Oriente [...]. *Ao contrário dos americanos, os franceses e os britânicos – e em menor medida os alemães, os russos, os espanhóis, os portugueses, os italianos e os suíços – tiveram uma longa tradição do que vou chamar Orientalismo, um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia. O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade, experiência contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. [...] Em contraste, a compreensão americana do Oriente parecerá consideravelmente menos densa, embora nossas recentes aventuras no Japão, na Coreia e na Indochina devam estar criando uma consciência "oriental" mais sóbria, mais realista. Além disso, a enorme expansão do papel político e econômico da América no Oriente Próximo (o Oriente Médio) exige com urgência nossa compreensão desse Oriente.*

[...] *Histórica e culturalmente, há uma diferença quantitativa bem como qualitativa entre o envolvimento franco-britânico no Oriente e – até o período do domínio americano depois da Segunda Guerra Mundial – o envolvimento de qualquer outra potência europeia e atlântica. Falar do Orientalismo, portanto, é falar principalmente, embora não exclusivamente, de um empreendimento cultural britânico e francês* [...]. *A minha ideia é que o Orientalismo deriva de uma intimidade particular experimentada entre a Grã-Bretanha, a França e o Oriente, que até o início do século XIX significava apenas a Índia e as terras bíblicas. Do começo do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, a França e a Grã-Bretanha dominaram o Oriente e o Orientalismo; desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos dominam o Oriente, abordando-o como a França e a Grã-Bretanha outrora o fizeram.*

SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 27-31.

a) Explique a afirmação feita pelo autor do texto de que o "Oriente era praticamente uma invenção europeia".

b) A que processo histórico o autor se refere ao dizer que, na década de 1970, o Oriente havia quase desaparecido enquanto "invenção europeia", mas que essa sensação não era compartilhada pelos norte-americanos?

c) Para o autor, qual era a concepção de "Oriente" para o "Ocidente":
- até o início do século XIX?
- após esse período e até a Segunda Guerra Mundial?
- após a Segunda Guerra Mundial?

d) Que papel o Oriente desempenhou na construção de uma identidade europeia?

2 Análise de texto e reflexão

Leia o texto abaixo da historiadora brasileira Marina de Mello e Souza e responda as questões:

> *Junto com os movimentos de libertação cresceu a ideia de uma unidade africana, só possível de ser criada a partir dos efeitos da colonização, e que foi batizada com o nome de "pan-africanismo". Por trás dessa ideia havia um forte sentimento anticolonial, e de valorização do que foi chamado de "negritude", ou seja, um conjunto de características culturais próprias das sociedades africanas e afro-americanas, formadas a partir da diáspora atlântica. A ideia de negritude é fruto do contato com o Ocidente, com a escravidão, com a dominação colonial e com o racismo. Ela não existe em africanos que não passaram por um processo de formação ocidental, que não foram assimilados pelos valores da sociedade colonizadora. A ideia de negritude incorpora a contribuição ocidental além de recuperar as raízes africanas.*
>
> *Por ter se formado a partir do contato com as culturas ocidentais, o movimento da negritude contém a ideia de raça à medida que defende uma diferenciação entre o negro e o branco. Nesse movimento, a ideia de raça negra é um forte elemento de sustentação da possibilidade de africanos e afro-descendentes pensarem a África como uma unidade, onde todos os países tenham identidades a partir das quais possam agir juntos para a superação do colonialismo e dos seus efeitos negativos. Unidos em torno do pan-africanismo e da negritude, não só a África como um todo mas os afro-descendentes de além-mar se engajaram na luta pelo fim do colonialismo, com o apoio de muitos segmentos sociais, mesmo nos países coloniais.*
>
> SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007. p. 167-8.

a) O que é o pan-africanismo, segundo a autora?

b) Explique por que a autora afirma que a ideia de "negritude" não existe em "africanos que não passaram por um processo de formação ocidental".

c) Em que medida a ideia de "negritude" e de "raça negra" se relacionam ao anticolonialismo na África? Explique.

3 Análise de documento e imagem

Observe atentamente a imagem a seguir. Ela mostra uma manifestação organizada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, em 2007. Em seguida, leia o documento redigido em 1994 por este mesmo grupo e responda as questões:

Agência France-Presse/Getty Images

▲ Manifestante zapatista na Cidade do México, em 2007.

Primeira Declaração da Selva Lacandona (janeiro de 1994)

Ao povo do México.

Somos produto de 500 anos de luta: primeiro contra a escravidão, na guerra de independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para não sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar a nossa Constituição e expulsar o Império francês do nosso solo. A ditadura Porfirista nos negou a justa aplicação das leis da Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes; foi assim que surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, aos quais também se negou um mínimo de instrução, para que, como nós, fossem utilizados como bucha de canhão e deixassem o poderoso saquear as riquezas de nossa pátria, sem se importar com o fato de estarmos morrendo de fome e doenças curáveis, de não termos nada, absolutamente nada, sem um teto digno, sem terra, sem trabalho, sem saúde, sem alimentação, sem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz e sem justiça para nós e para os nossos filhos.

Porém, nós hoje dizemos: BASTA!

PRIMEIRA Declaração da Selva Lacandova. In: FELICE, Massimo Di; MUÑOZ, Cristobal (Org.). *A revolução invencível*: cartas e comunicados. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 39.

a) Descreva a imagem, identificando quem são as pessoas fotografadas e o que elas fazem. Descreva também a imagem que aparece na bandeira.

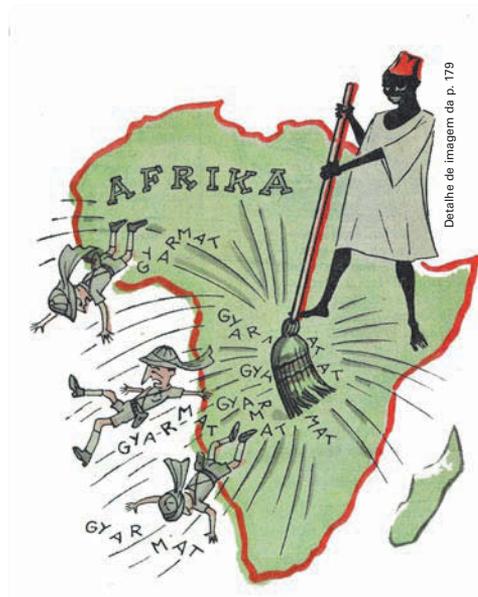
b) Que lutas político-sociais latino-americanas os autores do documento relacionam à sua própria luta?

c) Relacione a imagem ao documento e responda: em sua opinião, a manifestação retratada é uma forma de luta compatível com o que prega o documento? Por quê? Justifique sua opinião com elementos presentes na imagem.

Detalhe de imagem da p. 179

CAPÍTULO

11 O regime militar

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ A Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, reuniu artistas, intelectuais e outros setores da população contra a censura instituída pelo regime militar. Na foto, vemos, à frente, Caetano Veloso (1), Gilberto Gil (2), Paulo Autran (3), Tônia Carrero (4) e Leonardo Villar (5), entre outros.

Reprodução/Agência O Globo

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Autoritarismo e dependência econômica

O período da história do Brasil que vai de 1964 a 1985 foi consagrado pela historiografia como **ditadura militar**. Uma série de elementos serviu de subsídio para a atribuição desse nome. Dentre eles, o fato de o regime democrático ter sido substituído pelo autoritário. Em sua opinião, o que diferencia uma sociedade democrática de uma sociedade autoritária? Que mudanças foram promovidas pelos militares que configuraram a chamada ditadura?

Como você já viu na seção *Discutindo a História* que abre esta unidade, a década de 1960 foi marcada por movimentos sociais diversos e por inúmeras manifestações populares. No Brasil, que tipo de manifestações contra a ditadura ocorreram no período de 1964 a 1985?

REGIMES MILITARES

Entre as décadas de 1960 e 1970, e entrando na primeira metade da década de 1980, instalaram-se regimes militares por quase toda a América Latina. Poucos países ficaram fora dessa "onda". Ameaçados pelo exemplo da Revolução Cubana, os governos norte-americanos não pouparam esforços para treinar militares e preparar intelectuais e técnicos para executar golpes de Estado e sustentar regimes de força. Essa fase da história da América Latina, portanto, não pode ser entendida fora do contexto da Guerra Fria.

O discurso norte-americano consolidava-se na Doutrina da Segurança Nacional, segundo o qual o inimigo dos países ocidentais não estava mais em um ou outro país estrangeiro, mas entre seus próprios cidadãos, alguns dos quais poderiam fazer uma revolução e tirar o país da órbita de influência capitalista.

As ditaduras terminaram na América Latina com um triste saldo de milhares de militantes políticos mortos ou desaparecidos e dezenas de milhares de torturados, e com os militares desacreditados em suas promessas de gerar prosperidade econômica e solução dos problemas sociais.

A MONTAGEM DA DITADURA

O regime militar instaurado no Brasil em 1964 estendeu-se por 21 anos, nos quais a Presidência da República foi ocupada pelos comandantes do Exército. Seus líderes, contudo, insistiam em acentuar o caráter temporário do período, e o teor do Ato Institucional nº 1 (AI-1), outorgado em 9 de abril de 1964 pela Junta Militar que assumiu o poder após o golpe, fornecia ferramentas para esse objetivo. O AI-1 decretava:

- realização de eleições indiretas para presidente da República em um prazo de dois dias a contar da publicação do ato e de eleições diretas em outubro de 1965;
- fortalecimento dos poderes do presidente, que poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso e aprová-las por maioria simples, suspender temporariamente os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, em nome de "interesses nacionais", e decretar estado de sítio sem a autorização do Congresso;
- suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos.

A estratégia dos militares era clara: impor ao Congresso um candidato militar que, uma vez nomeado presidente, pudesse realizar a "limpeza" tão desejada por forças conservadoras (o que afetaria basicamente a esquerda) e devolvesse o poder aos civis em um prazo de pouco mais de um ano.

A Constituição de 1946 foi modificada e estava sujeita a alterações cada vez maiores; a imprensa permaneceu relativamente livre, e os tribunais, funcionando. Em 1965, estavam previstas também eleições para governador de estado, que se realizaram normalmente. Esse quadro nos permite afirmar que, apesar do golpe e do crescente autoritarismo do Executivo, manteve-se um clima de relativa liberdade no país.

O presidente nomeado pelo Congresso foi o marechal **Humberto de Alencar Castello Branco**, com o apoio dos governadores dos estados participantes do golpe (Carlos Lacerda, da Guanabara, que hoje faz parte do Rio de Janeiro; Ademar de Barros, de São Paulo; e Magalhães Pinto, de Minas Gerais). Veterano da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, ligou-se à Escola Superior de Guerra e era bastante respeitado entre os oficiais do Exército por seus dotes intelectuais. Castello Branco, ao assumir a presidência, disse que cumpriria as promessas realizadas pelos militares: "limpeza" e eleições em 1965.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ Desfile de 7 de setembro de 1964. Assinalados, os marechais Castello Branco, ao centro, e Costa e Silva, à direita. Em segundo plano, à esquerda, Carlos Lacerda. Castello Branco descrevia os políticos que tentavam se aproximar do Exército como "vivandeiras alvoroçadas [que] vêm aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do Poder Militar".[1]

[1] Citado em GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 137.

A “limpeza” começou já nas primeiras horas após o sucesso do golpe e foi particularmente intensa durante o período de “vazio político”, que se verificou até sua posse como presidente, em 11 de abril de 1964. Em dez dias, chefes militares locais agiram com quase total liberdade, investigando, prendendo sumariamente, e por vezes torturando, em dependências oficiais, líderes políticos de esquerda, cujas maiores vítimas pertenciam ao PTB, além de jornalistas, estudantes, intelectuais e quaisquer pessoas consideradas subversivas.

Ao assumir a presidência, porém, Castello Branco procurou apurar as denúncias de violência e dar um basta à tortura, no que obteve sucesso, substituindo-a pela cassação de mandatos e suspensão de direitos.

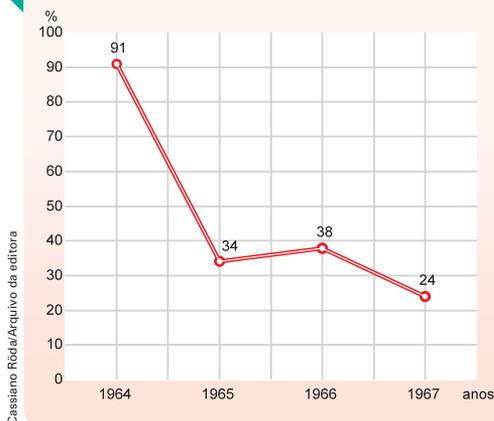
A política econômica do novo governo foi entregue aos ministros Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, e Roberto Campos, do Planejamento. Juntos, elaboraram o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), uma tentativa de estabilizar a economia e lançar as bases para a retomada do crescimento econômico.

O plano previa, em primeiro lugar, o combate ao *deficit* público: proibiu-se aos governos estaduais a emissão de títulos sem prévia autorização do governo federal; procurou-se combater os gastos excessivos das empresas estatais, tornando-as rentáveis, o que determinou um aumento nos preços dos produtos e serviços oferecidos por essas empresas (petróleo, energia). Essas medidas, somadas ao aumento no preço do trigo importado provocado pela desvalorização da moeda, desencadearam uma elevação do custo de vida. Em seguida, os impostos foram aumentados, obtendo-se um equilíbrio entre a receita e as despesas do governo.

títulos: documentos vendidos por um governo ou banco, que se compromete a comprá-lo de volta após um certo período, pagando juros.

O objetivo seguinte era normalizar a oferta de crédito, ou seja, de empréstimos bancários. As elevadas taxas de inflação inviabilizavam a existência de crédito de longo prazo, uma vez que o valor das parcelas da dívida tendia a ser corroído pela inflação, gerando prejuízos para os credores. Em julho de 1964, foi criada a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), um índice atualizado mensalmente de acordo com a variação dos preços. Todos os contratos e prestações seriam atualizados por ele, tornando possível a correção monetária. Implantava-se, assim, a indexação da economia brasileira.

A política salarial baseada no arrocho reduziu os salários do setor público, enquanto os do setor privado dependiam da livre negociação entre patrões e empregados, cabendo aos tribunais do trabalho a resolução de conflitos. Na verdade, a fórmula da livre negociação era um embuste: os tribunais contavam com juízes nomeados pelo governo, obedientes a ele em sua política de arrocho salarial.

O movimento sindical, por seu lado, pouco podia fazer, pois se encontrava enfraquecido pela prisão dos principais líderes e pelas constantes intervenções, previstas na legislação vigente antes de 1964 e mantidas pelo novo governo. Houve queda da inflação e alcançou-se estabilidade econômica, o que abriu caminho para um grande surto de crescimento, promovido à custa dos trabalhadores. Observe os índices do gráfico abaixo.

O governo militar em seus primeiros anos teve sucesso no combate à inflação, apesar do elevado custo social.

QUESTÕES INTERDISCIPLINARES

1. A tabela abaixo apresenta o valor do salário mínimo entre 1964 e 1965. Considere a taxa de inflação de 1964 apontada no gráfico ao lado e a diferença do salário mínimo entre 1964 e 1965 e responda: o salário acompanhou a elevação dos preços no período?

Março de 1965	Cr$ 66 000,00
Fevereiro de 1964	Cr$ 42 000,00

Fonte: *Gazeta de Itaúna*. Disponível em: <www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>. Acesso em: 12 mar. 2013.

2. A conjuntura política brasileira após 1964 era favorável à organização dos trabalhadores para lutarem pela melhoria dos salários? Explique.

A existência de um regime forte, autoritário, tornou possível a adoção de certas medidas francamente impopulares, como também foi impopular o conjunto da nova política econômica. Outro resultado da política adotada pela dupla Bulhões-Campos foi o retorno dos investimentos estrangeiros, tendo à frente o governo dos Estados Unidos.

Entretanto, a situação política do país se deteriorava. Lacerda, que havia apoiado o golpe, agora se levantava contra a política econômica do governo. Os políticos ligados ao regime militar sofreram sucessivas derrotas eleitorais, como em 1965, na eleição para prefeito de São Paulo (com a vitória de Faria Lima, apoiado por Jânio Quadros) e para governador de estado (vitória de Negrão de Lima, na Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais, ambos ligados a Juscelino Kubitschek).

Tudo isso foi provocando um "endurecimento" do regime, de modo que as medidas autoritárias se multiplicaram e o retorno dos militares aos quartéis foi adiado para um futuro cada vez mais remoto. Ao mesmo tempo, a linha dura, representada pelo ministro da Guerra, Costa e Silva, ganhava mais espaço no governo.

O mandato de Castello Branco foi prorrogado em julho de 1964 por uma emenda constitucional, devendo estender-se até março de 1967. Em outubro de 1965, foi decretado o **AI-2**, uma grande vitória da linha dura. O ato previa o fortalecimento ainda maior do Executivo, chegando a dar ao presidente o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias estaduais e das Câmaras de Vereadores.

As eleições para presidente da República passaram a ser indiretas, isto é, realizadas pelo Congresso, e os partidos políticos foram extintos, sendo criados em seu lugar a **Aliança Renovadora Nacional** (Arena) e o **Movimento Democrático Brasileiro** (MDB). O primeiro seria formado por políticos que apoiavam o governo militar, enquanto o segundo correspondia a uma oposição consentida.

O **AI-3**, de fevereiro de 1966, estendia as eleições indiretas para governador de estado e para prefeito de municípios considerados áreas de "segurança nacional", incluindo as capitais de estados. A liberdade era cada vez menor e o jogo político eleitoral ganhava cada vez mais aspecto de farsa. Tal foi o caso do Congresso, fechado em outubro de 1966, após a cassação de muitos parlamentares, e só reaberto, pelo **AI-4** de 1967, para aprovar uma nova Constituição.

A nova Carta constitucional, sexta brasileira e quinta republicana, teve vida curta. Incorporou uma série de princípios presentes nos atos institucionais impostos até então, mas logo foi ultrapassada por novos atos do governo militar. Castello Branco ia sendo gradativamente envolvido pela linha dura. No início de 1967, o marechal **Artur da Costa e Silva** foi escolhido presidente da República. Qualquer tentativa de oposição esbarrava em sérias dificuldades. Dentro do Legislativo, isto é, utilizando os meios legais que aparentemente os militares toleravam, a atuação dos parlamentares era constantemente barrada, fosse por meio de cassações, que voltaram a se multiplicar após o AI-2, fosse pelo fechamento do Congresso, decretado pelo presidente.

Dessa forma, o MDB era um partido que não tinha as mínimas condições de exercer real oposição ao governo. Os principais líderes políticos do país tentaram articular um movimento de oposição que não estivesse necessariamente ligado a partidos políticos e que pudesse superar as velhas disputas anteriores a 1964, tudo em nome de um retorno à democracia.

Carlos Lacerda, que pretendia candidatar-se a presidente nas eleições previstas para 1965 – mais tarde canceladas – e que apoiara o golpe, viu suas pretensões frustradas com o progressivo endurecimento do regime. Procurou aproximar-se de **Juscelino Kubitschek**, que, aliás, também pretendia concorrer às mesmas eleições presidenciais canceladas, e de **João Goulart**, então exilado no Uruguai. Juntos formaram a **Frente Ampla** de oposição, que, no entanto, teve sua atividade cerceada pela perseguição a seus principais líderes: tanto Lacerda quanto Juscelino tiveram seus direitos políticos cassados e acabaram sendo exilados.

Acervo Iconographia/Reminiscências

▲ Juscelino, Jango e Lacerda integraram a frustrada Frente Ampla, cujo único mérito foi reunir inimigos de véspera na defesa da democracia liberal. Na foto, a partir da esquerda, Renato Archer, João Goulart e Carlos Lacerda encontram-se em Montevidéu, em 1967.

A mobilização popular, principalmente dos estudantes, trabalhadores e artistas, intensificou-se. Desde o governo Goulart, os estudantes se mobilizavam em associações como a **União Nacional dos Estudantes** (UNE), insistindo nas reformas de base e apoiando qualquer guinada de Jango à esquerda. A partir de 1964, tornaram-se vítimas da repressão e, principalmente durante o governo Costa e Silva (1967-1969), reagiram intensamente.

No entanto, a causa imediata de muitas manifestações estudantis, principalmente no ano de 1968, estava ligada a problemas específicos da educação, e não diretamente políticos. Em março daquele ano, por exemplo, foi feita uma manifestação diante do **Calabouço**, um restaurante ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, por melhor qualidade da alimentação e preços mais baixos. A polícia foi chamada e o resultado da intervenção policial foi a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Seu velório, enterro e missa foram acompanhados por milhares de estudantes. Seguiram-se tensões e novos choques com a polícia.

Multiplicaram-se as manifestações e passeatas organizadas por todas as universidades brasileiras, com as reivindicações estudantis servindo de pretexto para manifestações contra o governo. A violência da polícia e do exército contra essas demonstrações de insatisfação fez com que setores da classe média e também da Igreja se solidarizassem com os estudantes, engrossando o número daqueles que, nas ruas, protestavam contra o regime.

O ponto mais alto desse movimento foi a **Passeata dos Cem Mil**, no Rio de Janeiro, em junho de 1968. Em outubro do mesmo ano, porém, o congresso da UNE realizado clandestinamente – uma vez que a associação havia sido declarada ilegal já em outubro de 1964 – em Ibiúna, no estado de São Paulo, acabou sendo descoberto pela polícia, que prendeu nada menos que 1 240 dos principais líderes estudantis do país, enfraquecendo o movimento.

No ano de 1968 também ocorreram duas **greves** bastante agressivas, em Osasco e Contagem, na periferia de São Paulo e de Belo Horizonte, respectivamente. As reivindicações trabalhistas misturavam-se com a oposição ao regime, e nos dois casos a repressão governamental foi violenta.

O meio artístico e cultural, que passava por grande agitação desde o início da década, acompanhando, aliás, tendências mundiais e buscando um engajamento político, procurou resistir à repressão do regime. As origens da agitação podem ser encontradas nos **Centros Populares de Cultura** (CPCs), criados na época por estudantes e que procuravam promover uma aproximação entre a arte e a população em geral. O **teatro** estava à frente do movimento, destacando-se os grupos Arena e Oficina, com Augusto Boal e José Celso Martinez Correa como líderes. No cinema, surgiu o movimento chamado **Cinema Novo**, afastando-se dos padrões norte-americanos e discutindo problemas sociais e culturais essencialmente brasileiros. Seus principais representantes foram os diretores Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos.

Na **música**, as canções de protesto encontraram palco nos grandes festivais organizados a partir de 1965 pela TV Record, onde também nasceu a **Tropicália**, tentativa de retomar os princípios antropofágicos do movimento modernista de 1922, especialmente de Oswald de Andrade. Toda essa atividade intelectual estava mesclada de política, e os principais artistas acabaram sendo presos e exilados.

Enquanto isso, um pequeno grupo de opositores do regime, percebendo que qualquer tipo de oposição pacífica ao governo estava destinado a desencadear uma repressão desproporcionalmente violenta, resolveu partir para a luta armada.

Divulgação/Arquivo da editora

Capa de *Tropicália ou Panis et circencis*, disco-manifesto de um movimento do qual saíram alguns dos grandes nomes da música popular brasileira.

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

Encenação da peça teatral *Roda Viva*, com texto de Chico Buarque e direção de José Celso Martinez Correa. Considerada subversiva, a peça foi censurada e seus atores sofreram agressões físicas. Foto de maio de 1968.

PASSEATAS CONTRA A DITADURA

A partir do final da década de 1960, diante do progressivo "endurecimento" do regime militar, as possibilidades de praticar a oposição tornavam-se cada vez mais limitadas. O Congresso teve seus poderes reduzidos; mandatos políticos foram cassados; líderes de movimentos sociais, presos ou exilados; a imprensa foi progressivamente censurada. Pouco restava aos opositores do regime senão sair às ruas e se manifestar publicamente. A Passeata dos Cem Mil, em 1968, no Rio de Janeiro, foi a maior dessas manifestações, que acabavam por transformar as ruas em palco de enfrentamento com forças policiais. Somente na década de 1980, com o movimento pelas Diretas Já, ocorreriam passeatas maiores que as da época.

Entre os equipamentos-padrão utilizados pelas *Tropas de choque*, encontravam-se capacetes e escudos para defesa e cacetetes para ataque. Disparadores de gás lacrimogêneo também eram empregados em larga escala. Sempre ao alcance das mãos estavam as armas de fogo, até mesmo aquelas capazes de disparar balas de borracha (que feriam sem matar).

Cortejo composto de cerca de 50 mil pessoas em março de 1968 após o velório do estudante Edson Luís, morto em confronto com a polícia.

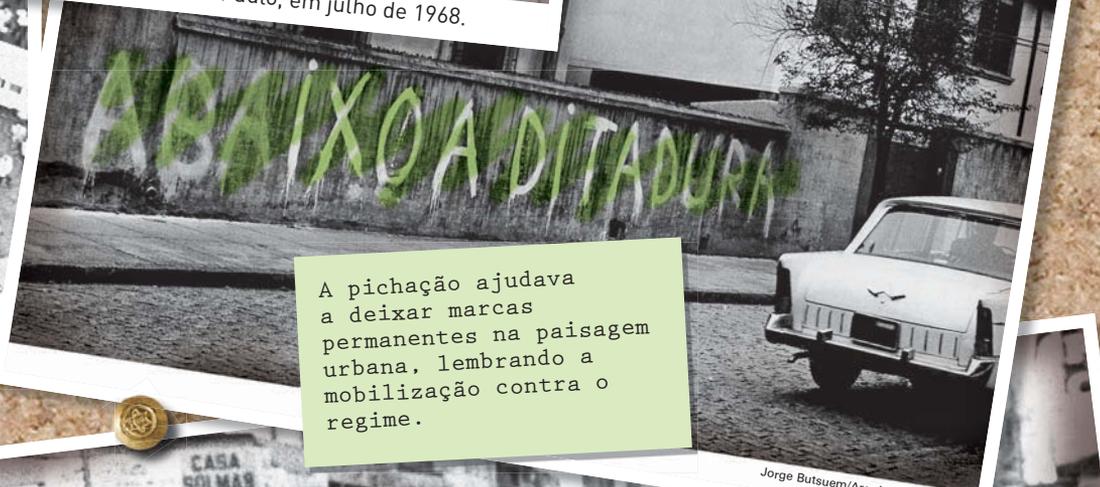
Arquivo/Agência Estado

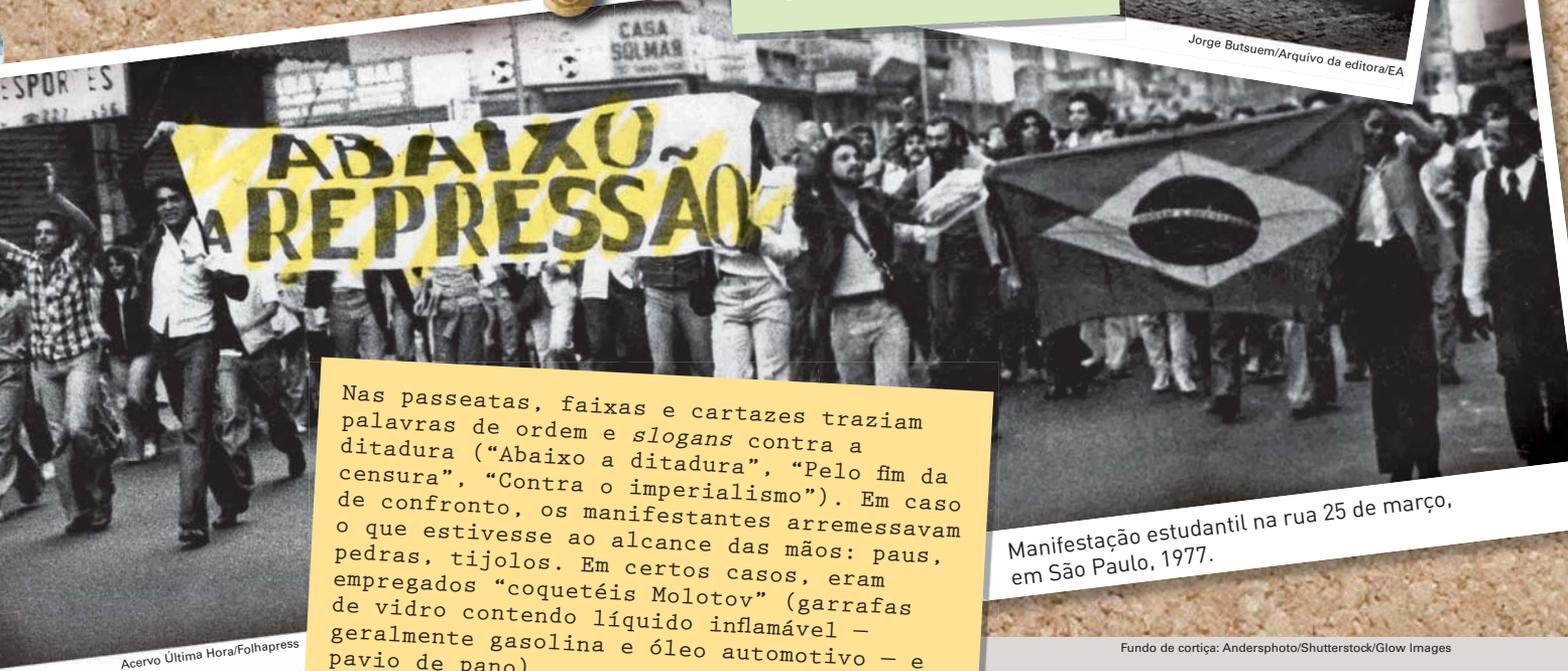
Cavalaria do exército ocupa as ruas de São Paulo em 1968.

As polícias militares estaduais mantinham as *Tropas de choque* e a cavalaria encarregadas de lidar com manifestações de massas. Essas tropas agiam com violência, visando dissolver as manifestações e deter seus participantes mais exaltados. Progressivamente, a tecnologia das *Tropas de choque* foi se sofisticando, com o emprego de carros blindados apelidados de "Brucutus". Equipados com mangueiras de água com alta pressão, tinham efeito devastador na dispersão de multidões.

Os carros blindados chamados de "Brucutus" em São Paulo, em julho de 1968.

Kioshi Araki/Agência Estado

Arquivo/Agência Estado

A pichação ajudava a deixar marcas permanentes na paisagem urbana, lembrando a mobilização contra o regime.

Jorge Butsuem/Arquivo da editora/EA

Nas passeatas, faixas e cartazes traziam palavras de ordem e *slogans* contra a ditadura ("Abaixo a ditadura", "Pelo fim da censura", "Contra o imperialismo"). Em caso de confronto, os manifestantes arremessavam o que estivesse ao alcance das mãos: paus, pedras, tijolos. Em certos casos, eram empregados "coquetéis Molotov" (garrafas de vidro contendo líquido inflamável — geralmente gasolina e óleo automotivo — e pavio de pano).

Manifestação estudantil na rua 25 de março, em São Paulo, 1977.

Acervo Última Hora/Folhapress

Fundo de cortiça: Andersphoto/Shutterstock/Glow Images

ANOS REBELDES

A década de 1960 foi marcada por vários movimentos sociais, protestos e mobilizações em todo o mundo, tanto em países capitalistas como socialistas. Por essas características, esse período é chamado de Anos Rebeldes. Por toda parte, diferentes grupos exprimiam seus projetos para a sociedade e seu inconformismo com a situação daquele momento. Eram ativismos pelos direitos de negros, de mulheres, de homossexuais, de estudantes, de minorias étnicas, entre muitos outros.

Como vimos, nos Estados Unidos, ganhou força a luta contra o conflito no Vietnã. No início, acreditava-se que este teria curta duração. Ao contrário: arrastou-se por muitos anos e envolveu praticamente toda a sociedade norte-americana. Também absorveu boa parte do orçamento do governo e mobilizou centenas de milhares de jovens para o alistamento.

Lutar contra a invasão do Vietnã tornou-se a bandeira dos movimentos de contestação ao conservadorismo da sociedade norte-americana, não só nos Estados Unidos como em todo o mundo.

Ao mesmo tempo que se protestava contra a guerra, condenava-se também a repressão às tentativas de abertura democrática nos países socialistas, como a Primavera de Praga. Assim, apesar das intensas críticas ao capitalismo, os procedimentos do Estado soviético não eram aceitos sem contestação.

Além das práticas políticas, muitos desses movimentos criticavam ainda os comportamentos e valores morais, como o poder autoritário dos pais sobre os jovens; a desigualdade de direitos entre homens e mulheres; a subordinação feminina aos homens e aos valores machistas.

As mobilizações iam desde atuações políticas violentas até o pacifismo do movimento *hippie*; das pichações ao enfrentamento guerrilheiro; das lutas contra a discriminação racial dos negros ou pela emancipação feminina crescente aos protestos musicais e à negação do comportamento convencional.

Entre os jovens, difundia-se o uso da minissaia, dos cabelos compridos, das roupas coloridas. O discurso era de liberdade individual e busca do prazer. Disseminavam-se as pílulas anticoncepcionais e a pregação do amor livre, bem como o uso de drogas, como maconha e LSD.

Propostas revolucionárias e pacifistas, resumidas no refrão Paz e Amor, mesclavam-se criativamente nas várias manifestações de protesto, nos enfrentamentos contra a ordem vigente ou na montagem de comunidades alternativas, a exemplo dos *hippies*.

A música firmou-se como importante canal de protesto social. Os meios de comunicação, a indústria fonográfica e a organização de shows e festivais garantiam acesso a um público amplo de cantores e bandas vinculados a movimentos sociais e políticos. Explodia o rock, com uma nova forma de percepção do mundo, de expressão de sentimentos e comportamentos. Bandas como Beatles, Rolling Stones, Doors e músicos como Jimmy Hendrix, Janis Joplin, Joan Baez e Bob Dylan traduziam o novo momento e a discordância da juventude.

No campo social foi a época dos movimentos negros nos Estados Unidos por garantia de direitos civis, reconhecimento da plena cidadania e fim do racismo, que em muitos estados era uma política oficializada.

Paris, capital da França, transformou-se no centro da rebeldia dos estudantes e dos trabalhadores europeus contra o governo. Em maio de 1968, explodiu uma verdadeira revolução na cidade, com barricadas e propostas para uma sociedade radicalmente livre, liderada por socialistas ou anarquistas.

A década de 1960, em especial o ano de 1968, tornou-se ícone por tudo que representou de lutas e conquistas. Muitos a veem ainda como uma época que não terminou, pelo fato de as promessas de paz, amor e liberdade contra a opressão e a alienação das sociedades autoritárias e conservadoras ainda não terem se concretizado.

Henry Diltz/Corbis/Latinstock

Janis Joplin durante sua apresentação no *Woodstock Music and Art Fair*, o Festival de Woodstock, ocorrido em Bethel, Nova York, em 1969.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Manifestantes em marcha vindos da praça da Bastilha, em Paris, em maio de 1968.

Em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva decretou o **AI-5**, o mais violento de todos os atos institucionais até então outorgados. Previa:

- fechamento do Legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) pelo presidente da República, que, nos períodos de recesso, poderia legislar em seu lugar;
- suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais individuais, incluindo a suspensão do

habeas corpus (instrumento jurídico cuja função é resguardar o indivíduo da ameaça de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, ou seja, resguardar, essencialmente, o direito à liberdade);
- intervenção federal em estados e municípios;
- possibilidade de o presidente decretar estado de sítio sem autorização do Congresso.

Ao contrário do caráter provisório dos demais atos institucionais, o AI-5 apresentava-se como uma medida permanente, só vindo a ser revogado onze anos depois. Assim, a aparência democrática do regime ruía de uma vez por todas: o Brasil mergulhava na ditadura total. A violência só tendia a aumentar.

Arquivo do jornal *O Estado de S.Paulo*/Agência Estado

Na Avenida Presidente Vargas, centro do Rio de Janeiro, soldados reprimem uma passeata de estudantes em agosto de 1968, meses antes da aprovação do AI-5 (Ato Institucional n. 5).

A DITADURA TOTAL (1968-1977)

Logo após decretar o AI-5, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral. O vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi proibido de assumir pelos ministros militares, que indicaram um novo presidente, o general **Emílio Garrastazu Médici**, para ser confirmado pelo Congresso.

Médici governou o país com grande violência, de 1969 a 1974 – período em que a repressão e a tortura atingiram extremos –, além de instaurar a censura aos meios de comunicação. O pretexto desse radicalismo era a intensificação da luta armada contra o regime.

A luta armada assumiu a forma da **guerra de guerrilhas** e inspirou-se na Revolução Cubana de Fidel Castro, que assumira o poder em 1959, e na Guerra do Vietnã, então em pleno andamento. Os dois movimentos guerrilheiros tinham como modelos teóricos, respectivamente, as obras de "Che" Guevara e de Mao Tse-tung, que, aliás, também havia comandado uma guerra de guerrilhas vencedora na China, em 1949.

As propostas de Guevara incluíam a criação de focos revolucionários, ou seja, grupos militares muito bem treinados que, operando de uma ou mais bases em pontos remotos do país, poderiam desestabilizar o governo e criar condições para sua substituição forçada. Já Mao Tse-tung enfatizava a necessidade de organizar uma base camponesa que pudesse apoiar os movimentos dos guerrilheiros, que não teriam apenas papel militar, mas também social.

Três focos guerrilheiros acabaram sendo criados no Brasil: na Serra do Caparaó, em Minas Gerais; no Vale do Ribeira, em São Paulo; e na região do baixo Araguaia, no Pará. O primeiro deles foi derrotado pela rápida intervenção das forças governamentais. O segundo, chefiado pelo capitão **Carlos Lamarca**, oficial dissidente do exército, resistiu por mais tempo. Apesar de a guerrilha ter sido também rapidamente reprimida no local, Lamarca conseguiu fugir e acabou sendo morto no sertão da Bahia em 1971, após violenta perseguição.

O movimento que envolveu mais pessoas e que durou mais tempo foi o do **Araguaia**, talvez porque seus participantes, ligados ao PC do B (Partido Comunista do Brasil), dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro), tenham conseguido obter apoio da população local, segundo as propostas de Mao Tse-tung. Outra razão talvez tenha sido o fato de o

foco guerrilheiro ter se estabelecido em plena Floresta Amazônica, em região de difícil acesso. Esse fato consistia em sua grande contradição: sua atuação permanecia ignorada nos grandes centros urbanos, tornando inviável a desestabilização do regime nessas condições.

Chico Nelson/Arquivo da editora

▲ Carros destruídos em Copacabana, no Rio de Janeiro, em atentado ocorrido em outubro de 1976.

O foco guerrilheiro só foi descoberto pelo Exército em 1972 e destruído em 1975, na maior operação militar organizada pelo Exército brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial.

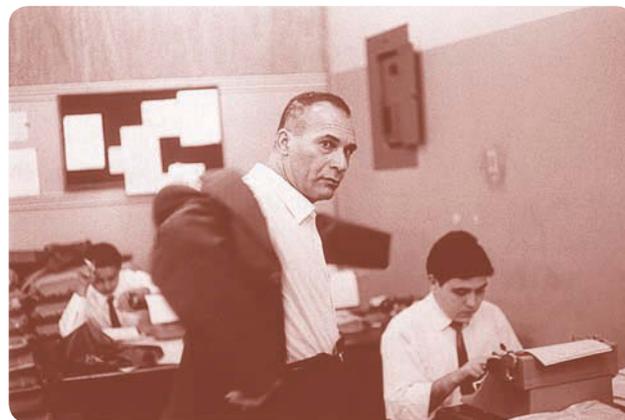
O fracasso da guerrilha no interior do país foi acompanhado pelo inesperado sucesso da **guerrilha urbana**, uma experiência quase sem precedentes no mundo até então. Organizada por **Carlos Marighella**, líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), operava na região das grandes capitais, principalmente São Paulo. Dessa forma, o movimento guerrilheiro urbano tinha mais condições de desestabilizar o regime que os focos rurais. Na verdade, isso era um reflexo da própria formação social brasileira: nos anos 1960, o Brasil estava rapidamente deixando de ser um país rural, diferenciando-se de Cuba, China e Vietnã. Em vista do intenso processo de urbanização, buscar um modelo de luta armada baseado na experiência desses países era um contrassenso.

Os tradicionais meios com que o Exército contava para desbaratar a guerrilha rural, como tropas especiais e helicópteros, eram inúteis para a repressão à guerrilha urbana. A arma encontrada pelas forças armadas foi a informação, cuja obtenção era fundamental para organizar com sucesso as operações de contraguerrilha. Daí o crescimento dos órgãos de informação das forças armadas, como o Centro de Informação do Exército (CIEx), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informação Social do Exército (Cisa), além do próprio **Serviço Nacional de Informações** (SNI), subordinado diretamente à presidência da República.

Ao mesmo tempo, cada região militar contava com um **Comando de Operações de Defesa Interna** (Codi), que controlava a atuação das tropas dos **Destacamentos de Operações Internas** (DOI).

Com o objetivo de coordenar o trabalho dos diversos grupos, foi criada, no início de 1969, a **Operação Bandeirantes** (Oban), que subordinava oficiais dos órgãos de informação do Exército e contingentes das polícias militares. Era comandada pelo delegado da polícia civil paulista **Sérgio Paranhos Fleury**, até então ligado aos "esquadrões da morte" no combate aos criminosos comuns.

A Oban contava com mecanismos próprios de financiamento, ou seja, doações (nem sempre espontâneas) de industriais e homens de negócio. Alguns identificados com os ideais da Guerra Fria, na luta anticomunista, outros assustados com a agitação da esquerda. A repressão teve sucesso com Fleury comandando pessoalmente a emboscada que resultou na morte de Marighella nas ruas de São Paulo, em novembro de 1969.

A tortura utilizada na busca de informações transformou nomes e siglas, como Fleury e DOI-Codi, em sinônimos de violência contra o indivíduo. Escoradas na doutrina da "segurança nacional", segundo a qual os militares estavam encarregados da defesa contra ameaças internas, as forças armadas e policiais moveram verdadeira guerra contra os opositores do regime. No final do governo Médici, a guerrilha já havia sido praticamente esmagada, tanto no campo quanto nas cidades, com exceção dos últimos núcleos no Araguaia.

Braz Bezerra/Agência Jornal do Brasil

▲ A guerrilha jamais esteve próxima de tomar o poder no Brasil nos anos 1960 e 1970. Entretanto, a repressão à luta armada foi brutal. Na foto, Carlos Marighella, líder da ALN.

Os bastidores do "milagre" brasileiro

Na área econômica, o governo Médici foi responsável pelo advento do chamado "milagre" econômico brasileiro: crescimento da economia em ritmo bastante acelerado. O principal ideólogo do "milagre" foi o economista **Antonio Delfim Netto**, ministro da Fazenda desde o governo Costa e Silva. O "milagre" deveu-se ao ingresso maciço de capitais estrangeiros, como já se verificava no Brasil desde o final da década de 1960.

Durante vários anos, não foram feitos investimentos estrangeiros em razão do descontrole da inflação e dos sucessivos traumas políticos provocados pelo governo Jânio Quadros, da implantação do parlamentarismo e do agitado governo "esquerdista" de João Goulart. Esses capitais externos voltaram ao território nacional, atraídos pela estabilidade política promovida pelos governos militares, firmemente comprometidos com o combate às esquerdas, e pelos esforços para estabilização da economia lançados pela dupla Roberto Campos e Otávio Bulhões durante o governo de Castello Branco. As baixas taxas de juros praticadas no mercado internacional no início da década de 1970 e o aval do governo norte-americano ao regime militar contribuíram para tornar possível a instrumentalização do "milagre".

Chegando em grande volume, o capital estrangeiro era absorvido por empresas privadas brasileiras, empresas privadas estrangeiras (multinacionais) e empresas estatais. As **empresas privadas brasileiras** concentraram-se no setor chamado *labour intensive*, isto é, indústrias que têm fraca demanda de capital e forte demanda de mão de obra (têxtil, processamento de alimentos, ou seja, de bens de consumo *não duráveis*). As **empresas multinacionais**, por sua vez, direcionaram suas atividades para os setores de *capital intensive*, de forte demanda de capital e relativamente fraca demanda de mão de obra (indústria automobilística, de eletrodomésticos, de máquinas, ou seja, de bens de consumo *duráveis*). Finalmente, as **empresas estatais** voltaram-se para os setores ligados à "segurança nacional", envolvendo indústria pesada, geração de energia, telecomunicações e indústria bélica.

O modelo como um todo assemelhava-se muito àquele implantado por Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961, com a diferença de que o Estado passava a ter um papel empreendedor muito maior do que outrora.

Para viabilizar o crescimento acelerado da produção industrial brasileira, procurou-se ampliar o mercado consumidor externo e interno. Pela primeira vez, a produção industrial brasileira passava a encontrar um mercado consumidor significativo no exterior, não apenas em países do Terceiro Mundo, mas também na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, eram as empresas multinacionais as que mais exportavam.

Ao transferirem suas linhas de montagem para países como o Brasil, que contava com grandes depósitos de matéria-prima (ferro, por exemplo), indústrias de base capazes de transformar essa matéria-prima (siderúrgicas) e mão de obra abundante e barata, as multinacionais conseguiam oferecer ao mercado externo produtos modernos e sofisticados a preços baixos.

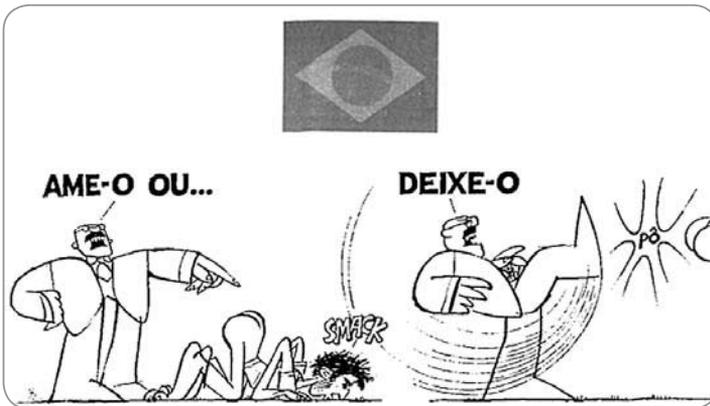
A equipe econômica do governo também trabalhava para manter baixos os salários (portanto, os custos de produção). Qualquer reivindicação trabalhista por melhores salários era reprimida com violência. Quanto à ampliação do mercado consumidor interno, aqui encontramos uma das peculiaridades do "milagre": enquanto se promovia o achatamento salarial dos trabalhadores mais humildes, buscava-se a expansão do poder de compra dos trabalhadores mais especializados, basicamente da classe média. Os salários dos colarinhos-brancos e os ganhos dos profissionais liberais da classe média subiram consideravelmente, bem como as facilidades de crédito.

colarinho-branco: termo genérico que designa profissionais, como executivos, que pela natureza de suas funções precisam vestir trajes formais – terno e gravata, para os homens.

Nesse momento, a classe média brasileira conseguiu atingir seus objetivos mais imediatos, isto é, o consumo. Nas grandes cidades, chegou-se a criar um modo de vida próprio: a casa própria, cheia de eletrodomésticos, o segundo automóvel da família (o primeiro havia sido adquirido provavelmente na época de Juscelino), o apartamento na praia ou o sítio no campo. Os filhos estudavam em escolas particulares e, por meio dos cursinhos pré-vestibulares, garantiam seu ingresso no ensino superior gratuito. Com o diploma universitário, conseguia-se a perpetuação da ascensão social.

A economia brasileira internacionalizava-se em associação com o capital estrangeiro. O Estado brasileiro agora era responsável por intermediar as relações entre a burguesia nacional e a estrangeira.

A expansão econômica foi realmente espetacular, com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mantendo-se elevada a cada ano, e o governo não demorou em tirar proveito disso. Surgia o mito do Brasil potência, alimentado pelos *slogans* ufanistas divulgados pela propaganda oficial: "Ninguém segura este país", "Brasil, ame-o ou deixe-o", "Pra frente, Brasil", "Até 1964 o Brasil era o país do futuro: agora o futuro chegou".

© Ziraldo Alves Pinto/Acervo do cartunista

Apesar do sucesso econômico, as condições políticas e o arrocho salarial que prevaleceram durante os anos de crescimento brasileiro do início dos anos 1970 eram um desafio a ser enfrentado pela sociedade. Sob esta condição, o governo pedia uma definição ao povo brasileiro: amar o país ou deixá-lo. Já o cartunista Ziraldo, autor da charge [ao lado] de 1970, tornava clara a sua leitura sobre a relação entre o poder militar e a população.

Reprodução/Arquivo da editora/*Revista Manchete*, 11 mar. 1972.

O apelo ao consumo: era o "milagre" alcançando a classe média. Observe a visão preconceituosa do *slogan* da propaganda, à esquerda, em que a mulher surge como mais um "objeto", relegada a tarefas domésticas.

QUESTÃO INTERDISCIPLINAR

- Apesar de muitas vezes aparecerem nas peças de publicidade como um objeto ou numa posição de sujeição ao homem, as mulheres desempenharam papel ativo no cenário político e cultural da década de 1970. Para conhecer melhor algumas das mulheres que marcaram presença no cenário nacional dos anos 1970, reúna-se em grupo com mais quatro ou cinco colegas e faça uma pesquisa em *sites* da internet, livros e revistas, procurando nomes de destaque nos seguintes campos:

a) política;
b) literatura;
c) artes plásticas;
d) música;
e) cinema e/ou teatro;
f) ciências.

A seguir, cada grupo deve selecionar um dos nomes pesquisados e procurar conhecer mais profundamente sua biografia, suas ideias e sua produção na área em que atuou. De posse desses dados, cada grupo escolherá um de seus membros para interpretar para a sala a personagem pesquisada.

Para a encenação, o grupo deve criar uma fala de apresentação para a personagem, destacando suas realizações e evidenciando sua importância no contexto da década de 1970. O grupo deve também ficar atento à caracterização da personagem, buscando compor um figurino condizente com a personalidade e o papel social dela. Nessa etapa, será importante buscar auxílio dos professores que ministram aulas na área em que a personagem escolhida atuava ou próxima a ela.

Ao final dos trabalhos, façam um debate acerca da questão: "O espaço de atuação das mulheres hoje é maior do que na década de 1970?".

A própria conquista do tricampeonato mundial de futebol no México, em 1970, colaborou para criar um clima de quase euforia e reforçar a imagem positiva do país para os porta-vozes do discurso oficial. Os governos lançaram-se ainda à concretização de grandes projetos de engenharia civil, as obras faraônicas, símbolos do Brasil potência: a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu, todas de interesse questionável e custos astronômicos.

No entanto, a dependência em relação ao capital estrangeiro era bastante expressiva, e a dívida externa crescia em proporções alarmantes. O problema era minimizado graças à manutenção de baixas taxas de juros no mercado internacional e à expansão acelerada do PIB. Além disso, como você já viu, foram elevados os custos sociais das novas diretrizes econômicas do governo, principalmente com o arrocho salarial que atingiu vastos setores da população mais pobre. Na verdade, o "milagre" gerou uma acentuada desigualdade da distribuição de renda.

A luta pela abertura do regime

Em março de 1974, encerrou-se o mandato de Médici, que foi substituído pelo general **Ernesto Geisel**. Sua ascensão marcou o retorno do grupo castellista ao poder, embora o próprio Castello Branco já houvesse falecido (em misterioso acidente aéreo, em julho de 1967). O principal projeto do novo governo foi realizar a abertura política, isto é, o processo de redemocratização do país "lento, gradual e seguro", de acordo com as palavras do presidente. Nessa tarefa, seria auxiliado pelo general **Golbery do Couto e Silva**, braço direito de Geisel.

A abertura política foi provocada por diversos fatores, sendo o principal o fato de que a entrega do poder aos civis fazia parte do projeto original do grupo castellista, em 1964. A sequência golpe-"limpeza"-retorno aos quartéis seria finalmente concluída, embora com muitos anos de atraso.

Além disso, o regime passava por um processo natural de desgaste; afinal, em 1974 completou-se o décimo ano seguido de governos militares, e até mesmo setores beneficiados pelo regime sentiam certa insatisfação, como ficou demonstrado nas eleições legislativas de 1974. Nesse ano, o partido de oposição, MDB, apesar de todas as dificuldades, acabou vencendo a situacionista Arena nas grandes cidades.

O esgotamento do "milagre" econômico também contribuiu para a abertura do regime. Era impossível manter permanentemente taxas de crescimento do PIB acima de 10% ao ano, e os governos militares, que em grande parte se justificavam pelo sucesso na área econômica, logo se veriam em apuros. Aliás, alguns problemas já se anunciavam, como a alta da inflação, encoberta pelos índices oficiais. E, para agravar a situação, ocorreu a primeira grande **crise do petróleo**, em 1973, quando o país, dependente da importação de mais de 80% do total do petróleo que consumia, viu seriamente comprometido seu balanço de pagamentos.

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

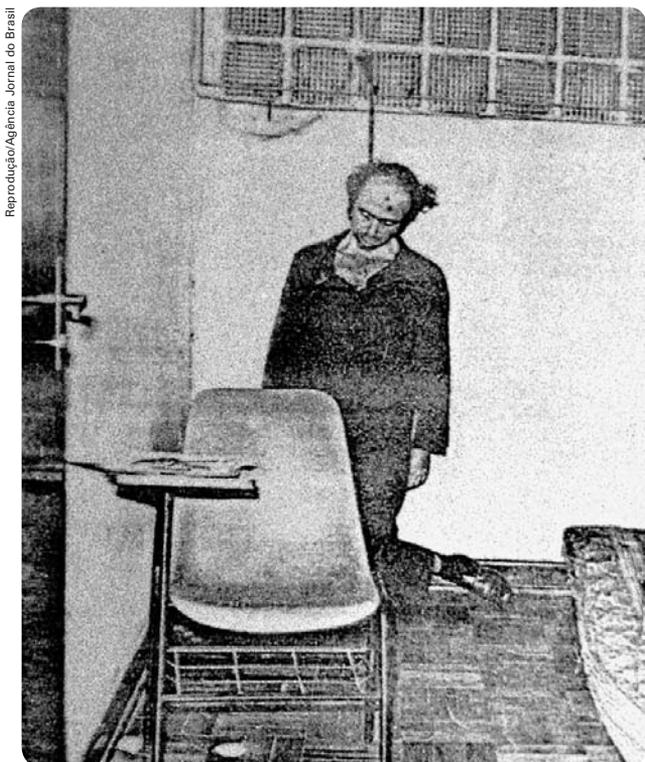
▲ O crescimento do MDB foi significativo a partir de 1974, principalmente nos estados do Centro-Sul. Acima, foto de convenção do partido em 1974, no Rio de Janeiro.

Finalmente, o esmagamento da oposição mais radical ao regime, por meio da violenta guerra suja, fez com que a redemocratização não mais parecesse uma alternativa ameaçadora aos olhos de muitos militares.

O processo de abertura política, no entanto, enfrentava duas grandes limitações. Em primeiro lugar, os militares estavam pouco propensos a entregar o poder para a oposição. Um governo civil seria tolerado e era até inevitável, mas desde que mantivesse inalteradas certas diretrizes, incluindo o prosseguimento da política econômica vigente nas suas linhas mais gerais, isto é, na associação com o capital estrangeiro. Em segundo lugar, em momento algum os militares tolerariam uma apuração efetiva das violências e excessos cometidos durante o período de combate à guerrilha, vista por eles como uma guerra de fato e, portanto, justificando atos normalmente considerados ilegais ou até criminosos.

Uma das principais iniciativas de Geisel para consolidar a abertura política foi a desmontagem do aparelho repressivo. Durante o combate aos opositores do regime, os órgãos de informação e segurança haviam crescido desmesuradamente: se, por um lado,

os generais decidiam as estratégias a ser adotadas no combate à "subversão", por outro, o trabalho era operacionalizado por escalões mais baixos. Estes haviam se fortalecido no processo e não aceitariam a desmontagem do aparelho repressivo, muitas vezes encontrando apoio na alta oficialidade mais radical, ligada à linha dura. O governo Geisel moveu uma grande batalha contra esses setores, vistos como principal obstáculo à redemocratização.

Em outubro de 1975, **Wladimir Herzog**, chefe de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, foi chamado para prestar depoimento no DOI-Codi e acabou morrendo num dos quartéis do Segundo Exército. Em janeiro de 1976, em circunstâncias semelhantes, o operário **Manoel Fiel Filho** morreu durante interrogatório. Nos dois casos, o comando do Segundo Exército em São Paulo divulgou a versão de suicídio, sem convencer a opinião pública.

Reprodução/Agência Jornal do Brasil

▲ Wladimir Herzog: seu "suicídio" trouxe à tona um dos aspectos decisivos da abertura – o combate à linha dura.

Tais episódios talvez passassem despercebidos alguns anos antes, mas o fim da censura à imprensa desde o início de 1975, a decisiva atuação da Igreja na denúncia dos crimes e a oposição de Geisel em relação ao prosseguimento das práticas de tortura pelo exército acabaram criando um clima de duplo confronto: da sociedade civil contra o governo e do presidente contra a linha dura, representada pelo general **Ednardo D'Ávila Melo**, responsável pelas mortes, uma vez que era o comandante do Segundo Exército em cujas dependências ocorreram tais episódios. Numa atitude firme, dentro dos padrões das forças armadas, Geisel demitiu-o do comando do Segundo Exército.

Porém, o principal choque envolvendo o presidente e a facção de militares mais conservadora, que se opunha à abertura política, ocorreu por ocasião das primeiras discussões em torno da sucessão presidencial, em 1977. O general **Sylvio Frota**, ministro do Exército, tentou articular sua candidatura, contrariando as intenções do presidente, que acabou por demiti-lo. O ministro ainda tentou um golpe: enviou a todos os quartéis do país um violento manifesto, acusando Geisel de favorecer a infiltração comunista nos altos escalões governamentais e, em seguida, convocou uma reunião dos principais comandantes militares do país, em Brasília, a fim de preparar um golpe.

Por intermédio do SNI, o presidente soube dos movimentos do ministro demissionário e ordenou o deslocamento de tropas para o aeroporto de Brasília, sob o comando do prestigiado general **Hugo Abreu**, vencedor da guerrilha do Araguaia. À medida que os comandantes militares chegavam à capital federal, eram colocados diante de duas opções: dirigir-se ao Ministério do Exército, para conspirar com Frota, ou ao Palácio do Planalto, para reafirmar fidelidade a Geisel. Todos ficaram com o presidente, e Frota, sozinho, viu-se impossibilitado de concretizar o golpe.

O fracasso do golpe do general Frota e seu posterior afastamento do governo representaram a maior vitória do governo Geisel perante a linha dura. A partir de outubro de 1977, parecia claro que a abertura seria irreversível.

Em virtude de suas ações contra a linha dura e em defesa da abertura política, Geisel costuma ser superestimado como líder democrático ou progressista. No entanto, convém lembrar que, durante o auge da repressão, sua posição era de tolerância e mesmo de apoio ao uso da violência. Em conversa com seu futuro ministro do Exército, general Dale Coutinho, em 1974, Geisel foi categórico: "[...] esse troço de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser [...] Nós não podemos largar essa guerra. Infelizmente nós vamos ter que continuar [...]".[2]

[2] Citado em GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 324-5.

A ABERTURA (1977-1985)

Em 1978, Geisel anistiou os exilados políticos, que agora poderiam voltar ao Brasil (incluindo Leonel Brizola e o velho Luís Carlos Prestes); a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico do autoritarismo do regime, foi modificada e abrandada e, em 1979, o AI-5 foi revogado.

▲ Ernesto Geisel discursando durante a posse do presidente João Batista Figueiredo, no dia 15 de março de 1979, em Brasília.

Carlos Namba/Arquivo da editora

Com essas medidas liberalizantes, o governo elaborava o cronograma da abertura, que previa a eleição indireta de um sucessor militar para o presidente em exercício, seguido de um sucessor civil, porém ligado aos militares. Eleições diretas para presidente da República seriam realizadas somente por volta de 1989. O cronograma, bastante lento, desagradava as oposições. De qualquer forma, havia um processo eleitoral em andamento.

Em abril de 1977, o governo começou a mudar a legislação eleitoral, pois pretendia garantir a maioria no Colégio Eleitoral nos anos seguintes. Foi lançado o "pacote de abril", conjunto de leis que estabeleceu a nomeação de senadores "biônicos" para o Congresso (um terço do Senado seria composto de políticos nomeados diretamente pelo governo, e não eleitos pelo voto popular).

Além disso, mudavam as regras da representação proporcional de deputados no Congresso, favorecendo as bancadas dos estados nordestinos, onde a Arena conseguia vitórias eleitorais por meios que nada ficavam a dever às tradicionais práticas coronelistas da República Velha. Assim, chegava-se a uma situação na qual o partido oposicionista (MDB) poderia ter mais votos, mas eleger menos congressistas.

Nas eleições legislativas de 1978, fundamentais para a definição do Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor de Geisel, MDB e Arena praticamente empataram em número de votos, mas o partido do governo conseguiu obter maioria nas duas casas do Congresso, além do controle sobre o Colégio Eleitoral, que acabou por eleger o próximo presidente, o também general **João Batista Figueiredo**.

Assumindo em março de 1979, o novo presidente procurou dar prosseguimento ao já traçado processo de abertura política, contando com a colaboração do onipotente general Golbery do Couto e Silva. No entanto, a intensa crise econômica que abateu o país durante sua gestão acabou por influenciar os rumos da abertura. A segunda crise internacional do petróleo, em 1979, provocou novo desequilíbrio nas contas externas e, principalmente, uma diminuição no fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil.

Quando, em 1982, o México decretou a moratória, os bancos internacionais passaram a temer o mesmo comportamento por parte do Brasil (cuja dívida, aliás, era maior que a mexicana) e cancelaram novos empréstimos. A brusca elevação dos juros no mercado internacional também ajudou a comprometer a estabilidade da economia brasileira, agora impossibilitada de gerar recursos para "rolar" a dívida externa. Sequer era possível efetuar o pagamento dos juros.

moratória: suspensão do pagamento da dívida externa, no caso do México em 1982, por decisão unilateral de seu governo.

Finalmente, a inflação, que já vinha crescendo desde a época do "milagre", fugiu a qualquer controle, sendo alimentada até mesmo pelo mecanismo da correção monetária. Na falta de recursos externos, emitia-se dinheiro internamente, ativando o crescimento da inflação e ocasionando grande déficit das contas públicas. Assim, já no início da década de 1980, o Brasil passava a viver uma situação de **estagflação**, isto é, estagnação econômica com inflação.

A adoção de uma política recessiva pelo governo teve como resultado o aumento das taxas de inflação, que não atingiam as classes altas, mas contra as quais os setores mais humildes não tinham como se proteger. Quanto ao comércio e à indústria, percebendo claramente que os pobres não tinham dinheiro e os ricos mantinham seus ganhos, especializaram-se no atendimento a essa fatia do mercado. Em vez de muitos produtos a preços razoáveis para várias pessoas, aumentaram os preços, passando a ganhar com a venda de poucos produtos para poucas pessoas a preços altos. Em outras palavras, tratava-se de compensar no preço unitário os prejuízos decorrentes da queda no volume das vendas.

Além disso, durante o governo Geisel haviam-se aprofundado as distorções da economia brasileira. O **intervencionismo estatal** atingiu seu auge, bem como a política das obras faraônicas. A combinação empresas estatais-autoritarismo político mostrou-se catastrófica, na medida em que, muitas vezes, os vastos recursos dirigidos a essas empresas acabavam em mãos de particulares, não existindo nenhum controle da sociedade civil sobre o setor público. Um exemplo foi a assinatura do **acordo nuclear entre Brasil e Alemanha**, em 1975, que resultou na construção das caríssimas e ineficientes usinas de Angra dos Reis.

Assim, as empresas estatais começavam a combinar excessivos gastos com pessoal e ineficiência econômica, gerando, mais tarde, a convicção de que, generalizadamente, empresas estatais são pouco eficientes e precisam ser privatizadas. Os custos públicos dessa ineficiência eram atendidos com emissões de papel-moeda ou então com bem remunerados empréstimos feitos ao governo, favorecendo instituições financeiras (bancos), que ganhavam com o processo.

Para combater uma crise que já se anunciava antes mesmo de sua posse, Figueiredo convocou Delfim Netto para o ministério do Planejamento, que mais uma vez teria poderes amplos para conduzir a economia do país. Após rápida e fracassada tentativa de ajuste interno, procurou estimular as exportações, concedendo incentivos fiscais e, principalmente, desvalorizando a moeda. O objetivo era conseguir os dólares necessários para manter em dia o pagamento dos juros da dívida externa.

A partir de meados da década de 1980, o Brasil começou a ter saldos excepcionalmente favoráveis (veja gráficos ao lado) para a época em sua balança comercial, algo em torno de 1 bilhão de dólares por mês, chegando a obter o terceiro maior saldo mundial, atrás apenas do Japão e da Alemanha Ocidental (embora o saldo japonês, por exemplo, chegasse a ser quase dez vezes maior que o brasileiro).

O grande volume de dólares que ingressava anualmente no país, contudo, ficava nas mãos do governo, que o remetia para o exterior como parte do pagamento da dívida, enquanto os exportadores recebiam o equivalente em cruzeiros. As grandes emissões de cruzeiros para o pagamento dos exportadores acabavam por acelerar a inflação. Dessa forma, os compromissos internacionais eram mantidos, os bancos estrangeiros continuavam lucrando e a sociedade brasileira pagava a conta.

A grande insatisfação com o regime militar verificada entre os trabalhadores mais organizados – os operários dos setores automobilístico e metalúrgico, por exemplo – desencadeou uma onda de greves entre 1978 e 1979. Esse processo foi responsável pelo surgimento de novas lideranças sindicais desvinculadas do velho esquema do trabalhismo e dos partidos políticos existentes. Entre essas lideranças destacava-se a de **Luiz Inácio da Silva**, o Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, hábil negociador e comprometido basicamente com os interesses dos trabalhadores de seu sindicato.

Dando prosseguimento à abertura, o Congresso aprovou a **Lei da Anistia**, perdoando todos os presos ou exilados acusados de crimes políticos. A lei, no entanto, não incluía aqueles considerados culpados por atos terroristas e luta armada contra o governo, embora perdoasse todos os militares que haviam cometido violências na repressão.

O final do regime militar: crise da dívida, inflação e superávits comerciais.

Os grupos mais reacionários dentro das forças armadas, por sua vez, apelaram para o terrorismo, em uma série de atentados a bomba e sequestros, que não tiveram consequências mais sérias no processo da abertura. Em 30 de abril de 1981, explodiram duas bombas no **Riocentro**, centro de convenções da capital carioca, onde se realizava um grande festival de música em homenagem aos trabalhadores.

Uma das bombas atingiu a central de energia, enquanto outra explodiu acidentalmente dentro do carro que a transportava, matando um sargento e ferindo gravemente um oficial do Exército. O atentado fracassado que causou um verdadeiro escândalo (só superado por aquele provocado pela não apuração do episódio), marcou o fim do embate entre os militares da linha dura e o processo de abertura política.

No final de 1979, iniciou-se a organização de novos partidos políticos no lugar da Arena e do MDB, tendo em vista principalmente as eleições diretas para governador de estado, as primeiras realizadas no país desde 1965. O MDB vinha registrando crescimento em meio à opinião pública e transformou-se em grande frente de oposição ao governo, atraindo políticos de diversas correntes. Seu líder, **Ulysses Guimarães**, ganhava prestígio como principal voz da oposição no país.

A reforma partidária foi proposta com o objetivo de enfraquecer o MDB nas eleições para governador em 1982, acreditando-se que ele fosse se fragmentar em pequenos partidos representativos de suas várias correntes. O partido de apoio ao governo, a Arena, por sua vez, transformou-se no **Partido Democrático Social** (PDS), uma sigla vazia de conteúdo ideológico ou programático.

Ulysses Guimarães, entretanto, trabalhou habilmente para manter o caráter de frente de oposição de sua nova agremiação política, o **Partido do Movimento Democrático Brasileiro** (PMDB), tendo razoável sucesso nesse sentido. Outros partidos que surgiram com a reforma foram o **Partido Trabalhista Brasileiro** (PTB), pálida lembrança do velho partido dos anos 1950 e 1960; o **Partido Democrático Trabalhista** (PDT), em torno do veterano Leonel Brizola; e o **Partido dos Trabalhadores** (PT), organizado pelos novos líderes sindicais surgidos nas greves de 1978-1979, principalmente Lula.

As eleições ocorreram pacificamente no dia 15 de novembro de 1982. A oposição, com o PMDB à frente, conseguiu a maioria dos votos, elegendo os governadores dos principais estados: **Franco Montoro** e **Tancredo Neves**, do PMDB, respectivamente em São Paulo e Minas Gerais; e **Leonel Brizola**, do PDT, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, foram realizadas eleições legislativas, e o PDS, escorado nas pouco representativas leis eleitorais vigentes, conseguiu 235 das 480 cadeiras da Câmara dos Deputados.

Durante o ano de 1983, o PT, de fraco desempenho nas eleições do ano anterior, procurou liderar uma campanha pela realização de eleições diretas para a escolha do sucessor de Figueiredo. Tal medida passava por uma reforma constitucional, e o PT acreditava que, pela mobilização popular, o Congresso (ou seja, o PDS) pudesse se sensibilizar e aprovar a medida.

A campanha pelas **Diretas Já**, como foi divulgada e ficou conhecida, começou timidamente, mas logo ganhou o apoio dos membros do PMDB e do PDT. Em pouco tempo, multidões tomaram as ruas das cidades em comícios gigantescos, numa mobilização popular rara na história do país.

Apesar da atuação da oposição e do voto favorável de mais de 50 deputados do PDS, a emenda constitucional que estabelecia as eleições diretas para presidente da República acabou não sendo aprovada pelo Congresso, gerando frustração em todo o país. A luta seguinte das oposições seria no Colégio Eleitoral, que escolheria um novo presidente.

Cynthia Brito/Agência Jornal do Brasil

▲ Eleições de 1982 no Rio de Janeiro. Após 17 anos, os brasileiros voltavam a eleger diretamente os governadores de estado.

A união dos partidos de oposição durante o movimento pelas Diretas-Já fez surgir a possibilidade de vitória nas eleições indiretas marcadas para janeiro de 1985. Em 1984, o partido do governo, por sua vez, apresentava-se dividido, já que a escolha do candidato para a presidência não mais estava nas mãos dos militares, tendo essa incumbência passado para o PDS.

Orlando Brito/Arquivo da editora

▲ Manifestação pelas eleições diretas presidenciais na Praça da Sé, em São Paulo, em janeiro de 1984.

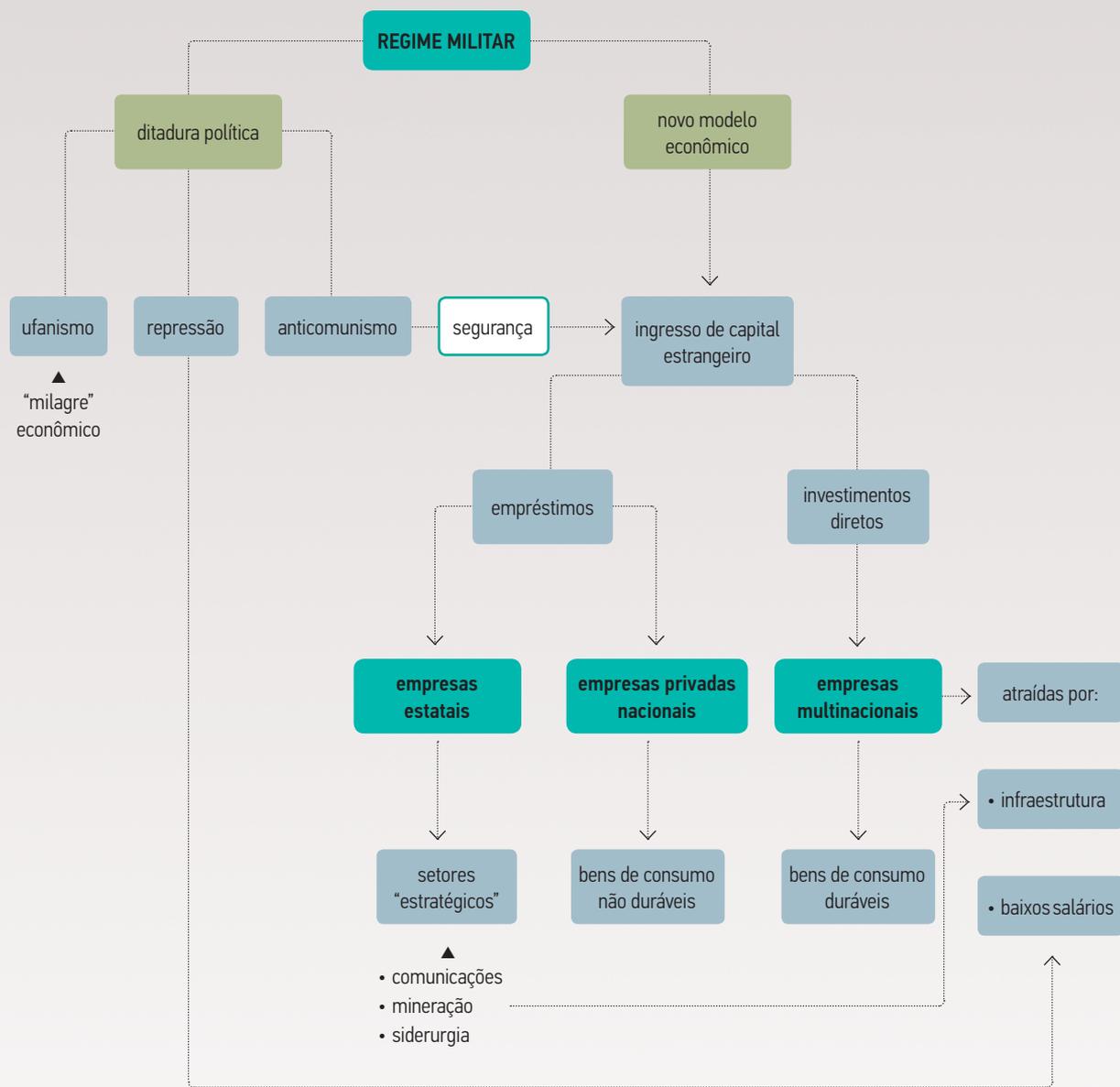
Um candidato despontava: era o coronel do exército **Mário Andreazza**, nome que contava com a simpatia dos militares. No entanto, o ex-prefeito da cidade de São Paulo e ex-governador do estado, **Paulo Maluf**, do PDS, também tinha pretensões na disputa presidencial. Por meio de diversas concessões e promessas de campanha, ele acabou conseguindo o apoio da maioria dos políticos de seu partido, sendo indicado como candidato oficial na convenção de agosto de 1984.

Apesar de conservador e tendo construído sua carreira política à sombra dos militares, Maluf descontentava a velha-guarda do PDS, que tinha à frente nomes de outros antigos políticos, como José Sarney, Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel. O partido também vinha apoiando o regime militar, no qual seus líderes tiveram papel decisivo, como ocorreu no fracasso do movimento pelas Diretas-Já no Congresso. O grupo que sempre se beneficiara do regime, fornecendo seus quadros políticos e administrativos e até obtendo vantagens pessoais, estava diante da possibilidade de não mais fazer parte das estruturas do poder, uma vez que Maluf sempre agia por conta própria.

Diante dessa situação, formou-se uma dissidência dentro do PDS, a **Frente Liberal**, que mais tarde daria origem ao Partido da Frente Liberal (PFL). A Frente procurou aproximar-se do PMDB, que lançou a candidatura do moderado político mineiro **Tancredo Neves** à presidência da República. Estabeleceu-se uma aliança entre os dois agrupamentos políticos, da qual nasceu a chapa Tancredo-Sarney, candidatos, respectivamente, à presidência da República e à vice-presidência.

O Colégio Eleitoral reuniu-se em 15 de janeiro de 1985 para escolher o novo presidente do Brasil, dando vitória a Tancredo Neves. Com uma complicada manobra política, a oposição havia conseguido assumir o poder, ainda que se valendo de uma chapa bastante conservadora e do apoio de políticos que antes haviam participado do regime militar. De qualquer maneira, os 21 anos de governo militar haviam se encerrado, e uma nova época se iniciava no país.

Carlos Fenerich/Arquivo da editora

▲ Tancredo Neves comemorando sua vitória no Colégio Eleitoral com a esposa, Risoleta Neves, e Ulysses Guimarães. Congresso Nacional, Brasília, em 15 de janeiro de 1985.

ATIVIDADES

1. Identifique, resumidamente, as principais características das políticas econômicas aplicadas em cada um dos governos da ditadura militar.
2. Ao se referirem ao período da ditadura militar brasileira, considerando aspectos econômicos e políticos, muitos historiadores consideraram que ocorreu uma "modernização conservadora". Diante dos destaques presentes no esquema-resumo, que características desse período justificam o uso dessa expressão? Justifique.
3. Retome as três questões apresentadas na seção *Para pensar historicamente* deste capítulo e responda-as com base no que você estudou.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de imagem

A figura abaixo é a reprodução de um cartaz do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, divulgado em 1975.

Reprodução/Arquivo Público do Estado de São Paulo

a) Preste atenção à imagem acima. Que mudanças você nota nos desenhos das personagens femininas da primeira fileira superior até a fileira inferior do cartaz?

b) O que acontecia no cenário político nacional em 1975, quando o cartaz foi divulgado?

c) Por que o cartaz convoca o leitor para "sair da sombra"?

d) Em sua opinião, a divulgação de movimentos como o que vemos no cartaz foi importante para mudar o cenário político brasileiro? Explique.

2 Análise de documento e reflexão

O texto 1 trata da opinião do pensador Benjamin Constant (1767-1830) sobre o chamado Período do Terror durante a Revolução Francesa. Já o texto 2 é parte do *Pequeno manual do guerrilheiro urbano*, redigido pelo revolucionário brasileiro Carlos Marighella em 1969. Após a leitura dos textos, responda às questões.

Texto 1

Desordens particulares, calamidades pavorosas, momentâneas e ilegais não constituem o Terror. Esse só existe quando o crime é o sistema de governo e não quando é seu inimigo, quando o governo o ordena e não quando o combate.

Citado por: OZOUF, Mona. *Varennes:* a morte da realeza, 21 de junho de 1791. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 223.

Texto 2

Eu gostaria de fazer uma dupla dedicatória deste trabalho; primeiro, em memória de Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, Nelson José de Almeida ("Escoteiro") e a tantos outros heroicos combatentes e guerrilheiros urbanos que caíram nas mãos dos assassinos da polícia militar, do exército, da marinha, da aeronáutica, e também do DOPS, instrumentos odiados da repressora ditadura militar.

Segundo, aos bravos camaradas – homens e mulheres – aprisionados em calabouços medievais do governo brasileiro e sujeitos a torturas que se igualam ou superam os horrendos crimes cometidos pelos nazistas. Como aqueles camaradas cujas lembranças nós reverenciamos, bem como aqueles feitos prisioneiros em combate, o que devemos fazer é lutar.

[...]

A acusação de "violência" ou "terrorismo" sem demora tem um significado negativo. Ele tem adquirido uma nova roupagem, uma nova cor. Ele não divide, ele não desacredita, pelo contrário, ele representa o centro da atração. Hoje, ser "violento" ou um "terrorista" é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades.

MARIGHELLA, Carlos. *Pequeno manual do guerrilheiro urbano*. Disponível em: <www.midiaindependente.org/pt/red/2004/06/283439.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2013.

a) Faça uma pesquisa, em livros ou na internet, e relembre o que foi o Período do Terror durante a Revolução Francesa. Defina-o brevemente.

b) No texto 1, o que Benjamin Constant quer dizer ao afirmar que o terror existe quando "o crime é o sistema de governo e não quando é seu inimigo"? Explique relacionando essa afirmação com o contexto do Período do Terror.

c) Que acusações Marighella faz ao Estado brasileiro vigente em 1969, presentes no texto 2?

d) Que argumentos Marighella utiliza para defender que "hoje, ser 'violento' ou um 'terrorista' é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada"? Justifique.

e) De acordo com o pensamento de Benjamin Constant, as ações violentas cometidas pelos guerrilheiros dos anos 1960 seriam formas de "terror"? E as ações da ditadura militar? Justifique suas respostas.

3 Análise de texto historiográfico

Leia o texto abaixo do historiador brasileiro Marcos Napolitano. Em seguida, responda às questões.

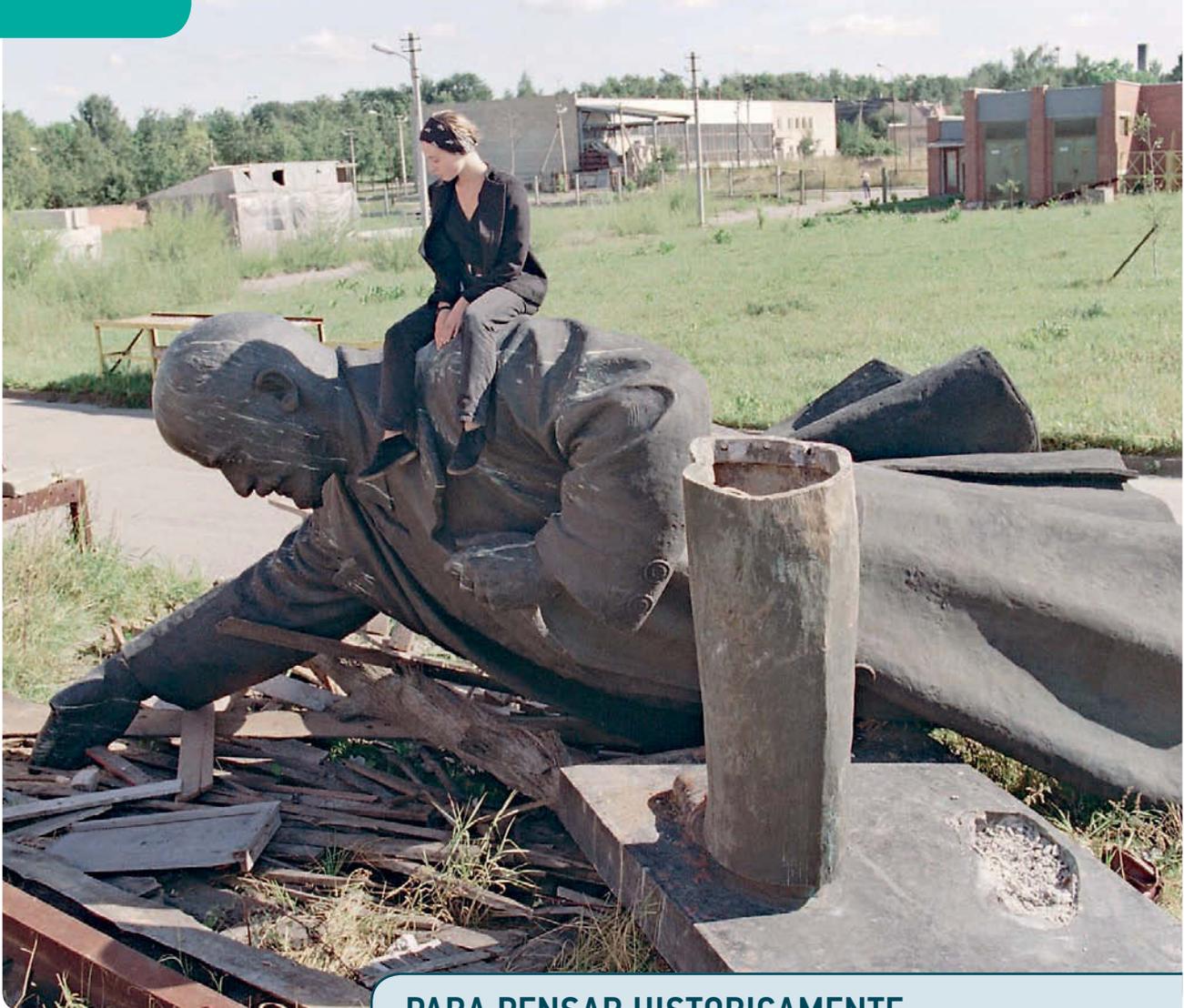
A partir dos eventos ocorridos no "ciclo revista" de 1978/1980, os sujeitos coletivos puderam definir suas identidades e articular suas reivindicações frente ao Estado. Neste processo, a "questão democrática" foi reelaborada historicamente, deixando de ser apenas um tema que inspirava a resistência contra a ditadura, para nortear diversos projetos de sociedade. A "questão operária" consolidou, no espaço público, uma outra formulação da "questão democrática", que se exercitava desde o início dos anos 70: não mais se tratava de criar a produção do consenso mas, sobretudo, aprimorar a equação do conflito.

NAPOLITANO, Marcos. As greves do ABC: a questão social encontra a questão democrática. In: *Cultura e poder no Brasil republicano*. Curitiba: Juruá, 2002. p. 104.

a) Releia o texto didático e identifique quem eram os participantes do que o autor chama "ciclo grevista" e porque eles estavam insatisfeitos.

b) De acordo com o autor, por que as greves dos metalúrgicos redefiniram o movimento pela volta da democracia e introduziram novas questões entre os opositores da ditadura militar? Justifique.

CAPÍTULO 12

O fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial

Gerard Fouet/Agência France-Presse/Getty Images

▲ Desde o colapso do socialismo real na União Soviética, em 1989, várias foram as repúblicas pertencentes ao bloco que lutaram pela independência. Na foto, de 1991, destroços do antigo monumento em homenagem a Lênin, removido da área central da cidade de Vilnius, capital da Lituânia, após ter sido proclamada a independência do país em relação a Moscou, em março de 1990.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Os desafios da globalização

Como podem ser preservados os interesses nacionais de qualquer país diante da formação de grandes blocos compostos de nações hegemônicas? Com a globalização, qual o destino dos Estados nacionais do ponto de vista político?

As políticas públicas devem priorizar urgentemente as questões sociais, subordinando os interesses do mercado ao bem-estar de todos, ou devem ser direcionadas para o desenvolvimento da livre concorrência, sujeitando a sociedade às leis de mercado?

O FIM DA GUERRA FRIA

A *détente* (em português, "distensão"), instituída nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética no início da década de 1970, caracterizou-se por acordos bilaterais que tinham o objetivo de diminuir os riscos de uma guerra nuclear e amenizar os conflitos Leste-Oeste. Nesse contexto, destacaram-se os acordos da série **Salt** (*Strategic Arms Limitations Talks* – Conversações sobre Limitações de Armas Estratégicas), entre 1972 e 1979, que efetivamente passaram a controlar o arsenal nuclear das duas superpotências.

No início da década de 1980, porém, o presidente norte-americano Ronald Reagan retomou a chamada "política da intimidação", acentuando a corrida armamentista e frustrando quaisquer tentativas de acordo entre 1985 e 1986. A Europa, temendo transformar-se em palco de uma guerra nuclear, pressionou a retomada dos encontros de cúpula entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Ao mesmo tempo, o dirigente soviético Mikhail Gorbatchev imprimiu em seu país, a partir de 1985, a reestruturação econômica e a abertura política, que remodelaram não só o bloco socialista (levando ao colapso de suas estruturas), como também as relações internacionais mundiais.

Em novembro de 1987, Reagan e Gorbatchev, abrindo nova rodada de negociações sobre desarmamento, assinaram um acordo para a eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa e na Ásia. Em janeiro de 1988, o governo soviético anunciou o início da retirada de suas tropas do Afeganistão (veja boxe da página 224); no ano seguinte, a abertura política e os efeitos da *perestroika* desmontaram o bloco socialista, apressando o fim da confrontação tradicional com os Estados Unidos.

Wally McNamee/Corbis/Latinstock

▲ Jimmy Carter (Estados Unidos), à esquerda, e Leonid Brejnev (União Soviética), à direita, durante a cerimônia de encerramento da conferência do tratado de Salt-2, ocorrida em Viena em junho de 1979.

No início dos anos 1990, aceleraram-se acordos de desarmamento nuclear; em 1991, o Comecon e o Pacto de Varsóvia foram dissolvidos, ao mesmo tempo que tiveram início gestões para a remodelação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Em dezembro de 1991, a União Soviética desapareceu, dando lugar à **Comunidade de Estados Independentes** (CEI), tendo a Rússia como principal herdeira da ex-União Soviética em termos políticos, geopolíticos e econômicos. Veja o mapa abaixo.

A seguir, você conhecerá melhor o período que antecedeu e preparou o fim da Guerra Fria.

Comunidade dos Estados Independentes — 1991

Allmaps/Arquivo da editora

Adaptado de: DUFOUR, Annie (Ed.). *Grand Atlas d'aujourd'hui.* Paris: Hachette, 2000. p. 56. Em 1997, a capital do Casaquistão passa a ser Astana.

▲ O fim da União Soviética foi seguido do nascimento da Comunidade de Estados Independentes, uma reunião de Estados em permanente disputa pelos despojos da era soviética, em que sobressai a Federação Russa (antiga Rússia).

Os Estados Unidos a partir dos anos 1960

Mantendo o consenso entre as elites norte-americanas, os partidos republicano e democrata continuaram se revezando no poder. **Richard Nixon**, eleito pelo Partido Republicano em 1968 e reeleito em 1972, governou os Estados Unidos até 1974. Retomou a reaproximação com os países comunistas, sem perder o tradicional caráter ofensivo, e iniciou mais um período de *détente*, tendo à frente o secretário de Estado Henry Kissinger.

Em 1971, os Estados Unidos apoiaram a entrada da China comunista no Conselho de Segurança na ONU e, em 1972, o presidente norte-americano encontrou-se com Mao Tse-tung. A aproximação com a China representava mais um passo ofensivo do governo norte-americano, ao unir-se a uma potência vizinha e rival dos soviéticos.

Logo após a visita à China, Nixon foi à União Soviética, onde assinou com o presidente Leonid Brejnev o tratado **Salt-1**, de limitação de armas nucleares.

O período Nixon caracterizou-se também pela pressão da opinião pública em relação à **Guerra do Vietnã**, o que o levou a adotar a política de "vietnamização" da guerra, ou seja, a tentativa de retirar os soldados norte-americanos do conflito, oferecendo, em contrapartida, armamentos a seu aliado, o governo do Vietnã do Sul.

Enquanto levava adiante esse projeto, Nixon procurou enfraquecer os guerrilheiros do Vietnã do Sul, os *vietcongs*, bombardeando maciçamente seus aliados comunistas do Vietnã do Norte. Estes, entretanto, avançaram progressivamente, respondendo aos ataques.

Apesar da aproximação diplomática com os países comunistas, os Estados Unidos não descuidavam de sua supremacia sobre os países subdesenvolvidos. Além da questão do Vietnã, participaram oficiosamente da derrubada do presidente chileno **Salvador Allende**, de tendência socialista, em 1972, cujas reformas prejudicavam os interesses econômicos norte-americanos. Após um golpe sangrento, instaurou-se no Chile a ditadura militar de Augusto Pinochet, como já vimos.

O fim do governo Nixon deu-se com o caso ***Watergate***, iniciado em 1972. Membros do Partido Republicano – ao qual Nixon pertencia – foram surpreendidos tentando instalar um sistema de escuta para espionar os escritórios do rival Partido Democrata, no edifício *Watergate*, em Washington, a quatro meses das eleições presidenciais.

Agência France-Presse/Getty Images

▲ Richard Nixon e Mao Tse-tung, Pequim, fevereiro de 1972. A visita de Nixon à China e à União Soviética caracterizou o degelo nas relações internacionais, embora os Estados Unidos não tenham abandonado a ofensividade contra o bloco socialista soviético.

Denunciado pelo jornal *Washington Post*, que não poupou sequer a alta cúpula governamental, o escândalo atingiu Nixon e mobilizou toda a imprensa e a opinião pública norte-americana. Comprovado seu envolvimento, o presidente foi obrigado a renunciar. Caso não o fizesse, seria impedido, pelo Congresso, de governar (*impeachment*). A presidência foi então ocupada pelo vice-presidente **Gerald Ford** (1974-1976), que, em 1975, concedeu "perdão pleno e absoluto" a Nixon por todos os delitos que pudesse ter cometido enquanto ocupava a presidência.

Marcado pela derrota norte-americana na Indochina (Vietnã, Laos e Camboja), o governo Ford viveu a plena desmoralização de seu partido e da administração republicana, o que impossibilitou sua tentativa de reeleição. A situação econômica norte-americana enfrentou dificuldades, como a elevação dos preços do petróleo determinada já desde 1973 pela **Organização dos Países Exportadores de Petróleo** (Opep), dominada pelos países árabes. Os efeitos dessa alta foram sentidos em todo o mundo capitalista, espalhando recessão e dificuldades, o que minou a liderança norte-americana e o governo Ford.

Eleito presidente pelo Partido Democrata, **Jimmy Carter** (1977-1980) fez acordos de distensão com os soviéticos, assinou o **Salt-2** (1979) e adotou uma política de defesa dos **direitos humanos**. Sua política internacional motivou a redemocratização

de países capitalistas governados por ditaduras e intensificou as críticas às limitações das liberdades públicas nos países comunistas. Diante das denúncias de violações dos direitos humanos, como tortura, prisões e cerceamento da oposição, Carter chegou a negar créditos para a compra de armamentos a vários países da América Latina, na época sem liberdades democráticas estabelecidas, como Brasil, Argentina, El Salvador e Guatemala.

Carter também mediou a **Conferência de Camp David**, em 1978, que deu origem a um tratado de paz entre o Egito, governado na época por Anuar Sadat, e Israel, dirigido por Menachem Begin. Com esse tratado, estabeleceram-se relações diplomáticas entre esses países, que estavam em guerra havia anos. Era o ponto de partida para a pacificação do Oriente Médio, a qual só avançou limitadamente na década de 1990.

No final do governo Carter, emergiram diversas crises internacionais que arruinaram o prestígio da administração democrata. No Irã, em 1979, o xá **Reza Pahlevi**, tradicional aliado dos Estados Unidos, foi derrubado por uma revolução islâmica. O novo líder do país, aiatolá **Khomeini**, passou a pregar um nacionalismo religioso com posições radicalmente antinorte-americanas, levando a uma postura de enfrentamento com os Estados Unidos.

Diana Walker/Time Life Pictures/Getty Images

◄ Jimmy Carter, em foto de 1979. Em seu governo foram promovidas ações de defesa dos direitos humanos.

Na Nicarágua, também em 1979, a **Revolução Sandinista**, de inspiração marxista, acabou com o longo período de dominação da família Somoza, aliada histórica dos Estados Unidos. A derrubada do ditador Anastácio Somoza pelos guerrilheiros da **Frente Sandinista de Libertação Nacional** (FSLN) envolveu o governo Carter em novas dificuldades para sua política externa.

Candidato à reeleição nas eleições presidenciais de 1980, Carter foi derrotado por **Ronald Reagan**, iniciando um novo período de predomínio do Partido Republicano. Reagan assumiu em 1981 e foi reeleito em 1984, permanecendo no poder por oito anos, época de impulso nas pregações em favor da economia de mercado, o **neoliberalismo**.

Logo no início de seu primeiro mandato, Reagan ampliou as sanções econômicas à União Soviética e a repressão aos regimes de esquerda na América Central e no Caribe. Ao mesmo tempo, retomou a corrida armamentista, implantando uma política intimidadora aos soviéticos. A instalação de armas poderosas na Europa fez crescer os protestos populares, provocados pelo medo de que o continente se transformasse em arena de um conflito nuclear.

Contrários ao rearmamento norte-americano, os soviéticos retiraram-se das conversações em curso em Viena, em 1983, mesmo ano em que Reagan interveio em Granada, na América Central, afastando um governo que não atendia aos interesses de seu país na região. Na Nicarágua, até o final da década, aumentou as pressões aos sandinistas, apoiando abertamente os guerrilheiros contrarrevolucionários ("os contras") e fazendo sucessivas ameaças de uma ação militar na região, semelhante à que empreendera em Granada.

Reagan iniciou também um programa militar que ficou conhecido como Guerra nas Estrelas, sofisticado projeto bélico que visava proteger os Estados Unidos contra possíveis mísseis inimigos com base na formação de um "escudo" de mísseis dirigidos para o céu. Após sofrer pressões internas e externas, o projeto não chegou a ser implantado.

O desenvolvimento econômico interno ocorrido durante seu governo garantiu-lhe popularidade e permitiu que se reelegesse em 1984. Por causa das pressões europeias e da política implantada pelo novo governante soviético, Mikhail Gorbatchev, o governo norte-americano reverteu a política de intimidação ao bloco socialista, retomando a distensão com a União Soviética.

Em 1987 foram assinados acordos de desarmamento nuclear, ratificados na viagem do presidente norte-americano à União Soviética no ano seguinte. Internamente, o país adotou uma política de corte de gastos públicos, principalmente na área de bem-estar social, e de desregulamentação da economia, provocando o desemprego e a concentração da renda pelos

mais ricos, dentro dos princípios do neoliberalismo, como veremos mais à frente.

George Bush foi eleito sucessor de Reagan pelo Partido Republicano, para o período de 1989 a 1993, dando continuidade à política de entendimento com Gorbatchev em meio à desmontagem dos regimes socialistas do Leste Europeu até o desaparecimento da União Soviética, no início da década de 1990.

Reafirmando sua supremacia internacional e sob o respaldo da ONU, os Estados Unidos praticamente comandaram, no início de 1991, a **Guerra do Golfo** contra o Iraque. Essa guerra decorreu da invasão do território do Kuwait, em 1990, pelo Iraque, governado por **Saddam Hussein**, que procurava projetar-se como grande líder das nações árabes.

Peter Turnley/Corbis/Latinstock

▲ O Oriente Médio tem sido palco de frequentes conflitos e guerras civis, envolvendo também interesses estrangeiros. Na foto de 1991, soldados norte-americanos sobre um tanque durante a Guerra do Golfo.

A oferta de petróleo às potências ocidentais a preços baixos e a busca de novos acessos do Iraque ao Golfo Pérsico foram os pretextos para a invasão e posterior anexação territorial do Kuwait. Respaldadas pela ONU, as grandes potências, tendo à frente os Estados Unidos, exigiram a desocupação do Kuwait e, não sendo atendidas, declararam guerra a Saddam Hussein.

A coalizão internacional de aproximadamente trinta países, liderada pelos Estados Unidos, iniciou em janeiro de 1991 o bombardeio contra o Iraque, desencadeando a operação Tempestade no Deserto, a maior mobilização militar mundial desde a Segunda Guerra. O confronto terminou em quarenta dias com a derrota do Iraque, que sofreu grandes perdas materiais e humanas. Terminada a guerra, a ONU estabeleceu sanções econômicas ao Iraque, especialmente o embargo sobre suas exportações de petróleo, além de impor a eliminação de seus arsenais de armas nucleares, biológicas e químicas e dos mísseis de longo alcance.

Até 1992, o presidente Bush experimentou oscilações em sua popularidade, ora ganhando prestígio, com a hegemonia do país depois da queda do bloco socialista, ora perdendo, com sinais de aumento do desemprego e queda da produtividade da economia norte-americana. Diante disso, foi derrotado quando tentou se reeleger, nas eleições de 1992, pelo candidato do Partido Democrata, **Bill Clinton**, que assumiu o governo em 20 de janeiro de 1993.

Com Clinton, a economia norte-americana apresentou sucessivos índices de crescimento, o que favoreceu sua reeleição em 1996. Apesar de governar em um período de excelente desempenho econômico, entre 1998 e 1999 foi ameaçado de *impeachment* por seu envolvimento com uma ex-estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky. Em fevereiro de 1999, o Senado absolveu o presidente.

Nas eleições presidenciais de 2000, o partido de Clinton indicou Al Gore para concorrer com o candidato do Partido Republicano, **George Walter Bush**, filho do ex-presidente Bush. Numa apuração de votos repleta de irregularidades, com várias recontagens, George W. Bush saiu vitorioso.

Em janeiro de 2001, George W. Bush assumiu o cargo de 43º presidente dos Estados Unidos, proclamando, em seguida, a reativação militar, especialmente a montagem de um escudo antimísseis, o *National Missile Defense*. Diversos analistas e especialistas da política internacional chamaram atenção para a retomada da corrida armamentista tão típica do período da Guerra Fria e do governo Reagan, mas dessa vez com um novo agravante: a instalação desse sistema, pelo menos em tese, daria aos Estados Unidos a capacidade de se defender de um ataque nuclear e, portanto, de lançar uma resposta arrasadora.

No dia 11 de setembro de 2001, a questão do escudo antimísseis norte-americano foi colocada em segundo plano: terroristas suicidas destruíram

MURALHAS

Quando os chineses iniciaram a Grande Muralha, em 214 a.C., e Adriano contratou seu sistema defensivo no norte da Inglaterra, 300 anos depois, eles estavam reagindo precisamente ao mesmo instinto que está movendo a política norte-americana agora – manter distantes os bárbaros hostis. O Escudo de Defesa Antimísseis é, em termos militares, uma muralha, embora excepcionalmente complexa.

Mas as muralhas têm o hábito de ser vencidas ou contornadas, como qualquer historiador da Linha Maginot poderia confirmar, e esta muralha pode ser evitada com bombas nucleares de baixa potência em maletas ou por alguém numa lancha, disparando em volta da Ilha de Manhattan. Portanto, defesa não é, evidentemente, a história toda, e entre as razões que motivaram Bush é preciso lembrar que sua muralha vai custar entre US$ 60 bilhões e US$ 100 bilhões, a maior parte deles gasta com as indústrias de defesa.

Linha Maginot: linha de fortificações na fronteira francesa da Suíça até a Bélgica, visando defender-se da Alemanha. Construída nos anos 1930 e idealizada pelo político Andre Maginot, de nada serviu para conter o avanço nazista.

PORTER, Henry. Falando com as paredes: ao querer afastar os "bárbaros", os EUA se isolam do mundo. *The Observer. Carta Capital.* Ano VII, n. 147 (23 maio 2001). p. 40.

completamente dois grandes edifícios, as torres do *World Trade Center*, em Nova York, e parte do Pentágono, nos arredores de Washington. Os ataques, tidos como os maiores sofridos até então pelos Estados Unidos em seu próprio território, foram realizados com aviões de carreira sequestrados e se voltaram contra os símbolos do poderio econômico e militar dos Estados Unidos, deixando milhares de mortos e uma forte sensação de vulnerabilidade no país mais poderoso do mundo.

A situação desdobrou-se na primeira guerra declarada do século XXI, tendo como alvo um grupo terrorista fixado no Afeganistão (a *Al-Qaeda*, responsável pelos ataques de 11 de setembro) e apoiado pelo grupo governamental **Talibã**.

O período de "guerra ao terror", iniciado em 2001, resultou na derrubada do governo Talibã no Afeganistão e implantou nos Estados Unidos várias medidas policiais destinadas a evitar novos atentados terroristas. Um desdobramento foi a adoção da Doutrina Bush, sustentada na possibilidade de ação militar unilateral dos Estados Unidos em qualquer país do mundo, acima de leis e políticas internacionais, e sempre tendo como justificativa a "guerra ao terror".

A ameaça estaria nos países que formavam o "eixo do mal", como Iraque, Irã e Coreia do Norte, que, segundo Bush, fabricavam armas de destruição em massa e patrocinavam o terrorismo internacional. A partir de então, os Estados Unidos adotaram medidas agressivas e de endurecimento contra os rivais, como a transferência de prisioneiros de guerra do Afeganistão para a base norte-americana de Guantánamo (onde seriam vítimas de maus-tratos denunciados pela imprensa a partir de 2004), e pressão e ameaça de guerra, especialmente contra o Iraque.

Getty Images/<www.gettyimages.com>

As torres do World Trade Center atingidas por dois aviões pilotados por terroristas em 11 de setembro de 2001.

A CONSTRUÇÃO DA CRISE NO AFEGANISTÃO

Em razão de sua posição geográfica estratégica, o Afeganistão sempre foi área sujeita a invasões e disputas (desde os gregos de Alexandre Magno, na Antiguidade, passando pelos mongóis, turcos, ingleses e paquistaneses, até os russos e norte-americanos nos períodos seguintes). A monarquia centralizada, estabelecida no século XVIII e que duraria até 1973, foi um dos alvos, nas disputas coloniais do século XIX, dos confrontos entre o Império Russo e o Britânico, ficando este último com o domínio regional até a independência do país em 1919.

Com a queda da monarquia em 1973, quando Daud Khan destituiu o rei Zahir Shah, deu-se uma sucessão de golpes militares, conflitos e intervencionismos que arrasaram o país, provocando a fuga de milhões de afeganes (cerca de 2,5 milhões). Daud Khan foi assassinado em 1978 e, sob a liderança de Mohamed Taraki, instalou-se um regime de partido único inspirado na União Soviética e sujeito à crescente oposição de grupos islâmicos apoiados por Paquistão e Irã e armados pelos Estados Unidos.

As lutas entre as facções políticas, étnicas e religiosas culminaram no fuzilamento de Taraki, em 1979, seguido da invasão da União Soviética, na qual morreram mais de 15 mil russos e cerca de 800 mil afeganes. Os soviéticos retiraram-se do país dez anos depois, mantendo o apoio (financeiro e em armas) ao governo de Mohammad Najibullah, que foi obrigado a renunciar em 1992, quando grupos guerrilheiros tomaram Cabul, a capital do país.

Seguiram-se confrontos entre as facções políticas e islâmicas rivais, destacando-se o grupo islâmico **Talibã** ou **Taleban** ("estudante", em persa), milícia que ganhou supremacia sobre aproximadamente 90% do território nacional no final da década de 1990, impondo-lhe rígidas leis muçulmanas. Esse grupo era formado pela maioria étnica do Afeganistão, os *pashtuns*, enquanto em outro grupo, que controlava pequenas áreas ao norte do território, conhecido como Aliança do Norte, predominavam três grupos étnicos minoritários: os *usbeques*, os *tajiques* e os *hazaras*.

Em 1998, os Estados Unidos dispararam mísseis contra alvos no Afeganistão, sob a acusação de serem centros de apoio às ações terroristas internacionais, especialmente da **Al-Qaeda**, organização liderada por **Osama bin Laden**. Esse fundamentalista islâmico era um milionário de origem saudita que migrara para o Afeganistão, onde obteve ajuda militar e financeira dos Estados Unidos no combate aos soviéticos, na Guerra do Afeganistão, durante a década de 1980.

Reprodução/Gentilmente cedido por Almapbbdo Publicidade e Comunicações Ltda.

▲ Bush e Bin Laden em anúncio criado por agência de publicidade para uma revista de grande circulação no Brasil. O anúncio mostra o rosto desses líderes desenhado com palavras significativas. Observe.

Bin Laden fundou a Al-Qaeda (em português, *A Base*) em 1990 e, no final dessa década, controlava uma ampla rede de ação em diversos países contra o que chamava de "influência ocidental" e interferência dos Estados Unidos no mundo islâmico. Em 1999, a ONU determinou sanções contra o governo Talibã, como restrições aos voos internacionais e exigências de extradição de Bin Laden para julgamento em um tribunal internacional.

Em 11 de setembro de 2001, nos atentados realizados em Nova York e Washington, quando as torres do World Trade Center e o Pentágono foram atingidos por aviões sequestrados por terroristas, Osama bin Laden foi acusado pelas autoridades norte-americanas de ser o articulador da ação, que deixou milhares de mortos nos Estados Unidos. O presidente Bush declarou guerra aos terroristas e aos Estados que os abrigassem, exigindo do governo afegane a prisão e a entrega de Bin Laden. O desdobramento da crise foi o bombardeio, por parte dos Estados Unidos, sobre o Afeganistão e a derrubada do Talibã. Osama bin Laden foi morto numa operação militar dos Estados Unidos no Paquistão em maio de 2011.

Após a derrota militar e a queda do Talibã, foi estabelecido um governo provisório, aliado dos Estados Unidos e chefiado por Hamid Karzai (dezembro de 2001), com a difícil tarefa de pôr fim às permanentes disputas das várias facções e reconstruir o país. Mesmo sem a presença do Talibã, continuou a haver conflitos armados entre chefes guerreiros regionais, crescimento do consumo de ópio, criminalidade e descontrole governamental. No final de 2004 realizaram-se eleições presidenciais, tendo sido vitorioso o presidente interino Hamid Karzai, reeleito em 2009 para mais um mandato de cinco anos. Em 2012, continuava a crescer a produção de ópio, os atentados, a reorganização do Talibã e as seguidas disputas armadas entre milícias pelo domínio de territórios no Afeganistão. Os Estados Unidos e seus aliados da Otan definiram um acordo de retirada de suas tropas do país até 2014, sendo que no início de 2012 ainda mantinham cerca de 350 mil soldados no Afeganistão, sendo 90 mil norte-americanos.

Considerado grande inimigo dos Estados Unidos, o Iraque de Saddam Hussein possuía em 2003 a segunda maior reserva petrolífera em exploração do mundo, o que – diante de um iminente ataque dos norte-americanos – fez disparar os preços internacionais do barril de petróleo.

Em março de 2003, sem o apoio da comunidade internacional nem do Conselho de Segurança da ONU, mas com o auxílio de forças britânicas, os Estados Unidos deram início à invasão ao Iraque, ainda liderado por Saddam Hussein. O uso de armamentos sofisticados e de tecnologias de última geração provocou muitas mortes e destruição em larga escala. Os bombardeios aéreos e os ataques das tropas que avançaram rapidamente até chegar à capital, Bagdá, em abril de 2003, justificaram a afirmação de Ives Gandra Martins, de que, em contrapartida ao "terrorismo às escuras", de Bin Laden, Bush respondeu com o "terrorismo oficial", só diferenciados em dimensão: "o primeiro destruiu duas torres, e o segundo, um país inteiro".[1]

Faleh Kheiber/Pool/Epa/Corbis/Latinstock

▲ Abu Ghraib, no Iraque, e Guantánamo, em Cuba, chegaram a ser descritas como prisões-inferno. Nelas, os prisioneiros são tidos como "combatentes inimigos" e suspeitos de terrorismo. A designação de "combatentes inimigos" procurava eximir os Estados Unidos de obedecerem às Convenções de Genebra, ou seja, a legislação internacional sobre os direitos dos prisioneiros. Na foto de 2005, prisioneiros iraquianos sendo conferidos por soldados norte-americanos e libertados da prisão militar de Abu Ghraib, por ocasião do mês sagrado para os muçulmanos, o Ramadã.

Sygma/Corbis/Latinstock

▲ Osama bin Laden em foto de novembro de 2001.

Agência France-Presse/Getty Images

◄ Escombros num quarteirão da cidade de Fallujah, no Iraque, após um ataque aéreo norte-americano em setembro de 2004. Muitas mulheres e crianças foram mortas.

[1] MARTINS, Ives Gandra. O terrorismo oficial de Bush. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 9 abr. 2003. p. A3.

TERRORISMO

O ideal das nações, de uma paz universal representada pela ONU, foi maculado pela declaração de uma guerra que a comunidade mundial (mais de 80%) condenava e que as nações do mundo não autorizaram.

A esperança de que o século XXI, como dizia Norberto Bobbio na *Era dos direitos*, descortinasse um tempo em que a enunciação dos direitos (século XX) fosse seguida de suas garantias foi definitivamente tisnada, visto que não só a garantia de que cada nação deve escolher seu próprio destino deixou de existir, como, o que é pior, os direitos foram definitivamente sepultados por um país que é o mais forte em armas de destruição em massa e o mais fraco no respeito aos povos e nações do mundo.

Até a figura tirânica desse outro genocida, Saddam Hussein, passou a segundo plano porque o minúsculo e poderoso presidente dos Estados Unidos conseguiu demonstrar ser mais eficiente em matar civis do que o déspota iraquiano.

MARTINS, Ives Gandra. O terrorismo oficial de Bush. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 9 abr. 2003. p. A3.

No final de 2004, os inspetores de armas dos Estados Unidos apresentaram ao Senado um relatório confirmando a inexistência de armas proibidas no Iraque, tidas como de destruição em massa. Depois de meses de investigação, nenhum vestígio foi encontrado do suposto arsenal, derrubando, assim, a principal justificativa para a guerra contra o Iraque.

Contudo, reeleito presidente para mais quatro anos, Bush manifestou sua intenção de aprofundar a "guerra contra o terror" e intensificar a atuação no Iraque, fazendo também ameaças a países rivais, especialmente contra o Irã, a Coreia do Norte e posteriormente Cuba, considerados pelas autoridades norte-americanas como governos favoráveis ao terror e participantes do denominado "eixo do mal".

Em 2006, o governo Bush reafirmou sua doutrina de ataques preventivos – **Doutrina Bush** – contra países que representassem, segundo autoridades norte-americanas, ameaças aos Estados Unidos, citando, além dos países acima, também a Venezuela.

O quadro de violência continuou intenso no Iraque, com ataques da resistência iraquiana e investidas dos soldados norte-americanos, apesar de acontecimentos como a prisão de Saddam Hussein em 2004, as eleições presidenciais iraquianas de 2005, a execução de Saddam Hussein em 2006 e a sucessão de Bush por Barack Obama, do Partido Democrata, em 2009.

Em dezembro de 2011 a guerra do Iraque foi oficialmente encerrada a um custo estimado em torno de US$ 1 trilhão, um saldo de mortos de mais de 4 mil soldados norte-americanos e bem mais de 100 mil civis iraquianos, além de dezenas de milhares de mutilados. A destruição do país servia de mais combustível para os conflitos entre facções iraquianas rivais, especialmente entre xiitas e sunitas, com seguidos atentados e inúmeras vítimas, como sequência de uma guerra real herdada daquela que fora declarada finalizada.

O governo Obama, além de herdar os efeitos desastrosos da política internacional de seu antecessor, também teve de enfrentar uma grande crise econômico-financeira iniciada em 2008, último ano do governo Bush, considerada a mais profunda crise do sistema desde 1929. O novo governo norte-americano tentou reverter seus efeitos quanto a falências, queda produtiva e desemprego, praticando um intervencionismo estatal na economia com a liberação de trilhões de dólares para empresas e setores em dificuldades. Reformismo da política externa e interna e os altos custos de tais políticas firmavam-se como elementos desafiadores ao sucesso do governo Obama, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos da América.

Reeleito para a Presidência dos Estados Unidos, no discurso de posse de janeiro de 2013, Barack Obama reforçou suas promessas de recuperar a economia, adotar medidas diante das mudanças climáticas e buscar a paz, via diálogo, com outras nações. Entre as questões mais importantes estavam o desemprego (cerca de 12 milhões de desempregados em dezembro de 2012), corte de gastos e redução do *deficit* para equilibrar as contas norte-americanas. Da mesma forma, destacavam-se também a concorrência chinesa, os atritos com o Irã e a retirada do exército norte-americano do Afeganistão, presente no país desde 2001, entre tantas outras questões.

Kristoffer Tripploar/DPA/Zuma Press/Easypix Brasil

Barack Obama discursando em Washington ao proclamar o fim da guerra no Iraque, em outubro de 2011.

IRAQUE: DEZ ANOS DE GUERRA (2003-2013)

O futuro do Iraque está sendo determinado por várias forças e quase nenhuma delas é composta de iraquianos com uma visão unificadora. Encurralados entre sectarismo amargo; extremismo; fome de poder; elites acumuladoras de riqueza; poderes regionais; interesses ocidentais e um legado de guerra extremamente violento, o povo iraquiano está sofrendo para além do que as análises políticas ou estatísticas que visam apreender sua angústia são capazes de demonstrar.

O escritor iraquiano Hussein Al-alak, residente no Reino Unido, escreveu, em referência ao décimo aniversário da invasão do Iraque, um tributo para as "vítimas silenciosas", as crianças. Ele reportou que, de acordo com o ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais, há uma estimativa de 4,5 milhões de crianças que são hoje órfãs, com o "chocante 70%" delas tendo perdido seus pais desde a invasão de 2003.

"Deste total, cerca de 600 000 crianças estão vivendo nas ruas, sem abrigo ou comida para sobreviver", escreveu Al-alak. Aqueles que estão vivendo nos poucos orfanatos administrados pelo Estado "estão atualmente carentes do essencial".[2]

NORTE DA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO EM EBULIÇÃO

Pouco antes do anúncio da retirada oficial dos exércitos dos EUA do Iraque, o norte da África e o Oriente Médio mergulharam em seguidas rebeliões populares que depuseram governantes autoritários há muito tempo no poder. Apelidada pela mídia de "**Primavera árabe**", por envolver diversos países islâmicos de língua árabe, o movimento começou na Tunísia, em dezembro de 2010. Foi um desdobramento da morte de Mohamed Bouazizi, que ateou fogo no próprio corpo como protesto por humilhações perpetradas pelas autoridades tunisianas que haviam confiscado seus bens de uso no trabalho. Do funeral de Bouazizi em diante, o levante popular espalhou-se, derrubando o presidente Zine al-Abidine ben Ali, desembocando em eleições legislativas e formação de uma Assembleia Constituinte.

A contestação popular logo chegou ao vizinho Marrocos, levando o rei Mohammed VI a liderar reformas políticas, eleições e referendo de uma nova Constituição. No Egito, as imensas manifestações e confrontos na praça Tahrir, no Cairo, e também em outras cidades, derrubaram o presidente Hosni Mubarak e seu regime, abrindo disputas para uma nova ordenação política do país. Na Líbia, Muamar Kaddafi, no poder desde 1969, enfrentou violentamente as manifestações, mergulhando o país numa guerra civil que culminou na intervenção da Otan, seguida da prisão e execução de Kaddafi, filhos e membros do regime deposto. Também na Síria, as manifestações contrárias ao regime do presidente Bashar al-Assad dividiram o país, resultando numa sangrenta guerra civil.

As manifestações populares por mudanças e por direitos políticos espalharam-se por vários outros países da região, com desdobramentos diversos, deixando pelo norte da África e Oriente Médio rastros de incertezas quanto à democratização política e à estabilização. E nesse aspecto, o rótulo de "primavera" soa mais como um desejo do que efetivamente uma realidade. Certamente, as transformações espalharam efeitos tanto sobre as regiões até então resistentes às forças ocidentais atuantes na área como sobre os regimes até então pró-ocidentais, produzindo ainda mais incertezas sobre o jogo de forças e domínios, trazendo novas questões e desafios para os Estados Unidos, o mais poderoso ator no tabuleiro de forças na região.

A União Soviética de 1964 a 1991

Com a queda de Nikita Kruschev, ascendeu ao poder **Leonid Brejnev** (1964-1982), cujo governo retomou internamente o centralismo político-administrativo, reprimindo as dissidências. Externamente, fez uso da força para impor o monolitismo do bloco comunista.

A retomada do centralismo reforçou a máquina burocrática e afetou profundamente a produtividade soviética. A União Soviética e seus aliados perderam competitividade tecnológica em relação ao Ocidente, muito mais acentuada nos setores civis do que na indústria bélica. Às dissidências respondia-se com velhos métodos stalinistas, como medidas de força, prisões e trabalhos forçados.

Brejnev enfrentou a deterioração das relações com a China e sufocou a liberalização do regime socialista da Tchecoslováquia, invadindo-a em 1968 com as forças do Pacto de Varsóvia.

[2] BAROUD, Ramzy. O Iraque à beira do abismo. *Carta Maior*. 1º mar. 2013. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21670&boletim_id=1551&componente_id=26550>. Acesso em: 1º mar. 2013.

A Primavera de Praga (1968)

A Tchecoslováquia era governada por Alexander Dubcek, que imprimiu ao país reformas voltadas para um "socialismo humanizado", estimulando a criatividade artística e científica. Esse movimento ficou conhecido como Primavera de Praga. As lideranças stalinistas foram afastadas e procedeu-se à descentralização e à liberalização do sistema, com amplo apoio de operários, intelectuais e estudantes.

O reformismo tcheco, calcado na autonomia, esbarrava, entretanto, na conjuntura soviética e internacional do final da década de 1960. Brejnev revertia a desestalinização de Kruschev e, no plano externo, experimentava o endurecimento da relação com os Estados Unidos, restabelecendo a política de blocos, num retorno à confrontação da Guerra Fria. Em 20 de agosto de 1968, as tropas do Pacto de Varsóvia, sob orientação de Moscou, cruzaram a fronteira da Tchecoslováquia, invadindo-a. Os dirigentes do movimento, tendo à frente Dubcek, foram presos e enviados a Moscou e, mais tarde, expulsos do partido.

Em 1969, Gustav Husák substituiu Alexander Dubcek como primeiro-secretário do Partido Comunista tcheco. A União Soviética conseguiu, assim, manter a integridade do bloco dos países socialistas.

Getty Images/<www.gettyimages.com>

▲ Em agosto de 1968, os tanques soviéticos tomaram Praga, enterrando o reformismo em curso na Tchecoslováquia.

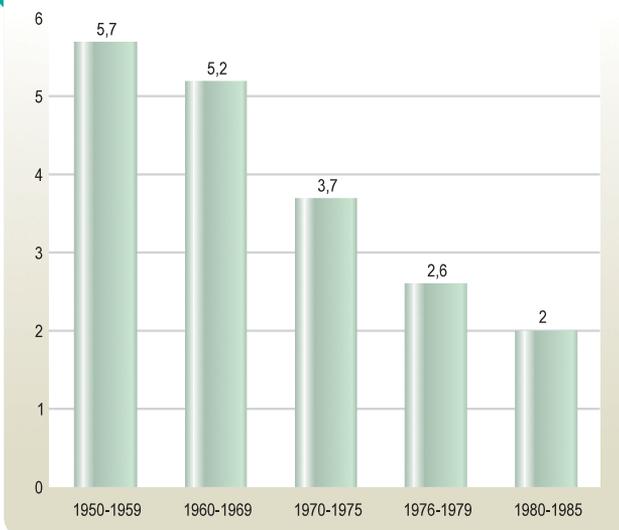
O final do governo Brejnev

As medidas de força, como a repressão à Primavera de Praga, não eliminaram as crescentes críticas ao centralismo soviético. Pelo contrário, em 1976, os partidos comunistas da Europa Ocidental manifestaram sua oposição ao dirigismo e à tutela ideológica dos soviéticos. Divulgaram um documento por meio do qual defendiam a passagem do capitalismo para o socialismo de maneira autônoma e independente do Partido Comunista da União Soviética. Era a oficialização do **eurocomunismo**.

Na Polônia, já na década de 1980, as pressões pela participação do operariado no governo lideradas pelo Sindicato Solidariedade, dirigido por Lech Walesa, reativaram a questão do **socialismo democrático**. Ganhando cada vez mais prestígio nacional e internacional, a atividade de Walesa e do Solidariedade acirrou as dificuldades nas relações Leste-Oeste.

Comparativamente às décadas de 1950 e 1960, a perda do ritmo produtivo soviético – com diminuição das taxas de crescimento industrial e agrícola e de produtividade do trabalho, na renda *per capita* e no PNB – foi agravada pela não participação da União Soviética no comércio mundial. O país deixou de exportar principalmente maquinaria, meios de transporte e equipamentos, como fazia nos anos 1960, para se concentrar cada vez mais na exportação de petróleo e gás (matérias-primas, portanto), os quais representavam, em 1985, perto de 53% das exportações soviéticas.

Taxas de crescimento anual médio da União Soviética (1950-1985) (em porcentagem)

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Citado em: SEGRILLO, Ângelo. O declínio da União Soviética. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 259.

Na mesma época, 60% de suas importações eram basicamente de máquinas e produtos industrializados. O país procurava com isso satisfazer suas necessidades mais prementes, segundo as determinações da *nomenklatura* (a alta burocracia soviética). Resolvia problemas localizados e obtinha produtos importados e receitas imediatas, sem atacar com profundidade os impasses produtivos, o que tornava cada vez mais urgente uma alteração de rumos.

Com a morte de Brejnev, em 1982, aumentaram as dificuldades econômicas soviéticas, os entraves burocráticos ao desenvolvimento tecnológico e as dissidências internas, enquanto a ofensiva anticomunista do governo Reagan ganhava fôlego.

Um exemplo foi a invasão do Afeganistão (1979), conforme já vimos, que deixou em aberto a questão da ocupação desse país após a morte de Brejnev. Ao condenar internacionalmente a invasão, o governo Carter promoveu uma grande ofensiva norte-americana, financiando e fornecendo armamentos aos guerrilheiros muçulmanos das montanhas afegãs. Durante a administração Reagan, dizia-se que estava criado o "Vietnã" da União Soviética, pois o exército soviético vencia nas grandes cidades afegãs, mas era derrotado nas regiões interioranas, caminhando para a derrota definitiva.

Brejnev foi sucedido por curtos governos da velha-guarda soviética: Iúri Andropov (1982-1984) e Konstantin Tchernenko (1984-1985), que mantiveram a deterioração política interna e externa e os elevados custos na manutenção da guerra do Afeganistão. Com a morte de Tchernenko, ascendeu ao governo Mikhail Gorbatchev, que seria responsável por profundas alterações na política da União Soviética.

O governo de Gorbatchev (1985-1991)

O novo governo lançou, ainda em 1985, um amplo projeto de transformações, sintetizado na política da *perestroika* ("reestruturação" econômica) e da *glasnost* ("transparência" política). O plano previa mudanças na economia, na sociedade e até mesmo no socialismo, por meio da dinamização da produção e da democratização das estruturas sociopolíticas. No âmbito externo, Gorbatchev propôs a gradual desativação das armas nucleares até o ano 2000. Após conversações de resultado quase nulo com Ronald Reagan na Islândia (1986), então no auge do projeto denominado de "Guerra nas Estrelas", Gorbatchev assinaria, no ano seguinte, um acordo de eliminação dos mísseis de médio e curto alcance, localizados na Europa e na Ásia. Estabeleceram-se também entendimentos sobre questões que abrangiam desde direitos humanos até problemas regionais das superpotências.

Em 1988, a União Soviética iniciou sua retirada do Afeganistão, finalizada no ano seguinte, depois de oito anos de árduo e desastroso enfrentamento contra a guerrilha apoiada por Estados vizinhos e financiada pelos Estados Unidos. Começava uma fase de distensão profunda, a mais ampla desde o advento da Guerra Fria, o que indicava uma política de desarmamento geral, pelo menos no bloco do Leste.

© Plantu/Acervo do cartunista

▲ A política externa de Gorbatchev caracterizou-se pela desativação do arsenal nuclear, que inicialmente enfrentou a resistência dos Estados Unidos. Na representação acima, de 1987, o chargista Plantu ironiza a destruição de mísseis, mostrando Gorbatchev e Reagan jogando seus mísseis num caminhão de lixo e dizendo:

GORBATCHEV: A gente não poderia ter pensado nisso antes?

REAGAN: Pensado em quê?

SOVIÉTICOS E NORTE-AMERICANOS NO AFEGANISTÃO

Tecendo comparações do intervencionismo no Afeganistão, o analista Vitor Sebestyen escreveu: "Gorbatchev era assombrado pela imagem dos americanos deixando Saigon: 'Não podemos sair de cuecas', disse a seu principal assessor de política externa, Anatoli Chernyayev, que chamava o Afeganistão de 'nosso Vietnã, mas pior'. [...]

Em 1988, Robert Gates, então vice-diretor da CIA, apostou com Michael Armacost, então subsecretário de Estado, que o Exército soviético não sairia do Afeganistão. Os soviéticos, humilhados, retiraram-se pouco depois. É justo supor que Gates pagou. Mas haverá algum jogador agora que apostaria dinheiro na retirada do Exército norte-americano de uma maneira igualmente humilhante? E será que o secretário da Defesa aceitaria a aposta?".

AÇÃO dos EUA remete à soviética. *O Estado de S. Paulo*, 3 nov. 2009, p. A11.

Patrick Robert/Sygma/Corbis/Latinstock

▲ Retirada das tropas soviéticas de Cabul, Afeganistão, em maio de 1988.

A partir de 1990, no processo de distensão, reformulou-se o papel de organismos militares criados durante a Guerra Fria, cujos entendimentos e decisões culminaram no fim das forças militares do Pacto de Varsóvia, em 1991.

A profundidade dos acordos de desarmamento, as transformações ocorridas nos países europeus orientais, o fim do monolitismo socialista e a democratização desfechada pela *glasnost* mudaram as relações de poder internacional, lançando por terra o clima de confrontação Leste-Oeste e as alianças geopolíticas bipolares.

Thierry Orban/Sygma/Corbis/Latinstock

▲ O reformismo de Gorbatchev acabou implodindo o socialismo real e a Guerra Fria. Na foto de 1987, o líder soviético é recebido com entusiasmo pelos cidadãos de Praga.

No plano interno, Mikhail Gorbatchev deu início, com sua política de abertura, à mais ampla reforma econômica e política da União Soviética, que se irradiou para os demais países que compunham o bloco comunista.

O ponto alto na política interna foi o fim do monopólio do poder do Partido Comunista soviético, o que possibilitou o multipartidarismo e a definição de eleições diretas em todos os níveis para 1994. Entretanto, nas 15 repúblicas que formavam a União Soviética, tais mudanças políticas estimularam movimentos nacionalistas, que lutavam pelas respectivas independências, colocando em risco a própria existência da unidade socialista construída depois de 1945.

No plano econômico, ainda em 1990, a *perestroika* era implantada para dinamizar a produção e o desenvolvimento. Nesse sentido, foram legalizadas as funções de artesãos e comerciantes e restabeleceu-se a propriedade privada no campo, embora com limites. Também se efetivou a abertura do país às empresas estrangeiras, facilitando a concessão de licenças.

Alvo de críticas e resistência dos burocratas, detentores tradicionais do poder na União Soviética, Gorbatchev justificava sua política reformista como a preparação para o futuro, libertando-se das amarras externas e internas dos governos anteriores.

As mudanças do Leste Europeu

Nos demais países do bloco socialista, as mudanças iniciadas pela União Soviética foram rapidamente assimiladas, ganhando dinamismo próprio e mudando a face do Leste Europeu.

A **Hungria** já em 1989 adotou o multipartidarismo, e o Partido Comunista mudou de orientação política, transformando-se em Partido Socialista. Em seguida, o país procedeu a uma ampla privatização da economia, permitindo também a entrada de capital estrangeiro, que, embora em pequeno volume, ajudou a Hungria a se aproximar rapidamente das potências capitalistas ocidentais.

Na **Polônia**, em abril de 1989, foi legalizado o Solidariedade, sindicato independente, e em junho o país passou a ser o primeiro do Leste Europeu a ter um governo de maioria não comunista. No ano seguinte, as reformas econômicas e democráticas avançaram e, em dezembro, o líder sindical Lech Walesa obteve a vitória nas eleições presidenciais.

Na **Bulgária**, o dirigente comunista Todor Jivkov renunciou após 35 anos no poder, sendo sucedido por líderes reformistas. Nas eleições de novembro de 1991, a União das Forças Democráticas foi vitoriosa e estabeleceu o primeiro governo não comunista búlgaro desde 1944.

Na **Tchecoslováquia**, as manifestações pela democracia levaram à renúncia do dirigente Milos Jakes, acompanhada da abertura das fronteiras, do pluripartidarismo e de eleições livres, passando o governo a Alexander Dubcek e Vaclav Havel. Era a denominada **Revolução de Veludo**, assim chamada devido à forma pacífica das transformações. Em 1991, teve início a privatização da economia e, em janeiro de 1993, o país foi desmembrado em duas repúblicas, a República Tcheca e a Eslováquia.

Na **Romênia**, as manifestações populares na cidade de Timisoara, que exigiam mudanças políticas e econômicas, acabaram reprimidas a tiros, causando

milhares de mortes e dando início a uma revolta incontrolável. Em dezembro de 1989, o ditador Nicolae Ceausescu e sua mulher foram presos e executados sumariamente. No ano seguinte, realizaram-se eleições livres e gerais, seguidas de reformas econômicas.

Na **Alemanha Oriental** (República Democrática Alemã), Erich Honecker foi destituído em outubro de 1989, e em novembro caía o Muro de Berlim, tendo início a união com a Alemanha Ocidental, concluída em outubro de 1990. Em 1991, a capital da Alemanha reunificada foi transferida de Bonn para Berlim (até então capital alemã-oriental). CONTEÚDO DIGITAL

Peter Turnley/Corbis/Latinstock

▲ Um guarda de fronteira da Alemanha Oriental cumprimenta uma mulher da Alemanha Ocidental através de um buraco no Muro de Berlim, durante o período de reunificação. Foto de 1990.

A **Albânia** foi o último Estado do Leste Europeu a implementar mudanças liberalizantes. O país encontrava-se sob ditadura stalinista, liderada por Enver Hoxha, que governou de 1946 a 1985. Em março de 1991, o Partido Comunista, rebatizado de Socialista, venceu as primeiras eleições livres do país, permitindo que se acelerassem as ligações com o Ocidente capitalista. Em meio a dificuldades econômicas, o Partido Democrata obteve a maioria dos votos nas eleições parlamentares de março de 1992, pondo fim ao tradicional controle comunista.

Em 1990, os comunistas iugoslavos foram derrotados nas eleições gerais em quatro repúblicas da **Iugoslávia**, mas venceram na Sérvia (a mais poderosa delas) e em Montenegro, mantendo o controle político federal. Tal situação estimulou as lutas étnico-políticas e a ambição de independência das demais repúblicas (Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina e Macedônia), desencadeando a guerra civil.

Andre Durand/Agência France-Presse/Getty Images

▲ Remoção da estátua de Lênin da praça principal de Bucareste (Romênia) em março de 1990.

A intervenção da União Europeia, que reconheceu a independência das repúblicas, fez com que o governo federal iugoslavo, controlado pelos sérvios, se opusesse ainda mais radicalmente à desintegração do país, o que dificultou qualquer possível acordo para a pacificação da região.

A ruína do **socialismo real** no Leste Europeu desmontou as tradicionais estruturas socioeconômicas da região, aumentando o desemprego, a inflação, as desigualdades sociais e os conflitos étnicos e políticos. A maior parte das novas posições empresariais, nos moldes ocidentais de um comando burguês, coube aos membros da tradicional burocracia e seus parentes, em íntima associação com os empresários internacionais. A situação de crise da região representou incertezas quanto à solidez da ordem internacional que se estabelecia em substituição à Guerra Fria.

O fim da União Soviética

O governo de Gorbatchev, que produziu num curto espaço de tempo uma verdadeira revolução no bloco socialista, afetando e alterando por completo as relações políticas e econômicas nos âmbitos nacional e internacional, teve de enfrentar, dentro da União Soviética, a passividade e a inércia burocráticas. Esse entrave desorganizou a já limitada produção econômica e as pressões dos grupos que desejavam reformas mais rápidas e profundas.

Ainda no plano interno, sua administração enfrentava grande impopularidade em virtude basicamente de dois fatores: primeiro, a explosiva questão do separatismo nacionalista no interior das fronteiras do país; segundo, e mais grave, a questão do desabastecimento interno, provocando filas e manifestações, ampliado pelas elites burocráticas que dirigiam a economia soviética e eram contrárias às reformas.

Em agosto de 1991, membros dessa burocracia conservadora afastaram Gorbatchev do poder, num golpe que visava reverter o quadro político-econômico da União Soviética, à beira do descontrole. Bóris Yeltsin, presidente da principal república soviética, a Rússia, e líder dos radicais reformistas, convocou uma greve geral e obteve o apoio de milhares de civis e militares, que, mobilizados em frente ao Parlamento russo, derrotaram os golpistas.

Yeltsin transformou-se no principal líder político soviético, sobrepondo-se ao próprio Gorbatchev, que se viu obrigado a renunciar ao cargo de secretário-geral do PCUS e dissolver o partido, então acusado de ligações com os golpistas, ficando apenas com o enfraquecido cargo de presidente da União Soviética.

Em setembro de 1991, declarações unilaterais de independência das repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), acompanhadas de distúrbios e conflitos com tropas soviéticas, levaram Gorbatchev a reconhecer oficialmente a soberania dos três Estados, que, em seguida, foram admitidos na ONU. Era o primeiro golpe mortal na debilitada União Soviética.

Peter Turnley/Corbis/Latinstock

▲ O golpe de Estado contra Gorbatchev (à esquerda), na verdade, beneficiou Yeltsin (à direita), que, oportunista, pôs fim à União Soviética.

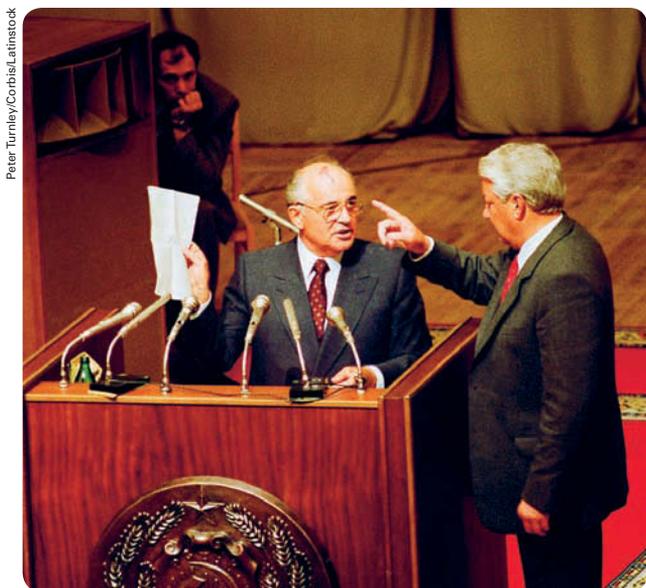
O golpe final contra Gorbatchev deu-se em dezembro de 1991, quando Rússia, Ucrânia e Belarus assinaram o Acordo de Minsk (capital de Belarus), proclamando o fim da União Soviética e a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que, pouco depois, obteve a adesão de outras ex-repúblicas da União Soviética. Em 25 de dezembro do mesmo ano, Gorbatchev renunciava ao cargo de presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, país que, naquele momento, já não existia.

Os ex-países socialistas na globalização capitalista

Após a derrocada do socialismo real no Leste Europeu e o fim da União Soviética, os ex-países socialistas viveram graves crises econômicas e políticas. A abertura de seus mercados ao capitalismo internacional e a desmontagem da ordem socialista favoreceram a emergência de uma nova elite econômica, uma nova "burguesia", em grande parte descendente das criticadas elites burocráticas que ocupavam os altos cargos administrativos do período anterior.

À crise socioeconômica que tomou a ex-União Soviética e os países do Leste Europeu, com inflação galopante e queda da produção nacional, somou-se, em algumas regiões, a confrontação étnico-política, destacando-se a da **Bósnia-Herzegovina**; da **Croácia** e de **Kosovo**, na ex-Iugoslávia; e da **Chechênia**, na Rússia.

Após a Primeira Guerra Mundial, os povos eslavos do sul da Europa constituíram um reino – a Iugoslávia – que incluiu principalmente sérvios, croatas e eslovenos, tendo por capital Belgrado. Nessa época, eram os sérvios que detinham a maior influência e o poder regional, cabendo aos bósnios de religião muçulmana – herdeiros das influências do Império Turco Otomano, que dominara a região por vários séculos – uma posição de sujeição.

Durante a Segunda Guerra Mundial, alemães e italianos chegaram a ocupar a Iugoslávia e criar um novo Estado na Croácia, o qual, sob tutela nazifascista, realizou diversos massacres de etnias, especialmente a sérvia. Entretanto, foi também nesse período que emergiu a liderança do croata Tito, comandante do Partido Comunista regional. Com seus seguidores, ele derrotou os nazistas e edificou a Iugoslávia da época da Guerra Fria, formada por uma federação estável de seis repúblicas autônomas (Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Macedônia e Montenegro).

© Plantu/Acervo do cartunista

▲ Após a queda do socialismo no Leste Europeu e o fim da União Soviética, a Europa assistiu impotente aos conflitos étnicos e às graves crises político-econômicas em seu continente. Acima, o chargista Plantu ironiza a impotência da União Europeia diante das crises: primeiro da Bósnia e depois da Chechênia. Nos dois primeiros quadrinhos, um militar da antiga Iugoslávia está atacando a Bósnia e é surpreendido pelos representantes da União Europeia, que dizem: "Largue sua arma! Somos doze!". No terceiro quadrinho, a cena se repete com Yeltsin atacando a Chechênia; dessa vez, a União Europeia diz: "Largue sua arma! Agora somos quinze!".

Como já vimos, a abertura política da década de 1990, provocada pela queda do socialismo real, desembocou em eleições nas quais os comunistas foram derrotados em várias repúblicas, mas venceram em Montenegro e na Sérvia. As repúblicas da Croácia e da Eslovênia decidiram abandonar a união (1991), dando início à guerra civil. Depois da declaração de independência da Croácia e da Eslovênia, em meio à confrontação, o Parlamento de Belgrado, na Sérvia, decidiu criar em 1992 a nova Iugoslávia, formada apenas pela Sérvia e por Montenegro. Em seguida, a Assembleia da ONU admitiu os vários novos países da ex-república iugoslava e determinou embargo comercial total contra a Sérvia, em razão do apoio de Belgrado aos sérvios da região bósnia, que haviam criado uma república rebelde e se opunham à independência da Bósnia muçulmana e croata.

Nem as negociações nem a presença de tropas da ONU ou sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia à nova Iugoslávia conseguiram a pacificação da região. Em resposta aos bombardeios das tropas da ONU e da Otan, os sérvios-bósnios chegaram até a sequestrar centenas de soldados das Nações Unidas (os "capacetes-azuis").

Os grupos rivais chegaram a criar e manter "campos de concentração" de prisioneiros, promover extermínio em massa – na prática, "limpeza étnica" – e estupros. Somente depois de quatro anos de uma guerra que deixou 250 mil mortos, centenas de milhares de feridos e quase 3 milhões de refugiados, em 1995, os diversos lados da guerra civil, pressionados pelas maiores potências mundiais, assinaram um acordo de paz.

A paz – avalizada pelos governos de Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Rússia e Espanha – determinava a divisão territorial da Bósnia-Herzegovina, cuja viabilização contaria com a presença de tropas e observadores da ONU e da Otan.

O acordo – chamado pelos norte-americanos de **Acordo de Dayton** (cidade do estado de Ohio onde foram realizadas as negociações) e pelos franceses de **Tratado de Paris** (local da assinatura do documento) – constituiu, até então, o mais importante avanço para a pacificação e estabilização da Bósnia.

Em 1998, entretanto, agravou-se o conflito separatista de **Kosovo**, província de maioria albanesa (mais de 80% da população), mas controlada pela Iugoslávia. A violência dos confrontos entre os kosovares do Exército de Libertação de Kosovo (ELK) e o exército iugoslavo repetiu-se nas atrocidades dos campos de extermínio e em relação à "limpeza étnica", levando à intervenção da Otan, em 1999. Liderada pelos Estados Unidos, a organização militar fez mais de 25 mil incursões aéreas, bombardeando a Iugoslávia e pressionando seu governante, **Slobodan Milosevic**, a aceitar um acordo para a pacificação da região.

As ações de extermínio em Kosovo, porém, prosseguiram, só que dessa vez dirigidas pelos muçulmanos albaneses contra a minoria sérvia local, configurando uma situação de destruição e ódio. Para reverter esse quadro, em 1999, Kosovo foi transformado num protetorado internacional, ficando sob o controle militar de uma força de paz estrangeira (Kfor) e sob administração de uma missão da ONU (Unmik).

A sequência de guerras arrasou toda a região da ex-Iugoslávia e, em outubro de 2000, pressões populares levaram ao afastamento de Slobodan Milosevic do poder. Vojislav Kostunica, representante da principal coligação de oposição, foi indicado seu sucessor com o apoio internacional, na esperança de pôr fim aos conflitos na Sérvia e promover a reorganização de toda a região, bem como o retorno dos milhares de refugiados que abandonaram as repúblicas da ex-Iugoslávia em direção ao Ocidente durante os anos de guerra, aliviando, assim, a tensão nas fronteiras da Europa desenvolvida.

Adaptado de: SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. 32. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 67.

▲ Toda a região da ex-Iugoslávia foi profundamente afetada por guerra civil, intervenção e bombardeios de ONU/Otan/Estados Unidos e sanções internacionais. Em 2003, o que restava da ex-Iugoslávia passou a ter oficialmente o nome de União da Sérvia e Montenegro. Em 2006, após um plebiscito, Montenegro se separou da Sérvia, formando a República de Montenegro, com capital em Podgorica. Em 2008 ocorreu a separação de Kosovo.

Em 2001, o ex-líder Slobodan Milosevic foi extraditado para julgamento no Tribunal Internacional de Crimes de Guerra em Haia, Países Baixos. Esse tribunal fora criado pela ONU em 1993 para julgamento de crimes de guerra e crimes contra a humanidade ocorridos no território da ex-Iugoslávia, sendo o primeiro organismo internacional dessa natureza desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial (Tribunais de Nuremberg, na Alemanha, e de Tóquio, no Japão). Além de Milosevic, apelidado de "carniceiro dos Bálcãs", dezenas de políticos e militares foram procurados para serem julgados pelo tribunal. O julgamento de Milosevic iniciou-se em 2002 e continuou até março de 2006, quando ele foi encontrado morto em sua cela na prisão da ONU, perto de Haia. Em 2009, outro destacado participante dos conflitos, o ex-líder sérvio-bósnio, Radovan Karadzic, foi extraditado e submetido a julgamento no Tribunal Internacional de Haia, acusado de atrocidades contra muçulmanos durante a Guerra da Bósnia (1992-1995).

A Iugoslávia, por sua vez, deixou de existir oficialmente em fevereiro de 2003, passando a se chamar União da Sérvia e Montenegro. Em 2006, por meio de um plebiscito, decidiu-se pela completa separação entre Sérvia e Montenegro; em 2008, Kosovo separou-se, completando a fragmentação da ex-Iugoslávia.

A **Rússia**, em meio às mudanças políticas, aos conflitos étnicos e ao agravamento da situação socioeconômica, também teve de enfrentar a declaração de independência da **Chechênia**, na região do Cáucaso, em 1991, sob a liderança de Dzhokhar Dudayev. Com Groznyy, a capital, várias outras cidades mergulharam em violentos confrontos, e nem mesmo um acordo de paz, assinado entre rebeldes e autoridades da Rússia, conseguiu pacificar o território. Transformada em república "autônoma" (porém ainda parte integrante da Rússia) com o fim da guerra de independência, em 1996, e tendo população de maioria chechena e religião muçulmana, a Chechênia não obteve a aceitação oficial de seu separatismo, o que motivou frequentes conflitos com as autoridades russas.

Em 1999, depois de vários atentados terroristas em diversas cidades russas atribuídos a muçulmanos apoiados pela Chechênia, o governo de Moscou iniciou uma forte ofensiva militar contra o território rebelde, sem conseguir, no entanto, sua completa submissão. Em quase meia década de conflito, morreram milhares de soldados russos e dezenas de milhares de chechenos (de uma população de 1,2 milhão), a maioria entre a população civil, e também houve êxodo de mais de 300 mil refugiados.

Os diversos novos atentados realizados por separatistas chechenos em 2002 levaram o presidente Vladimir Putin (eleito em 2000) a convocar um referendo para março de 2003. De cada cem eleitores chechenos, quase 90 (89%) votaram a favor de uma nova Constituição chechena, confirmando sua vinculação à república da Rússia.

Seguiram-se as eleições para presidente (2004) e para o Parlamento (2005). Em 2006, muitos guerrilheiros chechenos depuseram as armas frente a uma proposta de anistia russa. Em 2009, o governo russo anunciou o fim de sua atuação intervencionista, denominada "operação antiterrorismo", em meio a avanços nos entendimentos entre autoridades chechenas e lideranças separatistas.

Várias outras regiões da Rússia também proclamaram sua independência, a exemplo da Tartária e do Dniester (na Moldávia). A diversidade étnica da Rússia, no início do século XXI, era o combustível para a instabilidade sociopolítica. A dificuldade para

acordos de paz residia nessa ampla variedade étnica, que há séculos prevalece na região. Predominam os russos étnicos (85% de sua população), mas também há diversos outros grupos minoritários distribuídos por seu vasto território, entre eles tártaros, ucranianos, chuvaques, bashquires, belarusianos, casaques, usbeques e ossétios, entre outros.

O pós-socialismo, tanto para o Leste Europeu como para as ex-repúblicas soviéticas, representou, de modo geral, dificuldades econômicas e sociais. O PIB de 1997 de cada uma das ex-repúblicas, por exemplo, era inferior ao de 1990, num claro sinal de empobrecimento.

Obrigados a processar uma transição para o livre mercado que lhes permitisse ser absorvidos pelo novo modelo de desenvolvimento capitalista, os países ex-socialistas tiveram contra si a fragilidade de sua economia associada à voracidade dos investidores internacionais. Na grande maioria deles, a situação social advinda dessa combinação levou a realidades muito mais difíceis de equacionar do que as enfrentadas no passado. Com tais efeitos, compreende-se que líderes como o russo Gorbatchev e o polonês Lech Walesa fossem, vinte anos depois da queda do Muro de Berlim, tão rejeitados politicamente em seus países. No caso da Polônia, o estaleiro de Gdansk, então chamado Lênin, que era o quinto maior estaleiro do mundo nos anos 1980 e produzia 35 navios por ano, fabricava em 2009 apenas quatro embarcações. As transformações locais levaram à demissão de 90% de seus 18 mil empregados, e o Sindicato Solidariedade, que tinha 10 milhões de integrantes em 1989, duas décadas depois contava com apenas 750 mil filiados.[3]

O FIM DA URSS

O resultado foi um desastre completo. Se compararmos os efeitos positivos do colapso da União Soviética e de seu sistema político aos seus efeitos negativos, eu diria que estes últimos são incomparavelmente maiores. E isto certamente vale para a maioria dos russos. Muitos russos mais velhos dizem que preferiam retornar à década de 1970, sob o governo de Brejnev. Um sinal claro do desastre russo é o fato de que a era Brejnev possa aparecer como uma época de ouro para os russos. No Ocidente, simplesmente não fazemos a menor ideia das dimensões da catástrofe humana que se abateu sobre a Rússia. Ela significa a inversão total de tendências históricas: a expectativa de vida da população masculina caiu dez anos ao longo da última década, e grande parte da economia reduziu-se à agricultura de subsistência. Não creio que tenha acontecido nada de similar no século XX.

HOBSBAWM, Eric J. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 84.

No plano político, o primeiro presidente da Federação Russa, Bóris Yeltsin, enfrentou franca oposição parlamentar, que acabou por levar ao fechamento do Parlamento em 1993, seguido de eleições que renovaram o Legislativo russo e da aprovação de uma nova Constituição para o país.

Em 1996, Yeltsin foi reeleito, mas sofreu forte oposição política e muitas pressões, entre as quais a ameaça de *impeachment* em 1999, sob a acusação de ser o responsável pelo desmoronamento social, econômico e político da região. Yeltsin renunciou à presidência em 31 de dezembro desse mesmo ano, quando assumiu **Vladimir Putin**, então primeiro-ministro. Com essa manobra, Yeltsin salvou-se de uma devassa em suas contas públicas e privadas e, antecipando as eleições, conseguiu eleger seu sucessor.

Putin fora o grande articulador das ofensivas sobre o território da Chechênia em 1999, associando sua imagem ao sentimento de defesa da tão desgastada soberania nacional russa. Visto como “homem de pulso firme”, ele ganhou o reconhecimento público nas eleições de março de 2000, momento de grave crise.

Peter Turnley/Corbis/Latinstock

Moscou, outubro de 1993: a sede do Parlamento russo foi atacada por tanques do exército russo, cumprindo ordens de Yeltsin.

[3] Segundo dados de Jamil Chade. Gdansk, ícone da revolução, luta contra a decadência. *O Estado de S. Paulo*. 7 nov. 2009. p. A22.

Os dados eram implacáveis: embora 99% da população fosse alfabetizada, 35% dela vivia abaixo da linha da pobreza; o índice de desemprego era de 12,4% em março de 1999; a inflação, de 40% ao ano (1999); e o mercado negro movimentava 22% do PIB (Produto Interno Bruto). Até mesmo Putin reconhecia: "Somos um país rico de gente pobre".[4] Contudo, em março de 2004, a imagem de autoridade firme de Putin no governo da Federação Russa foi decisiva para que fosse reeleito, obtendo 71% dos votos nas eleições presidenciais. Em 2008, Putin apoiou o candidato vitorioso à Presidência **Dmitri Medvedev**, que o sucedeu. Ainda em 2008, Putin assumiu o cargo de primeiro-ministro do governo Medvedev.

mercado negro: na economia de um país, conjunto de atividades ilegais, em geral de compra e venda de mercadorias sem pagamento de impostos; pode envolver mercadorias proibidas, como drogas ou armas, roubadas, ou ainda importadas sem obedecer aos trâmites legais.

Mesmo sendo o maior país em extensão territorial e dono do segundo maior arsenal de armas nucleares do planeta (o primeiro pertence aos Estados Unidos), a Rússia do início do século XXI já não contava mais com a tradicional zona de influência externa que possuíra na época da URSS. Mesmo assim, a partir de 2009 passou a ser um importante membro do BRIC, um acrônimo criado em 2001 pelo economista britânico Jim O'Neill para referir-se a Brasil, Rússia, Índia e China. Esse conjunto de países representava então cerca de 41% da população mundial, 25% da superfície terrestre do planeta e 14% do PIB mundial (2009), e, segundo O'Neill, com imensos potenciais de virem a formar as grandes economias do futuro. Em 2011, quando a África do Sul passou a integrar o grupo – alterando o nome para BRICS –, o crescimento do bloco passou a representar 18% do índice mundial.

Durante o governo Putin/Medvedev, foi retomado o crescimento da economia, em grande parte, por causa das exportações de hidrocarbonetos e seus altos preços no mercado internacional, recuperando a posição econômica da Rússia de 1990. Essa situação foi alcançada a partir de 2007, diminuindo significativamente o número de russos que viviam abaixo da linha de pobreza (queda de 35% em 2000 para 14% em 2008), sofrendo, no entanto, novos solavancos com a crise internacional iniciada em 2008. Em 2012, Putin foi novamente eleito presidente sucedendo Medvedev e este assumia o cargo de primeiro-ministro.

PUTIN/MEDVEDEV: O REFORÇO DO PODER ESTATAL NA ECONOMIA

Na última década, a Rússia experimentou um notável fortalecimento do poder do Estado, que parecia prestes a se desmantelar no período de "privatização selvagem" de Bóris Yeltsin. O Kremlin acabou por transformar empresas dispersas em campeãs nacionais. A *Aeroflot* reabsorveu as viações aéreas regionais desmembradas em 1990. A *Russian Technologies* englobou centenas de estatais, muitas com pouco a ver com tecnologia. O governo também renacionalizou indústrias privatizadas na década de 1990. A *Rosneft*, companhia de petróleo, tomou a maior parte de Yukos Mikhail Khodorkovsky, que já foi o homem mais rico da Rússia, e a Gazprom comprou a *Sibneft* de Roman Abramovich.

O resultado é que o Estado russo mais uma vez fiscaliza os altos níveis da economia — desta vez por meio de participação acionária em vez de diretamente. Possui grandes lotes de ações das maiores companhias, incluindo *Transneft*, companhia de gasoduto; a *Sukhoi*, fabricante de aviões; a *Rosneft*; a *Sberbank*; a *Unified Energy Systems*, uma gigante de eletricidade; a *Aeroflot* e a *Gazprom*.

[...]

Montou-se uma forma altamente incomum de capitalismo, dominado por um punhado de empresas gigantes e controlado por um grupo de oficiais dos serviços de segurança. Duas empresas controladas pelo Estado, *Sberbank* e da *Gazprom*, são responsáveis por mais de metade do volume de negócios da Bolsa de Valores russa. [...] Empresas de petróleo e gás, que representam 20% do PIB do país e 60% de suas exportações, prosperam com economias de escala e alcance. [...]

REPORTAGEM especial sobre o Capitalismo de Estado, *Carta Capital*, n. 684. 15 fev. 2012. p. 42. (adaptado). Disponível em: <www.economist.com/node/21542924>. Acesso em: 28 fev. 2013.

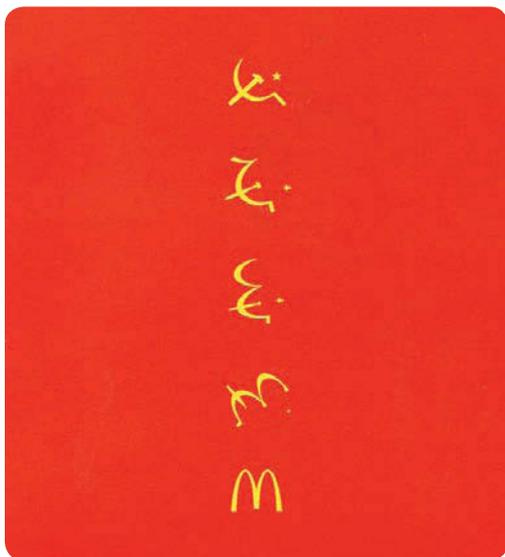
Smolsky Sergei/ITAR-TASS/Corbis/Stock Photos

▲ Manifestação de pensionistas na Rússia contra as políticas de governo de Putin, em setembro de 2012.

[4] Citado em *O Estado de S. Paulo*, 26 mar. 2000. p. A24.

A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

A Guerra Fria terminou oficialmente com o fim da União Soviética, em dezembro de 1991, embora seu encerramento já tivesse sido efetivado com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989.

A partir de então, instaurou-se um novo mundo, baseado em novas relações econômicas e geopolíticas, que não mais trazia a anterior marca da divisão Leste-Oeste nem o velho confronto entre o bloco capitalista e o socialista. Esse mundo passou a ter novas características, destacadamente a completa hegemonia da ordem capitalista, e compunha o que alguns preferiram chamar de nova ordem internacional.

TPS Channel, França.

▲ *1917-1997-A Revolução Russa tem 80 anos* é o título deste cartaz comemorativo elaborado por um canal de televisão francês dedicado a documentários e debates sobre História.

Antes mesmo da década de 1960, o capitalismo ingressara numa nova fase de desenvolvimento, chamada por alguns de **Terceira Revolução Industrial**, baseada numa dinâmica produtiva com sofisticada tecnologia, principalmente em **microeletrônica** – que envolvia computação, comunicações e robótica –, **biotecnologia** e **química fina**.

Eram necessários mais investimentos em pesquisas e implementação tecnológica, cuja viabilização passou a depender principalmente de grandes conglomerados empresariais, possuidores de enormes volumes de capital. Em tal situação, acentuaram-se os processos de fusões, aquisições e parcerias de empresas, exigindo, em contrapartida, grande retorno do investimento feito.

Isso passou a ser garantido, em parte, por lucros obtidos nos amplos mercados desprovidos de barreiras nacionais protecionistas. Paralelamente ao processo típico de concentração de capitais, procedeu-se à irradiação mundial dos negócios, globalizando mercados.

Na região asiática emergiu outro fator inovador dessa nova ordem internacional: o caso chinês, cuja economia em constante crescimento – em média, 9,5% ao ano desde 1978 – transformou o país num dos mais dinâmicos eixos comerciais do mundo. Contando com um Estado que é acionista majoritário nas 150 maiores empresas do país, o PIB da China superou o da Alemanha, passando a ser a terceira maior economia mundial, ficando atrás apenas de Estados Unidos e Japão entre 2007 e 2008. Apesar da crise internacional iniciada em 2008, o PIB chinês continuou em forte crescimento, fazendo do país a segunda maior economia mundial em 2010.

Tais tendências econômicas recentes estimularam vários especialistas a fazer projeções de que a produção econômica do grupo de países que compõem o Brics poderá superar a do **G7** (grupo dos sete países mais ricos da época final da Guerra Fria: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e Itália) em alguns anos, e a da China superará a dos Estados Unidos. Caso se confirme, isso aponta um deslocamento econômico que poderá ter muita influência na correlação de forças internacionais.

Eric Sander/Getty Images

▲ Funcionários trabalhando em empresa de biotecnologia, do setor farmacêutico, em São Francisco, Califórnia. Foto de 1994.

O neoliberalismo e o "Estado mínimo"

Com o dinamismo de empresas ligadas a amplos mercados, a qualidade e o preço dos produtos, em meio à intensa competitividade, passaram a ser decisivos para a garantia de lucratividade. Lentamente, em vários países do mundo, foi surgindo a tendência de queda das reservas de mercado, que haviam sido conseguidas com barreiras protecionistas, favoráveis a apenas alguns setores da economia.

reserva de mercado: barreiras protecionistas que dificultavam a entrada de concorrentes.

Esse dinamismo impulsionou a expansão capitalista – a globalização – contando com a queda do bloco soviético socialista. Integrada a esse quadro, ganhou intensidade a formação de blocos econômicos, associações regionais de livre mercado que derrubaram antigas barreiras protecionistas; dezenas desses blocos nasceram na década de 1990. À frente dessas organizações estão o **Nafta** (North American Free Trade Agreement – Acordo Norte-Americano de Livre-Comércio), sob a liderança dos Estados Unidos e envolvendo o Canadá e o México; a **União Europeia**, com a economia alemã como a mais forte e dinâmica; e o **Bloco do Pacífico**, sob a liderança do Japão.

Por intermédio do Gatt (General Agreement on Tariffs and Trade – Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio) e, a partir de 1995-1996, da **Organização Mundial de Comércio** (OMC), a superação econômica das barreiras nacionais se fortaleceu, abrindo caminho para integrações até entre os próprios blocos econômicos regionais.

Paralelamente às associações econômicas regionais, com diminuição ou eliminação dos protecionismos e atração de investimentos internacionais, estabeleceu-se a limitação dos gastos governamentais, prevalecendo a economia de mercado e a busca de um "Estado mínimo".

O fortalecimento do setor privado e a crise do Estado intervencionista deram impulso, por sua vez, às pregações neoliberais, cujos principais defensores eram o austríaco **Friedrich Hayek**, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1974, com suas ideias antikeynesianas, e os norte-americanos **Milton Friedman** (1912-2006), prêmio Nobel de Economia em 1976, e **Robert Lucas**, prêmio Nobel de Economia em 1995, entre outros. Um dos centros mais importantes das teorias neoliberais era o departamento de economia da Universidade de Chicago, conhecido como Escola de Chicago, onde atuavam famosos professores como Milton Friedman, autor da obra *Capitalismo e liberdade*.

UM PONTO DE VISTA

Essa ideologia baseia-se no pressuposto de que a liberalização do mercado otimiza o crescimento e a riqueza no mundo, e leva à melhor distribuição desse incremento. Toda tentativa de controlar e regulamentar o mercado deve, portanto, apresentar resultados negativos, pois restringe a acumulação de lucros sobre o capital e, portanto, impede a maximização da taxa de crescimento. Em minha opinião, ninguém nunca conseguiu justificar de maneira satisfatória essa concepção. Talvez fosse possível dizer que um mercado capitalista livre produz uma taxa de crescimento maior que a de qualquer outro sistema, mas ainda assim permaneceria a dúvida quanto a este ser o melhor mecanismo para distribuir a riqueza.

Para os profetas de um mercado livre e global, tudo que importa é a soma da riqueza produzida e o crescimento econômico, sem qualquer referência ao modo como tal riqueza é distribuída.

HOBSBAWM, Eric. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 78.

Na política, as condições favoráveis ao **neoliberalismo** só se efetivaram com os governos conservadores de Margareth Thatcher, a partir de 1979, no Reino Unido; Ronald Reagan, a partir de 1980, nos Estados Unidos; e Helmut Kohl, a partir de 1982, na Alemanha. Em seguida, o neoliberalismo irradiou-se pelo mundo, integrando-se ao que alguns denominaram de "pensamento único".

Todos os países que seguiram as orientações neoliberais implementaram políticas de venda de empresas estatais a empresários ou grupos privados. Essas **privatizações** ampliaram o espaço econômico dos grandes conglomerados e a subordinação dos Estados ao mercado internacional.

O novo modelo de pensamento social e político, o neoliberalismo, era estimulado pelo principal eixo da ordem capitalista, os Estados Unidos, com medidas que visavam influir na atuação de governos, organismos internacionais e grupos econômicos, naquilo que se convencionou chamar de **Consenso de Washington**. Essa denominação havia sido criada em 1989 por um ex-funcionário do Banco Mundial e do FMI, o economista inglês John Williamson, durante a preparação de uma conferência pelo Insti-

tute for International Economics (IEE), de Washington. A conferência, como exigia o Congresso norte-americano, negociava o refinanciamento da dívida externa de vários países, em troca de reformas especialmente centradas na abertura das economias nacionais ao capital internacional e no término das regras que impediam a livre circulação de mercadorias e investimentos, entre outros aspectos.

Por todo o mundo, a adoção do Consenso de Washington envolveu ainda a redução dos gastos públicos com saúde, educação, previdência social e outras políticas sociais, significando, para os países desenvolvidos, a desmontagem de boa parte do Estado de bem-estar social e, para os países dependentes, chamados de países em desenvolvimento ou emergentes, a piora das condições sociais. Essa situação gerou extremos de pobreza para a maioria das populações e riqueza para um reduzido número de pessoas. Da mesma forma, ampliou-se o descompasso entre países e regiões no tocante à produção e ao usufruto das novas tecnologias. Em 2000, tomando um exemplo extremo, somente na cidade de Tóquio, no Japão, havia mais telefones do que em todo o continente africano.

A chamada Terceira Revolução Industrial implicou ainda a questão do **desemprego**, como decorrência do uso de altas tecnologias produtivas (robótica, informatização, etc.) ou como resultado da reformulação e otimização da produção, incluindo-se o remanejamento e a demissão de funcionários nas empresas e instituições estatais.

Diferentemente da Primeira Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, e da Segunda Revolução Industrial, no século XIX, a época do capitalismo global encontrou parte dos movimentos trabalhistas em refluxo e fragilizada, assim como sindicatos enfraquecidos. Além disso, a globalização abriu a possibilidade de busca de mão de obra barata em qualquer parte do mundo, por causa das reestruturações e da enorme oferta de trabalhadores.

Assim, graças à alta tecnologia, boa parte do trabalho nas grandes indústrias passou a ser feita de forma intensiva e com menos mão de obra, levando ao declínio a filiação de trabalhadores às organizações sindicais. De certa forma, a própria força ideológica da sobrevalorização do mercado em vez das políticas sociais também teve sua contribuição ao fragilizar o movimento trabalhista.

Os neoliberais defendem que essa condição do trabalho e do trabalhador é irreversível enquanto as prioridades forem a modernização e a ampliação da economia de mercado. Já os antineoliberais reclamam medidas voltadas para aliviar as dificuldades sociais, que, a seu ver, só podem ser garantidas pela ação do governo, dos sindicatos e da população. Defendem ainda que somente com o aprimoramento contínuo da democracia os cidadãos poderão participar amplamente das decisões que lhes dizem respeito e se obterá maior eficiência do Estado no âmbito da promoção da justiça social e da garantia das liberdades individuais.

Richard Olivier/Corbis/Latinstock

Shepard Sherbell/Corbis/Latinstock

Shepard Sherbell/Corbis/Latinstock

▲ Durante os governos Thatcher, Reagan e Kohl, foram implementadas as políticas neoliberais, impulsionando a economia de mercado, o livre-comércio e o colapso da ordem da Guerra Fria.

CRISE DE 2008: NA ECONOMIA E NA TEORIA ECONÔMICA

Em 2009, Paul Krugman, colunista do *New York Times Magazine* e ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2008, teceu os seguintes comentários sobre os economistas e a crise de 2008, cujos desdobramentos continuaram nos anos seguintes:

É difícil acreditar agora, mas pouco tempo atrás os economistas estavam parabenizando a si mesmos pelo sucesso da própria profissão.

Esse – suposto – sucesso era tanto teórico quanto prático, proporcionando à profissão uma era dourada.

Do ponto de vista teórico, eles pensaram ter resolvido suas disputas internas. Assim, num estudo publicado em 2008 intitulado "O estado da macro" (ou seja, a macroeconomia, o estudo de questões econômicas mais amplas, como as recessões, por exemplo), Oliver Blanchard, do MIT, atual economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, declarou que teríamos chegado a uma "ampla convergência de visões".

E, no mundo real, os economistas acreditavam ter tudo sob controle: o "problema central da prevenção das depressões foi resolvido", declarou em 2003 Robert Lucas, da Universidade de Chicago, no seu pronunciamento presidencial endereçado à Associação Econômica Americana. Em 2004, Bem Bernanke, ex-professor de Princeton e atual presidente do Federal Reserve (o BC dos Estados Unidos), celebrou a era da Grande Moderação no desempenho econômico durante as duas décadas anteriores, a qual atribuiu, em parte, às melhores decisões tomadas na política econômica.

No ano passado, tudo desabou.

Na sequência da crise, as fissuras na profissão dos economistas aumentaram, tornando-se fendas jamais vistas antes. Lucas chamou os planos de estímulo do governo Obama de "charlatanice econômica", e seu colega de Chicago, John Cochrane, diz que tais planos têm como base "contos de fada" já descartados. Como resposta, Brad DeLong, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, escreveu sobre o "colapso intelectual" da Escola de Chicago, e eu mesmo já escrevi que os comentários feitos pelos economistas de Chicago são o produto de uma Idade das Trevas da macroeconomia, durante a qual foi esquecido um conhecimento adquirido a um custo elevado.

O que houve com a profissão dos economistas? E para onde ela vai a partir do ponto atual?

[...]

Eis o que acho que os economistas precisam fazer. Primeiro, eles precisam enfrentar a inconveniente realidade de que os mercados financeiros estão muito aquém da perfeição; que eles estão sujeitos a extraordinários delírios e à loucura das multidões. Segundo, eles precisam admitir que a ciência econômica keynesiana ainda é o melhor arcabouço teórico de que dispomos para compreender as recessões e depressões. Terceiro, eles terão de se esforçar ao máximo para incorporar as realidades das finanças à macroeconomia.

A visão que deve emergir conforme a profissão repensa seus fundamentos pode não ser muito clara; certamente não será arrumada; mas temos de manter a esperança de que ela terá a virtude de estar, ao menos, parcialmente correta.

KRUGMAN, Paul. Como puderam os economistas errar tanto? *O Estado de S. Paulo*, 6 set. 2009. p. B8 e B9.

Spencer Platt/Getty Images

Operadores trabalham na Bolsa de Valores de Nova York momentos após a sua abertura, em 13 de outubro de 2008.

A ordem monetária internacional

Para as relações comerciais e financeiras no âmbito dos blocos econômicos mundiais, tornou-se imprescindível o uso de um regime estável de taxa de câmbio (paridade entre moedas) e de uma moeda capaz de circular livremente pelos países-membros, sem obstáculos criados por políticas nacionais. Entre as dificuldades enfrentadas pelos defensores da reformulação monetária, estaria a questão de regular a emissão dessa moeda única internacional e determinar as taxas cambiais na conversão das atuais moedas para a nova.

Foi nesse contexto que algumas uniões comerciais internacionais discutiram a questão monetária. No caso da União Europeia, os países-membros definiram a criação de uma moeda regional (euro) assinando o Acordo de Maastricht (1992), reforçado pelo Acordo de Madri (1995), instituindo o novo padrão monetário regional a partir de 2002.

Outro sério problema para os Estados na economia globalizada é o volume gigantesco dos valores financeiros em circulação pelo mundo, que tanto podem estimular fortemente a economia desta ou daquela região, com imensos investimentos de capitais, quanto sufocá-la, com a saída dos capitais aplicados.

Nesse quadro monetário internacional têm surgido propostas para sua alteração, visando a uma maior garantia de estabilidade nos fluxos e valores. Um exemplo é a sugestão feita em 1995, e reiterada nos anos seguintes pelo **G24**, grupo dos 24 países representantes das nações em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia. Na proposta, tomando o FMI como avalista, seria criado um novo padrão monetário internacional baseado num valor médio de uma cesta composta das cinco principais moedas do mundo. O contexto dessas discussões pode ser mais bem compreendido se for traçado um breve histórico da ordem monetária internacional ao longo do século XX.

Até meados dos anos 1990, a economia mundial, em contínua expansão, contou com várias ordens monetárias, cuja variação espelhou as transformações históricas do capitalismo.

Do padrão-ouro à supremacia do dólar: o sistema Bretton Woods

Do século XIX a 1914, o mundo capitalista ocidental contou com um sistema monetário sustentado no **padrão-ouro**. Isso significava que todas as moedas nacionais eram convertidas em quantidades fixas e padronizadas de ouro, o que determinava as respectivas taxas cambiais nas relações comerciais e de fluxos de capitais entre as nações. Essa foi a época da predominância internacional da libra esterlina inglesa.

Com a Primeira Guerra Mundial, a conversibilidade foi abandonada em meio às crescentes emissões monetárias dos vários países, originando as taxas flexíveis em vigor na década de 1920. Tal sistema definia a relação entre as moedas, obtida com base em seus valores em 1914, multiplicados pelo diferencial de inflação entre elas.

A ordem flexível permitiu amplos fluxos de capitais especulativos, provocando profundas oscilações, que afetaram o intercâmbio internacional de mercadorias e de serviços e os próprios valores monetários. Ao mesmo tempo, deu-se a ascensão da supremacia internacional do dólar norte-americano, expressando a liderança dos Estados Unidos no mundo ocidental.

Próximo do final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, a ordem monetária internacional foi novamente reorganizada no **Acordo de Bretton Woods**, que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Nessa localidade do estado de New Hampshire, Estados Unidos, reuniram-se representantes de 44 países, incluindo a União Soviética, e definiu-se um regime de câmbio em que o ouro e o dólar eram transformados no eixo central do sistema monetário internacional.

Bettmann/Corbis/Latinstock

▲ O Acordo de Bretton Woods determinava que os Estados Unidos garantiriam a conversão do dólar em ouro entre os bancos centrais dos países, baseada na paridade de 35 dólares por onça-troy de ouro (exatamente 31,104 gramas). Na foto de 1944, os representantes reunidos em Bretton Woods.

No fundo, o dólar substituía a posição que fora antes ocupada pela libra esterlina. Esse sistema, porém, começou a apresentar dificuldades pouco tempo depois, principalmente devido à emissão progressiva de dólares por parte dos Estados Unidos, a fim de garantir recursos para financiar seus gastos públicos, como os programas sociais do presidente Kennedy e a política externa, principalmente a Guerra do Vietnã.

A emissão descontrolada de dólares resultou em inflação exportada para a economia mundial, atraindo, por um lado, os protestos de várias personalidades internacionais, especialmente do presidente francês Charles de Gaulle, e, por outro, a crescente troca das reservas em dólares de vários países por respectivas quantidades em ouro, colocando em risco as próprias reservas em ouro dos Estados Unidos.

Em 1971, o presidente norte-americano Richard Nixon quebrou o Acordo de Bretton Woods simplesmente suspendendo a conversibilidade do dólar ao ouro, e pouco depois desvalorizando o dólar e liberando seu preço em relação ao ouro e a outras moedas.

O reinado do dólar: o antissistema Bretton Woods e as crises

Em 1976, oficializou-se outra ordem monetária internacional, que deixava livre a taxa cambial dos países. Era um antissistema Bretton Woods, inspirado nos monetaristas (neoliberais) norte-americanos liderados por Milton Friedman, em que prevaleciam as taxas flutuantes das moedas, livremente determinadas pelos mercados.

Foi dentro desse antissistema que, na década de 1970, ocorreu uma acentuada desvalorização do dólar em relação a algumas moedas fortes, especialmente o iene (Japão) e o marco alemão, situação que só foi revertida durante os anos 1980, com o governo Reagan. Graças ao pagamento de altas taxas de juros aos investimentos feitos nos Estados Unidos, foram atraídos enormes capitais internacionais, sem, contudo, anular os constantes *deficits* norte-americanos.

O grande fluxo de recursos para os Estados Unidos dispensava a emissão de moeda e até servia para cobrir despesas. A partir de 1985, o governo norte-americano, sob o comando do secretário do Tesouro James Baker, retomou passo a passo a normalização da taxa cambial do dólar, desvalorizando-o em relação ao iene e ao marco alemão e conservando a taxa cambial flutuante. Essa medida, que facilitava as idas e vindas do capital especulativo, resultou em violentas oscilações das taxas cambiais das nações.

Um exemplo das consequências desestabilizadoras que podem ser provocadas pela entrada de grande volume de investimentos seguida de fuga de capitais especulativos aconteceu no México, em 1994-1995, obrigando o governo desse país a buscar ajuda financeira internacional, especialmente nos Estados Unidos e em órgãos internacionais. O empenho norte-americano visou, antes de tudo, evitar uma completa quebradeira no México, cujas dificuldades, temia-se, poderiam irradiar-se para todo o Nafta. Para o México, mesmo assim, a crise derrubou o PIB em mais de 7%, dobrou o desemprego e fez a inflação saltar de 7,1%, em 1994, para mais de 48%, em 1995. O "efeito tequila" – como ficou conhecido – respingou em vários outros países latino-americanos.

A especulação monetária repetiu-se com uma onda de novos colapsos financeiros, como aconteceu, em 1997, em alguns países do Sudeste Asiático; em 1998, na Rússia; e em 1999, no Brasil. Foi nessa situação de crise que nasceu o **G20**, grupo que congrega representantes das grandes economias dos países emergentes e desenvolvidos, com o objetivo de obter estabilidade financeira e política para evitar novas crises internacionais. Mesmo assim, os rastros de frequentes crises continuaram. Entre os anos de 2000 e 2002, foi a vez da Turquia e da Argentina, provocando efeitos em vários outros países, inclusive no Brasil. Até mesmo a situação norte-americana após os atentados terroristas de setembro de 2001 serviu de palco para acentuadas oscilações nos investimentos, o que reforçou a volatilidade do sistema financeiro internacional. Vários países, buscando evitar depender de empréstimos internacionais (FMI) ou de ataques especulativos nos últimos anos, empenharam-se em acumular reservas, alguns deles chegando a socorrer a entidade em 2009, frente o alastramento da crise iniciada em 2008.

A crise de 2008 tem sido apontada como a mais grave da economia capitalista desde 1929. Iniciou-se nos Estados Unidos, no final do governo de George W. Bush, prosseguindo durante o primeiro mandato de Barack Obama. Irradiando-se pelo mundo, a crise abalou as crenças num mercado autorregulado – não precisando de controle externo a ele – e nos fundamentos neoliberais, reativando o intervencionismo estatal para conter colapsos econômicos ainda mais intensos e profundos por todo o sistema internacional. Estimava-se que, em meados de 2009, o volume de recursos despejados pelos tesouros e bancos centrais do planeta teria chegado a US$ 9 trilhões para socorrer bancos e empresas. Propagaram-se as desvalorizações de bens e perdas de investimentos, sendo que somente nos Estados Unidos estimava-se o prejuízo de US$ 13 trilhões no valor de suas propriedades, mais de 6 milhões de empregos perdidos e uma taxa de desemprego que parecia atingir "o nível mais alto registrado desde 1940".[5]

A partir de 2010, nos destaques sobre economia internacional, ganhavam espaço as crises financeiras dos países do sul da Europa, cujas dívidas externas públicas e privadas somavam mais de US$ 3,4 trilhões, a maior parte delas tendo como credores os bancos de Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Suíça. Esses países em crise financeira eram chamados de *Piigs* (acrônimo de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha), uma forma depreciativa de se referir às cinco economias (em inglês tem sonoridade e escrita semelhante a "porcos"), cujas dificuldades e possibilidade de calote irradiavam a crise para todo o sistema da Zona do Euro. Firmava-se a convicção de que o sistema monetário internacional continuava à mercê da força de seu gigantismo, com suas seguidas e sérias crises.

[5] KRUGMAN, Paul. Como puderam os economistas errar tanto? *O Estado de S. Paulo*, 6 set. 2009. p. B8.

Na Europa, para dar conta dessa situação, discutiam-se medidas de socorro e atuações, apesar de todas as dificuldades e divergências entre seus Estados-membros. Não apenas entre Estados, mas também no interior das próprias nações, já que os efeitos das medidas atingiam diferentemente os diversos grupos sociais. Entre as principais respostas apresentadas, boa parte recaía sobre políticas de austeridade, como não substituição dos funcionários aposentados, redução dos salários nominais, fortes cortes nas despesas públicas, diminuição dos serviços sociais e aumento de tributação. Medidas com grande resistência social, ativando grandes manifestações públicas e dificuldades políticas.

A UNIÃO EUROPEIA DIVIDIDA

Durante doze anos, a Zona do Euro – inspirada pelos dogmas liberais – funcionou como uma simples união monetária, sem equivalente político e social. Os déficits comerciais dos países do sul constituíam a imagem oposta dos excedentes registrados no norte. A moeda única inclusive serviu à Alemanha, ao "esfriar" sua economia depois da custosa reunificação de 1990.

Mas a crise da dívida balançou esse equilíbrio. Berlim reagiu exportando sua receita de austeridade, o que agravou a polarização social no seio dos Estados do sul e as tensões econômicas no coração da Zona do Euro. Surge agora um eixo norte-credor/sul-devedor, nova divisão do trabalho orquestrada pelos países mais ricos.

TSIPRAS, Alexis. Nossa solução para a Europa. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 67, fev. 2013. p. 20.

◄ Charge publicada na *Folha de S. Paulo*, em fevereiro de 2012.

Norte e Sul: desigualdades e meio ambiente

A globalização e suas políticas neoliberais ao mesmo tempo que motivaram surtos de otimismo desenvolvimentista em alguns setores sociais, também atraíram críticas quanto a seus efeitos sociais e sobre o meio ambiente. Entre os aspectos mais criticados estava o agravamento das desigualdades econômicas e sociais em todo o mundo. Contribuíram para isso: as privatizações; a globalização financeira, enquanto os instrumentos de regulação, os bancos centrais nacionais, estavam fragmentados em cerca de 190 nações; o enxugamento do Estado; a diminuição de custos na produção; a transferência de centros produtivos para regiões mais atraentes do ponto de vista financeiro. Somados, esses fatores provocaram processos de dinamização comercial e financeira e, ao mesmo tempo, altos índices de desemprego e de concentração de renda, com bolsões de riqueza ou de pobreza e miséria. Contudo, vários governantes, nos últimos anos, buscaram combinar as políticas neoliberais e sociais, temperando medidas que, se não reverteram por completo as desigualdades sociais, conseguiram alavancar o desenvolvimento econômico e a inclusão social, despencando as taxas de pobreza e miséria, exemplos evidentes entre BRICS, América Latina e diversos outros países. Mesmo assim, continuaram carregando enormes índices de desigualdades sociais e suas consequências. Um exemplo da reversão, segundo o Banco Mundial, foi o indicador sobre o total da população que vivia com renda individual inferior a US$ 1,25 (o novo método para definir a linha de pobreza), o qual chegou a 1,39 bilhão de pessoas em 2005, 25% da população mundial, caindo para 1,29 bilhão em 2008, sendo a China a principal responsável por essa diminuição.

Noah Addis/Corbis/Latinstock

▲ Jovem coletando água em uma área ocupada por cerca de quarenta mil pessoas nos arredores de Madri, Espanha, formando um bolsão de pobreza na capital espanhola. Foto de 2010.

Outra área que tem causado preocupação relaciona-se ao agravamento dos problemas ambientais e ao aproveitamento dos recursos naturais, que parecem incompatíveis com o crescimento econômico mundial. Um possível controle do problema exigiria uma atuação planetária, porém prevalece uma teimosa ausência de regras e falta de ação de órgãos internacionais, resultando na incapacidade de uma atuação efetiva mundial.

Estudiosos insistem na não sustentabilidade do meio ambiente frente à dinâmica de nossa sociedade produtora/consumista. Um exemplo contundente são as mudanças climáticas como decorrência do consumo dos recursos naturais, muito além do que a natureza consegue repor. Estima-se que a elevação da temperatura do planeta neste século, devido ao efeito estufa advindo principalmente pela emissão de poluentes, será de 1,4 a 5,8 graus, ampliando o número e a dimensão de furacões, inundações e secas, provocando a elevação dos oceanos e o desaparecimento de diversas ilhas e regiões. Segundo Nicolas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial, as mudanças climáticas poderão resultar numa recessão econômica mundial jamais vista, com uma perda de cerca de 20% do Produto Bruto Mundial.

Como destaca o jornalista Washington Novaes,[6] segundo dados levantados sobre o ano de 2005, as emissões de gases que provocam o efeito estufa chegaram a 25 bilhões de toneladas, sendo 25% desse total por parte dos Estados Unidos, numa evolução mundial que tem crescido acima de 1% ao ano desde o ano 2000. São questões que escapam às tradicionais divisões ideológicas, já que nem o capitalismo nem o socialismo se mostraram capazes de criar padrões de produção e consumo sustentáveis, e matrizes enérgicas compatíveis com as necessidades e possibilidades do planeta.

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da ONU, 80% da produção e do consumo estão nos países industrializados, que abrigam menos de 20% da população mundial. O Brasil ocupa a posição de quarto maior emissor de poluentes do planeta, sendo que 75% desses poluentes decorrem dos desmatamentos, queimadas e mudanças no uso do solo, principalmente na Amazônia, apesar de alguns avanços nos últimos anos.

No final do século XX, a **Organização Internacional do Trabalho** (OIT) divulgou que estavam desempregados ou subempregados mais de 30% da população economicamente ativa (PEA) do mundo, formada por cerca de 1 bilhão de pessoas. Taxas elevadíssimas de desemprego atingiam inclusive países europeus desenvolvidos, como Espanha, França e Alemanha. Destacando somente o número de desempregados que haviam sido registrados em 2007, a OIT chegava a um total de 179,5 milhões e, ante a crise internacional iniciada em 2008, estimavam-se acréscimos progressivos, sendo que em 2012 alcançou 197 milhões (dos quais 73,8% eram jovens). As estimativas da OIT para 2013 é de um acréscimo de 5,1 milhões e mais 3 milhões de desempregados em 2014.

Nesse quadro, ou o Estado estava desempenhando cada vez menos a função de garantir o bem-estar e de agir para atenuar as diferenças sociais, ou estava se mostrando impotente para controlar a piora da situação. No início do século XXI, os grupos humanos menos favorecidos, especialmente as crianças dos países pobres, eram as principais vítimas de uma realidade injusta e concentradora de renda.

Numa ordem internacional em que o mercado passou a ser cada vez mais o eixo da vida, da organização social e da política, não é de estranhar a crescente valorização do consumo, definidor do *status* social, orientador de objetivos e metas individuais, e a destruição do meio ambiente em virtude da exploração mal planejada dos recursos naturais. Com uma população mundial de cerca de 7 bilhões de habitantes em 2013, acrescentava-se o aumento de aproximadamente 70 milhões a cada ano, potencializando as fragilidades do meio ambiente.

Qilai Shen/Epa/Corbis/Latinstock

Poluição lançada por uma grande usina, em Xangai, China, em 28 de janeiro de 2010. Os impactos causados pela poluição têm desencadeado sucessivos protestos na China.

[6] Disponível em: <www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=44814&velocidade=100k>. Acesso em: 6 nov. 2009.

PARA RECORDAR: A evolução do capitalismo – globalização

CAPITAL

MERCADO

Modernidade e liberalismo

1ª e 2ª Revolução Industrial

Século XX: guerras e lideranças dos Estados Unidos

1929: crise liberal e o keynesianismo (bem-estar social)

3ª Revolução Industrial
- microeletrônica/química fina
- biotecnologia
- megainvestimentos
- superconcentração de capitais

Guerra Fria

TRABALHO

SOCIEDADE

Questão social e lutas trabalhistas

Socialismos

Sindicatos e mobilização

Revolução Russa de 1917
- URSS – planificação

URSS – crise
- Gorbatchev

1989: queda do Muro de Berlim

Dezembro de 1991: fim da União Soviética

NEOLIBERALISMO

teóricos: Friedrich Hayek e Milton Friedman

aplicação: Margareth Thatcher, Ronald Reagan e Helmut Kohl

NOVA ORDEM MUNDIAL

EUA, JAPÃO, ALEMANHA E PAÍSES DESENVOLVIDOS

blocos econômicos
- Nafta
- União Europeia
- Bloco do Pacífico

liderança

Norte/Sul
- "Estado mínimo" – exclusão social
- crise do Estado de bem-estar social
- migrantes e xenofobia

novos integrantes

superação das fronteiras

para mercadorias e capitais, não para trabalho e direitos

BRIC e emergentes

ECONOMIA DE MERCADO

PRIORIDADE SOCIAL

ATIVIDADES

1. Orientando-se pelo esquema-resumo e utilizando informações do capítulo estudado, explique os fatores que contribuíram para o fim da União Soviética em 1991.

2. Partindo do esquema-resumo, associe o processo de globalização ao fortalecimento das teorias neoliberais.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Conhecendo o ponto de vista de um geógrafo

No texto a seguir, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves faz algumas considerações sobre os limites existentes na relação das sociedades com a natureza. Leia-o e, a seguir, responda às questões que o acompanham.

Quando se sabe que 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80% da matéria-prima e energia produzidas anualmente, vemo-nos diante de um modelo-limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos a todos os habitantes da Terra o atual estilo de vida que, vivido pelos ricos dos países ricos e pelos ricos dos países pobres, em boa parte é pretendido por aqueles que não partilham esse estilo de vida. Vemos, assim, que não é a população pobre que está colocando o planeta e a humanidade em risco, como insinua o discurso malthusiano.

A promessa moderna de que os homens e as mulheres, sendo iguais por princípio, são iguais na prática não pode concretamente ser realizada se a referência de estilo de vida para essa igualdade for o american way of life. *Mais do que nunca vemos que a modernidade é colonial, não só na medida em que não pode universalizar seu estilo de vida, mas pelo modo como, pela colonização dos corações e mentes, procura instilar a ideia de que é desejável e, acima de tudo, possível que todos se europeízem ou americanizem. Entretanto, esse estilo de vida só pode existir se for para uma pequena parcela da humanidade, sendo assim, na sua essência, injusto.* [...]

É, assim, enorme o risco que se coloca para toda a humanidade e todo o planeta quando se unifica ou se pretende unificar um mesmo estilo de vida. A homogeneização é, deste modo, contrária à vida, tanto no sentido ecológico quanto cultural. O que a espécie humana – homo sapiens sapiens *– fez ao longo de sua aventura no planeta foi construir diferentes sentidos culturais para suas práticas, a partir de diferentes vivências com diferentes ecossistemas e as variadas trocas entre culturas que ao longo da história se pode experimentar.*

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 31-32.

a) O autor refere-se, no início do seu texto, ao discurso malthusiano. Mobilizando seus conhecimentos de Geografia, pesquise quem foi Thomas Malthus e que teoria ele defendia acerca do crescimento populacional.

b) Cite ao menos dois recursos no planeta cujo esgotamento representa um risco iminente.

c) Para Carlos Walter Porto-Gonçalves, a quem deve ser atribuída a responsabilidade para o esgotamento dos recursos naturais do planeta?

d) Na opinião do autor, é possível a concretização do sonho de criar uma sociedade em que todos os habitantes gozem dos padrões de vida hoje desfrutados pelas classes sociais mais elevadas? Por quê?

2 Leitura e interpretação de texto

O texto que se segue foi escrito em junho de 2004 pelo romancista moçambicano Mia Couto para o periódico *Savana*. Leia-o atentamente e depois responda às questões que o acompanham.

Os americanos entregam o poder aos iraquianos: este foi o cabeçalho que, esta semana, dominou o noticiário internacional. A manchete está cheia de equívocos. Não estamos perante um fato mas diante de um argumento. O que os americanos entregaram não foi o "poder", mas uma situação de caos quase incontrolável. Também não é verdade que esse "poder" (que é realmente uma ausência de poder) tenha sido entregue aos "iraquianos". Foi provisoriamente entregue a um grupo bem identificado a quem falta ainda força efetiva e representatividade formal.

A imagem do atual Iraque foi fabricada por acumulação de logros e mentiras de diferentes sinais e proveniências. Um dos maiores equívocos que consumimos provém do uso da palavra "guerra" para designar

aquilo que ocorre naquele país. Fala-se em "guerra" no Iraque. Não existe guerra. Existe, sim, uma expedição punitiva, uma renovada cruzada do "bem" contra o "mal".

Outro logro: fala-se de "resistência iraquiana" como se houvesse uma única força política e militar partilhando os mesmos propósitos nacionalistas contra a intervenção norte-americana. Não existe. A situação é muito mais complexa do que isso. As intenções terroristas dos radicais religiosos têm pouco a ver com os interesses do povo iraquiano.

Sem glória e sem crédito, os norte-americanos fazem de conta que passam o poder para as mãos dos iraquianos. Os noticiários falam de uma "viragem". Mas o cenário que hoje se abre no Iraque não é uma nova página. É um livro contaminado. Mais do que isso, é um livro armadilhado. A intervenção americana ajudou a extremar conflitos internos e deu força a fundamentalismos que irão manter-se mesmo sem a presença militar estrangeira.

[...]

Com Saddam, o Iraque era um país impossível. Sem ele, e com a intervenção de Bush, converteu-se num país inviável. À violência do Estado se seguiu uma violência contra o Estado (qualquer que seja o formato que esse Estado vier a adotar).

A administração Bush esperaria que o mundo se inclinasse de gratidão perante a missão "humanitária--militar" que fez cair Saddam Hussein. Sucedeu o inverso. Nem a comunidade internacional tirou o chapéu nem, muito menos, os iraquianos se mostraram reconhecidos. Um mundo de ingratos, dirão os cavaleiros do Eixo do Bem. Mas mesmo dentro dos Estados Unidos as apreensões se acumulam à medida que diariamente morrem jovens soldados americanos. O presidente Bush bem pode interditar que se tirem fotos dos caixões. Mas não pode evitar que esse luto pese na alma dos seus concidadãos.

Os americanos sempre agiram em nome do "bem" e da "boa consciência". Essa mesma consciência faz com que a defesa dos interesses americanos seja apresentada como a defesa dos interesses de toda a humanidade. [...]

*A sucessão de mentiras construída para credenciar a ocupação acabou desabando como um baralho de cartas (ou seria um baralho sem cartas?). Os torturadores das prisões do Iraque, Guantánamo e Afeganistão estão sentando a tal "boa consciência" na cadeira dos condenados. Os americanos contemplam no espelho do horror que atribuíam invariavelmente aos outros. Afinal, o "mal" não reside sempre fora: está dentro destes "*boys*" e das suas chefias, acende-se diariamente nas televisões dos lares dos pacatos cidadãos americanos. Em quantos despertará a lucidez perante um mundo que não é feito de "anjos" e "demônios"?*

A 11 de Setembro ruíam as torres gêmeas em Nova Iorque. Depois disso foi ruindo outro edifício perante uma certa ingenuidade: a ideia de uma democracia acima de suspeita, de uma América tolerante, de uma nação que pode inspirar a humanidade.

De demonstração de força de alguém que se pretende polícia universal, a ocupação do Iraque revelou, afinal, a incapacidade de entender os outros, a arrogância de quem imagina o mundo como um quintal em redor da casa-grande.

O Iraque revelou a impotência daquele que é hoje a grande única potência.

COUTO, Mia. A impotência da grande potência. In: *Pensatempos*. Lisboa: Caminho, 2005. p. 41-44.

a) O artigo acima foi escrito por ocasião do fim da ofensiva norte-americana no Iraque em 2004. De acordo com seus estudos, o que motivou os ataques dos Estados Unidos ao país do Oriente Médio?

b) Qual é a crítica que o escritor Mia Couto dirige aos Estados Unidos?

c) Além dos Estados Unidos, Mia Couto dirige suas críticas a outro alvo, embora o faça de maneira não tão clara. Que alvo é esse? Explique.

d) Em jornais, revistas e *sites* da internet pesquise a situação política, social e econômica do Iraque hoje. Tendo em mente os resultados da pesquisa, responda: Mia Couto acertou ao prever, em 2004, uma escalada de violência e um crescimento da instabilidade política no Iraque após o fim da ofensiva norte-americana? Explique.

CAPÍTULO

13 O Brasil no século XXI

Fernando Bueno/Pulsar Imagens

▲ Museu Nacional Honestino Guimarães (Museu da República), projetado por Oscar Niemeyer, em Brasília. Foto de 2010.

PARA PENSAR HISTORICAMENTE

Democracia e neoliberalismo

Vivemos, atualmente, o mais longo período de regime democrático da história do Brasil desde a proclamação da República em 1889. Neste capítulo vamos estudar que conquistas ocorreram ao longo das três últimas décadas. Que significados a Constituição de 1988, conhecida como "A Constituição Cidadã", adquiriu?

O Brasil tem sido classificado como um local seguro para se fazer investimentos. Que consequências isso pode ter para a população? Que relações essa conjuntura tem com a questão do neoliberalismo?

A reflexão sobre o Brasil do século XXI implica não apenas o resgate e a interpretação de sua história recente, mas também a análise do cenário político, econômico e social estabelecido na atualidade.

O BRASIL E A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

Como vimos em capítulos anteriores, a modernização do Brasil ocorria já havia décadas, baseada na busca da industrialização e na diversificação produtiva, com raízes numa política de substituição de importações. A ideia modernizadora nunca perdeu um viés nacionalista, de busca da soberania, alimentando políticas cujas fontes de inspiração variavam entre as propostas da **Comissão Econômica para a América Latina** (Cepal), órgão regional da ONU dirigido para a modernização latino-americana, e suas adaptações durante o governo Juscelino Kubitschek e, mais tarde, a ditadura militar. Todas as propostas de modernização até os anos 1980 reservavam algumas áreas à exploração exclusiva de empresas nacionais ou estatais. Definidas como **estratégicas**, essas áreas concentravam-se no ramo de insumos e matérias-primas para a produção, como o aço e minérios em geral, e de recursos energéticos, como petróleo e eletricidade.

Esses setores exigiam investimentos vultosos, com retorno financeiro a longo prazo, inibindo, assim, o investimento privado. Para suprir esses entraves, era o governo, desde a década de 1930, que garantia, no âmbito interno, os recursos necessários, ou os viabilizava pela contratação de empréstimos e financiamentos estrangeiros. Chegou mesmo a se aproveitar da divisão da Guerra Fria para conseguir algumas vantagens no cenário internacional, obtendo investimentos e acordos comerciais. Aliás, o pragmatismo da atuação na política internacional, visando a vantagens nacionais, remontava à época da Segunda Guerra Mundial, quando do empréstimo concedido pelos Estados Unidos para a construção da usina de Volta Redonda, durante o Estado Novo.

As elites empresariais, que comandavam a política brasileira em conjunto com a elite política no poder, forjaram, na segunda metade da década de 1950 e durante a ditadura militar, um ideário de envolvimento de vários outros setores da sociedade nesse projeto modernizador. Numa atitude típica de países em desenvolvimento, ou seja, de capitalismo periférico, formulavam metas de superação do atraso produtivo e dos entraves herdados ao longo de séculos de subordinação colonial e de dependência, tomando como modelo os países capitalistas centrais.

O projeto de potência emergente internacional sustentava-se em inócuas justificativas para as grandes obras, no dispêndio de grande volume de recursos e na garantia da cooperação da sociedade para a manutenção da unidade nacional.

A partir do final da década de 1950, as multinacionais começaram a se instalar no país, assegurando e reforçando a ligação entre o capitalismo nacional e o internacional. No final da década de 1980, porém, a política industrial de substituição de importações, com ou sem a participação dos grandes conglomerados capitalistas internacionais, passou a mostrar seus limites, esgotando-se rapidamente.

Reginaldo Manente/Agência Estado

▲ O arrocho salarial, a dívida externa aumentando assustadoramente, a repressão às liberdades públicas, os escândalos financeiros e a inflação ascendente faziam crescer o descontentamento e as manifestações, como as greves de 1978-1979 no ABC paulista (principal região industrializada do Brasil). Na foto de 1978, Lula, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, comanda uma greve trabalhista.

Um dos aspectos mais críticos dessa política industrial era a queda de produtividade, pois o mercado externo cada vez mais competitivo, exigente de elevada qualidade a baixo custo, pressionava o modelo nacional e suas altas tarifas protecionistas. Se, por um lado, essas tarifas preservavam as elites empresariais da concorrência dos produtos estrangeiros, por outro aprofundavam a distância tecnológica, o que resultava em dificuldade na disputa pela garantia de algum desenvolvimento.

Além da carência de capitais nacionais próprios, a instabilidade crescente e a desorganização econômica afugentavam investidores e debilitavam a credibilidade do país no exterior.

O distanciamento entre o modelo desenvolvimentista brasileiro e a vanguarda capitalista mundial devia-se, principalmente, a profundas e importantes transformações internacionais relacionadas ao desenvolvimento tecnológico no âmbito da Terceira Revolução Industrial.

A nova dinâmica produtiva e tecnológica exigia, como já apontamos, imensos investimentos, que somente as grandes corporações empresariais dos centros capitalistas mais poderosos poderiam bancar. Exigia, ainda, ampliação de mercados e fim das barreiras protecionistas, estimulando as associações regionais de livre-comércio, os blocos econômicos. Esse cenário consolidou-se definitivamente no início da década de 1990 com a sedimentação do Nafta (*North American Free Trade Agreement* – Acordo Norte-Americano de Livre-Comércio), da União Europeia, do bloco do Pacífico e, numa versão bem mais modesta, no sul da América Latina, do Mercosul.

Simultaneamente, ganhou impulso a ideologia contrária ao Estado intervencionista e protecionista com a defesa do "Estado mínimo", subordinado à economia de mercado e capaz de atrair investimentos internacionais. Adotava-se, assim, o **neoliberalismo**.

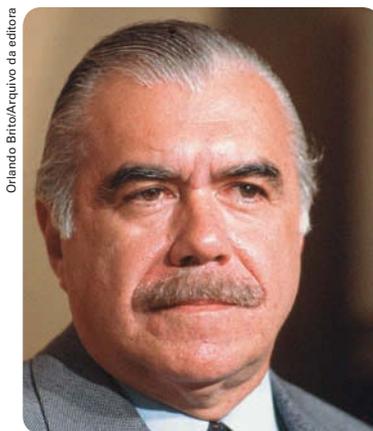
A adesão ao neoliberalismo decorreu, também, dos pífios resultados desenvolvimentistas conseguidos no final da década de 1980, quando o avanço do processo de globalização pusera em xeque o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil: segundo a opinião de alguns economistas e líderes políticos, numa época de capitalismo globalizado, continuar apegado a um modelo protecionista, nacional-desenvolvimentista, mantinha o país excluído das grandes rotas dos capitais internacionais, da dinamização tecnológica e produtiva internacional.

Além disso, dizia-se que a insistência na adoção de um modelo ultrapassado de desenvolvimento estimulava as pressões e as exigências sociais internas, pois havia muito esse modelo somente dava provas de que promovia maior desequilíbrio social. O declínio do bloco socialista no final da década de 1980 e o consequente colapso da União Soviética em 1991, quando se encerrou a Guerra Fria, findaram uma época em que as nações conseguiam vantagens ao jogar com a diplomacia internacional bipolarizada. A nova era da globalização capitalista exigia integração e adaptação da produção nacional aos padrões mundiais, ao projeto de acomodação neoliberal, chamado por alguns de Consenso de Washington.

Diante do impasse econômico-financeiro do Brasil e das circunstâncias internacionais, o Consenso de Washington acabou se convertendo na base dos programas de recuperação do país, lançados na última década do século XX. Pelas características das medidas tomadas e do que possibilitavam alcançar, demonstravam quanto os interesses das elites continuavam se sobrepondo aos interesses da sociedade como um todo, impedindo que o desenvolvimento social interno avançasse. Foi nesse contexto que a direção política brasileira encaminhou a construção da ordem democrática e os programas econômicos nos primeiros anos após 1985.

O GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1985-1990)

Os primeiros passos para a redemocratização foram dados com a eleição indireta de Tancredo Neves. Contudo, na véspera de sua posse, 14 de março de 1985, Tancredo foi internado às pressas para uma cirurgia de emergência, cabendo ao vice, José Sarney, assumir interinamente a presidência da República, em meio à perplexidade nacional.

O primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar, Tancredo Neves, de 75 anos de idade, acabou por falecer em 21 de abril, vítima de infecção generalizada após cirurgia de diverticulite aguda. O cortejo fúnebre, que partiu de um hospital na cidade

Orlando Brito/Arquivo da editora

Com a morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, ascendeu ao poder José Sarney (em foto dos anos 1980), que herdou uma situação econômica deteriorada.

de São Paulo até o aeroporto, de onde seguiria para Minas Gerais, seu estado natal, foi acompanhado por cerca de 1 milhão de pessoas, numa clara demonstração das esperanças que a sociedade brasileira depositava no novo presidente e no governo democrático que se instalava.

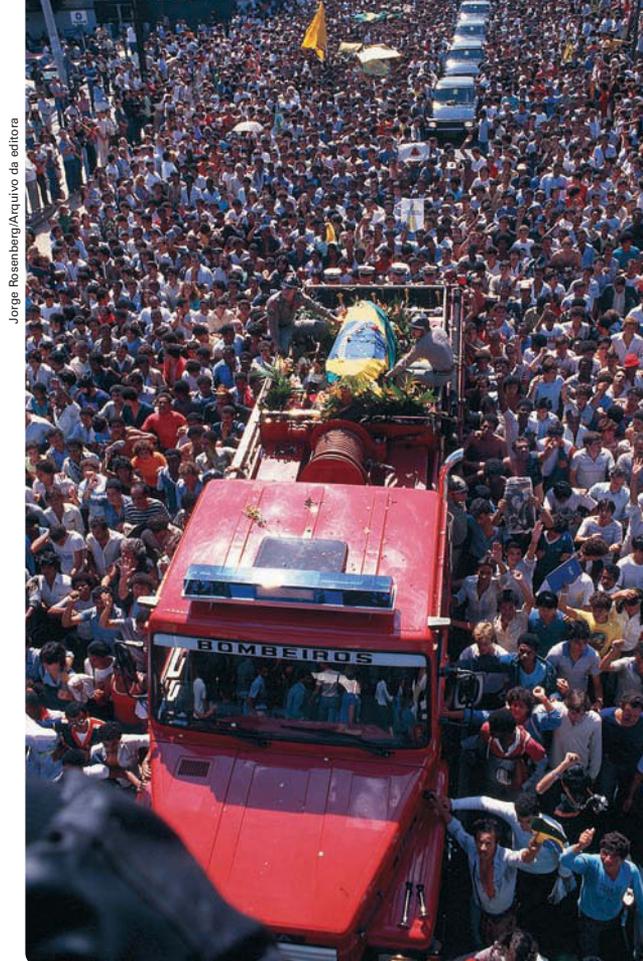
À conjuntura política, ao mesmo tempo incerta e esperançosa, acrescentava-se a deterioração da situação econômica, no auge da crise da dívida externa. A redemocratização havia feito surgir entre a população a ideia de que todos os males do país se deviam exclusivamente à má administração da economia por parte dos últimos governos militares, sentimento reforçado pelos intelectuais e pela imprensa (formadores de opinião), bem como pela oposição partidária (composta de PMDB, PDT e PT).

Entretanto, a dimensão dos problemas a ser enfrentados exigia muito mais que apenas um novo regime político, pois eles decorriam, sobretudo, da longa trajetória histórica nacional, sustentada nas práticas paternalistas e tutelares do poder instituído. Assim, a instalação do governo José Sarney fez emergir as limitações do novo regime, uma vez que o presidente era um político que havia apoiado os governos militares e deles participado (dentro da Arena), só tendo mudado de posição nas eleições indiretas de 1984.

Proveniente do estado do Maranhão, ligado a redutos de políticos tradicionais, o ex-senador José Sarney teria a tarefa de governar um Brasil em aguda crise econômica, vítima de péssima distribuição de renda intensificada pela crise. Nessas condições, precisaria enfrentar os desafios da inserção do país numa economia cada vez mais globalizada (o que poderia implicar algum tipo de mudança), sem comprometer os privilégios dos grupos que o cercavam, destacando-se o Partido da Frente Liberal (PFL), capitaneado por Antônio Carlos Magalhães em aliança com o PMDB, do qual Sarney agora fazia parte.

Evolução econômica

Logo no início do governo Sarney, destacou-se a proeminente figura de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, partido que teria maior peso no novo governo, cabendo-lhe, por exemplo, os ministérios da importante área econômica. Ligado ao PMDB, **Dílson Funaro** foi nomeado ministro da Fazenda, e logo se cercou de uma equipe de economistas críticos do modelo econômico adotado nos últimos anos. Preparou-se um plano de combate à inflação que ficou conhecido como **Plano Cruzado**, divulgado e implantado de surpresa em 1º de março de 1986.

Jorge Rosenberg/Arquivo da editora

▲ População acompanhando o cortejo fúnebre de Tancredo Neves, em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985.

O plano consistia numa tentativa de combate à inflação sem comprometer o crescimento econômico, partindo do pressuposto de que adotar a recessão para esse fim – como fora feito em casos anteriores – era um equívoco, em razão das desigualdades sociais e do estado de miséria em que vivia grande parte da população. Numa época de elevada inflação, era comum a prática de remarcar os preços para cima, de acordo com os índices da inflação passada, já antecipando a inflação futura. Era o **fator inercial** embutido no aumento dos preços, causado pela longa convivência com altas taxas inflacionárias.

Foram então adotadas medidas de caráter heterodoxo, tais como: congelamento de preços pelo período de um ano, com o objetivo de combater a inflação inercial; imediato reajuste dos salários, acrescido de abono; determinação para que os reajustes posteriores de salários ocorressem quando a

medidas econômicas heterodoxas: consideradas radicais e contrárias a medidas econômicas tradicionais.

inflação alcançasse certo patamar; fim da correção monetária; e implantação de nova moeda no país, o cruzado, que teria o valor do cruzeiro menos três zeros. Esperava-se que, num intervalo de 12 meses, a população se "acostumasse" com preços estabilizados, e a inexistência da correção monetária fizesse com que o impulso inflacionário diminuísse ou até desaparecesse.

Marco Antonio Cavalcante/Agência Jornal do Brasil

▲ Em todo o Brasil, donas de casa munidas com tabelas de preços da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços (Sunab), órgão fiscalizador do governo, agiam como se tivessem poder de polícia, muitas vezes diante das câmeras de televisão, caso um gerente de supermercado ou de estabelecimento comercial fosse surpreendido remarcando preços. Foto de 1986, Rio de Janeiro.

Os primeiros resultados foram espetaculares: os preços ao consumidor, congelados, mantiveram-se inalterados. Um apelo do presidente da República para que a própria população se envolvesse no plano, fiscalizando o congelamento e denunciando os infratores, provocou adesão maciça. A inflação, que em fevereiro de 1986 fora de 15%, em abril chegou a ser negativa, e, nos três meses seguintes, próxima de zero. Ao mesmo tempo, esperava-se um deslocamento do capital imobilizado em aplicações financeiras para o setor produtivo da economia, enquanto os salários se valorizavam, passando a ter efetivo poder de compra. Pode-se falar até mesmo de uma modesta distribuição de renda, quando se observa que o consumo de certos produtos básicos cresceu inesperadamente nos primeiros meses do congelamento.

Todavia, essa situação favorável não durou muito. A perda de rentabilidade dos fundos de poupança e a sensação generalizada de segurança resultaram em transferência maciça de recursos para o consumo, que cresceu de forma acelerada. Ao mesmo tempo, os preços congelados desestimulavam os produtores a aumentar sua produção para satisfazer o consumo crescente, e o resultado foi o desabastecimento. Além disso, surgiu o **ágio**, considerado o grande inimigo do plano do governo: diante da grande procura, as mercadorias eram vendidas oficialmente pelo preço congelado, mas acrescidas de uma diferença, o que representava, na prática, o retorno da inflação.

Quando os primeiros sinais de desequilíbrio começaram a surgir, o governo manteve rígido o congelamento de preços, provavelmente tendo em vista dividendos políticos nas eleições do final daquele ano de 1986. Foram adotadas medidas de caráter aparentemente populares, voltadas contra empresários que foram considerados "criminosos" por conspirarem contra a economia popular, aumentando os preços. O caso da carne foi dramático, pois o preço do boi permaneceu congelado, enquanto o consumo disparava. Em pouco tempo, faltou carne nos açougues. Unidades do Exército foram mobilizadas para confiscar bois nos pastos.

Viviane Rocha/Agência Jornal do Brasil

▲ O desaparecimento das mercadorias nos supermercados foi o ponto alto do desabastecimento, resultado do congelamento de preços durante o Plano Cruzado. Foto de 1986, Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, autorizavam-se as importações para suprir o mercado de produtos essenciais que começavam a escassear, comprometendo a balança comercial, único ponto positivo da economia brasileira na primeira metade da década de 1980. Em consequência, as reservas internacionais do país começavam a desaparecer. O Brasil caminhava para a **moratória**, a impossibilidade de manter o pagamento dos juros da dívida externa.

À turbulência econômica somavam-se as questões políticas, uma vez que nas eleições de 1986 ficariam definidos os deputados e senadores incumbidos de elaborar a nova Constituição que substituiria a de 1967, implantada pela ditadura militar. Os partidos que davam sustentação ao governo (PMDB e PFL) obtiveram maioria parlamentar nas eleições de novembro

de 1986 para a Assembleia Constituinte, e logo em seguida foram baixadas medidas de ajuste econômico (**Plano Cruzado II**), com o descongelamento dos preços. Porém, era tarde demais: depois de nove meses "engessados", os preços dispararam. A inflação escapou de qualquer controle, até atingir a taxa mensal de 2,5% em novembro e 7,5% no mês seguinte.

Em fevereiro de 1987, o país declarava-se em "moratória técnica", expressão criada pelo governo: o Brasil não tinha mais condições técnicas (isto é, dinheiro) para pagar a dívida externa. O Brasil juntava-se ao México e à Argentina, ambos em moratória desde 1982, rompendo a situação de cumpridor de seus compromissos internacionais desde o início da década.

O governo Sarney tentou reajustar a economia com outros planos econômicos (**Plano Bresser**, em 1987; **Plano Verão**, em 1989), sem obter, porém, efeitos maiores do que a queda das taxas de inflação de um mês para o outro, seguida de rápida retomada dos preços nos meses seguintes. A expectativa de novos congelamentos levava os empresários a aumentar ainda mais os preços, como forma de defesa. O descontrole econômico marcou o final da administração Sarney, com a inflação atingindo 933% anuais em 1988 e espantosos 1 764% em 1989.

Os gastos excessivos do governo, comprometido com os privilégios da elite política, só pioravam a situação. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada em 1988 pelo Senado, fazia acusações de favorecimento a grupos privados na prestação de serviços para a esfera federal e de administração de recursos públicos que beneficiavam interesses particulares. Pressões do PFL e do PMDB forçaram o arquivamento do processo.

Foi nessa época, junho de 1988, que um grupo formado pelos assim chamados "integrantes históricos" do PMDB (Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, Mário Covas, José Serra e Pimenta da Veiga, entre outros) rompeu com essa agremiação e fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Evolução política

O grande evento político do período foi a convocação da Assembleia Constituinte eleita em 1986 na mesma época das eleições para governo estadual e Assembleia Legislativa. Como vimos, o presidente Sarney retardou ao máximo qualquer mudança no Plano Cruzado, com o objetivo de manter sua popularidade e o prestígio do governo. Assim, nas eleições de novembro daquele ano, a aliança PMDB-PFL, que dava sustentação ao governo, conseguiu espetacular vitória, garantindo a maioria das cadeiras na Constituinte e todos os governos estaduais. Durante um ano e meio, debateu-se e votou-se a nova Carta constitucional brasileira, finalmente promulgada em outubro de 1988. São características da **Constituição de 1988**:

- democracia liberal com separação dos três poderes e eleição direta para todos os cargos do Executivo e Legislativo, prevendo-se a realização de dois turnos nas eleições dos cargos executivos mais importantes (presidente da República, governadores de estado e prefeitos dos municípios com mais de 200 mil habitantes);
- voto obrigatório para pessoas entre 18 e 70 anos; facultativo a analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e pessoas com mais de 70;
- fim da censura prévia, garantia do direito de greve, liberdade sindical;
- nacionalismo econômico, reservando-se uma série de atividades às empresas nacionais;
- intervenção do Estado na economia, atribuindo-se a ele uma série de funções reguladoras e gerenciadoras;
- amplo assistencialismo social, garantindo-se os direitos trabalhistas;
- descentralização administrativa e financeira, afetando estados e municípios;
- artigos que tratam dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Wilson Pedrosa/Agência Jornal do Brasil

▲ A Constituição de 1988 pretendia resgatar a plenitude democrática brasileira e encaminhar a solução da "dívida social", a superação do enorme fosso entre a elite e a imensa massa de excluídos nacionais, por meio do assistencialismo e garantias trabalhistas. Na foto, promulgação da nova Constituição.

Previa-se ainda uma revisão constitucional cinco anos após sua promulgação, na qual seria incluída a realização de um plebiscito sobre a forma de governo a ser adotada no Brasil, ou seja, a continuação do presidencialismo, previsto na Constituição, ou a introdução do parlamentarismo. Além disso, preservava-se a função das Forças Armadas como responsáveis pela defesa da ordem interna e contra a agressão externa, numa formulação obscura, que, em última análise, poderia justificar uma nova intervenção dos militares na política.

Destaca-se também na Carta constitucional a garantia dos direitos iguais dos homens e das mulheres quanto aos assuntos conjugais e familiares, além de ficar assegurado o papel do Estado para coibir a violência doméstica. Disso decorreu a instituição de leis específicas nos anos seguintes, especialmente a lei **Maria da Penha** (Lei n. 11 340 - 2006), que aumentou o rigor na punição dos autores de violência contra a mulher ocorrida no âmbito doméstico ou familiar.

Jarbas Oliveira/Agência Estado

A cearense Maria da Penha Maia Fernandes (foto de 2011), farmacêutica, homenageada com o nome da Lei n. 11 340, foi vítima dos maus-tratos de seu esposo, entre 1983 e 1984, que quase a levaram à morte. Inconformada com a leve punição de seu marido e com apoio de organizações não governamentais e instituições nacionais e internacionais, liderou a luta para não somente rever a punição, mas também para coibir a violência contra as mulheres no âmbito doméstico.

A Constituição de 1988 é chamada de Constituição Cidadã por seus avanços nos direitos do cidadão, introduzindo importantes instrumentos legais de afirmação democrática. Chama a atenção a sua grande extensão e seu detalhismo excessivo, além de certa contradição ao ampliar as conquistas sociais dos trabalhadores (com a prática do assistencialismo) e retirar do governo central os meios para satisfazê-las (com a descentralização financeira). Ficava, ainda, na contramão do que acontecia no plano internacional, ampliando a atuação do Estado nos âmbitos econômico e social, quando a regra neoliberal impunha o contrário. Assim, caminhava-se para uma situação na qual o Estado ou descumpriria boa parte de suas funções constitucionais ou viveria falido.

A Assembleia Constituinte aprovou também o mandato presidencial de cinco anos (anteriormente eram quatro), uma das propostas mais defendidas pela equipe governamental – na verdade, seu grande projeto após o fracasso do Plano Cruzado. Para conseguir sua aprovação, o governo favoreceu vários parlamentares com a concessão de emissoras de rádio e televisão.

João Ramid/Arquivo da editora

Na foto, José Sarney, presidente da República (à esquerda), Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte (ao centro), e Humberto Lucena, presidente do Senado, durante a promulgação da Constituição, no Congresso Nacional, Brasília, em 5 de outubro de 1988.

A sucessão presidencial

No final do governo Sarney, seriam realizadas as primeiras eleições diretas para a Presidência da República desde 1960. A esquerda, representada principalmente por **Luiz Inácio Lula da Silva**, do PT, e por **Leonel Brizola**, do PDT, surgia com considerável potencial de vitória, ameaçando a continuidade das forças conservadoras no governo.

Ulysses Guimarães, consagrado no movimento das Diretas Já, saiu candidato pelo PMDB, mas pagou o preço de sua participação no governo Sarney. **Paulo Maluf**, ainda sem projeção nacional e recuperando-se do fiasco da campanha indireta de 1985, não representava uma candidatura viável. No recém-criado PSDB, foi lançado o nome de **Mário Covas**, prejudicado pela falta de estrutura partidária nacional, além de seu passado peemedebista.

Os outros 15 candidatos presidenciáveis que se apresentaram eram, em sua maioria, politicamente inexpressivos e buscavam apenas espaço nos meios de comunicação. Até o conhecido apresentador e proprietário de rede de televisão **Silvio Santos** chegou a articular sua candidatura, abandonando-a logo em seguida. A situação refletia a desorientação da sociedade brasileira em meio a uma das maiores crises pelas quais o país já havia passado.

Nesse contexto, surgiu a candidatura de **Fernando Collor de Mello**. Governador de Alagoas, ex-integrante do PDS e do PMDB, contava com o apoio de setores conservadores, temerosos diante da possibilidade de um governo de esquerda e da ausência de um candidato que pudesse proteger seus interesses.

Em um momento de profunda desconfiança e quase hostilidade para com os políticos em geral, Collor lançou-se como um candidato apolítico. Denunciava a corrupção, apresentando-se como "caçador de marajás", que se fartavam do dinheiro público. Dizia representar o povo humilde e sofrido do Brasil, os "descamisados", e o fato de ter 40 anos na época, enquanto Sarney tinha 59 e Ulysses Guimarães, 73, ter um estilo agressivo e ser virtualmente desconhecido no país – portanto, supostamente desvinculado dos tradicionais esquemas de poder – contribuiu para engrossar sua candidatura.

Chico Ferreira/Folhapress

▲ Na foto de agosto de 1989, Fernando Collor de Mello, candidato à Presidência da República, se exalta durante uma passeata no Rio de Janeiro, após o confronto com um grupo de brizolistas.

Na realidade, seu discurso era uma falácia, pois contava com o apoio (ainda que disfarçado) de diversas figuras participantes do governo Sarney, como Antônio Carlos Magalhães, e ligadas àquilo que de mais arcaico existia na política brasileira. Foi esse discurso, no entanto, que lhe abriu maior espaço na imprensa, e alguns veículos aderiram abertamente à sua campanha. O partido de Collor, Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado exclusivamente para apoiar sua candidatura, passava a receber imensas doações de empresários interessados na vitória do conservadorismo.

Como Jânio Quadros, Fernando Collor reconheceu o poder da imprensa, principalmente o poder da imagem, e soube moldar a sua exatamente de acordo com as expectativas populares. A campanha resumia-se a aparições breves, discursos inflamados e exibição de gesticulação agressiva, tudo isso cercado de grande expectativa criada pela televisão.

Durante todo o período que antecedeu o primeiro turno das eleições de 15 de novembro de 1989, o candidato evitou o debate, recusando-se ao enfrentamento público com os demais.

Após o primeiro turno, polarizou-se a disputa entre Collor e Lula. No segundo turno, que teve número bastante expressivo de votos brancos, nulos e abstenções, Collor obteve 42,75% de votos, e seu adversário, 37,86%. Iniciava-se a breve Era Collor.

Renato dos Anjos/Agência Estado

▲ Mário Covas (à esquerda), o candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola (à direita), durante o comício de Lula para o segundo turno das eleições, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1989.

O GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)

Desde a campanha eleitoral, Collor prometia modernizar o Brasil, e sua própria figura jovem, bem como a de alguns de seus ministros, fornecia suporte a esse tipo de discurso. Por modernização, o novo presidente da República entendia a diminuição do papel do Estado, o que incluía defesa do livre mercado, abertura para importações, privatizações e fim dos subsídios. Em suma, uma adequação do Brasil à nova realidade do **neoliberalismo** mundial.

O **Plano Collor**, divulgado no dia seguinte à posse e adotado imediatamente, representava uma mistura de elementos monetaristas e heterodoxos,

tentando evitar os problemas do Plano Cruzado. Reintroduzia o cruzeiro como moeda nacional e instaurava o congelamento imediato de preços, seguido de gradual liberalização e livre negociação de salários. Entretanto, para evitar o deslocamento de recursos da poupança para o consumo, como ocorrera em 1986, forçando uma elevação dos preços (ou desabastecimento), promovia também o confisco puro e simples de todas as contas-correntes, poupanças e demais investimentos que excedessem a quantia de 50 mil cruzeiros. O confisco teria o prazo de 18 meses, quando então os valores seriam devolvidos às pessoas e empresas, corrigidos monetariamente.

Clóvis Ferreira/Agência Estado

▲ Populares assistem ao anúncio do Plano Collor, no dia 13 de março de 1990.

Além disso, preconizava o violento corte nos gastos públicos, começando pela demissão de funcionários do governo e pelo aumento generalizado de impostos. Anunciaram-se as privatizações, bem como a diminuição dos impostos de importação, estimulando, portanto, as compras no exterior.

Com isso, o plano pretendia tornar a economia brasileira mais eficiente, com um Estado mais "enxuto" e um setor privado voltado para a adequação à concorrência com os produtos estrangeiros. Pretendia também a entrada de grande volume de mercadorias importadas a preços baixos, uma vez que seus impostos haviam sofrido cortes, para, assim, favorecer a queda na inflação.

Nos primeiros meses, o plano obteve a queda da inflação e a contenção do consumo; logo em seguida, no entanto, o país mergulhou em profunda recessão. Com a concorrência estrangeira, o nível de atividade industrial despencou, agravando as dificuldades sociais. As demissões se multiplicaram num nível alarmante, tendência mantida nos anos seguintes.

Em janeiro de 1991, foi lançado o **Plano Collor II**, uma tentativa de reforçar o sempre frustrado combate à inflação. Tentou-se novamente congelar preços e salários, elevaram-se brutalmente as taxas de juros com o objetivo de estimular a poupança e desestimular novos negócios, mantendo baixo o nível de atividade econômica, de modo a forçar a queda dos preços.

Porém, o descaso do governo com o dinheiro público, manifestado pela concessão de benefícios a grupos privados e ao próprio presidente da República, começava a ficar claro. Em outubro daquele ano, foram feitas denúncias de que o empresário alagoano **Paulo César Farias**, amigo pessoal de Collor e tesoureiro da campanha presidencial, estaria pressionando presidentes de estatais (no caso, a Petrobras) para a realização de negócios contrários aos interesses da empresa (pública), mas favoráveis a grupos particulares.

A partir daí, a vida e os negócios de PC Farias foram investigados, principalmente pela imprensa. Em maio de 1992, surpreendentes declarações de Pedro Collor, irmão do presidente, revelavam que o ocupante do mais alto cargo do Executivo nacional seria o beneficiário de operações financeiras obscuras coordenadas por seu ex-tesoureiro.

Em junho de 1992, o Congresso Nacional instalou uma CPI, que logo apurou o funcionamento do chamado "esquema PC": empresários forneciam dinheiro a PC Farias, em troca de favores governamentais. O dinheiro assim obtido era enviado para o exterior em dólares e depositado em paraísos fiscais. De volta ao Brasil, os valores eram depositados em contas fantasmas, abertas por pessoas com nomes fictícios, que dirigiam o dinheiro para as contas pessoais de membros do governo, incluindo parlamentares e a própria família Collor, além de PC Farias.

paraíso fiscal: país onde se facilitam operações bancárias, sem o pagamento de impostos nem identificação dos proprietários das contas.

O presidente, que pregava austeridade, cortava os gastos do governo, arrochava salários e ampliava o número de desempregados, vivia luxuosamente de dinheiro obtido ilegalmente, conforme as denúncias e investigações provavam. O "caçador de marajás" revelava-se o maior de todos eles. A mobilização da sociedade brasileira pelo *impeachment*, ou seja, o afastamento legal do presidente, levou PC Farias a fugir do país, logo após ser decretada sua prisão. Entretanto, só seria preso em novembro de 1993, após ter sido identificado, detido e deportado da Tailândia. Morreu assassinado em 1996, em Maceió, Alagoas, tendo cumprido curta pena na cadeia.

Quanto a Collor, iludido pelos milhões de votos obtidos nas eleições de 1989 e vítima do mito que ele mesmo havia criado, ignorava a crescente mobilização popular. No dia 16 de setembro, havia convocado uma manifestação em seu apoio, pedindo às pessoas que saíssem às ruas vestidas de verde e amarelo. De fato, naquele domingo, milhões saíram às ruas, mas de preto, pedindo o *impeachment*.

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados decidiu pelo afastamento do presidente Fernando Collor de Mello por 441 votos a 38. Assumia a presidência, logo em seguida, o vice, Itamar Franco.

Entre julho e agosto de 1992, a Rede Globo de televisão exibiu a minissérie "Anos Rebeldes", que mostrava a mobilização política de jovens brasileiros de classe média durante os primeiros anos do Regime Militar. Influenciados pela série, os jovens de 1992 colocaram-se à frente da mobilização popular anti-Collor em todo o Brasil. De fato, em uma passeata no Rio de Janeiro, lia-se o cartaz "Anos rebeldes: próximo capítulo". O episódio todo leva a uma reflexão sobre a importância que a televisão ganhou no espaço público brasileiro, seja como agente político, seja como elemento gerador de uma identidade nacional. Leia no boxe da página seguinte o que a socióloga Esther Hamburger escreveu sobre essa questão.

Jonas Cunha/Agência Estado

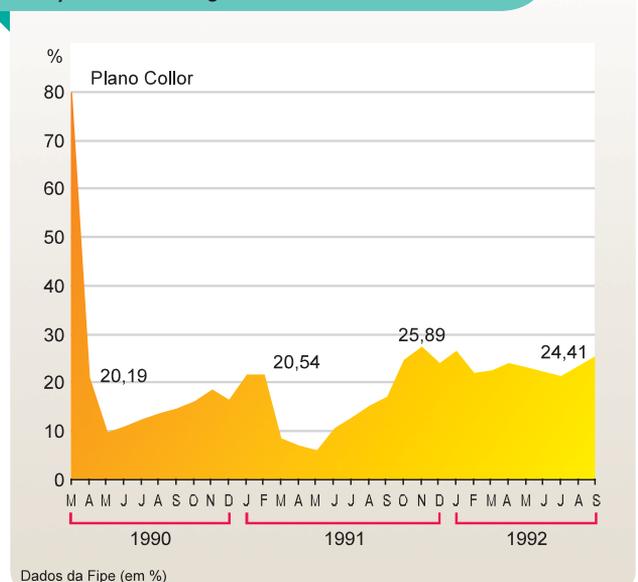
▲ Pela ética na política: manifestação exigindo o *impeachment* de Collor. Foto de agosto de 1992, em São Paulo.

A integração neoliberal

Wilson Pedrosa/Agência Estado

▲ Fernando Collor de Mello e sua esposa, Rosane, momentos após a assinatura do termo de afastamento da Presidência da República, no dia 2 de outubro de 1992, em Brasília.

O governo de Collor iniciou a abertura econômica e comercial, abandonando o tradicional modelo substitutivo de importações. Privatizações, demissões de servidores públicos, enxugamento do aparelho do Estado, com venda de mansões, residências e carros oficiais, bem como a redução do número de ministérios foram a tônica nacional, só encoberta pelos acontecimentos políticos explosivos.

Desejado por várias das mais importantes vanguardas político-econômicas da redemocratização brasileira, o processo modernizador ironicamente começava a acontecer com o respaldo do que havia de mais conservador no país.

Cassiano Röda/Arquivo da editora

▲ Collor havia dito que pretendia "liquidar a inflação com um só tiro". A falácia ruiu com a gangorra da inflação: abrupta queda em seguida ao Plano Collor I; retomada da elevação dos índices até o início de 1991; nova queda com o Plano Collor II; e escalada ascendente, com algumas oscilações pelo resto de 1991 e 1992.

A TELEVISÃO NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A penetração intensa da televisão no Brasil está inscrita na paisagem urbana e rural, nas páginas de revista, na profusão de aparelhos nos interiores das casas, nas mansões de alto luxo, nos barracos das favelas das cidades grandes, nas casas modestas e nas praças públicas de cidades pequenas. Os recordes nas vendas de televisores se explicam pela presença de diversos aparelhos por domicílio, cuidadosamente dispostos em vários cômodos das residências, às vezes em meio a altares domésticos. As inúmeras antenas parabólicas, com seus imensos discos redondos voltados para o céu, instaladas em muitos telhados de residências em favelas, em distantes sítios nas zonas rurais, em vilarejos na selva amazônica, no alto dos edifícios urbanos, são emblemáticas, quase falam por si só. Esse aparato tecnológico dissemina por todo o território nacional imagens acuradas emitidas por uma variedade de canais, eliminando nesse contexto algumas barreiras sociais e geográficas.

A presença maciça da televisão em um país situado na periferia poderia ser descrita como mais um paradoxo de uma nação que ao longo de sua história foi representada como uma sociedade de contrastes, riqueza e pobreza, modernidade e arcaísmo, sul e norte, litoral e interior, etc. E, de fato, a televisão está implicada na reprodução de representações que perpetuam matizes de desigualdade e discriminação. A super-representação de brancos em relação a negros e mulatos consiste em um exemplo gritante da maneira como, por omissão, os mais diversos programas televisivos contribuíram para a reprodução da discriminação racial.

O meio televisivo, porém, deriva sua penetração intensa na sociedade brasileira de uma capacidade peculiar de acenar exatamente o contrário. A TV capta, expressa e constantemente atualiza representações de uma comunidade nacional imaginária. Longe de prover interpretações consensuais, ela fornece um repertório comum por meio do qual pessoas de classes sociais, gerações, sexo e regiões diferentes se posicionam, se situam umas em relação às outras. Ao tornar o repertório comum acessível a cidadãos os mais diversos, a TV sinaliza a possibilidade, ainda que sempre adiada, da integração plena. Ela alimenta cotidianamente uma disputa simbólica, uma corrida pelo domínio das informações necessárias, um jogo de inclusão e exclusão social.

A televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica. Ao fazê-lo, ela torna disponíveis repertórios anteriormente da alçada privilegiada de certas instituições socializadoras tradicionais como a escola, a família, a Igreja, o partido político, a agência estatal. A televisão dissemina a propaganda e orienta o consumo que inspira a formação de identidades. Nesse sentido, a televisão, e a telenovela em particular, é emblemática no surgimento de um novo espaço público, no qual o controle da formação e dos repertórios disponíveis mudou de mãos, deixou de ser monopólio dos intelectuais, políticos e governantes titulares dos postos de comando nas diversas instituições estatais.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. (Coleção coordenada por F. NOVAIS, volume organizado por L. M. SCHWARCZ.)

QUESTÃO INTERDISCIPLINAR

- Investigue a maneira como as diferentes regiões do Brasil aparecem representadas na TV brasileira. Para isso:
  - **a)** Formem grupos de quatro ou cinco estudantes.
  - **b)** Cada grupo deve acompanhar, por uma semana, novelas, noticiários e séries nacionais e registrar:
    - Nome do programa e canal;
    - Região do Brasil enfocada ou representada (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul);
    - Elementos culturais, sociais e/ou políticos associados ao lugar (sotaque, hábitos culinários, personagens característicos, comportamento dos habitantes diante de assuntos públicos, etc.);
  - **c)** Em sala, na semana seguinte, o grupo deve se reunir para comparar as impressões e informações que seus membros registraram. De posse desses dados, analisem:
    - Que regiões foram mais representadas?
    - Que aspectos da região foram mais destacados?
    - Que imagem os programas passaram das regiões tratadas?
  - **d)** A seguir, cada grupo deve indicar um porta-voz para expor para a sala as conclusões do grupo.
  - **e)** Por fim, depois de exporem suas análises, os grupos devem debater a questão: a televisão brasileira favorece a integração nacional ou reforça os regionalismos?

O GOVERNO DE ITAMAR FRANCO (1992-1995)

A imagem pacata e tranquila do vice-presidente Itamar Franco atraiu progressivamente a simpatia popular, enquanto crescia o repúdio a Collor. Formou-se quase uma coalizão de todos os partidos políticos em torno do novo presidente, com destaque para o PSDB, cujos membros passaram a ter grande influência no governo.

Além do respaldo político obtido pelo governo, a situação econômica do país dava alguns sinais de melhora. Não no que se refere à inflação – que conti-

nuava escapando do controle –, mas principalmente na questão da dívida externa. Como o Brasil foi o último dos grandes países da América Latina a decretar moratória, precedido pelo México e pela Argentina, as dificuldades iniciais desses países abriram caminho para uma moratória bem menos traumática.

A partir de 1989, os Estados Unidos haviam passado a defender (e bancar) o processo de securitização da dívida externa, que consistia na emissão de títulos da dívida de países devedores, negociados normalmente no mercado internacional como outros papéis, com garantia do Tesouro norte-americano. Esse processo atingiu sua maturidade em 1994, durante o governo Itamar.

Finalmente, a progressiva queda das taxas de juros no mercado internacional fazia com que as transferências de capital do Brasil para os bancos credores diminuíssem sensivelmente, já que diminuíam os valores dos compromissos da dívida externa. A economia voltou a crescer, atingindo, em 1994, uma taxa de quase 5% anuais, o melhor resultado desde o início dos anos 1980, excetuando-se 1986, o ano do Plano Cruzado.

Em 28 de fevereiro de 1994, o governo anunciou o **Plano Real**, em mais uma tentativa de combater a inflação. Na realidade, a criação de uma nova moeda era a última etapa de um grande programa de estabilização da economia, que estava sendo posto em prática desde dezembro de 1993 por uma equipe de economistas, tendo à frente o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Pelas novas regras monetárias, o **real** seria uma moeda forte, contando, para isso, com: 1) o fim da indexação, ou seja, o fim do repasse automático da inflação mensal para os salários, prestações, aluguéis e contratos em geral; 2) a vinculação da nova moeda ao dólar norte-americano. De fato, o plano previa que a emissão de novos reais seria possível somente se existisse um volume equivalente de dólares nos cofres do Banco Central.

Ao mesmo tempo, mantinha-se o câmbio valorizado: um dólar equivaleria a 90 centavos de real, taxa que lentamente subiu para 1/1, ou seja, um dólar passou a equivaler a um real. A manutenção da taxa de câmbio era garantida pelo Banco Central: quando a demanda por dólares crescesse no país (para o pagamento de parcelas da dívida externa, por exemplo), ameaçando desvalorizar o real, o BC interviria no mercado de câmbio, vendendo grande quantidade de dólares e forçando uma queda em seu valor. O funcionamento do plano dependia, portanto, da existência de grande reserva de dólares nas mãos do governo, o que acontecia desde o início do plano, graças aos saldos favoráveis da balança comercial e ao abrandamento da crise da dívida (veja gráficos na página 260).

Apesar do êxito imediato do Plano Real, seu prosseguimento dependia da manutenção das reservas em dólares, e isso somente seria possível pela permanência de elevadas taxas de juros no país. Dessa forma, o capital internacional, circulando cada vez mais rapidamente e livre de obstáculos no contexto da globalização econômica, seria atraído para o país, como de fato ocorreu.

Otávio Magalhães/Agência Estado

▲ A foto de 1994 mostra a velha moeda, cruzeiro real, sendo incinerada: prova do sucesso do Plano Real no combate à inflação.

Gilberto Alves/Agência Jornal do Brasil

◄ Ao assumir a presidência no lugar de Collor, Itamar Franco foi cercado pelo apoio do PSDB, que controlava a área econômica do governo. Na foto, Itamar, à esquerda, empossando ministros.

A especulação financeira cresceu enormemente, colocando em risco a valorização monetária nacional, e muitos passaram a considerar esse elemento o aspecto mais frágil do plano. Esse desafio foi enfrentado em 1994, quando uma forte desvalorização da moeda mexicana provocou o súbito afastamento do capital especulativo internacional não só daquele país, como também de outros países latino-americanos, como Brasil e Argentina, quase levando a economia dessas nações à ruína. Ao mesmo tempo, o Plano Real promovia uma nova rodada de abertura da economia às importações, ainda de acordo com os princípios do neoliberalismo. O governo defendia a abertura econômica como forma de baixar a inflação e aumentar a eficiência da indústria nacional.

A curto prazo, a abertura econômica foi realizada e a inflação caiu, embora o aumento da eficiência da indústria brasileira tenha ocorrido apenas de forma localizada. Maiores foram os efeitos negativos de tal política na indústria nacional. As falências começaram a se multiplicar e o desemprego aumentou. Paralelamente, a manutenção de elevadas taxas de juros no país inviabilizava a sobrevivência de empresas em dificuldades, acelerando ainda mais o processo de falências e desemprego. A situação recessiva forçava uma queda ainda maior da inflação, que o governo alardeava como prova do sucesso espetacular do plano.

Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV/Instituto Brasileiro de Economia, set. 1996.

Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV/Instituto Brasileiro de Economia, set. 1996.

Gráficos: Cassiano Röda/Arquivo da editora

▲ Até 1994, a balança comercial permanecia elevada, criando condições para o aumento das reservas em dólar.

A sucessão política

Os aspectos positivos do plano (queda da inflação) foram sentidos de imediato, enquanto o lado negativo (falências, desemprego) só seria percebido a médio prazo. O ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso transformou-se subitamente em personagem bastante popular, abrindo caminho para sua candidatura nas eleições presidenciais de 1994. Em torno dela compôs-se uma frente de partidos, destacando-se o PFL, com Marco Maciel como candidato a vice-presidente, vinculando o PSDB às oligarquias do Nordeste e a antigos colaboradores do regime militar.

O principal adversário de Fernando Henrique Cardoso foi o candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a deter 42% das intenções de voto em maio de 1994, época em que Fernando Henrique Cardoso tinha apenas 16%, segundo as pesquisas. Com o sucesso econômico do plano e o respaldo político generalizado, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República nas eleições de 3 de outubro daquele ano, com maioria absoluta em um único turno. Obteve quase 55% dos votos válidos, enquanto o segundo colocado, Lula, atingiu pouco mais de 27% dos votos.

O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República embalado no sucesso do Plano Real. Vale lembrar que os níveis "estratosféricos" atingidos pela inflação nos anos anteriores (mais de 4 800% ao ano, de março de 1989 a março de 1990) transformaram o combate à inflação em importante objetivo nacional. O fracasso dos governos anteriores em enfrentar o "dragão" da inflação, geralmente por utilizarem medidas de apelo popular, só fortaleceu essa ideia. E, durante os oito anos em que esteve na presidência, Fernando Henrique fez da manutenção do combate à inflação seu principal objetivo e trunfo.

Moacyr Lopes Junior/Folhapress

▲ Fernando Henrique Cardoso encontra o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, na Casa Branca, em 1999.

Política econômica

Como vimos, a manutenção de uma moeda forte só seria possível com a entrada no país de um grande volume de dólares. Desde que o fluxo de dólares permanecesse constante, o governo teria condições de, administrando suas reservas, manter a cotação do real e seu poder de compra. A entrada de moeda estrangeira no país seria possível de duas formas: por meio do capital produtivo e do capital especulativo. Simplificadamente, **capital produtivo** é aquele montante de recursos que uma empresa estrangeira investe no país para, efetivamente, desenvolver atividades ligadas à produção (indústria, serviços, etc.); já o **capital especulativo** é aquele que busca vantagens sem, muitas vezes, trazer benefícios onde é investido, firmando-se como parasitário. Um exemplo é o investimento na compra de títulos, sendo remunerado por meio de uma taxa de juro: quanto mais alto o juro, mais atraente o investimento e, portanto, mais capital especulativo deve entrar no país.

O capital produtivo

Uma das principais formas utilizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para atrair o capital produtivo internacional foi a privatização das estatais, surgidas principalmente a partir da Era Vargas, como grandes empresas atuantes em setores que necessitavam de pesado investimento com retorno a longo prazo e, por isso, fora das possibilidades do empresariado nacional. Assim, foram surgindo as companhias nos setores de siderurgia, mineração, indústria química, petróleo e telecomunicações, entre outros. Apontadas como pouco eficientes, essas empresas gigantescas foram postas à venda nesse período, sobretudo para grupos estrangeiros, que passaram a adquirir ações (ou pelo menos ter importante participação) em um grande número delas.

Em maio de 1997 foi privatizada a Companhia Vale do Rio Doce, empresa gigante no setor de mineração e siderurgia, por R$ 3,34 bilhões. Em julho de 1998, foi privatizada a Telebrás, grande empresa de telecomunicações, por R$ 22 bilhões. Em novembro do mesmo ano, foi vendido o Banespa, então o segundo maior banco nacional, pertencente ao estado de São Paulo, por R$ 7 bilhões. Esses são apenas alguns exemplos de um processo que resultou em US$ 91 bilhões.

Eduardo Knapp/Folhapress

▲ A venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das mais valiosas empresas estatais, foi emblemática no processo de privatização. Foto de 1997, Rio de Janeiro.

Apesar dos valores envolvidos, os resultados deixaram a desejar. As agências reguladoras e fiscalizadoras criadas pelo governo não funcionaram adequadamente. Setores sensíveis, como a geração e distribuição de energia elétrica, foram deixados à mercê dos lucros privados. Dessa forma, não ape-

nas as tarifas subiram, como também a qualidade dos serviços nem sempre melhorou: caso exemplar foi o famoso "apagão", no segundo semestre de 2001, quando os minguados investimentos privados em geração de energia forçaram a um racionamento. "Foi a falta de chuva", justificou o governo.

O capital especulativo

Como apontamos, quanto mais alta a taxa de juros praticada no país, mais atraente torna-se o investimento estrangeiro em títulos brasileiros. A taxa de juros básica na economia é definida pelo Banco Central, por meio das periódicas reuniões de seu **Conselho de Política Monetária** (Copom). Ao longo do governo Fernando Henrique, as taxas permaneceram elevadas, atraindo o capital especulativo e disponibilizando dólares para a manutenção do real como moeda forte. No entanto, a elevação dessas taxas gera um problema: se os rendimentos **pagos** a investidores, estrangeiros ou não, são altos, isso significa que os juros **cobrados** de quem faz um empréstimo dos bancos também são altos. A manutenção dos juros elevados dificulta enormemente o funcionamento de empresas (principalmente as pequenas), que passam a ter dificuldade para conseguir dinheiro emprestado. Mesmo no que se refere à modernização de uma empresa, aos investimentos produtivos em geral e à abertura de novas empresas, a disponibilidade de crédito é essencial. É por isso que se diz que uma política de juros altos é também uma política recessiva, que gera a estagnação econômica.

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, entre maio de 1997 e setembro de 2002 a média dos juros reais praticados no país foi de cerca de 13%, enquanto a média mundial foi de 3,3%, e a dos países emergentes, 4,4%.[1] "Desde 1999, o Brasil é o único país que sempre figura entre os quatro primeiros do *ranking* mundial de taxa de juros real", observa a reportagem. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico é limitado, muitas vezes aproximando-se da estagnação, como se vê na tabela ao lado.

EVOLUÇÃO DO PIB	
1995	4,2%
1996	2,2%
1997	3,4%
1998	0,1%
1999	0,3%
2000	4,3%
2001	1,3%
2002	2,7%

IBGE. In: *Folha de S.Paulo*, 22 mar. 2007. p. B1.

A estagnação econômica de 1998-1999 foi estimulada também por outros fatores. Assim como o Brasil, diversos países em desenvolvimento também adotavam políticas de juro alto para atrair o capital estrangeiro. Os avanços da globalização econômica permitiam uma rápida circulação desse capital, de um país para outro, conforme as mudanças econômicas mundiais, regionais, ou apenas por causa de simples especulação. Muitas vezes, as dificuldades econômicas desses países provocavam o temor de um calote, o que resultaria em grandes perdas para os investidores. Nesses momentos de insegurança, o capital especulativo abandonava os países emergentes e buscava refúgio em aplicações mais seguras, ainda que menos lucrativas, como os países de economia sólida.

Dessa forma, qualquer crise que ocorria em um país em desenvolvimento podia gerar temor nos investidores e provocar um vasto contágio: os dólares simplesmente começavam a fugir de todos esses países, debilitando ainda mais sua economia e causando um desequilíbrio de fato. A crise do México de 1994-1995 e as demais, ocorridas no final dos anos 1990 e início do século atual, provocaram fuga de dólares do Brasil. Consequentemente, os juros aumentaram ainda mais (para compensar o capital especulativo internacional com ganhos fabulosos, apesar dos riscos), a moeda foi desvalorizada e aumentou a instabilidade econômica. Em 1998, soavam inverossímeis as afirmações do ministro da Fazenda Pedro Malan: "O Brasil não é a Rússia!". Na verdade, aos olhos dos fundos de investimentos internacionais, Brasil, Rússia, México, Tailândia e outros eram vistos exatamente como a mesma coisa.

Alaor Filho/Arquivo da editora

▲ Automóveis para exportação estacionados no porto do Rio de Janeiro, em 2002. O crescimento das exportações brasileiras a partir de 2001 foi decorrência da desvalorização cambial.

[1] Dados da consultoria Global-Invest. In: *Folha de S.Paulo*, 24 out. 2002. Especial. p. 7.

Os efeitos da política neoliberal

Por ter enfatizado a desregulamentação do mercado nacional e a privatização dos serviços, a política econômica adotada nos oito anos do governo Fernando Henrique enquadrou-se no modelo neoliberal. O governo buscou o equilíbrio fiscal, mantendo seus gastos dentro do limite do que foi arrecadado, inclusive com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitava os gastos de estados e municípios. Porém, o compromisso com o pagamento de uma dívida imensa (tanto interna quanto externa) fez com que os recursos disponíveis não fossem utilizados necessariamente na redução, por exemplo, do *deficit* social. A vulnerabilidade da economia nacional também aumentou, à medida que a dependência do capital estrangeiro se ampliou. Uma boa notícia no final do governo Fernando Henrique foi o progressivo crescimento das exportações, resultado direto da desvalorização cambial, principalmente a partir de 2001.

Em 2002, o país começou a obter saldos favoráveis na casa de US$ 1 bilhão **por mês**. Tratava-se do melhor resultado da balança comercial brasileira desde a década de 1980. O aumento da produção de petróleo, constante durante toda a década, ajudou no fortalecimento da balança comercial, e o Brasil se aproximou da autossuficiência em sua produção. Em contrapartida, a brutal desvalorização da moeda em 2001-2002 acenou com o fantasma da volta da inflação. De um lado, o encarecimento de produtos importados; de outro, o aumento nos preços de alguns produtos brasileiros conforme começavam a escassear, pois destinavam-se preferencialmente ao mercado externo.

Assim, na ausência de poupança interna, a política econômica do governo Fernando Henrique priorizou a atração da poupança externa, uma ideia que foi alvo de críticas, considerada "ingênua e provinciana", nas palavras do historiador inglês Perry Anderson.[2] Os custos foram muito elevados, uma vez que, no primeiro momento, a dependência frente a capitais externos se tornou maior do que nunca e as desigualdades sociais internas continuavam gritantes. O resultado foi um crescimento econômico limitado.

Mais comprometido com as finanças internacionais e suas frequentes oscilações na disponibilidade de recursos, o governo Fernando Henrique teve de buscar um tratamento excepcional do FMI, que, nas horas de dificuldade, sempre esteve presente, muitas vezes tendo em sua retaguarda nada menos que o Tesouro norte-americano como fiador. Em julho de 1998, sob o efeito da crise russa, em plena fuga de dólares e na iminência da moratória, o Brasil fez um mega-acordo com o FMI no valor de US$ 41,5 bilhões, dos quais US$ 18 bilhões vieram do Fundo e o restante de bancos privados, graças à iniciativa pessoal do presidente norte-americano Bill Clinton e da garantia de seu governo. Em junho de 2001 – crise argentina, "apagão" do setor energético, clima de pessimismo generalizado –, o FMI aprovou rapidamente novo pacote, agora de US$ 15 bilhões. Finalmente, no segundo semestre de 2002 – expectativa de crise na economia norte-americana, eleições no Brasil –, o governo brasileiro e o FMI acertaram em tempo recorde um pacote de US$ 30 bilhões.

Administrando dificuldades e conseguindo recursos, a política econômica priorizou a busca da estabilidade, tida como indispensável para lançar as bases de uma possível retomada da expansão econômica, ainda que fosse a médio ou longo prazo.

Alan Marques/Folhapress

Com o custo de vida elevado, muitas pessoas foram procurar melhores oportunidades em outras cidades. Na foto de 2003, família de imigrantes em Brasília pedindo esmola na Esplanada dos Ministérios.

Política interna

A eleição de Fernando Henrique em 1994 foi resultado da aliança PSDB-PFL, que se manteve ao longo dos dois mandatos. O governo também atraiu o apoio do PTB e as simpatias do PMDB, resultando na formação de um poderoso bloco no Congresso, seguramente majoritário. Por trás dessas alianças – entre um partido supostamente ético e ideológico, o PSDB, e outros partidos supostamente fisiológicos, PFL, PMDB e PTB – estava a ideia de garantir a governabilidade por meio do apoio às reformas propostas.

partidos fisiológicos: aqueles que baseiam sua atuação na troca de favorecimentos e benefícios.

[2] ANDERSON, Perry. FHC deixou saldo negativo, diz historiador. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2002. p. A8-A9.

Porém, os interesses de grupos que participavam do poder havia muito tempo acabaram tolhendo grande parte das mudanças propostas. A promessa contida no primeiro discurso de posse, "varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria", e que implicava algum tipo de distribuição de renda, jamais foi considerada prioridade, em grande parte em razão da resistência desses grupos tradicionais. Da mesma forma, foi adiada qualquer proposta de reforma política com a finalidade de tornar o sistema partidário coerente e regido por princípios éticos: continuou existindo o aluguel de legendas, a compra de votos, a venda de candidaturas e as mudanças de partido. Apesar do compromisso com grupos fisiológicos, os oito anos do governo Fernando Henrique foram um período relativamente longo de normalidade democrática, em que as instituições (partidos, Judiciário, eleições) funcionaram sem grandes sobressaltos ou rupturas. De fato, trata-se de situação bem rara na história republicana. Em 1998 ocorreram eleições, e Fernando Henrique encabeçou mais uma vez a aliança PSDB-PFL, tendo como principal concorrente, mais uma vez, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. O presidente habilmente utilizou sua imagem como o criador do Plano Real, o homem que venceu a tão odiada inflação, portanto uma pessoa particularmente habilidosa para enfrentar a crise que se avizinhava. Ao candidato do PT coube enfrentar novamente a acusação de despreparado. Em pleito marcado pelo pessimismo, pouca mobilização e **medo** da crise, Fernando Henrique Cardoso foi vencedor já no primeiro turno, com 53% dos votos.

Em 2001, impossibilitado de obter um terceiro mandato, Fernando Henrique tentou fazer seu sucessor. Durante algum tempo, o ministro da Fazenda Pedro Malan foi o candidato de sua preferência, mas o desinteresse deste e a própria dinâmica partidária acabaram por definir a candidatura de José Serra, peessedebista "histórico" e ministro da Saúde durante boa parte do governo FHC.

Na frente oposicionista, Luiz Inácio Lula da Silva mais uma vez (a quarta) era candidato a presidente da República. Ciro Gomes, jovem liderança ascendente, porém sem vínculos partidários mais sólidos, lançou-se candidato pelo PPS e, após rápida subida nas pesquisas eleitorais do início de 2002, amargou forte queda, em parte fruto de seu descuido no uso de uma linguagem forte, quase arrogante. Ao final, a campanha foi entre José Serra e Lula, ambos indicados para segundo turno. Em meio a crescente apoio e um clima de otimismo generalizado, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito no segundo turno com 61% dos votos válidos.

Política externa

Durante os anos Fernando Henrique, a principal iniciativa do Brasil na área de política externa foi o prosseguimento do processo de integração econômica com países vizinhos, do Mercosul. Em janeiro de 1995, foram simbolicamente removidas as barreiras alfandegárias entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O processo se iniciara em 1986, com a assinatura do Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice) pelos presidentes do Brasil e da Argentina, então José Sarney e Raul Alfonsín.

Em 1988, Brasil e Argentina assinaram um novo acordo, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, visando definir um espaço comum no prazo máximo de dez anos. O Tratado de Assunção, em 1991 (visando à formação do Mercado Comum do Sul, já com a participação do Uruguai e Paraguai), e a Cúpula de Ouro Preto, em 1994 (definindo janeiro de 1995 como data de início da união), foram etapas importantes no processo.

Ainda longe de representar união plena ou mercado comum de fato, o Mercosul incluiu a adoção de medidas como tarifas externas comuns e fim das barreiras entre países-membros, bem como adoção de compensações e dinamização comercial.

▲ Mercosul: o mais importante projeto de integração de mercados no sul do continente americano.

Os resultados foram rápidos: o fluxo do comércio entre os sócios fundadores do Mercosul subiu de US$ 4 bilhões, em 1990, para US$ 15 bilhões, em 1995. Com uma população de mais de 200 milhões de habitantes e um PIB combinado por volta de US$ 1 trilhão de dólares, o Mercosul representaria o surgimento de um bloco econômico de peso no mercado internacional. Na época, o Mercosul foi considerado uma tentativa de resposta sul-americana ao processo de globalização da economia, expressando a tendência de formação de blocos regionais.

Sociedade

A conjuntura social nos anos FHC foi marcada em grande parte pelo crescente desemprego. A abertura para as importações, gerando desindustrialização; o aumento da concorrência, que causou políticas de reengenharia nas empresas – busca de aumento de eficiência e redução de custos por meio de demissões –; a continuidade do processo de fusões empresariais; a automação nas indústrias e serviços e a simples estagnação econômica, todos esses fatores contribuíram para a elevação das taxas de desemprego.

Se a taxa nacional de desemprego manteve tendência de alta, aproximando-se dos 8%, nas grandes regiões metropolitanas a situação era bem mais grave, muitas vezes aproximando-se dos 20% no início de 1999 e final de 2002.[3] Isso significou não apenas uma séria questão social, como também um forte estímulo à violência urbana, que explodiu nos anos de governo de Fernando Henrique.

A taxa de mortes por homicídio passou de 19 (por mil habitantes) em 1992 para 26,5 no final do governo. A população mais jovem, com maior dificuldade para encontrar espaço em um mercado de trabalho contraído, foi particularmente afetada: em 1999, 38% das mortes de jovens de 15 a 24 anos foram provocadas por homicídio.[4] O crime organizado expandiu-se em torno do tráfico de drogas, convertendo-se em verdadeiro poder paralelo nas favelas. Surpreendentemente, o mesmo ocorreu **dentro das prisões**, muitas vezes transformadas em centros de gerenciamento do tráfico e do crime organizado.

No campo, a tensão social encontrou expressão no **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Atuante desde a década de 1980, o MST promoveu ocupação de terras devolutas ou latifúndios improdutivos, tentando agilizar o mecanismo formal de reforma agrária. Procurando defender suas propriedades, muitos latifundiários passaram a organizar milícias armadas, e os conflitos com os sem-terra se multiplicaram. Em abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, a própria polícia do estado do Pará (então governado por Almir Gabriel, do PSDB) foi responsável pelo massacre de 19 integrantes do MST que obstruíam uma estrada. O episódio foi condenado pela comunidade internacional.

terras devolutas: terras públicas, ou seja, sem proprietário registrado.

O REGIME DE TERROR NAS PRISÕES

Veja o texto da historiadora Cynthia Campelo Rodrigues, comentando sobre a prisão Cadeia Velha, no Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, indicando ali a origem do que a esmagadora maioria dos presos vivenciaria nos presídios do país neste início de século XXI.

Torturas, superlotação, corrupção, instalações precárias e total falta de assistência aos detentos. Não, essa não é uma descrição do Carandiru, de Bangu 1, do Dops ou da prisão da Ilha Grande. Ao contrário do que acreditam alguns pesquisadores do tema, o regime de terror que impera nos presídios brasileiros não foi criado pelas ditaduras do século XX. Há 300 anos, os maus-tratos e desmandos já faziam parte do cotidiano da mais importante prisão do Brasil colonial, a Cadeia Velha, no Rio de Janeiro.

A cadeia funcionava no mesmo prédio que a Câmara Municipal, como era costume no Brasil colonial, situado onde fica o Palácio Tiradentes. Não se sabe a data exata de sua construção, mas documentos mostram que a prisão já estava em funcionamento nas primeiras décadas do século XVIII.

A "Bastilha brasileira" era o esteio do Antigo Regime na colônia e para lá eram mandados todos aqueles que perturbavam a ordem ou desafiavam o poder da Coroa portuguesa. Em suas dependências se amontoavam todos os tipos de criminosos, desde prostitutas e escravos até os envolvidos na Inconfidência Mineira.

[...]

Os presos tinham de custear sua "estadia" na cadeia. Aqueles que tinham algumas posses pagavam para ficar na sala-livre, com-

[3] Fontes: IBGE e Dieese.

[4] Números do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves). *Folha S.Paulo*, 19 dez. 2002, Especial. p. 16.

pravam comida ou davam dinheiro para o carcereiro fazê-lo e também podiam mandar vir de casa suas refeições. Os desamparados, porém, tinham de financiar sua temporada no cárcere pedindo esmolas para as pessoas que circulavam nas proximidades do prédio da Cadeia. A pior situação era dos escravos, que, por força da lei, deviam ser sustentados por seus respectivos senhores. Muitos eram esquecidos na prisão e não recebiam nenhum tipo de assistência.

Os detentos que tinham permissão para pedir esmolas se instalavam na rua como mendigos. Segundo o historiador José Vieira Fazenda, "para este mister destacava-se um condenado que, preso por comprida corrente às grades da prisão, podia chegar até o meio da rua. Para descanso desse peditório, feito ao rigor do sol, devam-lhe um tamborete, onde o infeliz, de quando em vez, se sentava, cansado de tão grande faina".

[...]

Com a proclamação da República, em 1889, o cárcere se tornou símbolo dos algozes de Tiradentes, detento mais célebre da história da prisão, então alçado à condição de mártir republicano. Pouco tempo depois, no século XX, a Cadeia Velha foi finalmente demolida. A intenção era apagar da memória nacional esse monumento ao retrógrado passado colonial, mas o legado da "Bastilha brasileira" continua mais vivo do que nunca nos milhares de presídios espalhados pelo país. Em pleno século XXI, essas penitenciárias continuam a funcionar nos mesmos moldes que a velha masmorra do século XVIII.

RODRIGUES, Cynthia Campelo. A Bastilha brasileira. São Paulo: Duetto, *História Viva*, Ano VI, n. 76. p. 66-71.

Augusto Malta/Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro, RJ.

▲ A Cadeia Velha, no Rio de Janeiro, em foto de 1919.

Marlene Bergamo/Folhapress

▲ O constante aumento da população carcerária é um dos aspectos da situação de violência e insegurança dos últimos anos. Nos cárceres superlotados, a ineficiência do sistema penitenciário tem produzido um quadro de degradação dos direitos humanos, em evidente violência do Estado contra cidadãos. A situação carcerária já foi apontada como calamitosa em tempos passados, e nada confirma que tenha mudado nesse início do século XXI: segundo dados de 2010, a população carcerária dobrou nos nove anos anteriores, formando um total de 473 mil detentos, número três vezes maior que o de vagas nos presídios. A foto de 2008 mostra o confinamento de mais de cem detentas em um espaço destinado para doze pessoas, na delegacia feminina de Monte Mor (SP).

PRIMEIRO E SEGUNDO GOVERNOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

A eleição de Lula em 2002 representou a vitória de uma liderança política historicamente vinculada a propostas de mudança social: diante da situação de dramática desigualdade social e da crescente moderação do discurso político de seu partido (o PT, Partido dos Trabalhadores), Lula passou a ser visto como uma alternativa não radical de combate à desigualdade. No final de 2006, Lula foi eleito para um segundo mandato de quatro anos.

Economia e sociedade

Desde o início ficou claro que o novo governo não iria adotar nenhuma medida de choque como solução para os graves problemas econômicos nacionais. Por um lado, tal decisão mostrou-se adequada, principalmente em razão do recente histórico de medidas "mirabolantes" adotadas por diversos governos com resultados amargos (Plano Cruzado em 1986, Plano Collor em 1990). Por outro lado, ao evitar medidas grandiosas, o governo acabou limitando-se às práticas econômicas do final do período Fernando Henrique, ou seja, a manutenção de uma política econômica baseada no combate à inflação por meio das altas taxas de juros, no estímulo às exportações e no equilíbrio fiscal, subordinando os gastos governamentais à receita como forma de lidar com uma imensa dívida, tanto externa quanto, principalmente, interna.

No que se refere à **inflação**, o governo conseguiu mantê-la em níveis baixos. As altas taxas de juros, conservadas em quase todo período, contribuíram de forma decisiva. O resultado foi a transferência de recursos a setores privados. Contudo, do primeiro mandato ao início do segundo, registrava-se uma situação descendente na política de juros, provocada, entre outras razões, pelo excesso da oferta de capital externo, fruto da expansão econômica mundial em andamento (o maior surto mundial de expansão da produção e do crédito em trinta anos).

Nelson Almeida/Pulsar Imagens

▲ Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, após receber a faixa presidencial durante a cerimônia de posse.

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (EM BILHÕES DE U$$)		
1999	–1,2	Fernando Henrique
2000	–0,6	Fernando Henrique
2001	2,6	Fernando Henrique
2002	13	Fernando Henrique
2003	24,8	Lula
2004	33,6	Lula
2005	44,7	Lula
2006	46,4	Lula
2007	40	Lula
2008	24,8*	Lula
2009	24,6*	Lula
2010	20,2*	Lula

Base de dados do Portal Brasil®, Banco Central do Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Siscomex e Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <www.portalbrasil.net/economia_balancacomercial.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

*Impacto da crise internacional iniciada nos Estados Unidos.

Quanto às exportações, manteve-se a tendência de alta registrada desde a primeira grande desvalorização do real, em 1999. A própria eleição de Lula gerou, em um primeiro momento, uma aceleração da desvalorização, na medida em que havia temor de um governo comprometido com medidas "esquerdizantes". Além disso, a manutenção do crescimento econômico da China (cada vez mais compradora no mercado internacional) e a estabilidade da economia norte-americana, superando os abalos imediatamente posteriores aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, contribuíram para criar um clima de estabilidade e crescimento da economia mundial, ajudando a expandir as exportações brasileiras. Porém, passou a ocorrer uma concentração cada vez maior das exportações no setor primário (minérios e produtos agrícolas).

Apesar da intensa propaganda, as despesas do governo na **área social** ficaram muito aquém do esperado, afetando políticas públicas por não provocar o "enxugamento" de uma máquina político-administrativa inflada. Em 2006, estimaram-se em R$ 420 bilhões as despesas da administração pública do setor federal, algo como 19,7% do PIB.[5] Somando os gastos com as máquinas governamentais federal, estadual e municipal, bem como Executivo, Legislativo e Judiciário, chegou-se perto "de 38% de tudo o que é produzido" no país.[6] Assim, além do *deficit* anual de R$ 77 bilhões com a Previdência Social (R$ 35 bilhões relativos aos aposentados do setor público), área à qual são destinados aproximadamente 7,5% do PIB, somavam-se os gastos crescentes com pessoal. Somente na esfera municipal registrou-se um enorme aumento no número de municípios: de 4 491 em 1991 para 5 564, em 2005. Como resultado, surgiram no período mais de mil novos prefeitos, Câmaras de Vereadores e todo o aparato necessário para administrar uma cidade.[7]

Muitas vezes o compromisso do governo com a área social ficou bastante distante do esperado, como foi o caso do programa **Fome Zero**. Lançado já no discurso de posse, o projeto granjeou simpatia da população, porém não representou nenhuma mudança radical em relação aos programas sociais já existentes. Ainda na área social, o principal projeto do governo foi o **Bolsa Família**, baseado na transferência direta de recursos para famílias de baixa (ou nenhuma) renda. No início de 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o projeto atendia 12,5 milhões de famílias.[8] Assumindo o compromisso de manter filhos

[5] KASSAI, Lúcia. O governo na contramão. *Revista da Indústria*. Fiesp, jul. 2007. Disponível em: <www.fiesp.com.br/revista/2007/07/pdf/pag-18-23.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

[6] MORAES, Antônio Ermírio. Mais eficiência e menos gastos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2007. p. A2. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1208200706.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

[7] KASSAI, Lúcia. O governo na contramão. *Revista da Indústria*. Fiesp, jul. 2007. Disponível em: <www.fiesp.com.br/revista/2007/pdf/pag-18-23.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

[8] Disponível em: <www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>. Acesso em: 25 mar. 2013.

na escola e respeitar, por exemplo, o calendário de vacinação de crianças, as famílias de baixa renda se tornavam aptas a receber um valor mensal de R$ 22,00 a R$ 200,00.

Resultados

A adoção de uma política econômica amigável a interesses estrangeiros, simbolizada pela liberdade para o capital especulativo e pela manutenção dos acordos com o FMI até 2005 e do compromisso com o pagamento da dívida externa (não obstante a diminuição de seu peso, se comparado com anos anteriores), acabou por limitar o ritmo da expansão econômica, apesar da conjuntura internacional favorável.

Nos primeiros anos do novo século, a economia de países como China e Índia (e, durante algum tempo, até mesmo da Argentina) crescia a um ritmo mais acelerado que a do Brasil, aproveitando-se da situação econômica internacional favorável. Apesar de tímidos, os números da economia brasileira finalmente começavam a apresentar dados alentadores. Em 2004, conseguiu-se, pela primeira vez desde 1950, uma combinação singular: economia crescendo acima de 4%, saldo comercial superando 1% do PIB e inflação abaixo de 10%.[9] Outro dado positivo é que, apesar da desigualdade socioeconômica continuar extremamente elevada, em 2004 ocorreu sua redução ao nível mais baixo dos últimos trinta anos.[10]

Entre 2008 e 2009, surgiu uma situação inédita. O colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, seguido de uma das mais espetaculares quebras da Bolsa de Nova York, gerou pânico nos mercados internacionais e temor de uma nova Depressão, a maior desde a década de 1930. Apesar dos sobressaltos iniciais, a crise mundial atingiu o Brasil com menor intensidade do que se esperava. Mesmo assim, reverteu o crescimento do PIB, que ficou negativo em 2009 (como se vê na tabela a seguir). A existência de uma grande reserva cambial no país, o clima de otimismo gerado pelo crescimento econômico dos três anos anteriores e a elevação do consumo de camadas populares, graças a medidas socioeconômicas e assistenciais, fizeram com que não apenas o valor da moeda fosse mantido, como a economia permanecesse em funcionamento, sem retração permanente da demanda – diferentemente do que ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos. Além disso, na medida em que países como Brasil, Índia e principalmente China mantinham-se quase imunes à crise, eles passaram a ser vistos como os responsáveis por uma retomada do crescimento econômico mundial, o que acabou resultando na atração de mais investimentos e na aceleração da economia. De fato, em 2010 o crescimento do PIB deu um salto significativo, atingindo a marca de 7,5%, maior taxa anual desde 1986.

VARIAÇÃO DO PIB (COMPARAÇÃO COM ANO ANTERIOR, EM PORCENTAGEM)		
2000	4,3	Fernando Henrique
2001	1,3	Fernando Henrique
2002	2,7	Fernando Henrique
2003	1,1	Lula
2004	5,7	Lula
2005	3,2	Lula
2006	4,0	Lula
2007	6,1	Lula
2008	5,2	Lula
2009*	–0,6	Lula
2010	7,5	Lula

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1830&id_pagina=1>. Acesso em: 20 mar. 2013.

© Angeli/Folhapress

▲ Charge publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, em dezembro de 2004, que retrata as limitações do crescimento econômico daquele ano.

---

[9] Dados extraídos de RODRIGUES, Fernando; PATU, Gustavo. País obtém combinação histórica em 2004. *Folha de S.Paulo*, 1º jan. 2005. p. B1.

[10] Consulte o *site*: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/NTquedaatualizada.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

Um dos aspectos problemáticos do governo Lula, em nada diferente de governos anteriores, foi não priorizar os investimentos em infraestrutura. Em diversos setores, houve o sucateamento da infraestrutura existente e a falta de investimentos em novos projetos, como estradas, portos, saneamento e urbanização. Um exemplo era o transporte aéreo: em virtude das condições precárias da infraestrutura desse setor, diversos acidentes aéreos ocorreram em 2006. Somente a partir da relativa tranquilidade econômica do segundo mandato de Lula começaram a surgir planos de investimento mais ambiciosos, muitas vezes sob o rótulo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na área da segurança, o empobrecimento e o sucateamento da infraestrutura policial (falta de equipamentos e de formação adequada, salários baixos, comando e organização ineficientes) agravaram a violência urbana, cada vez mais generalizada nas grandes cidades, com taxas de mortalidade que caracterizavam uma verdadeira guerra civil. Vinte anos de relativa estagnação econômica acabaram por criar uma massa urbana excluída do mercado de trabalho, o que contribuiu para que um número expressivo de jovens passassem a praticar atividades ilícitas, entre as quais o tráfico de drogas e a participação nas redes de crime organizado.

Em maio de 2006, uma organização criminosa ligada ao tráfico de drogas e comandada de dentro de presídios desencadeou uma onda inédita de violência, com o ataque em larga escala a forças policiais e civis, atingindo pelo menos seis estados brasileiros. A cidade de São Paulo foi paralisada; a população se recolheu em suas casas e a polícia iniciou operações de represália, com violência sem precedentes. Outros ataques do crime organizado continuaram acontecendo tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro.

De 2007 ao início de 2010, sem redução expressiva da violência urbana, mas em meio a uma situação de crescimento econômico inicial e efeitos da crise internacional de 2008/2009, foram gerados milhões de novos empregos com carteira de trabalho assinada, um crescimento recorde em relação aos últimos anos. Mesmo assim, em janeiro de 2010, a taxa de desemprego estava em 12,6%, segundo Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)[11], tomando como base seis grandes regiões metropolitanas. Ao otimismo de muitos quanto a um crescimento econômico sustentado ou reservas e dúvidas de outros diante dos efeitos da crise internacional, no início de 2010, somava-se o começo da campanha eleitoral visando à sucessão de Lula. Outra notícia positiva na época foi a queda na concentração de renda, graças ao impacto dos programas assistenciais e aos avanços na educação, além da redução da desigualdade no mercado de trabalho. Apesar de significativa, a diminuição da concentração de renda não fez com que o país deixasse de estar entre os piores do mundo em distribuição de renda.

Marcelo Casal Junior/Agência Brasil/ABr

▲ O presidente Lula discursando durante o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 22 de janeiro de 2007, Brasília. Na imagem vemos também a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef; a primeira-dama, Marisa Letícia; o vice-presidente José Alencar; o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; e o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O quadro político

Os dois mandatos de Lula foram importantes como forma de consolidação do regime democrático liberal e algumas de suas instituições. Além disso, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido considerado de esquerda, e a observação de sua prática administrativa constituíram importante aprendizado político.

Para seus opositores, o governo Lula privilegiou políticas que resultavam em apoio popular imediato, em detrimento de planejamentos de longo prazo. Esse seria o caso dos projetos assistenciais, que, em vez de promover uma forma de ampliar o acesso à renda (por meio do trabalho), dedicariam-se pura e simplesmente à *entrega de dinheiro* para os menos favorecidos. No governo Lula, algumas das práticas mais criticadas

[11] Disponível em: <www.salariominimo.net/2010/03/15/taxa-de-desemprego-no-brasil-janeiro-2010/>. Acesso em: 25 mar. de 2013.

dos governos anteriores permaneceram vivas, como a negociação a qualquer custo com os membros do Congresso, visando à obtenção de maioria parlamentar. Nesse contexto, ocorreu a maior crise política do primeiro governo Lula: o escândalo do Mensalão, em 2005, envolvendo o pagamento de uma "mesada" para deputados, que assim votariam em favor dos projetos do governo. Um escândalo que colocou em xeque o sempre destacado perfil "ético" do PT.

Sergio Lima/Folhapress

▲ Manifestação na Esplanada dos Ministérios em Brasília, em junho de 2005.

A respeito das práticas políticas do governo Lula, escreveu o petista Frei Betto, que chegou a ser assessor especial do presidente entre 2003 e 2004: "O governo Lula optou por privilegiar alianças partidárias que, por vezes, incluíram políticos notoriamente corruptos, de práticas antagônicas aos fundamentos do PT. No calor do processo eleitoral, essas alianças não se pautaram por metas estratégicas capazes de delinear o perfil de um novo país. O balaio de votos pesou mais que a utopia de construir 'um outro Brasil possível'."[12]

Em agosto de 2007, no desdobramento da crise do Mensalão, o Supremo Tribunal Federal abriu processos para julgar quarenta pessoas acusadas, algumas delas da cúpula do PT (o julgamento se encerrou somente em 2012, quando as sentenças foram pronunciadas). Do primeiro para o segundo mandato de Lula, os principais líderes do partido (entre eles, José Dirceu e Antônio Palocci) foram afastados de postos governamentais, e o presidente passou a depender cada vez mais de forças provenientes dos partidos conservadores tradicionais e dos micropartidos. Assim, voltaram a ganhar relevância antigos líderes, como José Sarney, por sua vez envolvido – a partir de 2009 – em nova sucessão de escândalos durante sua atuação como presidente do Senado (incluindo acusações que vão do nepotismo ao tráfico de influência). Convém lembrar que tanto o PSDB quanto o DEM ("Democratas", novo nome do PFL a partir de 2007), partidos de oposição ao governo, foram denunciados por adotar práticas semelhantes, notadamente nos governos estaduais de Minas Gerais e Distrito Federal.

A imagem de Lula permaneceu em grande parte intocada, mas o esvaziamento de seu partido e algumas derrotas eleitorais significativas (por exemplo, em São Paulo e Porto Alegre, nas eleições de 2004 para prefeito) deram força àquilo que muitos denominaram *lulismo*. Caracterizado pelo discurso social e por políticas assistencialistas como o Fome Zero e Bolsa Família, o lulismo reforçou a imagem do presidente da República como um indivíduo acima da política partidária e capaz de estabelecer um diálogo direto com a população carente. O resultado foi a grande popularidade do presidente, principalmente entre os mais pobres, paralelamente à perda de prestígio de seu partido.

Com Lula, o Estado apenas começou a colher os frutos de um programa de estabilização de longo prazo, restando a grande tarefa de superar os gargalos existentes na infraestrutura econômica para uma possível continuação do crescimento a longo prazo. Além disso, questiona-se a própria validade desse crescimento, uma vez que há sérias questões ambientais que devem ser equacionadas por qualquer modelo econômico expansionista.

Seja como for, a popularidade do presidente foi suficiente para fazer seu sucessor: Dilma Rousseff, praticamente desconhecida no plano nacional até ser nomeada ministra-chefe da Casa Civil em 2005. Dilma acabou vencendo as eleições de 2010, derrotando no segundo turno o candidato do PSDB, José Serra, e tornando-se a primeira mulher a ocupar a Presidência da República na história do Brasil.

Rumo a uma mudança de paradigma?

Durante mais de vinte anos, incluindo as décadas de 1980 e 1990 e os primeiros anos do novo século, o país passou por uma impressionante estagnação econômica. Foram anos marcados inicialmente pela inflação e, em seguida, pela estagnação econômica, e

[12] Extraído de BETTO, Frei. *Calendário do poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007; Citado em ROSSI, Clóvis. A vaia do amigo do rei. *Folha de S.Paulo*, 28 jul. 2007. p. A2.

qualquer período de crescimento era acompanhado pela paralisia dos anos seguintes. Ao mesmo tempo, vivia-se na dependência da situação econômica internacional, quando qualquer abalo tinha consequências imediatas no país.

Nesse período consolidou-se na mentalidade das pessoas aquilo que só pode ser chamado de *pessimismo realista*: a realidade, analisada friamente, não dava oportunidade a nenhum otimismo, e as perspectivas eram sombrias. Os resultados da estagnação são bem conhecidos: deterioração das cidades, sucateamento da infraestrutura, falta de oportunidades gerando desde crime e violência até a massa de excluídos nas grandes cidades. Pior ainda, antes dos "anos perdidos", o último momento de relativo otimismo havia ocorrido na época do "milagre econômico" do regime militar. Mas esse milagre provou-se uma falácia, ruindo diante da crise da dívida dos anos 1980: o otimismo dos anos 1970 passou a soar como uma mentira, e todo o discurso nacionalista, uma farsa de viés autoritário.

Criou-se assim uma geração cética em relação ao potencial do país. Porém, por volta de 2009, algumas mudanças começaram a acontecer. Não só a mídia, mas também lideranças políticas internacionais começaram a falar do Bric, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia e China como as potências do futuro, como já apontamos anteriormente. A permanência da estabilidade política e econômica e, sobretudo, a quase imunidade do país ao grande abalo econômico de 2008-2009 só reforçaram essa visão. A isso acrescentou-se a descoberta de grandes reservas petrolíferas no litoral brasileiro, o chamado "pré-sal", que trouxe novas perspectivas favoráveis à economia.

A crescente atuação diplomática do Brasil também passou a ser notada. Desde 2004 o país liderava a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, cujo maior contingente era formado por tropas brasileiras. Em 1999, foi criado o G20, grupo das dezenove maiores economias do mundo, mais a União Europeia. Trata-se de um órgão que vem assumindo uma importância cada vez maior na comunidade internacional e do qual o Brasil participa.

Além disso, desde o governo Fernando Henrique existe o projeto de dar ao Brasil um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, apesar de inúmeras dificuldades. Um sinal do papel cada vez mais ativo da diplomacia brasileira foi dado no final de 2009, quando a embaixada brasileira em Honduras recebeu o presidente deposto do país, logo após o posicionamento oficial do Brasil condenando o golpe de Estado recém-ocorrido. Trata-se de ruptura com uma prática de décadas da diplomacia brasileira de não intervenção em assuntos internos de outro país. Segundo vários analistas, o episódio foi o marco de uma nova forma de atuação internacional do Brasil, tomando posições e, portanto, assumindo responsabilidades.

Em outubro de 2009, o Comitê Olímpico Internacional elegeu a cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. Historicamente, são escolhidas como cidades olímpicas preferencialmente centros tradicionais (em países da Europa e Estados Unidos) ou centros emergentes (caso das Olimpíadas de Seul-1988 e Pequim-2008). Outro destaque foi a escolha do país como sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014. Nesse sentido, é visível a percepção da comunidade internacional em relação ao potencial do país, assumindo um otimismo inédito nos últimos anos.

Certamente não se pode afirmar que a escolha da sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas signifique o reconhecimento do Brasil como potência mundial, como afirmam alguns, ou que o Rio de Janeiro em menos de dez anos possa se ver livre de favelas, em virtude dos investimentos previstos para a Copa do Mundo ou para as Olimpíadas. A dívida social do Brasil a ser sanada tem um tamanho gigantesco. No entanto, as boas notícias nos últimos anos indicavam que talvez os anos do pessimismo a toda prova já teriam passado e, nesse caso, poderia ser o momento do *não negativismo* como um novo paradigma para o Brasil.

Marcos de Paula/Agência Estado

Na foto de 2010, os "capacetes-azuis", militares brasileiros da missão de paz das Nações Unidas no Haiti, desembarcam na Base Aérea do Galeão, Rio de Janeiro.

O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2011-...)

Nas eleições de 2010, realizadas em clima de relativo otimismo em relação ao futuro do país, o presidente Lula havia indicado como candidata à sua sucessão a economista Dilma Rousseff. Ministra das Minas e Energia no início do governo Lula, assumiu a chefia da Casa Civil em 2005 após o afastamento de José Dirceu.

Pedro Ladeira/Agência France-Presse

A presidente Dilma Rousseff faz um discurso no Palácio do Planalto, em dezembro de 2012, anunciando maiores investimentos nos aeroportos brasileiros.

Dilma iniciou sua trajetória política em 1964, em Belo Horizonte, atuando como militante na luta contra a ditadura. Em 1970, foi presa e torturada. A economista era pouco conhecida no país, não havia participado de qualquer campanha eleitoral como candidata até então e se filiou ao PT apenas em 2000. O engajamento de Lula na campanha foi essencial para sua vitória, diante das candidaturas de oposição: o veterano José Serra pelo PSDB (que obteve 43% dos votos no 2º turno) e Marina Silva do PV (Partido Verde). A imagem da presidente como uma “técnica” ou “gerente” acabou sendo favorável à sua popularidade, tanto na eleição como nos primeiros anos de mandato. Sua imagem tinha ao mesmo tempo a aura de novidade e de aparente afastamento de uma classe política marcada por lideranças envelhecidas e francamente desgastadas. Em março de 2013, confirmando tal aspecto, a presidente Dilma obteve 79% de avaliação positiva de seu modo de governar, segundo pesquisa do Ibope.[13]

No plano econômico, o Brasil passou a ter algumas dificuldades. A crise mundial iniciada em 2008 agravou-se e acabou sendo mais persistente do que se imaginava, com seus desdobramentos começando a ser sentidos no Brasil. O PIB passou a ter um desempenho insatisfatório, com crescimento de 2,7% em 2011 e de 0,9% em 2012, bem abaixo dos 7,5% verificados no último ano do governo Lula. Ao mesmo tempo, a inflação apresentou tendência de alta, apesar de a taxa de desemprego manter-se bastante baixa, situação que os economistas tiveram dificuldades de explicar. Dessa forma, os efeitos negativos de pequeno crescimento e alta inflação foram quase que compensados pelo baixo desemprego e, assim, o relativo clima de otimismo se manteve.

No plano político, durante o governo Dilma encerrou-se o julgamento do caso do Mensalão pelo Supremo Tribunal de Justiça (veja p. 270), com uma série inédita de condenações aos principais envolvidos, incluindo sentenças de prisão para líderes históricos do PT, como José Dirceu e José Genoíno. Para muitos, o julgamento do Mensalão foi um marco no combate à corrupção. Para outros, o julgamento teve motivações políticas e foi influenciado pela pressão de setores da imprensa. Seja como for, restou a expectativa sobre a atuação futura do Judiciário no julgamento de episódios semelhantes.

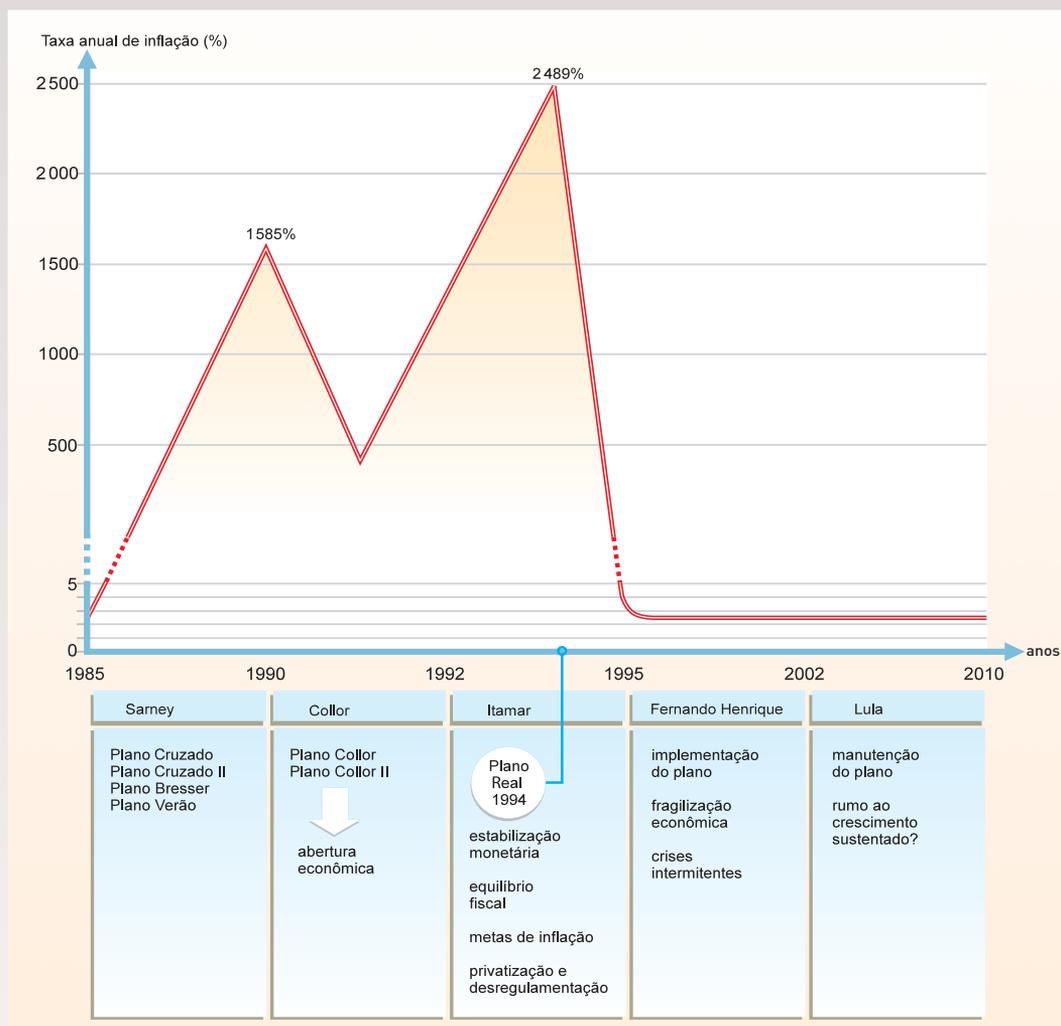
O episódio do Mensalão e o prolongado exercício do poder acabaram por consolidar a descaracterização do PT como um partido “diferente”, isto é, que estaria à margem das práticas políticas arcaicas e de legalidade duvidosa, que sempre denunciou enquanto oposição.

Em 2013, um ano antes das eleições presidenciais, o governo de Dilma ampliou medidas para a recuperação econômica, contando com progressiva queda dos juros, diminuição de tributos sobre setores produtivos e incremento nas linhas de financiamento, entre outros. Certamente, o sucesso ou não dessa atuação implicará um forte peso na questão política, até mesmo como meio de fortalecer sua possível reeleição.

Sergio Lima/Folhapress

O ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, em foto de novembro de 2012, durante o julgamento do Mensalão. Sua nomeação para o cargo de juiz do STF em 2003 foi saudada por ser o primeiro negro a ocupar o cargo na Corte suprema. Em 2012, na condição de relator do julgamento do Mensalão, Barbosa defendeu a condenação dos réus, tendo se tornado, para muitos, um “herói” na luta pela moralização da política.

[13] *Folha de S.Paulo*. 20 mar. 2013, p. A7.

PARA RECORDAR: Mudanças econômicas no Brasil de 1990 a 2004

Fontes:

INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
Variação anual; IBGE e Banco Central.
Variação anual, cidade de São Paulo; Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados)/Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

ATIVIDADES

Siga o roteiro abaixo com base no esquema-resumo e no que você estudou ao longo do capítulo.

1. Defina o que é o neoliberalismo. Em seguida, identifique em que governos brasileiros, entre 1990 e 2004 ele esteve mais presente, justificando sua resposta.

2. Desde a década de 1990, a participação do Brasil na economia mundial cresceu, bem como sua importância nas decisões internacionais. Potência na América Latina, o país desponta cada vez mais como uma das grandes referências mundiais, tanto na economia como na política. Para confirmar essa constatação, pesquise em jornais, revistas e na internet notícias que destaquem o papel brasileiro em encontros, estatísticas e destaques da imprensa internacional. Redija um texto elencando os resultados encontrados.

EXERCÍCIOS DE HISTÓRIA

1 Análise de documento

A reportagem abaixo foi publicada no dia 30 de setembro de 1992. Leia o texto e responda às questões propostas.

Fernando Affonso Collor de Mello, 43, está afastado da Presidência da República. Em decisão inédita na América Latina, a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment *por 441 votos a 38. Houve uma abstenção e 23 ausências. A 821 dias do fim de seu mandato, Collor deve deixar o cargo hoje, assim que for notificado da instauração do julgamento no Senado sob acusação de crime de responsabilidade. O vice Itamar Augusto Cautiero Franco, 62, assume automaticamente. Será o 37º presidente do Brasil.* [...]

Manifestações em 17 cidades somaram 500 mil pessoas, segundo a PM. Em São Paulo, 120 mil tomaram o Anhangabaú. Em Brasília, 100 mil foram para a frente do Congresso. [...]

O impeachment *interrompe o primeiro governo eleito diretamente em 29 anos. Na campanha, o "caçador de marajás" anunciou que deixaria "a direita indignada e a esquerda perplexa". Empossado, o mais jovem presidente prometeu derrubar a inflação com um golpe. Fez do* marketing *seu estilo de governo, voou de supersônico, popularizou o* jet ski *e estampou suas ideias em camisetas nas corridas de domingo. Mas fixou uma agenda de questões hoje aceita pelo país e iniciou o processo de privatização e abertura da economia. Seu plano econômico, porém, fracassou. Forçado a rever a autossuficiência, estendeu a mão para um frustrado entendimento nacional. Isolado, abraçou a fisiologia e chamou para o ministério nomes do regime militar.*

Em maio, o irmão Pedro deflagrou as denúncias de corrupção que terminaram por depor o governo. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar as atividades de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do presidente, após 84 dias de investigação, a CPI concluiu que a conduta de Collor era incompatível com a dignidade do cargo. [...]

IMPEACHMENT! *Folha de S.Paulo*, 30 set. 1992. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_30set1992.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

a) Que acontecimento da história do Brasil a matéria comunica? Como ele ocorreu?

b) De acordo com a reportagem, é possível afirmar que esse fato foi bem recebido pela população? Justifique.

c) Como a reportagem caracteriza o primeiro governo eleito diretamente em 29 anos? Identifique que aspectos do mandato de Collor foram mais destacados.

d) Qual foi o critério alegado pela CPI para definir o afastamento de Collor do cargo, mesmo com as investigações de corrupção ainda em andamento?

2 Comparação de pontos de vista

Os dois textos a seguir, publicados na imprensa na primeira década dos anos 2000, avaliam aspectos relacionados aos governos de Fernando Henrique Cardoso. Leia-os e, em seguida, responda às questões.

Texto 1

[...] *Depois de várias tentativas consideradas "heterodoxas" de combate à inflação, no final da década de 80 começava a se desenhar para o país um cenário similar ao dos outros países da região – a adesão ao neoliberalismo.* [...]

O primeiro projeto neoliberal coerente foi posto em prática por Fernando Collor de Mello, eleito presidente em 1989, porém afastado depois pelo Congresso, por corrupção, em 1992, deixando interrompido o processo de abertura da economia, de privatização, de diminuição do tamanho do Estado e de desregulação econômica – pilares do Consenso de Washington. Fernando Henrique Cardoso, primeiro como ministro da Economia do vice-presidente de Collor de Mello – Itamar Franco – e depois como presidente eleito, em 1994, retomaria esse projeto, dando-lhe novo formato – o de combate à inflação, como modalidade latino-americana do projeto neoliberal de ataque aos gastos estatais como suposta raiz da estagnação e do atraso econômico. [...]

Um balanço sintético das transformações vividas pelo Brasil na década de 90, e especialmente durante o governo Cardoso, pode ser resumido em dois aspectos centrais: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. A modalidade adotada de estabilização monetária, como foi dito, centrada na atração de capitais financeiros para os papéis da dívida pública, promoveu esse capital a um papel hegemônico na economia. As campanhas de Cardoso foram prioritariamente financiadas pelos maiores bancos brasileiros, o sistema bancário foi o beneficiário do único plano – milionário – de salvação econômica e, principalmente, os serviços da dívida pública consomem mais do que 100 bilhões de reais por ano. [...]

Esses dois grandes fenômenos – a financeirização da economia e a precarização do mundo do trabalho, com todos os seus desdobramentos – sintetizam a pesada herança deixada por Cardoso para seus sucessores. Uma herança que, além de econômica e social, também se reflete no campo político. [...]

SADER, Emir. A Era Pós-Cardoso. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 1º out. 2002.
Disponível em: <http://diplo.org.br/2002-10,a455>. Acesso em: 25 mar. 2013.

Texto 2

Na véspera dos dez anos de implantação do real, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso rebateu as críticas à adoção da moeda. "Não era função do real [a moeda] garantir crescimento, gerar empregos [...]*. Isso é função da política econômica", disse ontem em São Paulo* [...]*. "A herança [do Real] foi a moeda estável." Em palestra de cerca de 40 minutos, o ex-presidente rebateu também os ataques a respeito da duração da manutenção do câmbio fixo. "O câmbio ficou [fixo] porque tínhamos medo de mudar e de a inflação voltar", declarou, ao argumentar que não houve "intenção eleitoreira" na manutenção do câmbio fixo. O real sofreu forte desvalorização em janeiro de 1999, primeiro ano do segundo mandato de FHC.*

Ao fazer um balanço dos dez anos do Plano Real, FHC enfatizou que o controle da inflação em patamares baixos eliminou a "fumaça" que impedia que fossem vistos os problemas que afligiam as camadas sociais mais baixas.

Em uníssono com Fernando Henrique, o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan também reiterou que o objetivo do Plano Real era combater a taxa de inflação "alta e crônica" e rebaixá-la para níveis "civilizados". E nisso, disse, o Real foi "extraordinariamente bem-sucedido". Malan declarou que era "exigir demais do real" que ele conseguisse diminuir as desigualdades sociais e promovesse o crescimento. "O real não foi lançado para resolver todos os problemas do Brasil." [...]

CARDOSO, Líntia. Herança do Plano é moeda estável, diz FHC. *Folha de S.Paulo*, 1º jul. 2004. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0107200439.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

a) De que forma o texto 1 compara o governo FHC com o governo de Collor?

b) Quais são as duas grandes transformações ocorridas durante a década de 1990, especialmente no governo FHC, na opinião do autor do texto 1? Elas são consideradas mudanças positivas?

c) No texto 2, Fernando Henrique Cardoso, em uma entrevista, procura valorizar o Plano Real. A partir da fala do ex-presidente, que possíveis críticas esse Plano recebeu? Como ele se defende delas?

d) Compare a opinião do autor do texto 1, Emir Sader, com as falas de FHC e Pedro Malan, presentes no texto 2. Elabore um diálogo imaginário entre os três sobre o Plano Real e o governo FHC, utilizando os argumentos expostos por eles nos textos.

3 Trabalhando com charge

A charge abaixo é do cartunista Gilmar. Preste atenção nela.

Gilmar/Acervo do cartunista

a) A charge é composta de duas cenas. O que as diferencia em relação:
- à figura feminina?
- à figura masculina?

b) Em sua opinião, por que o desenhista representou a figura masculina por meio de uma sombra?

c) A figura que assume posição de protagonista na charge é a da mulher ou a do homem?

d) Pesquise e responda: mulher que denuncia a violência doméstica conta com algum amparo legal? Explique.

e) A situação mostrada na charge sempre foi possível no Brasil? Por quê?

Wilson Pedrosa/Agência Jornal do Brasil

Questões & testes

CAPÍTULO 8

Enem

1. A industrialização do Brasil é fenômeno recente e se processou de maneira bastante diversa daquela verificada nos Estados Unidos e na Inglaterra, sendo notáveis, entre outras características, a concentração industrial em São Paulo e a forte desigualdade de renda mantida ao longo do tempo. Outra característica da industrialização brasileira foi

a) a fraca intervenção estatal, dando-se preferência às forças de mercado, que definem os produtos e as técnicas por sua conta.

b) a presença de políticas públicas voltadas para a supressão das desigualdades sociais e regionais, e desconcentração técnica.

c) o uso de técnicas produtivas intensivas em mão de obra qualificada e produção limpa em relação aos países com indústria pesada.

d) a presença constante de inovações tecnológicas resultantes dos gastos das empresas privadas em pesquisa e em desenvolvimento de novos produtos.

e) a substituição de importações e a introdução de cadeias complexas para a produção de matérias-primas e de bens intermediários.

Vestibulares

2. **(UFRGS-RS)** Observe a charge abaixo.

FAUSTO, Bóris. *Getúlio Vargas*: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Esta charge, inspirada em uma marcha de carnaval interpretada por Francisco Alves, faz referência:

a) à ascensão de Getúlio Vargas ao poder, após o golpe do Estado Novo.

b) ao término do Estado Novo com a destituição de Getúlio Vargas.

c) à volta de Getúlio Vargas ao poder, após o governo de Eurico Dutra.

d) à eleição de Getúlio Vargas como governador do Rio Grande do Sul, após a redemocratização.

e) à reeleição de Getúlio Vargas como presidente, após o governo JK.

3. **(FGV-RJ)** A eleição de Jânio Quadros, em 1960, significou certa alteração de rumos da política brasileira com relação ao período iniciado em 1945. Tal alteração baseou-se:

a) No apoio que os comunistas emprestaram à candidatura de Jânio em troca da legalização do PCB, que ocorreria em 1961.

b) Na primeira vitória das forças trabalhistas em pleitos nacionais e no fortalecimento de novas lideranças sindicais.

c) No rompimento da hegemonia paulista e no descontentamento militar provocado pelas propostas eleitorais janistas.

d) Na vitória de uma candidatura da UDN, que interrompeu a série de vitórias do PSD e do PTB, em arranjo político orquestrado por Getúlio Vargas.

e) Na inauguração de um novo estilo político baseado na valorização das estruturas partidárias e na definição clara de propostas políticas programáticas.

4. **(Ufes)**

TEXTO 1

[...] *Depois de decênios de domínio e espoliação, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive que renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho.* [...] *Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.*

Carta-testamento deixada por Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954 – citada por JUNIOR, Antonio Mendes; MARANHÃO, Ricardo (Org.) *Brasil – História — Texto e Consulta – Era Vargas*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 258.

TEXTO 2

Fui vencido pela reação, e assim deixo o governo [...] *desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos internos e externos. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários... a mim não falta a coragem da renúncia.*

QUADROS, Jânio; ARINOS, Afonso. *História do Povo Brasileiro*. São Paulo: Jânio Quadros Editora, 1967, Vol. VI, p. 237, 238. Adaptado.

a) Mencione duas razões comuns a estes dois acontecimentos históricos: o suicídio de Vargas, em 1954, e a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

b) Analise dois elementos que caracterizam o discurso político do populismo.

CAPÍTULO 9

Enem

5. Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra, movimentos como o Maio de 1968 ou a campanha contra a Guerra do Vietnã culminaram no estabelecimento de diferentes formas de participação política. Seus *slogans*, tais como "Quando penso em revolução quero fazer amor", se tornaram símbolos da agitação cultural nos anos 1960, cuja inovação relacionava-se

a) à contestação da crise econômica europeia, que fora provocada pela manutenção das guerras coloniais.

b) à organização partidária da juventude comunista, visando o estabelecimento da ditadura do proletariado.

c) à unificação das noções de libertação social e libertação individual, fornecendo um significado político ao uso do corpo.

d) à defesa do amor cristão e monogâmico, com fins à reprodução, que era tomado como solução para os conflitos sociais.

e) ao reconhecimento da cultura das gerações passadas, que conviveram com a emergência do *rock* e outras mudanças nos costumes.

Vestibulares

6. (UnB-DF) *É tremenda injustiça comparar Khrushtchev a Hitler. A arrogância, a truculência, a insensibilidade brutal do ditador soviético são inéditas na História do mundo. Nunca se viu, desde os tempos de Gengis Khan, tamanho desprezo pelos valores da civilização ou maior falta de escrúpulos. Estarrecido, o mundo, ao mesmo tempo em que se inteirava da consumação das ameaças de Khrushtchev de fazer explodir a superbomba de 50 megatons, lia a resposta dele ao apelo dos deputados trabalhistas ingleses para que desistisse da explosão. Em lugar de responder como faria um homem civilizado e dotado de qualquer vestígio de decência ou de sentimento de humanidade, Khrushtchev replicou, com todo o seu furor vesânico, para ameaçar a Inglaterra de destruição total, assegurando que ela seria riscada do mapa.*

O trecho acima, extraído e adaptado do jornal *O Globo*, é parte do editorial "Ditador fanático quer subjugar o mundo pelo terror", publicado na primeira página da edição de 1º de novembro de 1961. Considerando a retórica do editorial, o ano em que foi publicado e o contexto histórico em que se inscreve, além de aspectos marcantes da história do século XX, julgue os itens subsequentes.

a) O texto traduz um discurso típico do período da Guerra Fria, quando a retórica de forte passionalidade era utilizada pelos dois campos ideológicos em luta: o capitalista, conduzido por Washington, e o socialista, liderado por Moscou.

b) No governo de Gaspar Dutra, o Brasil tomou partido na disputa ideológica que convulsionava o mundo: rompeu relações diplomáticas com a URSS e tornou ilegal o Partido Comunista no país.

c) Os regimes totalitários, que dominaram a cena histórica mundial em determinada época do século XX, caracterizavam-se, entre outros aspectos, pela construção mítica da imagem de seus líderes, a exemplo de Hitler, na Alemanha, Mussolini, na Itália, e Stálin, na URSS. Getúlio Vargas, no Brasil do Estado Novo, representou esse culto à imagem do líder.

d) No ano em que o mencionado editorial foi publicado, a Revolução Cubana assumiu a opção marxista, mas, diante do temor de que, com essa decisão, o clima de dramaticidade da Guerra Fria fosse transportado para as Américas, Fidel Castro afastou Cuba da influência soviética.

e) Sucessor de Lênin, Khrushtchev foi a liderança que fez da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) uma potência mundial, promovendo a coletivização forçada no campo e privilegiando, no setor industrial, a produção de bens de consumo.

CAPÍTULO 10

Enem

7. *A Revolução Cubana veio demonstrar que os negros estão muito mais preparados do que se pode supor para ascender socialmente. Com efeito, alguns anos de escolaridade francamente aberta e de estímulo à autossuperação aumentaram, rapidamente, o contingente de negros que alçaram aos postos mais altos do governo, da sociedade e da cultura cubana. Simultaneamente, toda a parcela negra da população, liberada da discriminação e do racismo, confraternizou com os outros componentes da sociedade, aprofundando o grau de solidariedade. Tudo isso demonstra, claramente, que a democracia racial é possível, mas só é praticável conjuntamente com a democracia social. Ou bem há democracia para todos, ou não há democracia para ninguém, porque à opressão do negro condenado à dignidade de lutador da liberdade corresponde o opróbrio do branco posto no papel de opressor dentro de sua própria sociedade.*

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro:* A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Adaptado.

Segundo Darcy Ribeiro, a ascensão social dos negros cubanos, resultado de uma educação inclusiva, com estímulos à autossuperação, demonstra que:

a) a democracia racial está desvinculada da democracia social.

b) o acesso ao ensino pode ser entendido como um fator de pouca importância na estruturação de uma sociedade.

c) a questão racial mostra-se irrelevante no caso das políticas educacionais do governo cubano.

d) as políticas educacionais da Revolução Cubana adotaram uma perspectiva racial antidiscriminatória.

e) os quadros governamentais em Cuba estiveram fechados aos processos de inclusão social da população negra.

Vestibulares

8. (UFRGS-RS) Com o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a geopolítica global nunca mais foi a mesma. No caso do Oriente Médio, a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu pela partilha da Palestina e pela criação de dois estados, um judeu e outro árabe. Considere as afirmações abaixo, sobre os conflitos no Oriente Médio.

I. Os conflitos, apesar de sua repercussão internacional, tiveram como característica o fato de apresentar implicações locais.

II. Devido à polarização decorrente da Guerra Fria, somente a União Soviética se manifestou favoravelmente à criação do Estado de Israel.

III. No dia seguinte à criação do Estado de Israel, após o término do mandato Britânico na Palestina, tropas dos países árabes vizinhos invadiram a região, ocasionando a imediata reação israelense.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

9. (UFMG) Observe esta charge, em que se ironiza uma suposta reunião de ditadores latino-americanos para a criação de uma jovem nação:

ANGELI. Apud CAMPOS, Flávio; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da história. Ensino Médio.* São Paulo: Escala Educacional, 2005. p. 536.

Identifique e explique um dos aspectos relacionados ao conjunto das ditaduras latino-americanas que se destaca nessa charge.

CAPÍTULO 11

Enem

10. *"Boicote ao militarismo", propôs o deputado federal Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 2 de setembro de 1968, conclamando o povo a reagir contra a ditadura. O clima vinha tenso desde o ano anterior, com forte repressão ao movimento estudantil e à primeira greve operária do regime militar. O discurso do deputado foi a 'gota d'água'. A resposta veio no dia 13 de dezembro com a promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI 5).*

DITADURA descarada. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dez. 2008. Adaptado.

Considerando o contexto histórico e político descrito acima, o AI 5 significou

a) a restauração da democracia no Brasil na década de 60.
b) o fortalecimento do regime parlamentarista brasileiro durante o ano de 1968.
c) o enfraquecimento do poder central, ao convocar eleições no ano de 1970.
d) o desrespeito à Constituição vigente e aos direitos civis do país a partir de 1968.
e) a responsabilização jurídica dos deputados por seus pronunciamentos a partir de 1968.

Vestibulares

11. (PUC-SP) *Os anos 70, que se iniciaram em 1969, foram terríveis. Todo mundo parecia apoiar a ditadura. Os brasileiros começaram a década torcendo pelo Brasil na Copa, '90 milhões em ação', unidos em torno da excelente seleção, que levou o tricampeonato. A vitória deu grande prestígio a Emílio Garrastazu Médici, o militar de plantão no governo. O plano econômico, apelidado de 'milagre brasileiro', além de enriquecer ainda mais a burguesia, propiciou a expansão da classe média e elevou os padrões de consumo de muitas famílias: eletrodomésticos, um carro, o segundo carro, financiamentos da casa própria pelo Banco Nacional da Habitação, o BNH. Mas, principalmente, o começo dos anos 70 marca o início da era da televisão no Brasil.*

KEHL, Maria Rita. As duas décadas dos anos 70. In: *Anos 70*: trajetórias. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 32. Adaptado.

O texto faz um balanço da década de 1970 no Brasil e destaca, entre outros aspectos, o

a) aumento da carestia, o avanço do populismo e a explosão no consumo de bens de primeira necessidade.
b) surgimento da indústria automobilística, a vitória eleitoral dos militares e a forte repressão à oposição institucional.
c) aumento da prática de esportes, a militarização do cotidiano e o declínio do regime militar.
d) surgimento do sonho da casa própria, a superação da hiperinflação e a plena democratização do país.
e) aumento das desigualdades sociais, o avanço da cultura de massa e o autoritarismo político.

12. (Fuvest-SP) *No início de 1969, a situação política se modifica. A repressão endurece e leva à retração do movimento de massas. As primeiras greves, de Osasco e Contagem, têm seus dirigentes perseguidos e são suspensas. O movimento estudantil reflui. A oposição liberal está amordaçada pela censura à imprensa e pela cassação de mandatos.*

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 202.

O testemunho, dado por um participante da resistência à ditadura militar brasileira, sintetiza o panorama político dos últimos anos da década de 1960, marcados

a) pela adesão total dos grupos oposicionistas à luta armada e pela subordinação dos sindicatos e centrais operárias aos partidos de extrema esquerda.
b) pelo bipartidarismo implantado por meio do Ato Institucional nº 2, que eliminou toda forma de oposição institucional ao regime militar.

c) pela desmobilização do movimento estudantil, que foi bastante combativo nos anos imediatamente posteriores ao golpe de 64, mas depois passou a defender o regime.

d) pelo apoio da maioria das organizações da sociedade civil ao governo militar, empenhadas em combater a subversão e afastar, do Brasil, o perigo comunista.

e) pela decretação do Ato Institucional nº 5, que limitou drasticamente a liberdade de expressão e instituiu medidas que ampliaram a repressão aos opositores do regime.

CAPÍTULO 12

Vestibulares

13. (UEM-PR) No dia 09 de novembro de 1989, a derrubada do muro de Berlim marcou o fim da Guerra Fria. O muro separava não apenas a cidade de Berlim, mas, simbolicamente, demarcava os limites entre os países socialistas e capitalistas. A esse respeito, some a(s) alternativa(s) correta(s).

(01) Com a desintegração do comunismo no Leste Europeu, acabou a divisão do mundo em dois grandes blocos antagônicos.

(02) Com o fim da Guerra Fria, o mundo, e especialmente o Leste Europeu, entrou em uma era de paz e prosperidade.

(04) Com o fim do socialismo na antiga União Soviética, várias das antigas repúblicas que a compunham se desligaram e proclamaram a sua independência.

(08) A queda do muro de Berlim não conduziu a alterações na sociedade da Alemanha Oriental, apenas promoveu a união de um povo separado pelos interesses da Guerra Fria.

(16) Com o fim da Guerra Fria, ocorreu, no Leste Europeu, um revigoramento dos nacionalismos que conduziu a choques armados e ao surgimento de novas nações independentes no cenário mundial.

14. (Vunesp-SP) *A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos.*

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*, 2002.

Partindo da metáfora de fábrica global de Octavio Ianni, pode-se identificar como características da globalização

a) o amplo fluxo de riquezas, de imagens, de poder, bem como as novas tecnologias de informação que estão integrando o mundo em redes globais, em que o Estado também exerce importante papel na relação entre tecnologia e sociedade.

b) a imposição de regras pelos países da Europa e América do Sul nas relações comerciais e globais que oprimem os mais pobres do mundo e se preocupam muito mais com a expansão das relações de mercado do que com a democracia.

c) a busca das identidades nacionais como única fonte de significado em um período histórico caracterizado por uma ampla estruturação das organizações sociais, legitimação das instituições e aparecimento de movimentos políticos e expressões culturais.

d) o multiculturalismo e a interdependência que somente podemos compreender e mudar a partir de uma perspectiva singular que articule o isolamento cultural com o individualismo.

e) a existência de redes que impedem a dependência dos polos econômicos e culturais no novo mosaico global contemporâneo.

CAPÍTULO 13

Vestibulares

15. (Uerj)

Um *slogan* busca divulgar uma ideia importante de forma simples e direta, além de traduzir valores e intenções, sobretudo se utilizado para fins de propaganda política.

As propostas do governo Médici e do governo Lula relacionadas aos *slogans* acima estão identificadas, respectivamente, na seguinte alternativa:

a) defesa da segurança nacional – integração sociocultural

b) distribuição equilibrada de renda – socialização da riqueza

c) diminuição das desigualdades jurídicas – democracia racial

d) qualificação da mão de obra fabril – desenvolvimentismo econômico

Sugestões de leitura para o aluno

Unidade 1 • Para entender nosso tempo: o século XX

Capítulo 1 – O Brasil, uma república (1889-1914)

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

ISHIKAWA, Tatsuzo. *Sobô*. São Paulo: Ateliê, 2008.

HARDMAN, Foot. *Trem fantasma*: a ferrovia Madeira-Mamoré e o modernismo nas selvas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Afinal, quem fez a República?* São Paulo: FTD, s/d.

Capítulo 2 – Um mundo em guerra (1914-1918)

HILLS, Ken. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1990. (Guerras que mudaram o mundo).

REMARQUE, Erich M. *Nada de novo no front*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

Capítulo 3 – A Revolução Russa

BABEL, Isaac. *O exército de cavalaria*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

MONTEFIORE, Simon S. *Sashenka*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REIS FILHO, Daniel A. *A Revolução Russa, 1917-1921*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Capítulo 4 – Uma jovem República Velha (1914-1930)

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas graças a Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Márcio. *Galvez, o imperador do Acre*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VARGAS LLOSA, Mário. *A guerra do fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Capítulo 5 – A crise de 1929 e o nazifascismo

BRENER, Jayme. *1929*: a crise que mudou o mundo. São Paulo: Ática, 1998.

ČAPEK, Karel. *A guerra das salamandras*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FITZGERALD, F. Scott. *O grande Gatsby*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Capítulo 6 – Vargas de 1930 a 1945

BRENER, Jayme. *1935*: a Revolta Vermelha. São Paulo: Ática, 1994.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Comapnhia das Letras, 1994.

Capítulo 7 – A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

CERCAS, Javier. *Soldados de Salamina*. Rio de Janeiro: Globo/Biblioteca Azul, 2012.

LITTEL, Jonathan. *As benevolentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MATTHEWS, Rupert. *Segunda Guerra Mundial*: Stalingrado. São Paulo: M.Books do Brasil Editora, 2013

MCEWAN, Ian. *Reparação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina*. 4. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

Unidade 2 • Do pós-guerra ao século XXI

Capítulo 8 – O período liberal democrático (1945-1964)

FONSECA, Rubem. *Agosto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Getúlio a Castelo. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Capítulo 9 – O pós-guerra e a Guerra Fria

BRYSON, Bill. *Vida e época de Kid Trovão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREENE, Graham. *Nosso homem em Havana*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KUNDERA, Milan. *A brincadeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Capítulo 10 – Descolonização e lutas sociais no "Terceiro Mundo"

ACHEBE, Sinua. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia.das Letras, 2009.

ANDERSON, John Lee. *Che Guevara, uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ANTUNES, A. Lobo. *Os cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 2001. (Discutindo a História).

FUENTES, Carlos. *Os anos com Laura Diaz*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

VALLADARES, Eduardo; BERBEL, Márcia. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994. (Ponto de Apoio).

Capítulo 11 – O regime militar

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Capítulo 12 – O fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial

BRENER, Jayme. *O mundo pós-Guerra Fria*. São Paulo: Scipione, 1996. (Ponto de Apoio).

SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Capítulo 13 – O Brasil no século XXI

ABREU, Caio F. *Morangos mofados*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Bibliografia

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de História:* conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ALMEIDA, Cláudio A. *Cultura e sociedade no Brasil*: 1940-1968. São Paulo: Atual, 1996.

ANDERSON, Perry. *O fim da História:* de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANUÁRIO 2012. Página 12. *Coordenação de Ernesto Tiffenberg*. Buenos Aires: Editorial La Página, 2012.

ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991-1992. v. 5.

BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). *Atlas da História do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/The Times, 1995.

BETHELL, L. (Org.) *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998--2001. v. 1 a 4.

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

CANÊDO, Letícia B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1985.

CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do desenvolvimento*: Brasil, JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

__________. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

__________. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, C. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. *Mao*: a História desconhecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHAUI, M. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

__________. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã/USP/FFLCH, 1995. (Eventos).

__________. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1985.

__________. *Neoliberalismo ou crise do capital?*. São Paulo: Xamã, 1996.

__________. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COOK, Michael A. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CROUZET, Maurice (Dir.). *História geral das civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 17.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CUNHA, Manuela C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Edusp, 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

__________ (Org.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

__________ (Org.). *Visões do golpe*: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DOBB, Mark. *A evolução do capitalismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

__________; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1909-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 10. ed. São Paulo: Globo, 1996.

FAUSTO, Bóris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 1-10.

__________ (Org.). *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

__________. *A Revolução de 1930*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

__________. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FENELON, Dea R. *A Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos).

FERREIRA NETO, Edgard L. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

FERRO, Marc. *A reviravolta da história*: a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

__________. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995. (Século XX).

__________. *História das Colonizações*: das conquistas às independências, Séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

__________ (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FIORI, José Luís; LOURENÇO, Marta S.; NORONHA, José C. de (Org.). *Globalização*: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

FREITAS, Marcos Cézar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GAGGERO, Horacio. *Historia da América en los siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2011.

GASPARI, Élio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

__________. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

__________. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

__________. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Thomás T. da (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOLDFEDER, Sônia. *A primavera de Praga*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GOMBRICH, Ernst H. *História da arte*. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

GONZALES, Horácio. *A Revolução Russa*. São Paulo: Moderna, 1986.

GOODY, Jack. *O roubo da História*. São Paulo: Contexto, 2008.

GOULD, Stephen Jay. *O milênio em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HADDAD, Fernando. *O sistema soviético*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*: Europa – 1789-1848. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

__________. *A era do capital*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

__________. *A era dos impérios*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

__________. *Como mudar o mundo*: Marx e Marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

__________. *Ecos da Marselhesa*: dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

__________. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

__________. *O novo século*: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

__________. *Pessoas extraordinárias*: resistência, rebelião e *jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

__________. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Bóris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1-11.

HOURANI, Albert H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a reconquista da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

__________. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

JUDT, Tony. *Pós-guerra*: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos*: das origens até o século XXI. São Paulo: Contexto, 2008.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LAULAN, Yves M. *O planeta balcanizado*. São Paulo: Instituto Liberal, 1992.

LEGOFF, Jean. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

__________. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Unesp, 1988.

LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LEITE, Bertília. *Fim de milênio*: uma história dos calendários, profecias e catástrofes cósmicas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

__________. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

__________. *O Oriente Médio e o mundo árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACMILLAN, Margareth. *Paz em Paris, 1919*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

MAESTRI FILHO, M. *1910, a Revolta dos Marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella*: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTIN, Hans P. *A armadilha da globalização*. São Paulo: Globo, 1997.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.

__________. *O poder do atraso*: ensaios de sociologia lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria*: história do exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MELLO, Alex Fiuza de. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MORAES, Dênis; VIANA, Francisco. *Prestes*: lutas e autocríticas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976.

__________ (Org.). *Viagem incompleta*: a experiência brasileira (1500--2000). São Paulo: Senac, 2000. v. 2.

NOVAIS, Fernando A. (Dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

NÓVOA, Jorge L. B. (Org.). *A História à deriva*: um balanço de fim de século. Salvador: Ed. da UFBA, 1993.

OLIC, Nelson B. *A Guerra do Vietnã*. São Paulo: Moderna, 1988.

OUTHWAITE, William; MOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República velha*. Campinas: Unicamp, 1994.

PERRAULT, Gilles (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PERRY, Marvin et al. *Civilização Ocidental*: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

PINHEIRO, Paulo S. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINSKY, Jaime (Org.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

__________. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, D. A. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

__________. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

__________. *Uma revolução perdida*: a história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

REVISTA Brasileira de História: *Dossiê Identidades/Alteridades*. São Paulo. v. 19, n. 38, 1999.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RODRIGUES, Antonio E. M.; FALCON, Francisco J. C. *Tempos Modernos*: Ensaios de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

__________ (Org.). *Vozes do século*: entrevistas da *New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

__________. *Século XX*: uma biografia não autorizada. O século do imperialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

__________; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II*: que estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999.

__________. *Pós-neoliberalismo*: políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2000.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em Surdina*. 4. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

SEGRILLO, Ângelo. *O declínio da União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*: de colônia a potência imperial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

__________. *A Revolta da Vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1999. (História em Aberto).

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

__________. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAUJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Orgs.). *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx*: roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). *A abertura para o mundo (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Objetiva/Mapfre, 2012. ("História do Brasil Nação, 1808--2012", volume 3).

THUROW, Lester. *O futuro do capitalismo*: como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras*: Brasil e Estados Unidos na era dos Impérios (1889-1897). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 3.

UTZ, Arthur. *Entre o neoliberalismo e o neomarxismo*: uma filosofia de caminhos alternativos. São Paulo: Edusp, 1981.

VALLADARES, Eduardo; BERBEL, Márcia. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994. (Ponto de Apoio).

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano/ Rio de Janeiro: FGV, 1995. 2. v.

WAACK, Willian. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WASSERMAN, Cláudia (Coord.). *História da América Latina*: cinco séculos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

__________. *História Contemporânea da América Latina*: 1900-1930. Porto Alegre: Ed. da UFGRS, 1992.

RESPOSTAS DOS TESTES

UNIDADE 1

Capítulo 1

1. A 2. A

Capítulo 2

3. 01 + 02 + 04 + 16 = 23

4. a) Antes da Primeira Guerra Mundial as batalhas eram caracterizadas por "guerras de movimento", com o deslocamento de grande contingente humano, com armas pessoais e enfrentamentos "corpo a corpo" nos quais os indivíduos eram decisivos. Com o avanço da tecnologia bélica durante a Primeira Guerra Mundial, houve grande modificação nos conflitos, com a percepção de que as armas de destruição em massa é que determinavam as possibilidades de vitória, com a destruição da infraestrutura inimiga e não necessariamente com a eliminação do exército adversário.

b) A Primeira Guerra Mundial foi um conflito que tem forte relação ao momento vivido pelo capitalismo do final do século XIX e início do XX, pois um dos principais motivos geradores do conflito foi a disputa imperialista entre as nações europeias, envolvidas no neocolonialismo com o objetivo de explorarem matéria-prima, mão de obra barata e garantir mercado consumidor, instalando suas indústrias e ampliando o poderio econômico. Portanto, foi a expansão do capitalismo em sua fase imperialista, com intensa disputa por territórios na África e na Ásia que deu origem à Grande Guerra.

5. Os duros termos do Tratado de Versalhes (1919), em relação à Alemanha, criaram um clima favorável ao nacionalismo e ao militarismo do nazismo e, portanto, à Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 3

6. B

7. a) A Revolução Russa representou, no início do século, a possibilidade de construção de sociedades mais justas e igualitárias, de destruição de um modelo capitalista opressor e concentrador de riquezas e estimulou milhões de pessoas, principalmente trabalhadores e jovens, em diversos países do mundo, a uma luta política pela construção de um novo mundo.

b) O ano de 1989 tornou-se emblemático para a crise do socialismo, com a "queda do muro de Berlim", símbolo da divisão do mundo em blocos antagônicos, que era a principal característica da Guerra Fria. A queda do muro apenas refletiu a crise do modelo soviético, estagnado há décadas, tanto que foi mais uma festa do que uma revolução. A crise do modelo soviético está associada à incapacidade da antiga URSS manter sua política de corrida armamentista que tentava acompanhar os Estados Unidos e pela debilidade de seu potencial industrial.

Capítulo 4

8. D 9. C

Capítulo 5

10. B 11. D 12. E

Capítulo 6

13. E 14. C

Capítulo 7

15. E 16. B 17. D

18. a) Durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil vivia a República Velha, mantendo uma economia baseada fortemente na exportação de café. A participação do Brasil ao lado dos países Aliados, a partir de 1917, foi bastante reduzida do ponto de vista militar.

b) Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivia o período de industrialização do Estado Novo. Após hesitação inicial, Vargas alinhou-se com os Estados Unidos, declarando guerra ao Eixo. Seguiu-se a organização da Força Expedicionária Brasileira, que foi enviada à Europa e entrou em combate nos estágios finais do conflito.

UNIDADE 2

Capítulo 8

1. A 2. C 3. D

4. a) 1. Tanto Vargas quanto Jânio Quadros ocuparam a presidência em períodos de expansão do imperialismo, sobretudo norte-americano, e de radicalização da Guerra Fria; 2. Ambos tinham contra si: a fragilidade das instituições políticas; a UDN e todos os grupos apartidários que simpatizavam com os "entreguistas"; a quase totalidade dos Chefes das Forças Armadas, que desconfiavam do "estado de compromisso" preconizado por Vargas que mobilizava diversas classes e facções de classe que se destacavam no cenário político com vistas a resolver demandas sociais – e da política externa de Jânio que restabeleceu as relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas do leste da Europa, da Ásia (China), dando apoio aos revolucionários cubanos e condecorando Ernesto Guevara; toda força dos monopólios que não queriam a Petrobras e a adoção de medidas econômicas de controle de remessa de lucro para o exterior; etc.

b) Algumas das respostas que podem ser consideradas corretas: apelo à razão e à sensibilidade das massas trabalhadoras das grandes cidades e centros industriais acenando com a garantia do emprego e consolidação de uma legislação trabalhista ampliadora dos direitos sociais jurídicos e políticos da cidadania; a conclamação à conciliação das classes e categorias sociais em nome do nacionalismo em contraposição ao imperialismo, cujos interesses apontam para a exploração das riquezas nacionais e para a dependência econômica do país principalmente dos Estados Unidos; o discurso paternalista e carismático que estabelece uma autoridade e um poder ao líder populista que o legitima a mediar as demandas de um grupo de indivíduos com dificuldade de fazer valer seu interesse de classe, não podem representar-se, têm que ser representados; tentativa de preservar o papel de líder de massas que por meio do próprio sacrifício – o suicídio e a renúncia – teatralizariam uma exemplaridade de ética, coragem e retidão moral.

Capítulo 9

5. C

6. a) Correto. O ano de 1961 é caracterizado pelo acirramento da Guerra Fria, principalmente pelos desdobramentos da Revolução Cubana, como a tentativa frustrada de invasão na "baía dos porcos".

b) Correto. Foi o primeiro presidente do pós-guerra e, portanto, do período de Guerra Fria. Nesse período, o Brasil aderiu à política externa dos Estados Unidos.

c) Correto. A exaltação da figura do líder é muito utilizada nos modelos autoritários na medida em que a sociedade é levada a acreditar que o coletivo, no sentido social, tem pouca importância e, consequentemente, grandes homens têm a capacidade de salvar a pátria.

d) Incorreto. Desde 1961, Cuba adotou claramente a opção marxista e se aproximou rapidamente da política externa soviética.

e) Incorreto. O sucessor de Lênin foi Stálin, que permaneceu no poder de 1924 a 1953, sendo sucedido por Khrushtchev.

Capítulo 10

7. D 8. C

9. A charge destaca duas características das ditaduras latino-americanas: 1) A centralização política, com destaque para a repressão sobre os grupos ou manifestações de oposição. A centralização tomou formas diferentes nos diversos países, porém, em todas as situações o poder Executivo se sobrepôs ou tornou-se o único poder existente. 2) A elitização: em todos os países, as ditaduras contaram com o apoio das elites econômicas e adotaram uma política de favorecimento dessas elites, marginalizando ainda mais as camadas populares com o aumento do desemprego e com arrocho salarial.

Capítulo 11

10. E 11. E 12. E

Capítulo 12

13. 01 + 04 + 16 = 21

14. A

Capítulo 13

15. A

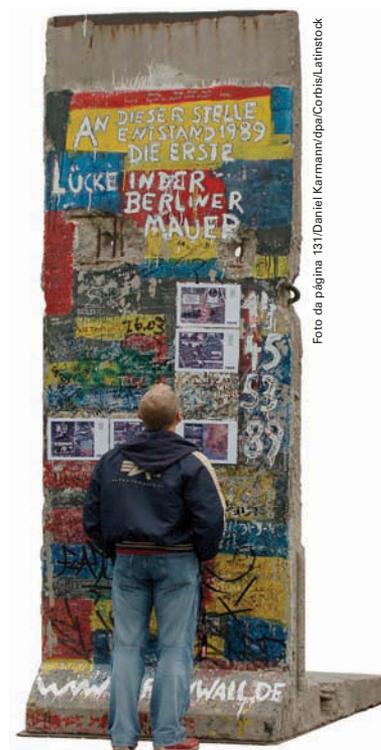



Foto da página 131/Daniel Karmann/dpa/Corbis/Latinstock

Índice remissivo

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

W

Y

HISTÓRIA

MANUAL DO PROFESSOR

3 VOLUME

SUMÁRIO

1 OS BASTIDORES DA OBRA

Existem certas questões que sempre estão presentes no momento da redação de um livro didático de História ou mesmo da preparação de um curso de História: "Por que ensinar História?" e "Como ensinar História hoje?" Certamente continua fundamental estimular as novas gerações a discutir a trajetória da sociedade brasileira, encorajando-as a agir para atenuar as desigualdades e injustiças que marcam nosso tempo.

A História, como área de conhecimento, tem passado por transformações significativas ao longo do tempo, e antigos cânones têm cedido espaço a novas abordagens, novos objetos e problemas, a novas preocupações, enfim. As pesquisas sobre ensino de História também apresentam desenvolvimento semelhante.

O Brasil oferece ao mundo um exemplo de síntese entre diferentes culturas, e fazemos essa afirmação acreditando que essa síntese não se deu de forma pacífica e harmônica como narrado no mito tradicional da mestiçagem das três raças que originam o povo brasileiro. Ao contrário, o que somos hoje é também resultado de séculos de exploração, escravidão, patriarcalismo, enfim, de múltiplas formas de violência. E é resultado ainda de mutirões, construção de comunidades e histórias de lutas pela liberdade. Essa postura crítica permite que enxerguemos e consideremos questões essenciais para a realidade nacional, como as feridas abertas do racismo, do extermínio de indígenas e das profundas diferenças econômico-sociais. Também nos aproxima da preocupação com o significado da identidade nacional e do que imaginamos e queremos que seja o Brasil e por que temos tanta dificuldade em nos tornar uma nação, no sentido cultural, social e, principalmente, solidário da palavra.

Vários modelos de nossa sociedade (e a educação é um exemplo) são fortemente inspirados em padrões europeus ocidentais e, mais recentemente, norte-americanos – quando não abertamente copiados deles. Dessa forma, o Ocidente nos constitui desde a infância. Acreditamos que tal influência não se supera apenas pela disposição de estudar História, por exemplo, de maneiras diferentes: é preciso que reconheçamos nossa europeização, que compreendamos como ela se construiu e se instalou em nossa cultura, para iniciar um processo gradual, mas seguro, de reconstrução, no qual seja possível elaborar uma nova síntese, que não restrinja a participação dos negros, dos indígenas e dos orientais na constituição do Brasil e da brasilidade a algo adjetivo ou folclórico. Um dos nossos grandes problemas nacionais é pensar que, pelo predomínio político e econômico de descendentes de europeus (afinal a sociedade brasileira foi construída por estes, para seu benefício prioritário), as outras culturas e etnias seriam secundárias. Pelo contrário, quando examinamos obras de grandes estudiosos do Brasil, como Sérgio Buarque de Hollanda e Darcy Ribeiro, podemos vislumbrar com maior clareza que outras culturas também nos constituem, mas que a sociedade brasileira se organiza em função do atendimento do interesse das elites brancas, as classes dominantes de origem e mentalidade europeia, só amiúde frequentadas por pessoas de outra origem étnica e social. As outras culturas que nos constituem precisam ocupar seu espaço se nosso projeto de país for democrático, não apenas formalmente, mas também social e culturalmente.

Por acharmos importante conhecer como essa nossa europeização se construiu, este livro mantém aspectos considerados eurocêntricos, como algumas sequências clássicas de conteúdos. Entretanto, procuramos apresentar esses elementos não como dados ou verdades absolutas, mas evidenciá-los como resultado de processos de produção do conhecimento histórico. Além disso, procuramos relativizar, sempre que possível, o foco europeu, em busca de uma maior sintonia com a compreensão de um mundo que sempre foi multicultural e policêntrico. Assim, tentamos ressaltar na obra o conhecimento, a discussão e o estudo de como se realiza essa produção que aparece diante do aluno em forma de material didático.

Na seção ***Bastidores da História***, no livro do aluno, propomos uma reflexão sobre o tempo e a relatividade cultural das periodizações, apresentando outros pontos de vista pelos quais a História pode ser lida. Dessa forma, o professor poderá destacar que a importância dos fatos históricos não é dada por eles mesmos, mas pela cultura que os constrói e que chama a atenção para eles. Essa parte do livro permite ao professor, logo no início do curso, demonstrar que os mesmos fatos podem ser interpretados de formas distintas, dependendo do universo cultural de cada indivíduo ou povo.

Neste Manual do Professor, o colega professor de História terá uma visão geral de nossas concepções, bem como de informações adicionais e considerações específicas sobre os capítulos, sugestões de atividades e projetos pedagógicos. Com isso, esperamos que você possa entender os encaminhamentos e opções que fizemos em cada momento do livro e assim decidir qual o melhor uso em sala de aula, de acordo com as suas próprias concepções e necessidades pedagógicas.

2 RUMOS DA HISTORIOGRAFIA, RUMOS DA SOCIEDADE

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

CAMÕES, Luiz de. *Poesia completa.*
São Paulo: Nova Aguilar, 1988.

A escrita da História e a reflexão sobre essa escrita, a historiografia, não são estáticas nem isoladas do tempo em que são feitas. Respondem às demandas, às angústias, aos desejos de seu tempo. A historiografia não passa incólume pelas grandes crises de paradigma das ciências. Pelo contrário, participa de todos os movimentos importantes no campo da cultura, e esses afetam sua forma de ver, produzir e validar os saberes que são produzidos sob a égide da História como disciplina. Dizendo de outro modo, a reflexão sobre os seres humanos no tempo se modifica porque mudam os homens e mulheres, e mudam os tempos.

Os tempos, por sua vez, se aceleram. Nos últimos vinte anos, a ciência viveu seu período de maior desenvolvimento. Em plena sociedade da informação, os meios de comunicação tornaram disponível de forma instantânea uma massa de dados e conhecimentos tão grande, que foi possível fazer mais coisas em menos tempo. Os capitais passaram a ser traduzidos em *bits* de computador e podem entrar e sair de países e bolsas de valores de modo instantâneo, derrubando moedas e levando economias à beira da falência. Diante disso tudo, embora o tempo cronológico continue o mesmo, o tempo histórico, o tempo que sentimos, o tempo dos ciclos de mudanças, acelerou-se. Como a História poderia continuar a mesma?

Nas últimas décadas também se consolidou a crise das utopias, das propostas de sociedade alternativa ao capitalismo liberal democrático. Por outro lado, a vigência indisputada do capitalismo neoliberal levou o mundo a uma das crises econômicas mais profundas desde 1929, e a História, que diziam terminada, continuou em movimento, com novas forças políticas que recolocaram os termos da economia e da sociedade, como é o caso da onda de vitórias da esquerda na América Latina e a histórica eleição do presidente Barak Obama nos Estados Unidos. As utopias, para continuarem válidas, não podem mais ser como eram antes, porque afinal, como cantava Renato Russo "o futuro não é mais como era antigamente" (Legião Urbana. Índios. Canção do álbum *Dois*, de 1986).

Ao mesmo tempo que sofrem com forças desagregadoras sobre sua disciplina, os historiadores podem reivindicar a tradição humanista da qual a História resulta, e devolver aos seus leitores um esforço de produção de novos significados, compatível com a valorização da vida e do interesse público acima dos interesses de minorias que concentram poder e dinheiro. O ceticismo e o pragmatismo do pensamento histórico dentro do pensamento humanista – que busca no passado e no tempo o "inventário das diferenças" (segundo Paul Veyne) – podem ser tomados como material e ferramenta para a construção de novas utopias.

Esta coleção não vai se aferrar a nenhuma vertente historiográfica em particular, pois uma obra didática não é uma obra de historiografia, e deve oferecer aos seus leitores – professores, alunos, pais – uma perspectiva geral e sintética da História para os não especialistas. A função da História ensinada na escola não é a de formar novos historiadores, mas de compartilhar alguns saberes e saberes-fazer dos historiadores, que devem ser úteis para o desenvolvimento pessoal e a vida em uma sociedade democrática. Para dar conta disso, entretanto, não se pode fazer uma miscelânea sobreposta de vertentes da historiografia. A solução desse problema – que se impõe a toda obra didática – foi construída por nós por meio de alguns princípios e pressupostos para a abordagem do conhecimento histórico. Se definíssemos como base teórico-metodológica uma só vertente ou autor, certamente isso não daria conta dos diversos desafios, problemas e objetivos do ensino.

O primeiro item a destacar é a recusa da concepção de História como verdade pronta, como coleção de dados que pudesse representar o passado de modo objetivo. A verdade que a História pode produzir, dentro da perspectiva atual da disciplina, e mesmo de toda a epistemologia (ou seja, o estudo dos critérios de validade dos enunciados dos mais diversos campos do saber) é algo bem diferente disso. Se o resultado da História fosse um conjunto de dados indiscutíveis, restaria ao ensino de História apenas um processo de transmissão, e aos alunos apenas um processo de incorporação mnemônica desses dados. Mas – conforme a comunidade de pesquisadores e professores compreendeu ao longo do tempo –, esse não é o caminho da aprendizagem da História como a concebemos hoje, mas sim do conhecimento revelado ou autoritário. A relação pedagógica com ele é aquilo que Paulo Freire chamou de "educação bancária", para a qual basta um aprendizado mecânico.

Assim, a concepção que embasa esta coleção recusa o dogmatismo e as ortodoxias, mas também descarta a ideia de que não existe objetividade possível na História, muito menos de que todas as narrativas são iguais em termos de validade. É claro que não temos que chegar a verdades absolutas, mas a História só tem alguma validade para a escola enquanto continuar buscando afirmações que possam ser aceitáveis, defensáveis, sustentadas nas evidências disponíveis e resultado do melhor argumento possível. Trata-se dos consensos mínimos construídos no debate entre as ver-

tentes teóricas. Não são apenas "opiniões", mas os próprios fundamentos do conhecimento histórico.

Na perspectiva positiva, nossa concepção se sustenta então em algumas propostas, princípios e pressupostos que são descritos a seguir. Eles se refletem na coleção de alguma forma, mas essa exposição tem primordialmente o intuito de estabelecer com os colegas um diálogo sobre a postura diante do ensino de História, que, como sabemos, vai além do livro didático.

O conhecimento é construído – A História, como os demais conhecimentos resultantes de pesquisa científica e avaliados pelos pares por meio da interlocução intelectual, é um conhecimento construído e em constante construção.

A produção da História não é resultado da aplicação de uma metodologia única, capaz de trazer à luz de modo mecânico tudo o que há para saber sobre o passado. Pelo contrário, a História que conhecemos resulta da construção constante de instrumentos intelectuais e práticos de pesquisa, que por sua vez resultam de várias e sucessivas perguntas que foram sendo feitas ao passado, baseadas nas perguntas que as gerações anteriores já tinham feito, nas respostas que conseguiram e nas questões que continuaram sem respostas convincentes.

Assim, o saber histórico, embora possa ser considerado certo e seguro, é sempre passível de novas interpretações. A História, portanto, também tem uma história! O conhecimento histórico é referenciado a seu tempo, dotado também de historicidade, como o(s) objeto(s) que ele busca reapresentar e explicar. Decorre desse princípio que, se o conhecimento foi construído por pessoas concretas com os instrumentos que tinham à mão, ele pode ser objeto de contestações, dúvidas, reconstruções; é importante que o aluno perceba, que ele também pode, dentro de suas possibilidades, ser sujeito dessa atividade.

Não é possível aprender ou ensinar toda a História – A experiência humana no tempo é composta por uma quantidade praticamente inesgotável de informações. O estudo da História, tanto no campo da ciência quanto no campo da educação, nada mais pode ser do que um conjunto de recortes dessa imensa quantidade de possibilidades de enfoque. Um recorte é a expressão das concepções e objetivos do sujeito – individual ou coletivo – que o desenvolveu. A sequência tradicional de conteúdos também é um recorte. Por mais que se "disfarce" de síntese abrangente de toda a História; é um recorte que expressa uma tentativa da cultura ocidental – europeia e cristã – de atribuir um sentido a toda a História universal a partir da sua visão e liderança. Os recortes atendem a diferentes objetivos educativos e ideológicos e refletem, portanto, projetos de representação do passado e de construção ou reprodução de identidade nas novas gerações. Nesta obra, procuramos manter a organização cronológica dos eventos e processos a abordar, procurando sincronizar a história brasileira nessa História. Obviamente, só podemos falar de Brasil propriamente dito a partir do século XIX, mas é possível trabalhar em outros períodos de modo que o aluno possa perceber elementos importantes da nossa história, mesmo quando nem se cogitava que o território em que estamos pudesse vir a ser o que é hoje. É fácil exemplificar isso com o processo de ocupação humana da América, registrado também no atual território brasileiro com diversas e famosas pesquisas arqueológicas, como é o caso do sítio de Lagoa Santa. Buscamos diluir o foco europeu e eurocêntrico articulando processos semelhantes em regiões e tempos que podem não coincidir, como é o caso da revolução agrícola e da revolução urbana, ou as ondas do pensamento nacionalista.

A seleção de conteúdos está atrelada, na obra, a alguns princípios que elencamos abaixo:

- busca de integração orgânica entre a história mundial e a nossa história, contemplando um âmbito geográfico mais amplo;
- referência para os casos semelhantes, na América Latina, aos processos históricos brasileiros;
- destaque para o papel africano e indígena na construção do Brasil, redimensionando a participação dos diferentes sujeitos;
- problematização de fontes que se referem à maioria dos assuntos abordados;
- discussão de diferentes pontos de vista quanto aos assuntos em foco, trazendo trechos de textos historiográficos quando adequado;

A questão da totalidade – É cada vez mais complicado elaborar grandes sínteses que abarquem grandes parcelas da experiência humana. No ensino de História, entretanto, elas são fundamentais, porque estabelecem um ou mais sentidos para a História, tornando possível atribuir significado a fragmentos (fatos, evidências, opiniões) de um processo histórico. É lógico que não se trata de estabelecer significados permanentes e imutáveis, já que, como vimos acima, o funcionamento da História é baseado na sucessão de argumentos e raciocínios que vão sendo superados ao longo do tempo. O que ocorre é que o aluno não pode ficar refém de fragmentos que só tenham sentido em si mesmos, pois isso significa que a História não será de nenhuma valia no seu processo de orientação temporal (conforme Jörn Rüsen), ou seja, não vai ajudar a produzir uma explicação genérica para o sentido do tempo que vivemos, de modo a favorecer o assumir de identidades e o planejamento de ações que visam objetivos para o futuro.

Sem isso, a História vai ser captada pelo aluno como um mosaico de pequenos objetos cujas lógicas são estanques entre si, e portanto um conhecimento que não faz sentido, que os alunos irão entender como uma obrigação inútil, destinada tão somente a atender ao arbítrio dos adultos que definem os currículos e programas.

A História é um conhecimento vinculado à legitimação social – O ensino de História cumpre o papel de educar as novas gerações com concepções, ideias e informações que são consideradas válidas, adequadas e corretas segundo os consensos mínimos que se pode construir na geração anterior. É o que chamamos de preparação para a vida adulta e para o exercício da cidadania. Esses consensos são desiguais conforme a sociedade e conforme a conjuntura em que se vive; por isso, eles tanto podem ser resultado de uma discussão constante, ampla, democrática e esclarecida como po-

dem ser decididos entre poucos e assumidos pela maioria como se fosse dela mesma. Em qualquer caso, a História que é ensinada sempre tem uma função legitimadora de atos e instituições.

No Brasil atual, espera-se que o ensino de História legitime a sociedade democrática, baseada na representação política sustentada em eleições livres e universais, um Estado laico e respeitador da liberdade de cultos, que seja capaz de distribuir não apenas a justiça pela igualdade formal, mas também pela igualdade material, por meio de processos redistributivos de educação, renda e poder. Essas posições gerais estão sustentadas na ideia de que o Brasil é um país com muitas desigualdades que foram se acumulando ao longo da sua história, e de que o futuro deve ser resultado da superação desses problemas e da realização plena dos potenciais econômicos, culturais e humanos do país. Pode-se entender esse conjunto de valores e interpretações como um conjunto dos consensos mínimos e fundamentais que orientam a nossa sociedade, o que não impede que diversos grupos internos possam fazer distintas críticas a esse modelo, seja na sua validade, seja na sua efetivação real, ou mesmo na sua viabilidade.

Quando uma sociedade se define sobre seus consensos mínimos, os diversos grupos internos se organizam para conservar ou para tentar mudanças em relação ao que está estabelecido, segundo sua projeção de futuro. Assim, alguns grupos propõem que se boicotem as eleições, outros promovem a sonegação de impostos como resistência passiva à corrupção nos governos, outros ainda promovem movimentos revolucionários visando mudar de um golpe as formas de estruturação da sociedade. Diante disso tudo, o ensino de História – para o qual a neutralidade é uma ilusão – deve sustentar-se nos consensos mínimos assumidos pelo Estado Nacional, firmados na Constituição Federal, que é expressão da soberania popular, embora não precise ser fechado aos questionamentos que são feitos àquele consenso. Pelo contrário, pela sua característica de disciplina destinada a estudar a historicidade das coisas e pela tarefa de propiciar aos alunos que desenvolvam suas análises e julgamentos baseados nas ferramentas da ciência, há espaço, e mesmo necessidade, para considerar as propostas alternativas. Mas não é o caso de promover visões particularistas, ou seja, vinculadas a posições político-partidárias determinadas, religiosas ou filosóficas, já que o ensino deve ter um caráter público, ao qual mesmo as escolas privadas ou confessionais estão vinculadas em algum nível.

Isso não constitui um universalismo ingênuo e nem o desconhecimento do conflito entre grupos e classes sociais. O que acontece é o reconhecimento crítico de que a escola e o ensino de História legitimam posições e visões de mundo. O cuidado precisa ser no sentido de que, por um lado, não se desrespeite a ordem democrática, e que, por outro, o aluno seja respeitado como sujeito que precisa continuar tendo todos os elementos para formar sua opinião de modo autônomo, em vez de ter seu julgamento limitado por falta de informações ou por preconceitos instituídos.

O saber histórico não é invariável, e na escola assume a condição de saber histórico escolar – A forma científica, acadêmica, produzida e escrita a partir de regras rigorosas e de métodos aceitos dentro da comunidade internacional dos historiadores não é a única forma de registrar a reflexão sobre o passado e socializar esse registro. A escola, de fato, articula diferentes formas de relacionamento com saberes, símbolos e práticas que se ligam ao passado e à identidade coletiva, entre os quais se podem citar o jornalismo e os produtos editoriais para o grande público de uma forma geral, o apelo religioso, as demandas de formação cívica, os apelos comportamentais, bem como conhecimentos históricos não privilegiados pela academia, como a história local.

A história acadêmica tem finalidades de especulação teórica e ampliação do campo conhecido, de reflexão compromissada com os objetivos científicos, sem se limitar por fatores externos. Por isso, grande parte de seus conteúdos não tem interesse direto para a escola, e é um erro imaginar que a História ensinada seria tão boa quanto mais estivesse no mesmo compasso que a história acadêmica. Na escola, o conhecimento histórico tem finalidades formativas das novas gerações, que não se resumem à assimilação de conteúdos de origem científica, mas que devem dar conta de aspectos éticos e comportamentais que ultrapassam a reflexão histórica acadêmica, bem como de objetivos cognitivos que não se resumem à História, mas abarcam a relação com outras disciplinas.

O saber histórico escolar tem identidade própria e se relaciona com a história acadêmica por meio de uma relação de referência, ou seja, tem na academia um parâmetro último de validação das afirmativas e dos métodos. Mas os recortes, as ênfases, as formas de relação com o conhecimento não são mais simples ou mais restritas, mas efetivamente diferentes. A seleção de fontes, por exemplo, e a forma de se relacionar com elas é diferente em cada um dos campos. O saber histórico escolar responde ao saber acadêmico, mas também aos saberes tácitos, cotidianos, familiares. Por isso, diante do desafio de responder a necessidades educativas bem delimitadas, diferentes das necessidades do desenvolvimento científico, o saber histórico escolar fica em posição de ter um papel criativo e de dialogar com outros conhecimentos sobre a História. Um exemplo muito claro e que exige cuidado e dedicação do professor é o debate entre evolucionismo e criacionismo, que há alguns anos pensávamos estar resolvido, pela prevalência da posição da ciência na escola, nos currículos, e que hoje sofre pressões pelo avanço do pensamento religioso fundamentalista. Esse debate não vai ser resolvido pela escola ou na escola, e muito menos na parte específica que cabe à História. Mas cabe à ela, nesse debate, uma contribuição sobre os contextos e origens de cada uma das posições e a reflexão sobre o significado social e cultural das conquistas do pensamento e da ciência. Afinal, a História ensinada não se opõe necessariamente às opiniões e saberes que o aluno traz desde a sua experiência de vida, mas adiciona graus progressivamente maiores de racionalidade e dialogicidade ao conhecimento partilhado (por causa da sua relação de referência com a história acadêmica ou científica).

A História participa do processo de construção das identidades sociais – É fundamental o conhecimento his-

tórico na definição, redefinição e absorção das mudanças no campo das identidades pessoais e coletivas. Isso porque a História é um dos principais campos de conhecimento a oferecer os primeiros conjuntos organizados de ideias, informações e imagens sobre o grupo e o indivíduo no tempo, assim como oferece esses mesmos elementos para representarmos os "outros" que não pertencem ao nosso grupo (família, nação, etc.) em outros tempos e espaços. O conhecimento das diferenças faz parte da definição de nós mesmos, e é por isso, por exemplo, que se sustenta a necessidade do estudo de grupos e civilizações que já desapareceram. O desconhecimento dos outros nos impede de pensar a nós mesmos e de refletir sobre as alternativas para melhorar nossas maneiras de viver, de nos organizarmos e de definir e buscar nossos objetivos comuns. É por isso que é tão importante o trabalho do professor e da professora de História ao garantir a atenção, o interesse e o respeito à diversidade; e isso o aluno certamente vai precisar usar em sua vida. Daí a importância de enfatizar o caráter multicultural da sociedade brasileira.

Precisamos também ter claro que cada sujeito articula várias identidades que respondem a aspectos diferentes da vida (sexualidade, lazer, política, economia, classe) e não é aceitável, no processo de autoconstrução que cada criança ou adolescente executa, o constrangimento a assumir papéis que decorrem de estruturas e processos opressivos, como o racismo, o machismo, a homofobia, os preconceitos de classe, os regionalismos excludentes, entre outros.

A formação para a cidadania é também tarefa da História, e significa a politização dos sujeitos – Desde seu surgimento como disciplina escolar, cabe à História uma parcela expressiva da tarefa de preparar os futuros cidadãos para a vida em sociedade, sobretudo para a participação na esfera política. No contexto da escola, a História participa dos objetivos de formar atitudes e concepções que sejam úteis para a vida pessoal e para a vida coletiva das novas gerações, como a tolerância, o espírito de justiça, o senso crítico, a dimensão da solidariedade e o assumir a responsabilidade pelo bem-estar dos outros cidadãos e pela preservação da cultura e da natureza. Também tem cabido em escala significativa à História a construção da identidade nacional. Esse objetivo, particularmente, tem sido objeto de algumas polêmicas: à acusação de ingenuidade e falta de senso crítico das abordagens tradicionais, sucede em grande parte das vezes uma perspectiva crítica destrutiva, iconoclasta, que não deixa nada no lugar do sentimento nacional que se propõe superar. Se, por um lado, não é o caso de aceitar as abordagens acríticas, valorizadoras de datas, fatos e personagens da classe dominante, por outro não se trata de simplesmente demolir esses valores, mas de substituí-los por uma versão mais democrática e popular da identidade coletiva no tempo. Sem algum sentimento positivo de pertença à nação, inviabilizam-se valores políticos (e não apenas morais) como a solidariedade e o senso de responsabilidade e colaboração com a coletividade; por sua vez, a ausência desses valores não compromete apenas os projetos conservadores, mas quaisquer projetos de sociedade.

O que se projeta como objetivo e ideal no ensino de História e na escola em geral é a associação dos educandos a uma perspectiva democrática, plural e aberta de sociedade, não como uma identidade à qual nos ligamos apenas pelo nascimento, por sermos registrados juridicamente como cidadãos brasileiros, mas sim como membros ativos capazes de interferir nas definições e nos rumos de nosso país, longe de prestarmos fidelidade cega e acrítica aos líderes nacionais em cada momento. Está presente aqui a ideia de que uma nação é um conjunto de pessoas que têm suas diferenças, mas também têm uma identidade dada pela opção de participar de um mesmo corpo político, sem perder de vista a identidade fundamental de seres humanos, a partir da qual traçamos relações fraternais e generosas com os outros países.

O ensino de História pretende construir nos cidadãos uma postura de sujeito ativo e participante decisivo nas decisões institucionais, comunitárias e mesmo nacionais. A ideia de que a História é a tarefa de grandes homens não colabora para a formação dessa postura, mas sim para uma perspectiva passiva e individualista, na qual o cidadão age apenas como espectador.

Esse sujeito deve ser capaz de avaliar e compreender as determinações, condicionamentos e possibilidades de ação na História. Somente com esses pressupostos, será capaz de agir de modo autônomo, em vez de ser massa de manobra ou "figurante" nas grandes questões de nosso tempo. É evidente que essa postura deverá ser desejada e assumida pelo indivíduo, porque não há como impor a alguém a condição de sujeito; isso seria uma contradição completa.

Relatividade cultural e relativismos – Faz parte da tarefa educativa da História permitir que se perceba a historicidade e a relatividade de toda instituição, narrativa ou opinião. Os próprios juízos sobre a História só poderão ser entendidos dentro do contexto, interesses e sujeitos que os originaram. Entretanto, isso não pode conduzir à conclusão de que não há nenhuma verdade capaz de ultrapassar o ponto de vista particular e relativo. Embora possamos considerar superada a ideia restrita de que há um conhecimento ou uma verdade absoluta e universal, isso não exime a ciência de buscar a objetividade possível, as evidências e a construção de consensos provisórios e certos – embora temporários e suscetíveis a novas descobertas e interpretações. Não podemos mais pensar a verdade em termos absolutos, e não podemos nos contentar com a ideia de que a verdade é tão somente relativa. A saída é pensar a verdade como uma produção relacional, ou seja, estabelecida no consenso possível entre as diferentes posições. No ensino, é importante garantir que o aluno diferencie aquilo que é evidência, aquilo que já se consolidou na forma de consenso, e o que é passível de interpretações distintas ou mesmo polêmicas. Por isso, tanto quanto possível, o ensino de História não se resume a uma enunciação de dados e narrativas, mas pode e deve contemplar também os processos de construção desses dados e narrativas, de modo a permitir que o alunos os avalie e julgue.

3 O ENSINO DE HISTÓRIA EM MOVIMENTO

Nas últimas décadas, as discussões contemporâneas no campo da didática da História (ou da metodologia do ensino-aprendizagem de História) se desenvolveram e se tornaram bastante complexas. No Brasil não foi diferente. Há uma ampla e crescente gama de estudos universitários sobre o tema, e grande parte dos materiais em que constam esses debates está acessível em anais de eventos publicados em papel ou na internet, e em periódicos tradicionais ou *on-line*, além de livros.

A partir de estudos inicialmente desenvolvidos por pesquisadores como Marcos Silva, Elza Nadai, Circe Bittencourt, Kátia Abud, Ernesta Zamboni e outros, o período pós-regime militar brasileiro foi marcado pela busca de novos rumos, diante da necessidade de refazer a disciplina, que havia sido atacada pelos governos como forma de levar à escola a Doutrina de Segurança Nacional. Além disso, buscava-se trazer de volta a História, resgatando-a dos Estudos Sociais. Tratava-se de buscar novas perspectivas em termos de conteúdos, métodos e fundamentos do ensino da disciplina, adaptando-a às necessidades de formação para a cidadania em um novo tempo democrático.

De lá para cá, os estudos se aprimoraram e se especializaram, alcançando espaço na pós-graduação das universidades brasileiras e influenciando fortemente políticas públicas para a educação, como currículos e programas.

Atualmente, a abrangência temática desse campo de investigação envolve todas as esferas do trabalho pedagógico com a História: currículos e programas, formação de professores, recursos para o ensino, linguagens alternativas, aspectos cognitivos, culturais e ideológicos da aprendizagem, estudos sobre o livro didático, formação de identidades, usos do passado e mesmo a história do ensino de História. Entre os conceitos que têm fecundado na área podemos destacar os de "saber histórico escolar" (vinculado à perspectiva da "cultura escolar") e "consciência histórica". O primeiro, conforme já vimos anteriormente, destaca o aspecto produtivo e criativo, em termos do conhecimento, da cadeia educativa que envolve a História, e abre a possibilidade de encarar o professor como um intelectual especializado e envolvido com uma forma particular de saber.

O conceito de consciência histórica, por sua vez, adiciona às análises educacionais a ideia de que a formação histórica do aluno não se resume à escola, e não depende somente dela, mas começa e permanece, ao longo de toda a vida, ligada às realizações práticas e às interpretações da História que brotam das famílias, instituições e meios de comunicação. O principal efeito dessa perspectiva é reforçar a ideia de que a História ensinada na escola não é a única fonte de informação histórica do aluno, e que portanto é indispensável a formação de ferramentas mentais analíticas, capazes de qualificar o juízo que o indivíduo faz do tempo, produzindo sua orientação temporal.

Os debates atuais sobre o ensino de História podem ser encontrados facilmente em livros e revistas, mas também através da internet, em sítios como o Banco de Teses e Dissertações da Capes (www.capes.gov.br), o Scielo (www.scielo.br), o sítio da Associação Nacional de História (www.anpuh.org) e da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (www.anped.org.br), entre outros.

História no Ensino Médio

Os educadores têm debatido a identidade (ou falta de identidade) do Ensino Médio no Brasil ao longo das últimas décadas, oscilando entre a análise de que ele deveria ter um caráter profissionalizante, ou de que se trata de uma etapa de transição não muito bem definida entre a educação fundamental e a educação superior.

No campo da aprendizagem histórica, o Ensino Médio tem o caráter de revisão do que já se viu na disciplina durante o Ensino Fundamental, mas com um desafio distinto: ver "todo" o conteúdo, com menos anos de ensino e menos aulas semanais. Essa pressão traz duas tendências diferentes: reduzir o ensino a uma passagem panorâmica, superficial e desarticulada sobre milhares de informações, ou a desistência dessa abordagem "total" e enciclopédica em busca de recortes temáticos que permitam a formação dos conceitos principais da área e a composição de ferramentas intelectuais que permitam analisar dados históricos em geral. Nesse cenário, partindo de nossa prática em sala de aula, procuramos um caminho conciliatório, se podemos usar esse termo, pelo qual buscamos manter as informações mais relevantes, para construir um domínio de conteúdos minimamente suficiente, nos preocupando ao mesmo tempo com a formação de conceitos e habilidades gerais relativas ao pensamento histórico, principalmente nas seções dedicadas a essa discussão.

Instituído pelo MEC em 1998, o Enem tem por proposta avaliar habilidades e competências, servindo-se das disciplinas escolares como instrumentos. Acreditamos ser importante para o professor refletir sobre a aquisição de tais competências e habilidades, destacadas na prova do Novo Enem de 2009 e apresentadas a seguir, e tê-las sempre em mente ao encaminhar seu curso e propor as atividades a seus alunos ao longo do ano.

Matriz de referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Competência de área	Habilidades
1. Compreender os elementos culturais que constituem as identidades	H1 – Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura. H2 – Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas. H3 – Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos. H4 – Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura. H5 – Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
2. Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.	H6 – Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos. H7 – Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações. H8 – Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social. H9 – Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial. H10 – Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
3. Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.	H11 – Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço. H12 – Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades. H13 – Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder. H14 – Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas. H15 – Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.
4. Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.	H16 – Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social. H17 – Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção. H18 – Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais. H19 – Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano. H20 – Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.
5. Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.	H21 – Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social. H22 – Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas. H23 – Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades. H24 – Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades. H25 – Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.
6. Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.	H26 – Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem. H27 – Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e(ou) geográficos. H28 – Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos. H29 – Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas. H30 – Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

MINISTÉRIO da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 7 fev. 2013.

É notório o papel crescente do Enem como força de influência sobre os programas de Ensino Médio. O exame iniciou-se com pretensões restritas, consolidou-se ao longo de mais de uma década e está aos poucos substituindo em importância o vestibular como fator de condicionamento do ensino oferecido em nível secundário. Ele impôs ao processo uma perspectiva muito interessante, que foi a cobrança da aprendizagem da capacidade de lidar com informações de modo criativo, reflexivo, solicitando mais o raciocínio e a capacidade de operar com os conceitos fundamentais de cada área do que a capacidade de memorizar fórmulas, dados, fatos, e simplesmente identificá-los corretamente nos enunciados.

O Enem tendia a concentrar questões que mobilizavam temas mais próximos do presente, e a dispensar o conhecimento de detalhes dos acontecimentos históricos, preferindo testar a capacidade de analisar os textos dos enunciados das questões. O que se mostrou modificado a partir de 2009, devido ao novo papel que o Enem assume ao passar também a selecionar alunos para ingresso nas universidades credenciadas, é a relação com o conteúdo. Se antes o conteúdo das disciplinas tinha um lugar claramente secundário em detrimento de conceitos e capacidades de gerenciar informação, agora ele passa a ter um maior destaque. No caso da História, por exemplo, é possível perceber nas provas, também, questões que se referem de modo mais direto aos conteúdos da disciplina, sendo que, no formato anterior do exame, o conteúdo histórico aparecia bem mais discretamente, deixando o espaço central para competências e habilidades para as quais o estudo da História teria contribuído para formar. Por isso, optamos por uma obra que equilibre competências e habilidades com conteúdos, procurando conciliar a interpretação, a análise crítica, a discussão de diferentes pontos de vista com a narrativa de processos históricos centrais para a compreensão da nossa vida, como é o caso do século XX e início do século XXI.

4 AS PARTES COMPONENTES DA OBRA

Os volumes

A coleção é composta de três volumes.

O **primeiro volume** contém três unidades. O princípio de uma História que recupera o papel do conjunto da humanidade em vez de um olhar eurocêntrico está presente na estrutura das unidades. A primeira delas, por exemplo, é chamada de "Os primeiros agrupamentos humanos". Com isso, pretendemos favorecer a ideia de que há um momento em que toda a humanidade se organizava em pequenos grupos (pelo menos no princípio). Ao recuperar tantas capacidades que os primeiros seres humanos tinham, procura-se ressaltar uma visão antropológica, ou seja, capaz de apreciar culturas contemporâneas de pequenos grupos e tecnologia pouco complexa sem a pretensão de medi-las de acordo com os parâmetros de nossa cultura. O princípio de integrar nossa história e a história geral aparece, por exemplo, na preocupação de contextualizar o que futuramente chamaríamos de continente americano no Paleolítico e Neolítico. A dedicação de uma unidade toda a esse tema expressa a importância que lhe atribuímos.

A Unidade 2 é chamada de "Civilizações antigas". Nela procuramos destacar o papel que tiveram as experiências em uma outra forma de organização humana, que são as civilizações, capazes de organizar pessoas em grande número, e responsáveis pelo surgimento de uma ordem institucional cujo conceito é importante para nós até hoje: o Estado. As cidades, seu surgimento e desenvolvimento, sua relação com as civilizações e suas marcas para a contemporaneidade são um tema constante e gerador de reflexões, sobretudo nessa unidade. **Civilização** não é tratada como uma categoria evolutiva, como algo que supera a experiência da vida em pequenos grupos, mas como uma outra forma de viver, articulada com novas condições que foram se colocando para parcelas da humanidade e interferiram profundamente sobre a forma da vida social no presente. Não nos limitamos aos esquemas clássicos sobre o assunto e procuramos dar um panorama um pouco mais global da experiência civilizatória, trazendo também os casos do extremo Oriente, África e América. Mantém-se a perspectiva de garantir que o aluno conheça as fontes do conhecimento que ele está partilhando, e por isso estão postos muitas vezes em boxes sobre a construção do conhecimento, a metodologia da História e sua relação com outras disciplinas no campo do conhecimento humano.

A Unidade 3 é chamada de "A Europa, periferia do mundo". Mais que falar sobre a Idade Média, procuramos dar um panorama mundial desse período e demonstrar as várias e distintas lógicas presentes em um mesmo momento, muitas delas não "cabendo" nesse recorte cronológico europeu de cerca de mil anos. Destacamos que, enquanto o que chamamos de Europa se fechava sobre si mesma buscando um novo equilíbrio de vida, religião e produção, outras experiências levavam à expansão econômica, especificamente comercial, e ao desenvolvimento da ciência, técnica e cultura no Oriente, especialmente no Islã. Procuramos os elos que integram a História, por exemplo, na presença muçulmana na Península Ibérica, que marcaria o futuro Brasil e a futura América Latina. Sempre que possível, reunimos texto didático e documentos históricos, além de trechos de textos historiográficos, para que os conhecimentos possam ser trabalhados multidimensionalmente.

O **segundo volume** é aberto pela unidade chamada "Europa, centro do mundo", que se dedica ao processo de construção da modernidade baseado em um mercado cada vez mais global, capitaneado por alguns dos países europeus. Nesse momento, a história da África é discutida a partir do conceito de diáspora africana, que procura entender o importante fenômeno

da escravidão no contexto da criação do mercado atlântico e da interferência europeia sobre o continente africano. O professor deve destacar os processos de resistência dos escravos, mas também os processos que geraram a cultura brasileira, na qual a contribuição africana não é apenas mais um item, mas um dos alicerces que a estruturam. Também procuramos destacar que, no contexto da criação da modernidade, a criação da América Latina é uma consequência. É importante o professor lembrar aqui que os traços comuns entre a América Hispânica e a Portuguesa são as bases de nossas proximidades.

O segundo volume é completado com a unidade "Para entender nosso tempo: o século XIX". Procuramos tratar conjuntamente todas as revoluções – políticas, sociais e econômicas – que, embora cronologicamente anteriores ao século XIX, geram todas as estruturas que vão explicar esse primeiro momento da contemporaneidade. Novamente, procuramos tratar de modo integrado as perpectivas de história europeia, americana e da África e Oriente.

O **terceiro volume** é claramente dedicado ao século XX e início do XXI, dada a importância crucial do seu estudo para que a História aprendida seja utilizável na vida política, social e de trabalho dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio. Nas suas unidades, "Para entender nosso tempo: o século XX " e "Do pós-guerra ao século XXI", procuramos manter os princípios que nortearam a obra até aqui, privilegiando as narrativas que informam o leitor sobre os acontecimentos que constituem o presente da humanidade.

Estrutura da obra

A obra está organizada em unidades e capítulos. Na página de abertura das unidades, há sempre uma imagem sugestiva e um breve sumário de seu conteúdo, que devem ser explorados com os alunos.

Cada unidade começa com a seção *Discutindo a História*. Ela tem o objetivo de levantar a questão de como se construiu o conhecimento histórico que os alunos vão estudar. Ela retira os assuntos de sua redoma de pretensa objetividade e evidencia métodos, teorias e informações adicionais sobre o trajeto que os temas fazem, desde o surgimento, como foco de interesse para pesquisa, até se constituírem em temas a serem ensinados nas escolas.

Pretende-se que os alunos tenham a oportunidade de notar que a discussão sobre como se constitui o discurso da história é uma forma de compreender a história que nos diz respeito, a história vivida.

Sugerimos aos professores que discutam o texto dessa seção em **aula dialogada**, levantando os conhecimentos prévios dos alunos e debatendo os interesses envolvidos no discurso histórico. Destacar o fato de que as versões sobre acontecimentos históricos nunca são inocentes e isentas, constituem apenas olhares sobre a história vivida. O papel do ensino de História, buscando abordagens que apresentam e desvendam variados enfoques, estimula a análise e o desenvolvimento crítico. Esse é a parte da obra que irá permitir esse tipo de discussão. No decorrer do estudo dos capítulos, caberá ao professor eleger os momentos em que esses tópicos poderão ser retomados e estabelecer as relações. Em alguns capítulos, sempre que possível e oportuno, retomamos essa discussão, contextualizando e relativizando os instrumentais teóricos utilizados na construção do texto.

Abrindo cada um dos capítulos, temos a seção ***Para pensar historicamente***, que objetiva estabelecer eixos para reflexão do assunto a ser estudado e algumas possíveis relações entre presente e passado, vinculando-o com o cotidiano dos alunos. Essa seção oferece ao professor a oportunidade de realizar um diagnóstico do conhecimento prévio que eles detêm sobre os assuntos. Ela deve ser trabalhada também em forma de aula dialogada, pois, assim como a seção *Discutindo a História*, se destaca do restante do capítulo – é mais um recurso para que professor e alunos reflitam e discutam. Também neste caso, caberá ao professor selecionar no capítulo os momentos em que esses pontos serão retomados. Procuramos sempre que possível, propor atividades que resgatem os temas dessa seção.

Os capítulos apresentam a matéria de forma cronológica, sempre que possível. Imagens e boxes com informações complementares procuram enriquecê-la e criar quebras de leitura que visam auxiliar o aluno em seu estudo. O texto dos capítulos não trata sistematicamente das discussões levantadas nas seções iniciais, pois acreditamos que isso foge ao perfil de manual didático que pretendemos. Nessa fase de estudo, é importante que o aluno saiba que essas questões sobre o saber historiográfico existem, reflita sobre elas e as tenha presentes; no entanto, submeter cada tópico do conteúdo a uma análise desse tipo poderia mais confundir o aluno do que ajudar. Por isso, frisamos que essa tarefa caberá ao professor, que é o condutor do processo e saberá o melhor momento para retomar essas análises e de que forma, dependendo da realidade de cada turma de alunos. Por outro lado, isso não significa que apresentamos a matéria de forma estanque, nem os conhecimentos históricos como uma única verdade. Há constantes relativizações e, principalmente nos boxes, procuramos, quando pertinente, trazer algumas análises historiográficas para o primeiro plano, na medida em que nos pareceu mais adequada para assimilação pelos alunos.

As **atividades** da obra estão dispostas no final e às vezes também ao longo de cada capítulo, levando-se em conta o tamanho do capítulo ou a pertinência do tema. São elas:

- *Questões interdisciplinares* – atividades variadas presentes no corpo do capítulo ou na própria seção *Exercícios de História* que fazem relação da História com outras disciplinas e áreas do conhecimento. Visam promover a integração do saber histórico com o desenvolvimento de outras habilidades cognitivas.
- *Exercícios de História* – apresenta atividades variadas, incluindo leitura, reflexão, interpretação de textos e análise de imagens variadas, documentos, elaboração de textos, pesquisas. O nome da seção pretende justamente ressaltar que cada atividade solicitada constitui em si mesma exemplo da **prática** do historiador, um **exercício** de História propriamente dito. Pretende abrir caminho para reflexões, questionamentos e discussões. Nessas atividades tentamos criar condições para que o aluno perceba: primeiro que a História ensinada na obra e na escola não é a única fonte de informação que ele tem disponível (realizações práticas e interpretações da História que brotam das famílias, instituições e meios de comunicação também são consideradas); segundo, que a História está em permanente construção.

- *Para recordar/Esquema-resumo* – presente em todos os capítulos, esses esquemas ajudam a marcar algumas das principais passagens do assunto estudado. Traz em geral uma ou duas atividades com questões objetivas que visam exercitar não só a leitura do esquema, mas também a elaboração de textos, como síntese dos tópicos significativos do capítulo.
- *Questões & testes* – no final de cada unidade do livro apresentamos uma seleção de questões de grandes vestibulares nacionais e também do Exame Nacional para o Ensino Médio (Enem), que podem servir para novas atividades dos alunos. Estão divididos por capítulos.

Estrutura deste Manual do Professor

Este Manual oferece a você, professor, alguns subsídios que podem ser úteis na utilização desta obra em seu curso. Além da parte introdutória, ela contém:

- Dois textos, um sobre a ***avaliação*** e outro sobre o ***adolescente*** e o estudo de História, nos quais compartilhamos algumas ideias com os colegas professores. Um convite à reflexão sobre nossa prática.
- *Indicações bibliográficas*, selecionadas para o professor.
- *Atividades integradoras de História, Geografia, Filosofia e Sociologia* – essa seção apresenta propostas de atividades que integram as disciplinas, em conexão com as demais áreas do conhecimento. Ela atende às orientações curriculares para o Ensino Médio, que destacam as necessárias articulações entre as dimensões temporal e espacial, aproximando e integrando análises sobre os processos sociais e históricos e a espacialidade de diferentes eventos e fenômenos em diferentes escalas geográficas. Também permite compreender, construir e relacionar importantes conceitos utilizados na Filosofia e Sociologia. A partir das proposições da seção, o aluno poderá ainda desenvolver competências gerais e das ciências humanas, associadas ao domínio de uso de diferentes linguagens, à leitura e produção de textos em diversos gêneros, à leitura e interpretação de mapas, cartas e iconografias, favorecendo o trabalho coletivo, interdisciplinar e contextualizado.
- *Metas e orientações* – para cada capítulo essa seção traz sugestões sobre o encaminhamento do conteúdo. Contém ainda:
- *Indicações para aprofundamento do tema (bibliografia sobre ensino e historiografia; videografia; endereços eletrônicos)*
- *Sugestões de abordagens interdisciplinares*
- *Pequena seleção de textos*
- *Comentários das atividades*
- *Atividade complementar para a unidade*

  A interdisciplinaridade tem sido um fator cada vez mais importante no aprendizado em geral, e no aprendizado da História em particular. Isso porque se sabe que o conhecimento é um só, embora o processo de desenvolvimento da ciência e do ensino tenham fragmentado o saber em áreas para melhor abordá-las. O movimento do ensino deve ser o de reencontrar as ligações entre essas partes do saber. Por esse motivo, esta obra preocupou-se, no Manual, em apresentar alternativas para o professor adequar à sua realidade. Além das propostas de Atividades integradoras, a cada capítulo, encontram-se sugestões de temas para o trabalho interdisciplinar, que podem ser propostos aos outros professores e/ou desenvolvidos paralelamente. Em outras palavras, mesmo que a realidade da escola dificulte projetos conjuntos (que são o ideal), nada impede que os próprios professores se encarreguem de relacionar seus conteúdos com os de outras áreas, promovendo assim uma integração entre as disciplinas.
- *Reflexões sobre a prática pedagógica* – seção com seleção de artigos de interesse do professor.

5 SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS (E DE PROFESSORES)

Todas as características que viemos trabalhando ao longo dessa parte do Manual do Professor impõem uma reflexão adicional sobre o tema da avaliação. De fato, já vai longe o tempo em que a avaliação era a verificação mecânica e classificatória da aprendizagem. Acreditamos que a avaliação não deve medir apenas a assimilação mecânica dos conteúdos, mas também a aplicação de habilidades e competências diversas.

Uma avaliação nos moldes tradicionais, com ênfase quase absoluta em provas mensais ou bimestrais, não deve ser o parâmetro. Embora tendo sua importância e validade, acreditamos que esse meio seria complementar a todo o processo e que o núcleo principal da avaliação decorreria da participação e do envolvimento dos alunos em discussões em sala de aula e na realização das atividades propostas.

Convocar os alunos, individual e coletivamente, para elaborar os conceitos gerais da avaliação (que incluiriam as dimensões conceituais da disciplina, mas também posturas e comportamentos individuais, das equipes e da classe como um todo) poderá servir para aferir o rendimento conseguido em sala de aula e preparar o caminho para os trabalhos seguintes. Dessa forma, aprimoram-se a atuação e as conquistas dos alunos e dos professores.

A coleção pretende dar condições para que o professor possa utilizar o processo de ***avaliação contínua*** (ao longo de todos os módulos do curso) para verificar o que o aluno realmente apreendeu. As diferentes atividades propostas são úteis para esse tipo de avaliação. Ao professor caberá também avaliar as próprias estratégias escolhidas para o seu curso e a necessidade ou não de rever procedimentos.

Nas exigências do Enem, que por sua vez expressam as exigências do mercado de trabalho e da participação cidadã na atualidade, não basta à avaliação recuperar dados que o

aluno tenha retido, mas verificar o desenvolvimento de capacidades cognitivas, domínio e aplicação de conceitos.

Além da avaliação contínua, temos também a possibilidade da avaliação diagnóstica, que consiste no uso dos instrumentos de avaliação como recurso para verificar o desenvolvimento do aluno e seu sucesso em cada um dos objetivos propostos. Essa perspectiva de avaliação pressupõe a existência de objetivos que vão além de meramente "passar o conteúdo" e depois verificar se ele foi assimilado ou não. Tais objetivos têm caráter de conquistas cognitivas progressivamente mais complexas, mais do que uma restituição de informações fornecidas em aula. Dessa forma, a avaliação irá constituir para o professor e o aluno uma oportunidade de correção de rumos pessoais e do grupo, no ensino e na aprendizagem, permitindo que o processo todo possa ser repensado continuamente, tendo em vista o seu aperfeiçoamento constante. Dentro dessa perspectiva, retira-se da avaliação a função de reprimir o aluno indisciplinado ou de classificar os alunos, estabelecendo identidades fixas de "bons" e "maus" estudantes, como rótulos que podem se fixar indefinidamente. Ao contrário, o esforço será para desenvolver no aluno uma disciplina pessoal de estudos que se manifeste de dentro para fora, paulatinamente.

Para atingir as metas de uma avaliação de caráter diagnóstico, os instrumentos utilizados, além de terem seus objetivos previamente expostos, de modo que se tornem claros e consensuais para todos os envolvidos, devem ter seus critérios de correção explorados exaustivamente. Isso é tanto mais necessário quanto mais abertas forem as questões, e as questões abertas são muito importantes para o desenvolvimento das capacidades cognitivas mais complexas e sofisticadas. Por exemplo, ao solicitar um posicionamento pessoal quanto a um tema em estudo, o professor deve indicar quais são os parâmetros de argumentação e fundamentação aceitáveis, tais como levar em conta as evidências documentais disponíveis, considerar as limitações ou características do pensamento de época, sustentar aspectos éticos e humanísticos na argumentação e assim por diante. Dessa maneira, nem professor nem aluno ficam reféns de visões egoísticas ou pareceres meramente impressionistas, como o popular "achismo".

Em avaliação, o critério claro de correção é importante para que se desenvolvam conhecimentos e opiniões fundamentadas, de modo a permitir que progressivamente os alunos superem pontos problemáticos do senso comum, como preconceitos e perspectivas superficiais.

A avaliação que permite a criatividade do aluno é importante para a superação do que Paulo Freire chamou de "educação bancária" e Ausubel chama de "aprendizagem mecânica", ou seja, aquela composta principalmente de conteúdos que se aprendem por repetição constante e técnicas de memória, mas não chegam a constituir um todo significativo e aplicável à vida, e cujo destino, ao longo dos anos (meses ou dias) é desaparecer quase por completo. Instrumentos que incentivem a criatividade, a resolução de problemas e o levantamento de informações que sejam aplicadas na criação de novos enunciados, são benéficos a uma fixação do aprendizado não só em termos de conhecimento histórico, mas de um saber-fazer que será útil no cotidiano do cidadão, filtrando as informações necessárias às suas decisões.

As exigências educacionais contemporâneas, que são significativamente expressas no modo como o Enem avalia o aluno, caminham para encorajar e sustentar uma avaliação que permita analisar o desenvolvimento das capacidades de operar o conhecimento, aplicar conceitos e resolver problemas, mais do que reter informações. As informações e os dados são voláteis e passíveis de desatualização, e o mais importante que o aluno deve saber em relação a eles é como recuperá-los, buscá-los e reencontrá-los. As extensas bases de dados tradicionais e virtuais amplamente disponíveis devem ser apropriadas para a função de liberar o tempo e os recursos intelectuais do aluno para tarefas mais significativas. A memorização de conteúdos pode ser vista como ponte para o processo reflexivo, para o desenvolvimento de raciocínios, e não como um fim em si. Também por esse motivo, é necessário pensar em formas de avaliação diversificada, que não se reduzam a testes periódicos escritos (provas), mas que avancem para o cotidiano.

Nas avaliações, professores e alunos podem beneficiar-se de uma linguagem coloquial, que introduza com detalhe e clareza o que se pede, investindo em situações-problema, abusando de textos introdutórios, fontes, textos e figuras para análise. É possível esperar melhores resultados com orientação clara e com o uso de verbos e explicações que apontem com precisão o que se espera do aluno. Assim, é possível requisitar as mais variadas capacidades, das mais simples (classificar, associar, identificar) às mais complexas (estabelecer relações, comparar, levantar hipóteses, avaliar, propor soluções). Obviamente, para que sejam avaliadas, devem ser exercitadas: o que é avaliado nas provas é o que se vivencia durante as aulas, e o que se vivencia durante as aulas pode e deve ser objeto de avaliação continuada.

Outro elemento cotidiano no ensino são as pesquisas demandadas como tarefa, fora de sala de aula. No passado, os alunos copiavam trechos de livros ou enciclopédias para atender às solicitações de pesquisas de seus professores. Atualmente, dada a disponibilidade quase ilimitada da internet, inclusive para os estratos mais desfavorecidos da população (as *lan houses* em bairros de periferia e favelas são um fenômeno crescente), a tendência é que esteja facilitada e generalizada a pesquisa de temas pelo "método Ctrl+C/Ctrl+V", ou seja, digitar o tema em servidores de busca, selecionar, copiar e colar os textos. Essa prática não obriga nem que se leia o que se colou no documento entregue ao professor e é uma prática completamente inócua. Exigir trabalhos escritos à mão não é uma solução e impõe um retrocesso técnico que chega às raias do insuportável para o aluno. Uma saída possível é propor trabalhos que não se esgotem na apresentação de informações, mas que exijam a compreensão, por meio de problemas a serem resolvidos com o uso da informação em foco, de formulações da pesquisa com uma ou mais perguntas, da solicitação de dados ou opiniões diferentes que sejam comparados e da elaboração de uma conclusão.

Com a disponibilidade de sítios de internet que armazenam programas de televisão, gravações em vídeo, trechos de filmes, etc., é possível propor pesquisas nas quais o aluno extraia informação de temas disponíveis em reportagens ou

entrevistas, por exemplo, e redija sua pesquisa a partir daí. Enfim, é possível reverter o mau uso dos recursos de informação para a pesquisa escolar, mas, para isso, a pesquisa tem que ter um caráter operatório, da mesma forma que a aula e a avaliação de História.

As atividades devem desenvolver habilidades de linguagem, capacidade de relacionar, analisar, interpretar dados, fatos, situações e modelos explicativos. Ao mesmo tempo, elas devem visar à produção de trabalhos individuais e coletivos, que permitirão avaliações diferenciadas.

Cabe ao professor ainda mobilizar os alunos no processo de **autoavaliação**, do qual devem fazer parte não só uma autorreflexão, mas os comentários feitos pelos colegas de sala.

No final, importa saber – e avaliar – o preparo dos estudantes para entender o mundo em que vivem e no qual devem atuar e interferir de modo mais preparado e consciente.

6 SOBRE O ADOLESCENTE APRENDENDO HISTÓRIA

Considerando que a obra que o colega professor ou professora tem em mãos destina-se principalmente a alunos na faixa dos 15 aos 17 anos, é interessante levar em consideração algumas das possibilidades e demandas dos adolescentes nessa faixa de idade. Nesse período, o indivíduo está passando por um processo de desconstrução da ideia de mundo e de vida que tinha até então e reconstruindo-a a partir de uma nova perspectiva. Por isso, apresentamos aqui algumas impressões que talvez possam ajudá-lo a refletir sobre o assunto e sobre a prática em sala de aula. É claro que na coleção há conteúdos e atividades que poderão ajudá-lo nessa tarefa, mas estamos nos referindo mais a ter consciência, como educadores, dos problemas e traçar caminhos para enfrentá-los.

Em nossa sociedade, a adolescência é assimilada como um momento de crise. De fato, o adolescente tem três perdas fundamentais, que são a perda do corpo infantil, a perda dos pais tal como eram vistos na infância (heróis e garantidores de segurança, amor e certezas) e a perda do papel social que se tinha na infância. O adolescente terá que lidar com um novo corpo, com uma nova relação com os pais, de cujo papel social se aproxima, e com um novo papel social construído para si próprio. Para os alunos do Ensino Médio, o futuro próximo traz a perspectiva da profissionalização ou do concurso vestibular, ritos de passagem para as bordas da vida adulta, e a educação acaba ocupando um papel central nas preocupações da maioria deles.

Um elemento importante nessa etapa é a exploração da ideia de projeto de vida. Com a consolidação do pensamento abstrato, o futuro torna-se não apenas possível, mas representação de algo próximo e manipulável. Para o adolescente, o projeto de vida, a projeção do futuro, é um elemento central das suas preocupações, e nesse momento se consolidam as impressões que estão na base das decisões essenciais que o sujeito vai tomar. Ora, dentro do conceito de consciência histórica (Rüsen, 2001), essa reflexão sobre o sentido do tempo e da História, e o estabelecimento de decisões sobre a ação a desenvolver no futuro a partir de um *superavit* de intencionalidade é o que caracteriza o pensamento humano e, por excelência, o pensamento do adolescente.

O projeto de vida é, então, uma oportunidade valiosa para o ensino de História interferir seja na construção das suas bases – a interpretação do sentido do tempo humano e das possibilidades de futuro –, seja na formação dos compromissos com a coletividade a partir do estudo dos resultados históricos da participação consciente/protagonista, da participação submissa ou manipulada e da apatia das pessoas nos processos históricos de seu tempo.

Ao pensar nos projetos de vida, há a possibilidade de refletir sobre o sujeito dessa elaboração. O adolescente pode ter a oportunidade de medir o quanto há de revisão e crítica do mundo adulto, e quanto há de reprodução acrítica desse mesmo mundo nas coisas que projeta para si mesmo. Ou seja, quanto há de determinação e quanto há de possibilidade, quanto há de reflexão e quanto há de cópia, quanto há de crítica e quanto há de conformismo. Como os grandes e fundamentais questionamentos da adolescência irão encarnar na visão de futuro desses indivíduos? Alguns estudos (referenciados em Liebesny; Ozella, 2002, por exemplo) têm demonstrado que o adolescente brasileiro tende a projetar a si mesmo reproduzindo o mundo adulto que vivencia no lar. Não tem sido capaz ou interessado em rever essas projeções que são heterônomas, ou seja, determinadas externamente a ele, à sua visão de si mesmo no futuro.

No contexto da adolescência, está presente a necessidade de os educadores desenvolverem projetos amplos no sentido de incentivar alguns valores:

> *– a construção de relações de mutualidade, de alteridade, reconhecimento de si e do outro;*
> *– a reflexão sobre os próprios atos, suas razões e consequências, levando à conscientização de si no processo de construção da realidade;*
> *– a reflexão sobre os conteúdos de seu projeto de vida – o lugar, a razão e a forma de trabalho;*
> *– o acesso à informação sobre as formas possíveis de trabalho, seus objetivos e alcance, de modo que o jovem possa compatibilizá-las com seu projeto de vida;*
> *– a informação sobre as formas de acesso à formação para as atividades que permitam essa atuação.*
>
> Liebesny; Ozella, 2002. p. 66.

Outro dado interessante para pensarmos nas consequências e oportunidades do fato de trabalharmos com adolescentes no Ensino Médio é a historicidade da adolescência, ou seja, a constatação de que essa fase da vida, para

além de uma situação biológica, nem sempre foi uma "fase da vida" assim tão bem delimitada. A preocupação com a idade dos pertencentes ao corpo social é uma preocupação recente, vinculada aos séculos XIX e XX; tanto é assim que historiadores indicam que não se separavam classes de alunos na segunda infância (que hoje chamamos de pré-adolescência) de alunos com idade que chamamos hoje de adolescência e juventude. Como forma de disciplina, todos eram igualmente surrados. Nesse quadro, ao contrário da nossa sensibilidade atual, o trabalho pesado em fábricas antes dos 8, 9 anos, e o serviço militar antes dos 15 anos, incluindo a presença em combate, não eram situações estranhas. Nas classes populares, principalmente, o casamento de menores de 18 anos era muito comum até a primeira metade do século XX, e ainda está presente em algumas regiões até hoje. A separação – e portanto o tratamento diferenciado – entre meninos e meninas, adolescentes e jovens só começou a acontecer no final do século XIX (Ariès, 1981), o que pode ser considerado recentíssimo do ponto de vista histórico.

A ideia de criança como ser com psicologia própria de sua idade e condição física não é universal ou atemporal, mas também histórica, e só começou a se consolidar no final da Idade Média. Por sua vez, a ideia de adolescente, ou seja, de indivíduo não mais criança, mas ainda não adulto, preparando-se para assumir a emancipação plena, é também bastante recente e criada no âmbito social. Na Psicologia, a caracterização definitiva e a institucionalização da adolescência como fase especial no processo de desenvolvimento ocorre na década de 1970! (Ozella, 2002)

Perceber a historicidade da adolescência ajuda o aluno a relativizar e historicizar sua condição no quadro geral da experiência humana no tempo, percebendo que boa parte das suas liberdades e problemas se referem à conformação atual das sociedades – que por sua vez é também histórica e portanto mutável – não constituindo apenas um fenômeno da natureza, que dita de modo definitivo as determinações, possibilidades, condicionamentos e expectativas, ao qual temos que nos conformar. É preciso esclarecer que não temos a pretensão, na obra, de dar conta dessa tarefa. Mas acreditamos que a reflexão sobre ela é fundamental para redirecionarmos nossa atuação como educadores e até mesmo utilizar os materiais didáticos sob essa perspectiva.

Além desse aspecto, é importante perceber que o fenômeno do conflito de gerações ganha espaço com a modernidade tardia, em que os jovens passam a colocar em xeque as tradições e papéis estabelecidos para eles pelos adultos. Frequentes a partir da segunda metade do século XX, os conflitos de gerações passaram a ser assimilados como um dado inevitável e inerente à vida social, que tenderia a resolver-se com a idade. Entretanto, vivemos hoje um quadro em que as novas gerações convivem com uma extensão nova da adolescência, em que pessoas com idade adulta continuam vivendo sob a dependência financeira e psicológica dos pais, ao mesmo tempo que reivindicam liberdade sexual e de relacionamentos. Ou seja, a adolescência em muitos casos invadiu a idade adulta. Por outro lado, adolescentes que se tornam pais e mães fazem com que as responsabilidades da idade adulta também invadam a adolescência. Com tudo isso, crises de identidade social acompanham hoje os conflitos de gerações.

É comum ouvirmos que vivemos uma época de desestruturação social acompanhada de uma forte confusão de valores. A sociedade moderna atravessaria uma crise de identidade que afeta de modo ainda mais significativo os jovens e adolescentes, ao mesmo tempo que se acentuam os fenômenos de violência, marginalização e comportamentos autodestrutivos, como drogadição, comportamento "suicida" no trânsito e irresponsabilidade no relacionamento sexual. Do ponto de vista do historiador, esses podem ser fenômenos periféricos de uma mudança mais profunda de identidade e relacionamento social, e por isso é útil não olhar para eles com preconceito, de modo a obter uma melhor compreensão, que não se reduza a uma lamentação saudosista e/ou moralista.

Diante de todos esses problemas, a escola não consegue dar resposta, em grande parte porque seu sistema de funcionamento é herdado do século XIX, quando ainda se pensava uma escola voltada para as elites. O próprio conteudismo, a perspectiva enciclopédica, na qual se imagina que o bom ensino é aquele em que o bom professor domina uma enchente de dados memorizáveis e o bom aluno é aquele que consegue repeti-los, é uma característica desse momento. A função da História, mais que ajudar a entender o mundo e agir nele de modo transformador, era então ajudar a retórica e permitir que o sujeito se distinguisse como portador de muitos conhecimentos. A dificuldade em romper esse modelo de ensino de História na escola tem sido objeto de diversos estudos, como os de Mario Carretero e Gonzalo de Amézola.

No quadro de crise de identidade, crise social e crise de crescimento nas quais nossos alunos estão envolvidos, deve ser clara a preocupação de lidar com uma dupla pressão sobre o ensino de História: lidar com sua tradição memorística e dar conta das demandas de orientação temporal dos alunos vivendo em uma sociedade multicultural e que tem na mudança sua maior certeza estável.

Por um lado, a História no Ensino Médio ainda tem que dar conta das exigências de abordar uma ampla gama de conhecimentos – um extrato sobre toda a experiência humana no planeta Terra! – demandados em concursos públicos, seja de caráter seletivo para cargos, seja para acesso a vagas no Ensino Superior. Por mais que mudanças introduzidas pelas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio e pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ajudem o professor a impulsionar atividades mais voltadas à interpretação e ao debate, ainda é necessário dar conta de uma massa expressiva de informações que, conforme a dose, tendem a distanciar o adolescente do estudo da História, o que o priva das oportunidades de interpretação mais acurada de seu mundo que a disciplina pode favorecer.

A outra fonte de pressão para a disciplina é exatamente a necessidade de dar respostas, explicações e elementos complementares para que os indivíduos lidem com a realidade em profunda mudança, fragmentação, deterioração do espaço público, etc. Enfim, trata-se de equilibrar a tendência da História ensinada nos moldes do enciclopedismo com o risco de ela não fazer sentido algum às populações escolares, as quais, definitivamente, não são mais as populações que originalmente usufruíram do ensino de História no século XIX, nem social nem culturalmente. Por ser originária da memória das elites, a sequência canônica de conteúdos da História pouco tem

a dizer a alunos cuja memória útil para seu cotidiano é mais vinculada à família e ao convívio comunitário local. Entretanto, essa memória familiar encontra-se bombardeada pela desestruturação das famílias (tanto o modelo usual como as novas configurações de família) e pelo desenraizamento em relação aos espaços e comunidades, em função das constantes migrações por razões de trabalho e sobrevivência. Que referenciais o aluno vai ter ao entrar em contato com os vários testemunhos dos dramas da humanidade, atitudes, costumes e formas de vida, tanto em âmbito local como global?

> *Uma identidade constrói-se a partir do conhecimento da forma como os grupos sociais de pertença viveram e se organizaram no passado, mas também da verificação da forma como se estruturam para fazer face aos problemas do presente, tendo um componente que aponta para o futuro, pelo modo como este se prepara através da fixação de objetivos comuns.*
>
> *Se o conhecimento histórico é indispensável na construção da identidade, sob o ponto de vista pedagógico-didáctico é importante ter em conta o tratamento da memória longa das populações, que nos permite explicar diferentes ritmos de evolução, o estudo da memória colectiva de diferentes grupos de pertença, a pesquisa das memórias locais nos seus diferentes âmbitos e durações, a reabilitação da memória do trabalho, numa sociedade ocidental que sempre ignorou ou desprezou o trabalho manual, e a memória do tempo curto, do acontecimento, que caracteriza o estudo da história do século XX.*
>
> Manique e Proença, 1994. p. 27.

Para enfrentar esses problemas, a contribuição da História é a consideração das múltiplas temporalidades e culturas, para promover a relação do aluno com as diferentes durações e sua atenção e respeito pelas diferenças de hábitos e costumes do "outro" – que tanto pode ser o distante no tempo e no espaço, quanto o vizinho, nos tempos de globalização –, e de reconhecimento das diferenças das quais se compõe um mesmo país. A identidade coletiva, como a nacional, por exemplo, não é mais a busca de uma homogeneidade ilusória, que representava apenas um pequeno grupo, mas o reconhecimento da diversidade.

Aqui é interessante fazer uma referência importante para o tema da influência do ensino de História na formação da identidade pessoal e coletiva. Referimo-nos às Leis 10.639/2003 (que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos sistemas educativos) e 11.465/2008 (que inclui a História e a Cultura Indígena no âmbito da Lei 10.639/2003). Atentos a elas, procuramos destacar ainda mais a importância desses povos na formação do povo brasileiro e no contexto da história da humanidade. Dessa forma, o professor e o aluno não encontrarão um capítulo único sobre essas demandas, mas poderão perceber que em vários capítulos da obra há um destaque para essas contribuições, dentro do objetivo mais geral de "descolonizar" a história da humanidade e a história do Brasil. Recomendamos que os colegas professores evidenciem a contribuição civilizatória mais ampla desses povos, evitando a todo custo associá-los única ou predominantemente à escravidão e à opressão em geral, com o que não se atingiria os objetivos enunciados nessas leis. É importante que os alunos percebam que a escravidão é apenas um capítulo em uma história de milênios, nos quais as diversas culturas africanas e ameríndias estabeleceram suas marcas e contribuições para a nossa espécie.

Essas demandas identitárias estabelecidas nas novas leis que se referem ao ensino de História devem ser tratadas com a maior atenção, não apenas para valorizar as contribuições históricas de negros e indígenas na justa proporção em que aconteceram (quer dizer, sem se reduzir a um apêndice da contribuição europeia), como também para contribuir na educação étnico-racial de não negros e não indígenas. Isso favorece o desenvolvimento da tolerância, mas também, e principalmente, uma relação de respeito com manifestações culturais, políticas e religiosas com as quais os brancos têm pouco contato ou um olhar às vezes preconceituoso. Essa obra pretende contribuir para a construção desse novo patamar de uma concepção e uma atitude humanista.

Por fim, o amadurecimento cognitivo que o adolescente conquista e consolida colabora para que o ensino da História seja bem-sucedido, porque, segundo a terminologia de Jean Piaget, o estágio operatório formal (em poucas palavras, o estágio em que se adquire a capacidade mental de trabalhar a partir de elementos abstratos, não concretos) surge entre 11 ou 12 anos, aproximadamente, e encontra seu ponto de equilíbrio com a adolescência. Nessa fase, o pensamento não está mais limitado aos elementos da realidade concreta; com isso pode surgir uma nova forma de raciocinar que passe a funcionar com base em hipóteses, a partir de elementos estranhos à realidade que o adolescente vivencia, projetando o possível a novos limites. Com as hipóteses dedutivas, começa a abstração e todas as suas decorrências. Com esse incremento no potencial de reflexão é que o adolescente começa a constituir teorias ou reconstruir as teorias já existentes, que são base para destacar sua individualidade e questionar as várias facetas da sociedade que é estruturada pelos adultos. Nessa fase, tende a atribuir um poder ilimitado ao seu pensamento.

O período das operações formais facilita o trabalho da História com conceitos e teorias, daí ser possível uma maior flexibilidade ao tratar do encadeamento cronológico em cada período histórico ou no conjunto dos períodos históricos para que os enunciados sejam compreensíveis. Pensar independentemente da observação do real e do imediato é essencial para a constituição do pensamento histórico, pois as realidades de que trata a História não são mais observáveis, a não ser por meio de fragmentos que restaram do passado – os documentos ou evidências.

Nessa fase, é mais fácil navegar por períodos mais distantes do presente, e seria uma pena não aproveitar esse momento para abordar a experiência humana antes da invenção da escrita e as civilizações antigas, em função do argumento de que os alunos precisam compreender os períodos recentes, pois só lhes interessaria o presente. Por outro lado, conceitos, teorias e hipóteses não serão assimilados pelo adolescente sem que seus educadores desenvolvam uma argumentação convincente, que, por sua vez, contribuirá para que o adolescente encontre os parâmetros para a sua própria argumentação. Parte dessa argumentação passará necessariamente por exemplos concretos, por apontar as evidências materiais, uma vez que essa fase do desenvolvimento também pode ser caracterizada como a capacidade de pensar hipóteses para testá-las, indo de raciocínios lógicos e formais para o real.

7 INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS PARA PROFESSORES

Sobre o ensino de História e historiografia

AISENBERG, B.; ALDEROQUI, S. (Comp.). *Didáctica de las Ciencias Sociales:* aportes e reflexiones. Buenos Aires: Paidós, 1994.

AMÉZOLA, Gonzalo de. *Esquizohistoria. La Historia que se enseña en la escuela, la que preocupa a los historiadores y una renovación posible de la historia escolar*. Buenos Aires: Zorzal, 2007.

ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1997.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989):* A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1997.

BUSQUETS, M. et al. *Temas transversais em Educação*. São Paulo: Ática, 1997.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

______. *Uma introdução à História*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História*: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRETERO, Mario. *Construir y enseñar:* las Ciências Sociales y la Historia. Madrid: Aique, 1995.

______. *Documentos de identidad*. La construcción de la memoria histórica en un mundo global. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de História nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 213-231, 2004.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAUI, M. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os Historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

D'ALESSIO, M. M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: Unesp, 1998.

ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FERRO, M. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação:* a história dos dominados em todo o mundo. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FONSECA, S. G. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

______. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

FONTANA, J. L. *História:* análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.

FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GAYRARD-VALY, Y. *The story of fossils:* in search of vanished worlds. Londres: Thames and Hudson, 1994. (New horizons).

GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão:* o neoliberalismo e a crise na escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

GINZBURG, C. *Olhos de madeira:* nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOULD, S. J. *O milênio em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOBSBAWM, E. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

______. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACOBY, R. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, L. (Org.). *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

______; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Dir.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LIEBESNY, Bronia; OZELLA, Sergio. Projeto de vida na promoção de saúde. In: CONTINI et al. *Adolescência e Psicologia*. *Concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 61-67.

MANIQUE, A. P.; PROENÇA, M. C. *Didática da História:* Patrimônio e História Local. Lisboa: Texto, 1994.

MINISTÉRIO da Educação, SECRETARIA de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

MORAES, J. G. V. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NOVAES, A. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

______. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OZELLA, Sergio. Adolescência: Uma perspectiva crítica. In: CONTINI et al. *Adolescência e Psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 16-24.

PALLARES-BURKE, M. L. G. *As muitas faces da História*. São Paulo: Unesp, 2000.

PINSKY, J. (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997.

QUEIROZ, T. A. P. *A história do historiador*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

REIS, J. C. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

______. *Escola dos Annales:* a Inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C. *Tempos modernos:* ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola:* novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2. ed. São Paulo: Global/Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1998.

SILVA, C. S. B.; MACHADO, L. M. (Org.). *Nova LDB:* trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade:* uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

______. *Identidades terminais:* as transformações na política da Pedagogia e na Pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

______. (Org.). *Liberdades reguladas:* a Pedagogia Construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998.

VILAR, P. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. 6. ed. Barcelona: Crítica, 1999.

WHITROW, G. J. *O tempo na história:* concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

8 ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES COM GEOGRAFIA, SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

1. “A federação brasileira”

Atividade interdisciplinar com **Geografia** relacionada ao tema do capítulo 1, unidade 1.

Introdução

A proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, temas do capítulo, suscitam pesquisas e debates sobre a questão federativa no Brasil, assunto de interesse da História, Geografia, Sociologia e outras áreas das ciências humanas, mas pouco debatido nos bancos escolares. Com a nova carta republicana, o país tornou-se uma república federativa, com governo central e vinte estados-membros que dispunham de autonomia político-administrativa e fiscal. Outras medidas foram a divisão dos três poderes e a extensão do voto universal masculino, num quadro de forte centralização política e hegemonia da oligarquia cafeeira. A principal inspiração para o modelo federativo nacional vem da experiência dos Estados Unidos, com soberania para a União e autonomia para os estados, que representava distribuição de competências, encargos e recursos. Para o cientista político Norberto Bobbio, um Estado federal caracteriza-se pela pluralidade de centros de poder soberanos e coordenados entre si, coexistindo um poder central ou federal, que tem competência sobre a totalidade do território da federação, e os Estados federais, componentes da federação, com competências cada um sobre seu território. No período atual, a Constituição Federal de 1988 consolidou o pacto federativo no país, considerando a União, os estados e os municípios entes federativos autônomos. Entretanto, diversas situações colocam o sistema à prova, gerando tensões, como o uso compartilhado de recursos hídricos (caso da transposição do Rio São Francisco), as desigualdades regionais, a guerra fiscal (“guerra de lugares”) entre estados e municípios e disputas por receitas e *royalties* da exploração do petróleo. Na sequência de atividades proposta aqui, os alunos, com o auxílio do professor, poderão conhecer como este assunto foi tratado ao longo da história brasileira, problematizar sobre alguns aspectos e refletir sobre ele.

Objetivos

- Reconhecer, compreender e analisar aspectos do sistema federativo a partir de experiências concretas em diferentes países.
- Examinar situações de tensões entre poder central e poderes regionais no Brasil em diferentes períodos históricos.
- Reconhecer e avaliar tensões e disputas regionais e sua relação com o regime federativo instalado no Brasil atual.
- Usar a leitura e escrita em diferentes gêneros para compreender fatos e fenômenos históricos e geográficos.

Conteúdos

Federação – Federalismo – Pacto federativo – Estado – Território – Região – Níveis territoriais de poder no Brasil – Competências dos entes federativos no Brasil atual – Tensões regionais

Tempo estimado

Equivalente a 5 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Proponha aos alunos que, em pequenos grupos, pesquisem sobre a constituição do Estado federal norte-americano, identificando princípios e medidas para sua construção e consolidação.
- A seguir, solicite que investiguem sobre revoltas, tensões ou articulações entre poderes regionais e poder central no Brasil, como as revoltas provinciais no Império, a política dos governadores de Campos Sales, o centralismo político de Getúlio Vargas, as questões regionais (Nordeste, Amazônia) e o pacto federativo atual. No caso deste último, eles poderão consultar o título e capítulos que regem a organização do Estado na Constituição Federal de 1988. O exame de mapas sobre a evolução da divisão político-administrativa e regional no país pode compor esse painel.
- Em seguida, cada um dos grupos deve identificar questões federativas no Brasil atual e investigar dados e discussões a respeito delas. Eles poderão tomar por base o estado em que vivem. Ofereça apoio na busca e sistematização dos dados.
- Promova a seguir a exposição dos resultados e discuta com a turma as perspectivas para a consolidação do Estado federal brasileiro. Ao final, encomende dissertações sobre o tema.
- Avaliação: Leve em conta a produção de textos escritos e orais dos estudantes e a participação de cada um nas tarefas individuais e coletivas. Considere o domínio progressivo dos conceitos e processos em jogo, examinando seu uso no texto dissertativo. Reserve um tempo para que a turma avalie a experiência e considere possíveis desdobramentos desta proposta de trabalho.

Bibliografia para o professor

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1995.

DALLARI, Dalmo. *O Estado federal*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

Indicações de fontes para o aluno

ANDRADE. Manuel C.; ANDRADE, Sandra. *A federação brasileira*. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MARTINS, Vicente. Como entender o federalismo brasileiro. Disponível em: <www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/como-entender-o-federalismo-brasileiro-3883/artigo>. Acesso em: 23 mar. 2013.

REPÚBLICA VELHA. Disponível em: <www.culturabrasil.pro.br/republicavelha.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

THÉRY, H.; MELLO. N. *Atlas do Brasil:* disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2005.

2. "A questão dos Bálcãs"

Atividade interdisciplinar com **Geografia** relacionada ao tema do capítulo 12, unidade 2.

Introdução

Situada entre os mares Negro e Adriático, na Europa, a região dos Bálcãs tem um longo histórico de conflitos, guerras e lutas pela independência. Como mostra o capítulo, esteve também envolvida nos preâmbulos da Primeira Guerra Mundial. Trata-se de um mosaico de povos, em sua maioria de origem eslava, com forte diversidade étnica, nacional e religiosa. Ali foi constituída a Iugoslávia como reino em 1918, dissolvida pelas forças de ocupação alemãs durante a Segunda Guerra Mundial. Após o conflito, ela se reconstituiu como uma república socialista federativa, com seis nações e diferentes etnias e nacionalidades (sérvios, croatas, eslovenos, macedônios, albaneses, romenos, ciganos e outros), sob o comando do Marechal Tito, um dos líderes da resistência à ocupação alemã. Com ideologia socialista, forte repressão e concessões às autonomias nacionais, Tito manteve o país unificado até o ano de sua morte, em 1980. A partir do final da década de 1980 e início da seguinte, seguiu-se um processo de fragmentação e guerras pela independência das nações que compunham a federação. Veio um período de terror, massacres e criação de campos de concentração. No auge da crise, cerca de 70% do território era controlado pelas forças da Sérvia, sob o comando de Slobodan Milosevic. Em 1995, 7 mil bósnios foram massacrados em Srebrenica. Forças de paz da ONU estiveram na região por longo período, incluindo o conflito em Kosovo. Mais tarde, quase cem líderes, em grande parte sérvios, foram indiciados pelo Tribunal Penal Internacional de Haia. Esse histórico e as perspectivas futuras para a região – que tem um riquíssimo patrimônio histórico e cultural mas que ainda carrega a herança dos conflitos – são o objeto de estudo de uma sequência de atividades de História e Geografia, indicadas a seguir, com a finalidade de montar um painel cartográfico.

Objetivos

- Reconhecer, compreender e analisar aspectos ligados à formação ou fragmentação de Estados nacionais, levando em conta elementos históricos, políticos, étnico-culturais e nacionais.
- Analisar a constituição e fragmentação da federação iugoslava a partir da leitura e interpretação de mapas e cartas em diferentes escalas.
- Ler e interpretar mapas e cartas em diferentes escalas para compreender fenômenos e processos histórico-geográficos. Ler, escrever e interpretar textos em diferentes gêneros.
- Desenvolver procedimentos para coletar, selecionar e organizar dados e informações em diferentes fontes de pesquisa e consulta.

Conteúdos

Bálcãs – Iugoslávia – Estado – Nação – Território – Fronteira – Etnia e cultura – Minorias nacionais – Constituição e dissolução da federação iugoslava

Tempo estimado

Equivalente a 3 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Proponha aos estudantes que, em pequenos grupos, façam levantamentos de textos, imagens e mapas referentes à formação e fragmentação de Estados nacionais nos Bálcãs ao longo do século XX.
- Em seguida, peça que selecionem imagens para leitura e interpretação e preparem textos de apoio para cada uma delas. Esses materiais deverão compor um painel sobre as questões políticas e étnico-culturais e os sucessivos conflitos na região.
- Peça que escrevam textos avaliando as mudanças na divisão política, com uma cronologia abreviada dos acontecimentos. Do mesmo modo, proponha que recolham dados e imagens sobre a situação política nos Estados independentes emancipados da antiga Iugoslávia (Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Servia, Macedônia e a província de Kosovo).
- Após a organização do painel, com distribuição de textos e imagens, peça aos grupos que apresentem os resultados e suas conclusões. Com base nas discussões, proponha a elaboração de um texto de síntese e com considerações finais dos estudantes, tomando por base princípios de direitos humanos e das relações entre as comunidades nacionais.
- Avaliação: Observe a correção das representações cartográficas, examinando títulos, legendas, escalas, orientação e outros. Do mesmo modo, avalie a correção das informações a respeito dos processos históricos e geográficos envolvidos.

Bibliografia para o professor

ATLAS-HISTORIQUE. Cartografia histórica (em francês). Disponível em: <www.atlas-historique.net>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CARTOGRAPHIC Images. *Mapas históricos* (em inglês). Disponível em: <www.henry-davis.com/MAPS/carto.html>. Acesso em: 23 mar. 2013.

DURAND, Marie Françoise et al. (Org.). *Atlas da mundialização*. São Paulo: Saraiva, 2009.

LE MONDE Diplomatique Brasil. *Coletânea de artigos sobre os Bálcãs*. Disponível em: <http://diplo.org.br> (realizar buscas por tema ou país). Acesso em: 23 mar. 2013.

Indicações de fontes para o aluno

ATLAS da história do mundo. Folha de S.Paulo, 1995.

ATLAS histórico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1979. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24652>. Acesso em: 23 mar. 2013.

SMITH, Dan. *Atlas da situação mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

______. *Atlas dos conflitos mundiais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

▶ 3. "Globalização, uma nova escala geográfica de relações humanas"

Atividade interdisciplinar com **Geografia** relacionada ao tema do capítulo 12, unidade 2.

Introdução

A chamada Terceira Revolução Industrial – apoiada nos avanços científico-tecnológicos de setores como a microeletrônica e a informática – e a hegemonia do modelo econômico e social neoliberal, temas do capítulo, suscitam pesquisas e seminários sobre a constituição da globalização – de especial interesse para as áreas de História e Geografia e outras das ciências humanas. Antes de tudo, a globalização vem se constituindo como nova escala geográfica de relações humanas, acima da escala nacional/territorial em vigência. Para o historiador Eric Hobsbawn, a globalização não se dá em todos os campos da vida humana. Embora ela tenha como "ponto focal" a economia, verifica-se também nos campos dos transportes, comunicações e novas tecnologias. Entre seus principais atores estão as firmas globais (transnacionais), o sistema financeiro e os próprios Estados nacionais, que condicionam ou facilitam a atuação dos empreendimentos globais. Para o geógrafo Milton Santos, ela se associa a um novo meio geográfico, o meio técnico-científico-informacional, em relação com o que chama de tirania do dinheiro e da informação, com a "unicidade técnica" e a "convergência dos momentos". O mesmo autor discute as possibilidades de "uma outra globalização", saindo do "pensamento único" para uma "consciência universal". Por meio da sequência de atividades proposta a seguir, os alunos deverão preparar um seminário, se aprofundando e se posicionando sobre o assunto.

Objetivos

- Compreender processos de constituição da globalização como nova escala de relações humanas e avaliar seus efeitos.
- Avaliar o papel das empresas transnacionais e do sistema financeiro no quadro da constituição da globalização.
- Ler e interpretar mapas e cartas em diferentes escalas para compreender fenômenos e processos histórico-geográficos.
- Ler, escrever e interpretar textos em diferentes gêneros.
- Desenvolver procedimentos para coletar, selecionar e organizar dados e informações em diferentes fontes de pesquisa e consulta.

Conteúdos

Globalização – Novas tecnologias – Transporte, comunicações e informação – Redes geográficas – Empresa transnacional – Sistema financeiro global – Escala geográfica – Cidadania e globalização

Tempo estimado

Equivalente a 6 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Converse com a turma sobre as concepções e ideias acerca da globalização. Ouça as opiniões e proponha a leitura de excertos dos livros indicados nas referências (Milton Santos e Eric Hobsbawn). Peça que avaliem as ideias e processos sobre essa nova escala geográfica e produzam quadros-síntese, comparando com períodos anteriores.
- Em seguida, sugira que pesquisem, selecionem e examinem textos, imagens e mapas sobre a distribuição geográfica das organizações transnacionais quanto às suas unidades de pesquisa, de produção e de vendas; a organização do sistema financeiro e sua atuação em todo o mundo; bem como dos conglomerados e redes de comunicação; além de eventuais quadros de desemprego e transformações nestes setores.
- Depois, os alunos poderão avaliar alguns efeitos positivos e negativos das inovações nos sistemas de transporte, comunicações e informação para as pessoas em geral, examinando também a questão do acesso e uso desses novos meios. O que significa, por exemplo, a internet para as interações sociais entre diferentes pessoas, grupos e lugares?
- Os dados, relatórios de pesquisas e discussões coletivas servirão à organização de seminários, com a apresentação de grupos de estudantes sobre a constituição, organização e extensão dessa nova escala de relações humanas e seus efeitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
- Organize a apresentação dos grupos e discuta os resultados com toda a turma. Em seguida, encomende dissertações sobre o tema. Como dica de estudo, os estudantes poderão resolver testes e questões sobre o tema, presentes em exames nacionais e provas de vestibulares.
- Avaliação: Avalie a participação de cada aluno nos momentos individuais e coletivos, bem como o domínio das noções, conceitos e processos em jogo. Examine a produção de textos da turma, considerando os gêneros trabalhados em classe. Observe também o domínio de conhecimentos e a clareza e a organização nas exposições orais. Reserve um tempo para que a turma avalie a experiência.

Bibliografia para o professor

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. v. 1.

HOBSBAWN, Eric. *O novo século*: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_______. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1997.

Indicações de fontes para o aluno

DOSSIÊ TERRA. *O estado do planeta 2010*. São Paulo: National Geographic Brasil/Abril, 2009.

DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização*: compreender o espaço mundial contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.

IBGE. *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/index.shtm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

SIQUEIRA, Etevaldo. *Para compreender o mundo digital*. São Paulo: Globo, 2008.

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2008.

SMITH, Dan. *Atlas da situação mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

TORRES, Carlos Alberto. *A escola precisa debater as influências da globalização*. Entrevista a Karina Yamamoto. Disponível em Planeta Sustentável: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo_283631.shtml?func=2>. Acesso em: 23 mar. 2010.

4. “O papel do Estado em diferentes regimes autoritários no século XX”

Atividade interdisciplinar com **Sociologia** relacionada aos temas dos capítulos 5, 6 e 7, Unidade 1, e 10 e 11, Unidade 2.

Objetivo

- Combinar análise histórica e análise sociológica para pensar o Estado moderno enquanto instituição produzida e fortalecida ao longo do século XX, no Brasil e no mundo.

Conteúdos

Estado – Totalitarismo – Autoritarismo – Repressão – História – Sociologia

Tempo estimado

Equivalente a 4 aulas.

Desenvolvimento das atividades

- Esta atividade propõe um trabalho em sala de aula, baseado em histórias em quadrinhos inspiradas em pesquisa histórica. Como faz referência a diversos episódios estudados neste volume, pode ser utilizada como atividade de fechamento do ano.
- Em sala de aula, faça uma breve comparação entre a abordagem histórica e a abordagem sociológica de fatos históricos. Explique que, enquanto a História se propõe a entender determinado evento em sua singularidade, a Sociologia utiliza essas descrições comparando diferentes eventos e buscando generalidades, leis, regras que possam explicar algo mais geral. Apresente aos estudantes uma lista de países e peça a eles que se dividam em grupos. Cada grupo deve escolher um dos seguintes locais: Irã, Alemanha, Brasil ou Israel/Palestina.
- Apresente aos alunos os quadrinhos em que eles se basearão para fazer a atividade, conforme a lista a seguir:

  – Irã → *Persépolis* (Marjane Satrapi)

  – Alemanha → *Maus* (Art Spiegelman)

  – Brasil → *Chibata! João Cândido e a revolta que abalou o Brasil* (Olinto Gadelha e Hemeterio)

  – Israel/Palestina → *Palestina, uma nação ocupada* (Joe Sacco)
- Os grupos deverão ler o quadrinho escolhido, tentando captar informações sobre:

a) a organização social do país antes do evento histórico narrado;

b) o papel do Estado (limites, função, etc.) antes e depois desse evento;

c) as reivindicações de mudanças e o processo que desencadeou o evento;

d) a organização social do país depois do evento histórico estudado;

e) o que permanece desse evento histórico na sociedade hoje? [Para responder a essa questão pode ser necessário fazer pesquisa bibliográfica ou na internet, dependendo da obra escolhida.]

- Dê aos grupos um prazo para leitura. Se necessário, você pode marcar uma aula para discussão e sistematização das ideias dos grupos.
- Em outra aula, após a sistematização das ideias segundo o roteiro apresentado no item 2, forme novos grupos. Cada grupo novo deve ser composto de pelos menos um estudante que tenha lido cada obra. Assim, os grupos terão pelo menos uma pessoa que leu cada quadrinho, e que conhece as informações sobre aquele episódio histórico.
- Os grupos devem comparar as informações, e elaborar, utilizando os conhecimentos de sociologia, uma apresentação (seminário, vídeo, texto jornalístico, revista, cartaz, infográfico, peça de teatro, etc.) que esclareça para o público leigo as seguintes questões, dando exemplos concretos encontrados nas obras:

  a) O que é o Estado? Pra que ele serve?

  b) De que maneira legitimamos o Estado?

  c) Quais os limites de atuação do Estado?

  d) De que maneira esses episódios do século XX forjaram o entendimento e as expectativas que temos sobre o Estado moderno no século XXI?
- O resultado pode ser compartilhado com outras turmas e séries de toda a comunidade escolar, e também na internet, caso a escola julgue adequado.
- Avaliação: Avalie o desempenho dos estudantes com base no trabalho final apresentado, mas também no processo

de construção. Pense em que medida eles foram capazes de fazer um trabalho similar à historiografia, analisando os quadrinhos, e em que medida conseguiram relacioná-los para responder a perguntas mais gerais, operando mentalmente como sociólogos.

Bibliografia para o professor

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGUIRRE, Mariano. Jimmy Carter e o *apartheid* israelense. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2007.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de janeiro: Graal, v. 2, 1985.

ALVARENGA CHEREM, Youssef. Dissensões sobre o público e o privado na República Islâmica do Irã. *Campos – Revista de Antropologia Social*, v. 7, n. 2, 2007.

ASNIS, Nelson. Por trás do véu (sobre uma viagem ao Irã). *Psicanálise – Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, v. 3, n. 1, p. 145-152, 2001.

CURI, Fabiano Andrade. *Maus*, de Art Spiegelman: uma outra história da *Shoah*. *Sínteses* – ISSN 1981-1314, v. 14, 2011.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. *Revista Cinética*, v. 1, p. 1-16, 2008.

FAUSTO, Boris. A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 141-152, 1998.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Sobre direitos humanos na era da biopolítica. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 49, n. 118, p. 267--308, 2008.

JARDIM, Denise Fagundes. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania. *Horizontes Antropológicos*, v. 9, n. 19, p. 223--243, 2003.

________. "As mulheres voam com seus maridos": a experiência da diáspora palestina e as relações de gênero. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 31, p. 189-217, 2009.

MAESTRI, Mário. A Revolta da Chibata faz cem anos. *Antíteses*, v. 3, p. 24-38, 2010.

MAGNAVITA, Andrea Costa. Um olhar sobre Persépolis e a busca do significado do ser mulher e iraniana. *Universitas Humanas*, v. 8, n. 1, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PONTES, Suely Aires. Mauschwitz: deslocamentos imaginários. *Imaginário*, v. 13, n. 14, p. 27-41, 2007.

SANTOS, Michelle dos. A poética do detalhe em *Maus* e *Persépolis:* autoritarismo, resistência & quadrinhos. *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 13, n. 31, 2012.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

Indicações de fontes para o aluno

GADELHA, Olindo; HEMETERIO. *Chibata! João Cândido e a revolta que abalou o Brasil*. São Paulo: Conrad, 2008.

SACCO, Joe. *Palestina, uma nação ocupada*. São Paulo: Conrad, 2010.

SATRAPI, Marjane. *Persépolis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIEGELMAN, Art. *Maus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

▶ 5. "Ciência e tecnologia ao longo da História"

Atividade interdisciplinar com **Filosofia** relacionada ao tema do capítulo 5, Unidade 1.

Introdução

Galileu Galilei foi um dos fundadores da ciência moderna. Sua consideração de que a natureza está escrita em caracteres matemáticos possibilitou uma nova forma de pensar, pois, com ela, a ciência recusou a concepção aristotélico-medieval – segundo a qual as diferenças qualitativas são relevantes para a compreensão do objeto – e propôs uma essência matemática à natureza afirmando que as diferenças entre os objetos são puramente quantitativas. O filósofo René Descartes, contemporâneo de Galilei, se encarregou de teorizar filosoficamente as grandes mudanças que esta nova concepção de ciência trouxe e afirmou que a correspondência entre o espírito humano e a natureza se daria por meio da matemática, uma ciência puramente formal, de validade universal e cujo elemento mínimo é o número, que é infinito.

A revolução científica causada por Galileu e teorizada por Descartes no século XVII – que se baseava no cálculo matemático, na experimentação por meio de instrumentos, em confiar mais nos números que nos cinco sentidos, tendendo a um desenvolvimento infinito independente (como os números), que só inclui aquilo que a razão humana pode compreender e se pretende universal – determinou algumas características da ciência moderna.

No século XIX, impulsionada pelo sistema capitalista que se desenvolvia, a influência das ciências se expandiu pela sociedade. Também por meio do sistema capitalista, vemos hoje a ciência, através da tecnologia, invadir nossas vidas e alterar comportamentos.

Tradicionalmente considerada um sinal de "civilidade", ela esteve de mãos dadas com a barbárie ao longo do século XX (principalmente no desenvolvimento de novas tecnologias bélicas que estiveram presentes nas duas Grandes Guerras e em conflitos como a Guerra do Vietnã e, mais recentemente, do Iraque). Alguns filósofos passaram a refletir sobre a relação entre a mentalidade científica, que determina a mentalidade do indivíduo contemporâneo, e estas catástrofes de grandes proporções que ocorreram na atualidade e desenvolveram o conceito de razão instrumental. Ou seja, uma forma de razão que, embora seja um dos grandes atributos humanos, possibilitou e perpetrou atos desumanos.

A confiança no intermitente avanço tecnológico é usada hoje na publicidade, como peça de uma sociedade de consumo. Com o intuito de vender produtos novos, ela recorre à crença no progresso científico afirmando que a nova versão de determinado produto é um avanço com relação ao anterior. Muitas vezes, os resultados científicos obtidos em laboratórios, em geral incompreensíveis ao cidadão comum, são mistificados em supostas explicações cujo objetivo é justificar o de avanço. Grande parcela dos consumidores aceita, sem questionar, que um novo modelo ou nova versão de um produto se trata de um avanço científico e

um avanço na forma de vida. A adesão de uma parcela da população a este discurso, sem sequer compreendê-lo ou perceber que o direcionamento do progresso é movido por interesses comerciais, demonstra que a crença no progresso e na autoridade da ciência ainda tem papel determinante em nossa mentalidade.

Objetivos

- Reconhecer a existência de formas diferentes de racionalidade, como a técnica (instrumental) e a discursiva (política).
- Perceber que essa forma de racionalidade é aplicada na sociedade de consumo que surge no século XX. Exemplificar com a publicidade.
- Reconhecer que essa racionalidade se encontra também no cidadão comum, por meio da análise do consumidor (porque o exemplo escolhido foi a publicidade).
- Usar a leitura e escrita em diferentes gêneros para compreender sua lógica de funcionamento.

Conteúdos

Modernidade – Revolução Industrial – Capitalismo – Segunda Guerra – Guerra Fria – *American way of life* – Sociedade de massas.

Tempo estimado

Equivalente a duas aulas.

Desenvolvimento das atividades

- Proponha aos alunos que selecionem e levem para a sala de aula exemplos de propaganda (revistas, propagandas de rádio, vídeos, fotos de *outdoors*, etc.) em que o discurso científico se apresente de maneira explícita por meio da tecnologia. Exemplos: "Este *shampoo*, por meio da tecnologia X, reduz a oleosidade do cabelo."; "Este celular tem uma câmera de X *megapixels*, 0,3 a mais que a do modelo anterior.".
- Peça aos alunos que investiguem a possibilidade de quantificar estes avanços que, segundo a propaganda, são oferecidos por estes produtos. Nos casos em que os números não forem explícitos, discutir a legitimidade das afirmações do fabricante (valor da marca associada à crença no desenvolvimento contínuo e perpétuo da ciência). Nos casos em que os números forem explícitos (processador de 1,9Mhz superando o de 1,8Mhz, sabão em pó com 30% a mais de "brancura", etc.), discutir a diferença efetiva que estes avanços numéricos representam na vida dos usuários.
- Em seguida, problematize, por meio de discussão, a crença de que os produtos representam um avanço. Tanto aqueles que não apresentam números (de onde vem a crença de que é um avanço?) quanto aqueles que apresentam (é realmente um avanço significativo?). Vincular às características da ciência moderna previamente apresentadas.
- Assista com os alunos ao vídeo *História das coisas*. Vincule a alienação da ciência moderna ao problema ecológico. Se a ciência moderna pode avançar infinitamente, ela entra em choque com a finitude do planeta? Qual é o papel do capitalismo?
- Avaliação: Texto dissertativo e/ou apresentação de um caso de avanço tecnológico vinculado ao consumo e ao desperdício.

Bibliografia para o professor

CHAUI , M. et al. *Primeira filosofia:* lições introdutórias. São Paulo: Brasiliense.

DESCARTES, R. *O discurso do método*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LEOPOLDO E SILVA, F. *Descartes:* a metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 2009.

Indicações de fontes para o aluno

MARICONDA, P. ; VASCONCELOS, J. *Galileu e a nova Física*. São Paulo: Odysseus, 2006.

História das coisas (vídeo). Diretor: Annie Leonard / Louis Fox. EUA, 2007. (21 minutos).

9 COMENTÁRIOS E ORIENTAÇÕES POR CAPÍTULO

UNIDADE 1 — PARA ENTENDER NOSSO TEMPO: O SÉCULO XX

Professor
Aqui começam as orientações para a Unidade 1 e o capítulo 1 (p. 10 a p. 35).

Veja *Atividades complementares* para esta unidade no capítulo 7.

Nesta unidade, a seção *Discutindo a História* destaca algumas das principais características do século XX, propiciando uma visão geral do acelerado processo de transformação pelo qual diversos povos ao redor do mundo passaram.

As mudanças abordadas não ocorreram simultaneamente, e, em muitos países, o processo de urbanização sofreu grandes resistências. Ainda hoje há populações que se comportam dentro dos ritmos e dos valores estabelecidos nas sociedades rurais, ignorando o tempo acelerado do capitalismo. É fundamental que essas diferenças também sejam percebidas.

Outro aspecto importante do século XX, já abordado em diferentes momentos ao longo desta coleção, é que a ciência histórica consolidou-se neste período. A parcelarização do trabalho e a crescente especialização propiciou o surgimento, já no final do século XIX, de cursos superiores de História. No Brasil, esses cursos surgiram a partir da década de 1930, sendo que esse processo de especialização cada vez maior, associado à reflexão das regras e dos princípios de produção do conhecimento histórico, permitiu a multiplicação de temáticas e de fontes. A crescente preocupação das populações em guardar objetos, registrar momentos, colecionar lembranças é algo que também foi intensificado.

A angústia gerada pelo imediatismo, presente nas sociedades modernas, tem levado diferentes grupos sociais a lutar pela preservação da memória e valorização do passado, combatendo o processo de perda da experiência apontado por Walter Benjamin já no início do século XX. Dessa forma, ao iniciar esta unidade, pode ser oportuno promover um debate sobre a sensação de passagem do tempo que os jovens possuem hoje, bem como sobre a maneira com que se relacionam com o passado. Esse debate poderá motivar questões que irão direcionar a reflexão sobre estudo de alguns acontecimentos ocorridos no século passado.

Capítulo 1 — O BRASIL, UMA REPÚBLICA (1889-1914)

O objetivo deste capítulo é possibilitar aos alunos a percepção de que a proclamação da República foi fruto de enfrentamentos de diferentes projetos para o país e que, para sua consolidação, houve embates durante os primeiros anos de vigência da nova forma de governo envolvendo os defensores de outros projetos e monarquistas. Embates que poderão ser explorados ao se estudar as iniciativas do governo do marechal Deodoro da Fonseca, o teor da Constituição de 1891 e os conflitos ocorridos durante o governo de Floriano Peixoto.

Este capítulo também se propõe a discutir o quanto a mudança de sistema de governo não promoveu um novo pacto capaz de beneficiar socialmente, economicamente e politicamente as classes menos favorecidas. Para tanto, vale a pena se deter na análise do texto de Florestan Fernandes, "O negro no mundo dos brancos", que problematiza a inserção dos "homens livres de cor" no sistema de trabalho assalariado, e nos textos selecionados para a atividade *2. Leitura, comparação e interpretação de documentos*, pelos quais é possível ajudar os alunos a também perceberem aspectos da cultura popular, entre os seguidores de Antônio Conselheiro (texto 2), e a forma como os agentes do governo os qualificavam (texto 3).

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Em todos os capítulos, são feitas sugestões de títulos que, acreditamos, constituem boas fontes de consulta para os assuntos tratados no livro. Alguns são estudos clássicos de renomados especialistas, outras são obras mais recentes, que apresentam novos paradigmas de pesquisa no campo da historiografia.

É importante permanecer atento aos lançamentos sobre os assuntos, além de artigos em revistas especializadas, de divulgação científica e, até, de interesse geral. A História é uma ciência em constante renovação.

Sugerimos também, para cada capítulo, alguns filmes para debate ou aprofundamento dos assuntos tratados durante o curso. Consistem em filmes apresentados em grande circuito ou documentários. É importante considerar que o conteúdo do filme não diz respeito efetivamente ao período do qual trata. Ou seja, ele apenas faz referências a períodos históricos, mas está carregado da visão do diretor e do estúdio que o produziu, fazendo referências mais ao presente do que propriamente ao passado. Assim, vale ressaltar que nenhum deles é o retrato fiel dos personagens ou períodos históricos. Recomenda-se não utilizar o filme como uma ilustração do que foi explicado em aula, mas como uma forma de problematizar diferentes visões sociais da história. Devido ao caráter lúdico, assistir a esses filmes (na escola ou em casa, para posterior análise e discussão) ou a trechos escolhidos, pode ser uma estratégia didática estimulante e enriquecedora, nunca se esquecendo de apresentar a ficha técnica e a biografia do diretor ou dos atores principais.

As indicações dispostas aparecem nas colunas laterais e/ou a seguir.

Sugestão de abordagem interdisciplinar

- História, Cinema e Biologia: assistir ao filme *Sonhos tropicais*, de André Sturm, Brasil, 2002 (126 min). Baseado no romance homônimo de Moacyr Scliar, a obra traça um paralelo entre a vida do médico sanitarista Oswaldo Cruz e da personagem fictícia Esther, polonesa que veio para o Brasil para se casar, mas devido a infortúnios acaba por se prostituir. A narrativa, que se passa nos primeiros anos do século XX e reconstitui a Revolta da Vacina, favorece a discussão sobre as condições de vida dos segmentos pobres na então capital federal, a questão da saúde pública diante de uma epidemia e a ideia de desenvolvimento defendida pelos dirigentes republicanos no início do século passado.

Pequena seleção de textos

1

Decreto nº 1 da República (15/11/1889)

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º: Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da Nação brasileira – a República Federativa.

Art. 2º: As Províncias do Brasil, reunidas pelo laço da Federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.

Art. 3º: Cada um desses Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus Governos locais.

Art. 4º: Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brasil e bem assim à eleição das Legislaturas de cada um dos Estados, será regida a Nação brasileira pelo Governo Provisório da República; e os novos Estados pelos Governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por Governadores delegados do Governo Provisório.

Art. 5º: Os Governos dos Estados federados adotarão com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos quer nacionais quer estrangeiros.

Art. 6º: Em qualquer dos Estados, onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao Governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas.

Art. 7º: Sendo a República Federativa brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum Governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular.

Bibliografia

BETHEL, L. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1976.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

________. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASALECCHI, J. E. *A proclamação da República*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTRO, C. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

CUNHA, E. da. *Os sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

DEAN, W. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

FAUSTO, B. (Dir.*). História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 8-9.

MAESTRI FILHO, M. *1910, a revolta dos marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.

MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta:* a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

NEEDELL, J. D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JÚNIOR, C. P. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SEVCENKO, N. *A revolta da vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1999. (História em aberto).

VILLA, M. A. *Canudos*: o povo da Terra. São Paulo: Ática, 1995. (Ensaios).

Teses

BOVO, A. P. M. C. *Antônio Conselheiro*: os vários. São Paulo: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2007. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000430223>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CÁNOVAS, M. D. K. *Imigrantes espanhóis na pauliceia*: trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08112007-161310/>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Guerra de Canudos. Direção de Sérgio Resende. Brasil, 1997. (170 min).

Policarpo Quaresma, herói do Brasil. Direção de Paulo Thiago. Brasil, 1998. (123 min).

Endereços eletrônicos

Canudos. Disponível em: <http://canudos.portfolium.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Museu Republicano "Convenção de Itu". Disponível em: <http://mr.vitis.uspnet.usp.br/ >. Acesso em: 23 mar. 2013.

Art. 8º: A força pública regular, representada pelas três armas do Exército e pela Armada nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas Províncias, continuará subordinada e exclusivamente dependente de Governo Provisório da República, podendo os Governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda cívica destinada ao policiamento do território de cada um dos novos Estados.

Art. 9º: Ficam igualmente subordinadas ao Governo Provisório da República todas as repartições civis e militares até aqui subordinadas ao Governo central da Nação brasileira.

Art. 10: O território do Município Neutro fica provisoriamente sob a administração imediata do Governo Provisório da República e a Cidade do Rio de Janeiro constituída, também, provisoriamente, sede do Poder federal.

Art. 11: Ficam encarregados da execução deste Decreto, na parte que a cada um pertença, os Secretários de Estado das diversas repartições ou Ministérios do atual Governo Provisório.

Sala das Sessões de Governo Provisório, 15 de novembro de 1889, primeiro da República.

MARECHAL MANUEL DEODORO DA FONSECA

Chefe do Governo Provisório

S. Lôbo, Rui Barbosa, Q. Bocaiuva

Benjamin Constant, Wandenkolk Correia.

Disponível em: <www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm#PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA>. Acesso em: 23 mar. 2013.

2

Convênio de Taubaté

Art. 1º: Durante o prazo que for conveniente, os estados contratantes obrigam-se a manter, nos mercados nacionais, o preço mínimo de 55 a 65 frs. em ouro, em moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café tipo 7 americano, no primeiro ano; este preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de 70 frs., conforme as conveniências do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação, americana, os preços indicados serão aumentados proporcionalmente nos mesmos períodos.

Art. 2º: Os governos contratantes, por meio de medidas adequadas, procurarão dificultar a exportação para o estrangeiro dos cafés inferiores ao tipo 7, e favorecer, no que for possível, o desenvolvimento do seu consumo no país.

Art. 3º: Os estados contratantes obrigam-se a organizar e a manter um serviço regular e permanente de propaganda do café, com o fim de aumentar o seu consumo, quer pelo desenvolvimento dos atuais mercados, quer pela abertura e conquista de novos, quer pela defesa contra as fraudes e falsificações.

Art. 4º: Os governos contratantes, quando for julgado oportuno, estabelecerão os tipos nacionais de café, promovendo a criação de Bolsas ou Câmaras Sindicais para o seu comércio; de acordo com os novos tipos, serão então fixados os preços a que se refere o art. 1º.

Art. 5º: Aos produtores de café serão facultados os meios de melhorar as qualidades do produto pelo rebenefício.

Art. 6º: Os governos contratantes obrigam-se a criar uma sobretaxa de 3 frs., sujeita a aumento ou diminuição, por saca de café que for exportada por qualquer dos seus estados e, bem assim, manter as leis que neles dificultam, por impostos suficientemente elevados, o aumento das áreas dos terrenos cultivados com café, nos seus territórios, pelo prazo de dois anos, que poderá ser prorrogado por mútuo acordo.

Art. 7º: O produto da sobretaxa, de que trata o artigo anterior, paga no ato da exportação, será arrecadado pela União e destinado ao pagamento dos juros e amortização dos capitais necessários à execução deste convênio; sendo os saldos restantes aplicados ao custeio das despesas reclamadas pelos serviços do mesmo, começando-se a cobrança da sobretaxa, depois de verificado o disposto no art. 8º.

Art. 8º: Para a execução deste convênio, fica o estado de São Paulo, desde já, autorizado a promover, dentro ou fora do país, com a garantia da sobretaxa de 3 frs. de que trata o art. 6º e com responsabilidade solidária dos três estados, as operações de crédito necessárias até o capital de 15 milhões de libras esterlinas, o qual será aplicado como lastro para a caixa de emissão ouro e conversão, que for criada pelo Congresso Nacional, para a fixação do valor de moeda.

§1º: O produto da emissão sobre este lastro será aplicado, nos termos deste convênio, na regularização do comércio de café e sua valorização, sem prejuízo para a Caixa de Conversão, de outras dotações para fins criados em lei.

§2º: O estado de S. Paulo, antes de ultimar as operações de crédito assim indicadas, submeterá as suas condições e cláusulas ao conhecimento e aprovação da União e dos outros estados contratantes.

§3º: Caso se torne necessário o endosso ou fiança da União para as operações de crédito, serão observadas as disposições do art. 2º, no 1º, da lei nº 1452, de 30 de dezembro de 1905.

Art. 9º: A organização e a direção de todos os serviços de que trata este convênio serão confiadas a uma comissão de três membros, nomeados um por cada estado, sob a presidência de um quarto membro, apenas com voto de desempate, e escolhido pelos três estados.

§ único: Cada diretor terá um suplente de nomeação, igualmente, dos respectivos estados, que o substituirá em seus impedimentos.

Art. 10: A comissão, de que trata o artigo antecedente, criará todos os serviços e nomeará todo o pessoal necessário à execução do convênio, podendo confiar, em parte, a sua execução, a alguma associação ou empresa nacional, sob sua imediata fiscalização, tudo na forma do regulamento.

Art. 11: A sede da comissão diretora será a cidade de São Paulo.

Art. 12: Para a execução dos serviços deste Convênio, a comissão organizará o necessário regulamento, que será submetido à aprovação dos estados contratantes, os quais, no prazo de 15 dias, se pronunciarão sobre o mesmo, sob pena de considerar-se aprovado por aquele que não fizer.

Art. 13: Os encargos e vantagens resultantes deste convênio serão partilhados entre os estados contratantes, proporcionalmente à quota de arrecadação da sobretaxa, com que cada um concorrer pela forma estabelecida no regulamento.

Art. 14: Os estados contratantes reconhecem e aceitam o presidente da República como árbitro em qualquer questão que entre os mesmos se possa suscitar na execução do presente convênio.

Art. 15: O presente convênio vigorará desde a data da sua aprovação pelo presidente da República, nos termos do §16º do art. 48 da Constituição Federal. Paço Municipal de Taubaté, 26 de fevereiro de 1906.

[Ass.] Nilo Peçanha; Francisco Sales; Jorge Tibiriçá.

In: CARONE, E. *A primeira República (1889-1930)*: texto e contexto. 2. ed. São Paulo: Difel, s.d. p. 137-140.

▶ Comentários das atividades

Questão interdisciplinar (*A extração da borracha*)

1. a) A coagulação se dá pela transformação do látex do estado líquido para o sólido. Para isso é preparada uma solução de ácido acético com água na proporção de 1/10. Essa solução é misturada ao látex e, depois, mexida com uma haste de madeira ou plástico.

   b) Em estado bruto, a borracha é uma substância termoplástica, insolúvel na água e solúvel nos hidrocarbonetos líquidos. Possui excelente resistência à abrasão, recuperação a quente/frio e adesão à tecidos e metais. Também tem boa resistência ao rasgamento e absorção de água, e à deformação por compressão. Porém, sob temperaturas superiores a 30 °C perde a elasticidade.

   c) A borracha natural é uma importante matéria-prima da indústria, com diversas aplicações. Ela é usada na fabricação de borrachas para apagar desenhos e escritas, para confeccionar cabos elétricos, luvas, pneus para automóveis, entre outros milhares de produtos.

   d) No século XIX, a Europa passava pela Segunda Revolução Industrial. Com a difusão do sistema fabril, a borracha passou a ocupar um lugar importante entre as matérias-primas fundamentais para a produção de máquinas, meios de transporte (especialmente o automóvel) e bens industriais.

   Professor, as atividades acima podem ser feitas interdisciplinarmente com Química. O professor da área poderá aprofundar o estudo explicando as propriedades químicas da borracha e o processo químico pelo qual se dá a coagulação do látex. Nesse momento, é importante que o aluno compreenda como a descoberta da transformação do látex em borracha e o desenvolvimento de usos para o material estão relacionados com os avanços das ciências no século XIX e com as novas demandas impostas pela Revolução Industrial e pela ampliação do sistema capitalista.

Questões interdisciplinares (*Peste bubônica, malária e varíola*)

1. A peste bubônica é causada por uma bactéria transmitida por pulgas que infestam os roedores, especialmente os ratos; a malária é causada pelo plasmódio, um protozoário transmitido pela picada da fêmea do mosquito do gênero *Anopheles*; a varíola é causada por um vírus e é transmitido pelo ar, por meio do contato da pessoa infectada com a pessoa sadia. Desde 1980, a Organização Mundial de Saúde considera a varíola erradicada. O controle das doenças pode ser feito pela coleta sistemática do lixo das ruas, limpeza de bueiros, drenagem de pântanos, imunização da população (no caso de doenças infectocontagiosas como a varíola), entre outras medidas sanitárias e profiláticas.
2. A vacinação consiste na inoculação de proteínas, toxinas, segmentos de bactérias ou vírus ou microrganismos inteiros, mortos ou atenuados, indivíduo a fim de provocar uma reação imunológica do organismo que faz com que ele produza anticorpos específicos para combater a doença, tornando-se imune a ela. A população carioca, mal esclarecida sobre o processo de imunização, pensava que os agentes de saúde injetariam a doença em seus corpos, fazendo-as morrer.
3. Resposta pessoal.

   Professor, essa atividade pode ser desenvolvida interdisciplinarmente com Biologia, mostrando aos alunos as características dos vírus, bactérias, protozoários e outros agentes causadores de doenças. Pode-se discutir com eles os meios de transmissão, sintomas e tratamento das doenças mencionadas, e explicar detalhadamente como se produz uma vacina e como ela age no organismo. Nas aulas de História é possível estudar a relação do homem com as doenças ao longo da História ou em algum período específico e detalhar as condições sanitárias do Rio às vésperas da reforma promovida por Pereira Passos. O tema também favorece uma discussão sobre política sanitária, sobretudo na questão 3.

Para recordar

1. Durante a República Velha, os problemas sociais eram tratados pelo governo como "caso de polícia", ou seja, deveriam ser controlados por meio da repressão. Assim, tanto os conflitos que eclodiram no campo, como Canudos, quanto os que tiveram lugar nas cidades, como a Revolta da Vacina e as greves operárias, foram debelados por meio da violência.
2. Campos Sales (1898-1902) foi o primeiro presidente a implantar uma estratégia para angariar o apoio das bancadas estaduais no Legislativo, com a intenção de governar sem a resistência do Congresso. Conhecida como política dos governadores, consistia num acordo pelo qual os governadores assegurariam a eleição de uma bancada de deputados e senadores que apoiaria o presidente da República e, em troca, o presidente não faria intervenções nos estados, viabilizando a manutenção no poder de certos grupos oligárquicos locais. Para conseguir a eleição de seus candidatos, tais grupos contavam com o apoio dos "coronéis", que exerciam uma forma de clientelismo: tomavam setores da população sob sua proteção, já que o Estado não se comprometia com suas necessidades básicas e, em troca, exigiam sua subserviência. Caso não conseguissem se eleger dessa forma, apelavam para o uso da violência. O voto fraudado pelos "coronéis" elegia os candidatos de um grupo oligárquico estadual, que, por sua vez, respaldava a Presidência da República, cuja política favorecia as elites paulista e mineira.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de charge

   a) O sanitarista é representado com uma cabeça enorme, fisionomia carrancuda e dedo em riste. O ar é de severidade e o gesto sugere autoritarismo. No pescoço carrega, de maneira um tanto patética, um grande borrifador usado para matar mosquitos.

   b) A personagem é corcunda e tem uma postura pesada, de quem se arrasta. Os braços longos reforçam essa impressão. Muito sutilmente, vemos uma sobrancelha arqueada e um canto de boca voltado para baixo, dando ar de enfado e impressão de mau humor.

c) A charge foi produzida durante a campanha de saneamento do Rio de Janeiro, que acompanhava um arrojado plano de reforma urbana encampado pelo prefeito Pereira Passos. Ela foi marcada pela truculência com que os funcionários do Estado tratavam a população, forçando a entrada nas casas e usando de brutalidade para forçar a vacinação. Na charge, Oswaldo Cruz é mostrado como um homem intransigente e autoritário, que deliberadamente dispensa tratamento diferente para a elite política e para as camadas populares. Enquanto instrui o funcionário bronco e mal-humorado a não incomodar os primeiros, adverte-o para não poupar o povo miúdo, obrigando--o, pela força, a aceitar as medidas ordenadas.

Professor, na charge vemos uma caricatura do médico sanitarista Oswaldo Cruz. É típico da caricatura exagerar traços físicos e de personalidade da pessoa representada. Ressalte essa informação com os alunos para favorecer a interpretação do material. Chame a atenção dos alunos para a cabeça exagerada do médico, para seu bigode arrepiado e para o dedo em riste, sugerindo uma postura autoritária. A participação dos professores de Arte e Língua Portuguesa pode ampliar o entendimento dos alunos sobre os recursos da linguagem visual e da interação desta com a linguagem verbal.

2. Leitura, comparação e interpretação de documentos

a) O autor do primeiro documento é o Barão de Geremoabo, um latifundiário baiano; o segundo é um autor anônimo, morador de Canudos, portanto um indivíduo das classes populares; e o terceiro é o Tenente Pires Vieira, militar comandante da I Expedição contra Canudos.

b) O primeiro documento manifesta a preocupação com o êxodo da mão de obra e com a perda do controle sobre as camadas populares. É pertinente considerar que o poder político das principais famílias da elite advinha justamente do seu controle sobre os homens das camadas sociais inferiores, que formavam seu curral eleitoral.

c) O segundo documento indica que os moradores de Canudos viam com suspeição o novo governo e seus agentes, associando-os às expressões "malvados" e "desgraçados" e à ideia de "anticristo".

d) Os habitantes de Canudos são vistos como bandidos bárbaros, fanáticos e sanguinários, que se esgueiravam nas sombras para realizar ataques desleais à força republicana. Chama a atenção a preocupação do tenente em relação ao número de homens lutando na defesa de Canudos e suas desconfianças quanto à conivência da população com o arraial.

e) O arraial de Canudos foi visto pelo governo e pelos grandes proprietários como um núcleo de subversão, que poderia colocar em xeque a ordem socioeconômica estabelecida. O crescimento de Canudos prejudicava tanto o poder econômico quanto o poder político dos coronéis da Bahia, além de a associação feita pelos seus moradores entre política e religião confrontar os próprios fundamentos do governo republicano. Para muitos, Canudos estaria associado àqueles que defendiam a restauração monárquica e desafiavam as instituições republicanas. Também a Igreja católica via sua autoridade sobre a população diminuir sob a influência de Antônio Conselheiro, pressionando as autoridades para restabelecerem a ordem na região. A derrota das forças repressivas mobilizadas pelo governador da Bahia apenas contribuíam para desmoralizar ainda mais o novo governo. Assim, na visão da elite política e econômica, a destruição do arraial tornou-se fundamental para a afirmação da República no país.

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 2 (p. 36 a p. 51).

Ao reconhecer que a Primeira Guerra Mundial foi gerada por um conflito de interesses entre nações europeias, a seção *Para pensar historicamente* convida os alunos a questionarem se tais interesses eram das respectivas populações nacionais ou de apenas alguns de seus grupos sociais, e se quem arcou com o ônus do conflito – responsável por cerca de 9 milhões de mortes e que disseminou a fome, a doença e traumas entre os sobreviventes – foram apenas seus beneficiados ou toda a população. É possível traçar paralelos com inúmeras situações conhecidas pelos alunos, em que interesses individuais ou de determinados grupos são disseminados como sendo coletivos. Tais questionamentos serão enriquecidos com a análise do infográfico "Trincheiras da morte", do texto "Depoimentos de quem lutou na guerra", e da carta de um oficial inglês, apresentada na atividade *2. Leitura e reflexão*, os quais trazem o ponto de vista dos soldados e oficiais sobre o cotidiano das trincheiras.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais e/ou abaixo.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- História e Literatura: pesquisar as principais escolas literárias no início do século, no Brasil e na Europa, suas características e representantes. Elaborar uma linha do tempo, indicando períodos de atuação e datas de nascimento e morte dos principais representantes.
- História e Arte: fazer um painel com imagens representativas dos principais movimentos artísticos europeus do final do século XIX e início do XX e associá-los ao painel histórico em que estavam inseridos. Será necessária uma pesquisa prévia.
- História e Filosofia: pesquisar e montar painéis de discussão sobre as principais escolas filosóficas e pensadores do período da Primeira Guerra Mundial na Europa. Elaborar esquemas-resumo de suas principais ideias.

▶ Pequena seleção de textos

1

Ascensão dos Estados Unidos no início do século XX

Os jornais ingleses comemoraram a passagem do século XIX para o XX constatando que nunca como naquele momento a extensão do império britânico havia sido tão grande.

[…]

Em agosto de 1900, dois sintomas do novo século: a Coca-Cola chega à Inglaterra, 14 anos depois de sua aparição nos Estados Unidos, iniciando-se a importação do seu país de origem. E, no mesmo mês, os Estados Unidos ganham pela primeira vez a Copa Davis. Dois símbolos do século XX – a Coca-Cola e o desempenho esportivo – começam a apontar em outra direção.

[…]

Por detrás da decadência britânica havia indícios claros, já nos primeiros meses do novo século, da ascensão dos Estados Unidos como potência imperial, a partir de sua vitória na guerra contra a Espanha, que lhe tinha propiciado a dominação sobre Cuba, Porto Rico, Filipinas e a ilha de Guam, além do reconhecimento por parte das outras potências capitalistas da esfera privilegiada de influência norte-americana sobre o conjunto do continente.

[…]

O clima do começo do século XX era, assim, o de frenéticos movimentos por parte das potências imperialistas para consolidar zonas de dominação, avançar sobre outras, estabelecer alianças, combater movimentos rebeldes. Um clima que confirmava de maneira clara as previsões de que o capitalismo havia passado a uma nova fase de sua história, que seria marcada pelo enfrentamento militar aberto entre as grandes potências, dado que todo mundo já estava incorporado às zonas de dominação de alguma delas. A tendência à expansão que a economia capitalista abriga em seu bojo requeria que cada uma das potências só conseguisse expandir-se à custa da outra, isto é, sob forma de choque militar direto.

Bibliografia

BRUIT, H. H. *O imperialismo*. São Paulo: Atual, 1986.

CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1985.

CATANI, A. M. *O que é imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos).

FERRO, M. *História das colonizações*: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios*: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

________. *Era dos extremos – o breve século XX*: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARQUES, A. M. *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994.

MAYER, A. *A força da tradição*: a persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PERROT, M. (Org.). *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, 4).

REIS, J. C. *Escola dos Annales*: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, L. C. B. *A Primeira Guerra mundial*. 13. ed. São Paulo: Atual, 1994.

WERNET, A. *A Primeira Guerra mundial*. São Paulo: Contexto, 1996.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar*: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Revan, 1998.

Filmes

Adeus à inocência. Direção de Delbert Mann. Estados Unidos, 1979. (128 min).

Lawrence da Arábia. Direção de David Lean. Inglaterra, 1962. (222 min).

Feliz Natal. Direção de Christian Carion. França/Alemanha/Reino Unido/Bélgica, 2005. (94 min).

Endereço eletrônico

Heranças da Primeira Guerra Mundial (em inglês e alemão). Disponível em: <www.greatwar.nl>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Em outras palavras, o século XX se abria sob a égide da luta interimperialista, marca da nova fase histórica do capitalismo, característica que, de uma ou outra forma, se estenderá ao longo de todo o século. A ponto de que quem quiser calar-se sobre o fenômeno do imperialismo deverá calar-se sobre o século XX.

[…]

SADER, E. *Século XX*: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 17-23.

2

A subordinação da economia nacional aos interesses de guerra

A mobilização de milhões de homens para as frentes e para os serviços de guerra ocasionou a escassez de mão de obra e uma brusca queda da produção de matérias-primas, artigos de alimentação e de amplo consumo.

No curso da Primeira Guerra Mundial foram criados novos elementos bélicos. Pela primeira vez a aviação de combate foi amplamente aplicada nas frentes de batalha. Já durante o decorrer da guerra foram construídos os lança-minas e os tanques. A contenda conduziu à destruição de imensos valores. Vastas regiões que foram teatro de combates ficaram convertidas em desertos. Milhares de navios de guerra e mercantes foram afundados e um grande número de unidades similares tiveram que ser construídas para substituí-las. A guerra de trincheiras exigia quantidades verdadeiramente fabulosas de cartuchos e balas de canhão.

Para atender às necessidades da guerra era preciso dispor de reservas colossais de matérias--primas, de máquinas, de combustíveis, de materiais de guerra, de mão de obra e de provisões de boca. Para assegurar a vitória era mister pôr em máxima tensão todas as forças de um país.

Nenhum dos Estados beligerantes se achava em condições de satisfazer completamente as necessidades de sua frente e de sua população civil e em primeiro lugar eram tomadas em conta as impostergáveis necessidades de guerra. Os governos de todos os Estados beligerantes submeteram sua economia nacional aos interesses da guerra. Para isso, estabeleceram o controle por parte do Estado da produção industrial e de toda a vida econômica da nação. Submeteram a um severo controle estatal todas as reservas de matéria-prima existentes. Para assegurar a mão de obra nas empresas militares, todos os Estados combatentes implantaram o regime de trabalho obrigatório, o qual caiu com todo o seu peso sobre os ombros dos trabalhadores. Ao esclarecer o significado da pressão militar dos capitalistas sobre a classe operária da Alemanha, Lênin dizia: "Na Alemanha, os *junkers* (latifundiários) e os capitalistas implantaram o serviço geral obrigatório de trabalho, que se transforma inexoravelmente para os operários em campo militar de trabalhos forçados". Por esse caminho enveredaram também todos os demais beligerantes.

JVOSTOV, V. M.; ZUBOK, L. I. *História contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1964. p. 211-212.

▶ Comentários das atividades

Questão interdisciplinar (*Depoimentos de quem lutou na guerra*)

- a) Não, alguns foram recolhidos no decorrer da Guerra e outros depois, pois há textos escritos no presente e outros no pretérito.

b) Sim. Todos foram dados por homens que combateram na Primeira Guerra Mundial e enfatizam as duras condições de vida nos campos de batalha, destacadamente no interior das trincheiras.

c) Professor, a Primeira Guerra causou uma transformação nos costumes e no papel feminino. Com a prolongada ausência dos homens e a morte de muitos deles, as mulheres precisaram abandonar o isolamento da vida doméstica para trabalhar e ganhar o sustento da família. Ao mesmo tempo, a falta de mão de obra masculina levou as indústrias, especialmente a indústria bélica, a lançar mão do trabalho feminino para manter a produção. Assim, a Guerra favoreceu a emancipação feminina e sua inserção no mercado de trabalho em áreas até então de domínio exclusivo do homem, abrindo as portas para a maior igualdade entre os sexos.

d) A memória é a capacidade de reter informações e experiências passadas e organizá-las numa teia de sentidos que permitem ao indivíduo saber quem ele é e reconhecer--se como parte de um grupo e de um meio cultural. É a memória que define as relações do eu com o mundo, e que lhe permitem elaborar sua identidade.

Professor, o tema permite muitas discussões e reflexões e pode ser debatido em parceria com o professor de Filosofia. Para alimentar as reflexões, sugerimos a exibição do filme *Blade Runner* ou *Narradores de Javé*. Em *Blade Runner*, a humanização dos androides se dá em função da acumulação de memórias que lhes permitem desenvolver identidade, laços

de amizade e de afeto e projetos para o futuro. É interessante explorar no filme o papel das fotografias, guardadas pelos androides e forjadas para fornecer suporte para as memórias implantadas na personagem Rachel. Em *Narradores de Javé* a ênfase deve recair sobre a memória e a identidade coletiva. Nesse filme, é interessante explorar as múltiplas construções do passado oferecidas pela memória dos habitantes da cidade de Javé.

Para recordar

1. No final do século XIX, algumas potências capitalistas europeias, especialmente a Inglaterra, impunham ao resto do mundo seus interesses econômicos. Essa hegemonia, contudo, vinha sendo ameaçada pela ascensão de novas forças econômicas e políticas: nos Estados Unidos, as indústrias química, elétrica e automobilística se desenvolviam consideravelmente e na Alemanha recém unificada, a indústria bélica prosperava, assinalando o desejo alemão de entrar na corrida imperialista, o que colocava o país em rota de colisão com a Inglaterra e a França. A esses conflitos ameaçadores à paz mundial somavam-se as reivindicações das minorias nacionais europeias que, baseando-se nos ideais italianos e alemães de unificação, exigiam direito de autogoverno, intensificando o militarismo. Poloneses, irlandeses, finlandeses e, principalmente, povos do antigo Império Austro-Húngaro (húngaros e grupos eslavos, como os sérvios, os croatas e os eslovenos) lutavam por sua independência, envolvendo as grandes potências e estimulando rivalidades.
2. A primeira fase, de movimento, estava relacionada à estratégia ofensiva da Alemanha que previa a mobilização de boa parte do exército alemão para invadir o território francês pela Bélgica e pela Alsácia-Lorena, e render Paris. Contudo, a eclosão de uma ofensiva russa inesperada do lado leste, ainda em 1914, obrigou as forças alemãs a se dividir, deslocando tropas para a região da ex-Prússia Oriental. A França, beneficiando-se do apoio inglês, conteve o ataque alemão na Batalha do Marne, em setembro do mesmo ano. Com o fracasso da guerra de movimento, teve início a guerra de posição ou de trincheiras, em que os exércitos combatentes passaram a disputar palmo a palmo as posições conquistadas. Nessa fase, milhões de vidas foram perdidas sem que nenhum dos países envolvidos na guerra conseguisse realizar algum avanço significativo.
3. Os dois fatos determinantes para a mudança de rumo da guerra foram a saída da Rússia do conflito, após a revolução bolchevique, e a entrada dos Estados Unidos, em 1917, como resposta ao ataque alemão ao transatlântico Lusitânia.

Exercícios de História

1. Leitura de documento
   a) De acordo com o manifesto, a arte de vanguarda deveria estar em sintonia com a nova realidade produzida pela revolução tecnológica, orientando-se pelas novas sensações e experiências, como a movimentação contínua e vertiginosa, a velocidade, o imediatismo e a renovação constante.
   b) Marinetti propõe uma arte marcada pelo movimento produzido pela impulsividade e pela experiência sensorial pura e irracional. Defende uma arte que traria a revolução estética por meio da destruição de todos os padrões consagrados pelo passado e pela tradição, em direção ao futuro.
   c) Resposta pessoal. Relembre os alunos de que, no início do século XX, a Itália recém-unificada, pátria do autor do manifesto, esforçava-se para avançar na industrialização e na escalada tecnológica, o que dependia de uma vitória sobre as nações industrializadas concorrentes. Nesse sentido, a arte futurista pode ser apontada como reflexo das tensões que se disseminavam às vésperas da Primeira Guerra e, ao mesmo tempo, combustível para ela, na medida em que valorizava uma estética da destruição e fazia a apologia da guerra como impulso de renovação. A valorização da máquina, da engrenagem, do movimento estroboscópico presente na concepção estética futurista tem como corolário uma negação do humano e da razão, ideia que estará na base da constituição de uma ideologia favorável à guerra.
2. Leitura e reflexão
   a) Estabeleceu-se um clima fraterno e cordial entre os combatentes.
   b) Não, pois em 1914 a Europa vivia a Primeira Guerra Mundial, durante a qual os países europeus se envolveram em enfrentamentos sangrentos e o nacionalismo alimentava a xenofobia e a rivalidade entre diferentes países.
   c) A leitura propõe uma reflexão sobre até que ponto os homens comuns que combatiam nas trincheiras assimilavam, de fato, os motivos e as justificativas de seus dirigentes para a guerra, e viam sentido nela.
   d) Resposta pessoal. Com esta questão espera-se que os alunos reflitam sobre o sentido de uma guerra que arrastou milhões de homens para a morte e alimentou o ódio para beneficiar apenas uma minoria de indivíduos – empresários e banqueiros –, para quem as vitórias militares trariam lucros.
3. Leitura de gráficos e levantamento de hipóteses

   Essa atividade permite um trabalho interdisciplinar com a área de Biologia, o que contribuirá para a compreensão do comportamento do vírus da gripe espanhola, a razão de ser tão letal e as condições que favorecem sua transmissão. Desta forma, os alunos poderão avaliar o impacto da ocorrência da pandemia no contexto do início do século XX.
   a) Nos Estados Unidos.
   b) Nesse período, a gripe passou a causar a morte de um número maior de adolescentes e de adultos jovens. Foi maior entre jovens de 15 a 24 anos. Entre 1911 e 1917, cerca de 250 crianças morreram de gripe espanhola. Em 1918, esse número cresceu para 750. Já entre jovens de 14 a 24 anos quase não ocorriam óbitos no primeiro período, ao passo que, no segundo período, o número de mortos nessa faixa etária cresceu para cerca de 600, sinalizando um aumento bem maior dos óbitos que os da outra faixa.

      Professor, esta atividade pode ser feita com supervisão do professor de Matemática, para que os alunos façam o cálculo das porcentagens e trabalhem a noção de proporção.
   c) Sim, pois causou a morte de indivíduos em idade de alistamento, aumentando a mortandade dos combatentes.
   d) A gripe afetou a economia na medida em que causou uma rápida e drástica redução da mão de obra, principalmente nos centros urbanos, e obrigou os governos europeus, num período em que já sofriam os efeitos da guerra, a aumentar os gastos com saúde, fazendo crescer o déficit público.
   e) Sim, a guerra promoveu o deslocamento de pessoas de um país para outro, facilitando a transmissão da gripe pelo mundo. Além disso, a degradação do sistema de saneamento, a escassez de alimentos nas cidades, as péssimas condições de vida nos campos de batalha, entre outros fatores, contribuíram para debilitar a saúde da população e facilitar a contaminação do vírus.

Capítulo 3

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 3 (p. 52 a p. 63).

Bibliografia

GONZÁLEZ, H. *A Revolução Russa*. São Paulo: Moderna, 1986.

GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

HOBSBAWM, E. *Ecos da Marselhesa*: dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

________. *Era dos extremos – o breve século XX:* 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

________. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUXEMBURGO, R. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

REED, J. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Fulgor, 1963.

REIS FILHO, D. A. *A Revolução Russa*: 1917-1921. São Paulo: Brasiliense, 1999.

________. *Uma revolução perdida*: a História do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

SADER, E. *Século XX*: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3v.

VICENTINO, C. *Rússia antes e depois da URSS*. São Paulo: Scipione, 1995. (Ponto de apoio).

A REVOLUÇÃO RUSSA

O capítulo propõe questões que remetem à reflexão sobre a Revolução Russa como um processo histórico complexo e que exerceu grande impacto entre as potências capitalistas. Nesse sentido, a dimensão proletária e revolucionária do governo defendido por Lênin poderá ser analisada por meio de seu discurso proferido em 1917 e apresentado na atividade *1. Leitura de documento*.

A questão da manutenção da coerência, ou não, dos ideais revolucionários dos bolcheviques diante da sociedade soviética e da comunidade internacional, após assumirem o poder, é outro aspecto que reforça a importância de se estudar a Revolução Russa na atualidade. A preservação dos ideais deve ser analisada à luz das iniciativas concretas adotadas tanto por Lênin como por Stálin. Para tanto, ao ser trabalhada a atividade *3. Leitura e análise de tabela* é importante que os alunos considerem também o teor do gráfico da página 59 sobre o desempenho do setor privado em relação ao estatal e o significado da foto dos participantes do IX Congresso do PCUS de 1920 (na página 60), em que alguns participantes estão assinalados para serem assassinados.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses e filmes nas colunas laterais e/ou abaixo.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- História, Política e Cinema: assistir aos filmes *Encouraçado Potemkin* (1925) e *Outubro* (1928), ambos dirigidos por Sergei M. Eisenstein, e *Reds* (1981), de Warren Beatty. Eleger aspectos comuns aos filmes para debater com os alunos.

▶ Pequena seleção de textos

1

Revolução Russa: início do impulso espontâneo

No capítulo anterior assinalamos o entusiasmo generalizado da juventude russa instruída pela teoria marxista, por volta de 1895. Foi também nessa mesma época que as greves operárias, após a famosa guerra industrial de 1896 em Petersburgo, revestiram-se de um caráter geral. Sua extensão por toda a Rússia atestava claramente a profundidade do movimento popular que de novo surgia: e se falamos do "elemento espontâneo", é certamente nesse movimento de greves que devemos considerá-lo, antes de tudo. Mas há espontaneidade e espontaneidade. Houve, na Rússia, greves nas décadas de 1870 e 1880 (e mesmo na primeira metade do século XIX) que foram acompanhadas da destruição "espontânea" de máquinas etc. Comparadas a esses "tumultos", as greves após 1890 poderiam mesmo ser qualificadas de "conscientes", tal foi o progresso do movimento operário nesse intervalo. Isto nos mostra que o "elemento espontâneo", no fundo, não é senão a forma embrionária do consciente. Os tumultos primitivos já traduziam certo despertar da consciência: os operários perdiam sua crença costumeira na perenidade do regime que os oprimia; começavam... não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. Era, portanto, mais uma manifestação de desespero e de vingança que de luta. As greves após 1890 mostram-nos melhor os lampejos de consciência: formulam-se reivindicações precisas, procura-se prever o momento favorável, discutem-se certos casos e exemplos de outras localidades, etc. [...]

LÊNIN, V. I. *Que fazer?* As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 23-24.

2

O capitalismo de Estado na União Soviética

A burocracia estatal soviética cumpriu o mesmo papel industrializante que a burguesia clássica cumprira no Ocidente. A União Soviética tornou-se uma grande potência e sua política corresponde a isso. Comparativamente, o nível de vida médio soviético é superior ao do período czarista.

Porém a burocracia administra o Estado como uma propriedade privada. A adoção do taylorismo nas fábricas, o papel disciplinador conferido aos sindicatos – o que levou à formação de

uma oposição sindical, dirigida pelo metalúrgico Klebanov – e a manutenção do salariato conferem ao Estado russo o caráter de um capitalismo de Estado integral.

Nesse sentido, Stálin foi um perfeito continuador da obra de Lênin e Trotsky, de início profeta armado, criador do Exército Vermelho e, depois, expulso da União Soviética (1920), converteu-se em profeta desarmado. Somente após perder o poder é que Trotsky retoma o tema da democracia operária como reivindicação socialista.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1986. p. 44.

Comentários das atividades

Questões interdisciplinares (*Às vésperas da Revolução*)

1. Do jornalismo, o gênero preserva o rigor na apuração dos acontecimentos, a observação cuidadosa e a preocupação com a clareza. Contudo, rompe com a primazia do *lead* e não se propõe a ser impessoal. Ao contrário, no jornalismo literário o autor se envolve completamente com o assunto que está cobrindo e busca detalhar cuidadosamente os acontecimentos, descrevendo-os e comentando-os.

   Professor, a atividade pode ser feita interdisciplinarmente com Língua Portuguesa. Os alunos podem fazer uma tabela comparativa, na qual percebam as semelhanças e as diferenças do jornalismo informativo e do jornalismo literário. Podem, ainda, conhecer outros exemplos, como os relatos de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos, ou de John Hersey, sobre o desastre de Hiroshima.
2. Não, não foi um relato imparcial. John Reed era um entusiasta da causa socialista e relatou a Revolução Russa com paixão, misturando seus testemunhos com suas opiniões e impressões.
3. Não, pois o historiador não busca chegar a uma suposta verdade histórica, objetiva e imparcial, mas apreender as múltiplas visões construídas pelos sujeitos históricos acerca de um mesmo fato e compreender a maneira como esses sujeitos interagiam e representavam os acontecimentos ao seu redor.

Para recordar

1. Às vésperas da Revolução, a Rússia era um país essencialmente agrário, com a grande maioria das terras concentrada nas mãos da nobreza. Algumas iniciativas visando a modernização do país haviam feito nascer uma indústria ainda incipiente. Politicamente, era uma autocracia, com o poder controlado pelo czar. A estrutura social era bastante hierarquizada, marcada por diferenças profundas entre a população camponesa e operária (submetida a uma exploração brutal) e as elites econômicas. A burguesia russa, ainda fraca, ansiava por medidas que acelerassem o desenvolvimento do capitalismo no país.
2. A participação da Rússia na Primeira Guerra foi marcada por uma série de revezes que colaborou para desgastar o regime do czar. A guerra consumia recursos e afetava a produção nos campos, espalhando a miséria e a fome entre a população, cuja insatisfação crescia a cada dia. Os oficiais russos foram desmoralizados e as sublevações de soldados e marinheiros se tornaram mais frequentes. A Revolução ocorrida em março de 1917 alimentou as esperanças de que o governo decidisse pela saída da Rússia da guerra. Contudo, as ligações dos mencheviques com a burguesia impediram que essa decisão fosse tomada, o que contribuiu para a radicalização do processo revolucionário e a tomada de poder pelos bolcheviques em outubro do mesmo ano.
3. Após a morte de Lênin, em 1924, o controle sobre a Rússia passa a ser disputado por Trotsky e Stálin. Trótski defendia a revolução permanente, que pressupunha a difusão do socialismo para o resto do mundo. Stálin, ao contrário, defendia o fechamento da Rússia e a consolidação do socialismo no interior de suas fronteiras, sob a batuta de um Estado forte.

Exercícios de História

1. Leitura de documento
   a) Lênin dirige seu discurso ao povo russo, especialmente às demais lideranças bolcheviques, aos militares e trabalhadores.
   b) Na Europa o capitalismo aprofundava-se. As burguesias nacionais empurraram o mundo para a Primeira Guerra Mundial ("A guerra pirata do imperialismo"), buscando fazer valer seus interesses. Em muitos países industrializados os trabalhadores agitavam-se. Na Rússia, o czar havia sido destronado e a monarquia substituída pela República ("a vitoriosa revolução russa"), controlada pelos mencheviques. Contudo, a política adotada pelo governo de Kerenski não se mostrava capaz de resolver os sérios problemas enfrentados pela população russa ("Não sei ainda se vocês estão de acordo com o Governo Provisório").
   c) Lênin projeta a internacionalização da revolução e a implantação de governos socialistas em outros países capitalistas.
   d) Lênin lança mão de um discurso inflamado e sugere uma relação de identidade, e não de hostilidade, entre os trabalhadores russos e os trabalhadores dos inimigos da Rússia, como a Alemanha. Propõe, assim, a aliança

Teses

FREITAS, F. M. C. *Lênin e a educação política:* domesticação impossível, resgate necessário. Campinas: Instituto de Educação, Unicamp, 2005. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000349343>. Acesso em: 23 mar. 2013.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS*: um estudo das causas. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Dr. Jivago. Direção de David Lean. Estados Unidos, 1965. (198 min).

Outubro. Direção de Sergei Eisenstein. União Soviética, 1928. (103 min).

Reds. Direção de Warren Beatty. Estados Unidos, 1981. (188 min).

de todos os trabalhadores contra o capitalismo e o imperialismo, e a radicalização da revolução. A palavra de ordem é a síntese das Teses de Abril, "paz, pão e terra", pela qual acena com a tão esperada saída da Rússia da guerra e com uma política de combate à fome e de reforma agrária.

2. Leitura e análise de cartazes
   a) No primeiro quadro há um soldado em guarda, de costas para o observador e indiferente ao que se passa às suas costas. Atrás dele vemos uma roda de gordos comensais, sentados sobre as costas de pessoas prostradas no chão, em torno de uma mesa onde é servido frango e vinho. Entre os participantes do banquete há uma mulher de chapéu e seios fartos sentada no colo de um oficial, e outros três homens que representam a elite russa, formada por nobres, clérigos da igreja ortodoxa e burgueses.
   b) No cenário do primeiro quadro vemos uma fila de forcas onde corpos estão pendurados. Possivelmente remetem à repressão promovida pelo czar e os sacrifícios impostos ao povo russo para que o luxo da elite pudesse ser sustentado.
   c) No segundo quadro vemos o mesmo soldado da primeira imagem, na mesma posição. Contudo, no lugar dos comensais, vemos três homens segurando bandeiras. O primeiro, com uma foice, representa o campesinato; o segundo, com um martelo, o proletariado; e o terceiro, com um fuzil, os militares.
   d) As frases ("terra e liberdade", "república democrática" e "livre") remetem à revolução, que representou o fim do regime autocrático opressor, a reforma agrária e a tomada de poder pelo povo.
   e) Mayakóvsky (1893-1930): poeta, dramaturgo e desenhista. Nasceu na Geórgia, província russa, em uma família de poucas posses. Cedo se associou ao Partido Operário Social-Democrata russo, tornando-se um ativista bolchevique. Após um longo tempo preso em razão de suas atividades políticas, fundou, com amigos, o movimento cubo-futurista russo. Em 1915 foi convocado para lutar na Primeira Guerra, mas conseguiu permanecer em São Petersburgo na condição de desenhista. Defensor da saída da Rússia da guerra, Mayakóvsky participou ativamente da revolução de março de 1917. Como outros bolcheviques, contudo, logo passou a criticar o governo Kerenski e engajou-se na revolução de outubro. Nos anos de guerra civil dedicou-se à criação de textos e peças de propaganda bolchevique e, depois, entregou-se à intensa produção literária. Sua criatividade, porém, o faz desviar das rígidas regras impostas à arte pelo governo de Stálin. Mal compreendido pelas massas populares e criticado pelos defensores de uma arte proletária, viu suas peças e poesias desprezadas e até boicotadas. A depressão sofrida por Mayakóvsky aprofundou-se com uma ruptura amorosa e, aos 36 anos, o poeta suicidou-se.

Por fim, acerca dos desenhos dos alunos, avalie se conseguiram representar graficamente a decepção de Mayakóvsky com os rumos na revolução e as dificuldades que encontrou para expressar livremente sua arte na Rússia pós-revolucionária.

Professor, Mayakóvsky foi um dos precursores do construtivismo russo, ao lado de artistas como Vladímir Tatlin, do escultor Antoine Pevsner e do cineasta Serguei Eisenstein. O construtivismo difundiu-se durante o governo de Lênin, sendo reprimido após a morte do líder bolchevique. Herdeiro do futurismo e do cubismo, o construtivismo propunha que a arte refletisse o mundo moderno e sua tecnologia, colocando-se à serviço da construção de um novo mundo, fruto da revolução socialista. As características e propostas do construtivismo podem ser trabalhadas interdisciplinarmente pelas áreas de História, Arte e Literatura. Durante as aulas, os alunos podem ser incentivados a comparar objetos produzidos em diferentes áreas do conhecimento e estimulados a perceber pontos em comum entre esses objetos (por exemplo, entre a poesia de Mayakóvsky e as filmagens de Eisenstein).

3. Leitura e análise de tabela
   a) No período coberto pela tabela, a Rússia havia acabado de sair de uma guerra civil entre vermelhos e brancos, e sofria com uma profunda crise de desabastecimento. Para evitar o colapso econômico, Lênin institui a Nova Política Econômica (NEP). Nela, sob a tutela do Estado, princípios econômicos socialistas e capitalistas eram mesclados. O plano estimulava a pequena manufatura privada e o comércio dos excedentes produzidos pelos camponeses a fim de incentivar a produção e garantir o abastecimento. Em 1928, com a subida de Stálin ao poder, a economia soviética foi totalmente socializada e o NEP abolido.
   b) Em 1924 a população russa enfrentou uma queda significativa no abastecimento de cereais, embora naquele mesmo ano houvesse ocorrido uma ampliação de mais de 20% das áreas cultivadas. Sem o aumento da produtividade, os resultados não foram suficientes para abastecer uma população que tendia a crescer.
   c) Analisando os dados da tabela, podemos perceber que a Nova Política Econômica (NEP) conseguiu gerar um aumento da produção, num primeiro momento, e que logo se estabilizou em níveis insuficientes para atender ao crescimento populacional, como se percebe na coluna "Consumo por habitante". Logo, os dados colaboram para atestar que os problemas da economia russa, neste aspecto da produção agrícola, não foram corrigidos.

UMA JOVEM REPÚBLICA VELHA (1914-1930)

Capítulo 4

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 4 (p. 64 a p. 78).

O tema central deste capítulo é o desgaste pelo qual foi passando o modelo oligárquico que dominou a república brasileira, em virtude tanto das cisões ocorridas no âmbito das próprias oligarquias como em decorrência do fortalecimento das classes urbanas que se posicionavam com reivindicações próprias, independência e, quase sempre, em oposição aos grupos dominantes.

O capítulo se concentra entre os anos 1914 e 1930, período de transformações sociais e econômicas, motivadas pelo aceleramento da produção industrial e consequente crescimento da população operária e da burguesia industrial. À medida que aumentava a demanda por produtos manufaturados no mercado interno, a produtividade era ampliada por meio de intensa exploração dos trabalhadores. E a burguesia industrial, por sua vez, tornava-se um grupo que se fortalecia como alternativa política ao monopólio das oligarquias agrárias.

Sobre a luta operária, o texto "Uma experiência no Brás" oferece elementos que colaboram para a compreensão das duras condições de trabalho vivenciadas nos anos 1920 em diante e permite um trabalho interdisciplinar com Química.

Neste mesmo período também surgiu o movimento tenentista, nascido no seio do Exército, como reação às condições a que o baixo oficialato era relegado pelas políticas dos governos civis dedicadas ao setor. O movimento foi tomando grandes dimensões nos anos 1920, após a Revolta do Forte de Copacabana, e não ficou restrita à capital federal. Vide a Revolução Gaúcha, de 1923, e a Paulista, de 1924. Após a desarticulação da Coluna Prestes, em 1927, seus líderes tomaram rumos diferentes. Houve tenentistas que se aliaram às forças que apoiaram Getúlio Vargas nas eleições de 1929 e na tomada do poder, em 1930, quando, então, assumiram importantes funções no novo governo. Outros, como Luís Carlos Prestes, alinharam-se ao Partido Comunista e se mantiveram na oposição. Os textos da atividade *1. Comparação e análise de documentos* ajudam a compreender as principais diferenças de cada proposta. Já o texto "Os tenentistas e a coluna depois de 1930" permite avaliar os meios pelo qual os tenentes que assumiram o governo após 1930 tentaram esvaziar de sentido o movimento que teve Prestes como um dos líderes.

Ao se estudar a articulação de forças políticas em torno da candidatura de Getúlio Vargas e, posteriormente, em torno da chamada Revolução de 1930, vale a pena resgatar o questionamento apresentado na seção *Para pensar historicamente*: será que o grupo que chegou ao poder depois da República Velha representava efetivamente uma novidade?

O período tratado no capítulo também foi marcado pela efervescência cultural iniciada com a Semana de Arte Moderna, de 1922. Por meio da atividade *3. Pesquisa e análise de documento* é possível refletir sobre a relação entre esse movimento estético e outros que ocorriam na Europa na mesma época.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e/ou abaixo.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- História e Literatura: pesquisar o movimento modernista na literatura, destacando suas características e principais personagens, bem como as características históricas do período.
- História e Arte: pesquisar os principais artistas do movimento modernista, suas obras e relações com o quadro histórico do final da República Velha.

Bibliografia

CHAUI, M. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DECCA, E. de. *1930*: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

1995. v. 8-9.

________. (Org.). *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

HIRANO, S. Sistemas eleitorais no Brasil. In: DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil*: histórias e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999. p. 107-122.

LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

MENDES JÚNIOR, A.; MARANHÃO, R. *Brasil História*: era de Vargas. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORAES, D.; VIANA, F. *Prestes*: lutas e autocríticas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994.

PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

________. *Luiz Carlos Prestes*. Petrópolis: Vozes, 1997.

RADIN, J. C. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Tese

SILVA, A. E. *Política e populismo*: Rio de Janeiro, 1931-1936. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2006_SILVA_Alexandre_Elias_da-S.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Aleluia Gretchen. Direção de Sylvio Back. Brasil, 1976. (115 min).

Eternamente Pagu. Direção de Norma Bengell. Brasil, 1987. (100 min).

O país dos tenentes. Direção de João Batista de Andrade. Brasil, 1987. (85 min).

O velho – a História de Luiz Carlos Prestes. Direção de Toni Venturi. Brasil: Funarte/Rio Filmes, 1997. (105 min).

Endereços eletrônicos

Semana de Arte Moderna – 1922. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Instituto Luís Carlos Prestes. Disponível em: <www.ilcp.org.br/>. Acesso em: 23 mar. 2013.

▶ Pequena seleção de textos

1

Linotipos nos jornaes[1]

Uma das questões que mais preocupam os operarios que trabalham nas oficinas dos jornaes diarios é a adquisição por parte das empresas capitalistas, que exploram esse ramo de negocio, das maquinas de compor.

Para os proprietarios essa adquisição é um bom negocio, pois canaliza para seus amplos bolsos grandes proventos. Que maior felicidade para essa gente cuja vida é o negocio, o tanto por cento! Que se tire o pão a algumas dezenas de operarios? Que lhe importa isso ao burguez. Ele só vê que a maquina compõe com rapidez estraordinaria e na sua ancia de esploração e lucros despede operarios.

Esta perspetiva alarmante apresentou-se aos tipógrafos em toda sua brutal realidade. Uma revolta espontânea surjiu, odio até certamente inconsciente. Lonje de protestar contra o dono das maquinas, o que seria lojico, visavam a destruição das maquinas. Incontrovertível é que o asunto ezige uma solução rapida e sensata.

A que acima mencionamos não é nem lojica nem racional, e se por ela se opta-se passariamos (com justiça) deante de todos como enemigos do progresso e o que é mais da nossa propria felicidade; pois numa sociedade melhor organizada maquina será nossa mais eficaz aussiliar na produção.

Além disso é preciso não esquecer que não podemos nos opor a que os patrões introduzam nas suas oficinas as maquinas de compor. Depois esse progresso pode nos servir, nos beneficia mesmo se regulamentamos o trabalho que se fizer na maquina.

Este é ponto esencial da questão, até agora bem pouco ventilado. Já de per si a composição mecânica ezije uma soma de esforços menor á feita a mão, além de que não é tão nociva à saude como esta ultima.

Se a jornada for grande – disse-me um amigo – torna-se excessivamente fatigante, cansando a vista. Pois reduza-se a jornada e organizem-se turmas. O que é imprescindivel, o que se deve evitar a todo trance, mesmo lutando contra a rapacidade do burguez, é que essas maquinas sejam abusivamente empregadas – até o ponto de deixar sem trabalho um grande numero de operarios ainda mesmo que os interessados apregoem que é uma consequencia inevitavel e fatal da introdução das maquinas a eliminação dos braços. [...]

A voz do trabalhador (Rio de Janeiro), 1º jul. 1908, a. I, n. 1, p. 2. In: *A voz do trabalhador* [edição fac-similar]. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Centro de Memória Sindical, 1985.

2

Ode ao Burguês

Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,
O burguês-burguês!
A digestão bem-feita de São Paulo!
O homem-curva! O homem nádegas!
O homem que sendo francês, brasileiro, italiano, é sempre um cauteloso pouco-a-pouco!
Eu insulto as aristocracias cautelosas!
Os barões lampiões! Os condes Joões!
Os duques zurros!
Que vivem dentro de muros sem pulos;
E gemem sangues de alguns mil-réis fracos
Para dizerem que as filhas da senhora falam o francês
E tocam o "Printemps" com as unhas!

Eu insulto o burguês-funesto!
O indigesto feijão com toucinho,
dono das tradições!
Fora os que algarismam os amanhãs!
Olha a vida dos nossos setembros!
Fará sol? Choverá? Arlequinal!

[1] Texto reproduzido com a grafia original.

Mas à chuva dos rosais
O êxtase fará sempre Sol!

Morte à gordura!
Morte às adiposidades cerebrais!
Morte ao burguês-mensal!
Ao burguês-cinema!
Ao burguês-tílburi!
Padaria Suíssa! Morte viva ao Adriano!
"– Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
Um colar... Conto e quinhentos!!!
Mas nós morreremos de fome!"

Come! Come-te a ti mesmo, oh gelatina pasma!
Oh! Purê de batatas morais!
Oh! Cabelos nas ventas! Oh! Carecas!
Ódio aos temperamentos regulares!
Ódio aos relógios musculares! Morte à infâmia!
Ódio à soma! Ódio aos secos e molhados!
Ódio aos sem desfalecimentos nem arrependimentos,
Sempiternamente as mesmices convencionais!
De mãos nas costas! Marco eu compasso! Eia!
Dois a dois! Primeira posição! Marcha!
Todos para a central do meu rancor inebriante!

Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de giolhos,
Cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!
Fora! Fu! Fora o bom burguês!...

ANDRADE, M. de. *Pauliceia desvairada*, 1921, publicado em junho de 1922. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/Caderno%20Macunaima.pdf >. Acesso em: 26 mar. 2013.

Comentários das atividades

Questão interdisciplinar (*Uma experiência no Brás*)

- 1. a) O ácido nítrico é especialmente perigoso quando em contato com o calor e com materiais incompatíveis, como metais alcalinos, alcoóis, amoníaco, cetonas, hidrocarbonetos, entre outros, pois pode causar explosões. Sendo altamente corrosivo e poderoso oxidante, pode causar intoxicações sérias para o homem. A inalação da substância pode irritar severamente as vias respiratórias superiores, causando espirros, tosse, dor torácica, dificuldade respiratória, tontura e salivação, podendo evoluir para edema pulmonar, desmaio e morte. Em contato com os olhos, causa queimaduras graves e até perda da visão. Em contato com a pele, pode causar queimaduras leves ou graves, dependendo da concentração e do tempo de ação do produto. Caso ingerido, o ácido nítrico causa queimaduras nos lábios, boca e língua. Pode levar à necrose do tubo digestivo, causando edema de glote e morte.

b) O ácido nítrico é utilizado em várias atividades industriais, como a fabricação de fertilizantes, tintas, vernizes e plásticos. É usado também na refinação de metais nobres e preciosos e como agente de gravação. Tem ainda aplicação na indústria da borracha, na indústria farmacêutica e na fabricação de nylon, entre outros.

c) A substância só deve ser manipulada em local bastante ventilado ou com exaustão, dotado de chuveiros e lava-olhos de emergência. Os trabalhadores devem usar máscaras especiais, luvas, óculos de proteção e roupas de PVC resistentes a ácidos. Devem ainda passar periodicamente por exames médicos e serem terminantemente proibidos de comer, fumar ou beber na área de trabalho. O armazenamento e transporte do produto devem seguir normas rígidas de segurança, passando constantemente por inspeção.

Professor, a atividade pode ser realizada interdisciplinarmente com Química, para que sejam detalhadas as propriedades físicas e químicas do ácido nítrico; Biologia, para avaliar os efeitos do ácido sobre o organismo e sobre o meio ambiente; e Sociologia, com a finalidade de explorar melhor as condições de trabalho nas indústrias e as leis de proteção ao trabalhador.

Para recordar

1. No início do século XX, como decorrência das condições criadas pela cafeicultura e da concentração da produção no estado, ocorreu o desenvolvimento das indústrias, principalmente em São Paulo. Ao mesmo tempo, um número expressivo de imigrantes estabeleceu-se no Sul e Sudeste do Brasil, o que fez com que essas regiões tivessem um crescimento populacional mais acelerado do que as demais. Como muitos desses imigrantes não permaneceram nas zonas rurais, mas deslocaram-se para as cidades, ocorreu uma aceleração do processo de urbanização, que foi acompanhado pela diversificação da economia. Tais transformações provocaram o surgimento de novas classes sociais e o fortalecimento de grupos recentemente formados, como as camadas médias urbanas e o proletariado. Esses novos grupos sociais logo demonstraram sua força, apresentando reivindicações próprias e atuação política independente, quase sempre contrária às oligarquias. A insatisfação das camadas médias, ainda sem formas de expressão política autônoma, acabou transferindo-se para o exército, onde alimentou o movimento tenentista. Quanto ao proletariado, passou a se organizar em sindicatos para pressionar por melhores condições de trabalho. Com o tempo, à medida que os operários iam adquirindo consciência de classe, sua ação ganhava um caráter de luta política, instigada pelos ideais socialistas e anarquistas.
2. Para concorrer às eleições presidenciais de 1930, Washington Luís indicou como candidato Júlio Prestes, um representante dos interesses da oligarquia paulista como ele, contrariando os princípios da política do café com leite. A oligarquia de Minas, que via no governador do estado Antônio Carlos o candidato natural à sucessão presidencial, reagiu, formando uma frente de oposição à candidatura oficial de Júlio Prestes. A Aliança Liberal, como foi chamada a frente, aglutinava a oligarquia mineira, as oligarquias descontentes de outros estados e setores do eleitorado urbano – burguesia industrial, camadas médias urbanas e proletariado – e representava o fim do pacto que por mais de três décadas permitiu a imposição dos interesses das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais ao resto do país.
3. Às vésperas da eclosão da revolução de 1930, uma grande agitação social tomou conta do país. Cresceu a mobilização operária e camponesa com a formação do BOC, sob a liderança do Partido Comunista. Os tenentes voltavam a defender uma intervenção armada. O assassinato do paraibano João Pessoa causou comoção, ajudando a fortalecer os discursos mais inflamados.

Diante da perspectiva da eclosão de uma revolução popular, na qual a radicalização das posições políticas poderia levar o movimento pela derrubada da oligarquia paulista mais longe do que pretendiam seus opositores mais conservadores, as elites decidiram tomar a frente do movimento a fim de manter o processo político sob seu controle.

Exercícios de História

1. Comparação e análise de documentos
   a) Os textos apresentam projetos distintos para o Brasil e foram elaborados pelos líderes tenentistas Luís Carlos Prestes (convertido ao comunismo em 1930) e Juarez Távora (representante da facção conservadora do movimento). As propostas de Prestes apontam possibilidades de rompimento com as estruturas de poder; as de Juarez, de permanência.
   b) É importante ligar a proposta de Prestes às mudanças ocorridas na Rússia, em 1917. O texto de Juarez Távora faz uma referência aos "conselhos de operários, soldados e marinheiros", propostos por Prestes nos moldes dos sovietes russos. Juarez Távora, por sua vez, ao propor "um regime baseado na representação proporcional de todas as classes, erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos" faz alusão ao regime fascista, em efervescência na Itália, desde 1922.
   c) O rompimento perceptível nas propostas de Prestes se revela na ideia de insurreição das massas populares, tanto dos sertões como das cidades, contra a grande propriedade e o imperialismo norte-americano, visto como as vigas mestras que sustentavam o poder oligárquico de então. Assim, ficariam livres da opressão política e das sucessivas crises econômicas. Com a proposta de Juarez Távora percebe-se um ideário de permanência, ao defender que a revolução deveria se apoiar nos mesmos meios que vigoraram até então (a grande propriedade e o apoio internacional) e ter em suas fileiras o burguês e o proletário.
2. Leitura e análise de tabela
   a) A tabela mostra a relação entre custo de vida e salários.
   b) Professor, a atividade acima pode ser feita com auxílio do professor de Matemática. Para construir o gráfico, o aluno pode desenhar no caderno dois eixos, sendo um horizontal, para os anos, e um vertical, para os valores monetários. O gráfico pode também ser construído com o auxílio de programas de computador disponíveis para serem baixados gratuitamente pela internet.
   c) Podemos concluir que a renda dos trabalhadores não era suficiente para cobrir os gastos básicos de subsistência, que aumentaram com a eclosão da Primeira Guerra, uma vez que os salários não acompanharam o aumento do custo de vida. Assim, podemos deduzir que as condições de vida desses trabalhadores eram precárias e tendiam a se deteriorar.
   d) A situação pode ter sido vetor de insatisfação dos trabalhadores e, por consequência, causa de agitações políticas e sociais.
   e) Os reajustes ocorreram entre 1918 e 1921, sendo o maior em 1918 e 1920. Estes anos foram marcados pela mobilização dos operários e efeitos do incremento da industrialização, por conta das dificuldades de importação.
3. Pesquisa e análise de documento
   a) Tanto o *Manifesto Futurista* de Marinetti quanto o texto da conferência proferida por Menotti Del Picchia na abertura da Semana de Arte Moderna fazem a apologia da vida moderna, assinalada pela velocidade e pelo desenvolvimento tecnológico. Ambos pregam a superação do passado e a busca de um futuro marcado pela ruptura com os valores artísticos consagrados e pela renovação estética. Contudo, o texto de Menotti Del Picchia é muito mais politizado e direto na crítica a uma realidade especificamente brasileira do que é o *Manifesto* em relação à realidade italiana. Além disso, enquanto o *Manifesto* assume uma posição mais ofensiva, o texto da conferência tem um caráter também defensivo, fazendo várias alusões às críticas que eram dirigidas aos artistas modernistas.
   b) O texto faz alusão a uma série de movimentos e transformações sociais, políticas e tecnológicas que marcavam o início do século XX: cita a emergência do movimento proletário, a penetração da ideologia anarquista nos meios operários, a guerra de Canudos, a difusão da música norte-americana, o processo de urbanização e de desenvolvimento tecnológico. Faz ainda a defesa de uma renovação artística capaz de refletir esse mundo transformado, sem a qual a arte correria o risco de se ver cristalizada no tempo, mumificada e apartada da realidade circundante.
   c) O texto pode ser associado às camadas médias urbanas intelectualizadas, pois mostra um distanciamento tanto em relação aos movimentos operários quanto em relação à burguesia e às classes dominantes, e mobiliza imagens e sensações características da vida nas cidades, como a presença marcante da eletricidade, dos automóveis, das fábricas e da agitação política.

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 5 (p. 79 a p. 92).

As diferentes experiências de atuação do Estado na economia liberal é o principal tema deste capítulo. Nos Estados Unidos, a crise de 1929 foi um motivador direto da estruturação do *New Deal*, empreendida pelo governo de Franklin Roosevelt. Na Europa, porém, os acontecimentos da quinta-feira negra somente pioraram as condições de crise socioeconômicas já em curso nos países que se reorganizavam após a Primeira Guerra Mundial, notadamente a Itália e a Alemanha.

Enquanto nos Estados Unidos o liberalismo democrático foi reinventado com a implantação de um programa baseado nos princípios de John Maynard Keynes, nos dois países europeus em destaque tomavam forma e se popularizavam os regimes dos ideários fascista e nazista. Identificar as diferenças entre os ideários, através de seus princípios e desdobramentos em cada sociedade, é um dos objetivos deste capítulo. Para tanto, os textos "O totalitarismo fascista segundo Mussolini" e "A população alemã tinha conhecimento do extermínio dos judeus nos campos de concentração?" são recursos facilitadores junto com a realização das atividades *1. Leitura e análise de gráficos* e *2. Leitura e análise de cartaz de propaganda*.

Ao final do estudo do capítulo, retome os questionamentos propostos na seção *Para pensar historicamente*, momento em que os alunos terão condições de refletir sobre as colocações apresentadas.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e/ou abaixo.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- História e Jornalismo: pesquisar a importância dos meios de comunicação de massa na Alemanha nazista.

▶ Pequena seleção de textos

1

A situação criada pelas especulações da Bolsa de Nova Iorque

A repercussão do fato em Berlim e Amsterdã

UP

Uma reunião de banqueiros

NOVA IORQUE, 29 (U.P.) – Os diretores de meia dúzia das maiores instituições financeiras desta cidade, com recursos que somam aproximadamente sete bilhões de dólares, reuniram-se às primeiras horas da noite de ontem, nos escritórios do Sr. J. P. Morgan, para discutir a situação da Bolsa, em face das últimas baixas das cotações dos títulos. Foi noticiado que nessa reunião foi deliberado prepararem-se planos de mobilização de toda a potencialidade financeira daquelas instituições, a fim de evitar novos desastres.

Os primeiros efeitos do apoio bancário

NOVA IORQUE, 29 (U.P.) – A Bolsa de Títulos abriu com uma baixa de proporções sem precedentes. Porém, logo a seguir, manifestaram-se os primeiros efeitos do mais poderoso apoio bancário que jamais fora prestado ao mercado. As cotações estabilizaram-se e chegou mesmo a verificar-se algumas altas. Mais de 3 250 000 ações foram vendidas nas primeiras horas de funcionamento do mercado. A firma corretora John J. Bell, não conseguindo enfrentar os compromissos assumidos, suspendeu as suas transações. É esta a primeira falência de uma casa de corretagem, ocorrida em consequência da crise atual.

O pânico ligeiramente atenuado

NOVA IORQUE, 29 (U.P.) – Importantíssimos estabelecimentos de crédito e eminentíssimas personalidades bancárias prestaram o seu concurso para dissipar o pânico causado desde o dia 24, pela baixa dos valores na Bolsa de Nova Iorque e que teve funda repercussão nos mercados de Chicago, Filadélfia, São Francisco, Nova Orleans, Montreal e outros. Os Srs. Morgan, Mamout, Mitchell, Wigin, Baker e outros banqueiros tiveram longa conferência ao meio-dia.

O pânico estava à tarde ligeiramente atenuado.

Bibliografia

ALMEIDA, A. M. de. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FRIEDRICH, O. *Antes do dilúvio*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GAY, P. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX:* 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LENHARO, A. *Fascismo, nazismo e integralismo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

________. *Nazismo*: "O triunfo da vontade". São Paulo: Ática, 1999. (Princípios).

LUCÁCKS, J. *O Hitler da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Novas direções).

RICHARD, L. *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANDRONI, P. (Org.). *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

TRENTO, A. *Fascismo italiano*. São Paulo: Ática, 1999. (Princípios).

Tese

BIGAZZI, A. R. *In difesa della razza*: os judeus italianos refugiados do fascismo e o antissemitismo do governo Vargas – 1938--1945. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Arquitetura da destruição. Direção de Peter Cohen. Suécia, 1989. (121 min).

A onda. Direção de Dennis Gansel. Alemanha, 2008. (107 min).

O menino de pijama listrado. Direção de Mark Herman. Estados Unidos, 2008. (94 min).

Endereços eletrônicos

Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <www.2guerra.com.br/novosite>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Especial do Jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a crise de 1929. Disponível em: <www.estadao.com.br/especiais/licoes-de-29,34654.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

O total das transações, que, aliás, constituíram um record, foi de 16 410 050 ações nas bolsas de Nova Iorque.

O Conselho do Federal Reserve Bank esteve reunido em Washington às 6 horas, para tratar da baixa da Bolsa.

Apesar de não terem sido comunicados ao público os resultados da reunião, sabe-se que o Conselho reconheceu que a situação econômica do país está intacta e sã.

[...]

FOLHA DA MANHÃ, 30 out. 1929. In: *Primeira página 1925-1985*. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1985. p. 23.

Rumo ao extermínio

O Coronel C. Gajnow, Comandante do Décimo Quinto Grupo de Aviação, serviu-se de uma forte dose de vodca enquanto examinava as páginas do interrogatório preliminar do Dr. Adam Kelno, que requeria permissão para ingressar nas Forças Polonesas Livres.

ADAM KELNO, MÉDICO – nascido perto da aldeia de Pzetzeba, em 1905. Formado pela Universidade de Varsóvia, na Escola de Medicina. Começou a praticar como cirurgião em 1934.

Havia o testemunho de seu primo, o major Zenon Myslenski, de que Kelno aderira ao Movimento Nacionalista Polonês desde estudante. Quando a Segunda Guerra começara, estando a Polônia ocupada pela Alemanha, Kelno e sua mulher Stella haviam imediatamente se alistado no Movimento Nacionalista Clandestino.

Depois de alguns meses sua atividade foi descoberta pela Gestapo. Stella Kelno foi fuzilada.

Por um milagre Adam Kelno escapou e foi mandado para o Campo de Concentração de Jadwiga, localizado a meio caminho entre Krakow [Cracóvia] e Tornow, no Sul da Polônia. Era um enorme complexo industrial para alimentar a máquina de guerra alemã, utilizando o trabalho de centenas de milhares de escravos.

O relatório dizia ainda que o Dr. Kelno havia se transformado num líder dos médicos prisioneiros e muito havia contribuído para melhorar o primitivo sistema hospitalar. Kelno era um médico competente e abnegado.

Quando, no fim da guerra, o sistema de exterminação havia sido introduzido em Jadwiga, Kelno salvara muitos milhares de vidas, falsificando certidões e atestados de óbito que entregava ao movimento clandestino.

URIS, L. *QB VII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bruguera, 1970.

Comentários das atividades

Para recordar

1. No início do século XX, os Estados Unidos experimentavam um crescimento econômico acelerado. A produção crescia a passos rápidos e o número de empresas se multiplicava. Contudo, esse crescimento não era acompanhado de um aumento na renda dos trabalhadores, impedindo a ampliação do mercado consumidor. Paralelamente, o otimismo decorrente da prosperidade da economia norte-americana fazia com que as ações negociadas na Bolsa valorizassem rapidamente, fomentando a especulação financeira. Entretanto, a superprodução sem escoamento, gerando uma estocagem cada vez maior por causa do subconsumo, levou a especulação financeira ao limite. Apesar de a situação caminhar para um cenário de crise, o governo dos Estados Unidos não tomou qualquer medida para interferir nos rumos da economia, uma vez que os republicanos mantinham-se fiéis aos preceitos liberais. A crise finalmente explodiu em 24 de outubro, a chamada Quinta-Feira Negra, quando muitas pessoas tentaram vender suas ações e não encontraram compradores, o que provocou uma redução drástica dos preços. Os investidores, atemorizados, tentavam livrar-se dos papéis, originando uma avalanche de ofertas de ações, que derrubou ainda mais velozmente os preços, arruinando a todos.
2. Resposta pessoal.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de gráficos
   a) O primeiro gráfico mostra o comportamento da Bolsa de Valores de Nova York entre 1927 e 1933. O segundo mostra a taxa de desemprego nos Estados Unidos entre 1929 e 1942.
   b) No primeiro gráfico observamos uma queda acentuada do movimento financeiro na Bolsa de Valores a partir de 1929, sendo que entre 1932 e 1933 os índices se tornam críticos. É exatamente nesse mesmo período que os índices de desemprego nos Estados Unidos se tornam mais altos. Isso se explica pelo fato de a queda da Bolsa ter sido acompanhada por uma série de falências, que eliminaram postos de trabalho de milhões de pessoas.

c) A partir de 1932 observa-se uma progressiva e contínua queda do desemprego nos Estados Unidos, que se acelera notavelmente a partir de 1940, aproximadamente. Essa recuperação dos postos de trabalho foi resultado da política do *New Deal*, adotada por F. Roosevelt, que consistiu fundamentalmente numa ampliação da intervenção do Estado na economia. Para recuperar a economia, o presidente Roosevelt determinou grandes emissões monetárias, inflacionando deliberadamente o sistema financeiro; fez investimentos estatais de monta, como hidrelétricas, e estimulou uma política de empregos, entre outras medidas.

2. Leitura e análise de cartaz de propaganda

a) No início da década de 1930, verificava-se, na Alemanha, um evidente enfraquecimento da social-democracia, acompanhada por um crescimento do Partido Comunista e do nazismo, sinalizando uma tendência à radicalização política. Em março e abril de 1932, a Alemanha realizou eleições para a presidência, vencidas pelo liberal conservador Hindenburg, com 53% dos votos no segundo turno, contra 36,8% conseguidos por Hitler. No mesmo ano, em julho, foram convocadas eleições parlamentares, depois de o Congresso ter sido dissolvido pelo chanceler Von Papen, associado à direita católica alemã. Nessas eleições, os nazistas conseguiram uma expressiva eleição, conquistando 230 cadeiras no Congresso alemão.

b) Foram elementos marcantes da ideologia alemã o nacionalismo, o anticomunismo, o antissemitismo, o antiliberalismo, o militarismo, o autoritarismo, o totalitarismo e o romantismo.

c) No cartaz podemos identificar uma multidão, a suástica nazista, o número 1 e o texto que acompanha a imagem.

d) Bem no centro do cartaz, vemos a suástica nazista e, sobre ela, o número 1, representados como um bloco imponente, firme e sólido de cor vermelha. Aos quatro cantos da suástica acorre uma multidão de pessoas, cuja individualidade não se percebe, já que se fundem numa massa formada por pequenos pontos negros, semelhantes a formigas. Sob a suástica, o nome do partido nazista e, acima dela, o texto "o povo vota chapa 1".

e) Resposta pessoal. Uma interpretação possível é considerar que, no cartaz, as pessoas são mostradas como uma multidão de seres pequenos e insignificantes, que formam uma massa sem rostos. Contudo, essa insignificância e suposta falta de identidade desaparece à medida que a massa é assimilada pela suástica, fundindo-se a ela, penetrando-a. Aglutinada sob o signo do partido nacional-socialista, a multidão toma uma forma definida e ganha firmeza e solidez aparentemente inabaláveis; agiganta-se e se impõe. Essa imagem vem ao encontro do ideal nacionalista e totalitário nazista. Os alemães tornar-se-iam mais fortes se unidos como povo, superando diferenças de classe. Abraçando um único e mesmo ideal, protegido sob a autoridade de um Estado forte, que se confundia com o Partido, o povo alemão "cresceria" e, assim, conquistaria o equilíbrio e o poder pelos quais se ansiava.

Professor, informe seus alunos de que parte importante das modernas estratégias de *marketing* que hoje são empregadas para promover a venda dos mais variados bens de consumo nasceu na Alemanha nazista, sob a direção de Joseph Goebbels. Foi aí que as técnicas de persuasão passaram a se concentrar mais nas emoções do que na razão e que os meios de comunicação de massa ganharam importância política. Foi também sob o nazismo que se desenvolveu a propaganda subliminar, largamente empregada nos anos 1970 por grandes companhias, até ser considerada antiética e proibida em vários países. A análise do cartaz exibido na atividade pode ser feita interdisciplinarmente com Língua Portuguesa e Arte, a fim de melhor explorar os elementos contidos nele, como o uso da cor vermelha, a concepção da imagem da suástica como um bloco monolítico e a força do número 1. A seguir, é possível analisar anúncios de publicidade modernos, apontando semelhanças entre eles e os recursos de persuasão usados pelos alemães.

3. Leitura e análise de artigo de jornal

a) Porque defende que só há unanimidade onde não há reflexão e as opiniões se cristalizam sob a força da repetição e da reprodução.

b) Sim, pois o nacionalismo homogeneizava a sociedade alemã, plasmava-a sob uma mesma identidade. Essa sociedade homogênea, que recusa o diferente, o "outro", foi a base sobre a qual se ergueu o nazismo, ao defender a entrega dos alemães a uma vontade e a um objetivo únicos.

c) Resposta pessoal. O texto de João Pereira Coutinho faz a defesa do pluralismo e da preservação do espaço democrático do debate, fundamental para a reflexão. De acordo com o articulista, é no confronto das opiniões diferentes que o senso crítico é estimulado e as posições relativizadas. Num ambiente onde um pensamento único se impõe, os indivíduos são arrastados para o radicalismo, uma vez que suas posições são reiteradas e reforçadas a todo instante, fazendo desaparecerem as incertezas e a capacidade de olhar o mundo por um viés diferente daquele que foi encampado pelo grupo.

d) Resposta pessoal. Incentive os alunos a considerarem na discussão diferentes aspectos da sociedade contemporânea: a tendência à homogeneização dos gostos e valores estimulada pela globalização, o papel dos meios de comunicação de massa, a função da moda, a enorme disponibilidade de informações oferecida pela internet, as condições favoráveis ao debate de ideias que caracterizam os regimes democráticos, etc. Não se preocupe aqui em levar o grupo a um consenso, mas estimule-o a enriquecer seus argumentos e a aprofundar a reflexão. Reforce as diferenças de opinião que aparecerem nos debates e, ao final, retome com os alunos a importância de terem seus pontos de vista confrontados por outros, diferentes dos seus.

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: – na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

Getúlio Vargas

10 de novembro de 1937

Citado por CARONE, E. *A Terceira República (1937-1945)*. p. 12. Disponível em: <www.webhistoria.com.br/arqudirfont7.html>. Acesso em: 26 mar. 2013.

2

O Estado Novo

Nélson Jahr Garcia

O Estado Novo constituiu um momento político em que se retomou o processo iniciado com a revolução de 30 e se instauraram e desenvolveram as instituições necessárias a permitir o equilíbrio das diversas forças, possibilitando a rearticulação do sistema. As reformas se fizeram sob a direção do Estado que, com seus aparelhos reestruturados, atuava através de controles administrativos, permitindo assim envolver os diversos setores da sociedade em um novo sistema de relações, num processo de mobilização econômica e desmobilização política. Realizaram-se, com isso, as condições necessárias à instauração de um novo modo de acumulação voltado para o mercado interno e com maior ênfase no setor secundário. Era uma tendência que se vinha manifestando desde a revolução de 30, mas que não poderia se realizar plenamente, sem a neutralização das tensões geradas com os conflitos entre grupos heterogêneos, a revelarem que as medidas não poderiam ser tomadas sob a direção exclusiva de nenhum setor da sociedade. A crise de hegemonia determinou uma maior autonomização do Estado que se concretizou pelo fortalecimento do Executivo, pela centralização político-administrativa e pela incorporação de entidades da sociedade civil, assim transformadas em aparelhos de Estado.

O fortalecimento do Governo Federal se manifestou, principalmente, na concentração de poderes no Executivo. Com o fechamento do Congresso e das Assembleias estaduais, transferiu-se ao "Presidente" o poder de legislar que, além disso, poderia demitir, transferir, reformar e afastar funcionários civis e militares. Pelo "estado de emergência" decretado, suspendiam-se os direitos políticos e individuais, e quaisquer atos a eles reativos ficavam subtraídos à apreciação judicial. Os partidos e associações ficavam proibidos de funcionar. Aperfeiçoou-se o aparato repressivo e, além da ampliação dos órgãos policiais e de censura, promoveu-se a reorganização e fortalecimento das Forças Armadas.

O fortalecimento exigia uma reformulação do sistema de relações entre Estado e Sociedade Civil que se realizou através da criação de uma estrutura administrativa rigidamente hierarquizada, com características corporativistas. A estrutura administrativa montada compunha-se de três pilares fundamentais, consistentes na Presidência da República, nas Interventorias controladas pelo DASP e no conjunto dos órgãos técnicos e burocráticos federais. Na cúpula do sistema encontrava-se a Presidência da República, com a assessoria dos Ministérios, a quem se subordinavam todos os demais setores do organismo político-administrativo, evidenciando o processo de centralização adotado. O sistema de Interventorias, criado após a revolução de 30 e aperfeiçoado com o Estado Novo, era o mecanismo estabelecido para manter o controle dos governos estaduais, para cuja chefia eram nomeadas pessoas de confiança do Governo Central (os Interventores). O DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), criado em 1938, era um órgão de administração geral. Tinha ramificação em cada estado (os departamentos estaduais) com a função de assessorar os Interventores, essencialmente em decisões de natureza técnica. Na prática, os Interventores acabaram submetidos aos departamentos, que passaram a funcionar com características de legislativos estaduais. A articulação entre Interventorias e DASP permitia, ao Executivo Federal, exercer o controle absoluto dos estados que, assim, foram transformados em simples divisões administrativas. Com isso, abandonavam-se definitivamente os resquícios do federalismo e dos regionalismos da República Velha.

GARCIA, N. J. *Estado Novo, ideologia e propaganda política*. Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/colecaoridendo/estado_novo_ideologia_e_propaganda_politica.htm>. Acesso em: 26 mar. 2013.

Teses

ALVES, J. M. *Entre as trincheiras da oposição*: o trabalhismo varguista (1943-1945). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PONTES, M. M. *Luiz Carlos Prestes e Olga Benário*: construções identitárias através da história e da literatura. Uberlândia: Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1294 >. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Corações sujos. Direção de Vicente Amorim. Brasil, 2011. (107 min).

Getúlio Vargas. Direção de Ana Carolina. Brasil, 1974. (76 min).

Memórias do cárcere. Direção de Nélson Pereira dos Santos. Brasil, 1984. (124 min).

Rádio auriverde. Direção de Sylvio Back. Brasil, 1991. (80 min).

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. Getúlio Vargas assumiu a posição de mediador dos conflitos entre os diferentes grupos sociais, com a tentativa de manipulação social consoante suas necessidades políticas, de maneira a tentar manter em suas mãos as rédeas do Estado. Assim, para procurar controlar os cafeicultores, adotou medidas que impediam a eclosão de uma crise de superprodução e, assim, garantiam os lucros do setor. A fim de responder às demandas da burguesia, defendeu uma política de substituição das importações, incentivando o desenvolvimento da indústria nacional. Ao mesmo tempo, procurava controlar os movimentos operários forçando o atrelamento dos sindicatos ao Estado, mas angariava apoio da massa de trabalhadores propondo uma legislação trabalhista que lhe assegurava vários direitos. Quanto às camadas médias urbanas, tranquilizava-as combatendo o avanço comunista no país.
2. O papel do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda – órgão federal criado durante o Estado Novo –, era avaliar todo material cultural e informativo produzido no país e liberá-lo ou censurá-lo conforme seu conteúdo favorecesse ou contrariasse a política varguista. Além disso, o DIP era responsável pela produção de material noticioso, educativo e propagandístico favorável ao governo, concentrando os esforços de veicular uma imagem positiva do presidente e, com isso, angariar apoio popular.

   Aproveite as respostas dadas às questões para solicitar aos alunos que avaliem o papel da indústria de propaganda varguista e suas estratégias para lidar com diferentes setores sociais. Pode-se propor uma produção escrita em dupla ou trio, na qual os alunos articulem essas informações.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de fonte historiográfica
   a) Os comunistas pretendiam capitalizar a seu favor a imagem de herói construída em torno da figura de Prestes durante sua luta contra o governo oligárquico. Associando-se à imagem de Prestes, o Partido Comunista tornava-se mais conhecido e conquistava a simpatia pública.
   b) Não. Enquanto os comunistas enfatizavam as características positivas atribuídas a Prestes, como coragem e dedicação à luta contra injustiças, os anticomunistas se esforçavam para inverter essa imagem, ligando Prestes à instauração do caos e pintando-o como traidor da pátria.
   c) O objetivo dessa atividade é estimular a reflexão crítica acerca da construção da imagem das figuras públicas e levar os alunos a relativizar as opiniões veiculadas na mídia sobre as principais lideranças políticas nacionais e internacionais. É importante que eles compreendam que a imagem que temos dos homens públicos nunca é neutra; é sempre produto de uma construção ideologicamente orientada.
2. Leitura de texto e redação

   Professor, essa atividade pode ser feita interdisciplinarmente com Língua Portuguesa/Redação. É importante que na dissertação o aluno conduza o leitor a uma conclusão acerca da política ambígua adotada pelo Estado Novo e que não se perca em informações soltas, que não levam à reflexão nenhuma. Para que a dissertação se desenvolva adequadamente, é importante que os alunos sejam orientados a partir de modelos ou esquemas de elaboração desse tipo de texto.
3. Leitura e análise de literatura de cordel
   a) Duas: de Jesus Cristo até nação e de Morreu até História.
   b) Na primeira, paixão / coração / nação. Na segunda, glória / memória / história.
   c) As rimas e a métrica dão sonoridade aos cordéis, aproximando-o da tradição oral e facilitando a apreensão do seu conteúdo. Muitas vezes são elas que dão o tom lúdico ou dramático das histórias, provocando as emoções dos leitores.
   d) Assim como Jesus sofre e se deixa sacrificar para salvar os homens, Getúlio dá sua vida por amor ao povo brasileiro.
   e) Resposta pessoal. A questão visa estimular a discussão sobre a mitificação de personagens históricas e a relação estabelecida por esse processo entre política e religião. Também busca estimular os alunos a argumentar, positiva ou negativamente, sobre o governo de Vargas.
   f) Resposta pessoal. É possível identificar na história brasileira vários momentos em que políticos e governantes buscaram associar sua imagem à de Vargas. Cita-se como exemplo as campanhas políticas do PDT e muitas atitudes do governo Lula, destacando-se, particularmente, o episódio em que ele se deixou fotografar com as palmas da mão sujas de óleo, numa imitação consciente do gesto de Getúlio por ocasião da criação da Petrobras. No decorrer da discussão, levante com os alunos os motivos que podem fazer com que políticos e governantes persigam essa identificação com a imagem de Vargas.
   g) Resposta pessoal.

   Professor, a atividade pode ser realizada interdisciplinarmente com Língua Portuguesa. É importante que os alunos consigam identificar os versos, estrofes, rimas e a métrica do texto acima. Pode-se também caracterizar o gênero literário do cordel e apresentar aos alunos outros exemplos. A participação do professor de Arte pode ser interessante para explicar a técnica da xilogravura. Caso desejem, a equipe pode pedir para que os alunos criem seus próprios cordéis, inspirados em temas variados ou versando sobre algum tema escolhido por vocês.

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 7 (p. 110 a p. 129).

Neste capítulo, os alunos retomam as reflexões a respeito das relações entre economia e política na configuração de movimentos autoritários, como o nazismo e o fascismo, para pensar a respeito dos condicionantes da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos. A mesma articulação também é percebida nos processos diplomáticos que se instauraram para a criação das Organizações das Nações Unidas, em 1945. Ainda sobre os significados de uma guerra, é importante destacar que os alunos não podem ser levados a pensar que empreendê-la é algo justificável, assunto problematizado na seção *Para pensar historicamente*.

É relevante que se reflita sobre os interesses que levaram os países aliados a entrar na guerra, observando que isso não ocorreu prioritariamente devido às atrocidades cometidas pelo regime hitlerista (que já ocorriam desde a década de 1920), mas pelos interesses econômicos e políticos que envolviam a questão. Esse aspecto poderá ser retomado na ocasião em que os alunos estudarem outros conflitos, como a guerra civil em Ruanda ou os confrontos em outros países da África, que, diferentemente, não receberam ajuda, mas cuja população foi massacrada em genocídios atrozes.

Além do confronto em si, e sobre as políticas de aliança que se formaram, é importante discutir o comportamento da população frente aos acontecimentos. O texto "Resistência e colaboracionismo" trata das diferentes estratégias adotadas em diferentes países europeus contra o avanço do nazismo. Por outro lado, as atrocidades cometidas pelas forças militares em confronto, tanto do lado do Eixo como dos Aliados, são questionadas nos textos da atividade *2. Leitura e análise de fonte historiográfica* e *3. Observação de imagem e reflexão*.

Sugerimos que, antes de iniciar o estudo do capítulo, as características do nazismo e do fascismo, bem como a necessidade atual de combater práticas fundamentadas nesses movimentos sejam retomadas.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e/ou abaixo.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- História e cinema: assistir a um dos filmes indicados a seguir e destacar aspectos históricos relacionados ao ideário de seus personagens e ao contexto histórico em que se situa a trama dos filmes. São eles:

  – ***Terra e liberdade***. Direção de Ken Loach. Itália, Espanha, Reino Unido, Alemanha, 1986. (109 min). Trata da atuação das milícias de voluntários que lutaram durante a Guerra Civil Espanhola contra o ditador Franco.

  – ***Trem da vida***. Direção de Radu Miheaileanu. França, Bélgica, Holanda, 1998. (103 min). Apresenta um vilarejo judeu no interior da França. Em 1941, os moradores desse vilarejo, diante da iminência de receber os nazistas que os enviarão para um campo de concentração, resolvem eles mesmos simularem a deportação usando um trem. A simulação, porém, vai se revelando cada vez mais real e saindo do controle dos participantes.

▶ Pequena seleção de textos

1

Segunda Guerra Mundial

Sessenta milhões de homens em armas, 50 milhões de mortes (a maioria na população civil) como resultado direto dos combates, ou "80 milhões de pessoas, se se contar também as que morreram por fome e doença […] oito vezes mais do que na Primeira Grande Guerra: ao todo, aproximadamente, 4% da população mundial da época, e tudo isso em escassos cinco anos. Os números da Segunda Guerra Mundial estão aí para demonstrar a validade da alternativa histórica que Rosa Luxemburgo colocara imediatamente após a Primeira Guerra Mundial: "Socialismo ou Barbárie".

Embora os números não expressem a qualidade das mortes, eles refletem a quantidade dos massacres absurdos da população civil, desnecessários do ponto de vista militar, levados adiante

Bibliografia

COGGIOLA, O. (Org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã/USP/FFLCH, 1995. (Eventos).

DELMAS, C. *História política da bomba atômica*. Lisboa: Livros do Brasil, 1970.

FERRO, M. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995. (Século XX).

HILLS, K. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1997. (Guerras que mudaram o mundo).

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX:* 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PEDRO, A. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo/Campinas: Atual/Unicamp, 1987. (Discutindo a História).

REIS, J. C. *Escola dos Annales*: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SADER, E. *Século XX*: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória*. Campinas: Papirus, 1988.

Filmes

Além da linha vermelha. Direção de Terrence Malick. Estados Unidos, 1998. (170 min).

A lista de Schindler. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos, 1993. (195 min).

A vida é bela. Direção de Roberto Benigni. Itália, 1997. (116 min).

Filhos da guerra. Direção de Agnieszka Holland. Alemanha/França, 1991. (115 min).

Leni Riefenstahl, a deusa imperfeita. Direção de Ray Muller. Alemanha/Bélgica, 1993. (182 min).

Stalingrado – a batalha final. Direção de Joseph Vilsmaier. Alemanha, 1993. (140 min).

Underground – mentiras de guerra. Direção de Emir Kusturica. Alemanha/França/Hungria, 1995. (169 min).

Endereços eletrônicos

Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <www.2guerra.com.br/novosite/>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: Disponível em: <www.anvfeb.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

por todos os principais protagonistas da guerra, mas especialmente pelos "democratas" Aliados, a exemplo do inútil bombardeio da cidade alemã de Dresden (quando a capitulação da Alemanha já era questão de horas), ou das bombas atômicas lançadas sobre Hiroxima e Nagasáqui, com suas centenas de milhares de mortos civis e seus efeitos ainda sensíveis décadas depois […]

De fato, o racismo não foi patrimônio exclusivo dos nazistas, assim como as experiências científicas do Dr. Mengele em Auschwitz (ou de seu equivalente japonês, a Unidade 731 do norte da China). Os Estados Unidos acabam de reconhecer oficialmente ter submetido a provas nucleares mais de 600 pessoas no seu próprio território durante a Segunda Guerra, incluindo dezoito norte-americanos que morreram depois de ter recebido injeções de plutônio.

O racismo e a barbárie foram multidirecionais. […]

COGGIOLA, O. *O sentido histórico da Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: <www.oolhodahistoria.ufba.br/01sentid.html >. Acesso em: 26 mar. 2013.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem;

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais; Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 26 mar. 2013.

▶ Comentários das atividades

Questão interdisciplinar (*Caricatura do Plano Marshall*)

- O desenhista cria uma desproporção de tamanho entre o conjunto que representa o capitalismo e o elemento gráfico que representa a paz. O capitalismo está associado a uma enorme barreira humana, uma massa compacta de homens mal encarados e hostis, todos portando armas e em atitudes ofensivas, inclusive o papa. Contrastando com esse grupo, vemos a paz, no canto direito inferior, pequena e solitária, afastando-se do grupo pelo qual é enxotada. O personagem que representa a paz foi desenhado numa posição como se estivesse prestes a sair do recorte do quadro.

Professor, nessa atividade, que pode ser desenvolvida interdisciplinarmente com Arte, a interpretação da charge já está feita no enunciado. O que se espera é que o aluno identifique os recursos gráficos usados pelo desenhista

para comunicar uma ideia. A proposta é trabalhar a linguagem não verbal e a maneira pela qual as ideias podem ser comunicadas sem o uso de palavras.

Para recordar

1. Com base nas informações do capítulo, os alunos podem citar como fatores para a eclosão da Segunda Guerra: a humilhação imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes, que colaborou para o aprofundamento da crise que se abateria sobre o país depois da Primeira Guerra e o consequente fortalecimento do nacionalismo revanchista; a difusão da ideologia nazista diante do fracasso do governo liberal e do medo da burguesia de que o comunismo se fortalecesse na Alemanha; e os efeitos devastadores da crise de 1929 sobre a economia alemã, agravando a situação já desoladora da população alemã.
2. a) As principais potências vencedoras da Primeira Guerra, França e Inglaterra, não reagiram ao crescimento militarista e expansionista da Alemanha, limitando-se a tímidas censuras diplomáticas.
   b) Essa política, conhecida como política de apaziguamento, visava evitar um novo conflito armado. Além disso, para boa parte dos governantes europeus, identificada com o pensamento liberal, o crescimento da URSS era um problema maior, para o qual, talvez, o anticomunismo declarado dos nazistas fosse uma barreira.
3. a) O bloco do Eixo era formado por: Itália, Alemanha e Japão. O bloco do Aliados por, sobretudo, Inglaterra, Rússia e Estados Unidos. Vale lembrar ainda que a França esteve com os Aliados até a ocupação nazista, quando subiu ao poder, em Vichy, um governo colaboracionista e a luta contra os nazistas foi assumida por um grupo de resistência francês, o Movimento França Livre.
   b) Não. Os países Aliados defendiam a ideologia liberal, com exceção da Rússia , que era comunista. Ao passo que a Itália e a Alemanha, do Eixo, defendiam o nazi-fascismo antiliberal e anticomunista. O Japão, às vésperas da guerra, era uma monarquia absolutista, mas controlada de fato por chefes militares que alimentavam planos expansionistas e esperavam obter apoio alemão e italiano para formar na Ásia um grande império.
   c) O ataque japonês à base militar de Pearl Harbor, no Pacífico, em 1941.

Exercícios de História

1. Leitura e análise de documento
   a) Em 1940 a Itália declara guerra à Inglaterra e à França, assumindo uma posição ofensiva. A Inglaterra é bombardeada pelos alemães e a França é invadida por tropas nazistas, permitindo a subida de um governo colaboracionista ao poder. O apoio norte-americano aos aliados começa a crescer.
   b) De acordo com a descrição do jornalista, Hitler era um indivíduo medíocre em todos os sentidos: não tinha talento, nem cultura, nem inteligência. Não tinha domínio sobre si, tendendo a agir inspirado por impulsos, de maneira irracional. Era barrigudo e ridículo. Tinha, ainda, caráter duvidoso, revelando-se um traidor e mentiroso.
   c) Sim, pois o autor lista e enfatiza apenas os defeitos de Hitler, fazendo parecer absurda sua ascensão na Alemanha. A descrição parece buscar, deliberadamente, desmoralizar o chanceler alemão e incitar o repúdio a ele e aos alemães que o apoiavam.
   d) Resposta pessoal. Logo após o desfecho da Segunda Guerra, os analistas, em grande medida influenciados pela publicação de relatos escritos por colaboradores do *Führer* e pelos estudos psicanalíticos de sua personalidade, atribuíram a responsabilidade pelo conflito à Hitler, de forma pessoal. Foi somente na década de 1950 que historiadores anglo-saxões buscaram explicações de outra natureza para a eclosão da Segunda Guerra, ficando a figura do líder nazista relegada ao segundo plano. Desde então, muitos livros e teses têm sido escritos sobre o tema, incluindo trabalhos que responsabilizam todo o povo alemão pela escalada do nazismo e pelo início do conflito mundial. Ainda assim, a demonização de Hitler continua tendo forte apelo sobre o senso comum, conduzindo à explicação simplista de que ele foi o único causador do flagelo mundial. Assim, a atividade tem como intenção problematizar as interpretações "personalistas" da história e provocar uma discussão mais analítica sobre os fatores que podem explicar a ascensão do nazismo na Alemanha e a eclosão da Segunda Guerra.
2. Leitura e análise de fonte historiográfica
   - Resposta pessoal. Enquanto o primeiro texto condena os bombardeios às cidades alemãs, classificando-os como crime de guerra, posto que voltados contra a população civil, o segundo texto os justifica, mostrando que as mesmas táticas foram empregadas pelos nazistas e que os bombardeios tinham, sim, função militar no contexto da Segunda Guerra. Oriente os alunos a perceber onde reside a diferença central entre as duas posições e a localizar os argumentos que as sustentam. A seguir, estimule-os a debater e a argumentar com novas informações em favor da posição que assumirem. Caso necessário, peça para que aprofundem seus conhecimentos sobre o tema por meio de pesquisas, enfatizando os ataques alemães à Guernica e Varsóvia, bem como os ataques dos aliados a Dresden e Berlim. Mostre-lhes fotos das cidades destruídas e, se possível, relatos de sobreviventes dos bombardeios. É importante que tenham informações sobre o Tribunal de Nuremberg e que leiam a quarta Convenção de Genebra, de 1948. Caso haja tempo, é possível analisar outros casos de ataques perpetrados contra civis na história recente, como nos conflitos entre árabes e israelenses, nos ataques da Otan à região dos Bálcãs e na guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão e o Iraque.
3. Observação de imagem e reflexão
   a) A destruição foi produzida por ataques com bombas nucleares.
   b) O bombardeio foi promovido pelos Estados Unidos.
   c) Segundo as autoridades estadunidenses, pretendia-se abreviar o fim da guerra. Contudo, muitos analistas entendem o ataque nuclear contra o Japão como uma demonstração de força com o objetivo de inibir em especial as pretensões de expansão soviéticas.
   d) Resposta pessoal. Além de obras importantes e artigos publicados em revistas especializadas, há filmes de ficção e documentários que podem ser sugeridos para aprofundar a discussão. Vale a pena consultar o livro-reportagem *Hiroxima*, de Jonh Hersey (Companhia das Letras) e a análise sobre o desenvolvimento das armas de destruição em massa de Peter Smith, em *Os homens do fim do mundo* (Companhia das Letras). Entre os paradidáticos, podem ser consultados *6 de agosto de 1945*, de Fernanda Torres Magalhães (Companhia Editora Nacional), *A era atômica*, de Roberto Maiocchi (Ática) e *O brilho de mil sóis*, de José Augusto Dias Junior e Rafael

Roubicek (Ática). Recomendamos, ainda, os filmes *Black Rain: a coragem de uma raça*, dirigido por Shohei Imamura (Japão, 1989), *Filhos de Hiroxima*, de Kaneto Shindô (Japão, 1952), e *Rapsódia em agosto*, de Akira Kurosawa (Japão, 1991), além do documentário *Hiroxima* (Discovery Channel). Outro material interessante para estimular o debate sobre o assunto é a série em quadrinhos *Gen*, de Keiji Nakazawa (Conrad). Indicamos ainda a navegação pelo *site* do Museu do Memorial da Paz de Hiroxima (Disponível em: <www.pcf.city.hiroshima.jp>. Acesso em: 26 mar. 2013) e a observação dos desenhos no *site* <www.pcf.city.hiroshima.jp/BPW/spanish/index.html>. Acesso em: 26 mar. 2013).

e) Resposta pessoal. É importante solicitar que os alunos mobilizem, em suas argumentações, informações coletadas na pesquisa.

f) Resposta pessoal. Mostre aos alunos como são escassas as produções cinematográficas sobre o bombardeio à Hiroxima e Nagasáqui em comparação com os filmes que abordam o Holocausto, por exemplo. Chame a atenção ainda para o fato de os filmes feitos sobre o assunto serem, quase sempre, japoneses e nunca norte-americanos. Enfatize também a limitação das informações sobre o tema nas obras destinadas a discutir a Segunda Guerra Mundial e problematize o silêncio que cerca o bombardeio nuclear sobre as cidades japonesas: por que o assunto é evitado? O uso de armas nucleares era realmente necessário para o fim da guerra? É possível afirmar que a importância dos horrores do Holocausto supera os efeitos do sofrimento da população afetada pelas armas de destruição em massa? Por que os responsáveis pelo bombardeio não foram julgados como criminosos de guerra? Estas e muitas outras questões podem ser propostas aos alunos.

Professor, procure a colaboração dos professores das áreas de Física, Química e Biologia para refinar a pesquisa proposta e aprofundar o tema com os alunos. O professor de Química poderá pedir para que os alunos investiguem os materiais utilizados com objetivos nucleares, como o urânio, conhecendo suas propriedades e entendendo o que é a radioatividade. Física poderá trabalhar com os alunos a diferença entre fissão e fusão, e explicar como ocorre uma reação nuclear e por que ela é tão destrutiva. Finalmente, a área de Biologia poderá propor uma investigação sobre os efeitos da radiação nos organismos vivos, detalhando sua ação nas células.

Questões & testes

Capítulo 1

Enem

1. A

Vestibulares

2. A

Capítulo 2

Vestibulares

3. 01 + 02 + 04 + 16 = 23

4. a) Antes da Primeira Guerra Mundial as batalhas eram caracterizadas por "guerras de movimento", com o deslocamento de grande contingente humano, com armas pessoais e enfrentamentos "corpo a corpo" nos quais os indivíduos eram decisivos. Com o avanço da tecnologia bélica, durante a Primeira Guerra Mundial, houve grande modificação nos conflitos, com a percepção de que as armas de destruição em massa é que determinavam as possibilidades de vitória, com a destruição da infraestrutura inimiga e não necessariamente com a eliminação do exército adversário.

b) A Primeira Guerra Mundial foi um conflito que tem forte relação ao momento vivido pelo capitalismo do final do século XIX e início do XX, pois um dos principais motivos geradores do conflito foi a disputa imperialista entre as nações europeias, envolvidas no neocolonialismo com o objetivo de explorarem matéria-prima, mão de obra barata e garantir mercado consumidor, instalando suas indústrias e ampliando o poderio econômico. Portanto, foi a expansão do capitalismo em sua fase imperialista, com intensa disputa por territórios na África e Ásia, que deu origem à Grande Guerra.

5. Os duros termos do Tratado de Versalhes (1919), em relação à Alemanha, criaram um clima favorável ao nacionalismo e ao militarismo do nazismo e, portanto, à Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 3

Vestibulares

6. B

7. a) A Revolução Russa representou, no início do século, a possibilidade de construção de sociedades mais justas e igualitárias, de destruição de um modelo capitalista opressor e concentrador de riquezas e estimulou milhões de pessoas, principalmente trabalhadores e jovens, em diversos países do mundo, a uma luta política pela construção de um novo mundo.

b) O ano de 1989 tornou-se emblemático para a crise do socialismo, com a "queda do muro de Berlim", símbolo da divisão do mundo em blocos antagônicos, que é a principal característica da Guerra Fria. A queda do muro apenas refletiu a crise do modelo soviético, estagnado há décadas, tanto que foi mais uma festa do que uma revolução. A crise do modelo soviético está associada à incapacidade da antiga URSS manter sua política de corrida armamentista que tentava acompanhar os Estados Unidos e pela debilidade de seu potencial industrial.

Capítulo 4

Enem

8. D

Vestibulares

9. C

Capítulo 5

Enem

10. B

Vestibulares

11. D 12. E

Capítulo 6

Enem

13. E

Vestibulares

14. C

Capítulo 7

Enem

15. E

Vestibulares

16. D 17. B

18. a) Durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil vivia a República Velha, mantendo uma economia fortemente baseada na exportação de café. A participação do Brasil ao lado dos países Aliados, a partir de 1917, foi bastante reduzida do ponto de vista militar.
    b) Durante a segunda Guerra Mundial, o Brasil vivia o período de industrialização do Estado Novo. Após hesitação inicial, Vargas alinhou-se com os estados Unidos, declarando guerra ao Eixo. Seguiu-se a organização da Força Expedicionária Brasileira, que foi enviada à Europa e entrou em combate nos estágios finais do conflito.

▶ Atividades complementares

Criação de um *blog*

A familiaridade com a informática, que parte significativa dos jovens possui hoje, facilita a realização de trabalhos interativos, por meio de recursos oferecidos pela internet. Um desses recursos são os *blogs*. Com eles, os alunos podem compartilhar com outras pessoas informações e opiniões sobre temas variados, usando diferentes objetos, como imagens, vídeos, etc.

Para aproveitar essa habilidade, sugerimos que seja proposta aos alunos a criação de um *blog* sobre a Segunda Guerra Mundial, com informações, documentos, charges, comentários, fotos, etc. A atividade pode ser feita em grupos, cada um responsável por pesquisar determinado tema – como a participação do Brasil na guerra, o Holocausto, a tecnologia bélica, a ação da Cruz Vermelha, a corrida pelo desenvolvimento da bomba nuclear –, ou por toda a sala, com a participação individual dos estudantes.

Estimule os alunos a pesquisar textos e fontes confiáveis e interessantes relativos ao tema, como fotos e depoimentos, sempre acompanhados de uma breve contextualização. Incentive-os a ler e a comentar o que foi publicado e proponha atividades para casa que façam uso dos materiais postados no *blog*, valorizando o trabalho dos alunos.

Oriente-os a produzir os próprios textos, ou seja, a não copiar textos de outros *sites*. Trata-se de uma ocasião oportuna para discutir a ética na internet e a Lei de Direitos Autorais (Disponível em: <www.cultura.gov.br/site/2008/02/02/lei-no-9610-de-19-de-fevereiro-de-1998/#more-9966>. Acesso em: 26 mar. 2013).

Genética e História

É muito comum os alunos associarem as práticas de eugenia à ideologia nazista. Poucos sabem, no entanto, que as teorias e propostas eugênicas desenvolveram-se na Inglaterra e ganharam terreno nos Estados Unidos – onde medidas como a esterilização de doentes mentais foram, inclusive, colocadas em prática. Um estudo mais aprofundado sobre o assunto pode não só matizar a visão maniqueísta dos países envolvidos na Segunda Guerra, como também abrir um debate sobre bioética e manipulação genética.

Para essa atividade sugerimos quatro etapas:

1. Abrir o tema com a leitura dos dois ou três primeiros capítulos do livro *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, que permitem problematizar o tema da higiene racial. Após a leitura, os alunos devem ser questionados sobre a impressão que tiveram do mundo descrito por Huxley e se acreditam ser possível criar uma realidade como aquela.

2. Depois de os alunos terem discutido o tema, peça-lhes que leiam o texto "Eugenia, a biologia como farsa", publicado na revista História Viva, e extraiam suas ideias principais. Ao mesmo tempo, o professor de Biologia poderá desenvolver com os alunos os conceitos básicos de genética (cromossomo, DNA, gene, hereditariedade etc.) e explicar o que se entende por engenharia genética. As referências do texto são: DIWAN, P. Eugenia, a Biologia como farsa. In: *História Viva*. 49. ed., nov. 2007. Disponível em: <www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/eugenia_a_biologia_como_farsa_imprimir.html>. Acesso em: 26 mar. 2013.

3. Após a leitura do texto, é interessante exibir o documentário *Homo Sapiens 1900* (dirigido por Peter Cohen, Suécia, 1998), sobre as pesquisas e leis eugênicas no início do século XX. Prepare um roteiro para os alunos com os principais pontos a serem observados.

4. A seguir, com o auxílio do professor de Biologia, proponha aos alunos um trabalho de busca – em revistas científicas, jornais e *sites* de universidades e associações – de notícias que tratem do atual estágio das pesquisas em engenharia genética. A partir dos resultados obtidos, estimule os alunos a procurar similaridades e diferenças em relação aos projetos de eugenia do início do século XX e a refletir sobre os possíveis desdobramentos da manipulação genética no presente.

Cada etapa deverá ser registrada pelos alunos (divididos em grupos). No final, oriente os alunos a escolher uma forma de reunir e apresentar as principais descobertas e conclusões.

UNIDADE 2 — DO PÓS-GUERRA AO SÉCULO XXI

Professor
Aqui começam as orientações para a Unidade 2 e o capítulo 8 (p. 130 a p. 151).

Veja *Atividades complementares* para esta unidade no capítulo 13.

A seção *Discutindo a História* desta unidade analisa a crise do eurocentrismo, retomando exemplos do período compreendido entre os séculos XV e XIX, em que os países europeus, em nome de uma suposta missão civilizatória, procuraram justificar a violência das conquistas colonialistas e imperialistas. Para o contexto do século XX, são destacadas a utilização de armas químicas e outras tecnologias, bem como as consequências das guerras mundiais, como a dizimação social e econômica de várias regiões.

Ainda como parte da crise do eurocentrismo, aborda-se o declínio econômico dos países europeus, em particular da Inglaterra, frente à ofensiva norte-americana pós-guerra. A liderança assumida pelos Estados Unidos revela-se como uma continuidade do ideário civilizatório, mentalidade que seria questionada especialmente a partir das ideias desenvolvidas por Franz Boas sobre o relativismo cultural.

A seção também apresenta os desafios lançados a partir da emancipação política dos chamados países de Terceiro Mundo e os movimentos surgidos como reação ao contexto de violação dos direitos humanos: estudantis, negros, feministas, antiguerras, etc. O período é marcado ainda por uma transformação nos estudos historiográficos e pela necessidade de acompanhar as mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais.

É importante destacar os dilemas e paradoxos de uma sociedade cada vez mais voltada para o consumo e os impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento econômico e tecnológico do pós-guerra aos dias atuais. A seção apresenta, assim, um panorama das amplas modificações (sociais, econômicas, culturais, políticas) do período e a possibilidade de o aluno refletir sobre seus impactos e permanências na atualidade, tais como a questão ambiental e o ideário e as conquistas dos movimentos sociais.

Capítulo 8 — O PERÍODO LIBERAL DEMOCRÁTICO (1945-1964)

Na seção *Para pensar historicamente* os alunos são convidados a refletir sobre o quadro político brasileiro, especialmente da década de 1950, marcado por conquistas trabalhistas, pelo controle estatal dos sindicatos e pela ideia de um governante capaz de concretizar amplas realizações e obras.

A experiência da vida democrática e as conquistas sociais do período abordado no capítulo devem ser contrapostas às limitações da carta constitucional de 1946, tais como a impossibilidade dos analfabetos votarem, os limites impostos ao direito de greve e as intervenções nos sindicatos.

O trecho da carta-testamento de Getúlio Vargas reproduzido na atividade *1. Leitura em duplas*, neste capítulo, pode ser utilizado para motivar os alunos a retomar a reflexão sobre a construção de mitos históricos, abordada no capítulo 6 deste volume. Para isso, sugerimos uma atividade em dupla em que eles sejam convidados a interpretar o texto de Vargas, analisando-o como fonte histórica e procurando avaliar os elementos mitificadores de sua figura (ao se apresentar como defensor do povo e nacionalista), ao mesmo tempo em que durante o seu governo não foram garantidos amplos direitos aos trabalhadores.

Outro elemento importante na abordagem desse período da história do Brasil diz respeito à conformação político-partidária. Convide os alunos a, partindo da leitura do texto, elaborar um mapa dos partidos organizados (considerando também aqueles estudados nos capítulos 1, 4 e 6). Esse mapa poderá ser complementado posteriormente com os partidos do período do regime militar e da redemocratização (capítulo 11). Para finalizar, sugerimos a complementação do mapa com os partidos contemporâneos, após a investigação de suas relações com os partidos do passado. O quadro poderá ser apresentado em uma feira cultural ou fazer parte de uma atividade preparatória para um período eleitoral.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais e/ou a seguir.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- História e música: pesquisa sobre a importância do rádio na vida da população entre 1940 e 1960. Levantar nomes de emissoras, programas e cantores. Reproduzir letras das canções mais conhecidas da época e vinculá-las ao panorama histórico do período. A apresentação pode ser feita por meios audiovisuais (reprodução sonora [discos, CDs] e visual [*slides*, filmes, documentários, etc.]) ou em forma de painéis (com fotos, reprodução das letras das canções), entre outras possibilidades.
- História e cinema: pesquisar a produção cinematográfica brasileira do período e caracterizá-la. Assistir a alguns filmes, utilizando exemplos extraídos deles para caracterizar o contexto histórico em que foram produzidos.

Pequena seleção de textos

1

João Goulart

Quando Jango assumiu a Presidência da República, a conjuntura mundial era polarizada por duas fortes presenças: John Kennedy, no governo dos Estados Unidos, aparentemente disposto a apoiar alternativas democráticas à revolução cubana, e João XXIII mobilizando a Igreja Católica para a responsabilidade social e para a opção pelos pobres.

Mudaram-se os tempos e as vontades. João XXIII morre. Kennedy é assassinado. Já nos funerais do Papa, Jango percebeu que Kennedy não se sentia animado a apoiar reformas na América Latina, com medo de sua própria direita. Foi nesta conjuntura cambiante que se definiu e se combateu pelas reformas de base, principalmente a Reforma Agrária, atrasada por um século, e a de controle do capital estrangeiro, notoriamente incapaz, se deixado solto, de gerar aqui uma prosperidade generalizável aos brasileiros.

No primeiro período de governo, Jango se ocupou, sobretudo, de livrar-se dos freios do falso parlamentarismo que lhe fora imposto pelo Congresso. Temiam que ele fizesse um governo trabalhista sensível às reivindicações populares, como de fato ocorreu. Recorde-se que Jango surgiu no quadro político como o Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas que propôs dobrar o salário mínimo, provocando a revolta dos coronéis liderados por Golbery e Mamede. Revolta tão raivosa que Getúlio teve que demiti-lo. Só meses depois, reuniu forças para decretar o novo salário mínimo. Medida indispensável, porque estivera congelado durante todo o governo de Dutra.

A imagem política de Jango se fixou, a partir daí, como a do novo líder trabalhista, tão firme na defesa dos assalariados e flexível nas articulações políticas quanto predisposto a modernizar a institucionalidade brasileira. Jango se aproximara de Getúlio quando este estava isolado em Itu, depois de deposto em 1945. Era um jovem fazendeiro vizinho, formado em Direito, que nunca advogara. Era dono, então, de milhares de hectares de terras e engordava vinte mil cabeças de gado por ano. Convivendo com Getúlio, Jango foi ganho ideologicamente para a militância trabalhista, que introduziria nas lutas político-partidárias brasileiras um componente novo, tão distanciado do reacionarismo dos politicões profissionais, como da militância sindical comunista.

Com estas marcas distintivas, Jango se fez eleger Vice-Presidente de Juscelino Kubitschek e, depois, de Jânio Quadros. Em ambos os casos, em chapa eleitoral autônoma, como candidato do PTB. Encarnou a corrente política oriunda da Revolução de 30, que modernizara o Brasil, reformulando as relações de trabalho em bases positivistas e fundando a postura nacionalista de defesa de nossas riquezas e interesses. Jango foi adiante. Assumindo os direitos dos trabalhadores rurais até tornar-se, surpreendentemente, o principal defensor da sindicalização rural e da Reforma Agrária. Sua figura de líder nacionalista, trabalhista e reformista, num país de políticos atrasados e retrógrados, atraía apoio popular cada vez maior. Mas, também, repulsa cada vez mais profunda das elites.

[…]

RIBEIRO, Darcy. Disponível em: <www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=34>. Acesso em: 26 mar. 2013.

2

Fechamento dos cassinos

O ministério esteve reunido hoje, pela manhã, sob a presidência do general Eurico Gaspar Dutra, chefe do Governo, com a presença de todos os secretários de Estado e do chefe do Departamento Federal de Segurança Pública.

Bibliografia

BENEVIDES, M. V. *O governo de Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento:* Brasil – JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASTRO, R. *Chega de saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil*: histórias e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999. (Ponto de apoio).

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987. (Temas).

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LACERDA, C. *Depoimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

NOVAIS, F. (Dir.); SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 4).

NOVAIS, F. (Dir.); SEVCENKO, N. (Org.). *República*: da *Belle Époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 3).

SKIDMORE, T. *Brasil*: de Getúlio a Castelo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TOLEDO, C. N. de. *Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Teses

ALMEIDA, C. R. S. *O governo João Goulart nas páginas da* Folha de S.Paulo. Uberlândia: Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1312 >. Acesso em: 23 mar. 2013.

RIBEIRO, R. A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000410430>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Agosto. Direção de Paulo José e Denise Saraceni. Brasil, 1993. (310 min).

O homem da capa preta. Direção de Sergio Rezende. Brasil, 1986. (120 min).

A ópera do malandro. Direção de Ruy Guerra. Brasil, 1985. (100 min).

Endereço eletrônico

Brasil na década de 1960. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

A sessão, que teve início um pouco antes da 10 horas, prolongou-se até às 12:45. À saída do ministro da Justiça, dr. Carlos Luz, abordado pelos jornalistas presentes, declarou que um dos principais assuntos tratados foi o concernente às medidas de combate ao comunismo.

O nosso redator indagou se havia sido deliberado o fechamento do Partido Comunista, tendo S. Exa. respondido negativamente, declarando, ainda, que apenas se traçara um plano geral sobre a questão.

A seguir entregou aos jornalistas uma cópia do seguinte decreto-lei que manda extinguir o jogo em todo o território nacional, que hoje foi assinado e que foi o outro assunto importante ventilado na reunião:

– O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que a repressão aos jogos de azar é um imperativo da consciência universal; considerando que a legislação penal de todos os povos cultos contém preceitos tendentes a esse fim; considerando que a tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro é contrária à prática e à exploração dos jogos de azar; considerando que das exceções abertas à lei geral decorreram abrigos nocivos à moral e aos bons costumes; considerando que as licenças e concessões para prática e exploração dos jogos de azar na Capital Federal e nas estâncias hidroterápicas balneárias ou climáticas foram dadas a título precário, podendo ser cassadas em qualquer momento; decreta:

Artigo 1º – Fica restaurada em todo o território nacional a vigência do artigo 50 e seus parágrafos da lei de contravenções penais, decreto-lei 3 688 de 2 de outubro de 1941.

Artigo 2º – Esta lei revoga os decretos-leis nº 241 de 4 de fevereiro de 1938, nº 5 089 de 15 de dezembro de 1942 e nº 5 192 de 14 de janeiro de 1943 e disposições em contrário.

Artigo 3º – Ficam declaradas nulas e sem efeito todas as licenças, concessões ou autorizações dadas pelas autoridades Federais, Estaduais e Municipais, com fundamento nas leis ora revogadas ou que de qualquer forma contenham autorização em contrário ao disposto do artigo 50 e seus parágrafos das leis das contravenções penais.

Artigo 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O titular da Justiça, continuando a palestra com os representantes da imprensa, informou que na próxima reunião ministerial prosseguiria o assunto relativo ao combate ao comunismo e que seriam tratados outros assuntos de relevância, pois, hoje, não houvera tempo para isso. O general Góis, cercado pelos jornalistas fazendo blague, disse apenas: – Nada houve hoje do meu jogo.

CORREIO DA NOITE, 30 abr. 1946. Disponível em: <www1.uol.com.br/rionosjornais/rj41.htm>. Acesso em: 26 mar. 2013.

▶ Comentários das atividades

Questão interdisciplinar (*Brasil: variação anual da inflação: 1947-1953*).

- A inflação reduz o poder de compra e encarece o custo de vida.

Professor, a atividade pode ser feita com apoio do professor de Matemática. Se possível, peça a ele que proponha o cálculo do aumento do preço de um produto baseado nas taxas de inflação do presente. Ao discutir com os alunos a resposta, estimule-os a refletir sobre o impacto da alta dos preços na vida do trabalhador. O aluno deve entender que a alta constante dos preços acaba gerando uma insegurança em relação à possibilidade de subsistência do trabalhador e de sua família no futuro, predispondo-o a apoiar projetos políticos que prometam mudanças radicais no cenário econômico.

Exercício de História (*O segundo governo de Getúlio Vargas: 1951-1954*)

1. Leitura em duplas
   a) Getúlio Vargas afirma que, com o ato do suicídio, pretende defender os interesses do povo e do Brasil. Isso pode ser percebido em trechos como "lutei contra a espoliação do Brasil", "lutei contra a espoliação do povo", entre outros.
   b) Getúlio se refere nesse trecho à oposição ao seu governo, sobretudo aos setores que pressionavam para que o Brasil abrisse sua economia aos investimentos internacionais, ou seja, os adeptos do liberalismo. Por isso, ele diz que "não querem que o trabalhador seja livre". Ele se refere também à UDN e a seu líder Carlos Lacerda, liberalistas, que articularam forças para depor o presidente.

Para recordar

- Governo Dutra: aliou-se abertamente aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Foi avesso à intervenção estatal na economia. Abriu a economia às importações, principalmente aos produtos norte-americanos. Após 1947, por meio do Plano Salte, procurou reverter o pouco crescimento da indústria brasileira com investimentos estatais em saúde, alimentação, transporte e energia.
- Governo Vargas: tradicionalmente comprometido com o nacionalismo, teve de ceder a pressões de aliados e facilitar o investimento estrangeiro no país. Priorizou, mesmo assim, empresas estatais, como a Petrobras e a Eletrobrás, criadas por ele.
- Governo Café Filho: concentrou o debate entre nacionalistas e liberais em torno das eleições. Nesse sentido, o principal embate foi entre o candidato Juscelino Kubitschek, defensor de uma política desenvolvimentista que agregasse capital estatal e estrangeiro, e Juarez Távora, ligado à tradição liberal da União Democrática Nacional (UDN) e de Carlos Lacerda.
- Governo Juscelino Kubitschek: priorizou o desenvolvimento econômico-industrial do país. Associou o nacionalismo à abertura ao capital estrangeiro, fazendo com que a indústria leve ficasse sob controle de capital privado e a indústria de base sob controle estatal.
- Governo Jânio Quadros: não se posicionava nem como nacionalista, nem como liberal, o que foi interpretado como falta de um projeto político. Adotou medidas polêmicas que afetaram sua popularidade. Sua política externa procurou aproximação com os grupos nacionalistas de esquerda, procurando a neutralidade no contexto da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.
- Governo João Goulart: adotou medidas nacionalistas de reformas de base e distribuição de renda. Dessa forma, não obteve apoio estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos, que considerou seu governo "esquerdista". Suas medidas levaram os norte-americanos a apoiar um golpe de Estado desejado pelas elites, que temiam perder privilégios, e militares.

Exercícios de História

1. Análise de texto e reflexão

   a) Ao assumir, Dutra rompeu com a política externa brasileira, que se mostrava simpatizante ao Eixo, o que desagradava os Estados Unidos. A partir de seu governo, o Brasil passou a ser um "fiel aliado" dos norte-americanos, tanto na economia quanto nos tratados internacionais.

   b) Esse alinhamento aos Estados Unidos decorreu da reconfiguração das relações econômicas e políticas estabelecidas após a Segunda Guerra, denominada Guerra Fria. Nesse novo cenário, polarizado entre Estados Unidos e União Soviética, os demais países se viram coagidos a tomar uma posição. No caso brasileiro, a opção foi apoiar os Estados Unidos.

   c) De acordo com o autor, o Brasil, apesar de usar como desculpa um incidente, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética para apoiar os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

2. Análise de texto e de imagem

   a) A principal medida responsável pelo crescimento econômico no governo JK foi o Plano de Metas, que consistia em incentivos para a indústria de bens intermediários e de bens de produção. Também visava desenvolver os setores energéticos e de transportes, o que influenciou diretamente o aumento da produção industrial.

   b) De acordo com o autor, os setores mais privilegiados pelas medidas adotadas pelo governo JK foram a indústria automobilística, a construção naval e os setores de mecânica pesada e equipamentos elétricos.

   c) Alguns elementos da foto que reforçam a imagem de prosperidade ligada ao governo JK são: o automóvel, a referência à construção de Brasília, a postura altiva do governante, a grande movimentação das pessoas em volta (coroando o êxito do governo), o assédio da imprensa, etc.

3. Pesquisa em *sites* e apresentação

   Professor, os Centros de Cultura Popular nasceram no início dos anos 1960 (o primeiro deles formou-se no Rio de Janeiro, em 1961), associados à UNE, como parte da estratégia para a construção de uma cultura "nacional, popular e democrática". Seus integrantes eram, sobretudo, jovens intelectuais e estudantes pertencentes às camadas médias urbanas, que pretendiam estimular a conscientização política das classes populares por meio da arte. Nesses termos, o artista se pretendia também e acima de tudo um revolucionário, atuando em prol da revolução social. Por isso, a proposta dos CPCs era estar onde estivesse o povo: nas portas de fábricas, nas favelas, nos sindicatos. Muitos de seus integrantes estavam associados ao Partido Comunista Brasileiro. Durante sua existência, da sua fundação até seu fechamento pelo governo militar em 1964, o CPC foi dirigido por Carlos Estevam; seguido de Carlos Diegues e, finalmente, por Ferreira Goullar. Da ação dos CPCs saíram as peças como *Eles não usam Black-tie*, *A mais valia vai acabar* e *A vez da recusa*; filmes como *Cinco vezes favela*, publicações como a coleção *Cadernos do Povo*, além de cursos de filosofia, teatro e cinema, palestras, venda de livros a preços populares e oficinas.

   A atividade pode ser explorada por várias disciplinas. Cada área do conhecimento deverá analisar o conteúdo do material produzido pelo CPC a partir dos seus instrumentos específicos. Assim, por exemplo, a área de Literatura poderá trabalhar com poesias publicadas na coleção *Violão de rua* ou com os textos dramáticos, analisando sua estrutura, personagens e conteúdo. Filosofia pode buscar as bases teóricas e ideológicas dos textos dos intelectuais ligados ao movimento. A área de Arte poderá trabalhar releituras contemporâneas do trabalho de Julio Vieira e Carlos Scliar ou analisar a linguagem cinematográfica de *Eles não usam Black-tie*.

   Após a atividade, é possível propor ainda uma discussão sobre a função da arte no presente e avaliar com os alunos a relação que a atividade artística estabelece hoje com o mercado e com a política.

   Nessa atividade de pesquisa sugira aos alunos *sites* e estratégias que lhes garantam fontes e informações confiáveis. Um ponto de partida pode ser o endereço da Enciclopedia Brasileira de Artes Visuais do Itaú Cultural, disponível em: <www.itaucultural.org.br> (Acesso em: 26 mar. 2013).

Capítulo 9

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 9 (p. 152 a p. 173).

O PÓS-GUERRA E A GUERRA FRIA

Enfocar as relações internacionais a partir da ideia de correlação entre **países centrais e periféricos**, como apresentado na seção *Para pensar historicamente*, ajuda a compreender o mundo contemporâneo. É importante conhecer os mecanismos que garantiram a hegemonia política e militar das superpotências após a Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria, assim como os papéis assumidos pelos países periféricos em torno desses eixos de poder.

Os alunos podem ser incentivados a identificar as etapas da bipolarização mundial destacadas ao longo do capítulo, com a avaliação das ações e estratégias políticas adotadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, tais como o Plano Marshall e o Comecon.

A disputa entre Estados Unidos e União Soviética pelo controle ideológico, econômico e político de diferentes regiões do mundo e o envolvimento em conflitos locais, tais como na China, Coreia, Alemanha e Cuba, são faces da lógica bipolar do período. Nas décadas de 1950 e 1960, destacam-se a Guerra da Coreia, a construção do Muro de Berlim, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cultural na China, a crise dos mísseis em Cuba e a Revolução Cubana. Nos Estados Unidos ganham força o movimento negro e as manifestações antiguerra.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e/ou abaixo.

▶ Sugestão de abordagem interdisciplinar

- **História e Música**: pesquisar a produção musical do período da Guerra Fria, destacando as manifestações do *ragtime*, do *blues*, do *jazz* e do *rock*, entre outras. Reproduzir as letras das canções mais conhecidas da época e vinculá-las ao panorama histórico do período. Para tanto, recorrer aos meios audiovisuais (discos, CDs, fitas cassete, *slides*, DVDs de filmes e documentários, etc.).

▶ Pequena seleção de textos

1

Encontro histórico entre as Coreias começa amanhã

Jaime Spitzcovsky

Os líderes das duas Coreias darão início amanhã (13/06/00) a um histórico encontro de cúpula, em Pyongyang, capital norte-coreana. […]

A reunião de cúpula ocorre com atraso também em relação ao calendário da história. O inédito encontro entre os líderes norte-coreano e sul-coreano sinaliza o início do fim de uma guerra das últimas heranças da Guerra Fria, a divisão da Península da Coreia entre comunistas e capitalistas por já 55 anos.

A Coreia do Norte, espécie de museu vivo do stalinismo e um dos regimes mais fechados e isolados do planeta, finalmente aceitou dialogar com a Coreia do Sul, dona de uma das economias mais dinâmicas da Ásia.

Pyongyang costumava descrever o regime rival como "fantoche do imperialismo dos Estados Unidos", mas resolveu mudar sua política, pressionada pelo isolamento político e, principalmente, pela necessidade de tirar o país de uma crise econômica refletida, por exemplo, em sucessivas ondas de fome.

O diálogo alimenta uma dose de otimismo em relação à diminuição de tensões numa região cortada pela fronteira mais militarizada do planeta.

De um lado, a poderosa máquina militar norte-coreana. De outro, os sul-coreanos auxiliados por 37 mil militares americanos. O encontro, previsto para durar três dias, carrega o simbolismo inerente a fatos históricos. O presidente da Coreia do Sul, Kim Dae-jung, viaja a Pyongyang no primeiro voo direto à cidade desde Seul, capital sul-coreana, desde a Guerra da Coreia (1950-53).

Esse conflito consagrou a divisão da península, ocorrida no fim da Segunda Guerra (1939--45). E, tecnicamente, a guerra coreana ainda não terminou, pois nunca houve um tratado de paz formal, apenas uma trégua. A cúpula vai contar com a participação do líder norte-coreano, Kim Jong-il, uma das figuras mais misteriosas do cenário internacional. Suas aparições são raras.

Bibliografia

AKCELRUD, I. *O Oriente Médio*. São Paulo: Atual, 1985.

BRIGNOLI, H. P. *América Central*: da colônia à crise atual. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COGGIOLA, O. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1985.

________. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENELON, D. R. *A Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOLDFEDER, S. *A primavera de Praga*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX:* 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

________. *Revolucionários*: ensaios contemporâneos. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOURANI, A. H. *Uma História dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

________. *Da Guerra Fria à détente*: política internacional. Campinas: Papirus, 1988.

OLIC, N. B. *A Guerra do Vietnã*. São Paulo: Moderna, 1988.

PRADO, M. L. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REIS FILHO, D. A. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________. *Uma revolução perdida*: a História do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

SADER, E. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1986.

Viagens ao exterior também: há duas semanas ele fez uma visita secreta à China, sua primeira escapada ao exterior desde que assumiu o poder, em 1994.

Kim Jong-il encarna o símbolo da primeira sucessão dinástica do mundo comunista. Ele substituiu seu pai, Kim Il-sung, "generalíssimo" fundador da Coreia do Norte, morto em 1994 e alvo de um dos mais religiosos cultos às personalidades existentes no planeta. O regime o define como o "Grande Líder", enquanto seu filho é o "Querido Líder".

Expectativas

O presidente sul-coreano, Kim Dae-jung, se dedicou nos últimos dias a diminuir a fogueira das expectativas. Ele disse não esperar "resultados espetaculares" e destacou como mais importante o fato de se iniciar o diálogo, recorrendo a exemplos do passado.

Kim mencionou os primeiros contatos entre líderes da Alemanha Ocidental e da Alemanha Oriental. "Eles não tiveram sucesso inicial, mas tiveram grande importância em fatos históricos posteriores", declarou. Ele chegou ao poder com uma plataforma que enfatiza a necessidade de abrir canais de diálogo com a Coreia do Norte, uma estratégia batizada de "política dos raios do sol".

Mas o jornal "Joongang Ilbo" exemplifica o clima que se vive em Seul: "Toda a nação espera que a cúpula Norte-Sul seja um momento marcante para resolver diversos temas de destaque entre as Coreias".

"Por favor, não tenham grandes expectativas em relação à cúpula", afirmou Park Jie Won, ministro da Cultura e da Informação. "O presidente Kim diz que não devemos esperar a (imediata) reunificação da península, apenas que podemos estabelecer condições para recompor o que foi um único país por mais de mil anos."

SPITZCOVSKY, J. Encontro histórico entre as Coreias começa amanhã. In: *Folha de S.Paulo*, 12 jun. 2000. Mundo, p. A-15.

Uma pena que voa até ao céu

Alain Bouc

"Quem afirma que uma pena de galo não pode voar até ao céu?", pergunta Mao Tsé Tung em 1955, em pleno movimento das cooperativas. Os camponeses abastados de uma aldeia do Hunan dizem dos pobres: "Eles têm menos dinheiro do que pelos tem um ovo, e pensam pôr de pé uma cooperativa. Pode uma pena voar até ao céu?" Mas, diz Mao, foi precisamente o que se passou: "Discutiu-se para se saber se uma pena de frango poderia elevar-se até ao céu. É evidentemente uma questão importante. Já alguma vez se viu tal, desde há milhares de anos atrás? Essa impossibilidade tornou-se uma evidência. Mas, se o Partido não criticar essa velha ideia, os camponeses pobres ficarão desorientados". A razão pela qual fazem correr tais atoardas é por as cooperativas não terem ainda aumentado a sua produção e por o Partido não ter explicado as vantagens da cooperação e por não ter mostrado ainda por que é que, "na época do socialismo, a antiga banalidade 'as penas do galo não podem voar até ao céu' deixou de ser verdadeira".

"Os pobres querem transformar sua vida. O velho sistema agoniza. Surge outro. As penas voam até ao céu. Na União Soviética, já lá chegaram. Na China, acabam de levantar voo. As penas vão voar sobre o mundo inteiro."

Lirismo característico. "Uma faúlha pode pegar fogo a toda planície." E é sem dúvida dele também a recente fórmula (1971): "Os países querem a independência, as nações querem a libertação e os povos querem a Revolução", que resume a estratégia internacional da China.

O socialismo substituirá inevitavelmente o capitalismo e enterrará o imperialismo. Para Mao, é da própria natureza das coisas que a sociedade estabeleça a sua lei própria, que a coletividade rejeite o poder privado e se organize coletivamente. Como a sucessão das estações e a rotação dos astros, o homem, como ser social, só pode desejar o socialismo, obscuramente talvez, mas profundamente. É por isso que antes de mais nada precisa de confiança, esperança e vontade de realizar o seu destino. Ousar pensar, ousar agir, ousar lutar.

BOUC, A. *Mao Tsé Tung*: a revolução absoluta. Lisboa: Aster, 1977. p. 61-62.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. Sugerimos elaborar, previamente, a remontagem do esquema-resumo no quadro de giz em uma atividade conjunta, com a participação de todos os alunos. A discussão de seus componentes e os eventuais acréscimos, como os acontecimentos referentes aos governantes citados ou relacionados aos continentes América, África e Ásia, articulados com a Guerra Fria (a bipolarização centro-periferia

SADER, E. *Século XX*: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SALEM, H. *O que é questão Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros passos).

SELLERS, C.; MAY, H.; McMILLEN, N. R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*: de colônia a potência imperial. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

VALLADARES, E.; BERBEL, M. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994. (Ponto de apoio).

WASSERMAN, C. (Coord.). *História da América Latina*: cinco séculos (temas e problemas). Porto Alegre: EdUFRGS, 1996.

Teses

CONTADOR, V. *Modelo econômico e projeção de nação-potência*: Brasil 1964-1985. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

DUGAICH, C. M. *O marketing político americano na Guerra Fria*: discurso, mistificação e mídia. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2001. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376527>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

A insustentável leveza do ser. Direção de Philip Kaufman. Estados Unidos: Condor Vídeo, 1988. (160 min).

Adeus, minha concubina. Direção de Chen Caige. China/Hong Kong, 1993. (160 min).

Cidadão Cohn. Direção de Frank Pierson. Estados Unidos, 1992. (111 min).

Hair. Direção de Milos Forman. Estados Unidos, 1979. (121 min).

Indochina. Direção de Régis Wargnier. França, 1992. (154 min).

JFK – a pergunta que não quer calar. Direção de Oliver Stone. Estados Unidos, 1991. (189 min).

Nascido para matar. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos, 1987. (116 min).

Um grito de liberdade. Direção de Richard Attenborough. Inglaterra, 1987. (151 min).

Endereços eletrônicos

Che Guevara. Disponível em: <www.cheguevara.com>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Reportagens especiais sobre o aniversário de 20 anos da queda do Muro de Berlim. Disponível em: <www.dw-world.de/dw/article/0,,4600550,00.html>. Acesso em: 23 mar. 2013.

destacada no *Para pensar historicamente*), devem permitir que os alunos, individualmente ou em grupo, descrevam o esquema em seus cadernos.

a) Não. Como vimos ao longo do capítulo e no esquema-resumo, a Guerra Fria envolveu diversas nações, além de EUA e URSS, como Coreia, Alemanha e Cuba. Nesse sentido, ela foi um conflito que atingiu dimensões globais por meio da interferência dessas duas potências em enfrentamentos localizados.

b) Aliados dos EUA: República Federal da Alemanha, Europa Ocidental e República da Coreia.

Aliados da URSS: República Democrática Alemã, países comunistas do Leste Europeu, República Popular Democrática da Coreia do Norte e Cuba.

2. a) Os Estados Unidos, como defensores do capitalismo, procuraram garantir a hegemonia desse sistema no mundo. Por outro lado, a URSS, socialista desde a Revolução Russa de 1917, tentou expandir o socialismo para outros países ao longo dos anos da Guerra Fria.

b) Essa disputa ideológica esteve presente em vários conflitos do período, como na Guerra da Coreia, no contexto posterior à Revolução Cubana, e na separação das duas Alemanhas.

Exercícios de História

1. Análise de texto historiográfico

a) Os autores defendem que a Revolução Cubana foi um marco na história da América Latina por ter simbolizado a conquista de liberdade frente à hegemonia dos Estados Unidos no continente. Por outro lado, ela também desencadeou ações norte-americanas que visavam diminuir a influência desse evento na região.

b) A Revolução Cubana propôs mudanças que visavam diminuir as desigualdades sociais no país, como a reforma agrária e a nacionalização de usinas, refinarias e indústrias. Porém, isso foi feito de modo a enfraquecer a hegemonia norte-americana na ilha. Diante disso, os Estados Unidos procuraram encontrar maneiras de investir dinheiro em países latino-americanos, onde a miséria também existia, garantindo, em troca, a manutenção de sua influência e evitando o surgimento de novos processos revolucionários.

c) A grande preocupação dos Estados Unidos diante do caráter socialista da Revolução Cubana e do alinhamento da ilha com a URSS era a de que o socialismo e a influência soviética se espalhassem pelo continente latino-americano.

d) A "Aliança para o Progresso" visava combater a influência da Revolução Cubana e garantir a hegemonia norte-americana na América Latina.

2. Leitura de imagem

a) A sigla CCCP é a equivalente em russo à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), enquanto que USA é o equivalente em inglês à EUA (Estados Unidos da América). Dessa forma, é possível identificar que os dois personagens retratados pelo autor são União Soviética (à esquerda) e Estados Unidos (à direita).

b) O artista representa as duas nações como o personagem Superman, um dos super-heróis mais populares da época. Repare que na imagem ele aparece duas vezes de maneiras quase idênticas, numa espécie de "espelho", modificando apenas o lado para qual cada uma de suas versões olha e a sigla estampada nas roupas. Dessa forma, pode-se dizer que o artista retratou URSS e EUA como grandes potências de mesmas proporções.

c) O artista estabelece uma relação de equilíbrio entre essas duas nações "superpotências". É possível fazer essa afirmação pelo fato de os dois personagens, CCCP e USA, terem a mesma proporção e serem quase idênticos.

d) Além das siglas, outra diferença entre eles é que, enquanto CCCP olha para esquerda (uma alusão ao fato de ser uma nação socialista, ou seja, de posição política esquerdista), USA olha para a direita (referência à posição política capitalista e de direita dos Estados Unidos).

Professor, a atividade pode ser desenvolvida interdisciplinarmente com a área de Arte para analisar a imagem. A observação da obra permite trabalhar com o conceito de simetria e com elementos da cultura *pop*. Esse pode seu um bom momento para apresentar aos alunos a arte de Andy Warhol.

3. Análise de texto e reflexão

a) O texto destaca o enorme crescimento da economia chinesa nos últimos anos, especialmente a posição atingida em 2010, de segunda maior economia do mundo, além da previsão de que atingirá a primeira posição até 2026.

b) Não. Para o autor, apesar dos feitos chineses na economia serem grandiosos, eles não têm relação direta com o socialismo. Pelo contrário, o autor afirma que o crescimento da economia chinesa foi responsável, inclusive, pela superação da crise que atingiu o sistema capitalista em 2008.

c) Resposta pessoal. Apesar de a resposta ter um caráter pessoal, o fato de a economia chinesa ter ajudado no fortalecimento do sistema capitalista mostra que o conflito socialismo x capitalismo ocorrido durante a Guerra Fria se modificou. No entanto, os alunos podem argumentar também que o socialismo chinês ajudou a melhorar a vida de parte da população, conforme indica o texto, confirmando que, apesar de em termos diferentes, o debate ideológico entre essas duas propostas de sociedade permanece pertinente.

4. Pesquisa em *sites*, jornais e revistas

Proponha aos alunos que se certifiquem da validade das fontes utilizadas, privilegiando *sites* de jornais e revistas em detrimento de endereços cujos autores não podem ser identificados. Talvez seja necessário lembrá-los de que muitas vezes os textos, mesmo os de caráter jornalístico, trazem opiniões ideológicas, tomando partido de um dos lados do conflito. Vale ainda orientá-los a compor uma dissertação que se utilize dos argumentos e das informações reveladas pela pesquisa, mas sem reproduzir os textos encontrados. A produção poderá se tornar mais significativa se o texto possuir um destinatário real, o qual poderá efetivamente receber e apreciar o texto.

DESCOLONIZAÇÃO E LUTAS SOCIAIS NO "TERCEIRO MUNDO"

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 10 (p. 174 a p. 196).

Na seção *Para pensar historicamente* é posta em evidência a ideia de novos personagens que passam a participar da cena da política e da economia internacional. Esses personagens vinculam-se aos países do chamado "Terceiro Mundo".

A análise dos processos de descolonização e mobilização social empreendidos nos continentes africano, asiático e americano, especialmente na segunda metade do século XX, permite uma melhor compreensão da realidade contemporânea. As lutas políticas internas e entre países, os movimentos sociais e o contexto socioeconômico da atualidade em países como Israel, Angola e Brasil podem ser interpretadas à luz desses processos históricos. Assim, os alunos poderão ser estimulados a vincular esses contextos às situações vividas na atualidade, permitindo uma análise diacrônica das mudanças e permanências históricas.

As informações contidas no mapa "A independência dos países afro-asiáticos" permitem indicar as décadas de 1950 e 1960 como o período em que se concentrou a maior parte dos processos de descolonização e de independência.

Para o contexto asiático, destaca-se a questão Palestina e o histórico dos conflitos árabes-israelenses. Essas informações poderão ser ampliadas com atividades de pesquisa e debate acerca do contexto político nesta região, na atualidade.

No continente africano, pode ser destacada a importância dos movimentos sociais como a Frente Nacional de Libertação da Angola (FNLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Partindo do texto de Josep Fontana, em "Herança colonialista" foi trabalhada a questão da construção e manipulação da história pelas classes dominantes, exemplificada na influência belga e de ordens religiosas no conflito entre tutsi e hutus, na Ruanda.

Por fim, destacam-se as lutas sociais latino-americanas e o cenário político, econômico e social no continente, da segunda metade do século XX até a atualidade.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, tese, filmes e endereço eletrônico nas colunas laterais.

▶ Pequena seleção de textos

Para onde vai a América Latina?

Eduardo Galeano

Alguém escreve para tratar de responder às perguntas que lhe zumbem na cabeça – moscas tenazes que perturbam o sono; e o que alguém escreve pode adquirir sentido coletivo quando, de alguma maneira, coincide com a necessidade social de resposta. Escrevi *As Veias Abertas* para difundir ideias alheias e experiências próprias que talvez ajudem um pouquinho com sua medida realista, a resolver as questões que nos perseguem desde sempre: A América Latina é uma região do mundo condenada à humilhação e à pobreza? Condenada por quem? Culpa de Deus? Culpa da natureza? Do clima modorrento? Das raças inferiores? A religião e os costumes? Não será a desgraça um produto da história, feita por homens, e que, portanto, pelos homens pode ser desfeita?

A veneração do passado sempre me pareceu reacionária. A direita escolhe o passado porque prefere os mortos: mundo quieto, tempo quieto. Os poderosos, que legitimam seus privilégios pela herança, cultivam a nostalgia. Estuda-se história como se visita um museu; e esta coleção de múmias é uma fraude. Mentem-nos o passado como nos mentem o presente: mascaram a realidade. Obriga-se o oprimido a fazer sua, uma memória fabricada pelo opressor: estranha, dissecada, estéril. Assim, ele se resignará a viver uma vida que não é sua, como se fosse a única possível.

Em *As Veias Abertas*, o passado sempre aparece convocado pelo presente, como memória viva do nosso tempo. Esse livro é uma busca de chaves da história passada, que contribui para explicar o tempo presente, (que também faz história), a partir da base de que a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la. [...]

Nesse nosso mundo, mundo de centros poderosos e subúrbios submetidos, não há riqueza que não seja, no mínimo, suspeita.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. (Posfácio). 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 286-287.

Bibliografia

DOWBOR, L. *A formação do terceiro mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________. *Guiné-Bissau*: a busca da independência econômica. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GUAZELLI, C. B. *História contemporânea da América Latina*: 1960-1990. Porto Alegre: UFRS, 1993.

LINHARES, M. Y. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________. *O Oriente Médio e o mundo árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAGNOLI, D. *África do Sul*: capitalismo e *apartheid*. São Paulo: Contexto, 1992.

VIGEVANI, T. *Terceiro mundo*: conceito e História. São Paulo: Ática, 1990 (Princípios).

Tese

GRIGOLETTO, M. *A resistência das palavras*: um estudo do discurso político britânico sobre a Índia (1942-1947). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1998. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000126157>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

A História oficial. Direção de Luis Puenzo. Argentina, 1985. (112 min).

Diários de motocicleta. Direção de Walter Salles: vários produtores, 2004. (128 min).

Estrelando Pancho Villa. Direção de Bruce Neresford. EUA, 2003. (112 min).

Gandhi. Direção de Richard Attenborough. Inglaterra, 1982. (188 min).

Machuca. Direção de Andrés Wood. Chile/Espanha, 2004. (121 min).

Endereço eletrônico

Registros da Guerra do Vietnã. Disponível em: <www.vietnampix.com/index.html>. Acesso em: 23 mar. 2013.

▶ Comentários das atividades

Para recordar

1. A Segunda Guerra Mundial, que envolveu diversos países da Europa e teve o Velho Continente como principal palco do conflito, enfraqueceu países como França, Inglaterra e Alemanha. Com isso, as lutas pela independência em suas antigas colônias na África e na Ásia se intensificaram. Além disso, durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética passaram a apoiar diferentes lados em enfrentamentos locais, inclusive em regiões desses dois continentes.
2. Sim. Durante a Guerra Fria ocorreu um aprofundamento da tensão social na América Latina. Nesse contexto, em muitos países, grupos de esquerda se organizaram para implantar o socialismo. Além da Revolução Cubana, que dois anos após o seu êxito se declarou adepta do regime vigente na União Soviética, essas tentativas também foram bem-sucedidas no Chile, que elegeu Salvador Allende, um presidente socialista, no início dos anos 1970. Preocupados com a possibilidade de que o socialismo "se espalhasse" pelo continente, os Estados Unidos passaram a apoiar e incentivar as elites locais a implantarem governos de direita por meio de golpes de Estado.

Exercícios de História

1. Análise de texto e reflexão
   a) Edward Said afirma que o Oriente é uma invenção europeia porque esse continente tradicionalmente reproduziu a visão de que o Oriente seria o berço de sua civilização, bem como um lugar de riquezas materiais e culturais. Dessa forma, ele sempre foi avaliado como um lugar estranho, mas desejado, e ajudou a formar a identidade europeia, seja por complementação ou contraste.
   b) Ele se refere à descolonização da Ásia e da África, ou seja, às independências das antigas colônias principalmente de França e Inglaterra. No entanto, essa sensação de "desaparecimento" não era a mesma para os norte-americanos porque, nessa época, eles aumentavam seu poder e influência nessas regiões.
   c) O autor divide a concepção de Oriente em três períodos: 1) até início do século XIX, ele era entendido como a Índia e as terras citadas na Bíblia; 2) desse período até a Segunda Guerra Mundial o conceito passou a se referir às terras dominadas, sobretudo por França e Inglaterra; 3) após a Segunda Guerra, ele foi abordado como território de possível influência dos Estados Unidos.
   d) O Oriente representou o papel do "outro" para o homem ocidental, que sobre ele projetou seus receios e aspirações. Das diferenças percebidas ou presumidas entre orientais e ocidentais foi sendo construída uma imagem do que significava pertencer à cultura ocidental.

   Professor, a atividade propicia uma discussão interdisciplinar na área de Filosofia, sobre conceitos como *identidade* e *alteridade*. Numa idade em que os jovens estão formando sua identidade e buscando afirmar-se enquanto sujeitos independentes, o tema é particularmente significativo e costuma conquistar o envolvimento dos alunos.
2. Análise de texto e reflexão
   a) É o nome que se dá à tentativa de estabelecer uma unidade africana a partir de um sentimento anticolonial e da valorização da "negritude".
   b) A autora faz essa afirmação porque na África existem muitos povos e culturas diferentes, portanto, não existe uma "identidade continental". Nesse sentido, a ideia de "negritude", ou seja, de um elemento comum entre todo o continente, nasce da oposição à imposição da cultura dos brancos e da tentativa de "resgatar" raízes africanas.
   c) A ideia de uma "raça negra", oposta a "raça branca", bem como a de "negritude", reforçam uma identidade comum entre os que lutavam contra o colonialismo. Assim, não só reforçava a luta contra ao domínio europeu na África, como também difundia esse propósito entre africanos e afrodescendentes que residiam em outras partes do mundo.
3. Análise de documento e imagem
   a) Os personagens retratados são pessoas comuns, muitas das quais com feições indígenas. Elas carregam facões, faixas, cartazes e uma bandeira, em uma espécie de manifestação popular. Ao centro, vemos na bandeira um desenho de pessoas no campo, como um homem com chapéu típico mexicano, uma mulher e mais dois homens que carregam facões semelhantes aos usados no ato. Também é possível ler ao lado dessa imagem os dizeres "presos políticos" e "liberdade".
   b) Eles evocam lutas político-sociais realizadas ao longo de quinhentos anos de dominação do continente pelos europeus "brancos". Nesse sentido, relembram a luta pela abolição da escravidão, as guerras pela independência, a batalha contra a anexação de terras mexicanas pelos EUA, a "expulsão" dos franceses no século XIX e, principalmente, a Revolução Mexicana.
   c) Resposta pessoal. Os alunos poderão relacionar a luta contra a exploração e a desigualdade, pregadas no documento, com vários elementos da fotografia: a imagem desenhada na bandeira, a fisionomia indígena das pessoas retratadas, os facões empunhados como símbolo de indignação, etc.

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 11 (p. 192 a p. 217).

Neste capítulo, o regime militar será analisado através de diferentes ângulos: no seu aspecto político, em que a principal tônica foi o conservadorismo de direita e a repressão aos seus opositores; as reformas econômicas, pelas quais se buscou reequilibrar o país financeiramente e conter a inflação, sem deixar de lado a promoção do crescimento; e a mobilização e resistência da sociedade, de diferentes formas, desde o golpe deflagrado em março de 1964 até o fim do regime, em 1985.

Dentre os primeiros passos, adotados pelo governo do marechal Castello Branco estavam a implantação de uma nova política salarial associada à repressão e o esvaziamento do poder de negociação dos sindicatos, que permitiu arrocho dos ganhos da classe trabalhadora e controle inflacionário. A leitura da tabela "Taxa de inflação (1964-1967)" permite avaliar o efeito das medidas adotadas. Ainda nesta seção, é importante que seja explorado o movimento de reação de diferentes segmentos da sociedade frente aos primeiros Atos Institucionais, incluindo a articulação de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. A efervescência cultural do período e o cenário mundial de contestações poderão ser aprofundados através da leitura do texto "Anos Rebeldes" e do infográfico "Passeatas contra a ditadura".

O crescimento econômico brasileiro, em concomitância ao endurecimento da repressão e da luta de resistência, é o tema do item "A ditadura total (1968-1977)". No período abordado, vários foram os grupos guerrilheiros que atuaram contra o regime, nas cidades e no campo. Para enfrentá-los, o governo aperfeiçoou os órgãos de informação, fortaleceu os comandos de operações militares e permitiu o surgimento e a ação de grupos paramilitares, financiados por grandes industriais e financistas. A atividade *2. Análise de documento e reflexão* ajudará os alunos a questionar e a se posicionar sobre a violência empregada pelo aparato repressivo e o significado da resistência.

A abertura do regime se deu lentamente, como almejado pelos militares. Por meio dos itens "A luta pela abertura do regime" e "A abertura (1977-1985)" compreende-se a luta empreendida no âmbito dos partidos políticos e da sociedade que buscava se rearticular novamente, diante de um cenário econômico bastante difícil. Sobre isso, a análise da tabela "Indicadores econômicos (1980-1985)" e sua comparação com os dados da tabela anterior permitem uma avaliação do cenário.

▶ Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e/ou abaixo.

▶ Sugestões de abordagens interdisciplinares

- **História e Arte**: em grupos, pesquisar sobre a importância do rádio na vida da população e a chegada da televisão, entre as décadas de 1950 e 1970. Levantar nomes de emissoras, programas, artistas mais populares.
- **História e Arte**: dividir a sala em grupos para que pesquisem, separadamente, o Cinema Novo, o movimento tropicalista, o teatro e os Centros Populares de Cultura (CPCs). Os grupos deverão procurar características, os principais representantes, peças e obras mais significativas e seus vínculos com o panorama histórico do período.
- **História e Cinema**: pesquisar a produção cinematográfica brasileira do período e caracterizá-la. Assistir a alguns filmes, utilizando exemplos extraídos deles para caracterizar o contexto histórico em que foram produzidos.

▶ Pequena seleção de textos

1

Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde

O general Médici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do marco inicial da construção da grande rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia, no sentido Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3 000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste.

O Presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa do início da construção.

Procedente de Manaus, e depois de sobrevoar durante quase três horas a selva amazônica, o chefe do Governo chegou a Altamira às 11 horas, acompanhado de ministros e demais assessores. Após as honras de estilo, seguiu em direção ao centro da cidade, onde foi entusiasticamente recebido por 3 mil habitantes de Altamira. Sofrendo os efeitos da alta temperatura reinante – quase 40 graus – o

Bibliografia

ALMEIDA, C. A. *Cultura e sociedade no Brasil*: 1940-1968. São Paulo: Atual, 1996.

ARNS, P. E. (Pref.). *Brasil*: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1984.

COUTO, R. C. *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CURRAN, M. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Edusp, 1998.

D'ARAUJO, M. C. de; CASTRO, C. (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

________. GLÁUCIO, A. D. (Orgs.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

________. (Org.). *Visões do golpe*: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

________. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

________. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

________. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAGALHÃES, M. *Marighella*: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PAIANO, E. *Tropicalismo*: bananas ao vento no coração do Brasil. São Paulo: Scipione, 1999. (Ponto de apoio).

REIS FILHO, D. A. *1968*: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

NOVAIS, F. (Dir.); SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 4).

NOVAIS, F. (Dir.); SEVCENKO, N. (Org.). *República*: da *Belle Époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 3).

SKIDMORE, T. *Brasil*: de castelo a Tancredo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C. de, CASTRO, C. (Orgs.). *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

VENTURA, Z.; MORAES, P. *1968*: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Teses

MACHADO, C. C. F. *Revolucionários, bandidos e marginais*: presos políticos e comuns sob a ditadura. Niterói: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2005_MACHADO_Catia_Conceicao_Faria-S.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PRADO, L. B. B. *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil*: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000333876>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Anos rebeldes. Direção de Denis Carvalho. Brasil, 1992. (296 min).

Lamarca. Direção de Sergio Rezende. Brasil, 1994. (130 min).

O ano em que meus pais saíram de férias. Direção de Cão Hamburger. Brasil, 2006. (104 min).

O que é isso, companheiro? Direção de Bruno Barreto. Brasil, 1997. (105 min).

Quase dois irmãos. Direção de Lúcia Murat, Brasil, 2004. (102 min).

Que bom te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Brasil, 1989. (100 min).

Batismo de sangue. Direção de Helvécio Ratton. Brasil, 2007. (103 min).

Endereços eletrônicos

Frei Tito: memorial *on-line*. Disponível em: <www.adital.org.br/freitito/por/>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/index.html>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Movimento estudantil durante a ditadura militar. Disponível em: <www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/une.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Presidente dirigiu-se para o local da solenidade, distante oito quilômetros. Em meio ao caminho, a comitiva entrou por um pequeno atalho, andando cerca de 200 metros debaixo das árvores que escondiam quase completamente a luz do dia, e chegou a uma grande clareira aberta na selva.

Descendo do carro que o conduzia, o presidente hasteou o pavilhão brasileiro em um mastro improvisado no tronco de uma árvore, enquanto uma banda militar tocava o Hino Nacional. Depois, descerrou uma placa de bronze incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, na qual estava inscrito:

"Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde."

FOLHA DE S.PAULO, 10 out. 1970. In: *Primeira página: Folha de S.Paulo, 1921-1998*. São Paulo: Publifolha, 1999. p. 118.

2

Leila Diniz, 1945-1972, atriz e musa

[…] Leila ficou famosa: trabalhou em sete filmes e em outras tantas novelas da *Globo* e da *Excelsior*, circulou com sua moto por Ipanema, teve todos os namorados do mundo e nada disso levantou um sobrolho da sociedade. Então, em novembro de 1969, veio sua entrevista para o nº 22 de *O Pasquim* – e, esta sim, levantou muito mais que sobrolhos. Levantou o país.

A Leila Diniz do mito e da lenda foi uma consequência dessa entrevista. A prova é que o *O Pasquim*, fundado em junho daquele ano [1969] e circulando semanalmente, levou 22 semanas – quase seis meses – para entrevistá-la. […]

[…] suas entrevistas anteriores, como de praxe na imprensa dos anos 60, eram copidescadas. Ninguém falava no jornal como no dia a dia – nas páginas de esporte, qualquer beque do Bonsucesso usava próclises, ênclises e mesóclises com um rigor de Coelho Neto.

Leila deu muitas entrevistas antes da do *Pasquim* e em nenhuma delas consta uma palavra suspeita. É provável que ela não as tivesse dito, para não fazer a repórter corar, mas mesmo que as dissesse, suas respostas seriam maquiadas na redação, para combinar com as perguntas provincianas e ingênuas. Como as de *Fatos e Fotos*, em 15/2/1968: "É verdade que você não gosta de ter compromissos afetivos sérios?"; "Você se considera uma autêntica mulher avançada?"; "Você se considera sinceramente uma mulher normal?".

[…]

Mas, no começo, mesmo o *Pasquim* tinha de fazer concessões. Não podia soltar na rua uma entrevista com 72 palavrões que haviam saído como rosas da boca de Leila. Então, Tarso [de Castro] teve a ideia de substituí-los por asteriscos e fazer daquilo uma piada. Salvou-se a face do jornal, mas o resultado foi ainda mais escabroso – porque cada asterisco acendeu um palavrão na cabeça do leitor. E, além dos palavrões, havia o relato sereno e bem-humorado de sua movimentada vida sexual […].

[…] A reação das altas esferas à entrevista de Leila foi de apoplexia e ficou pior ainda quando todos os jornais e revistas do país também passaram a procurá-la. […]

[…] Era agora um mito – mas será que se enxergava nele? Não. Quanto mais ficou nacionalmente conhecida, mais se tornou uma figura de Ipanema, onde idosos e crianças a tratavam como "Leila", não como "Leila Diniz".

CASTRO, R. *Ela é carioca*: uma enciclopédia de Ipanema. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 209-212.

▶ Comentários das atividades

Questões interdisciplinares (*Taxa de inflação 1964-1967*)

1. Não, o salário mínimo subiu menos do que a inflação. Note que a inflação acumulada no ano de 1964 foi de 91%, mas o salário mínimo do ano seguinte subiu pouco mais de 57%.

2. Não, pois o governo militar reprimia as greves, intervinha nos sindicatos, perseguia seus líderes e limitava o direito de organização dos trabalhadores.

   A atividade pode ser realizada interdisciplinarmente com Matemática.

Questão interdisciplinar (*Propagandas*)

- Professor, a pesquisa proposta será enriquecida se os alunos contarem com a participação dos professores de outras áreas para que entendam a produção de nomes como Ana Cristina César e Adélia Prado (poesia), Leila Diniz e Bete Mendes (cinema/teatro), Elis Regina e Rita Lee (música), Ana Rosa Kucinski Silva e Naíde Teodósio (ciências), Rosa Nogueira e Dulce Maia (política), Zuzu Angel (moda), entre muitos outros nomes de mulheres que tiveram papel relevante no período. Devem ainda ser lembrados movimentos feministas como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Movimento Feminino pela Anistia*.

Apesar de ter sido criado só no início de 1980, o programa *TV Mulher* também merece ser lembrado como um avanço na luta pela afirmação da liberdade feminina, sobretudo pelo quadro sobre sexualidade, ousado para a época, sob a responsabilidade da sexóloga e hoje política Marta Suplicy.

Para recordar

1. Governo Castello Branco: caracterizado pela tentativa de estabilizar a economia e de lançar as bases para a retomada do crescimento econômico por meio do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que resultou na elevação do custo de vida e no aumento de impostos.

   Governo Costa e Silva: caracterizado pelo endurecimento do regime, pela ascensão da "linha dura" ao governo e pela instituição do AI-5 em 1968.

   Governo Médici: caracterizado pelo advento do chamado "milagre" econômico brasileiro – crescimento da economia em ritmo acelerado, decorrente das baixas taxas de juros e do apoio dos Estados Unidos ao regime militar –, pela entrada de grande volume de capital estrangeiro, pela instalação de multinacionais, pelo direcionamento das empresas estatais para assuntos ligados à "segurança nacional", por baixos salários e repressão às reivindicações trabalhistas. Ocorre nesse período também o aumento do consumo na classe média e da dependência do capital internacional.

   Governo Geisel: início da abertura política. Período marcado pelo "esgotamento do milagre econômico" e queda nos resultados obtidos pela economia brasileira. Alta da inflação. Crise do petróleo no cenário internacional afeta resultados internos.

   Governo Figueiredo: marcado por intensa crise econômica. Segunda crise do petróleo no mercado internacional causa diminuição no fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil. Inflação foge ao controle e reversão da economia colabora para enfraquecimento do regime.
2. A expressão "modernização conservadora" faz referência a alguns êxitos da economia brasileira durante o regime militar, como a entrada de grande volume de capital estrangeiro, o crescimento da produção industrial e da produção de energia, a ampliação do serviço de telecomunicação dentre outros. Nesse sentido, é possível afirmar que ocorreu uma modernização no país. Modernização, no entanto, conservadora do ponto de vista social e político, pois nesse mesmo período se deu acentuado arrocho salarial e uma forte repressão política, com perseguições, torturas e assassinatos de pessoas contrárias ao regime.
3. Resposta pessoal. O regime militar no Brasil caracterizou-se por atos de cassação, fechamento do Legislativo, elaboração da constituição por pessoas não eleitas, ocupação de cargos do Executivo por militares do alto escalão das Forças Armadas, suspensão dos direitos políticos e das garantias constitucionais individuais, intervenção federal em estados e municípios, além da possibilidade de o presidente decretar estado de sítio sem autorização do Congresso. No regime democrático, todas essas medidas são consideradas ilegais, uma vez que o funcionamento das instituições públicas é regido pela vontade do povo, representada pelos ocupantes do Legislativo e do Executivo. Também nesse caso, os militares nunca poderiam assumir o poder, uma vez que os cargos do Executivo e do Legislativo estão reservados aos civis eleitos pelo voto da população, enquanto que os militares são subordinados ao presidente da República, nunca o contrário. Sobre o terceiro questionamento proposto no *Para pensar historicamente*, no Brasil houve várias formas de manifestações contra a ditadura: através do teatro, das artes plásticas, da música e do cinema; com a organização de grupos armados; com a realização de comícios massivos ou passeatas.

Exercícios de História

1. Análise de imagem
   a) Os primeiros personagens têm a boca fechada, mas esta vai se abrindo nas personagens seguintes até representar um grito.
   b) Em 1975 o Brasil ainda estava sob o governo militar. A repressão e a prática da tortura, incrementada durante o governo do Gal. Médici, continuou ocorrendo sob a presidência do Gal. Geisel, a despeito das promessas do general de começar o processo de abertura política e de retorno à ordem democrática. Contudo, a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, deu início a uma onda de protestos e marcou o início da organização de movimentos de pressão pela redemocratização do país.
   c) Porque depois de anos de repressão política e censura, muitas pessoas evitavam expor suas críticas ao governo temendo serem vitimadas pela violência do Estado.
   d) Resposta pessoal. Professor, discuta com os alunos a importância da organização e mobilização política da sociedade civil na construção da democracia e para controlar as ações do poder público.
2. Análise de documento e reflexão
   a) Entre 31 de maio de 1793 e 27 de julho de 1794, compreendeu-se o chamado Período de Terror da Revolução Francesa. Durante esse tempo, os jacobinos que estavam no poder perseguiram os opositores ao governo revolucionário. Alguns antigos aliados foram assassinados por serem considerados "inimigos" da Revolução. Seu principal articulador foi Robespierre. Nesse período as garantias civis foram suspensas.
   b) Ele quer dizer que o terror ocorre quando é praticado pelo Estado, como se passou durante o Período do Terror. Nesse sentido, quando práticas desse tipo são encabeçadas por pessoas contrárias ao regime vigente, elas podem ser consideradas reações à repressão estatal.
   c) Marighella acusa as instituições militares de assassinar alguns de seus companheiros, guerrilheiros urbanos. Ele também as acusa de manter pessoas presas e torturá-las.
   d) Marighella argumenta que, diante das atrocidades cometidas pela ditadura militar, ser terrorista é uma forma de resistência. Nesse sentido, a luta armada é uma ação digna, um meio para derrubar um governo que também recorre à violência e ao terror.
   e) Tendo em vista que Constant atribui o terror a determinado sistema de governo, e não a práticas violentas à margem do Estado, a resposta esperada é que, tomando a afirmação do pensador do século XVIII, considerariam-se terroristas os atos da ditadura brasileira, e não os dos guerrilheiros. No entanto, como se trata de um exercício que envolve questões políticas e desdobramentos ainda fortes em nossa sociedade, outras respostas podem ser aceitas, desde que justificadas com base nos textos. A intenção do exercício visa antes de tudo trazer à tona a discussão e o desenvolvimento argumentativo dos alunos sobre a ditadura militar brasileira e também sobre a atuação violenta daqueles que agiram contra ela.
3. Análise de texto historiográfico
   a) Os participantes das greves que ocorreram no final dos anos 1970 eram, principalmente, metalúrgicos do ABC paulista. Eles estavam insatisfeitos com suas condições de trabalho, seu salário e também com o regime militar brasileiro.
   b) Isso ocorreu porque as reivindicações dos metalúrgicos passaram a nortear diversos projetos de sociedade inseridos nos movimentos pela volta da democracia.

Capítulo 12

Professor

Aqui começam as orientações para o capítulo 12 (p. 218 a p. 247).

O FIM DA GUERRA FRIA E A NOVA ORDEM MUNDIAL

O fim da Guerra Fria ficou marcado pela derrubada do muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991. Ambos os acontecimentos, porém, são frutos de um longo e complexo processo histórico que desencadeou uma série de desdobramentos que pautaram uma nova organização mundial. A ordem globalizada que hoje vivenciamos traz em si não somente muitas particularidades oriundas do período da Guerra Fria, mas também duas dúvidas: como se equacionam a questão da autonomia dos países diante dos blocos constituídos por nações hegemônicas e a questão dos interesses e demandas sociais diante das leis do mercado, assunto abordado na seção *Para pensar historicamente*.

A relação dos Estados Unidos com os outros países, notadamente seus opositores no contexto da Guerra Fria, é tratada no item "Os Estados Unidos a partir dos anos 1960", em que se destaca a relação com os países do Oriente, como o Afeganistão, o Irã e o Iraque, entre 1979 e o início dos anos 1990. Neste período foram delineados aspectos importantes para se entender o ato terrorista de setembro de 2001 e a guerra empreendida contra grupos islâmicos fundamentalistas por forças militares lideradas pelos Estados Unidos e Reino Unido. A leitura do texto "A construção da crise no Afeganistão" permite uma avaliação da complexa realidade instaurada naquele país desde a invasão da União Soviética.

A manutenção do bloco soviético e a sua desagregação é tratada nos itens "A União Soviética de 1964 a 1991" e subsequentes, destacando-se o período do governo de Gorbatchev, quando foram iniciados os processos de reestruturação econômica (a *perestroika*) e de transparência política (a *glasnost*), que colaboraram para que ocorressem as mudanças no Leste Europeu.

A reorganização das forças políticas em cada ex-estado soviético e o processo de alinhamento destes países à ordem capitalista tornaram mais forte a hegemonia do Ocidente, que teve de atuar, através da Otan e do FMI, na consolidação dos estados recém-independentes. Junto a este processo, disseminaram-se as novas relações econômicas e geopolíticas que vêm marcando as relações internacionais desde meados dos anos 1990, tema do item "O neolibealismo e o 'Estado mínimo'".

Os desafios à nova ordem mundial são muitos, destacando o controle das transações financeiras por um órgão internacional – assunto que tem gerado debates após a crise financeira de 2008, abordada no texto "Crise de 2008: na economia e na teoria econômica" – e os problemas de ordem ambiental – que colocam em xeque modelos de desenvolvimento que provocam impactos negativos na preservação da natureza, assunto abordado no item "Norte e Sul: desigualdades e meio ambiente" e aprofundado na atividade *1. Conhecendo o ponto de vista de um geógrafo*.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e/ou abaixo.

Sugestões de abordagens interdisciplinares

- História e Economia: pesquisar as correntes econômicas do keynesianismo (neocapitalismo) e do neoliberalismo, buscando dados dos economistas e de suas ideias.
- História e Filosofia: pesquisar as correntes de pensamento das últimas décadas, levantando suas ideias, autores, obras etc. Considerar, especialmente, os pensadores que têm discutido a nova ordem mundial, os processos econômicos, políticos, culturais, comportamentais, embutidos no processo de globalização.
- História e Mídia: nos últimos anos, observa-se um aumento da influência dos meios de comunicação de massa no cotidiano das pessoas, alterando seus comportamentos e modos de pensar. Com base no filme *O Show de Truman*, direção de Peter Weir (EUA, 1998, 102 min), proponha uma reflexão sobre a influência da mídia e a importância do entretenimento no mundo contemporâneo.

Bibliografia

CHOSSUDOVSKY, M. A *Globalização da pobreza*: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J. C. de (Orgs.). *Globalização*: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FRIGOTTO, G. *Educação e crise do trabalho*: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GATES, B. *A estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GORBACHEV, M. *Perestroika*: novas ideias para o meu país e o mundo. 27. ed. São Paulo: Best Seller, 1991.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX*: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

________. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações e a reconquista da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

________. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

________. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

▶ Pequena seleção de textos

1

Alemães fazem festa dos dois lados do Muro

A madrugada de ontem foi uma das mais felizes na história do pós-guerra nas duas Berlim. Dos dois lados do muro houve festa e muita comemoração. O impossível – a abertura do Muro de Berlim – tinha finalmente acontecido. A notícia de que a Alemanha Oriental estava aberta foi divulgada quinta-feira à noite por Guenter Schabowski, responsável pelo setor de Propaganda do partido comunista alemão-oriental. Poucas horas depois, os habitantes de Berlim Ocidental festejavam com fogos de artifício e até batucada. Enquanto isso, os habitantes de Berlim Oriental, ainda incrédulos, dirigiam-se para o muro.

Segundo a "ADN", a agência oficial de notícias da Alemanha Oriental, até o início da noite de ontem 40 407 pessoas viajaram, oficialmente, para a Alemanha Ocidental. Destas, somente 2 545 declaram que permaneceriam em território alemão-ocidental como refugiados. As demais se registraram apenas como turistas.

Do lado oriental do *Checkpoint Charlie*, um dos pontos mais famosos de passagem pelo muro, milhares de pessoas se aglomeraram para comemorar e atravessar a fronteira entre as duas metades da cidade. Dali, as pessoas se dirigiram à elegante Avenida *Kurfuerstendamm* (abreviada para Kudam), uma das vias centrais de Berlim Ocidental.

Quando as pessoas começaram a chegar ao *Checkpoint*, os guardas ainda não sabiam direito como proceder. Por volta da meia-noite, milhares de pessoas esperavam sua vez de passar. As autoridades decidiram então liberar o caminho para evitar tumultos. As pessoas foram autorizadas a atravessarem o muro apenas mostrando sua carteira de identidade. Muitos disseram que pretendiam voltar, que só queriam comprovar a veracidade da notícia. Até ontem de manhã, os fiscais não sabiam como proceder em relação às exigências legais, se eram necessários ou não os vistos nos passaportes. Ontem, durante o dia inteiro, as filas foram imensas no lado oriental dos postos de passagem. Entretanto, a maioria das pessoas dizia que só queria "ter o prazer de visitar o outro lado".

FOLHA DE S.PAULO, 11 nov. 1989. *20 textos que fizeram História*. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1991. p. 243.

2

A ocidental "civilização universal"

Quando o Conselho de Segurança da ONU ou o FMI tomam decisões que refletem os interesses ocidentais, elas são anunciadas ao mundo como resultado das aspirações de toda comunidade mundial. A própria frase "comunidade mundial" passou a ser coletivo eufemístico (em substituição a "mundo livre") usado para conferir legitimidade global a ações que promovem os interesses dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais. Por intermédio do FMI e de outras instituições econômicas internacionais, o Ocidente defende seus interesses econômicos e impõe a outras nações as políticas econômicas que julga apropriadas. Em qualquer pesquisa de opinião realizada entre povos não ocidentais, o FMI sem a menor dúvida teria a aprovação dos ministros das Finanças e de um punhado de outras figuras, mas receberia uma esmagadora classificação negativa por praticamente todo o resto dos entrevistados, que concordariam com a caracterização dos executivos do FMI feita pelo ex-assessor de Mikhail Gorbachev, Georgy Arbatov, hoje assessor de Boris Ieltsin: "Neo-bolcheviques que adoram expropriar o dinheiro dos outros, impor regras não democráticas e alienígenas de conduta econômica e política e tolher a liberdade econômica".

Em um nível superficial, boa parte da cultura ocidental de fato difundiu-se pelo resto do mundo. Contudo, em suas bases, os conceitos do Ocidente diferem fundamentalmente dos que prevalecem em outras civilizações. As ideias ocidentais de individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, governo pela lei, democracia, livre mercado, separação de Igreja e Estado têm, com frequência, pouca repercussão nas culturas islâmica, confuciana, japonesa, hindu, budista ou ortodoxa. Os esforços do Ocidente para propagar essas ideias acabam produzindo uma reação contra o "imperialismo dos direitos humanos" e uma reafirmação dos valores nativos, como se pode ver no apoio que as gerações mais jovens dão ao fundamentalismo religioso em culturas não ocidentais. A própria noção de que pode existir uma "civilização universal" é ocidental e destoa completamente do particularismo da maioria das sociedades asiáticas, que salientam as distinções entre os povos.

HUNTINGTON, S. Choque do futuro. In: *Veja 25 anos*: reflexões para o futuro. São Paulo: Abril, 1993. p. 134-147.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

NÓVOA, J. L. B. (Org.). *A História à deriva*: um balanço de fim de século. Salvador: UFBa, 1993.

PERRAULT, G. (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

REIS FILHO, D. A. *Uma revolução perdida*: a História do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIBEIRO, W. *Relações internacionais*: cenários para o século XXI. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de Apoio).

SADER, E. (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

________. *Século XX*: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

VICENTINO, C. *Rússia*: antes e depois da URSS. São Paulo: Scipione, 1995. (Ponto de apoio).

VIZENTINI, P. *Da Guerra Fria à crise*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.

Teses

BASTOS, L. A. *Avaliação do desempenho comercial do Mercosul*: 1994-2005. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-17082009-150750/>. Acesso em: 23 mar. 2013.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS*: um estudo das causas. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Adeus Lênin. Direção de Wolfgang Becker. Alemanha, 2003. (121 min).

Bela aldeia, bela chama. Direção de Srdjan Dragojevic. Iugoslávia, 1996. (125 min).

Fahrenheit 9/11. Direção de Michael Moore. Estados Unidos, 2004. (122 min).

Guerra ao terror. Direção de Kathryn Bigelow. Estados Unidos, 2008. (131 min).

Território Comanche. Direção de Gerardo Herrero. Alemanha/Argélia/Espanha/França, 1997. (90 min).

Todos os homens do presidente. Direção de Alan J. Pakula. Estados Unidos, 1976. (138 min).

Uma verdade inconveniente. Direção de Davis Guggenheim. Estados Unidos, 2006. (94 min).

Endereços eletrônicos

FMI (em espanhol). Disponível em: <www.imf.org/external/spa/index.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

ONU. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Comentários das atividades

Para recordar

1. Desde o fim do período stalinista, a URSS enfrentava uma duradoura estagnação econômica. O atraso tecnológico, os entraves burocráticos e os altos gastos militares agravavam a situação. Para tentar mudar esse quadro, no final da década de 1980, o presidente Gorbatchev propôs um programa de reformas assentado sobre dois pontos fundamentais: a *glasnost* e a *perestroika*, que correspondiam, respectivamente, às aberturas política e econômica. O programa reformista contou com a oposição da burocracia do Partido Comunista e desorganizou a economia. Além disso, abriu espaço para manifestações nacionalistas no interior da URSS. Com sua popularidade em baixa, Gorbatchev foi vítima de uma tentativa de golpe em 1991. Embora frustrado, o golpe enfraqueceu ainda mais a autoridade do presidente. No mesmo ano, as repúblicas da Estônia, Letônia e Lituânia declaram-se independentes, marcando o início da desagregação da república soviética.
2. Com o fim da URSS, a ordem capitalista tornou-se hegemônica, abrindo novas oportunidades de alargamento e expansão dos negócios. Contudo, a crescente concorrência pelos mercados exigiu o aumento dos investimentos em pesquisas e implementação tecnológica. Como esses investimentos só podem ser feitos mediante a mobilização de enormes volumes de capital, foi estimulada a formação de grandes conglomerados empresariais, que passaram a pressionar pela suspensão das barreiras nacionais protecionistas que restringiam seu campo de ação. Esse fortalecimento do setor privado foi acompanhado de perto por uma crise do Estado intervencionista, dando impulso às pregações neoliberais.

Exercícios de História

1. Conhecendo o ponto de vista de um geógrafo
   a) Thomas Malthus foi um economista inglês que viveu na passagem do século XVII para o XIX. Ele defendia que toda e qualquer melhoria no padrão de vida da humanidade tenderia a se esgotar, pois essa melhoria implicaria um crescimento da população e, por consequência, uma nova fase de escassez. Para Malthus, a tendência era o crescimento populacional ser sempre maior do que o crescimento dos recursos naturais, o que fatalmente levaria à humanidade a sofrer sempre com a escassez desses recursos.
   b) Professor, o aluno pode citar uma lista numerosa de recursos: água, alimentos, petróleo, gás natural, carvão e cobre estão entre os principais.
   c) O esgotamento dos recursos naturais do planeta é responsabilidade da parcela rica da população mundial.
   d) Não, pois se todos desfrutassem dos padrões de vida dos ricos, os recursos planetários seriam insuficientes. Nesse sentido, o autor denuncia uma farsa do sistema que promete a todos os homens e mulheres algo que, na prática, não pode ser realizado. Por essa razão, para ele, o sistema é, em seus próprios fundamentos, injusto.
2. Leitura e interpretação de texto
   a) Os ataques foram motivados pela acusação de que o Iraque dava apoio a grupos terroristas e que desenvolvia armas de destruição em massa.
   b) Mia Couto argumenta que ao invés de terem semeado a paz e a ordem no Iraque, os estadunidenses desorganizaram ainda mais o país, alimentando a proliferação dos grupos extremistas e fazendo crescer a violência. Além disso, acusa os estadunidenses de imporem ao mundo seus interesses por meio de uma lógica maniqueísta, em que eles seriam a representação absoluta do "bem", ao passo que o "mal" seria sempre encarnado pelo "outro", desconsiderando o fato de que seus representantes frequentemente têm ocupado os noticiários com demonstrações de crueldade e intolerância.
   c) Mia Couto critica também a mídia, que reproduz em suas manchetes a versão estadunidense dos fatos, sem fazer dela uma avaliação crítica.
   d) Até o início de 2010, o Iraque ainda não havia conquistado estabilidade. As tropas estadunidenses continuavam a ocupar o país e a enfrentar seguidos ataques terroristas praticados por rebeldes. A partir das notícias pesquisadas, pode-se montar com os alunos um quadro com informações sobre cada aspecto da vida iraquiana. Incentive-os a avaliar possíveis recuos e avanços em cada área. Em seguida, seria oportuno voltar ao texto de Mia Couto e relacionar a posição do escritor em 2004 com o quadro atual do país. Se considerar apropriado, o longa-metragem *Guerra ao Terror*, dirigido por Kathryn Bigelow (EUA, 2008, 130 min.), pode ser passado em sala de aula e seguido de um debate. No filme, os soldados dos Estados Unidos são mostrados como verdadeiros extraterrestres numa terra onde tudo – a língua, as expressões, os gestos, os comportamentos – parece estranho e incompreensível, e o inimigo, impossível de ser distinguido e identificado. Naquele universo, a presença estadunidense no Iraque assume contornos absurdos, quase surreais, e se prolonga por puro "vício", sem uma razão lógica.

Professor
Aqui começam as orientações para o capítulo 13 (p. 248 a p. 280).

A adoção do neoliberalismo como fundamento para o desenvolvimento brasileiro, a partir dos anos 1990, e seu impacto social, econômico e político é o tema deste capítulo.

Na seção *Para pensar historicamente*, pode-se solicitar aos alunos que consultem suas anotações e realizem um exercício de análise, identificando, com base nos conteúdos estudados, que feições tal doutrina ganhou no contexto da década de 1990 no Brasil. A seção *Para recordar* e a atividade *2. Comparação de pontos de vista* ajudarão nesta análise e interpretação.

O processo histórico desta guinada é abordado a partir dos diferentes governos que sucederam ao presidente José Sarney. A cada período, novos passos foram dados diante de um cenário internacional em transformação, conforme estudado no capítulo 12. Simultaneamente, a democracia brasileira foi se consolidando por meio de periódicas eleições livres e diretas para o Executivo e o Legislativo, se submetendo a duras provas desde a aprovação da Constituição de 1988, como no momento em que fora afastado o presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Sobre esse aspecto, a atividade *1. Análise de documento* permite avaliar o papel da sociedade organizada ao fazer valer um instrumento constitucional diante de um governo corrupto.

No âmbito do desenvolvimento social, a primeira década do século XXI foi marcada pela permanência de elevado índice de desigualdade e tímidos avanços na distribuição de renda. A análise e comparação dos dados e respectivos contextos apresentados nos itens "O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)" e "Primeiro e segundo governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)" permitem avaliar o processo de desenvolvimento brasileiro como um todo.

Ainda sobre a problemática social, o texto "O regime de terror nas prisões" pode motivar uma discussão sobre o sistema prisional no Brasil e sua função. Pode-se propor aos alunos que busquem informações sobre os presídios que existiram nos séculos XVIII e XIX e das condições oferecidas aos presos naquela época. Em seguida, os alunos poderão relacionar as informações encontradas ao contexto atual, que tem favorecido o encarceramento cada vez maior de pessoas. O debate poderá ser alimentado pela leitura de documentos, como a *Declaração de Direitos Humanos*, ou de textos que tratem da necessidade de a população assumir a responsabilidade no enfrentamento dos problemas sociais.

Indicações para aprofundamento do tema

Seguem sugestões de livros, teses, filmes e endereços eletrônicos nas colunas laterais e/ou abaixo.

Sugestão de abordagem interdisciplinar

- História e Literatura: nos últimos anos, têm surgido livros que permitem uma reflexão sobre diversos aspectos da atualidade brasileira. Um deles é *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (Companhia das Letras, 1999), que aborda questões como crime, marginalidade e solidariedade, descrevendo a vida em um dos maiores presídios do país, localizado em São Paulo e desativado em 2002. Tal livro permite um questionamento sobre as diversas formas que a violência assume nas grandes cidades, sempre nos permitindo estabelecer relações com as questões social e econômica. Outra publicação é *Resumo de Ana*, de Modesto Carone (Companhia das Letras, 1998): a vida de seus personagens, pessoas simples, abrangem praticamente todo o século XX.

Pequena seleção de textos

Entre a República e a democracia

[...] A República proclamada em 1889 no Brasil estava longe de ser democrática. Ela sobreviveu 41 anos sem povo e sem preocupação social. Como avanço democrático trouxe só a extinção do voto censitário, mantendo a exclusão dos analfabetos, que eram 85% da população. Até 1930, a participação eleitoral nas eleições presidenciais não passou de 5% da população. Era uma República patrícia e oligárquica, em que não havia lugar para povo, em que o bem comum era o bem de poucos, embora não faltasse honestidade aos governantes. Ouviram-se logo vozes dizendo que aquela não era a República dos sonhos dos propagandistas. Em nossos termos, dizia-se que era preciso democratizar a República.

Em 1930, houve uma ruptura na República. Além de um violento processo de urbanização, que fez do Brasil, em 50 anos, um país urbano, teve início a democratização política da República com a entrada em cena do povo. A Constituição de 1946 tornou o alistamento e o voto obrigató-

Bibliografia

CONTI, M. S. *Notícias do planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DEL PRIORE, M. et al. *500 anos de Brasil*: histórias e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999. (Ponto de apoio).

KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica*: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MASCARENHAS, E. *Brasil*: de Vargas a Fernando Henrique. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

RIBEIRO, W. *Relações internacionais*: cenários para o século XXI. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de apoio).

SINGER, P. *Globalização e desemprego*: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

Teses

RIBEIRO NETO, C. P. *O MST em documentários e no Jornal Nacional*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25022010-123750/>. Acesso em: 23 mar. 2013.

SALES, C. M. R. *Relações internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2007. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000407617>. Acesso em: 23 mar. 2013.

Filmes

Central do Brasil. Direção de Walter Salles Jr. Brasil, 1998. (112 min).

Notícias de uma guerra particular. Direção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Brasil, 1999. (55 min).

Os matadores. Direção de Beto Brant. Brasil, 1997. (90 min).

Terra estrangeira. Direção de Walter Salles Jr. e Daniela Thomas. Brasil, 1995. (100 min).

Peões. Direção Eduardo Coutinho. Brasil, 2004. (85 min).

Endereços eletrônicos

ONG Transparência Brasil. Disponível em: <www.transparencia.org.br/ >. Acesso em: 23 mar. 2013.

Senado Federal. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

rios para todos. A participação eleitoral de 5% da população subiu para 70% ao final do século. Os 2,6 milhões de eleitores de 1934 viraram 130 milhões em 2009, dos quais 40 milhões começaram a votar durante a ditadura. A democratização da participação escancarou também o acesso ao fechado clube da elite política. Zé da Silva começou a votar e a ser votado.

Começou também a democratização social da República. O Estado Novo promulgou a CLT e ampliou a legislação social. A ditadura militar ampliou a Previdência. Nos últimos 15 anos, sob a democracia política, a inclusão ampliou-se no campo da educação fundamental e da assistência às camadas mais pobres da população.

Diante de tantos avanços, poder-se-ia concluir que já temos uma República democrática, um bom governo numa sociedade igual e includente.

A conclusão seria precipitada. Passo por cima dos problemas referentes à inclusão social, que têm a ver com a manutenção da desigualdade, a má qualidade da educação fundamental e o restrito alcance do Ensino Médio. No que tange à prática política, a entrada rápida e massiva do povo no sistema eleitoral foi feita em boa parte durante a ditadura. Mais ainda, o grande déficit educacional e os altos níveis de pobreza ainda prendem a maior parte dos eleitores dentro do círculo de ferro da pobreza. O grau de informação e de liberdade de escolha desse eleitorado é reduzido e ele fica vulnerável a apelos populistas, paternalistas, clientelistas. Seu voto é racional, mas obrigatoriamente preso às necessidades imediatas.

Nossas instituições políticas, sobretudo as representativas, não contam com o respeito dos cidadãos. O fato de o problema não ser só nosso não significa que não constitua uma fraqueza da República. Destaco apenas dois pontos. O primeiro consiste no fato de que nossos políticos, muitos deles formados durante a ditadura, exibem reiterado desrespeito ao cargo e aos dinheiros públicos. Não por acaso, as pesquisas de opinião os colocam sempre nas posições mais baixas (20%) da escala de confiabilidade.

O segundo tem a ver com a relação entre Legislativo e Executivo. Nossa República escolheu ser presidencial. Desde o início, implantou-se um presidencialismo imperial que se sobrepõe ao Legislativo e, no limite, o reduz a mero intermediário entre eleitor e governo. A principal dificuldade dos presidentes consiste em formar maiorias parlamentares. Eles a resolvem negociando favores e benesses.

A igualdade de todos perante a lei, requisito republicano, é ainda letra morta da Constituição. Nosso Judiciário é lento e ineficiente, tornando a lei um instrumento desigual de proteção e punição. Qual é o mensaleiro que foi condenado em última instância? Nossas polícias estão longe de padrões aceitáveis de eficiência e correção funcional, para dizer o mínimo.

Desde 1988 várias propostas de reforma já foram feitas para corrigir as falhas do sistema, sobretudo no campo eleitoral e partidário. Ironicamente, o momento positivo que vivemos tem bloqueado o debate das reformas. O que vemos é um presidente popular, um Executivo hegemônico, um Congresso desmoralizado, partidos que abandonaram programas em troca de um pragmatismo radical voltado para cálculos eleitorais.

Tudo isso pode ser democrático, mas não é republicano. A democracia avançou mais rápido do que a República. Pode-se argumentar que essa é nossa originalidade, construir uma democracia sem República. A preocupação com o bom governo, eficiente, transparente e virtuoso, seria, nessa perspectiva, moralismo udenista. Nosso método original de inclusão seria o iberismo estatocêntrico e patrimonialista.

Parece-me, no entanto, que valores e práticas republicanas são essenciais para a consolidação da democracia. Não se trata de udenismo. Trata-se de civismo, de valorização do interesse coletivo e do bom governo, sem os quais não se garante a eficácia e a respeitabilidade das instituições. Sem instituições sólidas e respeitadas, nossa República ibérica permanecerá vulnerável aos ventos das crises econômicas e políticas. Valores e práticas republicanos não são apenas meio, mas também fim.

Acoplar República e democracia é particularmente importante no momento em que o país retoma o velho sonho de grande império. Para realizar esse sonho é preciso respeitabilidade externa, que não se consegue apenas com crescimento econômico e inclusão social. São necessárias também instituições políticas sólidas e padrões internacionais de moralidade pública.

A República precisa da democracia para se legitimar, a democracia precisa da República para se consolidar. O equilíbrio entre as duas está no coração de nosso problema político hoje."

CARVALHO, José Murilo de. *O Estado de S. Paulo*. 27 dez. 2009. p. J5.
Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/suplementos,entre-a-republica-e-a-democracia,487425,0.htm>.
Acesso em: 23 mar. 2013.

▶ Comentários das atividades

Questão interdisciplinar (*A televisão na formação do espaço público*)

- Professor, a participação de professores de várias áreas no trabalho em questão pode ser muito rica. A Geografia pode colaborar com o reconhecimento das diferentes regiões do país e suas respectivas características; a área de Língua Portuguesa pode coordenar os alunos na análise do discurso dos programas televisivos; Sociologia pode incrementar a discussão sobre o papel dos meios de comunicação de massa e você pode orientar os alunos na contextualização dos programas e ajudá-los a pensarem o papel da TV num cenário de globalização da informação.

Para recordar

1. O neoliberalismo é uma política econômica que defende a intervenção mínima do Estado na economia, favorecendo os investimentos de multinacionais, as importações e o capital especulativo. Ele começou a ser seguido no Brasil no final dos anos 1980, durante o governo Sarney, mas foi intensificado no governo Collor, quando a participação do Estado na economia foi enxugada. No mandato de Itamar Franco, esse sistema permaneceu, já que o Plano Real atraiu investimentos estrangeiros. No governo FHC, o neoliberalismo esteve presente principalmente nas privatizações de empresas estatais e no aumento do capital especulativo. Por fim, no governo Lula, essa tendência sofreu uma modificação com a ampliação das exportações e o fortalecimento de políticas sociais estatais, embora o capital internacional tenha permanecido importante para a economia brasileira.
2. Resposta pessoal. Além dos *sites* de notícias, jornais e revistas confiáveis, outra possibilidade é atuar junto com os professores de língua estrangeira (Inglês e Espanhol), propondo que a investigação seja feita em meios de comunicação estrangeiros.

Exercícios de História

1. Análise de documento
   a) O afastamento de Fernando Collor de Mello da Presidência da República. Isso ocorreu por meio de uma votação no congresso, que autorizou a abertura do processo de *impeachment*, assumindo o cargo o vice-presidente Itamar Franco.
   b) Sim, pela mobilização que a reportagem cita: as manifestações que somaram 500 mil pessoas em 17 cidades; 120 mil no Anhangabaú em São Paulo e 100 mil em frente ao Congresso em Brasília.
   c) A reportagem destaca que o mandato de Collor foi bem diferente do que prometiam sua campanha e suas estratégias de *marketing*. Em vez de acabar com a inflação, seu plano econômico fracassou. Ainda na economia, privatizou empresas estatais e abriu o mercado para o capital estrangeiro. Não conseguiu gerar um entendimento nacional e recorreu a nomes do regime militar. A matéria destaca também as denúncias de corrupção que acabaram por levar ao seu afastamento, o que contradiz com o lema de sua campanha, "caçador de marajás".
   d) De acordo com a reportagem, a CPI alegou que sua postura não era compatível com a dignidade do cargo.
2. Comparação de pontos de vista
   a) O texto afirma que, apesar de manter o neoliberalismo como política econômica, o governo FHC se diferenciou do governo Collor ao ter como meta alcançada o controle da inflação.
   b) As duas transformações são a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. Para o autor, elas causam outros desdobramentos, como a predominância do capital especulativo na economia (o que favorece aos bancos) e problemas sociais, que são negativos. Ele afirma que esses aspectos são uma "herança" ruim para o sucessor de FHC (no caso, Lula), do ponto de vista social, político e econômico.
   c) Pela fala de FHC, é possível inferir que o Plano Real recebeu críticas por não gerar empregos e não fazer a economia crescer. O ex-presidente se defende delas dizendo que não eram funções do Plano essas conquistas, mas sim reduzir a inflação. Para ele, com o Plano Real os problemas sociais ficaram mais evidentes, parecendo maiores.
   d) Resposta pessoal. Na construção do diálogo, é importante orientar os alunos quanto à coerência das colocações de cada interlocutor. Assim, as falas de Emir Sader devem conter críticas ao governo FHC e ao Plano Real. Nas falas de FHC e Malan devem estar argumentos como a diminuição da inflação, a valorização do Real frente ao dólar e o fato de o Plano ter sido bem-sucedido, apesar de não ter resolvido problemas como a desigualdade social.
3. Trabalhando com charge
   a) • No primeiro quadro, a mulher (personagem) demonstra tensão. Vemos que está paralisada e que sente medo. Na segunda cena, a mesma mulher aparece tomando uma atitude. Ela grita com força num megafone. • No primeiro quadro, o homem se revela grande e poderoso, numa atitude ameaçadora, exibindo sua força física.
   b) Resposta pessoal. Professor, não há aqui uma resposta única. A escolha feita pelo desenhista pode ter tido várias razões: facilitar a transformação gráfica do machão em gato assustado, criar o ambiente de terror do primeiro quadrinho, enfatizar a figura feminina ao oferecer apenas uma referência indireta à figura masculina, entre outras razões. O objetivo é fazer o aluno refletir sobre a relação de poder entre as figuras feminina e masculina e sobre a expressão gráfica dessa relação.
   c) É a mulher, que ocupa o centro da imagem e cuja ação produz a modificação na situação representada. O homem, representado apenas pela sombra, aparece como figura secundária.
   d) Existem delegacias especiais para receber os casos de violência doméstica (as Delegacias de Defesa da Mulher) e atendimento especializado de disque-denúncia (Central de Atendimento da Mulher, pelo180). O Brasil assinou, ainda em 1979, a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e passou a contar com uma lei especial de defesa da mulher em 2006, a Lei Maria da Penha, pela qual o agressor pode ser rapidamente afastado do lar e do convívio com a mulher e os filhos a fim de evitar represálias à denunciante e protegê-la de novas agressões. Caso a mulher dependa financeiramente do marido, o juiz pode determinar que ela seja incluída em programas assistências do governo ou que o agressor arque com as despesas de sustento da família.
   e) Não. A sociedade brasileira foi forjada segundo um modelo patriarcal, no qual a mulher estava submetida ao poder e controle masculinos. Até 1830, as leis que vigoravam no Brasil consideravam que o marido que matasse a esposa adúltera estava assegurando a defesa de sua honra e, por conseguinte, não era um criminoso. Mesmo depois de abolida a lei que admitia a legítima defesa da honra, o uso da violência contra a mulher continuou por muito tempo sendo tolerado. A mudança dessa situação e a criação de leis específicas de proteção à mulher resultaram de mais de um século de luta e organização política de grupos de mulheres.

Questões & testes

Capítulo 8

Enem

1. A

Vestibulares

2. C 3. D

4. a) 1. Tanto Vargas quanto Jânio Quadros ocuparam a Presidência em períodos de expansão do imperialismo, sobretudo norte-americano e de radicalização da Guerra Fria; 2. Ambos tinham contra si: a) a fragilidade das instituições políticas, com nítida dificuldade em absorver a participação política das massas; b) a UDN e todos os grupos apartidários que simpatizavam com os "entreguistas" e eram amigos dos americanos; c) a quase totalidade dos Chefes das Forças Armadas, que desconfiavam do "estado de compromisso" preconizado por Vargas, que mobilizava diversas classes e facções de classe que se destacavam no cenário político com vistas a resolver demandas sociais – e da política externa de Jânio, que restabeleceu as relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas do leste da Europa, da Ásia (China), dando apoio aos revolucionários cubanos e condecorando Ernesto Guevara; d) toda força dos trustes e monopólios que não queriam a Petrobras e a adoção de medidas econômicas de controle de remessa de lucro para o exterior; e) os mais importantes jornais do país, frações da burguesia industrial e rural, setores jurídicos e profissionais liberais das classes média urbana e da Igreja católica, que se uniram em torno de uma pauta comum: apuração do que se cunhou como "mar de lama"; defesa do nacionalismo contra o comunismo; o perigo da cessão às pressões das manifestações de massa e dos movimentos populares.

   b) Apelo à razão e a sensibilidade das massas trabalhadoras das grandes cidades e centros industriais no sentido do apoio ao "estado de compromisso", acenando com a garantia do emprego e consolidação de uma legislação trabalhista ampliadora dos direitos sociais jurídicos e políticos da cidadania; Conclamação à conciliação das classes e categorias sociais em nome do nacionalismo em contraposição ao imperialismo, cujos interesses apontam para a exploração das riquezas nacionais e para a dependência econômica do país aos trustes e multinacionais, principalmente dos Estados Unidos; O discurso é paternalista e carismático e estabelece uma autoridade e um poder ao líder populista que o legitima a mediar as demandas de um conglomerado de indivíduos que têm dificuldade de fazer valer seus interesses de classe, não podem representar-se, têm que ser representados; Tentativa de preservar o papel de líder de massas que através do próprio sacrifício – o suicídio e a renúncia – teatralizariam uma exemplaridade de ética, coragem e retidão moral.

Capítulo 9

Enem

5. C

Vestibulares

6. a) Correto. O ano de 1961 é caracterizado pelo acirramento da Guerra Fria, principalmente pelos desdobramentos da Revolução Cubana, como a tentativa frustrada de invasão na "Baía dos Porcos".

   b) Correto. Foi o primeiro presidente do pós-guerra e, portanto, do período de Guerra Fria. Nesse período, o Brasil aderiu à política externa dos Estados Unidos.

   c) Correto. A exaltação da figura do líder é muito utilizada nos modelos autoritários na medida em que a sociedade é levada a acreditar que o coletivo, no sentido social, tem pouca importância e, consequentemente, grandes homens têm a capacidade de salvar a pátria.

   d) Incorreto. Desde 1961, Cuba adotou claramente a opção marxista e se aproximou rapidamente da política externa soviética.

   e) Incorreto. O sucessor de Lênin foi Stálin, que permaneceu no poder de 1924 a 1953, sendo sucedido por Khrushtchev.

Capítulo 10

Enem

7. D

Vestibulares

8. C

9. A charge destaca duas características das ditaduras latino-americanas: 1) A centralização política, com destaque para a repressão sobre os grupos ou manifestações de oposição. A centralização tomou formas diferentes nos diversos países, porém, em todas as situações, o poder Executivo se sobrepôs ou tornou-se o único poder existente. 2) A elitização: em todos os países, as ditaduras contaram com o apoio das elites econômicas e adotaram uma política de favorecimento dessas elites, marginalizando ainda mais as camadas populares com o aumento do desemprego e o arrocho salarial.

Capítulo 11

Enem

10. E

Vestibulares

11. E 12. E

Capítulo 12

Vestibulares

13. 01 + 04 + 16 = 21

14. A

Capítulo 13

Vestibulares

15. A

Atividades complementares

Produção de contos

Este pode ser um trabalho interdisciplinar, envolvendo História e Língua Portuguesa.

O tema da repressão política durante o regime militar (1964-1985) sempre interessa e sensibiliza bastante os alunos. Atualmente, o tema tem ocupado com frequência as páginas dos noticiários em função da polêmica em torno da revisão da Lei de Anistia e da pressão de parte da sociedade civil para a abertura dos arquivos da ditadura. Para despertar nos alunos o envolvimento com o assunto, proponha que acessem o *site* do grupo *Tortura Nunca Mais* (Disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br>; acesso em: 23 mar. 2013) e que escolham, no campo "Mortos e Desaparecidos", uma das vítimas da ditadura para transformá-la em uma personagem de um conto ambientado na época da ditadura militar no Brasil.

Após a leitura da breve biografia que acompanha o nome escolhido, os alunos deverão pesquisar sobre o período em que a pessoa viveu. Por exemplo:

- Quais revistas eram mais lidas?
- Quais músicas eram sucesso nas rádios?
- Como era a moda?
- Quais ideais políticos eram debatidos?

Sobre a ditadura e a repressão, o *site* oferece diversos artigos interessantes e de qualidade. Alguns filmes também podem ser sugeridos, como *Cabra-cega* (direção de Toni Venturi, Brasil, 2004), *O ano em que meus pais saíram de férias* (direção de Cao Hamburguer, Brasil, 2006), *Hércules 56* (direção Silvio Da-Rin, Brasil, 2006), *Batismo de sangue* (direção de Helvécio Ratton, Brasil, 2006) e *Zuzu Angel* (direção de Sérgio Rezende, Brasil, 2006). Tudo isso contribuirá para que os alunos componham uma imagem do cenário político brasileiro dos anos 1960-1970.

Na disciplina de Língua Portuguesa, paralelamente poderá ser trabalhado o gênero conto.

Depois de ter compreendido as características desse gênero e de ter levantado informações sobre as décadas de 1960 e 1970, os alunos poderão ser convidados a criar, a partir dos dados biográficos das pessoas escolhidas, um conto em que imaginem as circunstâncias de desaparecimento e morte das pessoas. Na construção do conto, deverão mobilizar as informações pesquisadas e escolher sua narrativa, em primeira ou terceira pessoa, a partir do ponto de vista dos militares ou dos perseguidos políticos, ou de observadores distantes dos fatos, respectivamente.

A atividade objetiva sensibilizar os alunos para a angústia vivida pelas famílias dos mortos e desaparecidos durante o regime militar, fomentando a discussão em torno da importância da abertura dos arquivos da ditadura.

Se sua escola e seus alunos dispuserem dos recursos técnicos necessários, alguns contos poderão ser roteirizados e filmados. Poderão, ainda, ser transformados em clipes, utilizando músicas da época, como *Cálice*, de Chico Buarque e Milton Nascimento, *Como nossos pais*, de Belchior, e *Prá não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré.

Trabalhando com o filme *Guerra ao terror*

Para incentivar a reflexão acerca das relações entre Oriente e Ocidente e discutir o papel das potências ocidentais no mundo hoje, sugerimos um trabalho com o filme *Guerra ao terror* (direção de Kathryn Bigelow, EUA, 2008). Antes de exibir o filme em sala de aula, peça aos alunos que fiquem atentos aos seguintes aspectos:

- características dos cenários;
- ponto de vista induzido pela câmera;
- características psicológicas dos personagens;
- razões pelas quais cada personagem está envolvido com a guerra;
- papel da tecnologia;
- relação que soldados e iraquianos estabelecem com a tecnologia;
- entendimento entre soldados e iraquianos (falas e gestos);
- relação entre os soldados.

Ao final da exibição, divida a sala em grupos de cinco ou seis alunos e proponha uma discussão em torno das seguintes questões:

a) Por que a filmagem coloca o espectador no lugar dos soldados estadunidenses?

b) Qual é a origem da tensão produzida pelo filme?

c) Que relação o filme estabelece entre a guerra e a droga?

d) Na opinião do grupo, o filme é uma crítica ou uma apologia à ação norte-americana no Iraque?

Quando os grupos tiverem terminado de responder todas as questões, peça para cada um eleger um aluno, que fará a exposição das conclusões para a turma. Após todas as apresentações, oriente os grupos a debater seus diferentes pontos de vista.

Observe se os grupos perceberam que muitas vezes as cenas são filmadas como se os espectadores estivessem no lugar dos personagens, o que reforça a identificação com eles. Frequentemente, nosso olhar se confunde com o dos soldados, o que gera boa parte da tensão do filme. Observe também se os alunos perceberam que os cenários sempre causam no espectador certa sensação de confusão; seja no deserto ou no centro urbano, temos sempre a impressão de que nos faltam referências claras, trazendo a quem assiste um sentimento de solidão. Assim como os soldados, também não conseguimos interpretar os gestos, as palavras e as atitudes dos iranianos; não distinguimos claramente o perigo, tudo nos parece ameaçador, como na cena em que dois grupos de homens trocam sinais do alto das construções. Muitas vezes nos deixamos enganar pelas aparências e somos incapazes de interpretar o que está diante de nós. Assim, acreditamos que o jovem vendedor de vídeos está de fato morto; só tardiamente percebemos que há algo suspeito na cena em que o médico conversa com o velho que carrega entulho em sua insuspeita carroça. Nesse mundo, de nada vale a tecnologia sofisticada dos soldados, pois sequer sabem exatamente como e quando utilizá-la. A própria razão da guerra perde qualquer sentido, assim como a vida das personagens envolvidas nela.

O filme recebeu muitas críticas por não ter oferecido ao espectador uma posição mais clara em relação à guerra. Todavia, a posição da diretora não está ausente. Ao final do filme, temos a sensação de que a guerra é como uma alucinação, cujo sentido nós desistimos de apreender. Dessa forma, qualquer motivo para a guerra torna-se inócuo, diante da nossa incapacidade de compreender o "outro", aquele que definimos como o "inimigo".

▶ Projeto interdisciplinar: História e música popular brasileira

Áreas de estudo

História, Língua Portuguesa, Arte e Educação Física.

Tempo requerido

Dois ou três meses.

Equipe

Até quatro componentes.

Objetivos

- Em geral, as pessoas ouvem música despreocupadamente, como uma forma de divertimento ou lazer. O objetivo deste projeto é levar os alunos a tratar a canção popular brasileira como um documento histórico, ou seja, por meio de um exame minucioso, perceber que as letras das canções contêm mensagens e foram compostas em um contexto histórico, que lhes dá significado.
- Por meio do trabalho com as canções, professores e alunos utilizarão uma linguagem diferente para recuperar a História.

Roteiro de trabalho

- Na primeira parte do trabalho, os professores envolvidos fazem um levantamento das canções conhecidas pelos alunos. Devem entrar todos os gêneros musicais, sem censura: música caipira, sertaneja, popular, clássica etc.
- Na segunda parte, os professores fazem a seleção das músicas que serão estudadas. Dê preferência para as canções que estejam inseridas em períodos históricos já trabalhados com os alunos, assim eles terão oportunidade de perceber novos aspectos e/ou aprofundar seus conhecimentos. Selecione duas ou três músicas por período, escolhendo letras, ritmos e melodias diversificados.
- Na terceira parte, acontecerá o estudo da letra e da música, da época em que foi escrita etc. Se a classe contar com pessoas que saibam tocar instrumentos, cantar, dançar, seria interessante que já começassem a ensaiar. Nesse caso, será preciso ter à mão não somente material para consulta, mas também instrumentos e partituras. Os alunos, em grupo, devem analisar:
  – O(s) autor(es) e o(s) intérprete(s), incluindo as referências de vida e obra, o que dará subsídios para situá-lo(s) na história brasileira, não apenas na história da música brasileira;
  – O grupo que interpreta a canção ou o cantor: quem canta é um dos autores ou o autor da canção? Consegue(m) transmitir o que a canção se propõe?
  – A letra, verificando o tema da canção;
  – Que mensagem o(s) autor(es) ou compositor(es) quis(eram) transmitir;
  – Gênero musical: samba, choro, xote, frevo, baião, modinha, etc. (verificar a melodia, a harmonia e o ritmo, desde que haja conhecimento técnico para isso).
- Síntese geral:
  – Há coerência entre a letra, a música e a interpretação da canção? Tem ritmo dançante ou não? Acrescentar outros comentários do grupo (se houver).
  – A canção reflete a época em que foi escrita?
  – Em um confronto com a época atual, a canção poderia ser produzida hoje?
  – Deverá ser elaborado um relatório final, acertado entre professores e alunos, com as conclusões dos grupos, e uma apresentação para a classe. O ideal é, com a colaboração dos professors de Arte e Educação Física, montar um "espetáculo" com as músicas cantadas e dançadas.

▸ Fontes de pesquisa sugeridas

ALVES, H. *Sua Exa. O samba*. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1976.

BORJA, W. C. Linguagem e canção: uma proposta para o ensino de História. In: Cultura & linguagens. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 13, 1986-1987. p. 177.

CASTRO, R. *Chega de saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOMEM DE MELLO, Z.; SEVERIANO, J. *A canção no tempo*: 85 anos de música brasileira (2 v.). São Paulo: Editora 34, v. 1, 1997/v. 2, 1998.

PAIANO, E. *Tropicalismo*: bananas ao vento no coração do Brasil. São Paulo: Scipione, 1996. (Ponto de apoio).

STEFANI, G. *Para entender a música*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

TINHORÃO, J. R. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

TROPICÁLIA 20 anos. São Paulo: Sesc, s.d.

▸ Competências e habilidades exploradas de acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* para o Ensino Médio

- Construção da identidade individual e coletiva, partindo da recuperação da memória musical por parte dos alunos.
- Pluralidade cultural: respeito aos diferentes tipos de músicas, que refletem as diversas culturas e constituem a sociedade brasileira.

Adaptado de: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília, 1999.

10 REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A seguir, um artigo sobre um tema atual e de interesse do professor.

O processo de avaliação

Profª. Dra. Edna Maura Zuffi

Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – Universidade de São Paulo (USP)

Quando éramos alunos, muitas vezes criticávamos as formas de avaliação pelas quais tínhamos de passar na escola, fosse porque elas nos causavam um grande frio na barriga, ou porque não concordávamos com os critérios adotados por nossos professores para a atribuição de notas.

De fato, o processo de avaliação da aprendizagem, que deve ser articulado com o planejamento e com o ensino propriamente, é complexo e sempre será passível de críticas e novas sugestões. Entretanto, o que vemos frequentemente é que, ao nos tornarmos professores, reproduzimos em nossas propostas avaliativas aquilo que vivenciamos no passado. Em geral, ainda é comum constatarmos nas escolas um enfoque meramente classificatório e meritocrático, com ênfase em propostas que não raras vezes reduzem a avaliação ao momento das provas mensais e bimestrais, sem proporcionar aos alunos uma real reflexão sobre sua aprendizagem.

Uma restrição à aplicação única de provas tradicionais, nas quais se espera que os alunos resolvam questões ou problemas muito similares àqueles trabalhados em classe, com enunciados diretos e sem exigência de grande elaboração por parte dos estudantes – é que, em geral, por uma questão de tempo, apresentam um número mínimo de itens, entre perguntas, exercícios e problemas, conforme as características da disciplina. Quase sempre essas provas não apresentam a abrangência necessária dos conteúdos, habilidades e valores a serem avaliados. Se, por coincidência, um aluno tiver a sorte de ter estudado mais a matéria relativa às questões selecionadas, ele poderá obter sucesso, enquanto outro, em situação inversa, poderá obter uma nota baixa, mesmo que ambos tenham um nível equivalente de compreensão real do assunto.

Muitos colegas professores utilizam outros mecanismos para ajudar a melhorar as notas dos alunos, como os trabalhos extraclasse ou a atribuição de pontos adicionais para os que têm frequência em aula. Esses mecanismos seriam muito importantes para a avaliação formativa dos estudantes se não fossem usados apenas como um paliativo superficial para a promoção dos alunos, acabando por camuflar seu real estado de aprendizagem. Em muitos casos, os trabalhos apresentados são apenas textos copiados da internet, sem nenhuma revisão ou reflexão por parte dos estudantes, e a mera adição de pontos pela frequência em sala de aula não deixa claro para eles como foi sua participação efetiva nas atividades. Outras vezes, os professores aplicam diversas "provinhas" com o intuito de favorecer a "avaliação continuada", sem, entretanto, mudar o caráter das questões e das tarefas a serem realizadas. Assim, é justificado o uso de tais artifícios como se fossem o que os autores costumam chamar de "avaliação formativa", porém esta engloba muito mais!

A avaliação formativa é um contraponto à visão daquela tecnicista e meramente classificatória. Alguns pesquisadores trazem considerações importantes sobre a avaliação como processo de *mediação* da aprendizagem. Uma ação avaliativa mediadora envolveria a análise, nas situações-problema propostas ao educando, das hipóteses por ele formuladas, de suas ações e manifestações, visando essencialmente sua maior compreensão dos conceitos e das habilidades que estão em jogo. Tais processos mediadores objetivariam encorajar e orientar os alunos à produção de um saber qualitativamente superior, pelo aprofundamento das questões propostas, ao gerarem oportunidades de novas vivências, leituras ou quaisquer procedimentos enriquecedores do tema que se trouxe na avaliação. Nessa perspectiva, "ser avaliado" passa a ter outro significado. É a possibilidade que o aluno terá de refazer o que não fez certo, ou de melhorar o que foi feito. Os erros cometidos pelos estudantes não mais assumiriam um caráter de penalidade, mas se transformariam em tópicos de discussão e geração de novos saberes, ultrapassando dificuldades que se manifestaram numa primeira tentativa. Nessa nova proposta, o aluno não deve aceitar passivamente a correção do professor, sem saber qual seria um caminho alternativo para evitar os erros, ou por que eles ocorreram. Por sua vez, o professor deve traduzir em linguagem clara para os interessados os detalhes sobre o desempenho da classe, dizendo o que deveria ter sido feito para a melhoria dos resultados, indicando aspectos específicos sobre erros e também sobre formas consideradas adequadas de resposta.

Um problema muito comum com a aplicação única de provas tradicionais é que, muitas vezes, os professores as veem como um fim em si mesmas e não aproveitam os momentos imediatamente posteriores à correção para gerar uma atividade investigativa e mediadora de novas aprendizagens. Com as práticas de avaliação formativa, propõe-se um foco maior na compreensão real dos conteúdos e procedimentos avaliados, e não somente para aqueles alunos que usualmente se saem bem nas provas, mas também para aqueles que não apresentam bom desempenho, os quais podem ter outras chances de aprender com seus erros.

Relatamos, aqui, uma experiência realizada em universidade brasileira[1] com professores do Ensino Fundamental e Médio, na qual se propôs que os alunos, após a resolução das provas, recebessem-nas corrigidas e as refizessem, resolvendo as questões que deixaram em branco ou as que resolveram de modo incompleto ou incorreto, sem terem acesso aos gabaritos. Assim, os alunos teriam de estudar mais os conteúdos envolvidos nas provas, depois de repetidos retornos com indicação de erros e acertos, até que aprendessem o suficiente para resolvê-las integralmente. Para isso, poderiam utilizar as fontes que quisessem: cadernos, livros didáticos ou outros materiais. Só receberiam auxílio dos professores caso não conseguissem resolver sozinhos alguma questão após várias tentativas. Essa experiência foi realizada em uma escola com as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, mas poderia ter sido feita com qualquer outra. E os resultados foram muito positivos quanto ao desempenho desses alunos nas avaliações posteriores, tanto dentro da própria escola quanto em avaliações externas, ou em olimpíadas acadêmicas.

Principalmente no Ensino Médio, é frequente vermos um enfoque excessivo à pedagogia do exame, na qual "resolver provas" para o preparo aos exames vestibulares, com seus modelos e suas propostas tecnicistas, torna-se a questão primordial, quase que independentemente do processo de ensino e aprendizagem. A nota domina quase tudo e é em função dela que se vivencia a prática escolar. Na medida em que estiver polarizada pelos exames, a avaliação não cumprirá sua função de auxiliar nas decisões para a melhoria da aprendizagem. Não queremos dizer, com isso, que avaliações de caráter classificatório não possam ser realizadas, mas outras propostas também precisam ser vivenciadas pelos alunos.

[1] Para mais detalhes, ver: GIELFI, Ophelia Amélia Simões et al. A avaliação escolar como recurso para mediação da aprendizagem: uma experiência no ensino fundamental de uma escola pública. *Anais do X CEPFE – Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores*, p. 5 598-605.

A avaliação educacional deve ter também um caráter de *diagnóstico* da situação de aprendizagem, tendo em vista o avanço e o crescimento dos educandos. Ela envolve juízo de valores, baseados em critérios preestabelecidos e caracteres relevantes da realidade em que se insere, considerando também as diferenças étnicas, socioculturais e econômicas que podem interferir nas condições de desempenho de certas classes ou escolas, o que demanda uma tomada de posição sobre o objeto avaliado e decisões sobre o andamento do processo de ensino e aprendizagem. A avaliação não é neutra!

Para se efetivar esse caráter diagnóstico, é muito importante que o professor tenha consciência dos objetivos que quer alcançar com determinadas unidades de ensino, para que possa inserir, no processo avaliativo, atividades que verifiquem se esses objetivos foram realmente atingidos. Para isso, a avaliação não pode deixar de ser racional, rigorosa e impessoal, em certo nível possível – aqui no sentido de que o professor deve deixar de lado preconceitos e julgamentos pessoais que possam interferir drástica e negativamente em sua forma de avaliar as atividades de cada aluno. Não deverá verificar a aprendizagem com base em *mínimos possíveis*, mas sim em *mínimos necessários* para tornar cada um mais qualificado, dentro da realidade social em que se insere. Luckesi[2] nos fornece um ótimo exemplo para refletirmos: digamos que um aluno, numa escola de pilotagem de Boeing, fosse aprovado com nota 10 (dez) em decolagem e nota 2 (dois) em aterrissagem; portanto, média geral 6 (seis). Você viajaria com esse piloto? Se por um lado ele teve a média mínima atendida para sua aprovação, o conhecimento necessário para pilotar não foi alcançado. É nesse sentido que o autor coloca que, muitas vezes, os *mínimos possíveis* não são suficientes na aprendizagem, principalmente quando esta envolve o desenvolvimento de questões técnicas que presumem a responsabilização do aprendiz. O mesmo se poderia dizer de um técnico de laboratório que deve aprender sobre o manejo de determinados produtos químicos: se ele aprende apenas o mínimo sobre as substâncias, suas propriedades e reações possíveis, e não o necessário para exercer sua função, poderá causar danos a outras pessoas ou aos equipamentos. É nesse sentido que o professor deve usar a avaliação como um diagnóstico realista das habilidades e conhecimentos adquiridos pelo estudante, dentro dos objetivos educacionais planejados para o contexto social em que a formação se insere.

[2] LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

O que ocorre na prática da avaliação, em geral, é que dificilmente os professores definem com clareza o que se espera da conduta do aluno, após ter se submetido a uma determinada aprendizagem. Isso pode dar margem a uma variabilidade no processo que depende mais do estado de humor do professor do que de um julgamento das condições de progresso e potencialidades do aluno. Então, faz-se necessário delimitar quais são os dados relevantes que são compatíveis com o objeto a ser avaliado e os objetivos previamente estabelecidos. Aí está o verdadeiro caráter da avaliação formativa, em sua faceta diagnóstica, pois esta leva em conta os rumos que já foram tomados e as perspectivas de ampliação das potencialidades dos alunos, com as tomadas de decisões sobre as próximas ações de ensino a serem desenvolvidas para que os alunos aprendam mais.

Além da avaliação do professor, nesta perspectiva, também é interessante que os alunos se autoavaliem, a fim de estabelecerem um julgamento crítico sobre a própria aprendizagem, verificando as atividades que efetivamente realizaram, o nível de empenho que empregaram nelas, as dificuldades que apresentaram e por que acham que as tiveram. Também é interessante que o professor avalie os recursos disponíveis no processo de ensino, sua própria atuação nesse processo e por que uma atividade pode não ter atingido os objetivos esperados.

O professor deve estar ciente de que o tipo de avaliação escolhida depende dos objetivos que quer atingir. Por exemplo, quando ele tem a necessidade de classificar muitos alunos e avaliar se estes dominam aspectos de algoritmos e técnicas da área em estudo, os *testes de múltipla escolha* podem ser uma boa opção. Já as *questões de resposta discursiva* devem ser propostas quando se deseja avaliar habilidades de expor, organizar e sintetizar conhecimentos. Outro recurso são as *fichas de registro*, que podem ser individuais ou de um pequeno grupo, para anotar comportamentos, problemas disciplinares, nível de participação e todo o processo de resolução de uma situação-problema ou de determinada tarefa investigativa. A avaliação feita por meio de *trabalhos práticos* em laboratórios ou com o uso de computadores e *software* educacional pode ser particularmente interessante para as áreas de Ciências da Natureza e de Matemática. Também as *exposições orais* de resultados de *pequenos projetos* podem ajudar o professor a avaliar aspectos mais amplos do desenvolvimento dos alunos, como sua capacidade de expressão oral e visual em público, os valores que eles destacam como relevantes na execução do projeto, sua capacidade de organização em grupos de trabalho, etc. Os *exercícios* para serem realizados como tarefa extraclasse podem ajudar a verificar se o aluno está tendo progressos parciais durante o desenvolvimento de um determinado conteúdo. Finalmente, o uso de *provas tradicionais*, mas com a retomada posterior de suas questões para uma atividade de reflexão dos alunos, individualmente ou em grupo, pode ser importante para dar um fechamento e promover a síntese de uma unidade de ensino. Outro recurso tecnológico de que algumas escolas dispõem são as filmadoras e os vídeos, para uso em determinadas aulas de caráter mais investigativo, que podem ajudar o professor a ter um acompanhamento mais detalhado do desenvolvimento de seus alunos, durante essas atividades.

A variação desses procedimentos, mas não necessariamente de todos, pode compor um panorama mais fiel sobre a situação de cada aluno, ao longo de vários momentos do processo de ensino e aprendizagem, além de lhe fornecer oportunidades de mostrar o desenvolvimento de habilidades mais diversificadas. Pode também ajudar o professor a replanejar ações de ensino que envolvam determinados conteúdos que não foram assimilados de forma significativa, com a revisão do que foi selecionado, do método utilizado, das atividades realizadas e das relações estabelecidas em sala de aula.

Além dessa variedade de procedimentos de avaliação, salientamos também a importância de dar um retorno mais detalhado aos alunos e seus pais sobre o desempenho em cada um desses momentos, ampliando com os primeiros os momentos de reflexão sobre a própria aprendizagem.

Para finalizar, observamos que o professor precisa encontrar uma forma mais coesa de avaliar o aprendizado, levando em conta o projeto pedagógico de sua escola, e esta deve gerar mecanismos de planejamento, para tentar promover a recuperação daqueles que não foram capazes de aprender em algum período, conciliando diferentes lógicas de avaliação escolar, diferentemente do que ainda se vê no modelo tradicional, ainda o mais utilizado nas escolas. Para tanto, não podemos deixar de levar em conta a necessária preparação dos professores e da comunidade envolvida na escola, como pais, coordenadores e gestores. Sem isso, a chance de sucesso do uso da avaliação formativa para a aprendizagem significativa será muito reduzida.

A coexistência complementar entre o processo classificatório e o formativo nas avaliações do Ensino Médio poderia ser uma prática sem conflitos, uma vez que, ao mesmo tempo que atenderia às normas e determinações do sistema escolar vigente, com o preparo para exames classificatórios externos, poderia auxiliar o aluno para uma

compreensão maior e mais duradoura dos conteúdos. Isso poderia ser realizado, por exemplo, durante um bimestre, em cinco fases:

I) com a aplicação de testes diagnósticos sobre os conhecimentos prévios dos alunos, no início de uma unidade de ensino, a fim de verificar se o planejamento realizado pelo professor necessita de algum ajuste previamente à sua execução;

II) com o uso da avaliação continuada, através de situações-problema em que os alunos teriam seus desempenhos parciais registrados em um diário do professor, ou de desenvolvimento de atividades de laboratórios e exercícios extraclasse, variando-se os procedimentos avaliativos;

III) com uma avaliação mais classificatória por testes ou questões dissertativas, que verifique se os objetivos mais globais do assunto dessa unidade de ensino foram alcançados;

IV) com a retomada das questões tratadas na avaliação classificatória, para que os alunos tentem realizá-las novamente, por exemplo, em atividades extraclasse, com posterior discussão em sala de aula sobre erros, acertos e dificuldades encontradas;

V) e, finalmente, com a avaliação pessoal do professor e dos alunos (autoavaliação) a respeito do próprio desempenho, assim como das dificuldades e facilidades pedagógicas encontradas no desenvolvimento desta unidade, por parte do professor.

Os critérios de avaliação em cada etapa deverão ser estabelecidos com ciência prévia dos alunos e, se necessário, renegociando-os, conforme as especificidades dos conteúdos tratados naquela unidade e, também, levando-se em conta a realidade social e cultural dos estudantes, que deve se refletir nos objetivos de ensino. Fornecer uma receita para isso seria imprudente, uma vez que os professores é que detêm o conhecimento dessa realidade, mais do que ninguém, e essas condições variam infinitamente.

É claro que, conhecendo a realidade das salas de aula brasileiras – em que o número de alunos é grande e os professores precisam se dedicar, muitas vezes, a diversas escolas simultaneamente, com uma carga horária de trabalho extensiva –, sabemos que se torna muito difícil realizar todas essas fases em todas as unidades de ensino. Nossa sugestão aplica-se a uma situação mais próxima do ideal, em que o trabalho extraclasse do professor seja valorizado adequadamente. Nos casos em que isso não seja possível, sugerimos que pelo menos em alguma unidade de ensino do ano se apliquem todas as etapas, a fim de que o professor possa verificar os efeitos de uma avaliação mais formativa, que os alunos possam ter experiências pedagógicas mais ricas e que lhes desenvolvam maior senso crítico. Ou ainda, quando isso também não for possível, que em cada unidade de ensino se diversifique o método de avaliação, aplicando-se duas ou três dessas etapas.

Ficam, então, estas sugestões para aqueles que desejam fazer a diferença em sua escola: com a discussão sobre novas práticas avaliativas, a formação e experimentação dos professores, com registros e reflexões sobre suas novas experiências, e com o envolvimento dos pais e alunos, a avaliação poderá se tornar um processo mais prazeroso, realista e eficiente, dentro das disciplinas específicas e da escola como um todo.

Leituras complementares sobre o tema

1) HAGA, M. S. et al. A avaliação e o seu potencial pedagógico para a mediação da aprendizagem. *Anais do X CEPFE – Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores*, p. 5585-5597.
2) HAGA, M. S.; HAGA, K. I. Fundamentos de avaliação formativa: os conflitos e as conciliações entre as diferentes lógicas. *Anais do IX Congresso Estadual Paulista para Formação de Educadores*, Águas de Lindoia, SP, CD-ROM. 2007.
3) HOFFMANN, J. *Avaliação*: mito e desafios: uma perspectiva construtivista. Mediação: Porto Alegre, 1991.
4) KRASILCHIK, M. As relações pessoais na escola e a avaliação. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Org.). *Ensinar a ensinar:* didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. p. 165-176.
5) PERRENOUD, P. *A avaliação*: da excelência à regulagem das aprendizagens: entre duas lógicas. Rio Grande do Sul: Artmed, 1999.
6) _______. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, A.; NÓVOA, A. (Org.). *Avaliações em educação:* novas perspectivas. Portugal: Porto, 1993. p. 171-191.

11 MATERIAIS DIDÁTICOS DIGITAIS

Ismar Frango Silveira
Coordenador da CEIE – Comissão Especial de Informática na Educação
SBC – Sociedade Brasileira de Computação

Desde tempos remotos, o ser humano tem se defrontado com a necessidade de criar ferramentas com propósitos diversos, sendo o principal deles, possivelmente, o de facilitar a sua vida. Os computadores, essas valiosas ferramentas do nosso tempo, tão presentes e necessários no nosso dia a dia, não parecem ter a mesma presença no cotidiano das escolas, apesar de todo o seu potencial.

Sabemos que as escolas brasileiras enfrentam muitos problemas, para cuja resolução a ação do professor é fundamental. E isso se aplica também ao uso efetivo de computadores no ensino. Não se trata de nós, professores, ensinarmos nossos alunos a usar os computadores, a navegar na internet ou a usar aplicativos – como editores de texto ou planilhas. Isso eles já sabem (melhor que nós, geralmente) ou podem aprender de maneira autônoma, sem a nossa ajuda. Lembremos que nossos alunos são o que se convencionou chamar de **nativos digitais** – crianças e adolescentes que nasceram em um mundo imerso em tecnologia.

Mesmo que – por condições sociais, geográficas ou culturais – esses alunos não tenham pleno acesso a computadores e internet em suas casas, o mundo no qual eles vivem propicia uma série de oportunidades para que tenham contato com a tecnologia e para que esta venha a fazer parte de suas vidas, como aconteceu com o rádio e a TV para outras gerações. Grande parte de nós, professores, pertence ao grupo que se denomina **imigrantes digitais** – nascemos em uma época em que os computadores não eram onipresentes e tivemos contato com essas tecnologias depois do nosso processo de letramento. De maneira similar a pessoas que imigram para outro país, podemos até dominar a "linguagem" do mundo digital, mas, para nós, ela não é nativa.

E o que esperam os nativos digitais de nós, imigrantes digitais, como seus professores? Na verdade, o que sempre esperaram: que os ensinemos dentro de nossas áreas de conhecimento, mas preferencialmente na "linguagem" que lhes é familiar. E de que maneira podemos nos comunicar nessa "linguagem" que não é familiar – e por vezes, nem mesmo amigável – para muitos de nós?

Uma questão que logo nos vem à mente é: para que fazer isso? Por que razões utilizar computadores em sala de aula? Podemos listar algumas das (muitas) razões:

- **Motivação**: o uso de computadores em si não garante uma motivação maior dos alunos. Esse uso deve ser cuidadosamente planejado e estar em sincronia com as demais atividades da disciplina. Em outras palavras, levar os alunos para a sala de computadores para atividades genéricas, sem foco, como "fazer pesquisas na internet", costuma ter pouca ou nenhuma eficácia. Entretanto, o uso de computadores com objetivos bem claros e diretamente associados aos tópicos do plano de ensino tende a ser uma atividade motivadora e com um bom potencial de impacto no aprendizado dos alunos.
- **Novas possibilidades de experimentos**: há muitos casos de atividades que requerem recursos específicos (como laboratórios de experimentos), ou que trazem algum tipo de risco (é o caso de algumas atividades de Química e Biologia, por exemplo) e que poderiam ser realizadas com simuladores virtuais, com segurança e sem custo. Há ainda atividades que não poderiam ser executadas em condições normais, para as quais distintas ferramentas computacionais podem ser usadas.
- **Aprendizagem autônoma**: os alunos podem desenvolver atividades fora do horário de aula com as ferramentas aprendidas com o professor, ou mesmo outras ferramentas buscadas e encontradas por eles na internet.

Dessa maneira, os recursos digitais trazem um conjunto de novas possibilidades ao professor por proporcionar situações didáticas diferenciadas, que, de outro modo, não poderiam ser implementadas em sala de aula. Tais recursos não vêm substituir o material didático tradicional: muito pelo contrário, sua função é complementar o material já comumente utilizado pelo professor, ampliando as possibilidades do fazer docente.

E que recursos existem para ser usados? Há vários tipos de recursos, cada um com uma série de possibilidades didáticas. O Ministério da Educação entende por recursos digitais "vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicações, mapas, jogos educacionais, anima-

ções, infográficos, páginas *web* e outros elementos". Eles podem ser assim classificados:

- Livros digitais ou *e-books*: são versões digitais de livros em papel, ou de obras completas pensadas para o formato digital. Podem ser estáticos (como os livros em papel, contêm textos e imagens) ou dinâmicos (podem incluir vídeos, animações, simulações ou qualquer outro conteúdo dito multimídia – ou seja, que agrega várias "mídias", ou formas de representação da informação).
- *Softwares* educacionais: são programas de computador feitos especificamente para fins educacionais. Em sua maioria, necessitam de instalação nos computadores (o que não é – ou não deveria ser – exatamente um problema), mas muitos são planejados para utilização sob orientação do professor, visando um resultado de aprendizagem mais efetivo. Um exemplo gratuito desses *softwares* é o GeoGebra (para aprendizagem de Matemática; <www.geogebra.org>).
- Objetos de aprendizagem: na prática, correspondem a todo e qualquer elemento digital que possa ser usado e reutilizado em situações de aprendizagem – de um texto em PDF ou um conjunto de *slides* a um simulador virtual, incluindo nessa definição também animações, vídeos, jogos digitais e outros tipos de recursos. Apesar de vários desses objetos serem encontrados de maneira simples por meio de buscadores da internet, existem repositórios deles, que fornecem mais informações (chamadas "metadados") sobre cada um, como autores, público-alvo, sugestões de uso, etc. Em âmbito nacional, o MEC mantém o Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE; <objetos educacionais2.mec.gov.br>), vasto repositório com grande variedade de objetos de aprendizagem.
- Recursos educacionais abertos: seguem a mesma linha dos objetos de aprendizagem, com a ressalva de que os elementos, além de utilizados e reutilizados, podem também ser modificados e adaptados livremente. O *site* <rea.net.br> traz uma série de informações a respeito.

Porém, que tipos de computadores são necessários para trabalhar com esses elementos? Muitos deles encontram-se disponíveis para uma variedade de dispositivos, desde computadores *desktop* (de mesa) e *notebooks*, a até mesmo *tablets* e *smartphones*. Já alguns *softwares* educativos apresentam algumas exigências técnicas para instalação (tipo específico de sistema operacional, quantidade mínima de memória no computador, etc.), enquanto alguns objetos de aprendizagem necessitam que determinados *plugins* (programas adicionais) estejam instalados.

Equipamentos e programas, entretanto, nada mais são do que ferramentas. E, como foi dito no início deste texto, ferramentas são criadas com o intuito de facilitar o nosso dia a dia. Assim, mais importantes que as ferramentas, são as pessoas que irão utilizá-las: os professores dispostos a ressignificar o seu papel como formadores de cidadãos plenamente aptos a tirar proveito das tecnologias de nosso tempo; e os alunos, que poderão manejá-los como veículos de informação, interação social, entretenimento e aprimoramento intelectual.

12 A LEITURA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Angela B. Kleiman

Ph.D. em Linguística pela *University of Illinois*, EUA, desenvolve pesquisas sobre leitura e ensino.
Professora titular colaboradora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp

Como todo professor que leciona uma disciplina cujo volume de leituras é muito elevado, você já deve ter se sentido frustrado alguma vez por seus alunos não conseguirem compreender sua matéria. O fato é que muitos deles não se interessam por ela porque têm grandes dificuldades para entender a informação no texto, conforme apontam os resultados de diversos testes de leitura.

A importância da leitura para a vida cotidiana e, sobretudo, para a vida na escola, espaço de aprendizagem e desenvolvimento intelectual por excelência, é inegável. Se o desinteresse de alguns alunos se deve ao fato de não terem consolidado seu hábito de ler, vale a pena o professor de História, Geografia, Filosofia ou Sociologia conhecer o que está envolvido no ensino da leitura e como essa capacidade pode ser desenvolvida, a fim de ajudar seu aluno. Lembremos que os professores de todas as disciplinas são também professores de leitura, pois são modelos de como ler os textos de sua área. Além disso, vale lembrar que é objetivo explícito nos currículos das disciplinas de Ciências Humanas o desenvolvimento de competências de leitura. No currículo de Filosofia, por exemplo, lemos, entre as habilidades visadas no 1º bimestre da 2ª série "*desenvolver habilidades de leitura, escrita e planejamento investigativo para autonomia intelectual*"[1].

Apesar de toda sua importância, a leitura parece estar perdendo espaço na vida de um número expressivo de estudantes brasileiros, em parte por causa das novas mídias e novas tecnologias, em parte pelo acesso limitado que muitos alunos têm a livros, jornais, revistas e bibliotecas.

Considerados esses fatos, e para poder planejar algum tipo de intervenção didática, é importante que os professores das disciplinas da área das Ciências Humanas conheçam as principais **competências de leitura** esperadas do aluno, que precisa ter acesso a textos em prosa sobre assuntos polêmicos, reflexivos, complexos e abstratos, como os textos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Entre essas competências, temos:

a) **saber localizar informações explícitas**: o professor de Ensino Médio não precisa se preocupar demais com esta competência, pois é a mais exercitada pelo professor, pelo livro didático e a mais básica de todas as competências; muitas vezes o aluno aparenta entender por que suas respostas exigem apenas que reconheça palavras semelhantes na pergunta e no texto, como no exemplo a seguir:

   Texto[2]*: "... o endeusamento de rótulos representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo".*

   Pergunta: O que representa o endeusamento de rótulos?

   Resposta: Representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo.

b) **inferir nas entrelinhas**: é a capacidade menos visada, a julgar pelo número de perguntas que demandam inferência no livro didático, e a mais importante para a formação do leitor independente. A inferência é demonstrada quando o aluno consegue tirar conclusões e perceber intenções, e é praticada quando são feitas perguntas precedidas pelas palavras **como** e **por que**: "Por que, segundo o autor, o endeusamento de grifes representa uma vitória do capitalismo?". A inferência também é praticada quando são feitas perguntas que demandam uma **opinião** baseada na leitura do texto: "Você concorda com a opinião do autor, de que o endeusamento de grifes representa uma vitória do capitalismo? Justifique".

c) **usar elementos não verbais, como gráficos, tabelas e figuras, para compreender o texto**: hoje os textos são multimodais, ou seja, recorrem a mais de uma modalidade: além de fotos, mapas, gráficos, ilustrações, tabelas, esquemas, infográficos, há diversos elementos gráficos, como tipografia, diagramação, cor, tamanho das fontes. O uso de todos esses recursos tem uma função, um sentido, e, na maioria das vezes, torna a leitura mais dinâmica. O livro didático pode ter um pa-

---

[1] SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo*: Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 124. Disponível em: <www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2013.

[2] SINGER, André. Ostentação. *Folha de S.Paulo*, 16 fev. 2013. p. 2.

pel essencial nesse entendimento e o professor pode explorar essa leitura no próprio material; por isso é importante dirigir o olhar do aluno para sua organização: capítulos, geralmente subdivididos em tópicos e subtópicos bem destacados por cores, tamanho das letras, posição na página, etc.

d) estabelecer relações e comparar dados: trata-se de uma das competências mais importantes na leitura crítica, geralmente pouco praticada em sala de aula, que abrange saber distinguir causas de consequências e fatos de opiniões relativas a ele; reconhecer diferenças no tratamento dado ao mesmo tema em dois textos diferentes; tirar conclusões. Para desenvolver tal competência, o aluno deve ser capaz de perceber detalhes, como a seleção de vocabulário e os tipos de exemplos usados, e o professor pode ajudá-lo fazendo perguntas sobre esses aspectos.

e) identificar o tema de um texto expositivo ou informativo: essa competência envolve também perceber as marcas que o autor e seus editores vão deixando nos títulos e subtítulos e na repetição de palavras, a fim de indicar que uma informação é mais importante do que outras, que é o tema ao qual as demais estão relacionadas. Chamar a atenção para o título e pedir hipóteses sobre o tema com base nele ou em uma ilustração são estratégias que podem ajudar o aluno nessa percepção. Por exemplo: há na primeira página do jornal uma chamada para o texto de opinião já mencionado, que se intitula "Autêntico, *funk* expõe vitória do capitalismo". Logo em seguida, repete-se a frase sobre a vitória do capitalismo, citando – e portanto destacando – um trecho do texto de opinião: "*Mas é mister observar que o endeusamento de rótulos representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo*". Quando finalmente se lê o trecho no texto original, escondido no penúltimo parágrafo, parte do tema já foi repetida três vezes.

Munidos desses conhecimentos, os alunos podem, de fato, ser orientados para a leitura de textos mais complexos das Ciências Humanas. Entretanto, para além desse saber, é importante destacar três princípios de caráter metodológico e didático, que devem ser levados em conta em relação à leitura:

▶ 1. Facilitação do texto

Todos nós evitamos fazer aquilo que é desagradável e procuramos fazer aquilo que nos dá prazer. Isso não é diferente quando se trata da leitura. Quando o aluno tem dificuldade para compreender a língua escrita, a atividade de leitura se torna desagradável. Dessa forma, se não existe alguém para orientá-lo, são poucos os que insistem nessa atividade, principalmente se não conhecem as vantagens e satisfações que a aprendizagem trará no futuro.

Acontece que, como em toda prática, quanto mais se lê, mas fácil vai ficando a atividade. O aluno que lê muito pouco desiste assim que encontra as primeiras dificuldades. Ou seja, quem mais precisa praticar é quem menos o faz; no entanto, o único meio de melhorar é pela prática. Mas, se os alunos não leem bem aquilo de que não gostam, leem bem o que gostam. A chave consiste, portanto, em fazer com que a leitura exigida pela escola se torne uma atividade menos penosa e mais prazerosa.

Tornar o contato com a leitura prazeroso exige a convivência contínua com professores que contagiem com seu entusiasmo por ela e com bibliotecários prestativos e generosos trabalhando em bibliotecas bem aparelhadas. Requer também acesso a um grande acervo: livros, revistas, jornais, hipertextos, inclusive os gêneros menos valorizados, como resumos ou versões condensadas, divulgações em revistas para adolescentes, histórias em quadrinhos, revistas noticiosas; enfim, textos mais acessíveis, que despertem uma curiosidade inicial e o desejo de ler.

Embora os conteúdos a serem ensinados sejam importantes, o professor pode levar para a aula textos literários ou jornalísticos que têm ou tiveram papel importante no seu letramento e na sua formação. Pode levar textos dos quais ele mesmo gosta, para mostrar aos alunos seu gosto pela leitura, e deve demonstrar suas próprias estratégias de leitor, fazendo perguntas que requeiram pensar, modelando aquelas que ele próprio se faz antes de começar a ler e explicando para seus alunos o que foi que lhe agradou ou chamou a atenção.

▶ 2. Flexibilização do currículo

Em áreas que se caracterizam pela presença forte de conteúdos estruturadores e pelo objetivo de engajamento social e atuante no mundo globalizado atual, a flexibilização do currículo é viável.

Numa disciplina como a Geografia, por exemplo, se um determinado conceito, como o aprofundamento da noção de território brasileiro, esteja previsto para o terceiro bimestre da 2ª série do Ensino Médio[3], um acontecimento amplamente noticiado no primeiro bimestre

[3] SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo*: Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 102. (3º bimestre, 1ª série do Ensino Médio).

que tem a ver com o território nacional deveria ser motivo para a alteração da ordem dos conteúdos ou para a substituição de um contexto de exemplificação por outro. Fatos que já são conhecidos dos alunos – seja qual for a mídia – tornam a aprendizagem dos conceitos abstratos mais fácil, porque o conhecimento prévio permite ancorar e estruturar o novo. Isso sem contar com as possibilidades de leituras interdisciplinares desses assuntos, o que também se constitui num elemento facilitador.

Quase diariamente há acontecimentos notáveis que requerem simplesmente que o professor passe a acreditar que os conceitos de sua matéria (densidade demográfica, por exemplo) e as práticas relevantes (como a leitura de mapas) possam ser ensinados – e, portanto, atingidos os objetivos do currículo – mesmo quando o foco no conteúdo determinado para esse período é momentaneamente mudado.

No início de 2013, por exemplo, a presença francesa no Mali e a queda de um meteoro na Rússia foram eventos que ocuparam as manchetes dos jornais: os textos jornalísticos poderiam servir tanto para a introdução de conceitos abstratos quanto para o exercício de habilidades consideradas importantes na disciplina, como desenvolver "*a capacidade de associar padrões de desenvolvimento econômico e social às maneiras de realizar o controle preventivo de situações de risco naturais*" ou "*identificar elementos histórico-geográficos que expliquem o desencadeamento de conflitos étnico-culturais no mundo contemporâneo; ou a expansão do islamismo na África*".[4] Isso tudo é possível desde que a flexibilização do currículo passe a se constituir em um princípio didático valorizado.

Quando um acontecimento noticiado na mídia passa a ter um lugar central na aula, o aluno entra em contato, via leitura, com outras histórias que provavelmente terão muito mais chance de mudar sua forma de pensar sobre o próprio mundo e que ilustram muito melhor do que qualquer texto científico os conceitos de globalização e de transformação do espaço geográfico decorrentes das novas tecnologias de comunicação. Isso porque na grande maioria das vezes, os alunos só têm contato com esses textos científicos na escola, enquanto que um acontecimento noticiado mundialmente está mais próximo de sua realidade. Caberia portanto ao professor, nesse caso, mostrar aos alunos a relação entre o conceito abstrato encontrado no texto do livro e os fatos vividos pela sociedade, estejam eles apresentados em jornais, músicas, novelas, filmes. Trata-se simplesmente de não descartar aquilo que o aluno já conhece e que pertence a uma cultura de massa não valorizada pela escola.

▶ 3. (Re)contextualização situada

Esse princípio está ligado ao de flexibilidade, uma vez que somente um currículo mais flexível permite a (re)contextualização situada de conceitos e princípios básicos de uma determinada disciplina. O princípio envolve a abordagem de conceitos que são diretamente relevantes para a situação social do aluno, o que envolve, necessariamente, uma recontextualização de conceitos abstratos para a vida social.

Em relação a uma disciplina como a Sociologia, por exemplo, cujo princípio estruturador é uma atitude metodológica – de estranhamento e desnaturalização do fato social – mais do que um conjunto de conteúdos[5], o caráter especial do olhar sociológico, seletivo, distante, que refrata a realidade observada[6], pode ser desenvolvido se o aluno, mesmo aquele com dificuldades de leitura, puder construir um olhar comparativo tomando como um dos pontos de comparação fatos vivenciados, relevantes para seu próprio contexto e situação. Tais fatos, novamente, são recorrentemente encontrados em matérias jornalísticas sobre fenômenos sociais conhecidos dos alunos, mas que ele ainda não observou pelo prisma do olhar sociológico.

Um exemplo disso é o texto de opinião já citado, sobre o *funk* "Ostentação", um canto falado que, em lugar de fazer denúncia social (como o *rap*), "*exalta o poder de consumo que chegou às camadas de menor renda nos últimos anos*"[7]. Conteúdos como "*cultura, consumo, consumismo e comunicação de massa*" ou "*construção da identidade pelos jovens*"[8], que têm por finalidade levar o adolescente a compreender as formas em que "*os jovens se relacionam com a sociedade de consumo e a produção de cultura*"[9], podem partir do processo de desnaturalização da prática de consumo que o referido texto de opinião (ou qualquer outro sobre a cultura juvenil local) promove, e a relação crítica do jovem pode ser desenvolvida tanto em relação a esse fenômeno cultural da periferia

---

[4] Op. cit., p. 110 (2º bimestre, 3ª série do Ensino Médio).

[5] Op. cit., p. 135.

[6] Caracterização do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, segundo SARANDY, Flávio M, Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio. *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, n. 5, out. 2001. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm>. Acesso em: 24 fev. 2013.

[7] SINGER, André. Ostentação. *Folha de S.Paulo*, 16 fev. 2013. p. 2.

[8] SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo*: Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 144. (2º bimestre, 2ª série do Ensino Médio).

[9] Op. cit., p. 144 (2º bimestre, 2ª série do Ensino Médio).

quanto à atitude da elite brasileira ao lamentar a perda de valores que outros grupos sociais jamais demonstraram. O estranhamento advindo da reflexão crítica será o prisma usado na leitura, qualquer que seja a opinião do aluno, e o instrumento pelo qual será atingido será um texto jornalístico, atual, contextualizado e que permite o reposicionamento do próprio aluno.

Com base nos três princípios discutidos – facilitação do texto, flexibilização do currículo e (re)contextualização situada – o professor das disciplinas de Ciências Humanas pode fazer uso dos enormes acervos à nossa disposição, graças às novas mídias e tecnologias, até encontrar o texto e o tema que terão grande apelo com o aluno e o motivará a fazer mais leituras, aumentando suas chances de se tornar mais um leitor à vontade com as múltiplas práticas letradas.

Pelo fato de ser leitor proficiente, muitas habilidades leitoras parecem óbvias para o professor, como se fossem naturais a qualquer ser humano. Entender o sumário, o índice remissivo e o funcionamento do livro didático, por exemplo, ou falar sobre a importância da leitura das imagens para a construção do sentido do texto não são estratégias óbvias para o aluno que ainda tem dificuldades para compreender o que lê, mas podem, mesmo que tardiamente, ser aprendidas e exercitadas, especialmente com textos relevantes para a área e para a vida social do aluno.

HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
Música: Francisco Manuel da Silva

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

ISBN 978-852629123-2
9 788526 291232

Este livro didático é um **bem reutilizável** da escola, e deve ser **devolvido em bom estado** ao final do ano para uso de outra pessoa no **próximo** período letivo.